



A DEMOGRAFIA DAS SOCIEDADES INSULARES PORTUGUESAS. SÉCULOS XV A XXI

COORD.
CARLOTA SANTOS
PAULO TEODORO DE MATOS



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

A DEMOGRAFIA DAS SOCIEDADES INSULARES PORTUGUESAS. SÉCULOS XV A XXI

CARLOTA SANTOS
PAULO TEODORO DE MATOS

FICHA TÉCNICA

Título: A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI

Coordenação: Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos

Revisão: Joana Paulino

Figura da capa: Luís Teixeira, Descrição das Ilhas de São Jorge e do Pico.

Pergaminho colado sobre madeira, A 70 x L 93 cm. 1587.

Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Portulano 17

Reproduzido com a autorização do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo da Repubblica Italiana

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8612-06-9

Depósito Legal: 368276/13

Concepção gráfica: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Setembro 2013

SUMÁRIO

Nota de abertura

Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos	7
---	---

Prefácio

Jorge Fernandes Alves	9
-----------------------------	---

PARTE I - O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

O povoamento das ilhas da Madeira e do Porto Santo nos séculos XV e XVI

Maria Luís Rocha Pinto e Teresa Ferreira Rodrigues	15
--	----

Dinâmicas demográficas e crises de mortalidade na cidade do Funchal, 1750-1830

Carlota Santos, Paulo Teodoro de Matos e Paulo Silveira e Sousa	55
---	----

Entre as vinhas e os cafezais: o perfil dos Madeirenses que navegaram rumo a São Paulo entre 1888 e 1899

Nelly de Freitas	77
------------------------	----

O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011

Isabel Tiago de Oliveira	105
--------------------------------	-----

PARTE II - O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

História das Populações Açorianas através de Metodologias da Demografia Histórica

Maria Norberta Amorim	139
-----------------------------	-----

A População dos Açores em Meados do Século XVIII

Avelino de Freitas de Meneses	167
-------------------------------------	-----

Endogamia, consanguinidade e reprodução social: o mercado matrimonial das elites açorianas no Antigo Regime

José Damião Rodrigues	201
-----------------------------	-----

<i>Crises de Mortalidade em quatro paróquias da cidade de Angra no século XVIII</i> <i>(uma abordagem a partir dos registos de óbito)</i>	
José Guilherme Reis Leite e Maria Hermínia M. Mesquita	221
<i>Emigração e Reprodução Social nos Açores durante a Segunda Metade do Século XIX:</i> <i>o caso da Ilha de São Jorge</i>	
Paulo Silveira e Sousa	241
<i>Comportamentos demográficos e políticas sociais em contextos geográficos diferenciados</i>	
Teodoro Afonso da Fonte	275
<i>Concentração demográfica em espaço insular: Os Açores, 1864-2011</i>	
Gilberta Pavão Nunes Rocha	297
Sobre os autores	323

NOTA DE ABERTURA

CARLOTA SANTOS
PAULO TEODORO DE MATOS

Durante a primeira metade do século XV ensaiam-se na Madeira e nos Açores os primeiros modelos sistemáticos de ocupação do espaço de Além-Mar, no contexto da Expansão Ultramarina Europeia. Nestes arquipélagos, espaços de fronteira entre o *Velho* e o *Novo Mundo*, emergem novas sociedades forjadas a partir de variadas configurações administrativas, eclesiásticas, sociais e económicas. Em que medida pode a demografia e a História das populações contribuir para um conhecimento mais aprofundado destas sociedades?

Catorze investigadores debruçam-se sobre as dinâmicas demográficas e sociais destes espaços recorrendo a diversas fontes, como os registos paroquiais, os mapas estatísticos da população, os registos de expostos ou, até, de passaportes. A uma cronologia muito ampla – do povoamento das ilhas à actualidade – junta-se a grande diversidade temática que transcorre os dez textos, inéditos e revisitados, aqui reunidos. É neste quadro que esta obra em muito ultrapassa a tradicional análise demográfica. Para além dos importantes resultados demográficos, são oferecidos novos contributos ao nível da metodologia da demografia histórica insular, mortalidade urbana, fluxos migratórios, estratégias matrimoniais das elites e, até, da exposição de crianças.

Pela riqueza e abrangência dos conteúdos apresentados espera-se que este livro possa cumprir duas funções essenciais. Por um lado, o de se posicionar como uma síntese actualizada dos vários vectores da demografia insular e dos seus comportamentos sociais. Por outro, o de estimular uma promissora linha de investigação centrada nas dinâmicas demográficas e sociais dos Açores e da Madeira no mundo moderno e contemporâneo, proporcionando elementos para o debate em torno de um eventual regime demográfico específico aos contextos insulares.

Na génese deste livro esteve a organização da sessão apresentada ao *IX Congresso da Associação de Demografia Histórica*, “Os comportamentos demográficos das sociedades insulares, séculos XVI a XIX”, realizada em Junho de 2010. A ampla troca de ideias que se seguiu, entre investigadores portugueses e espanhóis a partir dos resultados apresentados, permitiu perspectivar eventuais características demográficas afins aos espaços insulares dos arquipélagos ibéricos. Entre elas destacam-se a aparente suavidade da mortalidade e a maior intensidade dos fluxos emigratórios como forma de regulação do excedente populacional, evidenciando a presença de regimes demográficos de baixa pressão, bem como a maior intensidade da consanguinidade, da endogamia geográfica e de menores índices de crianças abandonadas.

De forma a se poder aprofundar algumas destas hipóteses procurou-se o contributo quer de historiadores consagrados, quer de jovens investigadores com trabalhos promissores no âmbito da demografia e história social dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Estamos seguros de que num futuro próximo virá a lume uma publicação dedicada à demografia comparada dos arquipélagos das Canárias e das Baleares por mão de Isabel Moll e de Joana Pujadas Mora que conosco iniciaram este debate.

Os coordenadores deste livro expressam o seu agradecimento a Angelo Cattaneo, investigador do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar que generosamente nos indicou a magnífica imagem do “Portulano”. Os autores agradecem à Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, onde tal imagem se encontra depositada, a autorização para a sua reprodução.

Porto e Lisboa, Setembro de 2013

PREFÁCIO

JORGE FERNANDES ALVES*

O desenvolvimento dos estudos demográficos contribuiu para dar novas configurações à História, sobretudo a partir da altura em que à demografia formal se veio juntar a demografia histórica. O estudo quantitativo das populações de uma forma alargada no tempo permitiu exercitar o cruzamento entre a sincronia e a diacronia, relacionar as forças do presente com as forças do passado, dar visibilidade às massas populacionais na história e aos seus padrões de comportamento através de indicadores transversais e longitudinais com forte potencial comparativo. Além disso, a demografia constitui um suporte científico fundamental para se aprofundar essa dicotomia antropológica de natureza vs. cultura e sua incidência histórica, ao revelar a forte imbricação entre o social e o biológico, com efeitos tão evidentes no estudo de variáveis como a fecundidade e a mortalidade, sobretudo quando se aprofundam essas relações sob o ponto de vista da análise diferencial ou se perseguem indicadores mensuráveis através das reconstituições de famílias. Indicadores esses obtidos através de exercícios de malha fina, como é o caso da esperança de vida, da idade ao casamento, da dimensão dos fogos, dos intervalos intergenésicos, das proporções de ilegítimos e de expostos, das tábuas de mortalidade, entre outros, o que nos permite reificar a vida das localidades, quer através das medidas populacionais de conjunto, quer através dos fios biográficos que as tecem e lhes dão consistência.

Acompanhar a evolução das populações no tempo e no espaço é, no essencial, o escopo tanto da demografia como da demografia histórica, permitindo desenvolver abordagens como as que são realizadas neste livro – *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, tendo como campos de observação os territórios dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, colocando ao nosso alcance um conjunto de trabalhos, articulados entre si, para nos apresentarem

* FLUP/CITCEM.

uma perspetiva inédita sobre a demografia das referidas sociedades insulares. Obra de conjunto, convocando alguns dos melhores estudiosos que se tem debruçado sobre as sociedades insulares, este livro apresenta-nos sucessivas panorâmicas dessas sociedades, sob diferentes pontos de vista, configurando-se por isso como uma obra de referência nas áreas que integram os estudos sobre a população das regiões autónomas e suas conexões migratórias, constituindo-se como plataforma de dados que incentiva novos estudos.

Quatro textos cobrem a apresentação do Arquipélago da Madeira. Assim, podemos viajar até aos primórdios do seu povoamento, acompanhar as formas de ocupação do solo, a criação dos primeiros aglomerados populacionais e as sucessivas fases de povoamento nos séculos XV e XVI, através do texto de Maria Luís Rocha Pinto e Teresa Rodrigues. Segue-se uma perspetiva sobre a evolução demográfica da cidade do Funchal, entre 1750-1830, que nos remete para a compreensão do crescimento demográfico de uma urbe com significativa população flutuante, usando para o efeito métodos agregativos, bem como para a deteção das crises de mortalidade, num estudo conduzido por Carlota Santos, Paulo Teodoro de Matos e Paulo Silveira e Sousa. Num outro estudo, da autoria de Nelly de Freitas, tendo como pano de fundo a emigração, revela-se o perfil do emigrante madeirense em S. Paulo (Brasil), nos finais de Oitocentos, na sequência da abolição da escravatura (1888), tendo como destino os cafezais. Por seu turno, Isabel Tiago de Oliveira apresenta as dinâmicas demográficas da Ilha da Madeira, de 1890 a 2011, revelando um processo de transição longo e complexo, muito marcado em alguns indicadores pela dimensão social do grupo de pertença, com a emigração a emergir como um dos principais fatores integrante dessas dinâmicas.

O Arquipélago dos Açores, sobre o qual têm recaído mais estudos demográficos, nomeadamente na área da demografia histórica (muito pelo impulso de Norberta Amorim, através do uso da sua metodologia de reconstituição de paróquias e dos variados estudos demográficos a que tem procedido neste território), é coberto através de sete textos. É precisamente Norberta Amorim que nos abre as pistas do estudo, fornecendo-nos uma perspetiva do que têm sido esses estudos de Demografia Histórica centrados nos Açores: “uma história de ambição”, justamente assim classificada pela autora, que nos apresenta alguns resultados desse labor. Já Avelino de Freitas de Meneses, num cuidado estudo de confronto crítico da informação, avalia listas de habitantes para efeitos de elaboração de níveis quantitativos para a população dos Açores nos meados do século XVIII. O mercado matrimonial das elites açorianas no Antigo Regime é abordado por José Damião Rodrigues, testando variáveis do parentesco como endogamia, consanguinidade e reprodução social subjacentes às estratégias matrimoniais e aos efeitos de aliança social através do matrimónio. A flutuação da mortalidade na cidade de Angra, no século XVIII, e

seu relacionamento com as conjunturas económicas são o objeto de estudo de José Guilherme Reis Leite e Maria Hermínia M. Mesquita , apresentando a conclusão de não surgirem localmente tipos de “crise muito grave”. Por sua vez, Paulo Silveira e Sousa, reconhecendo o papel importante que os Açores sempre desempenharam como elo de comunicações nas redes de troca, fala-nos da emigração e da criação de condições expulsivas num território marcado pelas desigualdades, pelas dificuldades e múltiplas crises de subsistência: primeiro o Brasil como destino, desde cedo, mais tarde, mas de forma persistente, os Estados Unidos, detendo-se o autor também nos contributos dos emigrantes para a reprodução social e a rede de relações exteriores, tendo como pano de fundo a experiência histórica da Ilha de S. Jorge. O problema das crianças abandonadas, através da exposição, tomando como elementos comparativos os processos decorridos entre distritos da Horta e de Viana no século XIX, foi abordado por Teodoro Afonso da Fonte. Por último, Gilberta Pavão Nunes Rocha, percorre a demografia dos Açores entre 1864-2011, sublinhando a sua “tese da diversidade da dinâmica populacional”, recuperando neste contexto o conceito de ilhas nodais / ilhas marginais, ao mesmo tempo que sublinha o papel da emigração, bem como o recente e rápido duplo (no topo e na base da pirâmide) envelhecimento da população.

Na sua diversidade temática e cronológica, o presente volume, conjugando os contributos de vários especialistas, oferece-nos, pois, uma perspetiva renovada da população e dos seus padrões comportamentais nas sociedades insulares dos Açores e da Madeira, o que nos permite reconhecer mais amplamente a sua história, colocando a população na ordem do dia, pois , como dizia Pierre George, “tudo é puramente virtual desde que a população esteja ausente”.

PARTE I - O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

O POVOAMENTO DAS ILHAS DA MADEIRA E DO PORTO SANTO NOS SÉCULOS XV E XVI

MARIA LUÍS ROCHA PINTO¹
TERESA FERREIRA RODRIGUES²

Este estudo³ encontra-se dividido em três partes, que diferem em termos de fontes, metodologias e perspectivas de análise. A primeira, designada “Características do espaço insular”, procura a) sintetizar várias teses existentes sobre o início do povoamento das ilhas do arquipélago da Madeira, nomeadamente quanto às suas origens e entidades responsáveis; b) apresentar os aspectos mais relevantes das formas de ocupação e aproveitamento do solo, com especial destaque para a naturalidade dos primeiros colonos, às formas encontradas para fixar as gentes indispensáveis ao aproveitamento das ilhas, à fundação dos aglomerados populacionais e às formas de organização económica, social e espiritual; e c) analisar as três fases de povoamento normalmente aceites para a realidade insular: a primeira até 1450, a segunda de 1450 a 1550 e a terceira estendendo-se para além dos limites cronológicos desta síntese.

As páginas seguintes tratam da evolução populacional até 1600 e procuram acompanhar as formas e ritmos de crescimento dos residentes na Madeira e no Porto Santo, embora sejam mais completos os dados existentes sobre a primeira, o que justifica o maior desenvolvimento de que foi alvo. A perspectiva que orienta esta parte do estudo visa contornar metodologicamente os obstáculos que se erguem à completa apreensão das formas e direcções da ocupação humana, dada a falta de valores consistentes para épocas tão recuadas. Optámos por seleccionar alguns indicadores que nos davam maior segurança quanto às conclusões a obter, o que justifica o ponto

¹ GOVCOPP-DCSPT-UA. mluispinto@ua.pt

² IPRI-UNL. trodrigues@fcsh.unl.pt

³ O presente texto é uma síntese de uma conferência realizada pelas autoras em 1992 no Funchal, no âmbito do III^o Colóquio Internacional de História da Madeira, publicada em Actas no ano imediato (PINTO e RODRIGUES, 1993: 403-471).

dedicado ao ritmo de criação das freguesias, entendido como forma indirecta de avaliar a dinâmica demográfica em períodos pré-estatísticos. Usamos ainda algumas descrições coevas e analisam-se comparativamente as informações disponíveis sobre a população global das ilhas, sua distribuição, ritmos de crescimento e densidade de povoamento. A segunda parte do estudo termina com a observação dos efectivos humanos a nível paroquial, recorrendo a informações locais que permitem ajuizar sobre a desigualdade dessa evolução, que privilegia a costa sul em relação à costa norte e, na primeira, a cidade do Funchal, já então a manifestar tendências de macrocefalia.

A terceira parte da investigação é dedicada aos comportamentos demográficos. Baseia-se no levantamento sistemático e anónimo dos assentos efectuados entre 1538 e 1600 de 22 das 35 freguesias então existentes. Após algumas considerações sobre a qualidade dos dados, retomamos o tema das fases de crescimento da população, agora baseado nas séries de baptismo. Determinam-se os níveis médios de natalidade, mortalidade e nupcialidade e respectiva sazonalidade, e aborda-se a questão da ilegitimidade e do abandono. Procuramos ainda desenvolver o tema da mobilidade interna e das migrações externas. Por último incluímos alguns apontamentos sobre a estrutura profissional, tomando como estudo de caso a Ribeira Brava, freguesia que alia características económicas, dimensão populacional e grau de mobilidade que parecem torná-la uma espécie de freguesia tipo da sociedade madeirense quinhentista.

1. AS CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO INSULAR

O Descobrimento – Na cartografia de Trezentos figuram algumas representações geográficas que dado o rigor da sua localização indiciam um conhecimento de facto daquela zona. O arquipélago da Madeira consta do mapa de Angelino Dulcert (1339), do *Libro del Conoscimiento de todos los Reynos* (meados do século XIV), do testemunho do Irmão Mendicante (c.1348), do mapa Laurenciano de 1351 (o primeiro em que figuram os nomes de Legname, Porto Santo e Deserta), do atlas catalão de Cúesques (1375), cuja fidelidade cartográfica é maior do que a dos seus antecessores, e de outros mapas catalães e italianos, entre os quais se destaca o de Nicolau Pasqualini (1408), que refere mesmo o nome de “Mадiera”⁴.

Aventou-se a hipótese (Raymond Mauny) de o arquipélago ter sido visitado pela primeira vez antes de 1147, numa viagem de oito muçulmanos que ficaram conhecidos como os “aventureiros de Lisboa”, e que poderão ter aportado fortuitamente à ilha que se viria a denominar Madeira. Outra conjectura mais aceitável remete para a possibilidade de a expedição descobridora se ter efectuado no reinado de D.

⁴ GODINHO, 1943 e 1962; PERES, 1982; LEITE, 1960; SERRÃO, s/d: 232; COSTA, 1997; ZURARA, 1973: cap. 83; BARROS, 1777-88.

Afonso IV, aquando da tentativa de conquista das Canárias em 1341. Na viagem de regresso os portugueses e genoveses participantes terão visto e baptizado as ilhas.

No entanto, já em meados do século XIV navios mediterrânicos frequentavam as Canárias, o que torna possível na lógica da rota de torna viagem a escala madeirense, defendida por Magalhães Godinho: “desde que em 1402 Bethencourt ocupara algumas das Canárias sob a autoridade da coroa de Castela, [estas ilhas] serviam a castelhanos e portugueses de escala no regresso das ilhas canarinas, para aguada e caça; aí se acoitavam os piratas à espera de surpreender as velas vindas do sul”. Além do abastecimento de água e carne, aproveitavam-se as matérias tintureiras locais, nomeadamente sangue-de-drago e urzela.

Nos alvares do século XVI uma lenda consagra como autores do descobrimento do arquipélago Machim e Ana de Arfet, súbditos de Eduardo III. A versão mais antiga desta lenda consta do *Manuscrito Valentim Fernandes* (a.1509) e foi sucessivamente glosada, sendo de realçar o *Tratado...dos descobrimentos antigos e modernos* de António Galvão (1563). Mas todas as versões desta lenda são demasiado tardias e incongruentes para constituírem um alicerce sobre o qual se possa assentar qualquer construção histórica.

Francisco Alcoforado e Gonçalo Aires Ferreira, contemporâneos de João Gonçalves Zarco, destacam a prioridade da presença portuguesa nas ilhas. Tudo aponta para que as viagens portuguesas que abordaram o arquipélago no primeiro quartel do século XV não possam ser consideradas viagens de descobrimento. O (re)descobrimento poderá ter sido fortuito ou da iniciativa de João Gonçalves, com o patrocínio de D. Henrique. Na Relação de Diogo Gomes é destacada a figura do Infante e do piloto Afonso Fernandes, relegando Zarco para segundo plano. Na carta de 1450, na qual o Infante doa a Zarco a capitania da maior parte da Madeira afirma-se que a mercê dada se deve a “ele ser o primeiro que por meu mandado a dita ilha povoou e por outros muitos serviços que me fez”, o que pode ser entendido como tendo sido apenas o primeiro povoador. O mesmo sucedera a Perestrelo, na doação da capitania de Porto Santo em 1446, e a Tristão Teixeira, quando recebe em 1440 a capitania do Machico. Neste último caso, a carta nem sequer menciona o termo povoador, qualificativo que só lhe será atribuído na carta régia datada de 18 de Janeiro de 1452, onde se afirma que “ele fora um dos primeiros que por seu [do Infante] mandado fora povoar as ditas ilhas”. O termo descobridor não aparece em nenhum documento entre 1419 e 1425, figurando sempre o termo povoar.

Temos ainda a questão da datação. Segundo Alcoforado Aires teria sido realizada em 1417 uma viagem castelhana, a primeira viagem fortuita a Porto Santo seria em 1419 e em 1425 uma missa assinala o início do povoamento. Para Zurara, a primeira viagem teve lugar após o regresso do descerco de Ceuta (1418 ou 1419), devendo o povoamento iniciar-se em 1420. Em carta de 1460 Dom Henrique afirma

ter sido iniciado o processo trinta e cinco anos atrás, o que remete para o ano de 1425. Deste modo, as datas indicadas por Zurara não parecem totalmente correctas.

A este propósito Magalhães Godinho conclui que os primeiros colonos chegaram após o fim do cerco de Ceuta e a colonização das ilhas só se organizou depois do fracasso da expedição de Dom Fernando de Castro às Canárias, em 1424. Na sua óptica, ambos os insucessos são determinantes da forma como se passou a encarar o arquipélago, base estratégica para atacar a costa marroquina e reduzir a pirataria adversária. Em breve as ilhas passariam a constituir um novo centro de abastecimento de pão, carne, açúcar, plantas tintureiras, couros, vinho e madeiras.

A ocupação do solo: o povoamento – Para estudar o processo de colonização da Madeira temos que falar do problema mais vasto da colonização ultramarina, para o qual Orlando Ribeiro sugere duas vias de abordagem: 1) através da análise dos instrumentos da vida quotidiana e humilde; e 2) através da filiação das grandes obras de arte, vias aparentemente contraditórias nos seus resultados. É impossível afirmar com rigor as origens da população madeirense, embora considerando os vestígios patentes em objectos e práticas de uso comum fosse maioritariamente natural do Norte e do Algarve.⁵

“Primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, completamente ocupados nos meados do século XV, são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o Continente desconhece...”⁶. Cedo habitadas nos seus lugares mais favorecidos, estas ilhas foram uma rude escola de colonização. Embora limitada pela extensão de camadas vulcânicas e declives impraticáveis, a sua população cresceu até níveis próximos da saturação e numa fase posterior, elas tornam-se áreas emissoras de população para outras partes do Império⁷.

Apesar da densíssima vegetação florestal que cobria o solo madeirense e do acidentado das suas encostas, os primeiros povoadores procederam sem demora à exploração da costa. Segundo relatos coevos efectuaram-se desembarques nos pontos de mais fácil acesso, que prepararam o início do movimento colonizador⁸. Rapidamente foram fundados núcleos populacionais, cujo isolamento em muitos

⁵ Referimo-nos ao tipo de enxada trasmontana e minhota usada em Santana, ao moinho manual mais popular no Algarve, ao arado utilizado no Minho e Beira Alta, à azenha e o tear de origem minhota, a alguns instrumentos musicais típicos de Entre Douro e Minho e ao folclore de raiz árabe e nortenho (DIAS, 1953: 23).

⁶ RIBEIRO, 1962: 45-46.

⁷ RIBEIRO, 1962: 15.

⁸ Veja-se, entre outros, ARAGÃO, 1981. FRUTUOSO (1968; 1983) faz também um relato destas primeiras incursões.

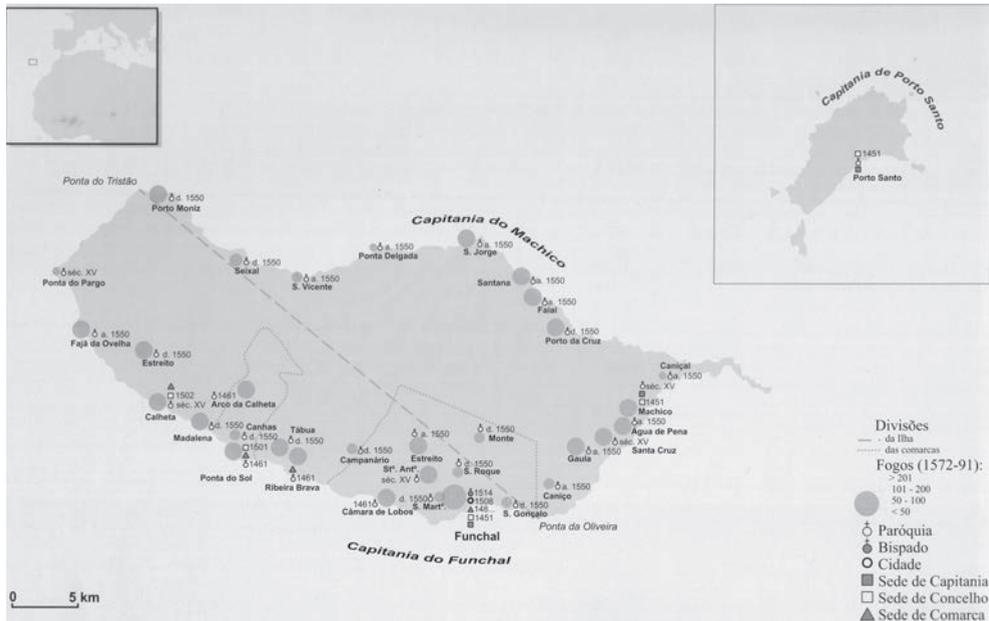


Figura 1. Povoamento e colonização da Madeira (sécs. XV-XVI)

Fonte: A. H. de Oliveira Marques e João Alves Dias, *Atlas histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, p. 222 (“Povoamento e colonização da Madeira, sécs. XV-XVI”)

casos era apenas quebrado no Verão. O bom clima e o solo fértil foram os factores determinantes para o rápido aumento dos efectivos. Esta primeira fase correspondeu ao arroteamento de terras, à construção de habitações e à formação de pequenos núcleos, conhecidos pelo termo “fazendas povoadas”⁹.

O povoamento inicia-se simultaneamente no perímetro actual da cidade do Funchal e em diversos pontos na costa sul. Embora fosse relativamente avultado o número de colonos vindos do Reino, estes eram insuficientes para uma larga exploração agrícola, entre outras razões pelo acidentado dos terrenos, a densidade florestal e o sistema de irrigação conhecido. Assim se explica o recurso ao elemento escravo que se veio a juntar aos sesmeiros e que em fins do século XV parecia constituir sensivelmente 12% da população total, ou seja, cerca de dois milhares (Figura 1).

A distribuição de terras pelo sistema das sesmarias¹⁰ favoreceu o estabelecimento de muitas fazendas, onde os primitivos povoadores viviam com familiares e escravos. Quando nasceu o “contrato de colonia” cerca de 75% dos terrenos aráveis converteram-

⁹ FRUTUOSO, 1983: 131.

¹⁰ Princípio estabelecido quando das doações das capitânias, através dos Regimentos então passados.

-se em vínculos e morgadios e após a vinculação dos terrenos, os sesmeiros ricos e colonos abastados abandonaram as actividades agrícolas e procuraram nos centros de maior dimensão uma vida mais confortável. A cidade do Funchal cresce em grande medida devido a esses proprietários rurais absentistas, que entregaram o cultivo das terras a colonos e escravos. Muitos deles passam a dedicar também à mercancia.

Às fazendas povoadas chegaram frades franciscanos para exercer funções eclesiásticas nas capelas e ermidas. Com capelães privativos, estes centros de culto em breve se transformaram em curatos e capelanias com foros de paróquia, constituindo as sedes das futuras freguesias. Em meados do século XIV existiam já dez, sediadas nas capelas mais centrais de cada povoado. Além delas outros locais de culto prestavam serviço religioso, vindo a constituir núcleos paroquiais à medida que o povoamento prosseguia para o interior.

A segunda fase de povoamento estende-se de 1450 a 1550 e representa um período de desenvolvimento demográfico, agrícola, artesanal e mercantil. De acordo com Joel Serrão, a exploração económica do arquipélago mostra neste período duas fases, a primeira pautada pelo aproveitamento imediato daquilo que apresenta valor mercantil (madeiras, pastel, urzela) ou alimentar (peixe); a segunda por uma economia de produção, destinada à subsistência dos povoadores e também à exportação de trigo, gado, mais tarde açúcar e vinho. Os dois tipos de economias estão presentes nas ilhas, excepto na Deserta, onde apenas a criação de gado consegue vingar¹¹.

De facto, o arquipélago distingue-se desde os primeiros anos por uma agricultura rica e complexa, sem o regime de monocultura e fortemente virada para a exportação. A mais antiga descrição sobre esta matéria é feita em 1455 por Cadamosto. No Porto Santo retirava-se sangue-de-drago, criava-se gado e só tardiamente se introduziu a cevada e o trigo. Mas na Madeira, com solos ricos e bom clima, cultivaram-se cereais (sobretudo trigo e aveia) e existia toda a espécie de gado, de que a ilha até meados de Quatrocentos será grande exportadora. A pouco e pouco os cereais serão substituídos por canaviais, que em meados do século XVI vão começando a ceder lugar aos vinhedos. Embora com menor interesse económico produzia-se também mel, seda, madeiras, sangue-de-drago e urzela. A este progresso corresponde uma grande expansão dos povoados, dando origem a novas paróquias. Em 1508 a vila do Funchal é elevada à categoria de cidade e nela se estabeleceu em 1514 a sede da primeira diocese. A cidade surge como um pólo aglutinador de uma população já enraizada¹².

Numa terceira fase, correspondente aos finais do século XVI, as ilhas são atingidas por um fase de estagnação e isolamento, sentido nomeadamente a nível económico. A partir de então, “a Madeira ficará entregue a si própria, [tornando-se]

¹¹ SERRÃO, s/d: 231.

¹² RIBEIRO, 1962: 251.

cada paróquia...o centro da vida; o raio visual é o dos limites do campanário¹³ (Figura 1).

2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A Criação de Freguesias – Apesar das precauções necessárias, o facto de estarmos a analisar um espaço em fase inicial de povoamento permite considerar o processo de criação das freguesias como indicador precioso para avaliar a intensidade do ritmo colonizador. O desmembramento ou multiplicação das paróquias em dado espaço é, por si só, um factor primordial para avaliar o surto do mesmo¹⁴. Veja-se o exemplo do Porto Santo, que até finais do século XVI possuía apenas uma paróquia, por nunca ter ultrapassado os 900 habitantes.

Tabela 1. Datas de Criação das paróquias nas ilhas da Madeira e de Porto Santo

Freguesias	Datas de Criação	Freguesias	Datas de Criação
S. Maria Maior	1437 ; 1557	Tabua	1566
Sé	1508	Ponta Sol	1450
S. Pedro	1566 ; 1587	Canhas	1581
S. Roque	1579	Madalena	1581
S. Martinho	1579	Arco Calheta	1572
Santo António	1521/1527	Calheta	1430
N. Senhora do Monte	1565	Est. Calheta	1562
S. Gonçalo	1588	Fajã Ovelha	1550
Caniço	1527	Ponta Pargo	1522
Gaula	1512	Porto Moniz	1540
Santa Cruz	1450	Seixal	1553
Água de Pena	1561	S. Vicente	4º Quartel XV (?)
Machico	1450	Ponta Delgada	1520
Caniçal	1561	S. Jorge	1517
Câmara Lobos	1430	Santana	1558 (?)
Est. Câmara de Lobos Lobos	1509	Faial	1516
Campanário	1508	Porto Cruz	1577
Ribeira Brava	1440	Porto Santo	Séc. XV (?)

Fonte: *Elucidário Madeirense*, 1983: 52/53

¹³ FRUTUOSO, 1983: 217-219.

¹⁴ MARQUES, 1981: 19.

Os critérios de criação das paróquias eram essencialmente demográficos e económicos, mas também de prestígio. O próprio sistema de concessão da terra sob a forma de sesmarias levou numa primeira fase à fundação de capelas de opulência variável, consoante as posses e devoção dos seus principais proprietários. Desta forma surgiram os primeiros centros de devoção, correspondendo às futuras paróquias, só arregimentadas à medida que se ia formalizando a organização jurídico-administrativa e religiosa do território insular.

Na Madeira a origem das primeiras paróquias coincidiu com o início da ocupação humana, a mais antiga das quais no Funchal, com sede numa capela situada em Nossa Senhora do Calhau. Inicialmente a sua área era muito vasta, não correspondendo ainda à evolução populacional. Pela mesma época outros centros espirituais iam sendo fundados, obedecendo a sua distribuição às já mencionadas razões geográficas e económicas. De criação quatrocentista surge na costa sul a este do Funchal o Caniço, Machico e Santa Cruz e a oeste Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta. Na costa norte, os primeiros povoadores fixaram-se em São Vicente, pertença da capitania do Machico (Tabela 1).

Dada a escassez documental é difícil acompanhar a evolução paroquial madeirense. Dificuldades de comunicação e dispersão do povoamento levaram com frequência à procura de soluções de autonomia relativa de certas capelas em relação às igrejas paroquiais de que dependiam. Vários foram os curatos autónomos, muitos dos quais terão em pleno século XVI autonomia suficiente para efectuarem assentos de baptismo, casamento e óbito. No termo do Funchal, por exemplo, as capelas de São Martinho, Santo António, São Roque, Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora das Neves já na primeira metade de Quinhentos formavam outros tantos centros populacionais e constituíam fazendas povoadas de relativa dimensão.

Nos antípodas das razões que nos podem levar a considerar o ritmo de criação das paróquias como indicador de crescimento populacional, há que referir os lugares onde o estabelecimento de paróquias decorreu da necessidade de assistir espiritualmente um grupo isolado e pequeno de almas, como sucedeu no caso do Caniçal e dos núcleos da costa norte e extremo ocidental.

A partir de meados de Quinhentos assiste-se por toda a ilha à rápida criação de freguesias, justificada pela necessidade de cuidar das muitas almas já então radicadas. Das áreas de origem quatrocentista se desmembraram novas paróquias, quando a população foi galgando os montes e lombas. As dinâmicas de desenvolvimento económico explicam no início do século XVI o aparecimento da freguesia da Sé, que substitui Nossa Senhora do Calhau, bem como da freguesia de Estreito da Câmara de Lobos, desmembrada a partir da Câmara de Lobos.

O fenómeno intensifica-se nas décadas de 50 a 70. O crescimento do Funchal e a invasão das encostas vizinhas justifica os sucessivos desmembramentos e desmultipli-

cação do termo ao longo dos anos 60 e 70, até atingir um máximo de oito freguesias em 1600. Em 1566 um relato coevo estima existirem na cidade entre 1300 e 1400 vizinhos, além de quatro engenhos com muitos trabalhadores. O Funchal “cresceu de poucos anos a esta parte” e os curas “não podem acudir a tantos nem trazer conta com tanta gente assy polla multidão como por Estarem mujto Espalhados”, sobretudo “na parte no cabo da cidade, onde se situa a ermida da Invocação de São Pedro”¹⁵. Criam-se Nossa Senhora do Monte e São Pedro, em 1579 São Roque e São Martinho e em 1587 recria-se a freguesia de São Pedro, extinta quando da criação das duas anteriores.

Mas o fenómeno não se limita ao Funchal. Em 1577 é fundada na costa norte a freguesia de Santana a partir de São Jorge e em 1581 é criada a Madalena do Mar, desmembrada da Ponta do Sol. Haverá que esperar até 28 de Dezembro de 1676 para assistir a novas criações paroquiais¹⁶. Se relacionarmos este facto com o desenvolvimento económico e as dificuldades de penetração do povoamento para o interior por condicionalismos geográficos, ganha consistência a hipótese da já aludida estagnação, alargada nos seus efeitos à dinâmica populacional. A crise parece ter levado mesmo ao abandono da ilha em direcção a zonas mais atractivas, nomeadamente os Açores e sobretudo o Brasil.

As descrições – As descrições efectuadas pelos viajantes que às ilhas se deslocaram em diferentes momentos constituem outras fontes preciosas de informação. A primeira, já aqui referida, data de 1455 e é da autoria de Cadamosto, mas será no século XVI que elas se tornam mais frequentes, embora com graus diversos de fiabilidade e rigor, como a *Viagem de Pompeo Arditì de Pesaro*¹⁷ de 1567 e a *Descrittione de l'Isola de la Madera*¹⁸, efectuada em 1530 por Giuli Landi. Mas podemos usar outros tipos de documentação para obter uma imagem sobre o evoluir da população madeirense durante o período visado. Tal objectivo exclui, à partida, referências dispersas que encontramos em fontes oficiais ligadas à necessidade de organização socioeconómica e administrativa do espaço insular. Normalmente conseguidas com propósitos fiscais, os valores adiantados são dispersos no tempo e têm um carácter meramente pontual.

Na realidade existem vários tipos de documentação com dados suficientemente consistentes para permitirem ilações sobre a população das ilhas, considerada como um todo e à escala paroquial (Tabela 2). O mais conhecido é o manuscrito de Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra*. O Livro Segundo, redigido entre 1583 e 1584, inclui uma descrição geográfica e toponímica da ilha, com indicações sobre o total de fogos

¹⁵ IAN/TT – *Cabido da Sé do Funchal*, 2, doc. 14 (20/Jun/1566).

¹⁶ Para acompanhar a evolução madeirense e as áreas donde foram desmembradas cada uma das paróquias, veja-se VIEIRA, 1987.

¹⁷ *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1948: 173-183.

¹⁸ FRUTUOSO, 1968.

de quase todas as paróquias, os quais se reportam ao período 1579-1583, embora de fonte desconhecida. O tomo acrescenta informações suplementares fornecidas por Jerónimo Dias Leite, Cónego da Sé. A edição de 1873 de *As Saudades da Terra*, anotada por Álvaro Rodrigues de Azevedo, menciona também vários alvarás régios datados entre 1579 e 1591, que determinaram a criação das paróquias e onde se mencionava o montante da cõngrua do pároco, actualizada de acordo com o volume de paroquianos¹⁹. Por último, refira-se o *Recençamento dos fogos Almas Fregesias e mais Igrejas que tem a Ilha da Madeira...*²⁰, publicado por J. Brito Gomes e datável de 1598. Esta é a fonte mais completa, por incluir fogos, almas e o total de menores de 7 anos para as 36 freguesias da Madeira e Porto Santo.

Avaliações globais e densidades de povoamento – Apesar das limitações impostas pelas fontes, é possível obter uma ideia aproximada sobre a evolução do total de residentes nas ilhas entre 1453 e inícios do século XVII, cujos resultados relativos ao total de fogos e almas se apresentam na Tabela 2.

Tabela 2. Evolução Global da População Madeirense

Datas	Fogos	Habitantes	Observações	Fonte
1453	150	–	–	G. E. Zurara, ob. cit., cap. 83
1455	800	[4560]	–	Cadamosto, ob. cit.
Final séc. XV		15/18000	2000 são escravos	Eluc. Madeirense, vol. III, 133
1500	–	18000	2000 são escravos	Idem, vol. III, 103
1552	–	20000	–	Idem, vol. I, 408
1567	–	18/20000	–	Pompeo Arditì, ob. cit.
1572	–	22172	3000 são escravos	Eluc. Madeirense, vol. III, 103
1579	–	c. 25000	3000 são escravos	Idem, vol. II, 468
1580	–	21800	–	Idem, vol. III, 103
1585	6045	–	–	Gaspar Frutuoso, ob. cit.
1590	–	29548	–	Eluc. Madeirense, vol. III, 103
1594	–	28820	–	Visita Ad Limina
1598	5328	29028	–	Recençamento...
1614	–	28345	–	Eluc. Madeirense, vol. III, 103

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas.

¹⁹ Embora só esporadicamente indiquem o número de fogos, a disciplina introduzida pelo alvará de 11 de Dezembro de 1572 estabelece a avaliação da seguinte ordem de grandeza: Paróquias com mais de 200 fogos, cõngrua de 34 mil reais; de 100 até 200 fogos, cõngrua de 25 mil reais; até 100 fogos, 20 mil reais (FRUTUOSO, 1968: 535, Nota 1).

²⁰ GOMES, 1932: 28-35.

Entre 1453 e 1455 o número de fogos sobe de 150 a 800, valor surpreendente que poderá ser real, porque corresponde à fase de instalação, desconhecendo-se os valores relativos ao total de habitantes. Em relação à primeira data, Zurara afirma que o quantitativo adiantado não incluía mercadores, homens e mulheres solteiras e mancebos, o que torna impossível estimar a população a partir da aplicação de um coeficiente ao número de fogos, estimativa que, no entanto, efectuámos para o total adiantado para 1455 por Cadamosto. Nas ilhas existiriam então cerca de 4500 pessoas, se considerarmos uma dimensão média de 5,7 habitantes por fogo, semelhante à encontrada para o século XVI. Só voltamos a conhecer o número total de fogos no último quartel de Quinhentos, mas a complexidade dos mesmos, ao incluírem engenhos e fazendas de açúcar de composição complexa, dificulta a comparação no tempo. Assim, a descida dos valores entre 1585 (dados a que faltam algumas freguesias) e 1598 (onde apenas é omissa a pequena freguesia de Porto da Cruz) poderá estar ligada à crise da economia açucareira ou apenas a um diferente critério na contagem.

Mau grado estas limitações de índole qualitativa possuímos informações que permitem acompanhar a evolução do volume de habitantes, embora nem sempre saibamos se os valores incluem Porto Santo e seja difícil verificar a inclusão de alguns grupos, como os escravos (entre 2 e 3 milhares, 11 a 14% da população total, consoante as épocas), militares, eclesiásticos, transeuntes (em número significativo, dadas as actividades económicas predominantes). É igualmente impossível determinar se os totais contabilizam os menores de 7 anos, questão não menosprezável, uma vez que em 1598 o grupo representava 27,7% do total de residentes.

Os valores da Tabela 2 incluem algumas correcções introduzidas aos quantitativos referidos pelas fontes. Em 1500 às 16 mil almas contabilizadas somámos 2 mil escravos estimados para a época e em 1572 às 19172 almas acrescentamos 3 mil escravos. Este último valor é baseado em Gaspar Frutuoso, segundo o qual um rol de confessados efectuado na Quaresma de 1552 apontara o volume de 2700 escravos no Funchal e termo, a que haveria de acrescer mais de 300 chegados à ilha até 1566. Dado que este período corresponde à época áurea do emprego de mão-de-obra escrava, é de crer que tal valor não tenha sido ultrapassado, pelo menos até finais dos anos 70. É possível que as 21800 almas imputadas ao ano de 1580 excluam os escravos, grupo que todos os autores coevos afirmam ter decrescido na sequência do declínio dos engenhos e por via da alforria e miscigenação. Sabemos, no entanto, que os totais adiantados para a última década da centúria abarcam toda a população, uma vez que foram compilados a partir dos efectivos registados nos róis de confessados. A inserção do número de residentes de 1614 destina-se a complementar a análise sobre as fases de crescimento populacional insular, uma vez que as *Visitas ad Limina* redigidas em 1599 e 1601 mantêm os totais apontados em 1594, o que as torna inutilizáveis.

Em termos gerais, a população das ilhas aumenta quase 540% entre o início do povoamento e o fim do século XVI. Este resultado extremamente elevado esconde distintas fases, cuja análise se torna mais clara através do cálculo das taxas de crescimento anual médio, embora estas apenas traduzam ordens de grandeza, dada a pouca fiabilidade dos dados (Tabela 3). No período que decorre entre 1455 e inícios de XVI o facto de decorrer ainda a fase de instalação, com chegadas regulares de gente do Reino explica o resultado das taxas de crescimento anual médio, que ultrapassam os três pontos percentuais. Durante a primeira metade de Quinhentos o aumento demográfico fixa-se em níveis próximos de zero. Muito lento de início, torna-se progressivamente mais rápido à medida que avança a segunda parte da centúria, mas a recta final de Quinhentos e os primeiros anos de seiscentos são uma vez mais de estagnação. O número de efectivos reduz-se 0,1% ao ano na viragem para o século XVII.

Tabela 3. Crescimento Anual Médio da População Madeirense (%)

Anos	T.C.A.M.
1455- 1500	3,1
1500- 1552	0,2
1552- 1572	0,5
1572- 1598	0,9
1598- 1614	- 0,1

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas na Tabela 2.

A Tabela 4 corrobora as conclusões anteriores, testemunhando o aumento das densidades de povoamento, embora este indicador não traduza da melhor forma as dinâmicas da ocupação humana. A densidade populacional passa dos 5,8 hab/km² em meados do século XV para 23 no início da centúria seguinte, acréscimo de quase 300% em menos de meio século. Como esperado, durante o século XVI o aumento é gradual embora contínuo, com uma ligeira inflexão na última década (passa de 37,7 hab/km² para 37,1). Considerando apenas a Madeira, a densidade de povoamento passa de 6,2 hab/km² em meados de XV, para 38,0 em 1598. Nesta última data, a densidade estimada para o Porto Santo só dificilmente atinge os 21,5 hab/km².

Tabela 4. Densidade de Povoamento na Madeira

Anos	Densidade (hab/km ²)
1455	5,8
1500	23,0
1552	25,5
1572	28,3
1590	37,7
1598	37,1

Fonte: Elaboração própria com base nas fontes citadas na Tabela 2.

Na Madeira era elevada a dimensão dos fogos, ou seja, o número de habitantes que em média residiam em cada núcleo habitacional, o qual atinge ao findar o século XVI o valor provável de 5,7 habitantes, resultado muito superior aos 4 a 4,5 registados em média no mesmo período em Lisboa, Coimbra ou Algarve. Mas a já mencionada diversidade quanto às formas de habitação, nomeadamente devido à escravatura e às formas de exploração típicas da economia açucareira, reflectem-se nestes valores finais, que só quando relacionados com a actividade económica prevalecente em termos paroquiais adquire algum significado.

As freguesias e a sua evolução populacional – A Tabela 5 apresenta o número total de fogos e almas de 26 das 35 freguesias do arquipélago para a segunda metade do século XVI, com base em alvarás passados entre os anos de 1572 e 1591²¹. Das freguesias omissas apenas uma tem menos de 100 fogos, seis contam entre 100 e 200 e duas têm mais de 200 fogos, não contando mais de 25% do total provável de residentes.

Tabela 5. Número total de Fogos na Madeira, por freguesias (2ª metade do século XVI)

Freguesias	Fogos		
	1572/91	1579/83	1598
Santa Maria Maior	348	–	
Sé	>200		1891
S. Pedro	288		
S. Roque	>100	2000	–
S. Martinho	>100	–	

²¹ Cf. MELO, 1979: 42.

Tabela 5. Número total de Fogos na Madeira, por freguesias (2ª metade do século XVI) (cont.)

Freguesias	Fogos		
	1572/91	1579/83	1598
Santo António	120	–	388
N. Senhora Monte	57		
S. Gonçalo	40		–
Canico	136	200	200
Gaula	72	30	64
Santa Cruz	>200	800	300
Água de Pena	38	–	28
Machico	275	500/600	210
Canical	9	15	8
Câmara de Lobos	>200	200	134
Est. Câmara Lobos	80		97
Campanário	>100	100	85
Ribeira Brava	254	300	208
Tábua	53	30	74
Ponta Sol	262	500	193
Canhas	>100		80
Madalena	<100	30	23
Arco Calheta	113		123
Calheta	300	400	297
Estreito da Calheta	105	40	154
Fajã Ovelha	52	–	70
Ponta Pargo	46	200	63
Porto Moniz	33		104
Seixal	17	20	18
S. Vicente	120	250	120
Ponta Delgada	43	60	26
S. Jorge	106	100	87
Santana	50	40	55
Faial	109	100	42
Porto Cruz	30	30	–
Porto Santo	–	–	174
TOTAL		5995	5316

Fonte: 1572/91 informações dos alvarás, 1579/83 *Saudades da Terra* e 1598 *Reçençamento...*

Os quantitativos adiantados por Gaspar Frutuoso e pelo redactor do arrolamento de 1598 representam as melhores fontes que possuímos para o século XVI sobre esta matéria, pese embora o facto de vermos a nossa análise limitada aos últimos anos da centúria. A primeira enferma de diversas limitações qualitativas, das quais é especialmente evidente a agregação das freguesias do Funchal e termo, o que nos impede de avaliar o seu peso populacional, bem como o arredondamento dos números às dezenas ou centenas. Ao contrário do autor de 1598, Frutuoso não tem como objectivo prioritário o registo dos fogos existentes nas povoações, pelo que os totais que aponta surgem a propósito dos considerandos que tece sobre o ritmo de desenvolvimento de cada lugar desde a sua fundação, servindo apenas para avaliar a sua grandeza.

Ainda assim, a sua listagem permite várias conclusões, a primeira das quais se relaciona com a macrocefalia da cidade do Funchal e seu termo, que conta 2000 fogos, sendo três a quatro vezes mais populosa que qualquer outro núcleo. Seguem-se as vilas de Santa Cruz, com 800 fogos, e o Machico, com mais de 500. Ponta do Sol e Calheta vêm em seguida, respectivamente com 500 e 400 fogos, embora seja provável que estes incluam os das povoações de Canhas (a primeira) e Arco (a segunda), para as quais se omite o valor correspondente. Torna-se ainda mais nítida a hierarquia entre as freguesias mais populosas, que não difere substancialmente da observada a partir dos alvarás. Mantém-se não obstante a dicotomia entre as costas norte e sul. Na parte norte apenas São Vicente conta 250 fogos, Faial e São Jorge rondam a centena e as restantes povoações fixam-se em valores muito reduzidos, com um mínimo de 20 fogos registados no Seixal. Assim, a interioridade e o isolamento são factores restritivos à fixação populacional. De facto, também na costa sul as freguesias com menos de 100 fogos estão quase todas situadas nas encostas da ilha ou para interior (Gaula, Tábua, Madalena, Estreito da Calheta). O isolamento e os constantes assaltos de corsários e piratas explicam os escassos 15 fogos que conta a freguesia do Caniçal.

Até finais do século são pouco significativas as alterações a este panorama. O documento de 1598 explica as razões da decadência de certas zonas da ilha, que atribui à crise da produção açucareira. Vítimas desta ocorrência surgem as vilas de Santa Cruz, Machico e ainda Ponta do Sol, Tábua e Arco da Calheta. Uma inundação recente explica o decréscimo da freguesia da Ribeira Brava, enquanto o Caniçal continua sem se povoar, devido aos perigos a que estava sujeito. Entre a redacção de Gaspar Frutuoso e 1598 todas as freguesias decresceram, à excepção do Funchal e termo, que aumentam cerca de 279 fogos (14%) e do Caniço, na área de influência da cidade, que mantém os seus 200 fogos. O retrocesso populacional atinge com especial intensidade as áreas economicamente mais débeis, incluindo as freguesias do norte, pelo que não devemos imputar à recessão açucareira a total

responsabilidade pela crise então sentida. Além do número de fogos por paróquia, a fonte de 1598 inclui as almas de confissão, bem como os religiosos existentes nas freguesias. Refere ainda a existência de 8000 menores de 7 anos na ilha da Madeira, embora sem apresentar a sua distribuição por localidades.

De forma a aprofundar a análise destes dados, decidimos distribuir proporcionalmente a população menor que, como vimos, correspondia a 27,7% do conjunto de efectivos²². Os valores conseguidos através dessa redistribuição fazem parte da Tabela 6, que inclui a população menor nos cálculos da dimensão média dos fogos.

Tabela 6. População Estimada e Dimensão Média dos Fogos no Arquipélago (1598)

	Freguesias	Almas	Pop. Estimada	Hab./Fogo
1	Santa Maria Maior	–	–	
2	Sé	8100 + 153	10521	5,56
3	S. Pedro			
4	S. Roque	–	–	–
5	S. Martinho	–		
6	Santo António	2388	3057	7,88
7	N. Senhora Monte	–	–	–
8	S. Gonçalo	–	–	–
9	Caniço	627	1027	4,74
10	Gaula	241	308	5,37
11	Santa Cruz	998 + 18	1295	4,93
12	Água de Pena	138	177	6,53
13	Machico	792	1014	5,37
14	Caniçal	26	33	4,85
15	Câmara de Lobos	510 + 12	665	5,41
16	Est. Câmara Lobos Lobos	404	517	5,76
17	Campanário	309	396	5,24
18	Ribeira Brava	756	968	5,23
19	Tábua	264	338	5,17

²² A população estimada por freguesias resultou da soma de 27,7% (percentagem dos menores) aos totais de almas arroladas, subtraindo-lhes os religiosos, camada social à qual não faria sentido acrescentar a população menor. Assim: 1º Passo – Número de almas de confissão – religiosos; 2º Passo – Valor de 1ºx27,7%; 3º Passo – Valor de 2º + Religiosos.

Tabela 6. População Estimada e Dimensão Média dos Fogos no Arquipélago (1598) (cont.)

	Freguesias	Almas	Pop. Estimada	Hab./Fogo
20	Ponta Sol	781	1000	5,65
21	Canhas	278	356	5,08
22	Madalena	126	161	7,08
23	Arco Calheta	490	627	5,58
24	Calheta	1129	1445	5,40
25	Estreito Calheta	553	708	5,19
26	Fajã Ovelha	271	347	5,47
27	Ponta Pargo	198	253	4,74
28	Porto Moniz	374	479	5,20
29	Seixal	50	64	4,38
30	S. Vicente	397	508	4,91
31	Ponta Delgada	110	141	5,83
32	S. Jorge	280	358	4,82
33	Santana	184	235	4,95
34	Faial	188	241	6,08
35	Porto Cruz	–	–	–
36	Porto Santo	720	908	–
	TOTAL	21865	22053	5,70
	Menores 7 anos	=<8000		

Fonte: Elaboração própria, a partir do *Reçençamento...*

Com 908 residentes, a ilha de Porto Santo representa apenas 3,1% do total insular. Na Madeira o Funchal mantém o seu papel aglutinador, residindo na cidade mais de 10 milhares de indivíduos, perto de metade dos recenseados (49,8%), valor que ascende a 64% se considerarmos as freguesias do termo próximo. Seis outras povoações apresentam efectivos superiores ao milhar. A Calheta conta 1500 habitantes e Santa Cruz cede o terceiro lugar habitualmente ocupado, fixando-se agora nas 1300 almas. Vêm de seguida, muito próximas do milhar, o Caniço, a vila do Machico, Ponta do Sol e Ribeira Brava. A grande distância seguem as demais freguesias, algumas das quais de dimensões reduzidas. Na costa norte só São Vicente possui mais de 500 habitantes, seguida por Ponta Delgada, com 358 almas. As restantes atingem no máximo 300 almas.

Os Comportamentos Demográficos

Os registos paroquiais permitem aprofundar alguns aspectos sobre o comportamento demográfico das populações em épocas tão recuadas como as que vimos a analisar e são fontes de extrema importância, ao permitirem construir séries de relativa fiabilidade desde o século XVI, embora se admita a sua realização em casos pontuais em datas mais recuadas. Testemunhas dos grandes acontecimentos na vida de cada indivíduo (nascimento, baptismo, casamento e morte), os registos fornecem também indicações preciosas sobre as formas de estruturação social, alargando-se a campos tão diversos como profissões, estratégias matrimoniais e ligações sociais através de uma política complexa de compadrios. Um estudo baseado neste tipo de dados permite compreender as formas de organização socioeconómica e de poder local, as actividades económicas predominantes, as famílias relevantes e o tipo de relações estabelecidas entre as mesmas. Não obstante trata-se de uma análise com carácter monográfico e exaustivo, morosa e que implica a adopção de metodologias específicas. Por outro lado, há que considerar a qualidade dos dados disponíveis. De facto, para datas mais recuadas, os registos enfermam de alguns problemas qualitativos, que dificultam a sua utilização, embora não invalidem as conclusões obtidas através da sua análise mais detalhada.

A qualidade dos registos paroquiais – Esta fonte de origem eclesiástica foi instaurada na Madeira em 1538. Três regimentos do Arcebispo Primaz das Índias e de todas as terras novas descobertas regulam o princípio e forma dos assentos de baptismo (a 19 de Julho), óbito (18 de Novembro) e casamento (6 de Dezembro), cuja redacção se inicia de imediato na Sé e em Santa Cruz. Este procedimento foi rapidamente seguido nas demais, embora se tenha perdido a maioria dos livros paroquiais desses primeiros anos, devido aos saques e incêndios que vitimaram a região. À excepção da maior paróquia da ilha, a Sé, os primeiros actos foram inscritos num livro único para os três tipos de assento, embora em fólios separados²³. No início do primeiro livro de cada paróquia incluía-se uma cópia dos regimentos, idênticos aos constantes dos Livros 1 de Baptismos, Casamentos e Óbitos (Anexo I). Para cada tipo de acto enumera-se a informação a recolher pelo responsável eclesiástico²⁴. As disposições iniciais não serão alteradas até final da Centúria, embora tenha sido determinada a obrigatoriedade da divisão dos registos em três livros separados a partir de 1600, para facilitar a consulta dos assentos, então já numerosos. De facto, em várias momentos as autoridades parecem preocupar-se com o controle da qualidade dos actos, que

²³ Cf. Índice de fontes no final.

²⁴ PINTO e RODRIGUES, 1993: 421.

a distância, a relativa autonomia local e as diferentes formações literárias dos párocos poderiam fazer perigar. Acresce ainda o facto de numa só freguesia os autores dos assentos serem vários (cura, vigário, beneficiados, pregadores, clérigos e até um mestre-escola).

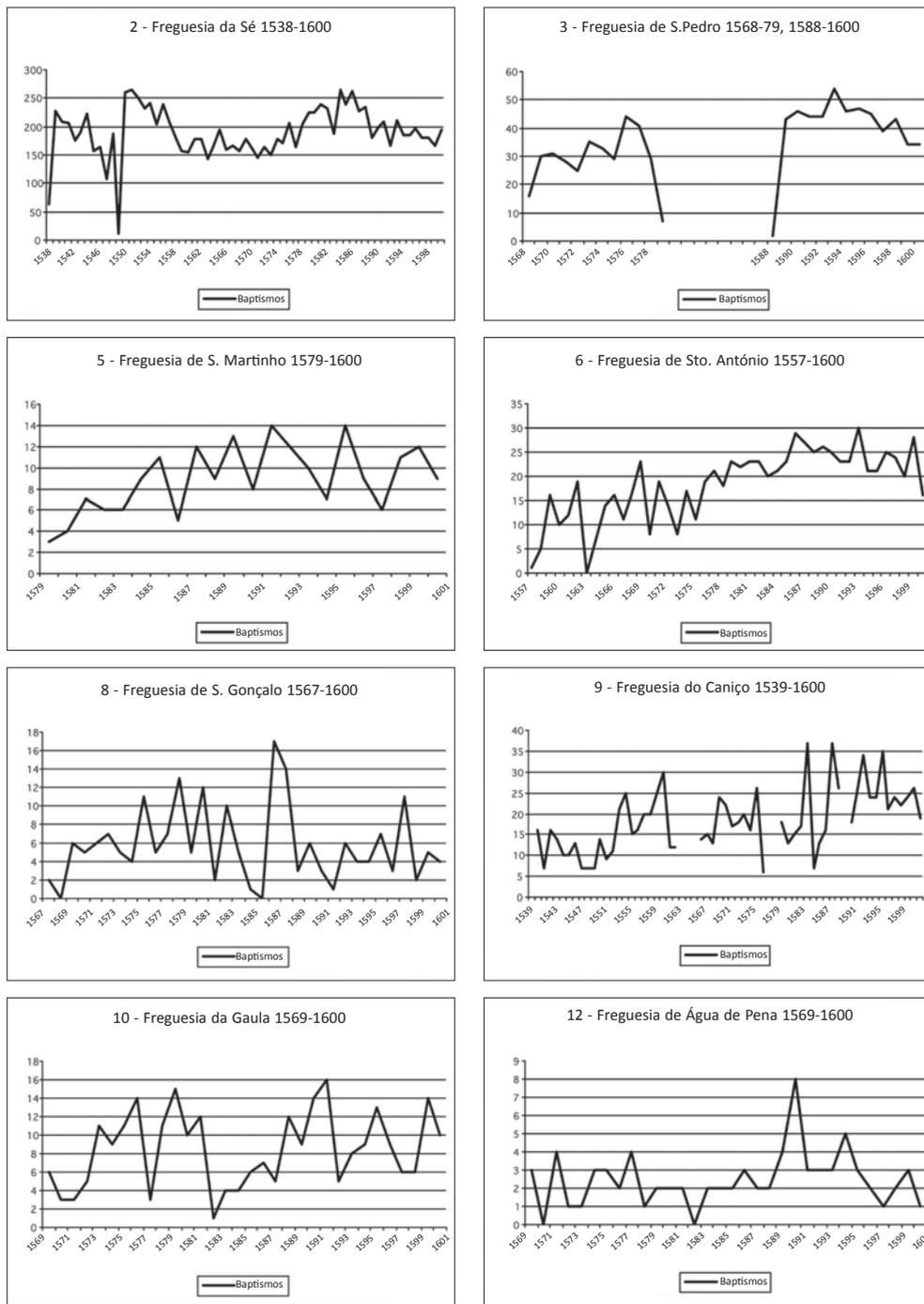
Embora surjam indícios de uma melhoria gradual nas formas de registo, só no último quartel de Quinhentos aparecem tentativas sérias de controlo qualitativo das informações, através das visitas. A primeira visita na Madeira data de 10 de Janeiro de 1589 e foi efectuada à paróquia da Sé, mas só a partir do início da década de 90 elas se tornam regulares em toda a ilha. Das 62 visitas realizadas entre 1592 e 1599 destacam-se os anos de 1594, 1595 e 1597 em que foram realizadas visitas gerais.

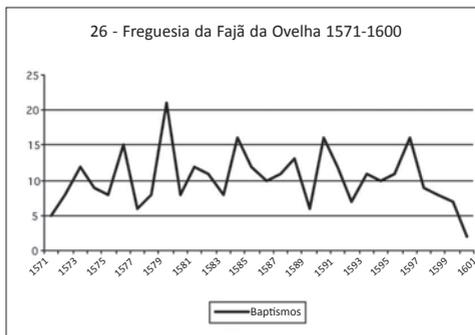
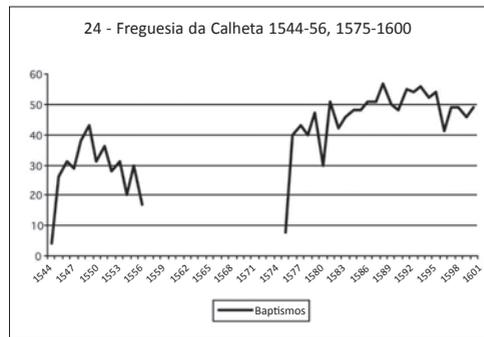
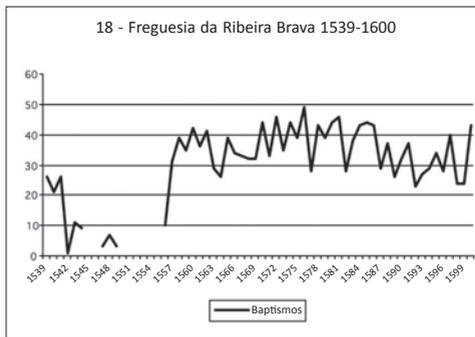
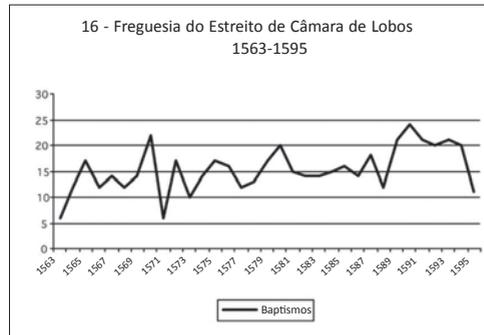
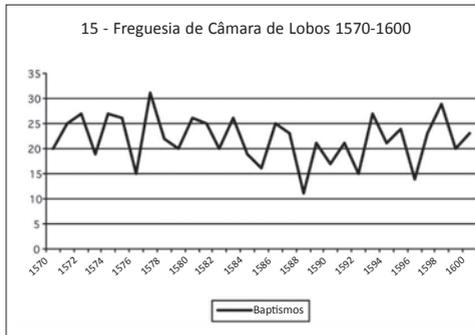
Em cada visita eram efectuadas consultas aos livros paroquiais e assentes os reparos surgidos a propósito da sua qualidade²⁵. Os mais comuns relacionam-se com omissões de dados identificativos, como a naturalidade dos pais e padrinhos da criança baptizada ou a profissão, cuja obrigatoriedade de menção fora determinada pelo regimento de 1538. Em termos gerais os baptismos possuem melhor qualidade que os actos de casamento. Em certos casos os responsáveis pelo registo omitem a freguesia de naturalidade dos noivos, a sua profissão, se e como correram os banhos. A questão é tanto mais importante, quanto se sabe existirem muitas irregularidades no estado dos nubentes. Assim, critica-se a informalidade na redacção do acto, onde se desconhece a presença das duas testemunhas obrigatórias, uma vez que estas muitas vezes não assinam os actos. Mas são os registos paroquiais de óbito que levantam maiores problemas. Muitos omitem o local de enterro e o tipo de sacramentos recebidos, outros a existência de testamento. Duma forma global “os termos não vão em boa forma”, como refere o visitador de Canhas em 1594. Faltam os menores em todas as freguesias e em muitos casos mesmo os maiores de confissão que faleceram sem testamento, provavelmente grande parte da população.

Dinâmicas populacionais – As séries paroquiais facultam uma visão de conjunto sobre as grandes linhas de tendência de crescimento populacional. Embora fosse mais correcta a análise do conjunto das curvas dos três tipos de registo (baptismos, óbitos e casamentos), o facto das séries correspondentes aos dois últimos serem muito lacunares (Anexo II) e estarem subavaliadas levou-nos a tentar encontrar as diversas fases de evolução populacional recorrendo apenas às 13 séries mais consistentes de registo de baptismos (Anexo II) (Figura 2).

²⁵ PINTO e RODRIGUES, 1993: 422-423.

Figura 2. Evolução dos Baptismos nas Freguesias da Madeira





Fonte:
Registos Paroquiais, elaboração própria.
Nota: A numeração das freguesias corresponde às da Tabela 6.

A configuração destas linhas é em tudo semelhante à encontrada noutros espaços para a mesma época, nomeadamente se atendermos à sua forma típica de dentes de serra. No entanto, apesar das irregularidades, é possível discernir vários momentos de viragem nas tendências observadas. Iniciando a análise pelas 5 freguesias da cidade e termo, detecta-se uma primeira fase descendente entre 1539 e 1547. Os valores sobem de seguida até cerca de 1555, ano em que se inicia novo declínio do total de nascimentos. A partir dos anos 60 entra-se numa fase de estabilidade, que se prolonga até 1579. Os totais voltam a subir até 1586/87, iniciando-se então novo período de lenta descida, que se estende para lá do final do século. Esta alternância de tendências é idêntica em todas as freguesias.

Para leste do Funchal podemos analisar os totais das freguesias do Caniço, Gaula e Água de Pena. As primeiras décadas de XVI parecem ser de estabilidade relativa, a julgar pela série existente. A tendência é ascendente até 1576/78, invertendo-se e atingindo valores mínimos em 1583/84. As curvas voltam a subir até inícios dos anos 90, época em que principia novo período de equilíbrio. Para oeste do Funchal, possuímos dados para 5 freguesias, embora se limitem na primeira metade da centúria à Calheta, dado que os valores da Ribeira Brava não merecem confiança. Entre 1545 e 1557 a paróquia considerada regista uma tendência negativa. Os totais referentes à segunda metade de Quinhentos permitem distinguir um período relativamente estável, seguido de um aumento que atinge o seu auge entre 1577 e 1581 e estabiliza em alta. A única alteração visível é causada pelo surto epidémico de finais do Século.

Sintetizando, podemos afirmar que na primeira metade do século XVI, as tendências de crescimento da população madeirense parecem divergir, conforme nos situamos no Funchal ou a este ou oeste dele. No referente à segunda parte da centúria existe uma consonância de comportamentos entre as freguesias da cidade e a região para oeste da mesma, distinta da verificada a leste. No primeiro grupo a década inicial corresponde a uma fase de declínio, seguida de uma de estabilidade até finais dos anos 70. Enquanto a oeste se segue um curto período de aumento dos totais de baptismos, que termina cerca de 1581, no Funchal esta fase prolonga-se até ao final da década. Ambas são seguidas de anos estáveis, que se estendem para além de 1600.

As tendências apontadas não contrariam as conclusões baseadas nas descrições dos totais de efectivos, antes as complementam, por permitirem descer ao pormenor e verificar a alternância de ritmos e fases de evolução a nível local, que nos permite agregar a ilha da Madeira em três conjuntos de freguesias, sendo maiores as semelhanças entre as duas primeiras.: Funchal, freguesias a oeste e a leste. O facto de não possuímos os valores relativos à costa norte impede-nos de conhecer o comportamento dessa zona, provavelmente diverso dos restantes.

Alguns indicadores micro demográficos – A relativa escassez de informações sobre o total de efectivos por paróquia e a qualidade dos dados de registo paroquial limitaram o tipo de indicadores sobre os comportamentos dos madeirenses em termos de fecundidade, mortalidade e nupcialidade. No entanto, foi possível calcular taxas brutas²⁶ de cada variável para 1598, momento em que pela única vez

²⁶ Taxas Brutas = (Total médio de acontecimentos/ População) * 1000. As taxas brutas das freguesias da cidade não incluem os totais de registos de Santa Maria Maior e Nossa Senhora do Monte, o que faz aumentar a subavaliação dos dados (PINTO e RODRIGUES, 1993: 430).

possuímos indicações sobre número de habitantes e de actos anuais verificados na maioria das freguesias da costa sul (Tabela 7)²⁷.

Numa primeira análise verifica-se que os resultados são demasiado baixos em todas as variáveis, embora particularmente gravosos no caso da mortalidade, o que significa a existência de um subregisto generalizado em todos os tipos de ocorrências, apenas detectável esporadicamente na análise da qualidade dos mesmos. Exceptua-se a freguesia do Campanário, onde as taxas brutas atingem 40, 35 e 10‰, respectivamente em termos de natalidade, mortalidade e nupcialidade. Em relação à primeira observam-se ainda valores plausíveis no Estreito de Câmara de Lobos, em Tábua e na Calheta. Na cidade do Funchal, em Água de Pena e no Caniçal, ao invés, os níveis de natalidade não chegam a atingir 20‰, cerca de metade do que seria normal, mesmo sem contar com os baptismos de escravos adultos.

Tabela 7. Taxas Brutas de Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade em 22 Freguesias da Madeira (c. 1598)

Freguesias	T. B. Natalidade	T. B. Nupcialidade	T. B. Mortalidade
Sé	22,1	4,6	5,0
S. Pedro	–	–	–
S. Roque	–	–	–
S. Martinho	–	–	–
Sto. António	17,3	3,2	–
S. Gonçalo	–	–	–
Caniço	25,2	3,5	8,0
Gaula	32,5	5,5	12,0
Sta. Cruz	a 24,7	5,2	11,5
Água Pena	18,6	1,1	–
Caniçal	18,2	15,2	c 38,5
Câmara Lobos	b 31,7	6,0	5,6
Est. Câmara Lobos	c 37,7	7,0	8,9
Campanário	43,8	f 10,1	f 35,6
Ribeira Brava	30,8	8,5	h 15,2
Tábua	d 35,9	5,5	d 13,9

²⁷ Os valores da Tabela 7 foram calculados com as médias decenais de baptismos, casamentos e óbitos (1590/1599), excepto nos seguintes casos: a - 1597/1600; b - 1590/95; c - 1598/00; d - 1592/00; e - 1599/00; f - 1600; g - 1595/00; h - 1590/91 e i - 1596/00.

Tabela 7. Taxas Brutas de Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade em 22 Freguesias da Madeira (c. 1598) (cont.)

Freguesias	T. B. Natalidade	T. B. Nupcialidade	T. B. Mortalidade
Ponta Sol	26,4	6,8	8,3
Canhas	–	d 15,3	d 29,2
Arco Calheta	d 33,7	8,5	–
Calheta	34,9	–	14,0
Estreito Calheta	e 21,9	–	i 20,3
Fajã Ovelha	29,4	g 7,2	–

Fonte: Elaboração própria com base em PINTO & RODRIGUES, 1993: 459-467.

Em sociedades de Antigo Regime demográfico admitem-se valores situados entre os 8 e os 16‰, consoante o tipo de actividade económica predominante no que respeita aos níveis de nupcialidade. Assim sendo, considerando a importância dos escravos no total da população e o facto de estes na sua maioria não casarem, seria expectável que as taxas brutas de nupcialidade na Madeira fossem relativamente baixas. Assim, apenas parecem não fazerem sentido o resultado obtido nas freguesias da cidade, do Caniço e de Água de Pena.

As taxas brutas de mortalidade são as que mais evidenciam o problema de subregisto e apenas nas freguesias do Caniçal e Campanário apresentam níveis aceitáveis. Este facto é tanto mais evidente se atendermos ao facto de na maioria das freguesias a média de óbitos incluir o ano da peste de 1598, que constituiu um ano de forte sobremortalidade, bem patente nas séries paroquiais²⁸.

No caso da Ribeira Brava a informação paroquial foi aprofundada no sentido da maior pormenorização dos dados, fundamentalmente ao nível dos baptismos, que principiámos por testar através da relação de masculinidade dos nascimentos. Em todos os períodos considerados as relações de masculinidade se situaram dentro do intervalo de confiança²⁹, o que demonstra que, pelo menos no que respeita ao equilíbrio entre os sexos, os valores são verosímeis, embora este facto não obste a que exista um subregisto em ambos os sexos³⁰. A informação existente permitiu ainda algumas considerações suplementares sobre o baptismo de adultos livres e escravos, que começam a surgir em 1558, embora representem menos de 2% do total. Dos 1642 baptismos registados até final do século XVI, apenas 14 foram de adultos e 16 de escravos adultos.

²⁸ PINTO e RODRIGUES, 1993: 459-467.

²⁹ NAZARETH, 1988: 186.

³⁰ PINTO e RODRIGUES, 1993: 432.

A análise dos baptismos de menores ilegítimos e enjeitados (Tabela 8) torna-se mais interessante. O volume de ilegítimos é bastante significativo quando comparado ao de enjeitados, que nunca atingem 2,5% do total de baptismos. Tal significa que pelo menos na Ribeira Brava não existia o hábito de abandonar os recém-nascidos. Já o total de crianças ilegítimas e enjeitadas regista um aumento gradual até meados da década de 70, atingindo 18,7%, o que corrobora as notícias sobre a licenciosidade dos costumes na Madeira nesta época. Mas esse momento parece marcar um ponto de viragem no que respeita à ilegitimidade e as quebras chegam a atingir 33%.

Tabela 8. Percentagens de Ilegítimos e Enjeitados no Total de Baptismos de Crianças (Ribeira Brava)

Data	Tot. Bapt. Crianças	Bap. Ileg.		Bap. Eng.		Total	
			%		%	Ileg/Eng	%
1539-41	73	10	13,7			10	13,7
1557-59	102	12	11,8	1	1,0	13	12,7
1560-64	171	26	15,2	1	0,6	27	15,8
1565-69	167	25	15,0	3	1,8	28	16,8
1570-74	198	34	17,2	3	1,5	37	18,7
1575-79	194	9	4,6	3	1,5	12	6,2
1580-84	196	10	5,1	1	0,5	11	5,6
1585-89	170	9	5,3	4	2,4	13	7,6
1590-94	146	3	2,1	1	0,7	4	2,7
1595-99	150	7	4,7			7	4,7

Fonte: Registos Paroquiais, elaboração própria.

Olhando mais pormenorizadamente os dados de base, apercebemo-nos que a maioria dos ilegítimos são filhos de escravas ou de mulheres forras. Fogem a estas duas categorias apenas 10 progenitoras, das quais uma é casada e duas viúvas. Os qualificativos sobre mulheres livres mães de ilegítimos são escassos ou inexistentes, mas o mesmo não se verifica nos restantes, mencionando-se a cor da pele (preta, mulata, mourisca ou branca). Sobre os pais destas crianças pouca informação é dada, embora se note a preocupação do pároco em referenciar a sua suspeita sobre quem possa ser. Nada sabemos sobre 92 do total de 145 casos, mas dos restantes sabemos serem escravos, trabalhadores, donos ou patrões e ainda “amigos” das mães. Uma única vez surge um eclesiástico, também designado “amigo” e ainda um fidalgo e o alcaide. Outra forma utilizada pelos párocos para designar os pais

dos ilegítimos é “pai conhecido”, sem qualquer outra indicação, desnecessária no contexto da comunidade local, porque conhecida.

Sazonalidade – A sazonalidade dos vários tipos de actos permite verificar a distribuição dos acontecimentos ao longo do ano³¹, possível no caso das séries de baptismos a partir dos anos 30. Estes interessam-nos sobretudo em termos de fecundidade, ou seja, no que respeita à sazonalidade das concepções. Tudo indica que, embora de uma forma não muito intensa, o interdito da Quaresma era cumprido, o mesmo não se podendo dizer do Advento³². Os meses em que ocorrem menos concepções são Setembro e Outubro e os de maior intensidade Abril e Maio e Dezembro e Janeiro. Nas 14 séries de registos da segunda metade do século a maioria dos nascimentos ocorre em Janeiro e Abril/Maio, voltando a ser o Verão o momento de menor volume e repetem-se os meses de menor número de concepções (Setembro a Novembro) e os de maior intensidade (Abril/Maio e Julho/Agosto).

No que respeita à nupcialidade dispomos de informação para a primeira metade do século em São Pedro e Santa Cruz e também aqui a Quaresma parece influenciar o calendário das celebrações. Em relação à segunda metade do século os valores apresentam maior coerência e o ponto alto dos matrimónios verifica-se nos meses que antecedem ou sucedem os períodos de interdição religiosa. A cidade tem um comportamento algo diverso do termo, sendo este último semelhante a quase todas as freguesias da costa sul, à excepção da Calheta. Assim, o maior número de matrimónios no Funchal ocorre nos meses de Janeiro, Abril e Maio, Outubro e Novembro, enquanto no resto da ilha se verificam máximos concentrados em Novembro, mês onde se conjuga o facto de anteceder um período interdito e de ser um mês de menor actividade agrícola. Os valores mínimos são muito idênticos em toda a ilha e registam-se entre Fevereiro e Abril e em Dezembro, parecendo traduzir o cumprimento das interdições eclesiásticas. Os habitantes casam pouco em Julho e Agosto.

No referente à sazonalidade da morte e tal como tínhamos referido, a má qualidade dos registos de óbitos impede que sobre ele sejam extraídas conclusões válidas.

Movimentos da população: as migrações – Não possuindo fontes que permitam a leitura directa dos movimentos migratórios, optámos por recorrer às informações contidas nos registos de casamento sobre a proveniência dos nubentes. Trabalhámos com 14 séries, desiguais em termos cronológicos. O levantamento

³¹ PINTO e RODRIGUES, 1993: 434-446; 468-471.

³² No Tit. 3Q, Const. 2L das *Constituições Extravagantes* de 1597, estipula-se que a criança seja baptizada até ao oitavo dia de vida (Arquivo Dist. do Funchal, cód. 1072).

das naturalidades dos nubentes da freguesia da Sé segue um critério diverso ao das restantes freguesias, pelo que desconhecemos a percentagem dos naturais da própria freguesia ou mesmo das restantes da Madeira³³.

No total de 1696 casamentos analisados os noivos são naturais da freguesia onde casam em 72,7% dos casos (um total de 119 indivíduos), indo os restantes 463 homens casar fora. Assim, 94,7% dos matrimónios efectuam-se no local de nascimento e residência das noivas. Com efeito, existem grandes diferenças de género no que se refere às estratégias de mobilidade. A percentagem de imigrantes do sexo feminino é reduzida, registando-se apenas dois actos com noivas dos Açores e do Porto Santo. Além destes encontramos 88 testemunhos de migração interna, correspondendo a mulheres naturais da Madeira que casam fora da sua paróquia de nascimento. Esta mobilidade é mais significativa nas freguesias do Funchal e termo, o que não nos surpreende.

Tabela 9. Origem dos noivos (H) que casam fora da freguesia de nascimento no Século XVI

Origens	Nº Total	%
Madeira (outras)	277	59,8
Porto Santo	1	0,2
Viana do Castelo	39	8,4
Braga	51	11,0
Porto	9	1,9
Lisboa	7	1,5
Outras Regiões	12	4,3
Não Ident. (Portugal)	28	6,0
Açores	22	4,8
Espanha (Canárias)	14	3,0
Estrangeiro	3	0,6
TOTAL	463	100,0

Fonte: Registos Paroquiais, elaboração própria.

A mobilidade masculina é mais complexa, a nível interno e externo. Cerca de 73% dos noivos são naturais da freguesia onde casam e os restantes fazem-no fora do local de nascimento. Destes mais de metade nasceu em outras paróquias

³³ MELO, 1979.

da ilha, na sua maioria geograficamente próximas, exceptuando os casamentos celebrados no centro do Funchal, onde surgem indivíduos de todo o território. A origem dos nubentes do sexo masculino é também muito diversa, embora certas regiões estejam mais representadas (Tabela 9). Encontramos indivíduos do Porto Santo, dos Açores e das Canárias; outros são estrangeiros (franceses, ingleses e espanhóis da Galiza e de Castela, estes últimos em maior número); mas o grosso dos nubentes não naturais do espaço madeirense nasceu no Reino. Destes a maioria provêm do Norte, destacando-se Braga (11,0%), Viana do Castelo (8,4%), Porto e Aveiro. Lisboa representa apenas 1,5% do total. A hipótese colocada no início do texto relativamente a uma origem maioritária do Norte e do Algarve não encontra aqui sustentação relativamente ao último. No entanto, esta hipótese também não fica infirmada, dado que a informação trabalhada corresponde maioritariamente ao século XVI, pouco nos transmitindo sobre o início do povoamento.

A análise das origens dos nubentes masculinos permite detectar fluxos de imigração preferencial de e para determinadas freguesias (Tabela 10). A maior diversidade é encontrada na Sé e em S. Pedro, onde se observa um claro predomínio dos oriundos de Braga e Viana, que em conjunto representam 4,8% do total. O mesmo sucede em menor escala em todas as freguesias do termo, excepto em São Roque, onde é expressivo o peso dos nascidos na zona de Aveiro. As imprecisões na indicação da naturalidade fazem com que também a alínea designada globalmente “Portugal” esteja empolada. Ainda no termo da cidade assumem algum destaque os açorianos, particularmente em São Martinho. Nas restantes freguesias da ilha confirmam-se as tendências manifestadas no Funchal quanto às zonas de origem dos nubentes, salientando-se a migração de Braga para o Estreito e Câmara de Lobos. No caso do Caniço assumem grande importância Viana do Castelo e o arquipélago dos Açores. Finalmente, em Santa Cruz, Calheta e Fajã da Ovelha (excepção feita a um espanhol que casa nesta última), não se regista qualquer casamento com naturais de fora da ilha. O movimento entre o Porto Santo e a Madeira é reduzido e apenas um caso é encontrado na Ribeira Brava. Também no interior da ilha³⁴ cerca de 63% dos nubentes casam onde nasceram, vindo os restantes 37% de outras partes da ilha.

³⁴ Não consideraremos a Sé, para a qual, pelas razões já apontadas, não possuímos informação que permita distinguir entre os casados e naturais da freguesia ou doutras freguesias da Madeira.

Tabela 10. Origem dos noivos (H) nas Freguesias da Madeira no século XVI (%)

Origem	Sé	S. Ped.	S. Ant.	S. Ro. Aaroq.	S. Mar.	S. Gon.	R. Br.	C. Lob.	E.C.L.	P. Sol	Can.	F. Ov.	S. Cr.	Calh.
da Freguesia		86,5	55,1	74,3	43,4	53,1	48,2	48,6	53,5	76,0	42,0	83,7	77,8	96,0
Mad. (outras)	66,6	5,9	25,6	7,0	13,3	28,1	40,6	30,8	23,8	16,2	37,2	16,3	22,2	3,0
Porto Santo	1,0						0,7							
Vila Real	03	0,1												
Viana Cast.	5,1	1,9	7,7	7,0	10,0	9,4	1,4		2,4		5,8			
Braga	9,2	2,9	2,6		10,0		2,1	7,7	11,9	1,8	2,5			
Porto	3,3	0,3	2,6					1,3		0,9	1,7			
Aveiro	0,3	0,1		4,7										
Coimbra	0,6	0,1									1,7			
Leiria	0,2										0,8			
Lisboa	2,2	0,1	1,3		3,3		1,4	1,3	1,2					,
Évora	0,5						1,4							
Faro	1,0	0,3												
Portugal	1,5	0,9	3,8	2,3	13,3			5,1	1,2	4,1				
Açores	3,2	0,3	1,3	4,7	6,7	9,4	1,4	2,6	3,6		4,1			
Canarim							0,7			03	2,5			
Espanha	4,4	0,3					0,7	2,6	1,2	0,5	1,7			1,0
França	0,2						1,4		1,2					
India	0,2	0,3												
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registos Paroquiais – elaboração própria.

Os movimentos migratórios nas ilhas do arquipélago variaram segundo as conjunturas económicas e políticas. Esse espaço aberto e caracterizado por uma grande mobilidade é palco de dinâmicas migratórias de sentido diverso (migrações internas, emigração e imigração), no momento em que também os madeirenses começaram a deixar a ilha, alguns para os Açores e Canárias, a maioria em direcção ao Brasil e à Índia, numa corrente que se intensifica para além do período cronológico abrangido por este estudo³⁵. O início da saída de madeirenses para outras

³⁵ Veja-se sobre a questão VIEIRA, 1987: 96-100.

áreas mais atractivas tem sido discutida, mas ela terá começado a verificar-se no momento em que a Madeira começa a ser afastada do centro vital do Império. Sabemos que já em meados de XVI começava a ser difícil controlar o movimento de saída. Uma postura de 17 de Maio de 1546 referia que “sendo mujtos os que cada dia vem nom se pode achar hü que queira viuer por soldada onesta”. Os continentais fazem arrendamentos, esgotam as terras e vão embora. Decide-se então que só possam ter fazendas de arrendamento os homens casados, vivendo os restantes por soldada³⁶.

Um exemplo de estrutura profissional – Algumas informações contidas nos assentos de casamento, baptismo e óbito são passíveis de aproveitamento em termos da caracterização da estrutura socioprofissional de determinada comunidade. Neste caso concreto são de preferir os dados fornecidos nos registos de baptismo, uma vez que só neles era obrigatória a referência das profissões dos pais, padrinhos e, no caso das madrinhas, da pessoa de quem dependiam (marido, pai ou filho). Nos restantes estas informações não apresentam suficiente regularidade para justificarem qualquer interpretação. As conclusões que apresentamos de seguida constituem um ensaio sobre a Ribeira Brava entre os anos de 1539 e 1549 e de 1580 a 1600. A escolha desta freguesia foi baseada em 4 critérios: a) situação geográfica na costa sul da ilha; b) volume de efectivos populacionais; c) estabilidade da fixação de povoamento, desde a sua fase inicial; e d) conjugação de actividades económicas muito diversas, reflectindo as várias ocupações profissionais dos habitantes insulares. Apresentam-se na Tabela 11 os valores totais e percentuais correspondentes às diversas actividades enumeradas.

Tabela 11. Estrutura Profissional na Ribeira Brava no Século XVI³⁷

	Padrinhos		Pais		Madrinhas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Profissões Agrícolas	14	16,87	29	27,62	10	17,86	53	21,72
1.1. Trabalhador	1	1,20	3	2,86	0	0,00	4	1,64
1.2. Pastor, Cabreiro	2	2,41	2	1,90	1	1,79	5	2,05
1.3. Lavrador	3	3,61	9	8,57	5	8,93	17	6,97
1.4. Mestre de Açúcar	4	4,82	7	6,67	2	3,57	13	5,33
1.5. Caldeireiro	2	2,41	1	0,95	1	1,79	4	1,64
1.6. Feitor de Engenho	0	0,00	1	0,95	0	0,00	1	0,41

³⁶ A.D.F. – Cód. 1307, fl. 57.

³⁷ NOTA: Classificação proposta por NAZARETH e SOUSA, 1987: 60

Tabela 11. Estrutura Profissional na Ribeira Brava no Século XVI (cont.)

	Padrinhos		Pais		Madrinhas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1.7. Cozedor de Mel	1	1,20	2	1,90	0	0,00	3	1,23
1.8. Purgador de Açúcar	1	1,20	0	0,00	0	0,00	1	0,41
1.9. Escumero	0	0,00	1	0,95	1	1,79	2	0,82
1.10. Hortelão	0	0,00	3	2,86	0	0,00	3	1,23
2. Artesanato	22	26,51	27	25,71	8	14,29	57	23,36
2.1. Ligado a Act. Agrícolas	3	3,61	7	6,67	1	1,79	11	4,51
2.1.1. Ferreiro	2	2,41	5	4,76	0	0,00	8	3,28
2.1.2. Tanoeiro	1	1,20	2	1,90	1	1,79	3	1,23
2.2. Ligado à Construção	5	6,02	7	6,67	3	5,36	15	6,15
2.2.1. Serrador	2	2,41	2	1,90	0	0,00	4	1,64
2.2.2. Pedreiro	1	1,20	1	0,95	0	0,00	2	0,82
2.2.3. Canaveiro	2	2,41	0	0,00	0	0,00	2	0,82
2.2.4. Carvoeiro	0	0,00	3	2,86	1	1,79	4	1,64
2.2.5. Carpinteiro	0	0,00	1	0,95	2	3,57	3	1,23
2.3. Ligado à Alimentação	7	8,43	6	5,71	2	3,57	15	6,15
2.3.1. Carniceiro	1	1,20	1	0,95	0	0,00	2	0,82
2.3.2. Pescador	6	7,23	5	4,76	2	3,57	13	5,33
2.4. Ligado aos Serviços	7	8,43	7	6,67	2	3,57	16	6,56
2.4.1. Sapateiro	5	6,02	3	2,86	2	3,57	10	4,10
2.4.2. Alfaiate	2	2,41	4	3,81	0	0,00	6	2,46
3. Comércio e Serviços	47	56,63	49	46,67	38	67,86	134	54,92
3.1. Comércio	7	8,43	9	8,57	4	7,14	20	8,20
3.1.1. Mercador, Almocreve	7	8,43	8	7,62	4	7,14	19	7,79
3.1.2. Caixeiro	0	0,00	1	0,95	0	0,00	1	0,41
3.2. Serviços	12	14,46	13	12,38	11	19,64	36	14,75
3.2.1. Marítimo, Barqueiro	2	2,41	5	4,76	1	1,79	8	3,28
3.2.2. Barbeiro	1	1,20	1	0,95	1	1,79	3	1,23
3.2.3. Físico	1	1,20	0	0,00	0	0,00	1	0,41
3.2.4. Alcaide	0	0,00	1	0,95	0	0,00	1	0,41
3.2.5. Juíz	1	1,20	0	0,00	0	0,00	1	0,41

Tabela 11. Estrutura Profissional na Ribeira Brava no Século XVI (cont.)

	Padrinhos		Pais		Madrinhas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3.2.6. Escrivão	1	1,20	1	0,95	1	1,79	3	1,23
3.2.7. Meirinho	0	0,00	2	1,90	0	0,00	2	0,82
3.2.8. Recebedor	1	1,20	2	1,90	1	1,79	4	1,64
3.2.9. Dizimeiro	2	2,41	0	0,00	1	1,79	3	1,23
3.2.10. Rendeiro do Verde	0	0,00	1	0,95	0	0,00	1	0,41
3.2.11. Criado	3	3,61	0	0,00	1	1,79	4	1,64
3.2.12. Parteira	0	0,00	0	0,00	5	8,93	5	2,05
3.3. Diversos	28	33,73	27	25,71	23	41,07	78	31,97
3.3.1. Clérigos	3	3,61	0	0,00	1	1,79	4	1,64
3.3.2. Com Rendas (fidalgos)	8	9,64	8	7,62	9	16,07	25	10,25
3.3.3. Escravos	0	0,00	6	5,71	0	0,00	6	2,46
3.3.4. Indeterminados	17	20,48	13	12,38	13	23,21	43	17,62
TOTAL	83	100,00	105	100,00	56	100,00	244	100,00

Fonte: Registos Paroquiais – elaboração própria.

Num total de 244 profissões, apenas uma é feminina: a parteira, personagem importante nas sociedades aldeãs. Entre as demais observa-se um grande equilíbrio quantitativo. As profissões agrícolas são objecto de 53 referências, que correspondem a pouco mais de um quinto do universo analisado (21,7%), sendo possível que este sector se apresente subestimado, tendo em conta a realidade económica insular. Destacam-se os lavradores e donos de engenho, sendo possível que os primeiros estejam também ligados ao plantio de açúcar. Aliás, são mencionadas diversas profissões específicas da produção açucareira (caldeireiros, feitores, cozedores de mel, purgadores e escumeiros). Se agregarmos todos os que de algum modo estão ligados a actividades do sector primário obtemos perto de metade do total (45,3%), valor que exclui os lavradores, com os quais o peso percentual deste subgrupo ascenderia a 77,4%.

Ligados ao artesanato estão 57 indivíduos (23,4%). Não nos surpreende a existência de vários artesãos encarregues da produção de ferramentas agrícolas (um quinto do total), mas outro tipo de exigências ligadas ao quotidiano das populações sustenta géneros diversos de artesanato, como os alfaiates e sobretudo sapateiros, que em conjunto constituem 28% do grupo. Com idênticos valores absolutos surgem outros profissionais, cuja actividade complementa a alimentação

dos residentes (carniceiros e pescadores) e ainda os que exercem funções diversas no sector da construção.

O sector de actividade mais representado é o do comércio e serviços, embora os seus resultados incluam os inactivos, os que vivem de rendas e também os escravos e aqueles para quem é omitida a profissão. Se retirarmos este grupo muito heterogéneo restam-nos 56 indivíduos (23%), ligados às actividades de comércio (20, mais de 8% da população) e serviços (36, 15%). Neste conjunto destacam-se os representantes do poder judicial e fiscal. O juiz e os escrivães, alcaide, meirinhos e recebedores representam 30% do total dos serviços.

O facto de nos encontrarmos numa sociedade de Antigo Regime justifica outro tipo de ilações. O peso social está também patente no número de vezes que cada um dos membros das famílias mais importantes da terra é escolhido para padrinho. As madrinhas são quase sempre fidalgas ou mulheres e filhas de lavradores e donos de engenho, exceptuando-se os baptismos realizados por necessidade pelas parteiras. Mas é entre os padrinhos que esta escolha é mais evidente. Gaspar de Teive é padrinho de oito crianças em apenas cinco anos, outros fidalgos são-no três e quatro vezes. Seguem-se os mercadores, os oficiais e a grande distância alguns artesãos especializados. Razões de prestígio e sobretudo de estabilidade na comunidade explicam estas escolhas, que visavam atribuir alguma segurança ao recém-nascido, numa época em que as probabilidades de sobrevivência do próprio e dos progenitores eram reduzidas. Assim, os grupos preferenciais onde são recrutados os padrinhos são fidalgos, oficiais, mestres de açúcar e mercadores³⁸. Dos sete fidalgos referidos pelo menos dois são aparentados. São também sete os mercadores mencionados, três deles com o mesmo sobrenome e prováveis de laços de parentesco e um Teive, talvez de ascendência nobre. Dos dez mestres referidos quatro apresentam o sobrenome Fernandez, dois o de Afonso e outros dois Alvarez, podendo ser aparentados mau grado a relativa vulgaridade desses nomes. Dois oficiais são também Afonso (o dizimeiro e o alcaide) e os demais têm outros sobrenomes.

³⁸ Fidalgos: Gaspar de Teive, Nicolau de Bairros, Francisco Bettencourt, João Ferreira, Pedro Vilela e Nicolau e Nuno Alvares d'Atouguia (estes pai e filho); Oficiais: Gomes Fernandes (juiz), Gonçalo Afonso (alcaide), Diogo Rodrigues (Recebedor dos Quintos), e Bastião Alvares, Estevão Fernandes e Pedro Enes (escrivães), Pedro Afonso (dizimeiro); Mestres de açúcar: Eitor e Francisco Alvares, Martim e João Afonso, Francisco Vaz, Bastião, Gregório, Jorge e Lopo Fernandez, Duarte Pirez; Mercadores: Apariço, Diogo e Rui Gonçalves, Ambrósio de Freitas, Luis Alvares, Diogo Vaz de Teive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sintetizamos os aspectos que consideramos mais relevantes da evolução populacional madeirense ao longo dos primeiros dois séculos de povoamento, incluindo a questão do (re)descobrimento das ilhas e agentes responsáveis pessoalmente envolvidos nessa fase inicial.

Condicionalismos relacionados com o tipo de fontes existentes para épocas pré-estatísticas justificam as opções efectuadas, quer em termos de estrutura interna do trabalho, quer sobretudo nas metodologias empregues para melhor aproveitar alguns tipos de fonte até hoje pouco utilizados: referimo-nos às descrições coevas, à documentação oficial avulsa e às séries de assento paroquial, que nos permitiram construir uma imagem de conjunto sobre as formas e ritmos diferenciados de ocupação do espaço insular.

Julgamos sobretudo ter mostrado as potencialidades de tratamento e análise dos registos paroquiais, os quais encerram um vasto leque de informações, passível de clarificar certos aspectos da realidade social desde o primeiro quartel do século XVI. Para além de dados sobre a evolução dos efectivos, os assentos permitem estudar outros aspectos, nomeadamente a questão migratória ou a estrutura socioprofissional, encarada como imagem das relações existentes num dado espaço e tempo. Mau grado as limitações que estas fontes contêm e de apenas termos trabalhado parte da informação disponível, consideramos ter concorrido para um melhor conhecimento da realidade madeirense nos dois primeiros séculos de povoamento.

BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, António (1981) – *A Madeira Vista Por Estrangeiros. 1455-1700*. Funchal: Dir. Regional dos Assuntos Culturais.
- ARAGÃO, António (1979) – *Para a História do Funchal. Pequenos Passos da Sua Memória*. Funchal: Dir. Regional dos Assuntos Culturais.
- ARDITI, Pompeo (1948) – *Viagem de Pompeo Arditi de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores (1567)*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», nº6. Angra do Heroísmo, p.173-183.
- ARDITI, Pompeo (1873) – *As Saudades da Terra. História das do Porto-Sancto, Madeira Desertas e Selvagens. Manuscrito do Século XVI anotado por Alvaro Rodrigues de Azevedo*. Funchal.
- BAIÃO, António (1940) – *O Manuscrito “Valentim Fernandes”*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- BARROS, João de (1777-1788) – *Da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto : dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Nova ed., Lisboa: Na Régia Officina Typografica.
- Constituições Extravagantes do Bispado do Funchal. Feitas e ordenadas por Dom Luis de Figueiredo de Lemos, Bispo do dito bispado*. Lisboa, 1601.
- CORDEIRO, António (1981) – *História Insular das Ilhas A Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*. Funchal: Sec. Regional da Educação e Cultura.

- COSTA, José Pereira da (1997) – *Código Valentim Fernandes*, Lisboa: Academia Portuguesa da História
- DIAS, Jorge (1953) – *Nótulas de etnografia madeirense*. Coimbra: Universidade da Coimbra.
- DIAS, Jorge, (1981) – *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril*. 2ªed. Lisboa: Presença.
- FRUTUOSO, Gaspar (1983) – *Elucidário Madeirense*. Funchal: Sec. Reg. da Educ. e Cultura, 2ªed., 3 vols.
- FRUTUOSO, Gaspar (1968) – *Livro Segundo das Saudades da Terra do Doutor Gaspar Frutuoso em que se trata do Descobrimento da Ilha da Madeira e suas Adjacentes, e da Vida e Progénie dos Ilustres Capitães delas*. Ponta Delgada: Inst. Cult. de Ponta Delgada.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1962) – *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Presença.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1943) – *Documentos sobre a Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Presença. Vol.1.
- GOMES, J. E de Brito (1932) – *Reçençamento dos foguos Almas Fregesias e mais Igrejas que tem a Ilha da Madeira, tirado pellos rois das Confições, assi em geral como em particular*. «Arquivo Histórico do Funchal», vol. II, nº1. Funchal, p. 28-35.
- HENRY, Louis (1988) – *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Lisboa: Gradiva.
- LANDI, Giulio (1574) – *Descrittione de l'Isula de la Madera gia scritta ne la lingua latina, ill. Signor Giulio Landi...* Piacenza; Francesco Conti.
- LEITE, Duarte (1960) – *História dos Descobrimentos. Colectânea de esparsos*. Lisboa: Edição Cosmos. Vol.II
- LEITE, Jerónimo Dias (1947) – *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos Capitães da dita Ilha*. Coimbra: Inst. de Est. Históricos Dr.António de Vasconcelos.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981) – Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa. «Bracara Augusta», vol. XXXV, fasc.79 (92). Braga, p. 24-35.
- MELO, Luis Fr. C. de Sousa (1979) – *A Imigração na Madeira. Paróquia da Sé – 15391600*. «Revista História e Sociedade», nº6.
- NAZARETH, J. Manuel (1981) – *Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais*, Lisboa: U.N.L.
- NAZARETH, J. Manuel (1988) – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Ed. Presença.
- NAZARETH, J. Manuel SOUSA, FERNANDO (1987) – *A demografia Portuguesa de Artigo Regime. Samora Correia em 1790*, Lisboa: Ed. Presença. Col. “Estudos de pop. e ecologia”. nº17.
- PEREIRA, P.Eduardo C.N. (1975) – *Piratas e Corsários nas Ilhas Adjacentes*. 4ª ed., Funchal
- PERES, Damião (1982) – *A história dos descobrimentos portugueses*. Porto: Vertente.
- PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, Teresa Maria Ferreira (1993) – *Aspectos do povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI*. «Actas do IIIº Colóquio Internacional de História da Madeira», Funchal, p.403-471
- PIO, Manuel Ferreira (1967) – *Santa Cruz da Ilha da Madeira. Subsídios Para a Sua História*. Funchal.
- RIBEIRO, Orlando (1985) – *A Ilha da Madeira até meados do Século XX. Estudo Geográfico*. Lisboa: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa.
- RIBEIRO, Orlando (1962) – *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigações do Ultramar.
- SERRÃO, Joel (sd) – *Madeira*. «Dicionário de História de Portugal», vol. IV, Porto: Livr. Figueirinhas, p. 231-232.
- VIEIRA, Alberto (1987) – *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI. Madeira, Açores e Canárias*. Funchal: Sec.Reg. do Turismo e Cultura, Centro de Est. de História do Atlântico.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1973) – *Chronica do Descobrimento e Conquista da Guiné* . Porto.

FONTES

- ADT – *Vereações*, Códices 1307, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314.
- ADT – *Registos Paroquiais*, Sé – Baptismos – Livros 1 a 13 Casamentos – Livros 1 a 7 Obitos – Livros 1 a 6
- ADT – *Registos Paroquiais*, S. Pedro – Mistos – Livros 1 a 3 Baptismos – Livros 1
- ADT – *Registos Paroquiais*, Sto. António – Mistos – Livro 1 São Roque – Mistos- Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* São Martinho – Mistos- Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais*, São Gonçalo – Mistos- Livro 1, Baptismos – Livro 2
- ADT – *Registos Paroquiais* Campanário – Mistos- Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Câmara de Lobos – Baptismos – Livros 1 e 2, Casamentos- Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Estreito de Câmara de Lobos – Mistos – Livro 1, Baptismos – Livro 1 Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Ribeira Brava – Mistos – Livro 1, Baptismos – Livros 1 e 2, Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Tabua – Mistos – Livro 1 Obitos – Livro 2
- ADT – *Registos Paroquiais* Ponta do Sol – Mistos – Livro 1, Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Canhas – Mistos – Livro 1 Baptismos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Calheta – Mistos – Livro 1 Baptismos – Livro 3, Obitos – Livro 3
- ADT – *Registos Paroquiais* São Vicente – Baptismos – Livro 1 Obitos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Ponta Delgada – Mistos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Santana – Baptismos – Livro 1 Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Faial – Mistos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Porto da Cruz – Baptismos – Livro 1 Casamentos – Livro 1 Obitos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Água de Pena – Baptismos – Livro 4, Casamentos – Livro 3
- ADT – *Registos Paroquiais* Santa Cruz – Mistos – Livro 1, Baptismos – Livro 2
- ADT – *Registos Paroquiais* Gaula – Mistos – Livro 1 Baptismos – Livro 2
- ADT – *Registos Paroquiais* Caniço – Baptismos – Livro 1 Casamentos – Livros 1 e 2 Obitos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Caniçal – Mistos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Arco da Calheta – Baptismos – Livro 1, Casamentos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Estreito da Calheta – Mistos – Livro 1, Obitos – Livro 1
- ADT – *Registos Paroquiais* Fajã da Ovelha – Mistos – Livro 1

ANEXOS

Anexo I

Exemplo de Registo Paroquial de Baptismo:

“declare que em tamtos dias de tall mes e anno e elle dicto cura por do seu nome bautizou foão declarando o nome do bautizado e de seu pay e de sua may e se nom conhecer o pay e a may sera o nome daquelle que tem careguo de tall creatura declarando iloguo se he emgeytado ou se he bastardo ou llegalitimo e o nome dos padrinhos e madrinhas tudo muyto declradamente sprito e asyne elle cura e o pay e padrinhos da dieta creatura e se o dicto cura nom bautizar e outrem o baptizar por elle o [faça dizer] que ho bapti/zar todo o sobredito e asynara com outros e pora o nome do cura que ho ouuera de bautyzar e scpreva o nome da Jgreja o que tudo asy spreva na forma sobredicta do quall mandou o dicto Senhor ouvidor fazer o dicto auto pera que seja notoreo ao dicto cura” (Arquivo Distrital do Funchal, *Registos Paroquiais*, Sé, Livro 1 Baptismos, fls.1 – lvg)

Exemplo de Registo Paroquial de Obito:

“Jtem o dia mes e ano em que faleceo, pessoas que sam, onde jazem enterradas, se fizeram testamentos e quem o fez e aprovou, testamentarios e herdeiros que deixou, tempo que limitou para cumprirem o testamento e se morrer abintestado assim o declareis como morreo e a quem ficou sua herança” (Arquivo Distrital do Funchal, *Registos Paroquiais*, Sé, Livro 1 Obitos, fls.1-2)

Exemplo de Registo Paroquial de Casamento:

“Regimento dos casados

Regimento de como se ha de escreuer os noiuos que se Cazarem a porta da Igreja de São Bento da Ribeira Brava

Em tantos dias de tal mes de tal ano eu foam vigario ou cura de São Bento da Ribeira Brava Reçebi por Marido e Mulher foão, e foãa a porta da dita Igreja e foram presentes Foam e Foam e foão e Foão testemunhas e se os vos .não Reçerberdes, o que os Reçeber em vosso nome escreuerá o tal Jtem, declarando todo o sobredito, e seu nome e quem lho mandou fazer, e assignará com as testemunhas que forem presentes athé quatro, declarando os nomes dos noiuos, e das testemunhas, e dos ofícios e Mestres que o são, e honde são moradores para todo o tempo se saber o sobredito declarando se forão cazados clandestinamente, ou se fizerão os banhos que a Santa Madre Igreja ordena e será a dita adição asignada como dito he”

(Arquivo Distrital do Funchal, *Registos Paroquiais*, Ribeira Brava, Livro 1 Casamentos, fls.1-2).

Anexo II

Informação Disponível Sobre Os Vários Tipos De Registos Paroquiais Nas 25 Freguesias Estudadas																											
Freguesias																											
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
1539	*+^								*+^		+^							* ^							+		
1540	*+^								*+^		*+^								* ^						+^		
1541	*+^								*+^	+	*+^								* ^						+^		
1542	*+^								*+^	+	*+^								* ^						+^		
1543	*+^								*+^	+	+^								* ^						+^		
1544	*+^								*+^	+	+^								* ^						+^		
1545	*+^								*+^	+	+^								^						*+^		
1546	*+^								*+^	+	+^								^						*+^		
1547	*+^								*+^	+	+^								* ^						*+^		
1548	*+^								*+^	+	+^								* ^						*+^		
1549	+^								*+^	+	+^								* ^						*+^		
1550	*+^								*+^	+	+^								^						*+^		
1551	*+^								*+^	+	+^								^						*+^		
1552	*+^								*+^	+	+								^						*+		
1553	*+^								*+^	+	+								^						*		
1554	*+^								* ^		+								^						*		
1555	*+^								* ^		+								^						*		
1556	*+^								* ^		+								* ^						*		
1557	*+^								* ^		+								* ^								
1558	*+^					*			* ^		+								* ^								
1559	*+^					*			* ^		+								* ^								
1560	*+^					*			* ^	+	+								* ^								
1561	*+^					*			* ^	+	+								* ^								
1562	*+^					*			^	+							+		* ^								
1563	*+^					*			^	+							*+		* ^								
1564	*+^					*			^	+							*+		* ^								
1565	*+^					*			* ^	+							*+		* ^		^						
1566	*+^					*			* ^	+							*+^		* ^		^						
1567	*+^					*		*	* ^	+							*+^		* ^		^						
1568	*+^	*+^				*		*	* ^	+^							*+^		* ^		^						
1569	*+^	*+^				*		*+^	* ^	*+^		*					*+^		* ^		^						

O POVOAMENTO DAS ILHAS DA MADEIRA E DO PORTO SANTO NOS SÉCULOS XV E XVI

Informação Disponível Sobre Os Vários Tipos De Registos Paroquiais Nas 25 Freguesias Estudadas																											
Freguesias																											
1570		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	* Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								
1571		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1572		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1573		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1574		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1575		*+Λ	*+Λ			*		*+	+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1576		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1577		*+Λ	*+Λ			*		*+Λ	+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		Λ								* Λ
1578		*+Λ	*+Λ			*	*	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		+Λ								* Λ
1579		*+Λ				* Λ	*	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		* Λ								*+Λ
1580		*+Λ				* Λ	*	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				* Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ								*+Λ
1581		*+Λ				*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ								*+Λ
1582		*+Λ				*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	* Λ		*+Λ								*+Λ
1583		*+Λ				*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								*+Λ
1584		*+Λ				*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								*+Λ
1585		*+Λ				*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1586		*+Λ				*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*				*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1587		*+Λ				Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*			*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1588		*+Λ				*+	* Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	+Λ	+Λ	*			*+Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ							* Λ
1589		*+Λ	*+Λ			* Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	+Λ	*			*+Λ	*+Λ	* Λ		+								* Λ
1590		*+Λ	*+Λ			* Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	+Λ	*			Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1591		*+Λ	*+Λ			* Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	+Λ	*			Λ	*+Λ	*+Λ		*+Λ								* Λ
1592		*+Λ	*+Λ			* Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	+Λ	*			Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ								* Λ
1593		*+Λ	*+Λ			* Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	+Λ	*			Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ								* Λ
1594		*+Λ	*+Λ			Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	+Λ	*			* Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ								* Λ
1595		*+Λ	*+Λ			Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	+Λ	*			* Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ								* Λ
1596		*+Λ	*+Λ			Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	+Λ	*			* Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ								* Λ
1597		*+Λ	*+Λ			Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*			* Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ								* Λ
1598		*+Λ	*+Λ			Λ	*+Λ	* Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*			*+Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ								* Λ
1599		*+Λ	*+Λ			Λ	* Λ	*	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*+Λ	*			*+Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ							* Λ
1600		*+Λ	*+Λ			Λ	* Λ	*	*+Λ	*+Λ	*+Λ	* Λ	*			*+Λ	*+Λ	*+Λ		* Λ							* Λ
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	

Fonte: Registos paroquiais: * – baptismos, + – óbitos e Λ – casamentos

Nota: A numeração das freguesias corresponde às da Tabela 6 no texto.

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E CRISES DE MORTALIDADE NA CIDADE DO FUNCHAL, 1750-1830

CARLOTA SANTOS*

PAULO TEODORO DE MATOS**

PAULO SILVEIRA E SOUSA***

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo enquadra-se no desenvolvimento de uma linha de investigação subordinada à dinâmica demográfica e social dos espaços urbanos em Portugal no decurso dos séculos XVII a XIX¹. A selecção da cidade do Funchal como objecto de estudo, entre 1750 e 1830, deve-se ao facto de esta ser uma importante concentração urbana a nível nacional, constituir a nível do arquipélago uma concentração macrocéfala, sem qualquer rival próximo, ser um importante porto de escala e uma das primeiras cidades de modelo europeu a ser criadas nas fronteiras do continente a meio caminho dos espaços coloniais; por outro, pelo parco conhecimento das principais linhas de força da demografia desta cidade e do arquipélago da Madeira, em geral.

No período em apreço o perímetro urbano do Funchal compreendia três paróquias: Sé, São Pedro e Santa Maria Maior. Contudo várias freguesias circunvizinhas eram populosas e possuíam alguns traços urbanos, como são os casos de São Gon-

* Investigadora do CITCEM (Universidade do Porto e Universidade do Minho) – Grupo de História das Populações, csantos@ics.uminho.pt.

** Investigador do CHAM (Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores) e do CITCEM – Grupo de História das Populações, plmatos@fcsh.unl.pt

*** Investigador do CHAM (Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), paulo.sousa@eui.eu

¹ «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», coordenado por Carlota Santos, referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

çalo, Santo António, São Martinho, São Roque, Nossa Senhora do Monte e Santa Luzia. No último quartel do século XVIII estimavam-se cerca de 11,500 efectivos no Funchal, valor que não se alterará muito em 1820. Apesar do fraco crescimento demográfico registado entre 1750 e 1820 a cidade concentrava cerca de 15% do efectivo madeirense. Esta cifra atesta a importância da capital da Madeira na rede urbana portuguesa, tanto no panorama insular, como continental. Assim, tomando por referência o ano de 1820, o Funchal assumia o 7.º lugar no *ranking* português do continente e ilhas, com valores bastante próximos das cidades de Braga, Coimbra, Ponta Delgada e Setúbal, nenhuma destas com mais de 15 mil habitantes².

Além da importância demográfica a cidade possuía uma composição social muito diversificada, assim como várias populações flutuantes. Aqui residiam importantes grupos de estrangeiros, em especial britânicos, envolvidos no comércio internacional, sendo também notória a presença de africanos – a maioria dos quais escravos – essencialmente afectos ao serviço doméstico.

Na segunda metade de setecentos a vinha desempenhava um papel central na economia madeirense, constituindo a sua principal exportação. No entanto, é também durante este período – de crescimento da vitivinicultura, da sua orientação para o mercado externo e da consolidação do vinho Madeira como produto internacional de luxo – que eclodem, com alguma regularidade, sucessivas crises de mortalidade³. A ocorrência de diversos surtos de mortalidade bem documentados, em grande medida decorrentes da escassez de subsistências e da carestia de cereais é, para alguns investigadores, fruto de uma economia de cariz predominantemente agrícola, marcada pelo seu carácter tradicional e muito especializado. A excessiva ocupação do solo com o cultivo da vinha fazia perigar o suficiente provimento de cereais, aumentando o espectro da fome em anos de má colheita, numa época em que a batata ainda não havia sido introduzida neste ilha⁴. Simultaneamente, a Madeira continuava produzir essencialmente cereais de sequeiro, como o trigo, o centeio e a cevada, tendo apenas beneficiado do cultivo em larga escala do milho a partir, sensivelmente, da década de 1850⁵. A corroborar estes argumentos em torno das instáveis subsistências, numa ilha quer de crescimento demográfico relativamente

² MATOS e MARQUES, 2002: 26-31.

³ CARITA, 1999: 212-220.

⁴ A batata começou a ser cultivada na ilha da Madeira durante a década de 1760, tendo os primeiros túberculos sido importados do vizinho arquipélago das Canárias. A expansão desta cultura demorou, contudo, algumas décadas, ver, entre outros, ALMEIDA, 1817: 473-487. Convém também referir que na década de 1750 já era cultivada batata doce, embora em pequenas quantidades, e que, tal como no arquipélago dos Açores, se fazia largo consumo de inhames desde a segunda metade do século XVII, ver FERRAZ, 1990: 20-22 e BRANCO, 1987: 189-197.

⁵ Ver entre outros BRANCO, 1987: 77.

elevado, quer de recorrentes surtos de mortalidade, estariam também os intensos fluxos migratórios, maioritariamente direccionados para o Brasil a partir de 1747, muitos deles promovidos pela Coroa e enquadrados pelos seus agentes⁶.

Certos autores, como Jorge Freitas Branco, destacam uma relação não causal entre as fomes e as vagas emigratórias, salientando quer o papel de uma «viticultura forçada», quer a «desigualdade gerada pelos mecanismos sociais de acesso à terra»⁷. Os interesses económicos colocados na exportação de vinho e a exiguidade de produções agrícolas diversificadas deixariam as populações na quase dependência do exterior em períodos de carestia frumentária. Esta problemática encontra alguns paralelos com os Açores. Neste arquipélago também estão bem documentadas fomes, insuficiências agrícolas e migrações para o Brasil na segunda metade de setecentos, existindo informações aparentemente contraditórias entre, por um lado, o excessivo peso demográfico e, por outro, o predomínio de uma estrutura da distribuição da propriedade fundiária, que limitava quer um maior crescimento, quer a intensificação da produção agrícola⁸. No entanto, nos Açores, quer a batata, quer o milho chegaram mais cedo e tiveram um papel muito importante na transformação da agricultura e dos modelos de exploração e de cultivo, permitindo uma distribuição das subsistências relativamente mais regular.

Apesar dos testemunhos contraditórios entre a suposta abundância de gentes e a capacidade de expansão demográfica do arquipélago da Madeira é sabido que na viragem para o século XIX, e durante as suas primeiras décadas, o arquipélago foi atingido por uma crise económica associada ao declínio das exportações de vinho e a anos sucessivos de seca, que afectavam sempre mais a vertente sul da ilha da Madeira, onde também se concentrava a maioria da população⁹. A esta má conjuntura económica associou-se a ocorrência de sucessivas crises de subsistências, bem como o surgimento e a propagação de surtos epidémicos de forte intensidade, em décadas também marcadas por uma menor coordenação institucional, relacionada quer com a primeira ocupação inglesa da Madeira (1801), quer com a transferência da Corte para o Brasil (1808), quer ainda com o ambiente de conflito político que marcou a década de 1820.

O presente capítulo pretende estimar e discutir dados de natureza demográfica relacionados com o crescimento da população e com a articulação entre natalidade e mortalidade, fazendo-se uma caracterização mais aprofundada desta última variável, sobretudo ao nível da sua geografia e da sua dimensão. Pretendemos, assim,

⁶ PIAZZA, 1992; RAU, 1965.

⁷ BRANCO, 1987: 193-197.

⁸ Uma discussão aprofundada sobre esta questão pode ser encontrada no capítulo de Avelino de Freitas de Meneses, «A população dos Açores em meados do século XVIII» que integra este livro.

⁹ DUARTE, 1997: 36.

aprofundar o conhecimento das dinâmicas demográficas da ilha da Madeira e da cidade do Funchal, em particular, fornecendo igualmente elementos que auxiliem a uma visão mais clara acerca das respectivas tendências.

A primeira parte deste estudo divide-se em duas secções. De início apresentaremos as principais fontes de informação demográfica, em particular os registos paroquiais, os róis de confessados e os mapas estatísticos da população, procurando-se igualmente aquilatar a sua qualidade. Numa segunda secção, iremos medir a evolução dos efectivos da cidade do Funchal em estreita relação com o conjunto da ilha da Madeira, de modo a obter informações mais detalhadas sobre o eventual paralelo das tendências de crescimento, não só entre a cidade e a ilha (entre o rural e o urbano), como também ao nível da própria geografia urbana e das suas diferentes unidades.

A segunda parte deste estudo fará a caracterização das variáveis demográficas natalidade e mortalidade. Pretende-se medir o volume anual de ambos estes comportamentos à escala de cada uma das paróquias, ou freguesias, urbanas, sem descurar o importante fenómeno dos expostos que, com variações, influenciava os grupos etários mais jovens da maioria das cidades portuguesas de Antigo Regime. Tal averiguação incluirá a construção de certos indicadores, designadamente as taxas brutas, de modo a acompanhar e comparar a intensidade destes comportamentos. Finalmente, procuraremos delimitar e interpretar as crises de mortalidade ocorridas na cidade do Funchal, complementado esta análise com bibliografia e documentação primária coeva, de modo a fornecer uma visão mais aprofundada da natureza e dimensão destas crises.

2. AS FONTES

Os registos paroquiais de baptismos, matrimónios e óbitos das freguesias da Sé, São Pedro e Santa Maria Maior constituem as fontes básicas desta investigação. A partir da recolha da informação relativa aos diferentes actos vitais procedeu-se a uma avaliação dos respectivos volumes anuais em cada uma das paróquias, ao longo do período entre 1750 e 1830. No caso de Santa Maria Maior, os dados disponíveis são mais tardios já que toda a documentação paroquial foi destruída por ocasião do aluvião que, em 9 de Outubro de 1803, devastou população e edifícios na cidade do Funchal, incluindo o espólio depositado na Igreja de Santa Maria.

Para a segunda metade do século XVIII, e com idêntico objectivo, foram utilizadas as séries numéricas construídas a partir das mesmas fontes e publicadas por Maria de Lourdes Ferraz, para o período entre 1750 e 1803¹⁰. Se de um modo

¹⁰ FERRAZ, 1990: 3.

geral o estado de legibilidade dos registos originais garante a fiabilidade destas séries, o mesmo não sucede com os 1,054 assentos de óbito produzidos entre 1750 e 1763 na freguesia de São Pedro, deteriorados pela água e pela lama¹¹. Este facto justifica a análise mais tardia da incidência da mortalidade nesta zona da cidade. Como forma de controle da qualidade das séries mencionadas procedeu-se, por amostragem, ao seu confronto com os registos paroquiais. Em 7 anos testados para cada paróquia registou-se uma oscilação dos baptismos e óbitos compreendida entre os 4% e os 7%, discrepância ligeira que assegura a robustez da análise.

O volume de óbitos levantado entre 1800-1830 (Sé e São Pedro) e 1804-1830 (Santa Maria Maior) ascende a 13,330 registos, 3,641 correspondentes à Sé, 6,487 a São Pedro e 3,202 a Santa Maria Maior. Para o período anterior (1750-1799) as séries respeitantes à Sé (9,797) e São Pedro (5,012) totalizaram 14,808 mortes. Em resumo, o suporte empírico deste trabalho assenta na observação e classificação de 28,139 óbitos. A este quantitativo, deverão ser adicionados os 432 registos de expostos falecidos na freguesia da Sé entre 1800 a 1830, inscritos em livro próprio.

De modo a analisar a evolução dos saldos fisiológicos e a interacção entre a natalidade e mortalidade contabilizaram-se também os baptismos para o conjunto das três paróquias, apurando-se um valor total de 16,103 registos (1800-1830), incluindo os expostos baptizados na Sé. Os baptismos da Sé e São Pedro (1750-1799) levantados por Maria de Lourdes Ferraz atingiram os 15,700, incluídos os expostos¹².

Durante o Antigo Regime, e em todos os diferentes territórios da Coroa portuguesa, o formulário, as regras e os procedimentos a seguir nos assentos paroquiais eram estabelecidos pelas Constituições dos respectivos bispados. O formulário dos registos paroquiais só viria a ser padronizado, a nível nacional, a partir de 1859¹³. Se bem que as directivas pombalinas a este respeito sejam explícitas quanto à exigência de requisitos mínimos na elaboração dos assentos, observaram-se variações decorrentes da maior ou menor precisão e observância de cada redactor, sobretudo no que se refere ao detalhe e sequência dos informes prestados. A verificação dos assentos nas paróquias em estudo revela, no entanto, uma boa qualidade da informação, não tendo sido identificadas falhas cronológicas¹⁴. Por outro lado, os registos

¹¹ FERRAZ, 1990: 14.

¹² FERRAZ, 1990: 5-7.

¹³ Cf. o Decreto de 8 de Outubro de 1859, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, em *Diário de Governo*, n.º 239 de 11.10.1859.

¹⁴ Nos registos da freguesia de Santa Maria Maior, devido à destruição dos livros anteriores a 1803, foram acrescentados vários assentos de baptismo referentes a anos anteriores, provavelmente na sequência das «justificações de baptismo». Estes casos não foram contabilizados.

foram sistematicamente alvo de visitas pastorais, no âmbito das quais o prelado apontava correcções menores ou pontuais, o que reforça a qualidade das fontes.

Na generalidade, a informação disponibilizada pelos registos de óbito incluía sistematicamente o nome, filiação, identificação dos maiores e menores¹⁵, estado civil (excepto para os indivíduos solteiros) e naturalidade. Como seria de esperar nesta época a identificação das causas de morte é esporádica, sendo apenas referida de forma muito vaga quando o óbito decorria de situações excepcionais na perspectiva do pároco redactor: geralmente mortes acidentais ou repentinas, suicídios, ou causas mais específicas no contexto de surtos epidémicos como a varíola, vulgarmente designada por «bexigas». Também com carácter pouco frequente surgia a menção da idade ao óbito¹⁶.

Os «róis de confissão» correspondem aos levantamentos anuais da população sujeita aos preceitos quaresmais, sendo conduzidos pelo pároco com a finalidade de fiscalizar o cumprimento das normas. Para a quantificação da população da ilha da Madeira, e da cidade do Funchal em particular, utilizou-se o «Registo dos Róis de Confissão», uma fonte composta por livros, onde se procedia à transcrição dos extractos finais dos «róis de confissão e comunhão» enviados pelas entidades paroquiais à Câmara Eclesiástica. Esta fonte, disponível desde 1793, permite a construção de séries anuais para o número de fogos e movimento da população¹⁷. Até 1810 a referência aos menores de confissão (0-7 anos) aparece subestimada, tornando-se sistemática e de boa qualidade a partir desta data. O apuramento do volume populacional anterior a 1810 contempla, por isso, uma estimativa para este grupo. A estimativa foi efectuada separadamente para cada paróquia (15 a 18%) tendo presente a informação fornecida pelos «mapas da população» de natureza civil e pelo registo dos róis de confissão posterior a 1810.

Utilizamos ainda os «mapas da população», elaborados de acordo com várias Ordens Régias e que são fontes de natureza civil que decorriam de avisos e portarias enviados pela Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e Marinha aos governadores. A partir da década de 1770, estes mapas começam a ser produzidos, de forma dispersa e nem sempre sistemática, em muitos territórios do Ultramar português¹⁸. Contudo, ao contrário dos Açores e de possessões como Goa onde existem séries consistentes, no caso da Madeira, apenas dispomos desta informação

¹⁵ Em várias situações assinalavam-se os recém-nascidos.

¹⁶ Contudo, em Santa Maria Maior, a percentagem de assentos com averbamento de idade foi significativamente mais elevada em termos comparativos.

¹⁷ Arquivo Regional da Madeira (ARM) – *Câmara Eclesiástica. Registo Geral*, livros 4 e 5.

¹⁸ MATOS, 2012: 379-393.

para os anos de 1767, 1781, 1797 e 1803¹⁹. Os dados contidos nestes mapas são de natureza variável: o de 1767 apenas fornece o quantitativo total de habitantes (maiores e menores de confissão), mas em contrapartida contem dados sobre o total de baptismos e óbitos ocorridos entre 1759 e 1766. As tabelas relativas a 1781 e 1797 desagregam a população por freguesias e classificam-na quanto à idade por grupos irregulares²⁰, enquanto a de 1803 apresenta características idênticas à produzida em 1797, embora disponibilize apenas os totais do arquipélago. É, contudo, importante destacar que a informação de base destes «mapas da população» é de natureza eclesiástica, sendo recolhida a partir dos róis de confessados e livros de registo paroquial e, posteriormente, remetida à secretaria-geral da Capitania.

3. VOLUME DE EFECTIVOS E CRESCIMENTO POPULACIONAL

Segundo os dados disponíveis, o arquipélago da Madeira registou um crescimento anual de 0,7% entre 1750 e 1825 (Tabela 2). No entanto, esta evolução revelou-se irregular, com taxas de crescimento que variaram entre 1,0% e 0,8%, nos períodos entre 1781 e 1800 e entre 1800 e 1825, respectivamente. Entre 1750 e 1781 deparamo-nos com um crescimento bastante mais lento, que está em consonância com uma fase de maior desenvolvimento da mortalidade. Em termos comparativos com o arquipélago dos Açores, observou-se um crescimento bastante mais acelerado na Madeira, já que a Taxa de Crescimento Anual (TCA) açoriana registou valores correspondentes a 0,06%, entre 1768 e 1800, e a 0,65%, entre 1800 e 1819²¹. Relativamente ao Continente sabe-se que entre 1768 e 1800 a TCA ascendeu a 0,6%, enquanto que, de 1800 a 1819, se situara em 0,16%, confirmando assim o rápido crescimento dos efectivos madeirenses²². No quadro da cidade do Funchal esboçam-se, contudo, diferenças significativas. O espaço urbano cresceu sempre a um nível inferior ao do arquipélago (com uma TCA de 0,3% entre 1781 e 1825), tendo o ritmo abrandado nas primeiras décadas do século XIX. Deste modo, se em 1781 o peso da população da cidade correspondia a 16% dos efectivos do arquipélago, em 1825 essa percentagem reduzia-se a 13%.

¹⁹ 1767, AHU – *Madeira*, cx. 2, docs. 294-297; 1781, AHU – *Madeira*, cx. 4, doc. 678; 1797 – Idem, cx. 6, doc. 994; 1803, idem, cx. 12, doc. 1585.

²⁰ 1767: Homens 0-7, 7-15, 15-60, 60+; Mulheres 0-7, 7-14, 14-40 e 40+; 1797: Homens 0-14, 15-60 e 60+; Mulheres 0-14 e 14+.

²¹ MATOS e SOUSA, 2008: 555.

²² Cf. *Anuário Demográfico de 1968*, LXV (retrospectiva 1527-1960), Lisboa, INE.

Tabela 1. Evolução dos efectivos no arquipélago da Madeira e cidade do Funchal (1750–1830)²³

Anos	Madeira	Funchal	Sé	São Pedro	S. Maria Maior
1750	59143				
1767	64624				
1781	69728	11489	4947	3870	2672
1794	79484				
1797	79774	11934	4413	4699	2822
1800	84126	12600	4595	4818	3187
1803	84364				
1805	87704	14194	5652	5169	3373
1806	87754				
1810	91090	14274	5037	5574	3663
1815	93188	11970	3698	4755	3517
1820	94840	11728	3456	4755	3517
1825	102000	13293	3066	6263	3964

Tabela 2. Taxas de crescimento anual no arquipélago da Madeira e cidade do Funchal (1750–1830) %²⁴

Períodos	Madeira	Funchal	Sé	São Pedro	S. Maria Maior
1750-1767	0,5	-	-	-	-
1767-1781	0,5	-	-	-	-
1781-1797	0,8	0,2	-0,7	1,2	0,3
1797-1800	1,8	1,8	1,4	0,8	4,1
1800-1805	0,8	2,4	4,2	1,4	1,1
1805-1810	0,8	0,1	-2,3	1,5	1,7
1810-1815	0,5	-3,5	-6,0	-3,1	-0,8
1815-1820	0,4	-0,4	-1,3	0,0	0,0
1820-1825	1,5	2,5	-2,4	5,7	2,4
Síntese					
1750-1781	0,5				
1781-1800	1,0	0,5	-0,4	1,2	0,9
1800-1825	0,8	0,2	-1,6	1,1	0,9
1781-1825	0,9	0,3	-1,1	1,1	0,9
1750-1825	0,7	-	-	-	-

²³ Fontes: Mapas estatísticos da população e registo dos róis de confessados para a diocese do Funchal.²⁴ $tca = ((Pc2 / Pc1)^{(1/n)} - 1) * 100$, onde n é o número de anos do período; $Pc1$ é a população à data do 1.º censo e $Pc2$ é a população à data do 2.º censo.

A evolução demográfica da cidade do Funchal esteve igualmente longe de ser homogénea no que diz respeito à geografia paroquial. Com efeito, se a paróquia da Sé registou uma significativa perda populacional entre 1781 e 1825 (TCA de -1,1%), São Pedro e Santa Maria Maior manifestaram uma tendência oposta (TCA de 1,1 e 0,9, respectivamente). No caso da Sé, o decréscimo foi bastante intenso a partir de 1805 e poderá ser explicado pela forte incidência da mortalidade, pela intensificação dos movimentos migratórios (possivelmente para freguesias circunvizinhas) e por eventuais consequências, diferidas no tempo, do aluvião de 9 de Outubro de 1803, que alterou a geografia do centro do Funchal²⁵. Este reordenamento modificou o peso de cada uma das paróquias no cômputo urbano (Tabela 1). A Sé, que em 1781 figurava como a freguesia de maior densidade, era a de menor expressão em 1825, com apenas 3,066 habitantes, ou seja menos de metade dos registados em São Pedro (6,263).

Apesar da gradual perda de representatividade populacional no arquipélago, o Funchal era uma cidade importante no contexto insular e até nacional, sendo ainda um importante porto de escala das rotas do Atlântico. Nos Açores, por exemplo, Ponta Delgada não ultrapassava os 13 mil habitantes em 1807²⁶. No quadro nacional apenas existiam, em 1820, 8 cidades com mais de 10 mil efectivos. Nesta perspectiva, o Funchal era seguramente a maior urbe dos arquipélagos atlânticos, situando-se ao mesmo nível de grandes cidades de província, como Braga, Coimbra, Setúbal e Ponta Delgada. Mesmo assim ficava ainda longe de aglomerados urbanos como o Rio de Janeiro que, em 1799, tinha já 44,468 habitantes e de Salvador da Baía que, em 1782, tinha 38,468 habitantes, ambas mais próximas da população da cidade do Porto²⁷.

4. OS COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS

A ocorrência cíclica de períodos de mortalidade excepcional constitui um elemento estrutural e caracterizador da demografia do passado, manifestando-se em subidas acentuadas e bruscas do volume de óbitos considerado «normal» e, frequentemente, na diminuição dos casamentos e concepções nos anos subsequentes²⁸. Condições ambientais particularmente desfavoráveis, propagação de epidemias,

²⁵ CARITA, 1982.

²⁶ MATOS e SOUSA, 2008: 576.

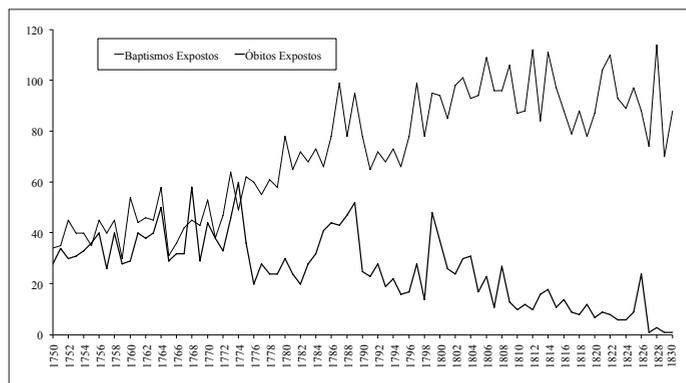
²⁷ MATOS e MARQUES, 2001: 23-30. Ver também *Resumo total da população que existia no ano de 1799, compreendidas as quatro freguesias desta cidade do Rio de Janeiro*. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», 1858, vol. XXI. Rio de Janeiro, p. 216-217. “Mapa da Enumeração da gente e povo desta capitania...” 1782, AHU – *Conselho Ultramarino*, Brasil, Baía, caixa 58, doc. 11138-11140.

²⁸ LEBRUN, 1980: 205-234.

generalização de carências alimentares associadas a crises de subsistência, a fomes e carestias, foram reconhecidos como os principais detonadores destes cenários depressivos, produzindo um impacto quantificável em termos absolutos sobre a população²⁹. Em espaços urbanos, estes momentos críticos tendem a assumir contornos particularmente devastadores, atingindo sobretudo os estratos sociais menos favorecidos.

Antes da análise dos níveis de mortalidade, tanto normal como excepcional, observados nas paróquias da cidade do Funchal entre 1750 e 1830, é necessário proceder a uma leitura dos respectivos movimentos anuais de nascimentos e óbitos ao longo desse período³⁰. Contudo, na população em estudo estão incluídas as crianças abandonadas que, teoricamente provenientes das várias freguesias da ilha, eram na sua grande maioria baptizadas na Santa Casa da Misericórdia do Funchal, localizada na paróquia da Sé, onde a 10 de Setembro de 1724 tinha sido instituída uma roda de enjeitados, cuja criação ficaria posteriormente ao cuidado da Câmara³¹. Neste contexto, a Sé concentrou sempre um maior volume anual de óbitos e sobretudo de baptismos, do que as paróquias de São Pedro e de Santa Maria Maior, onde os respectivos valores foram sempre bem menores.

Gráfico 1.
Movimento anual de baptismos e óbitos de expostos na Sé (1750–1830)



No Gráfico 1 podemos verificar que, a partir de 1775 e ao contrário do que seria de esperar, o número dos baptismos registados nos «Livros de Expostos» da Sé foi sempre muito superior ao das respectivas mortes. Para explicar este fenómeno

²⁹ Ver entre outros HENRY, 1970; DUPÂQUIER, 1979; PÉREZ MOREDA, 1980.

³⁰ Os livros de registos paroquiais em finais do Antigo Regime são sempre mais completos a descrever os baptismos que os nascimentos. Sendo o baptismo um sacramento religioso este é sempre anotado. As referências ao nascimento efectivo das crianças são menos regulares e estão bastante dependentes do zelo dos párocos. Utilizamos, por isso, as séries de baptismos para calcular os nascimentos, podendo assim existir uma ligeira variação em função da mortalidade infantil.

³¹ JARDIM, 1996: 182.

pouco verosímil – já que este grupo é reconhecidamente vulnerável e caracterizado por uma altíssima probabilidade de morte prematura, agravada em fases de surtos epidémicos e de crises de subsistência – temos que nos recordar dos modelos de gestão das rodas de expostos adoptados pelas vereações municipais. A Câmara do Funchal, tal como sucedia noutras vilas e cidades portuguesas, entregava as crianças a amas de leite residentes em diferentes freguesias urbanas, ou mesmo rurais. Em caso de morte, os óbitos eram registado fora das freguesias onde tinham sido averbados os baptismos.

Comparando os saldos fisiológicos da população na área em estudo (Gráficos 2, 3 e 4) é assinalável a persistência generalizada de um número excedentário de óbitos em diversos anos da série. Assim, na paróquia da Sé registaram-se em 81 anos de observação 22 de saldo fisiológico negativo. Na paróquia de São Pedro acompanhada em 66 anos consecutivos, verificou-se um excesso de óbitos em relação aos baptismos em 18 anos. Finalmente, em Santa Maria Maior, ao longo de 27 anos ocorreram 6 de saldo fisiológico negativo.

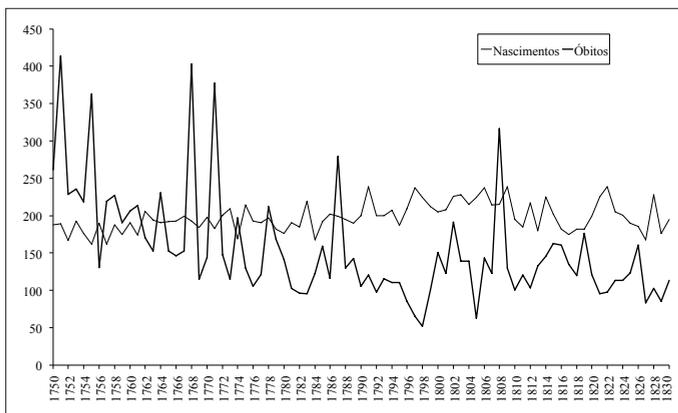


Gráfico 2.
Movimento anual de baptismos e óbitos na Sé (1750-1830)

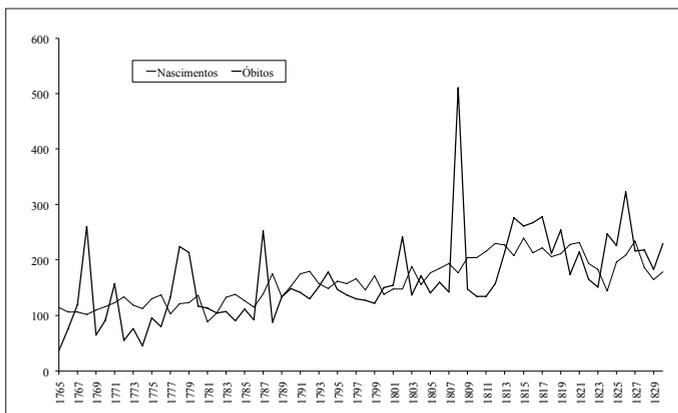
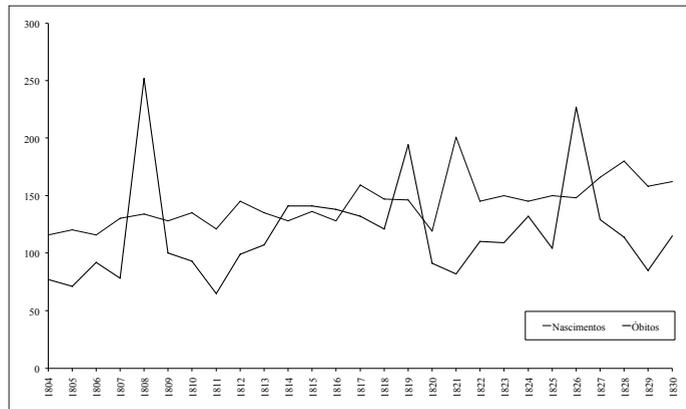


Gráfico 3.
Movimento anual de baptismos e óbitos em São Pedro (1765-1829)

Gráfico 4.
Movimento anual de
baptismos e óbitos em Santa
Maria Maior (1804–1830)



Esta interferência sistemática da mortalidade, ciclicamente agravada em anos de crise, produz consequências directas no crescimento da população urbana e constituirá uma das características estruturais da dinâmica populacional funchalense. Os valores apresentados na Tabela 3 revelam que, num total de 174 resultados anuais de óbitos (distribuídos pelas três paróquias), 89,7% inscrevem-se nos limites considerados normais, enquanto os restantes 10,3% correspondem a valores de crise. Os valores expressos revelam que em todo o período e para o conjunto das paróquias teria ocorrido em média um ano de mortalidade extraordinária para cada nove anos de mortalidade «normal».

Tabela 3. Mortalidade normal e mortalidade excepcional (1750–1830)

Paróquias	Total Anos	Anos normais	Anos de crise	Rácio
Sé	81	72	9	13
São Pedro	66	59	7	12
Sta. Maria Maior	27	25	2	8
Total	174	156	18	11

Embora em Santa Maria Maior só tenham sido contabilizados os óbitos a partir de 1804, os resultados encontrados para o século XIX são praticamente coincidentes com os que se registaram na Sé e em São Pedro, podendo presumir-se a permanência de um perfil de mortalidade comum desde meados de Setecentos. No entanto, algumas variações na intensidade deste fenómeno na paróquia de Santa Maria Maior poderão estar associadas a uma ocupação selectiva do espaço urbano, em função da disponibilidade económica dos diferentes estratos sociais. Por outro lado, tratando-se de populações implantadas numa área de baixa dimensão espacial, tanto as crises frumentárias como as de natureza epidémica tenderiam a manifestar-se em momentos aproximados.

Considerando os saldos fisiológicos observados para o conjunto das paróquias urbanas, disponíveis no Gráfico 5, será possível interpretar as taxas brutas de natalidade e mortalidade encontradas para o período entre 1781 e 1825, que podem ser analisadas na Tabela 4.

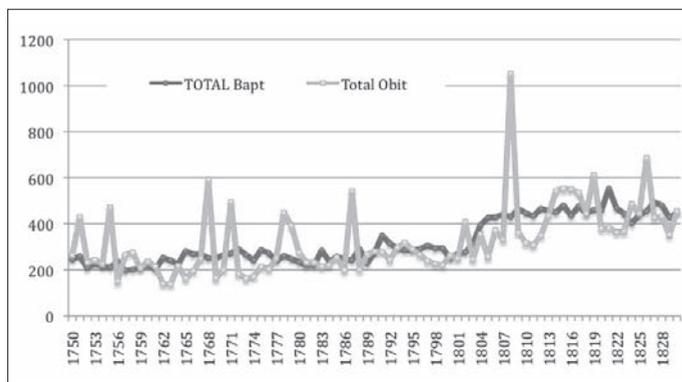


Gráfico 5.
Volume anual de baptismos e óbitos na Sé, São Pedro (1750-1830) e S. Maria Maior (1804-1830)

Para o cálculo destas taxas brutas de natalidade e mortalidade foram utilizados os mapas da população e róis de confessados já enumerados. A sua construção permite uma melhor medição e, sobretudo, comparação com outros espaços urbanos em idêntica cronologia.

Tabela 4. Taxas brutas de natalidade e mortalidade na cidade do Funchal, 1781-1825³²

Ano	TBN	TBM
1781	27,4	30,5
1797	32,3	27,2
1800	29,4	29,1
1805	29,8	23,2
1810	31,4	33,5
1815	38,4	43,8
1820	40,7	37,2
1825	33,6	36,3

As taxas brutas expressas na Tabela 4 foram calculadas para os anos relativamente aos quais se dispõe de informação sobre o volume populacional (1781-1825), desconhecendo-se os dados para os anos entre 1750 e 1780, período em que

³² Médias dos 5 anos envolventes, exceptuando a de 1800 (1804-1807). Até 1800 as taxas brutas referem-se às freguesias da Sé e São Pedro.

sabemos terem-se também verificado crises de mortalidade. Os anos em questão nem sempre coincidem com os que necessitaríamos de analisar, designadamente os de 1768 e 1808, onde se registam as maiores crises de mortalidade³³.

Apesar de não ser possível aferir cabalmente a robustez dos dados, a sua análise demonstra maiores oscilações na mortalidade (23 – 44%) do que na natalidade (27 – 41%) o que atesta de alguma forma a fiabilidade da informação. Com efeito, em sociedades pré-industriais a natalidade tende a ser mais constante já que é influenciada por factores culturais, enquanto as maiores flutuações da mortalidade acusam a estreita dependência desta variável relativamente às leis da natureza e às situações de crise.

As taxas brutas apuradas apontam para uma eventual existência de um sistema de alta pressão, onde a natalidade é frequentemente ultrapassada pela mortalidade, que funciona como reguladora do crescimento. Confirmando este modelo, verifica-se uma rápida subida da natalidade após terem ocorrido elevadas taxas de mortalidade (particularmente em 1815 e em 1820). Neste quadro importa saber até que ponto o estudo comparativo da natalidade e mortalidade de uma área urbana como o Funchal é compatível com a realidade, bem mais rural, do conjunto da ilha e, também, em que medida a cronologia e intensidade das crises da cidade do Funchal é transversal às registadas na ilha da Madeira como um todo. Por outras palavras, importa averiguar se existiam características demográficas específicas nas áreas urbanas de Antigo Regime.

Tabela 5. Taxas brutas de natalidade nas freguesias urbanas (1781–1825)³⁴

Ano	Sé		São Pedro	S.Maria M.
	Global	Sem expostos	Global	Global
1781	38,5	24,7	30,8	–
1797	48,4	29,6	34,9	–
1800	46,8	27,2	31,5	–
1805	39,6	22,1	34,8	36,5
1810	41,7	22,3	37,0	34,9
1815	52,1	27,3	46,7	39,0
1820	59,4	32,4	45,0	43,1
1825	62,0	33,2	30,8	38,3

³³ No cálculo das taxas foram retirados os baptismos e óbitos de expostos por perturbarem a observação. Se por um lado se possa presumir que muitos expostos fossem oriundos de várias outras paróquias rurais da ilha, por outro a baixa mortalidade deste grupo a partir do último quartel de Setecentos sugere que em muitos casos os seus óbitos tivessem sido registados nas freguesias de residência das amas a quem eram entregues, também no termo rural.

³⁴ Foram utilizadas médias dos 5 anos envolventes.

Tabela 6. Taxas brutas de mortalidade nas freguesias urbanas (1781–1825)³⁵

Ano	Sé		São Pedro	S.Maria M.
	Global	Sem expostos	Global	Global
1781	33,03	27,94	33,7	
1797	31,95	26,24	28,2	
1800	31,60	24,98	33,0	
1805	21,41	17,45	29,0	33,8
1810	30,49	27,64	38,9	33,3
1815	39,64	35,97	54,5	37,5
1820	35,19	32,64	42,9	34,0
1825	38,62	35,62	37,1	35,4

Uma análise mais detalhada ao nível da freguesia (Tabelas 5 e 6) revela que nas 8 observações existentes para a Sé e São Pedro, a TBM suplanta a TBN em 4. Pelo contrário, em Santa Maria Maior a natalidade é sempre superior à mortalidade entre 1805 e 1825. Este é um dado importante a reter na medida em que no quadro do saldo fisiológico não é compreensível o rápido crescimento populacional de São Pedro face à Sé. Ao invés, o escasso crescimento natural de Santa Maria Maior não seria suficiente para explicar o incremento de efectivos. Neste sentido, poderá avançar-se a hipótese de que as rápidas e significativas flutuações observadas na evolução populacional do Funchal tenham em grande medida decorrido de movimentos migratórios internos, uma vez que os saldos fisiológicos das freguesias parecem insuficientes para justificar o crescimento populacional.

5. AS CRISES DE MORTALIDADE NA CIDADE DO FUNCHAL

Tendo sido sucessivamente apresentados vários métodos para a detecção dos anos de mortalidade extraordinária e para a avaliação da respectiva intensidade (por exemplo, Hollingsworth, 1979a; Hollingsworth, 1979b; Del Planta e Livi-Bacci, 1984), optou-se pela metodologia proposta por Jacques Dupâquier (1979), utilizada em grande parte dos trabalhos desenvolvidos a nível nacional. Esta uniformização de procedimentos facilitará uma análise comparativa posterior entre as diversas regiões do país, tanto continentais como insulares. Trata-se de um método relativa-

³⁵ Foram utilizadas médias dos 5 anos envolventes.

mente simples cuja aplicabilidade exige apenas uma base de dados, concentrando informação sobre a frequência dos óbitos registados em períodos longos³⁶.

Como resultado será possível identificar os anos de sobremortalidade numa determinada população em função dos índices obtidos e ordenados numa escala de classificação que avalia a magnitude da crise detectada. Esta escala compreende seis níveis: 1 (crise menor), correspondendo a valores do índice compreendidos entre 1 e 2; 2 (crise média), relativa a valores do índice superiores a 2 e inferiores a 4; 3 (crise forte), compreendendo os índices situados entre 4 e 8; 4 (crise maior), para valores do índice compreendidos entre 8 e 16; 5 (super-crise), correspondendo a valores do índice situados entre 16 e 32; 6 (catástrofe), para índices superiores a 32.

A maior contrariedade decorrente da aplicação deste método relaciona-se com o facto de, na média dos anos do período de referência, poderem estar incluídos anos de crise. No entanto, como sublinha Andrew Appleby, os possíveis processos de correcção sugeridos nunca se revelam completamente eficazes³⁷.

Tabela 7. Crises de mortalidade no Funchal por paróquia (1750–1830)

Anos de crise	Paróquias					
	Sé		São Pedro		Santa Maria Maior	
	Índice	Magnitude	Índice	Magnitude	Índice	Magnitude
1755	1,791	1	–	–	–	–
1768	5,895	3	–	–	–	–
1771	2,530	2	1,049	1	–	–
1778	a/n	–	1,948	1	–	–
1779	a/n	–	2,137	2	–	–
1787	4,092	3	2,669	2	–	–
1802	3,057	2	6,219	3	–	–
1808	5,905	3	11,021	4	a/n	–
1819	2,275	3	a/n	–	3,358	2
1826	1,433	1	2,492	2	3,556	2

Nota: a/n = ano normal

³⁶ O método adoptado desenvolve-se pela aplicação da fórmula: $I_x = D_x - M_x / \sigma_x$ onde, I_x , é o índice de mortalidade do ano x ; D_x , é o número de óbitos no ano x ; M_x , é o número médio de óbitos encontrado para os 10 anos precedentes; σ_x , é o desvio padrão do número anual de óbitos durante os 10 anos do período de referência.

³⁷ APPLEBY, 1979.

Tomando como ponto de partida a paróquia da Sé, para a qual existe uma série de óbitos de maior amplitude temporal, verificou-se terem aqui ocorrido 4 crises de mortalidade durante a segunda metade do século XVIII (Tabela 7). Para a análise das possíveis causas que as teriam despoletado, bem como para a aferição dos seus efeitos na cidade e ilha, recorreremos principalmente a fontes oficiais depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino³⁸.

A primeira crise, ocorrida em 1755, teria na sua origem uma forte carência de cereais para o sustento das populações. Esta realidade é corroborada pelo ofício de 1 de Outubro de 1754 do governador do Funchal onde se refere a incapacidade das autoridades em assegurar o provimento alimentar para além de um trimestre e, concomitantemente, sustentar a elevada mortandade³⁹.

Os anos de sobremortalidade de 1768 e 1771 parecem ter por causa o surto epidémico de sarampo, agravado por uma crise frumentária e figuram como a maior crise do século XVIII⁴⁰. A sua manifestação foi motivo de preocupação das autoridades que, em 1768, davam conta dos seus efeitos à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos. O morbo iniciou-se em Abril de 1768 na cidade do Funchal, alastrando-se rapidamente a toda a ilha. Contudo, a intensidade mortífera acentuou-se no Verão, um período sempre marcado por uma menor disponibilidade de água potável, tendo ocorrido surtos de «desenteria de sangue», cujos efeitos seriam, segundo o governador, ainda mais nefastos⁴¹. Da mesma forma, o governador referencia em 1770 a ocorrência de uma «arreatada epidemia de moléstias»⁴², atestando o carácter recorrente destes surtos. Presumimos que o impacto desta situação de turbulência epidémica se tivesse alastrado às restantes paróquias urbanas, uma vez que em São Pedro o número de óbitos cresce bruscamente em 1768, sendo também aqui identificada uma crise menor em 1771.

Em finais da década de 1770 a cidade foi novamente palco de mortalidade extraordinária. Os anos de 1778 e 1779 foram, respectivamente, marcados por crises de grau 1 e de grau 2 na paróquia de São Pedro, enquanto na Sé o volume de óbitos permanece normal. Esta situação decorreu sobretudo da escassez de alimentos, como sugere a solicitação de envio urgente de navios com trigo, apresentada em Dezembro de 1777⁴³. Contudo o panorama do conjunto da ilha da Madeira poderá

³⁸ Esta pesquisa assenta em fontes primárias, partindo das referências enunciadas por GUERRA, 2010 e do catálogo da documentação relativa à Madeira depositada no Arquivo Histórico Ultramarino.

³⁹ AHU – *Madeira*, cx. 1, doc. 48.

⁴⁰ CARITA, 1989: 214 e FERRAZ, 1990: 22. Com efeito, nas vereações do Funchal relativas a 1770 assinala-se uma «grande seca», ARM – *Vereações do Funchal*, ano de 1770, fls. 11-12 e 28v.

⁴¹ AHU – *Madeira*, cx. 2, docs. 340-342.

⁴² AHU – *Madeira*, cx. 17, doc. 4846.

⁴³ AHU – *Madeira*, cx. 3, doc. 459.

ter sido mais complexo. Rui Carita relata um conjunto de maus anos agrícolas desde inícios da década de 1770, cujos efeitos conduziram ao aumento dos óbitos em várias paróquias rurais da Madeira⁴⁴.

O último momento crítico observado no século XVIII corresponde ao ano de 1787, durante o qual se detectaram crises de magnitude 3 e 2, na Sé e em São Pedro, respectivamente. A existência de referências quer sobre a adopção de providências para evitar o contágio da peste que alastrava em Argel, quer para se evitar o consumo de géneros comestíveis corruptos e prejudiciais à saúde aponta para uma possível natureza epidémica, articulada com problemas nas subsistências, da sobremortalidade⁴⁵. Mesmo com efeitos desiguais nas várias freguesias da ilha, o facto é que a escassez de cereais também afectava a mortalidade. Por exemplo, Rogério Pereira Duarte refere, para o período entre 1760 e 1786, os seguintes anos de escassa produção cerealífera: 1760, 1769, 1770, 1774, 1777 e 1786. Em três destes seis casos as más colheitas antecederam crises de mortalidade identificadas na Tabela 7: por exemplo em 1771, em 1777 e em 1787. O mesmo autor aponta também para períodos de seca em 1782-1786, em 1801 e 1802, e nos 10 anos anteriores a 1818, casos em que, novamente, as catástrofes naturais antecedem ou se sobrepõem a crises de mortalidade⁴⁶.

Após catorze anos de acalmia, a crise de 1802 assume contornos particularmente gravosos em São Pedro, enquanto na Sé não ultrapassa o grau médio. Embora se desconheça com exactidão a sua origem, refira-se que a primeira ocupação da ilha por soldados ingleses sucede entre Julho de 1801 e Janeiro de 1802, potenciando as probabilidades de contágio relativamente a doenças provenientes do exterior. Todavia importa ressaltar a ocorrência de crises frumentárias em finais do século, concretamente em 1799 e 1800⁴⁷. O efeito combinado da falta de víveres, maior densidade populacional na cidade devido ao aquartelamento dos britânicos e do próprio contágio de doenças entre os militares poderá explicar um eventual surto epidémico.

A mortalidade excepcional registada em 1808 – atingindo um grau de magnitude 4 em São Pedro e de magnitude 3 na paróquia da Sé – apresenta-se como a maior crise dentro do período observado. A subida no volume de óbitos estaria ainda relacionada com a nova ocupação do Funchal pelas tropas inglesas desde Dezembro de 1807. Com efeito, informações fornecidas por vários documentos

⁴⁴ CARITA, 1989: 217-219.

⁴⁵ AHU – *Madeira*, cx. 4, docs. 790-798.

⁴⁶ DUARTE, 1997: 31-32, 36, 58-59.

⁴⁷ Cf. ARM – *Câmara Municipal do Funchal*, Setembro de 1799, fl. 128, idem, Novembro de 1800, fl. 12v., cit. por GUERRA, 2010. A Madeira foi ocupada duas vezes por forças inglesas. A primeira entre Julho de 1801 e Janeiro de 1802, a segunda entre Dezembro de 1807 e Outubro de 1814.

coevos vêm confirmar a excessiva incidência de doenças na população militar, bem como o seu carácter contagioso e maligno⁴⁸.

Embora a especificidade do método utilizado para a identificação dos anos de sobremortalidade não tenha permitido assinalar em Santa Maria Maior qualquer crise em 1808 sabe-se, entretanto, que o volume de óbitos triplicou em relação ao ano precedente, o que indicia claramente a propagação de epidemias em toda a área urbana.

A partir de 1808, e ao longo de 22 anos, registaram-se apenas 2 anos de mortalidade excepcional, em 1819 e 1826. No primeiro, foram unicamente afectadas as populações da Sé e Santa Maria Maior, com diferentes graus de intensidade, enquanto em São Pedro o volume de óbitos se manteve nos níveis de normalidade. No último ano, todas as paróquias atravessaram um momento crítico, que assumiu menor gravidade na Sé.

Considerando todo o período observado e a informação disponível para cada uma das paróquias da cidade, pode concluir-se pela ocorrência de 4 crises menores, 7 crises médias, 5 crises fortes e uma crise maior. Em nenhum momento foi detectada uma super-crise ou catástrofe, constatando-se a prevalência de sobremortalidades de baixa intensidade (menores e médias). Por outro lado, todas as crises foram de curta duração, à excepção da identificada em São Pedro nos anos de 1778 e 1779.

Embora o carácter exploratório deste estudo não tenha permitido aprofundar os contextos em que cada uma destas crises ocorreu, as fontes consultadas apontaram claramente para uma recorrente escassez de cereais e para uma pobreza generalizada que, agravadas em maus anos agrícolas e em períodos de seca e escassez de água potável, poderiam por si só desencadear um cenário de crise. Por outro lado, a natural abertura do porto do Funchal às várias rotas marítimas e a ocupação inglesa durante as guerras napoleónicas, propiciaram a importação de epidemias que, em alguns anos, viriam a potenciar as estruturais crises frumentárias e as sempre deficientes condições sanitárias e de abastecimento de água.

6. CONCLUSÕES

Este estudo em torno das dinâmicas demográficas e das crises de mortalidade na cidade do Funchal, entre 1750 e 1830, teve como suporte o conhecimento básico da evolução do número de efectivos da cidade e a quantificação das variáveis demográficas da natalidade e mortalidade, em especial desta última. A análise destes elementos permite uma primeira aproximação aos sistemas demográficos vigentes nesta cidade que, em finais do século XVIII figurava como a principal urbe das ilhas adjacentes e uma das principais no contexto continental.

⁴⁸ AHU – *Madeira*, cx. 8, docs. 1865-1872 e 1879.

No decurso do período o volume de efectivos da cidade do Funchal evoluiu em contra-ciclo com a realidade da ilha da Madeira. De 1781 a 1825, período para o qual existem dados comparativos, a cidade registou um crescimento muito modesto, quase imperceptível, dos seus habitantes. Pelo contrário a Madeira aumentou significativamente o seu peso demográfico a um ritmo três vezes superior ao da cidade. Como consequência o Funchal diminuiu a sua representatividade, ao mesmo tempo que se operaram alterações ao nível da representatividade das freguesias urbanas: após 1805 a freguesia da Sé perdeu um significativo número de habitantes, valor compensado com o aumento verificado nas restantes paróquias.

O estudo do volume de nascimentos e óbitos (1750-1830) coligidos quer a partir dos registos paroquiais, quer a partir de séries já publicadas, aponta para um total de 31,803 baptismos e 29,139 óbitos, sem contar com o movimento dos expostos que, porventura, perturba a análise. Aceitando à partida a qualidade das fontes manuseadas conclui-se pela existência de um crescimento natural praticamente nulo dos efectivos. Esta realidade encontra explicação, por um lado, na proximidade das taxas brutas de natalidade e mortalidade em anos normais, por outro, na eclosão de crises de mortalidade. Apesar da mortalidade excepcional não ser recorrente e da maioria das crises registar uma magnitude ligeira a média, certo é que entre 1750 e 1830 a cidade registou diversos anos de saldos fisiológicos negativos que travaram o crescimento populacional.

Da análise dos óbitos do Funchal destacam-se os anos de 1755, 1768-1771, 1787, 1802, 1808, 1819 e 1826 como os de particular gravidade, ou seja, de marcada crise. Contudo seriam as crises de 1768-1771 e de 1808 a registar efeitos mais trágicos. Na origem da escalada da mortalidade parece ter estado a deflagração de epidemias – como o sarampo em 1768-1771, embora a documentação raramente permita a clara identificação das doenças. Mesmo assim importa destacar a sistemática referência a crises frumentárias, como as de 1755, 1768, 1777, 1799-1800. Se em vários casos a falta de víveres coincidiu com os surtos epidémicos, noutros parece ter criado um quadro mais propício à sua manifestação, numa ilha marcada por uma agricultura de subsistência, bastante dependente quer dos ciclos da produção e exportação de vinho, quer dos cereais de sequeiro, quer das próprias conjunturas do comércio internacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Dias de (1817) – *Descrição da ilha da Madeira em geral e cada uma das suas freguesias, vilas e lugares em particular. Suas produções, número de fogos e seus habitantes e estado actual de suas fortificações, acompanhada de estampas, referindo-se ao mapa geral da mesma ilha.* In ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *Arquivo de Marinha e Ultramar: inventário. Madeira e Porto Santo.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907, vol. I, p. 473-487.
- APPLEBY, Andrew B. (1979) – *Crises of mortality, periodicity, intensity, chronology and geographical extent.* In CHARBONNEAU, Hubert, LAROSE, André, orgs. – *The Great Mortalities: methodological studies of demographic crises in the past.* Liège: Ordina Ed., p. 283-294.

- BRANCO, Jorge de Freitas (1987) – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Dom Quixote.
- CARITA, Rui (1982) – *Paulo Dias de Almeida tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros e a sua descrição da Ilha da Madeira de 1817-1827*. Funchal: Direcção Regional de Cultura.
- CARITA, Rui (1999) – *História da Madeira*, volume V – *O Século XVIII: Economia e Sociedade*. Funchal: Secretaria Regional de Educação.
- DINIS, Márcia José de Barros Fernandes (2001) – *Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1864). Um Estudo de História social*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.
- DUARTE, Rogério Pereira (1997) – *A Madeira no tempo de Pombal: o quadro natural, as comunicações e as depreciações*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.
- DUPÂQUIER, Jacques (1979) – *Lanalyse statistique des crises de mortalité*. In CHARBONNEAU, Hubert, LAROSE, André, orgs. – *The Great Mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*. Liège: Ordina Éditions, p. 83-112.
- FERRAZ, Maria de Lurdes de Freitas (1990) – *A Cidade do Funchal na 2ª Metade do Século XVIII – freguesias urbanas*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, série separatas, 229.
- GUERRA, J. V. (2010) – *Breve cronologia do Funchal: 1419 a 1976*. Separata da publicação «Funchal 500 anos: Momentos e documentos da História da nossa Cidade». Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Arquivo Regional da Madeira.
- HENRY, Louis (1970) – *Manuel de Démographie Historique*, 2ª ed. Genève: Librairie Droz.
- HOLLINGSWORTH, T. H. (1979a) – *A preliminary suggestion for the measurement of mortality crises*. In CHARBONNEAU, Hubert, LAROSE, André, orgs. – *The Great Mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, Liège, Ordina Éditions, p. 21-28.
- HOLLINGSWORTH, T. H. (1979b) – *Problems of population crises. Organizer's report*. In CHARBONNEAU, Hubert, LAROSE, André, orgs. – *The Great Mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*. Liège: Ordina Éditions, p. 271-282.
- JARDIM, Maria Dina dos Ramos (1996) – *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, século XVII. Subsídios para a sua História*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LEBRUN, François (1980) – *Les Crises Démographiques en France aux XVIIe et XVIII siècles*. «Annales. Economies, Sociétés, Civilisation», vol. 35, n.º 2. Paris, p. 205-234.
- PÉREZ MOREDA, V. (1980) – *Las Crisis de Mortalidad en la España Interior, siglos XVI-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- PIAZZA, Walter F. (1992) – *A Epopéia Açórico-Madeirense – 1748-1756*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli.
- MATOS, Paulo Teodoro (2012) – *A estatística da população no ultramar português, 1750-1800. Elementos para o seu estudo*. In Universidade Católica Portuguesa, org. – *Diafanias do Mundo. Homenagem a Mário F. Lages*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 379-394.
- MATOS, Paulo Lopes de, SOUSA, Paulo Silveira e (2008) – *População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil (1766-1836)*. In MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de, LEITE, José Guilherme Reis, coords. – *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, p. 535-577.
- MATOS, Paulo, MARQUES, A. H. de Oliveira (2001) – *A Base Demográfica*. In SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira, coords. – *História de Portugal – A Instauração do Liberalismo*, Lisboa: Ed. Presença, vol. IX, p. 13-45.
- RAU, Virgínia (1965) – «Dados sobre a emigração madeirense para o Brasil no século XVIII», *Separata das Actas do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

ENTRE AS VINHAS E OS CAFEZAIS: O PERFIL DOS MADEIRENSES QUE NAVEGARAM RUMO A SÃO PAULO ENTRE 1888 E 1899¹

NELLY DE FREITAS²

INTRODUÇÃO

No século XIX, uma pressão demográfica crescente aliada a uma revolução nos transportes e ao desenvolvimento econômico do Novo Mundo fizeram a Europa conhecer uma expansão e uma aceleração de movimentos migratórios, com claros impactos na evolução de sua população. Há muito objeto de extensos estudos, a emigração portuguesa não escapou a tais movimentos, que constituíram uma válvula de escape para as tensões sociais e os problemas no campo em Portugal³.

Nesse contexto, apesar de suas relativas dimensões e população, a Ilha da Madeira representou, juntamente com o arquipélago dos Açores, grande parte da diáspora portuguesa em termos comparativos. A população da Madeira, em sua maior parte campesina, cresceu a um ritmo constante num espaço limitado dando resultado a um dos números mais altos de densidade no país nos finais do século XIX⁴.

¹ Este trabalho faz parte do conjunto de estudos doutorais elaborado na Université Paris-Sorbonne com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal e concluído em 2013. Agradece-se ao professor Alberto Vieira, Presidente do Centro de Estudos de História do Atlântico, pelos conselhos, sugestões, críticas e comentários a este projeto.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-Brasil. nellydefreitas@hotmail.com

³ VIEIRA, 1988: 264; FERRAZ, 1994: 85.

⁴ Apesar da desigual distribuição interna, o distrito do Funchal apresentava a segunda maior densidade de Portugal, vindo logo depois do distrito do Porto. Em 1864 ela era de 135.9 hab/km² (sendo 147.7

Cercada pelo Atlântico, alvo de graves crises agrícolas, em constante contato com os estrangeiros vindos para o turismo ou a negócios, a população madeirense não hesitava em emigrar⁵. Chamados pelos parentes, amigos ou vizinhos já instalados no estrangeiro, os madeirenses rumaram para lugares como Demerara, Havaí e Brasil.

Este último destino exerceu, em particular e desde o século XVI, uma forte atração sobre os povos insulares. Desde os primórdios da colonização do território brasileiro, lá se encontravam muitos portugueses vindos dos arquipélagos atlânticos. A chegada dos primeiros madeirenses deveu-se ao desenvolvimento da cultura da cana de açúcar na colônia americana, seguiram-lhes então os aventureiros e os perseguidos pela religião⁶. No século XVIII, esses movimentos migratórios intensificaram-se com o apoio oficial da Coroa portuguesa que, no objetivo de defender o território, enviou casais insulares, dos Açores majoritariamente, mas também da Madeira, para o sul do Brasil⁷.

O fluxo de deslocamento de madeirenses continuaria também no século XIX. Nesse arquipélago português, o contexto de crises econômicas regulares aumentava fortemente a miséria da população, que via na emigração um meio de sobrevivência. Ao mesmo tempo, do outro lado do Atlântico, o processo de abolição da escravatura no Brasil e o crescimento da cultura do café na Província do Rio de Janeiro, mas sobretudo na de São Paulo, provocaram uma evolução nas políticas de imigração a fim de favorecê-la. O fenômeno então cresceu, ainda que a forma de recrutamento dos imigrantes e as condições na chegada originassem manifestações contrárias ao que muitas vezes era chamado «escravatura branca»⁸.

O trabalho a ser aqui desenvolvido faz parte de uma pesquisa doutoral sobre o impacto da evolução da emigração e de medidas de controle de população sobre a sociedade insular do distrito do Funchal na segunda metade do século XIX⁹. Mesmo existindo uma vasta historiografia sobre movimentos migratórios de madeirenses

na Madeira e 33.4 no Porto Santo) e em 1900, era de 184.8 hab/km² (sendo 200.2 na Madeira e 54.8 no Porto Santo) (RODRIGUES, 2004:31).

⁵ CORVO, 1854; VASCONCELLOS, 1876; BRANCO, 1987; NEPOMUCENO, 1994.

⁶ VIEIRA, 2004: 14.

⁷ Sobre os Madeirenses no Sul do Brasil, consultar, entre outros: RAU, 1965; PIAZZA, 1999; SANTOS, 2008.

⁸ SERRÃO, 1976: 96.

⁹ Para esclarecimento, faz-se importante ressaltar que o período compreendido entre 1832 e 1851, chamado “segundo liberalismo”, conheceu a uma profunda reforma da administração pública portuguesa. A lei de 25 de Abril de 1835 suprimiu as províncias e comarcas e, a partir do Decreto de 31 de Dezembro de 1836, com as Ilhas, Portugal foi dividido em distritos (17 no continente e 4 nas ilhas adjacentes, sendo o do Funchal para o arquipélago da Madeira), concelhos e freguesias. Os distritos eram administrados por governadores civis de nomeação régia; os concelhos por administradores escolhidos pelo Governo, com base numa lista feita por eleição direta, e as freguesias, por comissários de paróquia, escolhidos pelos administradores dos concelhos. Junto de cada órgão havia corpos administrativos eleitos: as juntas gerais de distrito, as câmaras municipais e as juntas de paróquias. (SERRÃO, 1988: 206).

para certos destinos, como Ilhas Sanduíche¹⁰ ou Guiana Britânica¹¹, e mesmo se já existem bases de dados, ainda que genéricas, sobre o perfil demográfico dos madeirenses no período¹², reflexões sobre o impacto das migrações para alguns destinos (como para o Estado de São Paulo no Brasil) na demografia da ilha, bem como análises sistemáticas de fontes estatísticas conhecidas ou ainda inéditas (como listas de passaportes ou listas de passageiros mantidas no Brasil, entre outras) oferecem possibilidades até agora pouco exploradas pelos historiadores demográficos.

Nesse sentido, foram realizadas pesquisas nos arquivos brasileiros nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (arquivos estaduais, nacional e Memorial do Imigrante de São Paulo), onde foram levantadas listas de passageiros provenientes da Ilha da Madeira ainda hoje quase desconhecidas e pouco trabalhadas.

O presente trabalho revela uma parte desses estudos feitos ao analisar o fluxo migratório madeirense em direção a um dos principais portos brasileiros do final do século XIX: Santos no Estado de São Paulo, precisamente entre 1889 e 1899, ou seja, na década seguinte à decretação do fim da escravidão no Brasil. As fontes utilizadas consistem em listas de passageiros recolhidas no acervo histórico do Memorial do Imigrante, na cidade de São Paulo no Brasil, e que foram tornadas públicas somente há alguns anos¹³. Os objetivos resumem-se, primeiramente, à reflexão sobre as causas da emigração no arquipélago madeirense e da imigração no Brasil, em seguida, à apresentação das fontes e do perfil do contingente madeirense e, finalmente, à descrição da chegada no porto santista.

CAUSAS DA EMIGRAÇÃO MADEIRENSE PARA SÃO PAULO

A realidade do arquipélago da Madeira

A economia portuguesa das décadas finais do século XIX baseava-se sobretudo em uma agricultura rudimentar, com mão de obra numerosa, pouco qualificada, com baixos salários e com pouco interesse pelos avanços tecnológicos. A indústria, incipiente, apresentava falhas semelhantes¹⁴.

¹⁰ Sobre os Madeirenses nas Ilhas Sanduíche, consultar, entre outros: NORDYKE, 1989; SILVA, 1996; CASTRO CALDEIRA, 2005.

¹¹ Sobre os Madeirenses na Guiana Britânica, consultar, entre outros: MENEZES, 2006/2007; RIBEIRO, 2006.

¹² RODRIGUES & PINTO, 1989; OLIVEIRA, 1999.

¹³ M.I. *Listas Gerais de Desembarque de Passageiros no porto de Santos*. Rolos 1 a 11.

¹⁴ Esse atraso tecnológico e industrial português era constantemente referido, por exemplo, nas correspondências dos cônsules franceses em Lisboa. Diziam eles que, «infelizmente, a agricultura portuguesa era ainda muito primitiva» (A. N. F. *Commerce et Industrie*. F/12/7165: carta enviada pelo Consulado da França

Na Madeira, dadas as primitivas técnicas empregadas no setor primário, a agricultura chegou a ser qualificada de «atrazadíssima» até mesmo pelos contemporâneos¹⁵. Como no continente, a ilha também apresentava o emprego extensivo de mão de obra no campo. Em 1890, por exemplo, três quartos da população insular lá trabalhavam, criando um contexto de alto risco em caso de crise nesse setor, com impactos em várias esferas da sociedade, inclusive nos movimentos emigratórios¹⁶.

Ademais, a historiografia existente aponta o sistema de propriedade de terras e o predomínio do *contrato de colônia*¹⁷ também como tendo forte impacto sobre a economia e a emigração. O desaparego do terreno onde se trabalhava, pela quase impossibilidade de conseguir o título de propriedade, provocava ainda menos receio nos agricultores de partir¹⁸.

Estima-se que em 1888, por exemplo, quatro quintos da população da Madeira estavam ligados ao campo por meio desse acordo de trabalho¹⁹. No contrato de colônia, o proprietário arrendava a terra a um colono para o cultivo enquanto se instalava na zona urbana. Por sua vez, o colono poderia, para além do cultivo, construir benfeitorias e promover outros melhoramentos no terreno, mas sempre respeitando o título de propriedade, que a ele não pertencia. Além disso, ficava estabelecido que os produtos de subsistência, bem como aqueles destinados à alimentação do gado, pertenceriam ao colono, enquanto os benefícios dos produtos cultivados para exportação eram divididos igualmente entre esse e o proprietário.

Com o acesso à propriedade praticamente inexistente para os colonos, a precariedade da situação familiar encontrava inúmeros desafios. Um desses surgia sempre no momento de transmissão do contrato de colônia *mortis causa*. Como herança aos filhos, os colonos podiam deixar as benfeitorias por eles construídas, mas o aumento do número de membros da família a cada geração agravava a fragilidade da vida no campo, já constantemente abalada por crises de pragas, intempéries naturais, impostos e instabilidade dos mercados consumidores dos produtos exportados²⁰.

no Porto do 26 de agosto de 1899) ou que «as matérias primárias faltam e os trabalhadores portugueses têm pouca habilidade. Eles não têm nenhum conhecimento prático nem teórico; empregam-se somente poucas máquinas e seus operadores têm fracas noções de mecânica» (A. N. F. *Commerce et Industrie*. F/12/7163: carta enviada pelo Consulado da França em Lisboa de 29 de agosto de 1881).

¹⁵ VASCONCELLOS, 1876: 35-37.

¹⁶ OLIVEIRA, 1999: 34.

¹⁷ Para mais informações sobre esse sistema, ver: VALLE, 1888: 6; LOMELINO, 1888; DEGLI ALBIZZI, 1889: 71-72; PITTA, 1929; RIBEIRO, 1985: 47-72; SOUSA, 1994.

¹⁸ RIBEIRO, 1985: 71-72; VIEIRA, 1993: 108; CÂMARA, 2002: 31-33.

¹⁹ CÂMARA, 2002: 32.

²⁰ Em correspondência oficial, o Governo Civil do Funchal relata parte dessa realidade em decorrência de «novos impostos sobre os moradores (...) além d'aquelles que ja pesados são (...) sem por lhes ser

Um outro grave problema relacionado ao campo era a opção pela monocultura. Presente desde as primeiras décadas de exploração econômica da ilha com a cultura da cana de açúcar, seguiu-se a partir do século XVI com as vinhas, para fabricação do Vinho Madeira de exportação. Essa realidade tornava a economia insular extremamente dependente do mercado externo. O historiador Alberto Vieira insiste nesse ponto afirmando que «a fragilidade da economia madeirense é uma evidência histórica e surge como resultado da insistente aposta num produto de exportação»²¹.

Na segunda metade do século XIX, além da concorrência internacional que o Vinho Madeira conhecia²², o cultivo seria atingido pelo fungo oídio Tukery, que aniquilaria as culturas da ilha em 1852, levando à perda total da colheita²³. Esse flagelo deixou a ilha numa situação de tão grande miséria (a produção total de vinho diminuiu de 152.243 barris em 1851 para 19.778 em 1852)²⁴, que até mesmo nas correspondências dos diversos cônsules portugueses no Brasil é notória a mobilização das comunidades madeirenses emigradas por ajuda «a fim de minorar os sofrimentos dos infelizes habitantes da Ilha da Madeira que se achão reduzidos à maior penúria»²⁵.

Mesmo passados vinte anos, a cultura do vinho ainda estava a recuperar-se quando outra praga (dessa vez a filoxera) arrasou mais uma vez as plantações madeirenses²⁶. Essa nova crise aliada a uma reação insuficiente e tardia do Estado

impossível paga-los no estado em que as coisas actualmente estão». (A.N.T.T. *Ministério do Reino*, 3ª Rep. em 1870, Correspondência recebidas, mço 2839: Representação dos Vereadores da Calheta ao Ministério do Reino do 5 de Janeiro de 1888).

²¹ VIEIRA, 2003: 295.

²² VASCONCELLOS, 187: 19-47; CÂMARA, 2002: 94-96.

²³ CORVO, 1854: 21; VASCONCELLOS, 1876: 19; CÂMARA, 2002: 89-142.

²⁴ CORVO, 1854: 30. A costa norte, grande produtora de vinho, teve sua capacidade de produção reduzida em 56,26 % em 1851 e até mesmo em 19,78 % entre 1868 a 1873 (CÂMARA, 2002: 107).

²⁵ A.H.M.N.E. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*. Consulado português no Rio de Janeiro. Cxa 539: carta n.º 6 do 13 de Janeiro de 1853 enviada pelo Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Consulado português no Pará. Cxa 524 : carta n.º 11 do 30 de Setembro de 1853 enviada pelo Consulado da Nação portuguesa no Pará ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Consulado português em Pernambuco. Cxa 531: carta n.º 93 do 20 de Abril de 1853 enviada pelo Consulado de Portugal em Pernambuco ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

²⁶ Outras culturas sofreram também com doenças no período, como a laranja (A.R.M. *Governo Civil. Correspondências*, cxa n.º 30: carta de 9 de janeiro de 1883, da Direção Geral de Comércio e Indústria para o Governador Civil do Funchal), a batata e a batata doce, e até mesmo o gado bovino (A.R.M. *Administração do Concelho de Ponta do Sol*. Correspondências. Liv. n.º 3: carta n.º 155, de Setembro de 1891 do Administrador do concelho ao Governador Civil; Correspondência expedida. Liv. n.º 17: carta n.º 384 do 8 de Dezembro de 1887 do Administrador do concelho de Ponta do Sol ao Governador Civil do distrito; *Administração do concelho de Santa Cruz*. Correspondências expedidas. Liv. n.º 30: edital do 18 de Abril de 1891; *Governo Civil*. Correspondências diversas. Cxa n.º 333 II: carta de 25 de Setembro de 1899, do representante da paróquia da Sé do concelho do Funchal ao Administrador do concelho).

central, provocou desalentos na população e duras críticas ao poder pelos proprietários locais. Em uma dessas manifestações, lia-se que:

*[...] os indivíduos que formam os diversos grupos políticos teem, geralmente, mais em vista conveniencias particulares, do que o interesse geral do paiz: de modo que o homem que pensa mais no bem geral do que no individual, acha-se quasi sempre isolado e sem apoio*²⁷.

Outro afirmara mesmo anos mais tarde que «uma nação que tem a fortuna de possuir um paiz d'esta ordem [referindo-se à fertilidade e à riqueza em água da ilha], não o deve abandonar, como desde ha muito está abandonado» e que «a crise agrícola não espera [...] continua sempre, em quanto não lhe for applicado o remedio efficaz»²⁸.

Os estrangeiros partilhavam a mesma percepção das relações entre a Madeira e o continente. O cônsul britânico assim informou Londres em 1885 :

*Fazendo a Madeira parte integrante de Portugal, todos os excedentes dos seus rendimentos são finalmente applicados às necessidades da mãe pátria [...] as autoridades portuguesas, apressadas pelas finanças, sacrificam os interesses mais importantes da Ilha e, na administração dela, ignoram as regras mais elementares de economia política*²⁹.

Além dessas dificuldades econômicas e sociais, com baixos salários e desemprego, a miséria e a fome eram agravadas também pelo serviço militar obrigatório (que tirava os braços jovens do trabalho de subsistência das famílias) e pela escassez progressiva de áreas de cultivo devido ao constante crescimento demográfico (de 1864 a 1878, a taxa de crescimento anual médio era de 1.18%, de 1878 a 1890, 0.22% e de 1890 a 1900, 1.05%³⁰).

Nesse contexto, o fenômeno de insularidade, da abertura de espírito quanto ao contato com o exterior³¹, levou a população a identificar na emigração um dos

²⁷ VASCONCELLOS, 1876: 39-40.

²⁸ LOMELINO, 1888: 2 e 4.

²⁹ « [...] Madeira forming an integral part of Portugal, any surplus in the revenue is at once applied to the general requirements of the mother country », « [...] the portuguese authorities urged by the exigencies of the excheques, sacrifice the best interest of the Island ; and in it administration ignore the most elementary rules of political economy ». N.A.U.K. *Foreign Office*. FO 179/246: carta de 27 de Novembro de 1885, enviada pelo cônsul britânico na Madeira ao Ministro plenipotenciário da Sua Majestade Britânica em Lisboa.

³⁰ RODRIGUES & PINTO, 1989: 331; RODRIGUES, 2004: 30. Sobre este assunto veja-se também o capítulo “O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011” de Isabel Tiago de Oliveira incluído neste livro.

³¹ Inúmeros estudos já foram feitos acerca do impacto do meio insular sobre o homem que nele vive e sobre seu comportamento. Segundo Joël Bonnemaïson, por exemplo, o fato de as ilhas estarem rodeadas pelo mar, como uma fronteira aberta, provoca uma sensação de que “morar numa ilha não é morar num mundo fechado mas numa costa que induz contacto, troca e circulação” (BONNEMAISON, 1997: 122). O

raros meios para fugir das dificuldades e encontrar melhores condições de vida, ainda que em terras distantes³². Nem à terra sobre a qual trabalhavam podendo apegar-se, os madeirenses deixaram-se atrair pelas propostas de agenciadores para substituir os escravos no outro lado do Atlântico³³.

Nada de novo, porém, na história do país, ressaltou o geógrafo François Guichard em 1990. Segundo o acadêmico, «para um país pequeno, pobre e muito povoado olhando para o mar, a emigração foi a solução natural desde as grandes descobertas»³⁴.

Terras paulistas, um destino em transformação

O Brasil sempre foi uma terra de atração para os portugueses. «Terra de eldorado e de fortuna fácil», idéia que tinha raízes antigas no imaginário popular, desde a época colonial, e que os emigrantes retornados com melhores condições alimentavam³⁵. No século XIX, sob pressão de interesses internos e internacionais, onde se destacavam os britânicos, o Brasil passou por muitas mudanças, sobretudo em relação à transição da economia escravocrata, o que tornou a questão do trabalho um dos problemas fundamentais para o Estado que surgiria em 1822.

Com a interrupção do tráfico negreiro legal em 1831, esse comércio diminuiu fortemente, mas somente por alguns anos. Ele seria retomado sobretudo em razão da «tolerância e depois da cumplicidade das autoridades brasileiras» que permitiram «a reativação dos circuitos de tráfico desde o final dos anos 1830»³⁶. Essa situação sofreria um novo golpe em 1850, com a lei Eusébio de Queiroz³⁷, e em 1871, com a lei do ventre livre, quando os filhos das escravas nascidos a partir dessa data ganharam liberdade. Mas somente o ano de 1888 conheceria, finalmente, a abolição total da escravatura³⁸.

Esse conturbado processo de extinção da economia escravocrata marcou com uma profunda complexidade a história do Brasil e a formação do povo brasileiro devido, entre outros fatores, ao multifacetado problema do futuro das massas de

historiador Alberto Vieira também alerta para o fato de que não só os problemas econômicos explicam a emigração, um fenômeno que continuava inclusive “nos períodos de estabilidade econômica” (VIEIRA, 1990: 46). Sobre o tema da insularidade, consultar entre outros: DE LA RUE, 1956; SANGUIN, 1997; MOLES, 1982: 281-289; CONNELL, 1999; SEVIN, 2010.

³² CARDOSO, 1968: 6-7; PELLETIER, 1995: 197; CASTRO CALDEIRA, 2005: 214.

³³ VIEIRA, 1993: 108.

³⁴ GUICHARD, 1990: 66.

³⁵ PEREIRA, 2002: 11.

³⁶ ALENCASTRO, 1984: 127.

³⁷ Sobre o tráfico negreiro consultar, entre outros: MALHEIRO, 1976; ALENCASTRO, 2006 e 2007.

³⁸ BEIGUELMAN, 1968: 15-35.

ex-escravos que não encontravam trabalho remunerado nas fazendas onde antes trabalhavam. Num contexto de expansão da cultura do café no Estado de São Paulo, esses acontecimentos traduziram-se, do ponto de vista microeconômico, como uma questão a ser urgentemente resolvida.

Não cabendo aqui um exame extenso de outras soluções imaginadas, tentadas ou descartadas, concentrar-se-á sobre o patrocínio da imigração de trabalhadores do sul da Europa, sobretudo de Portugal³⁹. A importância que os trabalhadores europeus ganharam seria destacada, por exemplo, em correspondência enviada em 14 de Maio de 1888 pela Legação portuguesa no Brasil ao Ministério do Reino em Lisboa. O documento informava que havia sido aprovado pelo Senado, e sancionado pela Princesa Imperial na véspera, o projeto de lei que declarava extinta a escravidão no Brasil. O discurso da Legação prossegue relatando que seria, então, normal para o governo central e para os governos provinciais redobrar os esforços que já estavam sendo empregados anteriormente na introdução de operários agrícolas europeus. Nesse contexto, um destaque foi dado ao fluxo português de imigrantes. Ainda segundo a Legação, o governo provincial do Rio de Janeiro já havia celebrado um contrato com o “conhecido agente de imigração” Sr. Fiorita, a fim de introduzir na Província 10.000 açorianos⁴⁰. Como será analisado mais adiante, esse mesmo agente assinaria nos anos seguintes diversos contratos com o governo da Província de São Paulo para a vinda de europeus e madeirenses para as lavouras de café, ocupando o lugar dos escravos⁴¹.

Comentando o novo sistema que entrava em funcionamento, a historiadora Paula Beiguelman ressaltou mesmo que, desde antes da abolição da escravatura, as leis determinavam a cobrança perante os proprietários pelo uso de cada escravo nas fazendas a fim de financiar o serviço de imigração⁴². Em 1884, por exemplo, a cobrança era de 3\$000 por ano para cada escravo e de 1\$000 em 1885⁴³. Nesse novo contexto social da década de 1880, o Brasil, em geral, e as fazendas de café em São Paulo, em particular, tornaram-se os primeiros destinos da emigração portuguesa⁴⁴.

Trazido da Guiana Francesa, o produto começou a ser cultivado na Província do Pará no começo do século XVIII, mas foi no Rio de Janeiro, através das mãos

³⁹ HOLLOWAYS, 1980: 5; KLEIN, 1993: 241-242.

⁴⁰ A.N.T.T. *Ministério do Reino*. 3ª Rep. em 1870. Correspondência recebida (SR). Mç. 2843: carta do 14 de Maio de 1888 enviada pela legação portuguesa no Brasil ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁴¹ M.I. *Listas Gerais de Desembarque de Passageiros no porto de Santos*. Rolos 1 a 11. PASCAL, 2005: 23

⁴² BEIGUELMAN, 1968: 54-55.

⁴³ BASSANEZI *et al.*, 2008b: 33.

⁴⁴ FREITAS, 2006: 1. É preciso ressaltar, entretanto, que no último quartel do século XIX, os açorianos, em particular, dirigiram-se principalmente para os Estados Unidos. (MIRANDA, 1999: 47; MATOS & SILVA, 2008: 291).

de João Alberto de Castello Branco, que conheceu a grande escala a partir de 1781⁴⁵. A região de partida para o novo ciclo monocultor do país reunia condições ideais para a cultura, na zona montanhosa perto da capital havia: terras de boa qualidade, acesso facilitado à mão de obra e proximidade com o porto. Quanto ao consumo, a produção era estimulada pelo aumento de interesse no café na Europa e nos Estados Unidos⁴⁶.

Com uma demanda cada vez mais crescente, o cultivo seguiu em direção à vizinha Província de São Paulo, rompendo os limites geográficos impostos pela zona serrana através do vale do rio Paraíba e tomando o lugar das plantações de cana de açúcar⁴⁷. Uma expansão profundamente transformadora para a região, criando cidades segundo a marcha de disseminação das lavouras em direção ao oeste paulista como o mostra a figura 1, muitas das quais receberiam famílias madeirenses⁴⁸. Outra grande consequência desse fenômeno foi a exploração intensiva do porto de Santos como meio de escoamento da produção, ultrapassando mesmo, a partir de 1894, o porto do Rio de Janeiro⁴⁹.

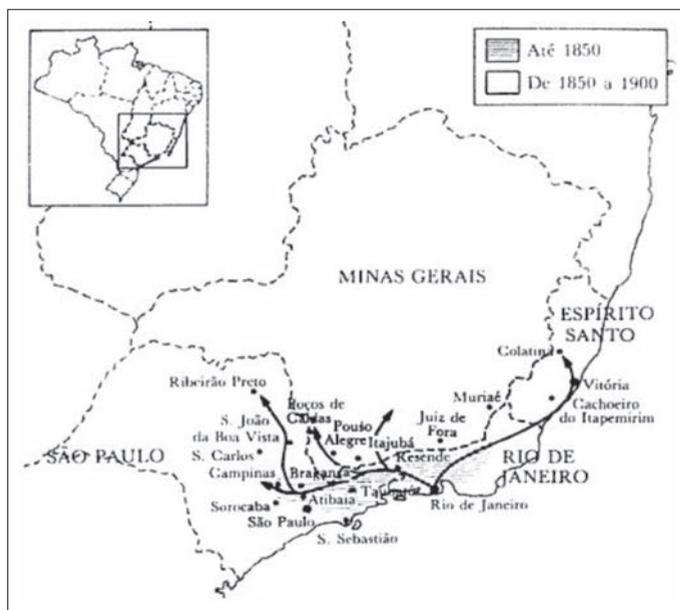


Figura 1.
O avanço do café no oeste paulista durante o século XIX

Fonte: DANTAS, J. *História do Brasil*. Apud MARTINS, A. L. *Império do Café*, p. 37. In: GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migrações e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 43.

⁴⁵ GONCALVES, 2006: 40.

⁴⁶ MAURO, 1994: 100.

⁴⁷ Nos anos 1820, o café representava 18,4 % das exportações, depois do açúcar (30,1 %) e do algodão (20,6 %). Nos anos 30, já alcançava o primeiro lugar com 43,8 % do total da balança comercial brasileira. Em poucas décadas o Brasil passou a ser o maior produtor de café do mundo (GONÇALVES, 2009: 2).

⁴⁸ GONÇALVES, 2006: 40-43.

⁴⁹ HOLLOWAYS, 1980: 9.

Nesse contexto, terra e capital para que a nova fronteira agrícola pudesse seguir expandindo-se não minguavam, restava, como dito, o problema da mão de obra.

A partir dos anos 1870, São Paulo implantou uma política de favorecimento de introdução de imigrantes estrangeiros de maior força e institucionalidade⁵⁰. Quanto às estruturas de acolhimento, no ano de 1871, a lei provincial n. 42 de 30 de Março passou a autorizar o governo a emitir títulos de dívida a fim de financiar a vinda de imigrantes e a sua fixação na Província⁵¹. Quatro meses depois, foi institucionalizada a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração para a Província de São Paulo, que conseguiu financiamento público em 1874. Tais iniciativas da administração provincial continuaram entre 1881 e 1884, com a liberação de novos contingentes de verbas para o financiamento de casas e transportes para os imigrantes.

Finalmente, no ano da abolição da escravatura, os serviços da Sociedade Promotora de Imigração (criada um ano antes) foram contratados pelo Governo de São Paulo para a introdução de até 100.000 imigrantes dos Açores, das Canárias e da Europa continental⁵².

Os serviços dessa sociedade foram de muita valia para a intensificação e o enquadramento dos fluxos migratórios através, por exemplo, da instalação de subsídios de passagem. Assim, de 1889 até o começo do século XX, 80 % dos estrangeiros chegados em São Paulo seriam subsidiados pelo governo⁵³. Em geral, a prioridade era dada às famílias. A imigração familiar permitia ao fazendeiro obter mão de obra barata e em grande número, sobretudo devido aos baixos custos remuneratórios das mulheres e das crianças, mas permitia também ao trabalhador, ao subsidiar a vinda de sua família, aumentar a produtividade, os ganhos e a qualidade de vida devido à cooperação de seus próximos⁵⁴.

Os núcleos familiares buscados eram divididos segundo os seguintes critérios: casais com crianças, casais sem crianças, viúvos com filhos, viúvos com outros familiares. Outros membros da família eram eventualmente aceites, como pais, avós, irmãos, cunhados e sobrinhos ou sobrinhas órfãos. Também as mulheres casadas podiam viajar para se encontrarem com os maridos já presentes no Brasil, desde que portadoras de Cartas de Chamada⁵⁵ (16 mulheres viajaram com os filhos nesse caso nos 44 navios aqui analisados), um direito não extensivo a outros parentes⁵⁶.

⁵⁰ Sobre as políticas precedentes, ver COSTA, 1999: 195-231.

⁵¹ BASSANEZI *et al.*, 2008b: 25.

⁵² BASSANEZI *et al.*, 2008b: 35.

⁵³ HOLLOWAYS, 1980: 39.

⁵⁴ BEIGUELMAN, 1968: 51.

⁵⁵ PEREIRA, 1990: 736.

⁵⁶ HOLLOWAYS, 1980: 47. Nos navios analisados, somente um homem viajou portando a tal carta.

Como já assinalado, o subsídio das passagens foi um dos instrumentos fundamentais de alimentação do fluxo migratório. Para além dos critérios apontados, a administração pública subsidiava inteiramente as passagens de todos aqueles com mais de 12 anos, metade para os de 7 a 12 anos e um quarto para os de 3 a 6 anos. Não podiam aproveitar da ajuda pública os solteiros, os que pretendiam instalar-se fora de São Paulo e os que no passado já haviam contado com o subsídio para se radicar no Brasil e que, por alguma razão, retornaram à sua origem (uma ocorrência não tão rara quanto se poderia pensar)⁵⁷. Nas listas aqui analisadas, por exemplo, 65 homens pagaram a passagem “por já ter estado no Brasil” enquanto o restante da família era subsidiado⁵⁸.

O CONTINGENTE MADEIRENSE NAS LISTAS DE DESEMBARQUE

Uma fonte histórica rara, mesmo se incompleta

O presente trabalho foi realizado a partir de listas de passageiros chegados ao porto de Santos, no Estado de São Paulo, recolhidas no acervo histórico do Memorial do Imigrante na cidade de São Paulo e disponibilizadas à consulta pública em 2008. Esse fundo de arquivo contém listas produzidas desde o ano de 1888 e que adentram o século XX.

Para o período considerado (1889-1899), foram verificados onze rolos de microfílm, correspondentes a onze caixas de documentos, em que figuram as tais listas⁵⁹. Durante o século XIX, devido à precariedade burocrática do Estado, cabia à polícia o cumprimento de várias tarefas administrativas, dentre as quais a recepção dos navios e a verificação da listagem de passageiros. Baseado no artigo 85 do regulamento n.º 120 de 20 de Janeiro de 1842, é possível afirmar que tais listas foram elaboradas pelos:

[...] commandantes e Mestres das Embarcações mercantes, ou de outra qualquer classe, á excepção somente das de guerra, [que] declararão, em relação por elles assignada, a bordo, no porto em que entrarem, o numero, nomes, empregos, occupações e naturalidade dos passageiros, que trouxerem com passaporte, ou sem elle, ou de quaesquer pessoas, que não pertenção á matricula de suas Embarcações⁶⁰.

⁵⁷ HOLLOWAYS, 1980: 45-48.

⁵⁸ Faz-se importante ressaltar que, ao lado da imigração subsidiada, existia também a espontânea, isto é, a imigração de pessoas que iam para o Brasil sem contrato com os governos locais ou que, mesmo com contratos, não tinham as passagens custeadas ou as tinham de forma reduzida (Lei n.º 1 do 3 de Fevereiro de 1888).

⁵⁹ M.I. *Listas Gerais de Desembarque de Passageiros no porto de Santos*. Rolos 1 a 11.

⁶⁰ Artigo 85 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842: 57.

O trabalho aqui desenvolvido será aprofundado no futuro quando do cruzamento dessas fontes com outras recolhidas no Brasil e em Portugal. Todo esse complexo trabalho faz-se necessário a fim de se averiguar, com a maior precisão possível, quantos eram e quais perfis tinham os emigrantes madeirenses que, de fato, alcançaram as terras do interior do Estado de São Paulo para se instalar.

Para o momento, os onze rolos de microfilmes analisados trazem-nos informações sobre quarenta e quatro navios, referenciados na tabela 1, originários ou que recolheram passageiros da ilha da Madeira e que chegaram ao porto de Santos. No total esses navios transportaram, no período analisado, 3756 madeirenses sendo : 277 em 1889, 983 em 1893, 119 em 1894, 1282 em 1895, 222 em 1896, 380 em 1897, 358 em 1898 e 135 em 1899.

Tabela 1. Listas dos navios saídos da Ilha da Madeira e chegados ao porto de Santos

Navios	Chegada	Passageiros madeirenses	Navios	Chegada	Passageiros madeirenses
Rhein	1889.02.16	201	Les Alpes	1897.02.20	31
Berlin	1889.04.04	76	Provence	1897.03.03	53
Bearn	1893.01.27	327	Italie	1897.04.17	48
Provence	1893.02.13	312	Les Alpes	1897.05.31	66
Malange	1893.07.27	31	Bearn	1897.06.19	26
Rei de Portugal	1893.08.13	77	Les Alpes	1897.08.18	57
Espagne	1893.11.04	236	Espagne	1897.09.17	31
Bearn	1894.12.05	119	Provence	1897.10.18	39
Provence	1895.02.09	247	Les Alpes	1897.11.18	29
Bearn	1895.03.05	333	Les Alpes	1898.02.03	103
Bretagne	1895.04.04	249	Aquitaine	1898.02.17	28
Bretagne	1895.06.28	71	Les Andes	1898.03.22	41
Aquitaine	1895.07.26	61	Italie	1898.07.17	67
Italie	1895.08.18	100	Provence	1898.08.19	32
Bearn	1895.09.05	67	Bearn	1898.10.21	26
Aquitaine	1895.10.19	70	France	1898.12.19	61
Provence	1895.10.19	84	Aquitaine	1899.02.20	41
Provence	1896.08.18	28	Bearn	1899.03.24	32
Les Alpes	1896.09.19	29	Provence	1899.04.18	19
Bearn	1896.10.20	53	France	1899.05.18	17
Aquitaine	1896.11.18	50	Aquitaine	1899.07.20	16
Les Andes	1896.12.21	62	Bearn	1899.08.28	10

Fonte: M.I. *Listas Gerais de Desembarque de Passageiros no porto de Santos*. Rolos 1 a 11.

Um das primeiras características que se pode destacar, inclusive como ponto comum a todos esses navios, é o fato de que transportavam emigrantes europeus contratados pelo Governo da Província (e depois Estado) de São Paulo⁶¹. As próprias listas de passageiros informam que existiram 5 contratos de introdução de imigrantes celebrados entre o poder público paulista e os agentes Angelo Fiorita (4 primeiros contratos) e José Antunes dos Santos no período considerado.

Antes de se seguir com a análise preliminar do estado e do conteúdo geral dos dados contidos nas listas examinadas, alguns comentários são necessários. Primeiramente é importante destacar que, em algumas ocasiões, os documentos apresentam lacunas e uma certa heterogeneidade na apresentação das informações. De maneira geral, as listas, estabelecidas por família, contêm as seguintes discriminações para cada passageiro: nome, nome de família, naturalidade, parentesco com o chefe de família, profissão, idade, religião e destino.

Entretanto, a naturalidade, por exemplo, são informações disponíveis somente para os chefes de família (cinco navios indicam como naturalidade “Madeira”, os demais apontam as freguesias da ilha de onde eram originários). Já a profissão e a religião são disponibilizadas somente para os chefes de família nas listas produzidas até 1896, com o navio «Aquitaine», ancorado em 18 de novembro de 1896. A partir do navio seguinte, «Les Andes», essas informações são fornecidas para todos os passageiros.

Também só se conhece o estado civil dos chefes de família. Para os demais passageiros, encontra-se discriminado apenas o laço de parentesco para com o chefe com quem viajava (se «mulher», «filho», «primo», «tio» etc), não se permitindo saber se eram solteiros ou casados. Sem embargo, a condição de «viúvo» ou «viúva» apresenta-se indicada nas listas.

Finalmente, do universo de passageiros dos quarenta e quatro navios analisados, em um pouco mais da metade (27) é possível identificar a cidade de destino final no Estado de São Paulo de todas ou de algumas famílias. Essa informação permite, mesmo com alguma reserva, aprofundar o conhecimento das cidades e das colônias para onde rumaram os madeirenses e do trabalho que realizavam no vasto território estadual paulista, 335 vezes maior que a ilha de partida.

Exatamente em razão de todas as ressalvas acima feitas é que o exame das listas de passageiros aqui realizado constitui apenas parte de um estudo mais abrangente, que exige o cruzamento de diversas fontes mas que, pela extensão, somente é possível divulgar em um espaço mais amplo e futuramente. Adiantam-se aqui, assim, apenas algumas conclusões preliminares.

⁶¹ Com a proclamação da República, em Novembro de 1889, e com a nova Constituição de 1891, o Brasil tornou-se uma federação de Estados.

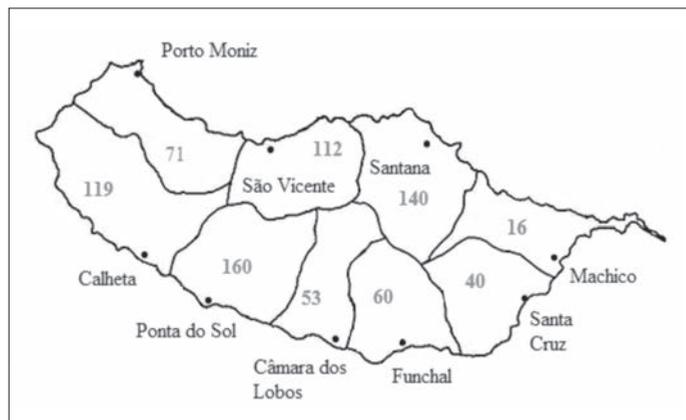
Procedência e perfil etário dos emigrantes

Antes de se passar à análise mais detalhada do perfil dos emigrantes madeirenses, é importante recordar que, nas listas examinadas, somente a naturalidade dos chefes de família é indicada, sem mencionar o fato de que, das listas produzidas nos 44 navios, em cinco delas há somente a indicação de naturalidade como «Madeira». Tais imprecisões serão corrigidas no futuro com o cruzamento com outras fontes, como já ressaltado. Por agora, partindo dos dados obtidos, foi possível elaborar os gráficos e tabelas seguintes.

A partir das informações disponíveis foi possível elaborar a figura 2, que permite apontar os Concelhos de maior partida no sul da Ilha da Madeira (Calheta e Ponta do Sol) e no norte (São Vicente e Santana). Globalmente, entretanto, a costa sul parece mais afetada com as partidas, o que poderia ser em parte explicado pelos baixos índices históricos de ocupação da região setentrional (em finais do XIX, a população da costa sul representava 80 % dos madeirenses⁶²).

Figura 2.
Distribuição por Concelhos dos chefes de família emigrados (1889-1899)

Fonte: Números estabelecidos a partir das listas referidas na nota n.º12.



Apenas para se ter uma certa idéia da dimensão global desse fluxo migratório, sem considerar a flutuação da população para o período e tomando como referência unicamente o censo de 1890⁶³, elaborou-se a tabela 2 de número de emigrantes para o Estado de São Paulo por cada mil habitantes. Como somente há indicação da naturalidade para os chefes de família, elaborou-se o quadro abaixo presumindo-se

⁶² OLIVEIRA, 1998: 29. Teresa Rodrigues alerta ainda para o fato de que a progressão da população na costa norte era prejudicada não somente pela emigração, mas também por movimentos migratórios em direção ao sul da ilha (RODRIGUES, 2004: 30)

⁶³ *III Recenseamento Geral da População* – 1 de Dezembro de 1890.

que todos portavam a mesma naturalidade⁶⁴. Os resultados obtidos indicam, entre outros, que teriam sido os três Concelhos menos povoados da ilha (Porto Moniz, São Vicente e Santana) que mais sofreram com as partidas.

Tabela 2. Número de emigrantes por 1000 habitantes

Concelhos	Número total da população no censo de 1890	Número de saídas entre 1889 e 1899	Número de emigrantes por 1000 habitantes
Calheta	17 010	571	33,5 ‰
Câmara dos Lobos	14 929	283	18,9 ‰
Funchal	37 011	316	8,5 ‰
Machico	10 287	60	5,8 ‰
Ponta do Sol	16 861	605	35,8 ‰
Porto Moniz	4 265	309	72,4 ‰
Santana	9 013	690	76,5 ‰
Santa Cruz	15 033	199	13,2 ‰
São Vicente	7 720	486	62,9 ‰
Naturalidade não indicada	–	237	–
Total	133 129	3756	28,2 ‰

Fonte: Números estabelecidos a partir das listas estudadas e do III recenseamento português de 1890.

Prosseguindo o estudo, dentro do universo amostral analisado no que se refere ao sexo, a emigração pode ser caracterizada como um fenômeno relativamente balanceado: 54 % dos emigrantes eram homens e 46 %, mulheres. Nota-se nesses números uma diferença não muito significativa, o que pode ser explicado pelo fato de que das ilhas, ao contrário do que se passava no continente, emigravam sobretudo famílias. Conforme aponta o historiador Joaquim da Costa Leite, na década de 1860, 60 % da emigração insular havia sido familiar, tendo sido somente 20 % no continente⁶⁵. A mesma tendência verificou-se ainda em 1890, quando para cada 100 mulheres emigradas do continente havia 428 homens. Já para cada 100 mulheres emigradas das ilhas, 114 homens as acompanharam, numa situação de quase equilíbrio⁶⁶. É preciso lembrar, também, que esses números não são frutos do acaso,

⁶⁴ Faz-se importante ressaltar que o exercício comporta claramente o risco de se presumir erroneamente que todos nasceram na mesma localidade do chefe de família.

⁶⁵ LEITE, 2001: 176.

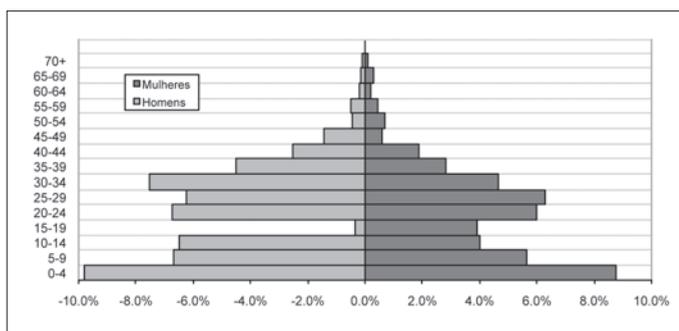
⁶⁶ LEITE e CÂMARA, 2010: 109.

sobretudo em razão da preferência do Governo de São Paulo por famílias, critério estabelecido em contrato e tenazmente observado pelos agentes de imigração⁶⁷.

Relativamente aos casais passíveis de identificação (765), 215 emigraram sem filhos, mas a grande maioria, 550, foram acompanhados. Com esses últimos viajaram 1371 filhos, perfazendo uma média de 2,49 filhos por casal. Foi também possível a identificação de 31 viúvos (26 mulheres e 5 homens) e de 4 homens solteiros. Um resumo quanto às faixas etárias aparece no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1.
Distribuição dos emigrantes
por faixas etárias

Fonte: Gráfico estabelecido a partir das listas referidas na nota n.º12.



Uma primeira observação faz referência ao expressivo número de recém-nascidos e crianças entre 0 e 9 anos, que representam 30 % do total do contingente, um número que aponta, mais uma vez, para uma típica emigração familiar. Outro dado que atrai a atenção é a nítida superioridade feminina na faixa etária dos 15 aos 19 anos, cerca de 92 % do total. A quase ausência do sexo masculino nesse grupo pode ser explicada pelo serviço militar a partir dos 20 anos. Em realidade, fugir do exército era umas das razões da emigração de um grande número de jovens portugueses nessa época, um problema que o Estado vinha tentando resolver desde a aprovação, em 27 de julho de 1855, da lei que instaurou a obrigatoriedade do recrutamento⁶⁸.

A partir dessa data, os jovens rapazes eram recrutados entre 20 e 21 anos, com única possibilidade de desobrigação caso provassem que, com seu trabalho, constituíam o exclusivo recurso de subsistência de sua família⁶⁹. Nesse mesmo

⁶⁷ M. I. *Listas Gerais de Desembarque de Passageiros no porto de Santos*. Rolos 1 a 11.

⁶⁸ *Collecção systemática das ordens do exercito*, 1859: 327-347. Várias cartas evocavam esses problemas de recrutamentos. A.N.T.T. *Ministério do Reino*. 2ª Rep. em 1895. Correspondências recebidas. Mç. 2721: carta do 3 de Maio de 1895 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino ao Ministro do Reino; 2ª Rep. Correspondência recebida. Mç. 4942: carta do 31 de Janeiro de 1867 do Governo Civil de Braga ao Ministério do Reino. Sobre o recrutamento militar no período anterior, consultar, por exemplo: COSTA, 1995; 2010.

⁶⁹ Outra possibilidade oferecida pela lei, mas muito pouco utilizada, era a da indicação de um substituto capaz, um irmão por exemplo, com idade acima dos 18 anos (*Collecção systemática das ordens do*

momento, antevendo possíveis evasões dos jovens para o estrangeiro, foi proibida a concessão de passaportes para aqueles com idade entre 18 e 21 anos⁷⁰. Passados apenas alguns anos, respondendo a uma necessidade prática, o regulamento de 4 de Junho de 1859 proibiu a concessão do mesmo documento então para aqueles com idade entre 14 e 21 anos⁷¹. Uma única exceção prevista era a emissão do documento mediante o pagamento de uma taxa de 500 réis⁷², que se verificava elevada demais para as famílias da época as quais, em razão das crises econômicas recorrentes, não conseguiam nem mesmo vender os bens familiares⁷³.

O serviço militar compulsório de 8 anos (5 efetivos e 3 de reserva) considerado, sem surpresa, como uma tragédia econômica pelas famílias, aumentava ainda mais o interesse pela emigração. Voltando à pirâmide etária, compreende-se assim o número expressivo de rapazes com menos de 14 anos presente nos navios.

A proibição legal não impedia, entretanto, a emigração clandestina daqueles entre 14 e 21 anos, sendo apenas difícil a sua quantificação, por motivos evidentes. Esse recurso era, porém, bem conhecido das autoridades, como se verifica na leitura do *Primeiro Inquérito sobre Emigração* elaborado pelo Parlamento português em 1873⁷⁴. Nos autos conclusivos dessa investigação, afirma-se que: «ha geral repugnância para o serviço militar. Attribue-se essa repugnância a emigração dos menores de 14 annos». O documento até estima a emigração clandestina «em 20 % sobre a emigração total». O caso da Madeira ganha destaque quando o *Inquérito* afirma que a saída ilegal «faz-se principalmente das ilhas. Nos districtos insulares não pôde esta emigração evitar-se, excepto pelo emprego da fiscalização marítima, e por medidas repressivas extremamente vexatorias»⁷⁵. O fenômeno se prolongaria até a década de 1890 como ilustram as palavras do deputado Tomás Ribeiro ao dizer que «outra causa de emigração encontrâmos, senhores, no serviço militar obrigatorio»⁷⁶.

Uma última observação a destacar a partir dos dados presentes na pirâmide refere-se aos indivíduos em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos completos), que representam 56 % dos emigrantes, sendo 53% homens e 47% mulheres.

exercito, 1859: 337).

⁷⁰ *Ibidem*: 338.

⁷¹ ALCANTARA, 1861: 107-108.

⁷² A.R.M. *Governo Civil. Fianças e termos de passaportes*.

⁷³ MIRANDA, 1999: 61.

⁷⁴ *Primeiro Inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa*, 1873: 22.

⁷⁵ *Ibidem*: 41.

⁷⁶ RIBEIRO, 1891: 9.

Ocupações na Madeira

Quanto ao exame do perfil profissional dos emigrantes madeirenses, algumas ressalvas prévias se fazem também indispensáveis. Em primeiro lugar, nas listas analisadas produzidas até 1896, tal informação é fornecida somente para os chefes de família. A partir dessa data, a ocupação de todos os passageiros aparece indicada.

Uma segunda observação refere-se à hipótese levantada pelo historiador Holloways segundo a qual, no intuito de obter o benefício da passagem subsidiada, a maioria dos emigrantes portugueses (fossem eles ilhéus ou continentais) teria declarado ser agricultor, independentemente de sua real profissão⁷⁷. Pois bem, nas listas de passageiros aqui analisadas essa circunstância é verificada para 86 % das pessoas (sendo que entre os 14 % restantes, 13 % declaram-se lavradores e somente 1 % dividiu-se entre hortelãos, sapateiros, domésticos e carregadores). A tese de Holloways deve ser considerada na interpretação de tais dados sobretudo porque os fluxos migratórios transcritos nas listas analisadas foram gerados no contexto da celebração de contratos de agenciamento entre o Governo de São Paulo e prestadores de serviço onde era claro o objetivo final de introdução de trabalhadores rurais nas fazendas de café. Essa era a exigência para a partida.

Há outros elementos que também apontam para o recurso frequente à dissimulação por parte dos emigrantes portugueses, como o fato de muitos madeirenses terem se instalado em centros urbanos em São Paulo, como indicado abaixo, ou mesmo casos em que a fraude foi revelada, como ocorreu com o navio *Italie*. Nessa embarcação, ancorada em Santos em 17 de Julho de 1898, vários passageiros, dentre os quais dois portugueses, foram descobertos pela inspetoria estadual como sendo “artistas” e tendo mentido⁷⁸.

Outra informação interessante proveniente das listas produzidas a partir de 1896 refere-se ao fato de que muitas crianças são apresentadas como agricultores. Mesmo tendo em mente a tese da fraude, é preciso considerar, primeiro, que a economia madeirense era realmente baseada na agricultura e, segundo, como destacado pelo estudo de Benedita Câmara, que nas populações das zonas rurais em geral, independentemente do sexo, os pequenos começavam a ajudar os pais desde os 6 ou 7 anos⁷⁹. O geógrafo e historiador Orlando Ribeiro ilustrou a realidade do campo ao lembrar que uma criança de 7 anos já apanhava ervas para alimentar

⁷⁷ HOLLOWAYS, 1980: 47-49.

⁷⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo. SACOP. Cx. CO4738: carta n.º 165 de 30 de Agosto de 1898 enviada pela Inspetoria de Terras e Colonização e imigração à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Publicas.

⁷⁹ CÂMARA, 2002: 30.

as vacas e que, aos 12, os rapazes iam para a serra apanhar mato e ajudar os pais durante as lavragens e os regadios enquanto as raparigas começavam a bordar⁸⁰.

De toda a forma, o emigrante madeirense tinha uma grande reputação internacional de forte trabalho no campo, de vida sóbria, serviçal, disciplinada e de alguém que se aclimatava rapidamente aos lugares de destino, e preferencialmente em família. Essas características faziam deles elementos muito bem cotados nos projetos de fixação, de conquista e de ocupação de territórios, como foi manifesto nos casos do Havá e da Guiana Britânica⁸¹. No caso do Brasil, toda essa empresa era ainda mais categórica devido ao benefício da afinidade cultural⁸². Como lembra finalmente o historiador Antonio Sousa, “[o] Brasil é dos países onde mais madeirenses tem recebido (...) em todos os estados brasileiros existem colônias numerosas de madeirenses, sendo de destacar as de Rio de Janeiro, Santos e São Paulo”⁸³.

A CHEGADA EM SANTOS

De Santos à Hospedaria

Se os contextos sócio-econômicos tanto na origem como no destino explicam o fluxo madeirense em direção à São Paulo, a contribuição da revolução dos transportes do século XIX não deve ser esquecida. O progresso da tecnologia, permitindo a transição da navegação a vela para a vapor, tornou mais curta e com melhores condições as travessias atlânticas. A duração média da viagem da Madeira até Santos dos navios aqui analisados era de 19 dias, enquanto que à época das velas, como aponta o historiador Joaquim da Costa Leite, conhecia uma média de 62 dias⁸⁴.

Também resultado dessa mesma onda revolucionária, o desenvolvimento dos caminhos de ferro no Brasil permitiu uma melhor comunicação da costa com o interior, favorecendo a implantação de novas colônias. Dos anos 1860 até os anos 1880, por exemplo, foram construídos, com apoio financeiro britânico, 139 quilômetros de estradas de ferro ligando Santos até a capital de São Paulo e, em seguida, até os territórios de produção de café⁸⁵.

Uma vez desembarcados no porto, os madeirenses subiam a Serra do Mar nos trens da São Paulo Railway e desciam na estação ferroviária junto à plataforma da

⁸⁰ RIBEIRO, 1985: 113.

⁸¹ LIND, 1967: 27; FERREIRA, 2006/2007: 20.

⁸² PASCAL, 2005: 83.

⁸³ SOUSA, 1965: 11.

⁸⁴ LEITE, 2001: 743.

⁸⁵ HOLLOWAYS, 1980: 9.

Hospedaria dos Imigrantes na cidade de São Paulo. E mesmo se o formato deste trabalho não permite uma narrativa mais extensa dessa Hospedaria⁸⁶, a apresentação de algumas de seus aspectos principais pode ser de interesse.

Em funcionamento no bairro paulistano do Brás desde 1888 (onde permaneceu aberta até 1978), tinha como função central receber, triar e encaminhar trabalhadores estrangeiros ou nacionais que chegassem no Estado para trabalhar na agricultura ou na indústria. Recebia tanto imigrantes contratados como espontâneos, os quais tinham ali o direito de permanecer até oito dias, quando recebiam comida, roupa, assistência médica e tinham seus documentos de identidade verificados⁸⁷. Aqueles que já possuíam, desde o ponto de partida, um destino determinado, para este eram encaminhados, enquanto que os demais seguiam para as fazendas que na Hospedaria procuravam mão de obra, para a indústria ou para o setor de serviços na zona urbana.

Nem tudo, entretanto, era bem-aventurança. Segundo Holloways, havia reclamações dos imigrantes sobre as condições de higiene nos navios e na própria Hospedaria, além de denúncias de maus tratos nas fazendas para as quais eram encaminhados⁸⁸. Os que protestavam, em vez de serem ouvidos e independentemente de suas opções políticas, eram tratados pelo Governo como «anarquistas» ou «grevistas». Nesse contexto e numa tentativa de evitar que tais «causadores de problemas» chegassem ao país, cláusulas como esta passaram a ser padrão nos contratos de agenciamento de imigrantes:

No caso de algum imigrante ter sua entrada negada por ser anarquista ou por suspeita de pertencer a essa organização, a companhia de transporte será responsabilizada pelos custos de repatriação e por quaisquer despesas que o governo ou a policia de São Paulo possa ter com tais imigrantes⁸⁹

Essa novidade forçava os agenciadores e as companhias de transporte a tentar identificar e barrar eventuais imigrantes considerados problemáticos antes mesmo que deixassem a Europa.

Os destinos finais

Mesmo se somente em um pouco mais da metade dos 44 navios se pode identificar o provável destino final dos passageiros (e mesmo nesses, 157 chefes de família não apresentavam destino prévio⁹⁰), foi possível elaborar um mapa do Estado de São Paulo apontando os parapeiros declarados.

⁸⁶ PAIVA & MOURA, 2008; PAIVA, 2009; BASSANEZI, 1985.

⁸⁷ BASSANEZZI, 1985: 30.

⁸⁸ HOLLOWAYS, 1980: 48.

⁸⁹ HOLLOWAYS, 1980: 48 Ver também o artigo 82 do regulamento de 1842, p. 56.

⁹⁰ Para outros 10, as informações estão ilegíveis.

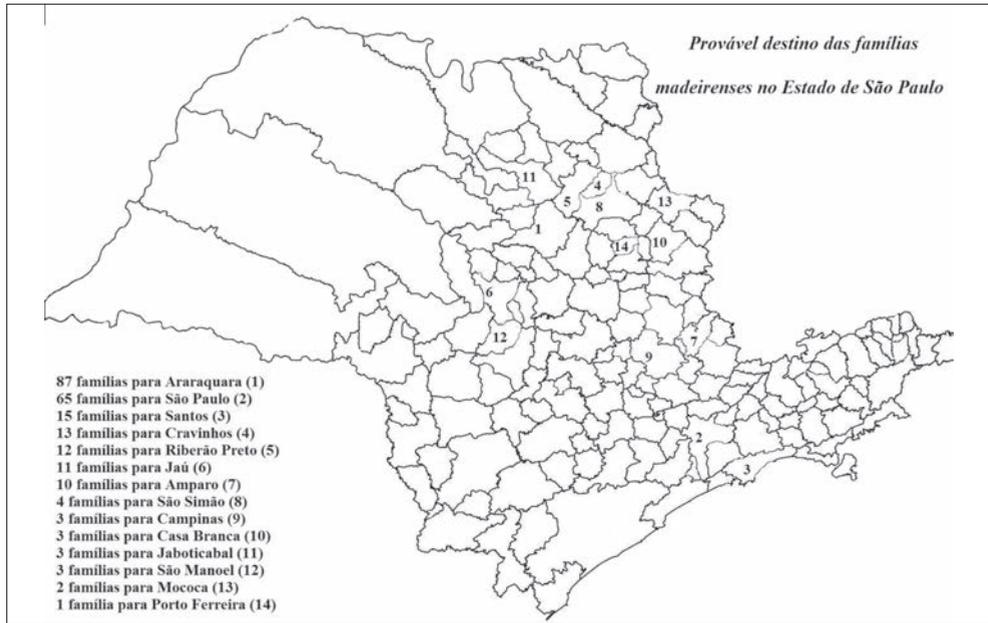


Figura 3. Provável destino das famílias madeirenses no Estado de São Paulo

Fonte: mapa do Estado de São Paulo de 1904 (no original, sem identificação das cidades receptoras de madeirenses, acrescentada posteriormente) extraído de BASSANEZI *et al.*, 2008a: 131.

Em princípio uma surpresa, as cidades de São Paulo e de Santos teriam atraído um número significativo de imigrantes madeirenses, situando-se apenas atrás de Araraquara, 270 quilômetros Estado adentro. Para a primeira, tal fenômeno pode se explicar por sua condição de capital de Estado, apresentando uma economia urbana muito dinâmica e atrativa e, para a segunda, pela facilidade de instalação na porta de entrada do território, mas também por suas características geográficas muito semelhantes às da Madeira (como ressaltado mais abaixo). Entretanto, apesar desses desvios, grande parte das famílias (ao menos 66% daquelas com destinos declarados) ter-se-iam dirigido para o interior de São Paulo, onde estavam as plantações de café.

A confirmação da sorte dos madeirenses é um trabalho que demandaria o emprego de muito mais tempo de pesquisa do que mesmo um doutoramento permite. A grande dificuldade reside no simples fato de que, uma vez presentes nas estatísticas oficiais brasileiras, esses imigrantes passavam à categoria geral de portugueses, dificultando em muito o rastreamento dos originários da Madeira.

Somente estudos pontuais como os de Maria Izilda Matos e Gisele Kodja, que analisam a instalação dos madeirenses em Santos⁹¹, permitem conhecer um pouco

⁹¹ Os primeiros emigrantes madeirenses para ali dirigidos deixaram a ilha a partir de 1883 (A. R. M. *Administração do Concelho do Funchal*. Listas dos passageiros saídos do porto do Funchal. Lvo n.º 120.

mais da integração dessas famílias no Brasil. Matos lembra que, agricultores na terra natal, os ilhéus reproduziram os costumes nessa nova morada, «construíram escadas de pedra, muros de arrimo e formaram pequenos sítios e chácaras, cujos cuidados eram entregues quase exclusivamente às mulheres»⁹². A historiadora aponta que enquanto os homens iam trabalhar nas obras do cais, nos armazéns de estocagem e exportação de café e na construção civil, as madeirenses ocupavam-se da horticultura e retomavam um dos ofícios mais tradicionais da Ilha da Madeira: o bordado, que proporcionava-lhes uma renda suplementar. As crianças também contribuíam para a economia familiar, especialmente as jovens, formadas bordadeiras desde pequenas pelas mães.

Kodja, por sua vez, recorda que os morros de Santos curiosamente favoreceram a fixação dos insulares, acostumados na Madeira aos terrenos acidentados de encosta. Em sua dissertação de mestrado, a historiadora retraça a história das bordadeiras madeirenses que até hoje vivem nos morros santistas⁹³.

CONCLUSÃO

As dimensões do presente estudo, que como já dito é parcela de um trabalho mais amplo e que tem por objectivo analisar em pormenores o deslocamento dos ilhéus para o Estado de São Paulo bem como seu impacto sobre a demografia da Madeira. Apesar de se desenvolver em meio a um universo amostral aparentemente restrito, de 3756 pessoas, tem seu real valor revelado quando são considerados os números globais de emigração madeirense em finais do XIX.

Nesse sentido, os estudos de Isabel Oliveira mostram de maneira precisa que, durante os nove anos de mais alta emigração madeirense, entre 1888 e 1897, e aqui considerados, cerca de 2200 pessoas deixaram a ilha por ano, perfazendo um total de 19800 para todo esse período⁹⁴. Cruzando esses dados com aqueles dos desembarcados em São Paulo, descobre-se que estes representavam cerca de 20 % do total, excluindo, portanto, a hipótese de marginalidade de tal destinação.

Ademais, fazendo parte de um capítulo importante da história do Brasil, de um período de transição não só econômica, mas também social, as famílias madeirenses, que aliás já haviam partido carregando o peso da realidade luso-madeirense de finais do XIX, fazem por merecer os estudos que a elas foram ou serão dedicados.

⁹² MATOS, 1993: 224.

⁹³ KODJA, 2008.

⁹⁴ OLIVEIRA, 1999: 49.

FONTES

Arquivo Regional da Madeira – A.R.M.

Governo Civil. Correspondências. Caixa n.º 301: carta de 9 de janeiro de 1883, da Direção Geral de Comércio e Indústria para o Governador Civil do Funchal. Correspondências diversas. Caixa n.º 333 II: carta do 25 de Setembro de 1899, do representante da paróquia da Sé, do concelho do Funchal ao administrador do concelho. Fianças para embarque de colonos; Termos de fiança de mancebos sujeito ao recrutamento; Fianças e termos de passaportes; Recrutamento; Movimento do recrutamento; Registos de correspondência sobre recrutamento.

Administração do Concelho de Ponta do Sol. Correspondência. Livro n.º 3: carta n.º 155, de Setembro de 1891 do administrador do concelho ao Governador Civil. Correspondência expedida. Livro n.º 17: carta n.º 384 do 8 de dezembro de 1887 do administrador do concelho de Ponta do Sol ao Governador Civil do districto.

Administração do concelho de Santa Cruz. Correspondências expedidas. Livro n.º 30: edital do 18 de Abril de 1891.

Administração do Concelho do Funchal. Listas dos passageiros saídos do porto do Funchal. Liv. n.º 120.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – A. N. T. T.

Ministério do Reino. 2ª repartição em 1870. Correspondências recebidas. Mç. 2839: Representação dos vereadores da Calheta ao Ministério do Reino do 5 de Janeiro de 1888; Maço 4942: carta do 31 de Janeiro de 1867 do Governo Civil de Braga ao Ministério do Reino. 3ª Repartição em 1870 (SSC). Correspondência recebida (SR). Mç. 2843: carta do 14 de Maio de 1888 enviada pela legação portuguesa no Brasil ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2ª Repartição em 1895 (SSC). Correspondências recebidas (SR). Mç. 2721: carta do 3 de Maio de 1895 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino ao Ministro do Reino.

Arquivo Histórico do Ministério Português dos Negócios Estrangeiros – A.H.M.N.E.

Consulado português no Rio de Janeiro. Caixa 539 (1852-1855): carta n.º 6 do 13 de janeiro de 1853 enviada pelo Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Consulado português no Pará. Caixa 524 (1843-1856): carta n.º 11 do 30 de Setembro de 1853 enviada pelo Consulado da Nação portuguesa no Pará ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Consulado português em Pernambuco. Caixa 531 (1851-1855): carta n.º 93 do 20 de Abril de 1853 enviada pelo Consulado de Portugal em Pernambuco ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

III Recenseamento Geral da População – 1 de Dezembro de 1890. Disponível em <www.ine.pt>. [Consulta realizada em 25/06/2010].

Acervo Histórico do Memorial do Imigrante de São Paulo.

Listas Gerais de Desembarque de Passageiros no porto de Santos -/12/1888 à 1/8/1893: Caixa 1, Film 01000; 4/8/1893 à 28/2/1895: Caixa 2, Film 01001; 2/3/1895 à 15/6/1895: Caixa 3, Film 01002; 28/6/1895 à 14/11/1895: Caixa 4, Film 01003; 16/11/1895 à 31/7/1896: Caixa 5, Film 01004; 3/8/1896 à 20/2/1897: Caixa 6, Film 01005; 3/3/1897 à 14/8/1897: Caixa 7, Film 01006; 2/9/1897 à 20/12/1897: Caixa 8, Film 01007; 20/12/1897 à 22/9/1898: Caixa 9, Film 01008; 29/9/1898 à 18/9/1899: Caixa 10, Film 01009; 20/9/1899 à 2/2/1901: Caixa 11, Film 01010.

Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SACOP. Inspetoria de Terras e Colonização, despesas da inspetoria. Caixa CO4738: carta n.º 165 de 30 de Agosto de 1898 enviada pela Inspetoria de Terras e Colonização e imigração à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Publicas.

Regulamento de 31 de Janeiro de 1842. Regula a execução da parte policial e criminal da Lei n.º 261 de 3 de Dezembro de 1841. In: *Índice da collecção das leis do Ipério do Brasil de 1842*, tomo V. Parte II, p. 39-135.

Arquivo Nacional Francês – A. N. F.

Commerce et Industries. Caixa F/12/7163: carta enviada pelo consulado da França em Lisboa de 29 de agosto de 1881; Caixa F/12/7165: carta enviada pelo consulado da França no Porto do 26 de agosto de 1899.

National Archives United Kingdom – N. A. U. K.

Foreign Office. Caixa FO 179/246: carta de 27 de novembro de 1885, enviada pelo cônsul britânico na Madeira ao Ministro plenipotenciário da Sua Majestade Britânica em Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- ALCANTARA, João José de (1861) – *Legislação militar de execução permanente até 31 de dezembro de 1860*. Vol II. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ALENCASTRO, Luiz-Felipe de (1984) – *Prolétaires et esclaves: immigrés portugais et captifs africains a Rio de Janeiro, 1850-1872*. «Cahiers du C.R.I.A.R». n.º 4. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, p. 119-158.
- ALENCASTRO, Luiz-Felipe de (2006) – *La traite des noirs et l'esclavage dans l'Atlantique sud, le Brésil et l'Angola*. In: *Actes du Séminaire La Traite négrière, l'esclavage et leurs abolitions: mémoire et histoire*. Paris. Disponível em <<http://cms.ac-martinique.fr/discipline/histlettres/file/ActesTraiteNegriere.pdf>>. [Consulta realizada em 12/05/2010].
- ALENCASTRO, Luiz-Felipe de (2007) – *Brazil in the South Atlantic: 1550-1850* (Tradução Emilio Sauri). “Mediations”, p. 125-174. Disponível em <http://mediationsjournal.org/files/Mediations23_1_06.pdf>. [Consulta realizada em 12/05/2010].
- AUBERT DE LA RÛE, Edgar (1956) – *L'homme et les îles*. Paris: Editions Gallimard. 11ª edição.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (1985) – *Uma fonte para os estudos da população: os registos da hospedaria dos imigrantes em São Paulo*. Curitiba: Associação Brasileira de Estudos da População. Disponível em <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_07.pdf>. [Consulta realizada em 10/05/2010].
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (2008a) – *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Editora UNESP.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra e; GOUVÊA, Marina (2008b) – *Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração*. São Paulo: Editora UNESP.
- BEIGUELMAN, Paulo (1968) – *A formação do povo no complexo cafeeiro: Aspectos políticos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- BONNEMAISON, Joël (1997) – *La sagesse des îles*. In: SANGUIN, André-Louis, dir. – *Vivre dans une île: une géopolitique des insularités*. Paris: L'Harmattan.

- BRANCO, Jorge Freitas (1987) – *Camponeses da Madeira, as bases materiais do arquipélago, 1750-1900*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- CÂMARA, Benedita (2002) – *A economia da Madeira, 1850-1914*. Lisboa: ICS, Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa.
- CONNELL, John e; KING, Russell (1999) – *Small worlds, global lives: Islands and Migration*. Londres: Continuum International Publishing Group.
- CARDOSO, Agostinho (1968) – *Fenómeno económico-social da emigração madeirense*. «Revista de Direito Administrativo». vol XII, n.º 3. Coimbra: Coimbra Edition.
- CASTRO CALDEIRA, Susana Catarina de Oliveira e (2005) – *Da Madeira para o Hawaii: a emigração e o contributo cultural madeirense*. Universidade da Madeira. Dissertação de Mestrado.
- CORVO, João de Andrade (1854) – *Memórias sobre as Ilhas da Madeira e do Porto Santo*. Lisboa: [s.l.:s.n.,s.d.], 3V, 1 map.
- COSTA, Emília Viotti da (1999) – *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- COSTA, Fernando Dores (1995) – *Os problemas dos recrutamentos militares no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação*. «Análise Social». Vol. XXX (130), p. 121-155. Lisboa: ICS.
- (2010) – *Insubmissão, Aversão ao Serviço Militar no Portugal do Século XVIII*. Lisboa: ICS.
- DEAN, Warren (1977) – *Rio Claro, um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920* (tradução de Waldívia Marchiori Portinho). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DEGLI, Albizzi (Le Marquis) (1889) – *Six mois à Madère. 1888* (Texte et dessins inédits). «Revue Le Tour du monde», p. 65-96. Disponível em <<http://nesos.madeira-edu.pt/>>. [Consulta realizada em 7/08/2011].
- FERRAZ, Maria De Lourdes Freitas (1994) – *Dinamismo socio-económico do Funchal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia; Instituto de investigação científico Tropical.
- FERREIRA, Jo-Ann (2006/2007) – *Madeiran Portuguese Migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: A Comparative Overview*. «Portuguese Studies Review», Vol. 14, n.º 2, p. 63-85.
- FREITAS, Sônia Maria de (2006) – *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, Memorial do Imigrante.
- GONCALVES, Paulo Cesar (2006) – *Migrações e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. São Paulo: Associação editorial Humanitas.
- (jan./jun. 2009) – *A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira*. «Revista Cordis ». n. 2: Cidades: Processos Migratórios e Imigratórios. Disponível em www.pucsp.br/revistacordis. [Consulta realizada em 09/01/2011].
- GUICHARD, François (1990) – *Géographie du Portugal*. Paris: Masson, Collection Géographie.
- HOLLOWAYS, Thomas (1980) – *Immigrants on the land: coffee and society in São Paulo, 1886-1934*. North Carolina: The University of North Carolina press Chapel Hill.
- KLEIN, Herbert (1993) – *A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. «Análise Social». Vol 28, nº2. Lisboa: ICS, p. 235-265.
- KODJA, Gisela (2008) – *Bordadeiras Morro do São Bento – A vida tecida entre o linho e as linhas*. PUC São Paulo. Dissertação de Mestrado.
- LEITE, Joaquim da Costa (1991) – *O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914*. «Análise social».vol. 26. Lisboa: ICS, p. 741-752.
- LEITE, Joaquim da Costa (2001) – *Migratory regions in the portuguese mainland and the islands, 1864-1911*. In: *Seminário Internacional sobre emigração e imigração – Imigração e Emigração nas ilhas*. Coimbra: Coleção memórias 34, CEHA.

- LEITE, Joaquim da Costa e; CÂMARA, Benedita (2010) – *O recrutamento militar e a emigração madeirense nos finais do século XIX*. “Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico”, n.º 2. Funchal: CEHA, p. 106-127.
- LOMELINO, João Agostinho Perry da Camara (1888) – *A crise agrícola da Madeira e o contracto de colonia*. Dedicados e oferecidos à alta consideração dos senhores Ministros, Pares do Reino e Deputados da Nação Portuguesa. Funchal: Typographia Do Diário de Noticias. Disponível em <<http://nesos.madeira-edu.pt/>>. [Consulta realizada em 07/08/2011].
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdião (1976) – *A Escravidão no Brasil – Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. 2 vol. Petropolis: Vozes.
- MATOS, Maria Izilda Santos de (1993) – *Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho, São Paulo, 1890-1930*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza; BAGANHA, Maria Ionnis; MARANHÃO, Maria José e; PEREIRA, Miriam Halpern, org. – *Colóquio Internacional sobre Emigração e imigração em Portugal (século XIX e XX)*. Lisboa: Fragmentos, p. 218-237.
- MATOS, Paulo e; SILVA, Susana Serpa (2008) – *Oscilações Populacionais, Grupos e Comportamentos Sociais*. In: MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de e; LEITE, José Guilherme Reis dir. – *História dos Açores*. Angra do Heroísmo, Cap. IV da Parte IV, p. 83-120.
- MAURO, Frédéric (1994) – *Histoire du Brésil*. Paris: Editions Chandeigne.
- MENEZES, Mary Noel (1994) – *The Portuguese of Guyana: A Study in Culture and Conflict*. Londres: M. N. Menezes.
- MIRANDA, Sacuntala (1999) – *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Edições Salamandra.
- MOLES, Abraham (1982) – *Nissologie ou science des îles*. «L'Espace Géographique». n.º 4, p. 281-289.
- NEPOMUCENO, Rui (1994) – *As crises de subsistência na história da Madeira*. Lisboa: Ensaio Histórico, Caminho.
- NORDYKE, Eleanor (1989) – *The peopling of Hawai*. 2a edição. Honolulu: University of Hawaii.
- OLIVEIRA, Isabel (1999) – *A Ilha da Madeira, transição demográfica*. “Revista População e Sociedade”. n.º 5. Porto: CEPESE.
- PAIVA, Odair da Cruz e; MOURA, Soraya (2008) – *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.
- PAIVA, Odair da Cruz (2010) – *Arquivos da Imigração no contexto da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. UNESP- FCLAS- CEDAP, v. 5, n.º 2, p. 90-106, dez. 2009. Disponível em <http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v5.2/artigos/arquivos_imigracao.pdf>. [Consulta realizada em 10/05/2010].
- PASCAL, Maria Aparecida Macedo (2005) – *Portugueses em São Paulo: a Face feminina da Imigração*. São Paulo: Expressão & Arte Editora.
- PELLETIER, Philippe (2005) – *L'insularité dans la mer intérieure japonaise*. Bordeaux: Presses universitaires de Bordeaux.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1990) – *Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa*. «Análise social». Vol. 25, n.º 108-109, 3a série. Lisboa: ICS, p. 735-739.
- PEREIRA, Miriam Halpern (2002) – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Revisão técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões.
- PEREIRA, Vital Prudente Alves, coord. (1859) – *Collecção systemática das ordens do exercito desde 1809 até 1858*. Lisboa: Typographia de Francisco Xavier de Souza & Filho.
- PIAZZA, Walter (1999) – *Epopéia Açórico-Madeirense (1746-1756)*. Funchal: CEHA.
- PITTA, Pedro (1929) – *O contrato de «colonia» da Madeira*. Lisboa: “A Peninsular”, L.^{da} Editores.
- Primeiro Inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa (1873)* – Câmara dos deputados, Lisboa: Imprensa Nacional.

- RAMOS, F. da Costa (1973) – *Emigração: fatalidade irremediável?*. [S.l.]. Cadernos República; 3.
- RAU, Virginia e outros (1965) – *Dados sobre a emigração madeirense para o Brasil no século XVIII*. In: *V Acta da Conferência Internacional de estudos luso-brasileiros*. Coimbra: C.E.H., Vol 1.
- RIBEIRO, João Adriano (2006) – *A emigração de madeirenses para as ilhas de S. Vicente nas Antilhas*. Funchal: Editorial Calcamar, DRAC.
- RIBEIRO, Orlando (1985) – *A Ilha da Madeira até meados do século XX*. Lisboa: Instituto de Cultura e língua portuguesa, Ministério da Educação.
- RIBEIRO, Tomás (1891) – *Questões sobre emigração: projeto de lei*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- RODRIGUES, Teresa Veiga (2004) – *A população Portuguesa no século XIX*. Porto: CEPSE, Edições Afrontamento, Coleção Economia e Sociedade.
- RODRIGUES, Teresa e; PINTO, Maria Luís Rocha (1989) – *A Madeira na viragem do século (1860-1930), características da sua evolução demográfica*. In: *Actas do II Colóquio Internacional da Madeira*. Funchal, CEHA.
- SANGUIN, André-Louis, dir. (1997) – *Vivre dans une île: une géopolitique des insularités*. Paris: L'Harmattan.
- SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos (2008) – *Os madeirenses na colonização do Brasil*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Dissertação de Mestrado.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1988) – *História de Portugal, (1832-1851)*. Lisboa: Verbo.
- SERRÃO, Joel, dir. (1976) – *Testemunhos sobre a emigração portuguesa: Antologia*. Lisboa: Coleção Horizonte.
- SERRÃO, Joel e; MARQUES, A.H. de Oliveira, dir. (2004) – *Nova História de Portugal, Portugal e a Regeneração*. Lisboa: Editorial Presença.
- SEVIN, Olivier; CHALEARD, Jean-Louis e; GUILLAUD, Dominique, dir. – *Comme un parfum d'îles*. Paris: PUPS.
- SILVA, Joaquim Palminha (1996) – *Portugueses no Havaí sécs. XIX e XX: da imigração à aculturação*. Região autónoma dos Açores: Direcção Regional das Comunidades.
- SOUSA, Antonio Teixeira de (1965) – *Emigração Madeirense*. 1º Congresso das comunidades portuguesas. Lisboa: comunicação apresentada pela “Casa da Madeira”.
- SOUSA, João José Abreu de (1994) – *História rural da Madeira, a Colonia*. Funchal: Direcção regional dos assuntos culturais.
- VALLE, Henrique Felix de Freitas (1888) – *A Revolta na Madeira e a Comissão de Inquérito. Breves Considerações e Apontamentos*. Funchal-Madeira: Typographia «Funchalense». Disponível em <<http://www.nesos.madeira-edu.pt/>>. [Consulta realizada em 07/10/2011]
- VASCONCELLOS, Dr. João da Câmara Leme de (1876) – *Uma crise agrícola. Um caminho aereo e uma sociedade anonyma*. Funchal.
- VIEIRA, Alberto (7 de março de 1988) – *A emigração insular na segunda metade do século XIX: o caso da Madeira*. “Diário de Notícias”. Funchal.
- VIEIRA, Alberto (1990) – *Emigration from the Portuguese Islands in the Second Half of the Nineteenth Century: The Case of Madeira*. In: HIGGS, David – *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto: Multicultural History Society of Ontario, p. 42-58.
- VIEIRA, Alberto (1993) – *A Emigração madeirense na segunda metade do século XIX*. In: *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e imigração em Portugal (século XIX e XX)*. Lisboa: Fragmentos, p 108-144.
- VIEIRA, Alberto (2003) – *História do vinho da Madeira*. Funchal: CEHA, Coleção memórias n.º 46.
- VIEIRA, Alberto (2004) – *Da Madeira ao Brasil*. In: *A Madeira e o Brasil: Colectânea de estudos*, Funchal: CEHA, Coleção Atlantica n.º 49.

O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA: DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS DE 1890 A 2011

ISABEL TIAGO DE OLIVEIRA*

O arquipélago da Madeira tem sido uma região esquecida nas análises demográficas. Em termos comparativos, as análises sobre o continente e sobre as ilhas dos Açores são mais numerosas e também mais divulgadas. A presente abordagem procura suprir essa lacuna, efectuando uma abordagem global da dinâmica populacional entre finais do século XIX e a primeira década do século XXI, procurando captar os momentos chave do processo de transição da demográfica nesta região e, em simultâneo, a evolução da emigração oriunda da Madeira.

A POPULAÇÃO MADEIRENSE: DIMENSÃO E RITMOS DE CRESCIMENTO

Em 1890, a Madeira tem cerca de 134.000 residentes. Desde essa época, o arquipélago vê a sua população aumentar de forma gradual. Em 1950 atinge o seu valor máximo com 270.000 habitantes: um número muito elevado atendendo a que cerca de seis décadas antes o quantitativo se cifrava em cerca de metade e que, em simultâneo, as perdas populacionais associadas às migrações foram bastante expressivas. À excepção dos períodos intercensitários de 1878-90 e da década de

* ISCTE-IUL, CIES.

¹ Este texto resulta da actualização de um trabalho anteriormente publicado na revista *População e Sociedade* n.º 5, intitulado “A ilha da Madeira – transição demográfica e emigração”. Em relação a esta primeira publicação, a presente abordagem estende o âmbito cronológico da análise até 2011. Para além disso, foram acrescentados alguns indicadores e corrigidos alguns valores apresentados (ver nota metodológica).

Gostaria de renovar os meus agradecimentos a quem me apoiou nas primeiras investigações sobre as ilhas: a Maria Luís Rocha Pinto (orientadora do mestrado, a partir do qual surgiu esta análise), a Gilberta Rocha e a Jorge Freitas Branco.

1911-20, marcada pela Grande Guerra e pelos efeitos da gripe pneumónica, nos quais o crescimento populacional foi relativamente reduzido, todo o restante período entre meados do século XIX e meados do século XX é marcado por significativos ganhos populacionais. Durante este período, as taxas de crescimento anual² são quase sempre acima do 10‰; isto é, os ganhos populacionais anuais são superiores a 10 em cada 1000 habitantes e, em termos decenais, superiores a 10%. Entre 1920 e 1940, os ganhos são ainda mais acentuados: a taxa de crescimento anual atinge os 16‰.

Uma outra forma de expressar o ritmo de crescimento de uma população consiste no cálculo do tempo que a população levaria a duplicar, se o ritmo observado nesse período se mantivesse constante. Podemos observar que, até 1960, a estimativa do número de anos necessário para que a população madeirense duplicasse, variava entre pouco mais de 40 anos e ligeiramente menos que 90 anos, à excepção do período que medeia a implantação da República e o final da Grande Guerra.

Desde 1950 o crescimento demográfico nunca mais atingiu níveis semelhantes. A população não voltou a atingir o mesmo valor e, por várias vezes, se encontram decréscimos significativos associados a fortes saídas populacionais.

Tabela 1. População, crescimento e tempo de duplicação na Madeira (1864-2011)

Data	Residentes	Período	Varição	T.C.T. (‰)	T.D. (anos)
1890	134085				
1900	150340	1890-00	16255	11,5	61
1911	170091	1900-11	19751	11,3	62
1920	180360	1911-20	10269	6,5	106
1930	212458	1920-30	32098	16,5	42
1940	249439	1930-40	36981	16,2	43
1950	269769	1940-50	20330	7,9	88
1960	268937	1950-60	-832	-0,3	-
1970	251135	1960-70	-17802	-6,8	-
1981	252844	1970-81	1709	0,6	1124
1991	253426	1981-91	582	0,2	3015
2001	245011	1991-01	-8415	-3,4	-
2011	267938	2001-11	22927	9,0	77

² No cálculo da taxa anual de crescimento foi admitida a hipótese de um crescimento de tipo geométrico, por uma questão de coerência com a estimativa do tempo de duplicação populacional, cuja fórmula habitual supõe um crescimento deste tipo. Na tabela 2, as taxas de crescimento total, natural e migratório, foram calculadas admitindo um crescimento de tipo aritmético.

Nos anos 50, a população madeirense estabiliza e, na década de 60, sofre uma importante diminuição: em 1970 o número de residentes rondava os 250.000, quase menos 20 mil indivíduos. Os crescimentos anuais são negativos, embora no primeiro decénio seja muito próximo de zero. Nesta circunstância, não é possível calcular o tempo de duplicação, uma vez que a população não cresce.

Durante as duas décadas seguintes, 1970-1991, assiste-se a uma relativa estabilidade da população madeirense, com quantitativos na ordem dos 250.000 residentes. Os crescimentos anuais são positivos mas muito próximos de zero e seriam necessários mais de 1000 anos para que a população conseguisse duplicar a sua dimensão.

O período mais recente é marcado por dinâmicas contraditórias: nos anos 90 a população insular tem uma quebra importante no número de habitantes, enquanto na primeira década deste século se verifica um dos maiores ganhos populacionais (dados provisórios do censo de 2011). Na primeira década do século XXI, a taxa anual de crescimento volta a aproximar-se dos 10‰ e, conseqüentemente, o tempo necessário para a duplicação populacional volta a diminuir, situando-se em valores próximos dos encontrados na primeira metade do século XX. No entanto, se anteriormente este crescimento resultava de ganhos significativos no crescimento natural, na actualidade o aumento demográfico advém de fortes movimentos migratórios de entrada.

Esta evolução do crescimento populacional e das suas componentes – natural e migratória – pode ser analisada a partir da tabela 2.

Tabela 2. Taxas de crescimento total, natural e migratório (1864-2011)

Década	TC Total (‰)	TC Natural (‰)	TC Migratório (‰)
1890-00	12,1	18,4	-6,3
1900-11	11,9	17,8	-5,8
1911-20	6,7	14,2	-7,5
1920-30	17,8	19,6	-1,8
1930-40	17,4	20,0	-2,6
1940- 50	8,2	16,1	-7,9
1950- 60	-0,3	18,1	-18,4
1960-70	-6,6	18,4	-25,1
1970- 81	0,6	10,4	-9,7
1981-91	0,2	6,1	-5,8
1991-01	-3,3	2,6	-5,9
2001-11	9,4	0,9	8,5

Na última década do século passado e na primeira do século XX, é possível encontrar uma situação caracterizada por crescimentos naturais bastante elevados, mas que são acompanhados por saídas populacionais bastante expressivas.

No decénio seguinte, 1911 a 1920, a população abranda o seu crescimento natural. Para isso contribuem múltiplos factores. Por um lado, a Primeira Guerra Mundial, não porque as vitimas fossem directas, apesar do bombardeamento à cidade do Funchal em Dezembro de 1916, mas porque a guerra impunha restrições de vários géneros. Também a gripe pneumónica que em 1918-19 teve um efeito significativo causando um aumento da mortalidade. Em termos demográficos o crescimento natural foi inferior ao verificado nas duas décadas anteriores, tendo para isso contribuído a mortalidade elevada, mas também uma diminuição da natalidade. O saldo migratório negativo acentua-se revelando maiores saídas populacionais do que anteriormente.

Nos anos 20 e 30, o crescimento total assume valores mais elevados do que no final do século XIX e início deste século. Diversos acontecimentos contribuem para esta alteração que decorre fundamentalmente da menor emigração – cerca de um terço da verificada nas décadas anteriores. Desde o início dos anos 20 que os EUA, um dos principais destinos dos emigrantes madeirenses, se fecha e, a partir dos anos 30, a recessão económica mundial acentua-se fazendo diminuir as oportunidades para os emigrantes. A implantação do Estado Novo em 1926, as revoltas da Madeira (e Açores) em 1931 a Guerra de Espanha e a permanente ameaça de nova guerra mundial a partir da Alemanha Nazi, poderão ter tido também efeitos indirectos sobre a população numa ilha economicamente muito ligada a Inglaterra. Se a menor emigração decorre fundamentalmente da conjuntura internacional, o aumento verificado no crescimento natural terá razões mais próximas, entre as quais a própria diminuição da emigração: esta, ao levar os mais jovens diminui a população em idade fértil; por outro lado, ao contemplar efectivos maioritariamente masculinos associa-se a menores níveis de nupcialidade.

Nos anos 40 o crescimento populacional diminui. A Segunda Guerra e o Pós-Guerra deverão ter tido aqui uma influência indirecta. A nível migratório, as saídas aumentam para o triplo do valor anterior. Se as saídas aumentam desta forma, o mesmo não se passa relativamente à emigração legal que, embora aumentando, o faz em muito menor grau, como se verá adiante. Nesta década, é de supor que no primeiro quinquénio as saídas tenham sido relativamente fracas e depois razoavelmente fortes, em consequência do final da guerra.

A partir dos anos 50 e até aos anos 80 o crescimento efectivo diminui de forma expressiva. Nos anos 50, muito influenciados pelo Pós-Guerra e pelo retomar da economia europeia, o crescimento total desce para próximo do zero. Mas esta situação decorre de tendências contraditórias no movimento natural e no migratório.

O crescimento natural retoma os valores próximos dos anteriores à guerra, provavelmente devido à continuação da descida da mortalidade e em simultâneo com a manutenção da natalidade a níveis elevados (se comparados com outras regiões do país). Em simultâneo, o saldo migratório – negativo e muito acentuado – contraria a possibilidade de crescimento demográfico, e está associado ao aumento de oportunidades oferecidas à emigração, em especial nas regiões do outro lado do Atlântico.

Os anos 60 são marcados por uma situação económica favorável a nível internacional e, em Portugal, pelo início da Guerra Colonial e pela vaga de emigração massiva para a Europa. Na Madeira verifica-se um importante aumento do turismo possibilitado com as novas ligações aéreas, que também facilitam a partida de muitos emigrantes. Pela primeira vez na história da região o crescimento populacional é claramente negativo. Um tal desequilíbrio é desencadeado pelas saídas massivas de população para outros países de acolhimento e para outras regiões portuguesas. O saldo migratório é negativo e muito acentuado: em apenas uma década a Madeira perde cerca de 25% da sua população devido a migrações; um valor muito significativo, tanto mais que na década anterior a perda já se cifrava em cerca de 19%. Em termos de crescimento natural o valor aumenta ligeiramente face ao verificado anteriormente (a mortalidade infanto-juvenil continuava a declinar e a fecundidade era ainda relativamente elevada e associada a uma estrutura jovem, como se verá adiante).

Os anos 70, com a crise petrolífera, o fim do Estado Novo e o retorno das colónias, são acompanhados por movimentos diversos a nível demográfico. A nível regional, a criação das Regiões Autónomas teve efeitos no desenvolvimento da economia local, que se irão prologar no tempo. O crescimento demográfico da região volta a ser muito próximo do zero. Tanto o crescimento natural como o saldo migratório diminuem de forma significativa relativamente ao verificado nos anos 60. Agora, se o saldo das saídas e entradas diminui em resultado de uma diminuição de emigração legal e clandestina para o estrangeiro e de um importante retorno de população vinda das colónias. O crescimento natural também diminui, em consequência da maior adopção do controle da natalidade que tem nesta década importantes progressos.

Nos anos 80, marcados pelas dificuldades económicas de 1983 e 1984 e, também, pela entrada de Portugal na CEE, assiste-se à continuação de um crescimento praticamente nulo. Mantém-se a continuação do declínio do saldo migratório, situação que poderá resultar quer de menores saídas, quer de um tipo de emigração mais temporária e sazonal ligada à indústria hoteleira, a qual tem alguma expressão na Madeira. O crescimento natural continua em declínio, em consequência da diminuição da natalidade.

Nos anos 90 o crescimento populacional é negativo, tal como tinha acontecido nos anos 60, embora em menor grau. Para isso, contribuiu a diminuição da dinâmica natural que continuou a tendência de declínio manifestada anteriormente,

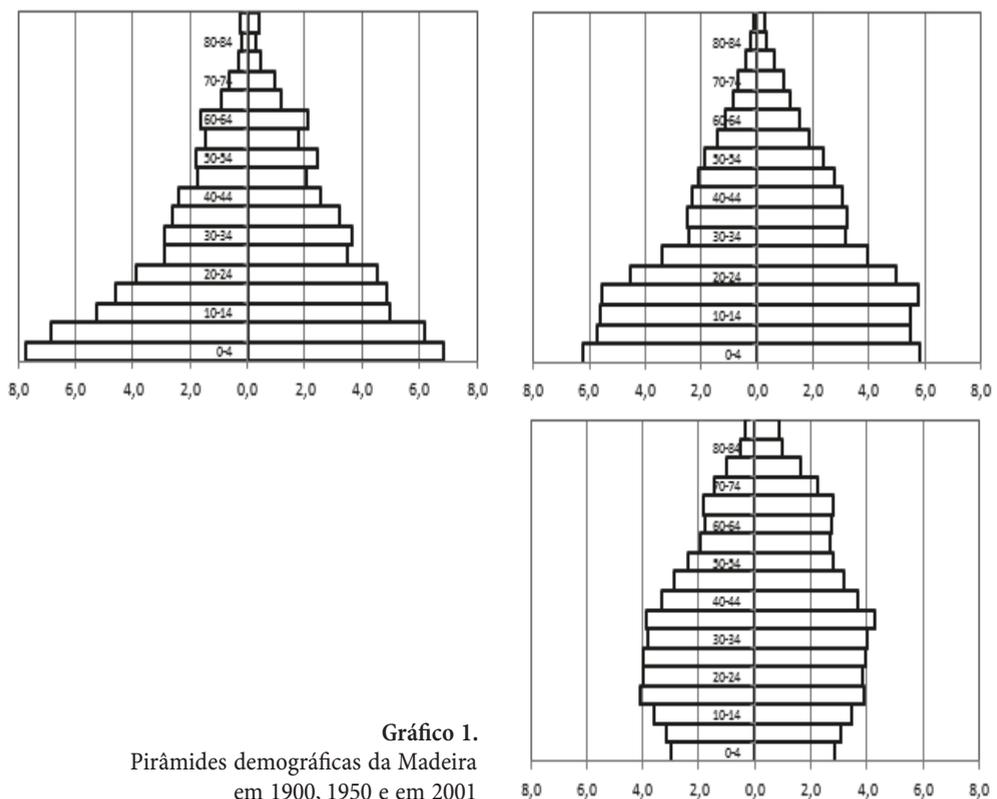
mas também de um saldo migratório negativo, de dimensão similar ao encontrado nos anos 80. Na Madeira, ao contrário do que aconteceu no continente, os anos 90 não foram marcados por ganhos migratórios, mas manteve-se a tendência para as saídas serem mais expressivas que as entradas.

Na primeira década do século XXI (recorde-se que os dados do Censo são ainda os provisórios), verifica-se um muito expressivo ganho populacional, que decorre fundamentalmente da importância da migração líquida, uma vez que a componente natural é muito reduzida.

A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO

Ainda numa abordagem global da população madeirense devem considerar-se as estruturas populacionais, ou seja, o peso relativo dos vários grupos populacionais. Iremos considerar a evolução da composição segundo a idade e sexo, mas também a evolução da importância da população activa segundo o tipo de actividade.

A evolução da estrutura demográfica da Madeira pode ser observada a partir das pirâmides de 1900, 1950 e 2001.



No início do século XX, pode observar-se uma população com uma estrutura muito jovem. A base é larga, o topo é estreito e o recorte é caracterizado por algumas irregularidades. É uma população típica da primeira fase da transição demográfica. Para além disso, a diminuição de efectivos no sexo masculino a partir da juventude e durante a idade activa é muito acentuada, revelando a importância da emigração masculina. Os dados referentes ao sexo feminino revelam, mais acentuadamente do que no caso masculino, as pequenas irregularidades associadas a uma menor qualidade dos dados, em especial nas mulheres mais velhas. Em suma, a estrutura da população madeirense é marcada por uma natalidade e mortalidade muito expressivas, resultando numa população muito jovem e, em simultâneo, por fortes movimentos migratórios com saídas muito mais acentuadas no sexo masculino, com evidentes repercussões nas relações de masculinidade nos jovens adultos.

Cinco décadas mais tarde, a estrutura populacional sofre fortes alterações. A base da pirâmide já não é tão larga, revelando uma menor fecundidade das mulheres em idade fértil. Apesar desta alteração na forma da base (mas não no seu peso relativo, como se pode verificar no quadro seguinte), o topo da pirâmide não mostra alterações. A emigração, sobretudo masculina, continua ser uma característica desta população.

No início do século XXI, a população insular apresenta uma estrutura totalmente diferente: trata-se de uma população duplamente envelhecida, com uma base estreita e topo largo, particularmente no caso feminino, em resultado da diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade e também dum longo período marcado por uma emigração muito significativa.

O progressivo envelhecimento da população insular pode ser observado a partir da importância relativa dos três grupos funcionais³ e de alguns indicadores de envelhecimento.

Tabela 3. Percentagem dos diferentes grupos etários e indicadores de envelhecimento (1890-2001)

	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Jovens (0-19)	43,5	47,4	50,1	48,0	46,2	48,4	45,7	44,0	45,6	41,8	34,3	27,1
Activos (20-59)	45,0	43,5	41,5	44,2	46,8	42,9	46,0	46,0	42,0	43,9	49,5	54,6
Idosos (60+)	9,7	9,0	8,5	7,8	6,9	8,8	8,3	9,9	12,4	14,2	16,1	18,2
IE (%)	22,3	19,0	17,0	16,3	14,9	18,2	18,2	22,5	27,2	34,0	46,9	67,2
RDI (%)	21,6	20,7	20,5	17,6	14,7	20,5	18,0	21,5	29,5	32,3	32,5	33,3

³ Durante a maioria do período em análise, o critério mais frequentemente utilizado na definição dos grupos etários era a partição: 0-19 anos completos, 20-59 anos e 60 ou mais anos, pelo que foi adoptada esta norma.

A percentagem de jovens situa-se durante um longo tempo com valores superiores a 45%, apresentando mesmo valores de 50% ou muito próximos. Durante muito tempo os valores mantêm-se relativamente constantes e só após os anos 70 a percentagem de jovens começa a diminuir de forma significativa. A população em idade activa varia entre em torno do 40-45% com pequenas oscilações. Contudo, nas duas últimas décadas aumenta de forma clara.

A percentagem de idosos também se mantêm com valores relativamente baixos, entre 7 a 10%, durante longo tempo. Mas se até meados do século se verifica uma ligeira diminuição dos idosos, a partir de 1950 encontra-se um progressivo aumento deste grupo. É natural que este rápido acentuar do envelhecimento no topo esteja relacionado com o aumento da emigração que se verifica no pós Segunda Guerra.

Tipicamente, a emigração causa um duplo envelhecimento na população, primeiramente sentido no topo e só depois na base. O primeiro efeito decorre da saída de população em idade activa que faz aumentar o peso relativo dos dois outros grupos, assistindo-se assim a um envelhecimento no topo acompanhado por um rejuvenescimento na base. Posteriormente a saída de emigrantes em idade activa reflecte-se na diminuição do número de nascimentos fazendo decair o número de jovens e causando assim um envelhecimento na base. É o que parece acontecer na Madeira a partir dos anos 50.

O índice de envelhecimento (IE) mostra que, a partir dos anos 50, o rácio entre idosos e jovens se acentua de forma consistente, em resultado da evolução divergente deste dois grupos: se em meados do século, por cada 100 jovens, se podiam encontrar cerca de 18 idosos, em 2001 encontram-se quase 70.

O aumento do peso da população idosa pode ser apreciado a partir da sua relação com a população em idade activa. O rácio de dependência de idosos (RDI) mantêm-se com valores próximos dos 20% até 1960; entre 1960 e 1981 aumenta significativamente e, a partir desta data, parece manter-se em torno dos 33%. Ou seja, por cada 100 pessoas entre os 20 e os 59 anos existem 33 com mais de 60 anos.

Consideremos, agora, a composição da população segundo o sector de actividade. A análise da população em função do tipo de actividade económica constitui um importante instrumento de compreensão da sociedade insular. Esta análise nem sempre é fácil porque depende de estatísticas que apresentam vários problemas. É o caso dos dados referentes à estrutura profissional na Madeira.

Em primeiro lugar, nem sempre se encontram os mesmos critérios de classificação profissional. Nos recenseamentos de 1890 a 1930⁴ os grupos considerados são os mesmos, apesar de muito provavelmente os critérios de inclusão terem variado.

⁴ O recenseamento de 1920 não apresenta qualquer agrupamento da população segundo o sector de actividade.

De 1940 em diante os grupos profissionais que servem de base à recolha de dados são quase sempre diferentes, decorrendo daí uma razoável incerteza relativamente à evolução dos diferentes grupos. Procurou-se assim manter os mais importantes grupos profissionais que apareciam nos primeiros recenseamentos e seguir a evolução dos grupos aí considerados⁵. Não sendo uma análise com o rigor desejável, parece, no entanto, manter as ordens de grandeza das diferentes categorias e ser por isso importante para a caracterização da população madeirense.

Outro importante problema decorre do subregisto verificado em muitas actividades. O caso mais saliente refere-se à população feminina, cuja taxa de actividade é muito inferior à verificada na população masculina. A percepção deste subregisto é elucidada pelo recenseamento de 1930, no qual a população que trabalha auxiliando os familiares surge numa categoria separada. Na população feminina agrícola encontram-se nesta situação 22.551 mulheres, enquanto nos homens apenas 143, números aos quais se acrescentam 1939 mulheres e 42.740 homens considerados como trabalhando por conta própria ou de outrem na agricultura.

Esta subvalorização da população feminina agrícola, manifesta em todos os recenseamentos, tem importantes repercussões ao nível da análise das estruturas populacionais. A importância relativa da indústria e dos serviços sofre imediatamente uma sobreavaliação. São quase os únicos a ser efectivamente considerados, dado que neles o subregisto é muito mais reduzido por o trabalho se exercer fora de casa. Se a análise for realizada sem considerar as populações feminina e masculina separadamente, este efeito é menos notório. A melhor solução parece ser a análise da importância dos vários grupos profissionais nos dois sexos, sendo que o mais relevante para uma caracterização da população é a análise das actividades da população masculina, por sofrer menor subavaliação.

A taxa de actividade, calculada a partir do número de pessoas com actividade económica registadas pelos recenseamentos e o quantitativo dos indivíduos em idade activa (entre os 15 e os 64 anos completos), revela grandes diferenças na população masculina e feminina.

A taxa de actividade masculina apresenta valores geralmente superiores a 100%, ou seja, não só todos os homens em idade activa trabalhavam como um número significativo de jovens e idosos também. Esta situação é muito vincada no início do século, mas mantém-se até aos anos 40.

Na população feminina encontra-se uma situação bem distinta. As mulheres activas são sempre significativamente menos do que as em idade activa, verificando-se assim um subregisto da actividade feminina. Por esta razão, as proporções encon-

⁵ Foram considerados apenas os grupos profissionais cuja inclusão nestes três grandes tipos ofereciam menos dúvidas, pelo que os totais não são 100%.

tradas na população masculina são as que permitem uma melhor aproximação à estrutura ocupacional da ilha.

Tabela 4. Taxa de actividade e importância relativa de alguns grupos profissionais (1890-1991)

	Taxa se Actividade (%)		Agricultura (%)		Indústria (%)		Serviços (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1890	103,6	41,2	74,5	33,1	6,8	18,5	8,2	1,2
1900	118,2	27,7	77,7	29,6	8,0	49,5	9,6	4,2
1911	120,0	35,7	71,5	22,8	9,0	62,8	11,3	2,0
1920	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
1930	103,4	32,7	67,9	8,9	9,8	43,2	10,8	2,4
1940	105,2	16,3	63,4	26,2	8,7	60,2	13,2	9,4
1950	90,6	16,1	68,5	13,7	10,7	48,2	16,0	12,7
1960	103,4	11,9	56,0	5,7	11,2	44,8	19,7	23,1
1970	95,8	39,3	43,3	17,5	26,3	6,1	26,0	17,7
1981	96,3	47,5	24,4	13,1	32,1	30,6	27,6	37,9
1991	80,1	44,0	15,5	14,0	30,6	20,2	36,3	48,2

A agricultura é a principal actividade económica dos madeirenses no final do século XIX e durante grande parte do século XX. No final do século passado, cerca de três quartos da população madeirense dedicava-se a esta actividade. Sendo a principal actividade económica, a sua importância vai decrescendo de forma quase imperceptível até aos anos 50. Em 1960 é já visível o decréscimo da importância da agricultura que progressivamente vai deixando de ser a actividade fundamental desta população, representando, em 1991, apenas cerca de 16% da população activa.

Um outro indicador, nem sempre possível de calcular, é o número de agricultores que trabalham por conta de outrem que desce de 63,9% em 1930 até atingir os 32,5% em 1991, o que dá conta das importantes transformações sociais verificadas no seio da própria população agrícola⁶.

É justamente a partir dos anos 50 que se assiste ao aumento da população masculina que trabalha na indústria. Se, até 1940, mantinha valores próximos dos 8-9%, posteriormente cresce de forma regular representando na actualidade cerca de um terço da população activa.

⁶ Em 1940, a percentagem de agricultores nesta situação era de 41,0%, em 1970 de 54,9% e em 1981 de 46,9%. Muito provavelmente este indicador é, no caso da Madeira, muito influenciado pela situação de colónia, e pela forma como os colonos foram classificados nas categorias gerais para todo o país nos diversos censos.

O sector dos serviços – onde se incluem os transportes, o comércio, a administração pública, entre outros – é pouco significativo até 1911. A partir desta data, ganha progressivamente importância, atingindo em 1991 um terço da população. Dentro desta categoria a Administração Pública tem um peso assinalável, crescendo de cerca de um décimo para um terço do total⁷.

Relativamente à população feminina, como já foi referido, as estatísticas apresentam inúmeros problemas que se interligam. O primeiro aspecto revelado por este quadro é o subregisto da actividade feminina, cuja taxa varia entre 10 e 50%. Não é adequado considerar que a grande maioria das mulheres madeirenses era inactiva, e das que trabalham a maioria o fazem na indústria. Este subregisto, de 1940 a 1960, assume proporções ainda mais significativas, com níveis de actividade de cerca de um terço e um quarto dos encontrados nos recenseamentos imediatamente anteriores e posteriores. Muito provavelmente esta descida do número oficial de mulheres trabalhadoras estará relacionado com a imagem e o papel da mulher e da família veiculados pelo Estado Novo, que dão forma também aos próprios conceitos utilizados na recolha das estatísticas, não favorecendo o registo do emprego feminino.

As mulheres com algum tipo de actividade na agricultura, que deviam constituir a grande maioria da população madeirense, são, nas estatísticas, uma minoria quase sem significado⁸. É provável que o seu número represente apenas as mulheres chefes de família, viúvas ou mulheres de emigrantes que tomam conta da sua parcela de terra. As esposas e as filhas de agricultores, não estão aqui representadas apenas no recenseamento de 1930 são consideradas.

A população activa feminina está assim artificialmente reduzida e as actividades não agrícolas ficam por isso sobre avaliadas. É o caso da população feminina a trabalhar na indústria, cujo peso varia entre 40 e 60% até 1940 – valor este sem significado real e que se refere fundamentalmente a mulheres que trabalham na área do têxtil⁹, na qual é de destacar a indústria dos bordados¹⁰.

⁷ Na população masculina era de 11,0% em 1890, 5,6% em 1900, 4,6% em 1911, época na qual surgem as primeiras mulheres na Administração Pública na Madeira estimando-se então em 3,5% das que se dedicavam aos serviços. Em 1930, e mais uma vez na população masculina, o peso da Administração era de 11,1%, subindo nos dois recenseamentos seguintes para 16,0% e 19,4%. Em 1960 o seu peso desce para 13,8% e em 1991 é possível estimar a sua importância em 33,0%.

⁸ Os números apresentados que variam entre cerca de 2000 e 5000 (respectivamente 2958, 3779, 4150, 1939, 3293, 1937, 605, 5405, 5163, 5338 nos vários censos).

⁹ Em 1930 as mulheres que trabalham nos têxteis são 81,5% das que trabalham na indústria, subindo este valor nos dois recenseamentos seguintes para 98,5% e 97,4%, em 1960 são 91,1 e em 1970 94,2%.

¹⁰ Embora provavelmente se verifique aqui também um forte subregisto nas mulheres que trabalhavam em casa “à peça”.

É também a situação da população feminina a trabalhar nos serviços que, apresentando valores pouco importantes até 1930, cresce desde aí de forma regular, representando hoje cerca de 48% do total. Os serviços domésticos têm um peso muito significativo, embora muito variável – entre 2 e 36%. Provavelmente estas oscilações também se devem a diferentes critérios de inclusão nesta categoria, mais do que a diferenças reais verificadas na população¹¹. A importância das mulheres na Administração Pública é sempre inferior à masculina. Inexistente até 1930, oscila entre 3 a 5% até aos anos 60 e em 1991 cifra-se em 18,1%.

Até aos anos 50 a população madeirense parece dedicar-se fundamentalmente à agricultura, que é sem dúvida a actividade predominante da região. A partir desta época uma série de transformações vão marcar a evolução da população. No pós-guerra a emigração massiva dos madeirenses para outras regiões parece ser acompanhada por uma perda de importância da agricultura, acompanhada dum fenómeno de êxodo rural, de um aumento de outras actividades não agrícolas, nomeadamente a indústria, mas sobretudo os serviços e também de uma maior participação feminina no trabalho fora de casa.

OS MOTORES DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO: A MORTALIDADE, A NATALIDADE E AS MIGRAÇÕES

A Mortalidade

O antigo regime demográfico caracteriza-se por uma mortalidade muito elevada, marcada por uma forte sazonalidade, por uma mortalidade infantil e juvenil elevadas, por picos de mortalidade frequentes e por uma esperança de vida baixa. Muitos são os factores que contribuem para esta situação. A alimentação quase sempre insuficiente, as fomes frequentes e a má situação sanitária da maioria das localidades, em especial das urbanas, constituíam uma base sobre a qual se edificava uma saúde frágil, permeável a inúmeras afecções. As epidemias eram frequentes causando, não raramente, crises de mortalidade. No gráfico seguinte é visível a evolução do número de óbitos ocorridos anualmente na Madeira.

É bem visível que o número de óbitos anuais verificado nesta região apresenta um carácter ainda muito oscilante até aos meados dos anos 40. As situações de sobremortalidade são manifestas, embora progressivamente pareçam perder a sua

¹¹ Em 1940 são também referidas 77.230 mulheres a trabalhar nos serviços domésticos e hospedagem, que seriam a grande maioria das 89.774 mulheres activas. Não foram consideradas nesta análise, já que é provável que este número se refira a donas-de-casa, em especial mulheres de agricultores e não apenas as mesmas que anteriormente eram consideradas na categoria serviços domésticos.

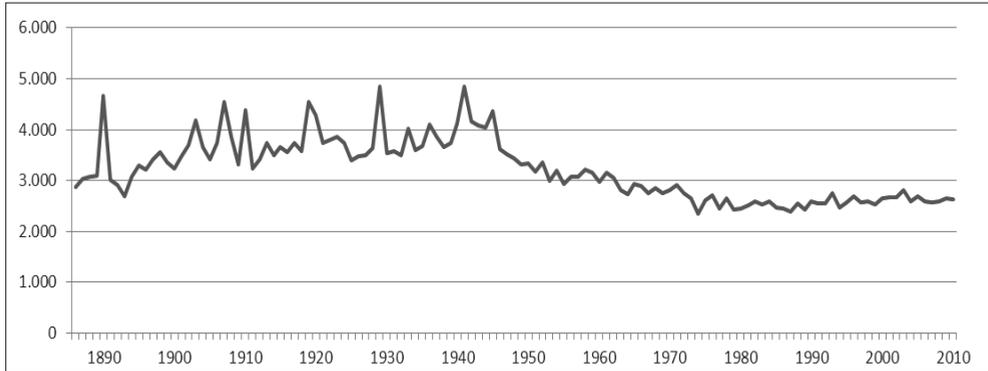


Gráfico 2. Número anual de óbitos na Madeira (1889-2010)

importância. Em alguns anos a mortalidade foi particularmente forte. É o caso de 1890, de 1903, de 1907, de 1910, de 1919/20 de 1929 e de 1940/41.

No ano de 1890 encontra-se um aumento do número de óbitos de cerca de 50% relativamente ao ano anterior (3091 e 4662), tendo-se verificado um aumento das mortes devidas a problemas do aparelho respiratório e das mortes provocadas por causas gerais, sendo provável que uma que parte desta variação se deva à melhoria da qualidade dos dados. Em 1903, encontra-se um acréscimo de 3692 para 4176 no número de óbitos, ligado sobretudo a problemas do aparelho respiratório (bronquites, pneumonias, e outras doenças respiratórias) mas, também, a um aumento das diarreias e as enterites. Em 1907, o aumento encontrado é de 3739 para 4556 óbitos, neste caso a varíola é responsável por 409 mortes e o sarampo por mais de 163. Parecem ser estas as duas principais causas desta subida da mortalidade. No ano de 1910, encontra-se um aumento de cerca de 32% relativamente ao ano imediatamente anterior, passando-se assim de 3314 mortes para 4375. Segundo o *Elucidário Madeirense* a cólera parece ser a principal responsável por este agravamento da mortalidade, causando mais de 500 óbitos¹², mas nas estatísticas publicadas não aparece qualquer referência a óbitos ocorridos devido à cólera. Também as diarreias e enterites sofrem algum aumento, o mesmo se passando com as doenças ligadas ao aparelho respiratório. Em 1919, o número de óbitos cresce de forma singular, como de resto em grande parte da Europa com a gripe pneumónica. Em 1918 cifram-se em 3775, um valor semelhante ao do ano anterior, e em 1919 são já 4537. No ano seguinte verifica-se ainda uma mortalidade elevada com 4537 óbitos.

A mortalidade devida à gripe parece verificar-se na Madeira com um ligeiro atraso relativamente a outras áreas sendo muito importante em 1919 e ainda relevante

¹² “No fim deste ano [1910] manifesta-se a colera nesta cidade, que alastrou por quasi tôda a ilha e que causou cêrca de 550 vitimas...” (SILVA e MENESES, 1984: 347).

em 1920. Em 1919, o ano de maior mortalidade, verificam-se cerca de 493 mortes atribuídas à gripe, mas as bronquites também sobem, assim como as pneumonias e outras doenças do sistema respiratório. Em 1920 a gripe já só é responsável por 66 mortes, mas a bronquite e as outras doenças do sistema respiratório tem valores superiores ao habitual mantendo-se nos níveis de 1919. Neste ano, também a varíola, o sarampo e as diarreias e enterites fazem aumentar o número de óbitos.

Em 1929, encontra-se um novo pico na mortalidade com cerca de 4846 óbitos, valor bem diferente das 3647 mortes verificados no ano anterior. Neste caso são as outras doenças do aparelho respiratório a grande causa do súbito aumento da mortalidade com mais de 467 mortes, mas também o sarampo é desta vez responsável por mais de 242 mortes. A mortalidade sobe novamente em 1940, mas especialmente no ano de 1941, com 4117 e 4841 óbitos quando no ano transacto se teriam verificado 3740 mortes na região. É um aumento que parece relacionar-se sobretudo com um surto de sarampo, responsável por 266 e 551 óbitos e também por um aumento das diarreias e enterites.

As situações de sobremortalidade, verificadas na Madeira até aos anos 40, parecem relacionar-se sobretudo com doenças do foro respiratório (entre as quais a gripe de 1919) e com doenças infecto-contagiosas típicas da infância. A excepção, a esta tendência, encontra-se o caso da cólera em 1910.

O recorte do gráfico sobre o número anual de óbitos revela muitas semelhanças com as curvas típicas do antigo regime demográfico. Se até 1910 é possível encontrar 4 picos de mortalidade em cerca de 20 anos, desta data até 1940 encontram-se apenas 3 picos em 30 anos, o que parece indiciar uma evolução favorável da incidência da mortalidade.

A tabela 5 apresenta as causas de morte em alguns anos entre 1889 e 1941. Este tipo de abordagem traduz não só a evolução das causas de morte, mas também a evolução no diagnóstico destas causas, pelo que os valores devem ser lidos com alguma precaução.

Neste quadro referente às causas de morte nos anos de crise e no ano imediatamente anterior, verifica-se que a principal causa de morte são as enterites e as diarreias com valores que rondam os 30 % até 1908, a partir daí o peso das diarreias e enterites vai diminuindo. A partir de 1909 o seu valor passa para cerca de 25 a 27%¹³. Nos anos de maior mortalidade esta causa de morte desce ligeiramente o seu valor (à excepção ao ano de 1910, em que a causa do pico de mortalidade foi a cólera e também no ano de 1941).

Em geral, as doenças tipicamente infantis não constituem um factor muito importante na mortalidade; no entanto, nos anos em que se verificam surtos de

¹³ Exceptuando os anos de 1919 e de 1940 em que é de 20%.

alguma destas enfermidades, chegam a ser a principal causa dos aumentos extraordinários da mortalidade. É o que se verifica em 1907 com a varíola e também com o sarampo, em 1929 também com o sarampo e a tosse convulsa, e, em 1941, novamente devido ao sarampo (também já importante em 1940). Nunca constituindo a principal causa de morte, são grandemente responsáveis pelas crises referidas: dos sete picos de mortalidade ocorridos entre 1890 e 1941, três destes tinham como principal justificação doenças deste tipo.

Tabela 5. Importância relativa (%) de algumas causas de morte (1889-1941)

Anos	1889	1890	1902	1903	1906	1907	1908	1909	1910	1918	1919	1920	1929	1939	1940	1941
Gripe			0,8	0,6	0,6	0,7	0,3	1,4	0,8	3,2	10,9	1,5	0,7	1,2	0,7	0,8
Tuberculose			6,7	4,3	5,5	4,9	5,1	6,0	4,9	7,6	6,2	6,5	5,4	6,0	6,6	5,7
Bronquite			4,0	6,0	6,3	4,5	6,7	5,8	3,6	1,9	5,8	5,2	3,2	3,0	1,9	2,8
Pneumonia			3,9	4,0	4,1	4,7	3,9	4,6	4,8	3,9	4,8	3,5	2,0	6,6	5,9	7,8
Outras respiratório			3,2	5,1	5,5	5,2	5,1	6,1	4,4	4,6	6,5	5,6	10,4	1,9	2,0	2,0
Total – Sistema Respiratório	18,5	22,9	18,6	19,9	22,0	19,9	21,1	23,9	18,5	21,2	34,1	22,4	21,6	18,7	17,0	19,1
Sarampo			0,0	0,7	0,0	3,6	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	5,0	0,0	6,5	11,4
Varíola			0,0	0,0	0,0	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Tosse convulsa			0,7	2,1	2,2	0,0	0,8	2,2	0,0	1,1	1,1	0,7	4,9	0,0	0,0	0,0
Total – Doenças Infantis/Contagiosas			0,8	2,9	2,2	12,6	4,6	2,2	0,0	1,1	1,1	4,8	9,9	0,0	6,5	11,4
Diarreias até aos 2 anos			18,6	16,2	19,1	16,9	19,6	16,8	17,3	16,0	11,7	14,6	19,5	21,0	19,2	18,0
Diarreias depois dos 2 anos			11,7	13,0	12,8	13,3	12,2	9,5	10,2	10,4	9,1	10,7	7,2	4,1	0,6	6,7
Total – Diarreias	17,3	17,5	30,3	29,2	31,9	30,1	31,8	26,3	27,5	26,4	20,7	25,3	26,7	25,1	19,7	24,7
Sistema nervoso	7,4	7,9	5,8	5,3	5,5	5,3	6,0	6,6	4,8	7,1	6,1	6,0	5,1	7,2	5,8	5,6
Circulatório	6,1	3,9	5,6	4,8	5,3	4,4	4,5	5,6	5,1	6,5	5,6	6,1	5,4	9,1	8,3	6,4
Cancro			2,1	2,0	2,3	1,6	2,4	2,1	2,1	2,6	1,9	2,0	2,4	2,9	3,0	2,6
Total – “Modernas”	13,5	11,8	13,4	12,1	13,1	11,2	12,9	14,4	12,0	16,2	13,6	14,0	12,8	19,1	17,1	14,7

A mortalidade devida a problemas do aparelho respiratório é, até aos anos 30, a segunda causa de morte, com valores entre 19 e 23%. Em 1919, como era de esperar, constituiu a principal explicação para a mortalidade verificada. Dentro destas doenças o peso das bronquites, das pneumonias e da tuberculose é semelhante, sendo minoritária a importância da gripe (a exceção ocorre em 1919).

As modernas causas de morte são responsáveis por cerca de 12-13% das mortes até 1908. A partir desta data, nos anos em que não se verificam picos de mortalidade, a importância destas causas tende a aumentar. Entre o final da primeira década do

século XX e 1940 assiste-se a um aumento gradual da importância relativa destas causas de morte, mas sempre que se verifica uma situação de sobremortalidade, a importância relativa deste tipo de causa diminui. Sendo os picos de mortalidade uma característica essencial do antigo regime demográfico, é natural que a sua ocorrência se traduza por um maior número de mortes devidas a causas típicas deste período, fazendo assim diminuir o peso relativo das causas modernas.

A frequência dos picos de sobremortalidade parece diminuir a partir da segunda década do século XX em simultâneo com o aumento da importância das mortes por causas modernas e a diminuição por enterites e diarreias. São dois indicadores que parecem traduzir os primeiros sinais de mudança na mortalidade.

Para além da análise da série dos óbitos e das suas causas, a avaliação da intensidade da mortalidade obriga ao cálculo de indicadores baseados na relação entre estes acontecimentos demográficos e a população exposta ao fenómeno que se pretende medir¹⁴.

São vários os indicadores demográficos referentes ao estudo da mortalidade¹⁵. O primeiro e mais básico é a taxa bruta de mortalidade (TBM). Na Madeira, a taxa bruta de mortalidade apresenta em finais do século XIX um valor elevado, que desce de forma continuada (à excepção do valor de 1920). É um declínio continuado até 1950. A partir daí esta taxa não decresce de forma significativa. Nos últimos anos, é possível encontrar um ligeiro aumento associado ao maior envelhecimento da população insular. Tal não significa que a morte não tenha continuado o seu recuo secular, mas apenas que este já não pode ser apreciado a partir deste indicador, muito afectado pelos efeitos da estrutura etária da população que, progressivamente, vai envelhecendo.

¹⁴ Nota Metodológica: O cálculo dos indicadores relativos à fecundidade, nupcialidade e mortalidade baseou-se em acontecimentos médios de 4 anos centrados sobre o momento censitário. Alguns casos particulares merecem uma referência: a) Nascimentos no Casamento e Fora do Casamento: Em alguns anos não foram publicados dados sobre os nascimentos segundo o estado civil da mãe (1911-12 e 1926-28). Nesta situação foram efectuadas estimativas para que a percentagem de nascimentos fora do casamento (ponderando os valores de acordo com os anos mais próximos). Nos anos de 1911-12, dado que o aumento do número de nascimentos registados atingiu de forma diferente os nascimentos dentro e fora do casamento, os indicadores de fecundidade dentro e fora do casamento foram calculados com base nos acontecimentos médios de 1909-10 e de 1913-14. b) No cálculo dos saldos migratórios segundo o sexo, foi necessário estimar também os óbitos masculinos nos anos de 1887-8-9 e de 1901, os quais não existiam por distritos. Foi seguido o mesmo processo a partir das percentagens relativas a cada sexo nos anos de 1886, 1900 e de 1902. c) No caso dos indicadores relativos à nupcialidade e à fecundidade, que dependem da definição de estado civil, foram considerados como casados apenas os indivíduos com casamento formal e não foram consideradas as uniões de facto. Esta decisão decorre da necessidade de manter a coerência com os critérios utilizados durante a maior parte do período em análise.

¹⁵ Os picos de sobremortalidade verificam-se em anos próximos dos recenseamentos, data para as quais são calculados os indicadores demográficos referidos na tabela 6. Nesta situação, as taxas calculadas apresentam valores mais elevados do que seriam encontrados se os indicadores fossem calculados a meio do período intercensitário, verificando-se uma sobrestimação dos níveis de mortalidade da região.

Tabela 6. Indicadores de mortalidade(‰) na Madeira (1900-2001)

Data	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
TBM	25,5	22,9	21,7	22,7	18,2	16,9	12,2	11,5	11,2	9,9	10,0	10,8
TMI (‰)		150,0	143,4	159,5	162,3	150,6	113,2	95,6	68,0	25,0	12,0	6,2
TM 1-4 (‰)		54,2	54,7	41,4	32,0	28,2	17,7	10,2	5,5	1,7	1,1	0,6

O mais simples dos indicadores da mortalidade libertos dos efeitos de estrutura é a taxa de mortalidade infantil (TMI). É um bom indicador, mas se possível deve ser acompanhado por indicadores que traduzam também a importância da mortalidade no período infanto-juvenil. Não é possível conhecer os valores da mortalidade infantil no final do século passado¹⁶. No início deste século a mortalidade infantil apresenta valores relativamente próximos dos valores nacionais (Henriques e Rodrigues, 2008). O aspecto mais saliente da análise da mortalidade infantil relaciona-se com a manutenção dos seus níveis durante um longo período, pelo menos até 1940.

É possível interpretar esta situação de várias formas. A primeira, é que os valores encontrados traduzem uma situação de mortalidade infantil estável, que, apesar das oscilações, seria característica do antigo regime demográfico. Refira-se, em primeiro lugar, que estes valores se encontram certamente afectados pelas datas utilizadas (em 1911 a descida poderá estar relacionada com a obrigatoriedade do registo civil, por esta aumentar o número de nascimentos registados; para 1920, 1930 e de 1940 os valores estão certamente afectados pelas crises verificadas nesses anos ligadas, em grande medida, a doenças infantis). Outra interpretação, resulta da análise conjunta da taxa de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade do 1 aos 4 anos completos (TM1-4). Nesta última, onde o subregisto dos óbitos era provavelmente menos importante, o declínio da mortalidade das crianças pode apreciar-se desde cedo, provavelmente a partir da segunda década deste século.

Devendo-se as oscilações da taxa de mortalidade infantil a diferentes factores circunstanciais e, muito provavelmente, a uma muito significativa melhoria da qualidade das estatísticas recolhidas, a hipótese mais provável é que a mortalidade tenha de facto iniciado o seu declínio nas primeiras décadas do século XX. Tal como é sugerido pela evolução da taxa de mortalidade infanto-juvenil, pela evolução das causas de morte e pela diminuição da frequência dos picos de sobremortalidade

¹⁶ Mesmo para este século nem sempre existem dados referentes à mortalidade por idades. Assim, os valores de 1900 foram calculados com base nos anos entre 1902/5 e a de 1911 com base entre 1907/10. A partir daí foram calculadas como habitualmente, com os acontecimentos médios dos quatro anos mais próximos de cada recenseamento.

NUPCIALIDADE E FECUNDIDADE

No antigo regime demográfico os nascimentos eram numerosos, ocorriam quase exclusivamente no seio do casamento e as situações de ilegitimidade eram minoritárias. O casamento religioso era o passo fundamental, sem o qual dificilmente se podia constituir uma família socialmente aceite. O controlo da fecundidade dentro do casamento tinha pouco significado e era no próprio acesso ao casamento que se constituía a possibilidade de limitar o crescimento populacional. O casamento tardio, o celibato e a emigração são características estruturais do período pré-transicional de muitas regiões europeias e também da Madeira.

A nupcialidade tradicional da Europa ocidental é marcada por importantes restrições, frequentemente englobadas sob a designação de padrão de Hajnal. Este padrão caracteriza-se pela coexistência de dois tipos de restrição: a primeira traduz-se por um adiamento da idade do casamento, com a conseqüente diminuição da probabilidade de ter filhos e a segunda revela-se a partir duma importante percentagem de população que nunca casa. Este padrão de dupla restrição é particularmente expressiva na população feminina, já que aos homens restava a alternativa da emigração.

Na tabela seguinte, podemos observar a evolução de diversos indicadores de nupcialidade na Madeira: a taxa bruta de nupcialidade (TBNup) e também alguns indicadores de nupcialidade calculados em separado para cada um dos sexos: a percentagem de população casada em idade fértil (PCIF), o celibato definitivo (CD) e o índice de nupcialidade de Coale (Im).

Tabela 7. Indicadores de nupcialidade na Madeira (1890-2001)

	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
TBNup	8,8	8,5	7,3	8,6	7,0	6,0	8,4	8,3	7,9	8,7	7,3	7,1
CD-H	10,7	7,4	6,1	5,8	7,4	8,3	7,4	8,5	7,5	7,1	6,9	6,5
CD-M	19,6	17,3	15,3	14,0	13,3	16,8	16,3	16,3	16,5	17,8	17,2	12,6
PCIF-H	48,9	55,3	52,5	47,5	48,6	48,1	43,8	50,4	53,0	53,8	48,7	48,3
PCIF-M	49,3	52,9	52,2	48,4	49,2	51,1	48,5	50,4	51,4	51,9	48,8	51,3
Im	485	527	523	475	487	504	467	486	498	515	467	484

Por uma questão de coerência na análise ao longo do tempo, os valores apresentados na tabela referem-se apenas à nupcialidade formalizada através do casamento (no entanto, em 2001 a população em união de facto era relativamente pequena: não chegava aos 7% se comparada com população casada com vínculo legal).

A taxa bruta de nupcialidade é um indicador pouco expressivo da importância da nupcialidade numa população porque dá apenas a medida do número de casamentos ocorridos nesses anos e não da estrutura matrimonial da população, que é melhor

descrita por outros indicadores. Entre o final do século passado e deste a taxa de nupcialidade apresenta algumas oscilações, mas não é notória nenhuma tendência de evolução. Nos últimos anos, parece sentir-se uma ligeira diminuição desta taxa.

Um indicador que mede a intensidade da nupcialidade de uma população é o celibato definitivo, que corresponde à percentagem de homens ou mulheres que permaneceram solteiros até ao final da sua vida reprodutiva. Este indicador refere-se aos indivíduos que nasceram há cerca de 50 (45-55) anos, e que se se tivessem casado o teriam feito, em geral, cerca de 20-30 anos antes do momento censitário, a que o indicador se refere. No final do século XIX, encontrava-se um celibato masculino importante, na ordem dos 10%, mas encontra-se fundamentalmente um muito significativo celibato feminino, de cerca de 20%. A diferença é reveladora da importância da emigração masculina que partia da Madeira. Nos censos seguintes a importância do celibato definitivo masculino e feminino diminui até 1920 e até 1930, respectivamente. A partir destas datas, o nível observado aumenta aproximando-se dos valores observados inicialmente.

Para além do celibato, podemos observar a intensidade da nupcialidade na população em idade fértil, considerando a percentagem de mulheres e de homens casados nas idades entre os 15 e os 49 anos.

Na população masculina, esta percentagem varia entre os 48 e 55%, mas com muitas oscilações. Tal como na taxa bruta de nupcialidade não é possível discernir qualquer tendência de evolução. Para as mulheres, o indicador também se mantém em torno dos 50% e as oscilações são de menor dimensão.

O índice de nupcialidade feminina de Coale (Im) expressa em que medida é que a nupcialidade contribui para a fecundidade da população. No caso da Madeira, o índice de Coale revela valores que oscilam em torno dos 0,500 sem qualquer tendência de evolução, num ou noutro sentido, até 2001.

Ao contrário do que aconteceu nas outras regiões do país – nas quais a diminuição das restrições à nupcialidade é visível desde os anos 40 do século XX (Bandeira, 1996) – na Madeira, a nupcialidade permanece durante mais de um século com valores próximos dos que eram habituais no final do século XIX, mas que se afastam dos níveis observados na actualidade.

Numa situação de importantes restrições à nupcialidade e/ou fortes movimentos migratórios a natalidade e a fecundidade legítima não seguem necessariamente caminhos paralelos. Neste contexto, a análise da transição da fecundidade deve apoiar-se fundamentalmente nos indicadores sobre a fecundidade, mas fundamentalmente na fecundidade dentro do casamento.

Na tabela seguinte podemos observar a evolução dos diferentes indicadores de natalidade e fecundidade: a taxa bruta de natalidade (TBN), de fecundidade geral (TFG), de fecundidade no casamento (TFC), de fecundidade fora do casamento (TFFC) e os índices de Coale de fecundidade geral, legítima e ilegítima.

Tabela 8. Indicadores de fecundidade na Madeira (1890-2001)

	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
TBN	38,3	41,4	38,9	35,0	37,5	30,7	29,9	31,6	25,5	18,1	13,9	13,0
TFG	152,1	170,1	157,8	136,8	144,6	124,1	112,3	120,9	106,0	71,9	53,1	48,4
TFC	296,0	314,1	290,3	277,2	288,2	236,6	224,7	233,9	200,4	130,1	95,1	75,9
TFFC	12,2	8,7	5,4	4,8	5,7	6,7	6,6	5,8	6,2	8,9	14,7	19,5
If	402	444	411	361	373	330	301	320	287	198	141	133
Ig	795	822	773	745	751	637	626	642	561	361	248	220
Ih	32	23	14	13	15	18	17	15	16	24	38	51

O primeiro ponto a destacar são os valores bastante elevados da taxa bruta de natalidade encontrados no final do século passado e no início deste século. São valores que se enquadram claramente nos níveis pré-transição, situando-se com valores próximos de 40‰ até 1930¹⁷. Durante os anos 30, parece verificar-se uma descida da natalidade, no entanto, os valores observados nesta data mantêm-se em níveis próximos até 1960 e só a partir dos anos 60 é visível uma tendência clara de declínio constante e rápido deste indicador.

A taxa de fecundidade geral (TFG) e o índice de fecundidade geral de Coale (If) revelam uma evolução do mesmo tipo: um primeiro declínio nos anos 30, seguido de um período de relativa estabilidade e de novo declínio a partir dos anos 60.

A fecundidade no interior do casamento constitui a chave para perceber o processo de transição da fecundidade numa região. Numa Europa marcada por uma nupcialidade restritiva e por níveis muito baixos de ilegitimidade, o melhor indicador de adoção do controle dos nascimentos é a evolução da fecundidade matrimonial.

A taxa de fecundidade no casamento (TFC) e o índice de Coale de fecundidade legítima (Ig) mostram que é possível encontrar um primeiro movimento de controle dos nascimentos nos anos 30, a que se segue um período de estabilidade e, finalmente, desde os anos 60 um novo declínio da fecundidade dos casais¹⁸.

¹⁷ A descida de 1920 deverá ter sido um valor circunstancial, relacionado com a gripe pneumónica e com o final da guerra.

¹⁸ Os índices de Coale permitem conhecer de que forma a fecundidade de uma região se aproxima da fecundidade das Huterites e oferecem também a possibilidade de comparação no contexto europeu, uma vez que foram amplamente utilizados no quadro do European Fertility Project (Coale e Watkins, 1986). Deste finais do século passado até 1911, que os valores em torno dos 0,800 mantêm-se – o que significa que nesta época a fecundidade dos casais madeirenses era ainda relativamente próxima das mulheres Huterites. Até 1930 o índice apresenta pequenas oscilações. Nos anos 30 o Ig desce e depois mantém-se estável até aos anos 60, época a partir da qual, decresce de forma acentuada. É difícil determinar qual a época em que a

Em suma, a Madeira parece ter sofrido um declínio da fecundidade por etapas: uma primeira descida nos anos 30, seguida de um período de relativa estabilidade, seguido de um novo movimento de declínio a partir dos anos 60. É provável que nem todas as regiões e grupos populacionais tenham iniciado este processo na mesma época e que os anos 30 e 60 tenham sido marcantes para diferentes subgrupos populacionais. Este tipo de declínio, por patamares, aconteceu também em grande parte do território nacional (Oliveira, 2007).

No caso da Madeira, é de salientar o percurso paralelo da natalidade, da fecundidade geral e da fecundidade no casamento. Esta co-variação ao longo do tempo, aponta para a manutenção do papel e das características da nupcialidade ao longo do período em análise, ao contrário do que sucedeu na maioria das outras regiões do país.

A EMIGRAÇÃO

Os movimentos migratórios podem ser classificados segundo múltiplos critérios: o facto de os movimentos serem de saída ou de entrada, e de serem relativamente ao exterior, ou ao próprio país. São estes os quatro principais tipos de movimentos: emigração, imigração, migrações internas de saída e migrações internas de entrada. Por outro lado, estes movimentos podem ter um carácter temporário ou, ao invés, definitivo; são por vezes movimentos de primeira ordem, mas podem também ser reemigrações, etc. À multiplicidade de movimentos, de natureza claramente distinta, acresce o carácter não legalizado de grande parte da emigração e a inexistência de estatísticas para muitos outros. Só as migrações para o estrangeiro apresentam um registo contínuo desde finais do século XIX, ainda assim, apenas para a emigração legal. Para os outros movimentos existem, por vezes, recolhas estatísticas (imigração, retorno, migrações internas, etc.); outras vezes algumas estimativas (emigração clandestina); frequentemente dados indirectos (saldos migratórios); finalmente noutros casos não existem quais dados continuados (reemigrações). Esta análise limita-se a abordar a emigração legal até 1988, data a partir da qual não existem dados publicados.

Uma visão da emigração com base nos seus valores anuais é reveladora do seu carácter instável e muito sensível às conjunturas socioeconómicas das regiões de origem e de destino. Na figura seguinte é visível o número anual de emigrantes Madeirenses.

população madeirense inicia de facto o controle dos nascimentos. Livi-Bacci (1971) e Coale (1986) apresentam vários critérios. A descida de pelo menos 10% relativamente ao valor anterior é um desses critérios; outra hipótese, que para Livi-Bacci oferece mais vantagens, é a descida abaixo de 0,600. De facto entre os dois critérios apontados o último apresenta ainda a vantagem de coincidir com a época em que se verificam as maiores descidas. Enquanto de 1890 a 1960 a descida foi de apenas cerca 0,150, a partir daí as descidas foram muito mais rápidas de 1960 a 1981 desceu-se cerca de 0,300. Parece assim ter-se verificado primeiro pequeno declínio da fecundidade legítima nos anos 30, e a partir dos anos 60 uma descida mais acentuada.

De 1888 a 1897, encontra-se uma forte emigração: em média, partem cerca de 2200 emigrantes por ano, mas os valores são muito oscilantes, encontrando-se quebras sensíveis em alguns dos anos (1887, 1892, 1894 e 1897).

De 1897 a 1904, verifica-se uma grande quebra do volume da emigração madeirense, que passa para menos de metade da anteriormente verificada (cerca de 900 emigrantes anuais em média). Nesta altura, o Brasil constitui-se como o principal destino dos madeirenses. A América do sul é também importante no início e, posteriormente, a África do Sul e a América do Norte ganham um peso expressivo (em 1903 e 1904).

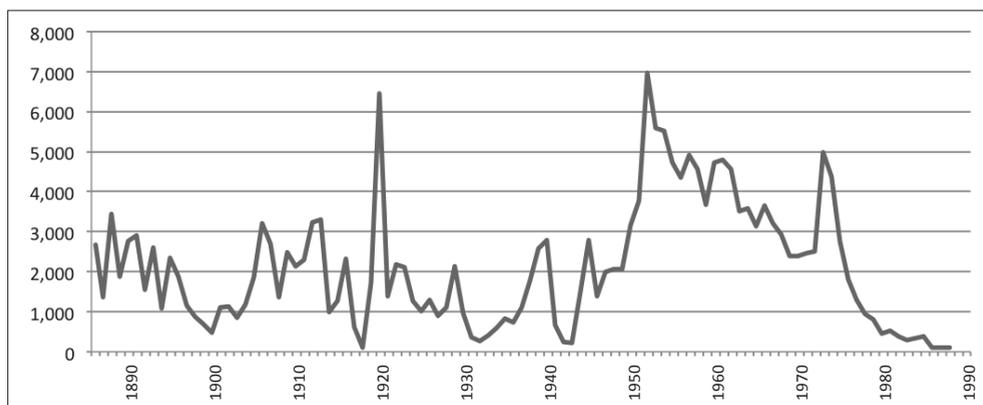


Gráfico 3. Número anual de Emigrantes na Madeira (1886-1988)

De 1905 até ao início da primeira guerra mundial, assiste-se a um retomar das saídas da Madeira, que neste período se cifram em cerca de 2500 emigrantes por ano. O Brasil continua a ser o principal destino dos madeirenses, mas a América do Norte torna-se o segundo destino, com cerca de metade do volume de emigrantes do Brasil. Em alguns anos particulares, 1906-7 e 1909, a Austrália é mesmo o principal destino destes ilhéus. Trata-se duma emigração muito forte, com mais de mil indivíduos por ano, mas que não gera nenhuma corrente emigratória que se prolongue no tempo.

De 1914 a 1918, durante os anos da Primeira Grande Guerra, a emigração madeirense é marcada por um claro abrandamento (cerca de 1060 saídas anuais). Neste período, a América do Norte absorve a quase totalidade da emigração madeirense (cerca de 88%).

De 1919 a 1923, o pós-guerra é marcado por um forte retomar da emigração que se cifra em cerca de 2900 emigrantes anuais. Mas este retomar é ainda lento, em 1919, crescendo depois, em 1920, com mais de 6400 pessoas a saírem deste arquipélago num só ano. Neste período, os principais destinos são a América do Norte e o Brasil (nos dois primeiros e nos dois últimos anos, respectivamente).

A perda de importância da América do Norte como destino dos emigrantes madeirenses, inicia uma longa fase de restrições à emigração para os Estados Unidos, ligadas às leis de 1922 e 1924, que vão condicionar o próprio quantitativo da emigração madeirense nos anos seguintes. De 1924 a 1929 encontra-se um período marcado desde o início pelas restrições à entrada nos EUA e que termina com a grande depressão. Como seria de esperar, esta é uma época de menor emigração, com cerca de 1300 emigrantes por ano a saírem da Madeira. O principal destino é o Brasil, encontrando-se também alguma emigração para a Europa.

De 1930 a 1936, a descida da emigração é ainda mais notória: a média anual de emigrantes ronda os 580, o valor mais baixo encontrado. O Brasil e a América do Norte são ainda os principais destinos da emigração madeirense, mas agora em conjunto com a Europa. A partir de 1933, a África do Sul ganha também algum peso relativo. Em 1935 a emigração reparte-se igualmente entre o Brasil a América do Norte e a África do Sul, tendo a Europa e a Venezuela menos importância.

De 1937 a 1940, encontra-se novamente um aumento da emigração. Neste período, marcado pelo início da Segunda Guerra, as saídas cifram-se em cerca de 2050 emigrantes por ano, quatro vezes mais do que anteriormente.

De 1941 a 1943, as restrições à mobilidade no Atlântico impostas pela guerra são determinantes para a emigração madeirense que passa para 1/20 do verificado antes: apenas cerca de 370 emigrantes por ano. Tal como durante a Grande Guerra, um só país absorve a quase totalidade destes emigrantes, desta vez o Brasil com cerca de 80%. Neste período, Curaçau começa a definir-se como um importante destino dos madeirenses e, ainda durante a guerra, partem emigrantes, protegidos por barcos de guerra, com destino às suas refinarias petrolíferas.

De 1944 a 1951, no pós-guerra, encontra-se um retomar da emigração madeirense que perde anualmente em média cerca de 2200 indivíduos. Em 1944 e 1945, as saídas são absorvidas na sua quase totalidade por Curaçau. A partir de 1946 os emigrantes voltam-se novamente para o Brasil (cerca de metade) e os restantes repartem-se por Curaçau, Venezuela, que ganha um novo peso, e pela África do Sul.

Nos três anos que vão de 1952 a 1954 o número médio anual de emigrantes sobe para 6600. Trata-se de uma fortíssima emigração que resulta dum grande aumento da emigração para o Brasil (que só em 1952 leva 5075 emigrantes) e do início duma nova e importante corrente emigratória para a Venezuela que, a partir daqui, se vai tornar um dos mais importantes destinos destes ilhéus.

De 1955 a 1972, assiste-se a um abrandamento da emigração legal que, progressivamente, deixa de ter qualquer relação com as saídas efectivas à medida que a emigração não legalizada ganha peso relativo. No final dos anos 50, as saídas rondam os 4500 emigrantes e no início de 70 cerca de metade. A Venezuela é o principal destino, com cerca de 60% das saídas; o Brasil perde importância, passando a 23%

(esta quebra é sentida de forma abrupta em 1964, data do golpe militar no Brasil). Esta diminuição da emigração para o Brasil provoca uma alteração na estrutura e no volume da emigração. Em rigor, este período poderia ser melhor caracterizado se dividido em duas fases: a primeira, de 1955 a 1963, com saídas médias de 4400 habitantes por ano, na qual a Venezuela se constitui como o principal destino, com cerca de metade dos emigrantes, e na qual o Brasil se mantém como segundo destino, tendo a África do Sul menor expressão; uma segunda fase, de 1964 a 1972, com saídas médias de cerca de 2900 emigrantes por ano. A Venezuela é o principal destino e absorve a grande maioria da emigração madeirense (cerca de 78%).

Nos três anos imediatamente antes e após a revolução – entre 1973 e 1975 – a emigração madeirense sofre uma nova subida, cifrando-se em cerca de 4000 emigrantes por ano. Continua a ser uma emigração fundamentalmente virada para a Venezuela, país que detém cerca de metade destas saídas. A Europa, que já em 1969 e 1970 se tinha revelado como um destino significativo, passa a ser a segunda escolha destes emigrantes (cerca de 17%). A América do Norte e a Austrália, que ressurgem como um destino da emigração insular, constituem destinos com uma importância menor.

De 1976 a 1988, a emigração legalizada perde importância gradualmente. Nos primeiros anos apresenta saídas na ordem dos 1500 indivíduos, nos últimos emigram apenas cerca de 150 pessoas. São valores totalmente desligados do quantitativo real das saídas, que deixam de passar por processos formais. A Venezuela mantém-se como primeiro destino, a Europa como segundo, com quantitativos similares aos do período anterior. A importância dos destinos¹⁹ nas várias décadas é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 9. Principais destinos dos emigrantes madeirenses (1900-1988)

Data	África	Brasil	Amér.Sul	Venezuela	Curaçau	Am. Norte	Oceânia	Europa	Desc/Out
1900-1911	3,4 a)	48,1	4,4	–	–	25,6	15,5	0,3	0,0
1911-1920	2,0	37,1	1,4	–	–	58,3	0,0	1,1	0,0
1920-1930	3,6	58,0	10,5	–	–	18,6	0,0	9,3	0,0
1930-1940	23,2	25,3	1,9	7,3	–	19,5	0,0	16,7	12,5
1940-1950	6,9	33,6	1,1	17,5	28,4	6,3	0,0	5,8	5,8
1950-1960	11,1	46,4	0,3	35,9	4,3	0,5	0,0	0,0	2,4
1960-1970	9,1	18,2	0,0	65,4	2,3	2,2	0,0	2,2	2,8
1970-1981	3,8	1,7	1,8	62,2	–	11,3	5,2	15,4	0,0
1981-1988	3,9	0,0	0,0	20,0	–	22,2	21,1	32,7	0,0

¹⁹ Tal como muitas outras recolhas estatísticas a área de destino dos emigrantes não obedece a um único critério, sendo mesmo frequente a sua mudança. Durante muito tempo utilizou-se uma classificação fundamentalmente continental, à excepção do Brasil (referido sempre autonomamente e não na América do Sul), posteriormente foi utilizada um critério baseado nos diferentes países de destino.

Em resumo, pode considerar-se que, até aos anos 40, os principais destinos migratórios dos madeirenses eram o Brasil e a América do Norte. A América do Norte inicia um processo de perda de peso relativo a partir dos anos 20, mas é fundamentalmente a partir dos anos 40 que deixa de ter qualquer expressão significativa, que só é retomada nos anos 70 e sobretudo 80. O Brasil, pelo contrário, mantém até tarde, anos 50, uma importância marcante como destino dos emigrantes e só nos anos 60 começa a perder a preponderância, tendo nos anos 70 já um peso sem significado.

A partir dos anos 30, inicia-se uma forte corrente emigratória para a Venezuela que, nos anos 60 e 70, se torna nitidamente maioritária. Ao longo de todo o século XX, a emigração para a África do Sul é constante apesar de sofrer algumas oscilações. A Austrália é também um importante destino mas apenas em dois períodos específicos: na primeira década do século e nos anos 70-80. A Europa nunca foi um destino muito importante, mas em alguns períodos assume alguma relevância: nos anos 30, e nos anos 70-80, nestas últimas décadas o país maioritariamente responsável por este fluxo é a Grã-Bretanha. Curaçau é também uma região de forte atracção nos anos 40 e depois perde progressivamente a importância.

Desde o pós-guerra, mas em especial neste último período a emigração legal fica muito aquém do número calculado das perdas por emigração calculado no saldo migratório. Isso obriga a que a análise dos destinos dos emigrantes tenha que ser interpretada com alguma precaução uma vez que se refere a uma parcela, cada vez menor, dos emigrantes madeirenses. Nada indica que os outros emigrantes se dirijam para as mesmas regiões em igual proporção.

A análise da emigração legal revela a existência de quatro períodos com características bem distintas entre si, como é visível no quadro seguinte²⁰.

Tabela 10. Taxa bruta de emigração (%) na Madeira de 1890 a 1988

	1890-00	1900-11	1911-20	1920-30	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-81	1981-88
TBE-HM	10,9	11,5	12,7	7,3	4,9	6,2	18,1	13,1	8,9	1,6
TBE-H	13,1	15,2	16,6	10,8	7,3	10,3	25,4	13,7	8,8	1,5
TBE-M	8,8	8,1	9,2	4,1	2,7	2,4	12,0	12,8	8,8	1,8
Rácio M/H	67,2	53,3	55,4	38,0	37,0	23,3	47,2	93,4	100,0	120,0

Desde a última década do século XIX até ao final da primeira guerra mundial a emigração legal é forte, com valores que oscilam entre 10,9 e 12,7 ‰ anuais.

²⁰ A taxa de emigração traduz o número médio anual de emigrantes ao longo de cada período intercensitário. Tem como base de referência a população média desse período.

Trata-se duma emigração predominantemente masculina: o rácio entre as duas taxas indica que a emigração feminina varia entre cerca de 50 a 70% da masculina.

Nos três decénios seguintes, dos anos 20 aos anos 40, a emigração legal sofre uma forte retracção passando os seus valores para cerca de 50-60% do nível anterior. O fim da guerra, mas sobretudo o início das limitações à entrada de emigrantes nos EUA a partir de 1922-24, depois a Grande Depressão e finalmente a Segunda Guerra terão sido os principais factores explicativos da diminuição da emigração. A comparação entre as taxas de emigração da população feminina e masculina revela que durante este período a emigração foi muito mais marcadamente masculina: a emigração feminina varia entre pouco mais de 20% a um valor inferior a 40% da intensidade encontrada na população masculina.

Nos anos 50 e 60 a emigração legal aumenta de forma bastante clara, embora não tão marcada como é indiciado pela análise da taxa do saldo migratório, o que revela a importância dos movimentos migratórios não legalizados. Se nos anos 50 a emigração é ainda predominantemente masculina, na década seguinte os valores da emigração observados para homens e para mulheres aproximam-se, dando início a uma tendência de emigração equilibrada relativamente ao sexo que se virá a manter posteriormente.

A partir dos anos 70 assiste-se a uma clara diminuição dos valores da emigração legal, que nos anos 80 é quase nula. Se é provável que tal resulte, em parte, de uma efectiva diminuição da emigração madeirense, é também evidente que os baixos valores encontrados nestas décadas resultam, fundamentalmente, da emigração ter passado a assumir um carácter marcadamente não-legalizado.

Durante um longo período, a emigração madeirense é acentuadamente mais intensa no sexo masculino: entre finais do século XIX e o fim da Grande Guerra, a taxa de emigração feminina é cerca de 50 a 60% da verificada no sexo masculino; posteriormente, entre 1920 e 1950, a situação agrava-se: a taxa feminina chega a ser quase um quinto da masculina; a partir dos anos 50, a situação tende para uma maior semelhança na tendência para emigrar e, desde os anos 60, a emigração perde gradualmente este carácter diferencial. Na última década analisada, são as mulheres que apresentam maiores taxas de emigração.

CONCLUSÃO

Não se pode afirmar que o processo de transição demográfica inicia a sua primeira fase, com a descida da mortalidade, ou a segunda fase, com o declínio da fecundidade, numa data específica. A passagem do antigo para o novo regime demográfico é um processo longo e complexo. A população delimitada a partir dum critério geográfico não é homogénea e não vê a sua mortalidade ou a sua fecundidade descerem de forma idêntica nos vários grupos sociais.

As várias camadas que constituem o tecido social duma população apresentam importantes diferenças ao nível da esperança de vida, da mortalidade infantil, infanto-juvenil, das causas de morte, etc., enfim, dos vários indicadores que podem mostrar a maior ou menor proximidade da morte. O acesso a uma melhor qualidade de vida, alimentação, condições sanitárias, acesso a cuidados médicos regulares está dependente, de forma directa, de condicionantes socioeconómicas muito diversas. A passagem de uma mortalidade de antigo regime, onde se morria cedo, as crises e epidemias eram frequentes, as doenças endémicas tinham um peso considerável, para um novo regime, no qual se morre bastante mais tarde, as epidemias são raras, e se morre sobretudo por causas cardiovasculares e de cancro é uma transição que ocorre necessariamente em épocas diferentes nos vários grupos populacionais.

Também a nível da fecundidade se pode afirmar o mesmo. O número médio de filhos tido durante o casamento, a idade do primeiro e do último filho, a probabilidade de ter filhos fora dos vínculos matrimoniais, etc., são aspectos claramente relacionados com o grupo social de pertença de cada indivíduo. É assim que em lugar de se considerar apenas uma população se deveriam considerar múltiplas subpopulações em função das suas características enquanto grupo social. A necessidade e a possibilidade de controlar a fecundidade está relacionada com aspectos económicos, sociais e culturais dos vários grupos populacionais. A passagem dum modelo familiar, no qual os filhos são tipicamente o garante da segurança na velhice para um outro tipo de vida familiar, em que um filho representa um custo e, em simultâneo, constitui uma fonte de aspirações e expectativas centradas na criança, é lenta, complexa e influenciada por todo um vasto conjunto de mudanças sócio culturais.

Assim, as datas apontadas como reveladoras dos primeiros sinais de mudança na mortalidade e na fecundidade, indicam apenas que em alguns grupos sociais, ou delimitados geograficamente, eram já manifestas algumas tendências, que progressivamente se vão generalizar ao resto da população. É neste sentido que deve ser entendido o declínio, em etapas, que se observa na fecundidade legítima. O primeiro declínio, observado nos anos 30, deve reflectir o início deste processo em alguns grupos populacionais e, só mais tarde, nos anos, 60 a generalização das novas atitudes face à contracepção se alargam gradualmente à maioria da população.

Também a nupcialidade e os movimentos migratórios apresentam uma importante relação com a pertença social dos indivíduos. Os pequenos proprietários rurais, os colonos, os jornaleiros, os assalariados agrícolas, os pequenos comerciantes, a população que trabalha na indústria, a que trabalha nos serviços, a população urbana, a que reside nas áreas rurais, etc. Não apresentam os mesmos padrões etários de casamentos, nem as mesmas proporções de celibato. Da mesma forma, o recurso à emigração e posteriormente a probabilidade de ajudar familiares a emigrar é diferente de acordo com os grupos sociais de pertença.

Se, no que respeita às duas componentes do movimento natural é indiscutível a necessidade de aprofundar o conhecimento da dinâmica demográfica em função dos subgrupos populacionais, essa necessidade é ainda mais presente quando se estudam fenómenos como as migrações ou os padrões de nupcialidade.

Apesar do conjunto de profundas mudanças demográficas sofridas pela região entre finais do século XIX e início do século XXI, uma característica parece inalterável na região: a nupcialidade mantém-se com níveis surpreendentemente estáveis. Trata-se de uma situação invulgar, no contexto português mas também Europa, onde o padrão de nupcialidade de Hajnal se foi, gradualmente, diluindo.

De uma forma global, a emigração madeirense constituiu-se, desde cedo, como um dos principais factores condicionantes da dinâmica populacional. Sem estas saídas o crescimento efectivo da população insular teria sido muitíssimo maior e a estrutura populacional seria menos recortada e mais equilibrada nas idades activas. É provável que a nupcialidade e a fecundidade dos casais tivesse seguido outro tipo de evolução, se o crescimento populacional não fosse aliviado pelas saídas e existisse uma maior pressão populacional sobre os recursos insulares.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Alberto, 1969. *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas adjacentes) – Migrações Internas 1921-1960*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto.
- BACCI, Massimo Livi, 1971. *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton university Press, Princeton.
- BANDEIRA, Mario Leston, 1996. *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BRITO, Raquel Soeiro de, 1989. “A importância da ilha da Madeira no início da expansão ibérica e a sua evolução recente”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986 vol. I*, Governo Regional da Madeira, Funchal.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1987. *Camponeses da Madeira*, as Bases Materiais do Arquipélago 1750-1900, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- CARDOSO, Agostinho, 1968. “O fenómeno económico-social da emigração madeirense”, *Revista de Direito Administrativo*, tomo XII, nº 3, Coimbra.
- COALE, Ansley e WATTKINS, Susan, 1986. *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- CÓNIM, Custódio, 1990. *Portugal e a sua População, vol.II*, Ed. Alfa, Lisboa.
- DAVIS, Kingsley, 1945 “The world demographic transition”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, vol 273, Jan I : 1-11.
- GASPAR, Jorge, 1987. *Os Próximos Vinte Anos, vol. I, Ocupação e Organização do Espaço, Retrospectiva e Tendências*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GOMES, Fátima Freitas e VIRÍSSIMO, Nelson, 1983. *A Madeira e o Sidonismo*, Governo Regional da Madeira, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal.

- HENRIGUES, Filipa castro e Teresa Ferreira Rodrigues, 2008. “o Século XX: a transição”, in Rodrigues, Teresa Ferreira (Coord.), 2009. *História da População Portuguesa*, Afrontamento, Lisboa.
- NEPOMUCENO, Rui, 1994. *As crises de Subsistência História da Madeira*, Ensaio Histórico, Caminho, Lisboa.
- NOTESTEIN, F.W., 1945. “Population the long view”, E. Schultz ed., *Food for the World*, University of Chicago Press : 36-56
- OLIVEIRA, Isabel Tiago, 2007. “A transição da fecundidade e o sistema de respostas múltiplas em Portugal”, *Análise Social*, n.º183, pp. 471-484.
- OLIVEIRA, Isabel Tiago, 1999. “A ilha da Madeira. Transição demográfica e Emigração”, *População e Sociedade*, 1999, n.º 5, pp. 25-59.
- MENDONÇA, Alice, 2008. “A População Madeirense num Período de Transição: Uma Década de Mudança (1991-2001). Viagem pelos Concelhos: análise comparativa”, *Tribuna da Madeira*, 18 de Janeiro de 2008, Madeira, pp. 26-27.
- MENDONÇA, Alice, 2008. “A População Madeirense num Período de Transição: Uma Década de Mudança (1991-2001). Viagem pelos Concelhos: análise comparativa”, *Tribuna da Madeira*, 25 de Janeiro de 2008, Madeira, pp. 26-27.
- MENDONÇA, Alice, 2008. “A População Madeirense num Período de Transição: Uma Década de Mudança (1991-2001). Viagem pelos Concelhos: análise comparativa”, *Tribuna da Madeira*, 1 de Fevereiro de 2008, Madeira, pp. 26-27.
- PINTO, Mª Luís Rocha, 1993. *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- PINTO, Mª Luís Rocha e Rodrigues, Teresa, 1990. “A Madeira na viragem do século (1890-1930), características da sua evolução demográfica” in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Imprensa de Coimbra, Coimbra.
- REIS, Célia, 1990. *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*, Livros Horizonte, Lisboa.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.), 2009. *História da População Portuguesa*, Afrontamento, Lisboa.
- ROWLAND, R., 1997. *População, Família e Sociedade. Portugal séculos XIX-XX*, Celta, Oeiras
- SOUSA, António Teixeira, 1965. “A emigração madeirense”, *Comunicação apresentada no 1º Congresso das Comunidades Portuguesas em Lisboa*.
- SILVA, F.A. e MENESES C.A., 1984. *Elucidário Madeirense*, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Funchal.
- VIEIRA, Alberto, 1993. “A emigração madeirense na segunda metade do século XIX”, Silva, M. Beatriz Nizza da e outros (coord.), *Emigração/Imigração em Portugal Actas do “Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (secXIX-XX)*, Fragmentos, Lisboa.

ANEXOS

Tabela 1. Número de habitantes nos concelhos da Madeira (1864-2011)

Concelhos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Porto Moniz	5964	4559	4265	4206	4404	4594	5068	6175	6422	5917	4480	3963	3432	2927	2711
S. Vicente	7560	8458	7720	8101	8507	9182	9684	11474	12521	11603	10065	8501	7695	6198	5721
Santana	8315	9475	9013	9337	10127	9814	10908	14038	15543	13971	12850	11253	10302	8804	7795
Calheta	12367	16652	17010	18266	20357	20193	21990	24255	24078	21799	15505	12954	13005	11946	11519
Ponta do Sol	15168	16912	16861	19019	20131	12114	13296	14984	15735	13829	10945	9149	8756	8125	8853
Ribeira Brava	-	-	-	-	-	14132	16394	19382	20762	19793	15960	13480	13170	12494	13362
Camara de Lobos	12556	15369	14929	17468	20139	17578	21806	24130	27420	29759	31810	31035	31476	34614	35659
Funchal	31497	37651	37011	43375	50210	52082	68030	86490	93983	98113	101810	112746	115403	103961	112015
Sta Cruz	9339	11181	15033	16358	20027	21076	24852	26129	28070	29042	22940	23261	23465	29721	43018
Machico	7496	10216	10287	11820	13983	17343	17936	19673	22218	21606	21010	22126	22016	21747	21803
Porto Santo	1425	1748	1956	2390	2206	2252	2494	2709	3017	3505	3760	4376	4706	4474	5482
Arquipélago	111687	132221	134085	150340	170091	180360	212458	249439	269769	268937	251135	252844	253426	245011	267938

Tabela 2. Peso relativo dos diferentes concelhos da Madeira (1864-2011)

Concelhos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Porto Moniz	5,3	3,4	3,2	2,8	2,6	2,5	2,4	2,5	2,4	2,2	1,8	1,6	1,4	1,2	1
S. Vicente	6,8	6,4	5,8	5,4	5	5,1	4,6	4,6	4,6	4,3	4	3,4	3	2,5	2,1
Santana	7,4	7,2	6,7	6,2	6	5,4	5,1	5,6	5,8	5,2	5,1	4,5	4,1	3,6	2,9
Calheta	11,1	12,6	12,7	12,1	12	11,2	10,4	9,7	8,9	8,1	6,2	5,1	5,1	4,9	4,3
Ponta do Sol	13,6	12,8	12,6	12,7	11,8	6,7	6,3	6	5,8	5,1	4,4	3,6	3,5	3,3	3,3
Ribeira Brava						7,8	7,7	7,8	7,7	7,4	6,4	5,3	5,2	5,1	5
Camara de Lobos	11,2	11,6	11,1	11,6	11,8	9,7	10,3	9,7	10,2	11,1	12,7	12,3	12,4	14,1	13,3
Funchal	28,2	28,5	27,6	28,9	29,5	28,9	32	34,7	34,8	36,5	40,5	44,6	45,5	42,4	41,8
Sta Cruz	8,4	8,5	11,2	10,9	11,8	11,7	11,7	10,5	10,4	10,8	9,1	9,2	9,3	12,1	16,1
Machico	6,7	7,7	7,7	7,9	8,2	9,6	8,4	7,9	8,2	8	8,4	8,8	8,7	8,9	8,1
Porto Santo	1,3	1,3	1,5	1,6	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,3	1,5	1,7	1,9	1,8	2
Arquipélago	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 3. Taxa bruta de mortalidade nos concelhos da Madeira (1864-2011)

Concelhos	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Porto Moniz	30,3	27,1	27,0	19,1	20,1	15,3	10,7	12,6	11,8	14,4	17,8	
S. Vicente	36,1	27,4	31,1	27,5	22,5	11,8	10,4	20,4	12,0	14,2		
Santana	26,7	18,5	22,5	17,9	15,7	11,3	9,8	10,0	9,9	10,5	14,4	
Calheta	25,7	17,2	19,8	14,6	14,6	11,4	11,4	14,6	15,2	14,7	15,6	
Ponta do Sol	27,4	21,5	18,9	17,4	16,8	11,5	11,9	12,5	13,2	14,8	13,9	
Ribeira Brava		21,7	16,1	15,9	10,7	10,7	11,5	11,1	11,2	13,2		
Camara de Lobos	25,1	21,3	28,1	20,1	19,9	12,3	12,7	10,2	7,9	7,7	7,6	
Funchal	30,1	22,5	26,3	20,1	17,9	13,5	12,8	11,3	9,4	9,5	10,9	
Sta Cruz	19,7	14,7	16,1	13,7	13,3	9,6	8,4	12,1	11,6	10,6	9,6	
Machico	21,1	16,5	16,1	15,3	13,9	10,7	9,3	8,5	8,1	8,5	9,0	
Porto Santo	33,1	22,4	28,4	26,9	18,7	14,7	12,3	11,8	8,3	6,8	10,0	
<i>Arquipélago</i>	25,5	22,8	20,3	22,8	18,2	16,9	12,2	11,5	11,2	9,9	10,0	10,8

Tabela 4. Taxa bruta de natalidade nos concelhos da Madeira (1864-2011)

Concelhos	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Porto Moniz	41,8	39,9	35,8	42,4	36,5	37,8	29,7	22,7	13,3	12,7	9,5	
S. Vicente	38,8	43,3	43,8	48,1	39,4	37,2	36,1	24,8	32,0	10,4	9,0	
Santana	38,8	38,2	41,1	45,2	34,4	29,7	28,3	18,6	13,6	10,0	8,0	
Calheta	35,4	34,0	30,8	33,4	28,0	26,5	26,1	20,2	12,5	10,9	10,2	
Ponta do Sol	38,4	40,8	33,6	37,5	30,6	29,9	30,4	22,7	13,8	13,6	12,9	
Ribeira Brava		36,5	39,7	33,9	30,6	30,6	30,5	24,1	15,9	13,2	14,0	
Camara de Lobos	39,2	43,1	42,3	45,2	38,9	39,9	43,0	30,4	24,0	21,0	16,9	
Funchal	37,6	38,7	33,4	33,6	25,5	26,2	33,1	28,8	18,7	13,0	12,5	
Sta Cruz	34,0	36,9	31,7	32,9	30,2	27,2	21,0	16,8	15,1	13,6	14,5	
Machico	36,4	42,1	32,7	40,6	34,6	33,0	31,9	24,9	18,5	14,3	12,2	
Porto Santo	48,1	39,1	35,7	38,3	33,7	30,3	34,2	21,5	17,9	12,9	12,1	
<i>Arquipélago</i>	38,3	41,4	39,2	35,0	37,5	30,7	29,9	31,7	25,6	17,9	13,9	13,0

PARTE II - O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AÇORIANAS ATRAVÉS DE METODOLOGIAS DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA UMA HISTÓRIA DE AMBIÇÃO

MARIA NORBERTA AMORIM*

1. INTRODUÇÃO

A minha grande ambição seria a reconstituição, através das metodologias da Demografia Histórica, de todas as freguesias de todas as ilhas açorianas, estudando comparativamente os seus ritmos de reprodução biológica e social em períodos plurisseculares.

Não se compadecendo o nosso próprio ritmo biológico com tal ambição, mesmo falando de investigação de grupo, resta-nos deixar o desafio às gerações futuras. De facto, pelo seu isolamento, pela diversidade dos seus recursos naturais e pelo desfasamento no povoamento, as ilhas açorianas apresentam-se como um extraordinário laboratório de análise de comportamentos demográficos e sociais para os últimos quatro séculos.

São nove as ilhas dos Açores, divididas em três grupos distintos: Grupo Oriental (Santa Maria e S. Miguel), ilhas geologicamente mais antigas e também de maior anterioridade de povoamento; Grupo Central (Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial), ilhas que foram a seguir povoadas, distintas entre si quanto à idade geológica, e Grupo Ocidental (Flores e Corvo), de formação mais antiga e as últimas a serem achadas.

No conjunto, as ilhas açorianas têm à volta de 2333 Km², desde S. Miguel, com uma área de 747 km², ao Corvo, com apenas 17 km². A segunda maior ilha em extensão é o Pico, com 448 km², mas é, se excluirmos Flores e Corvo, a menos densamente povoada, o que decorre não só do facto de ser a ilha mais jovem e

* CITCEM. amorim@neps.ics.uminho.pt

de solo mais pobre, mas também da própria montanha que projecta para o litoral todas as povoações. Tendo os Açores em 2001 cerca de 242.000 habitantes, contava-se apenas 30 habitantes por km² no Pico, contrastando com S. Miguel, em que a densidade populacional atingia os 176 habitantes por km².

Os registos paroquiais açorianos, documentos básicos na nossa investigação, preservaram-se de forma diferenciada de ilha para ilha e, por vezes, de freguesia para freguesia. A Terceira e S. Miguel, as ilhas que adquiriram desde cedo maior importância demográfica, dispõem dos registos mais antigos e melhor conservados. Os três arquivos históricos regionais correspondentes aos três ex-distritos, de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, recolheram essa documentação e a Secretaria Regional da Cultura, recentemente, vai disponibilizando ao público, através do seu Centro do Conhecimento, os assentos digitalizados. É o caso dos registos de baptizados, casamentos e óbitos das ilhas de S. Jorge, Flores e Corvo, e alguns outros (ainda infelizmente poucos) da Terceira, do Pico e de S. Miguel.

Há mais de duas décadas que o nosso grupo de investigação, o NEPS, hoje chamado Grupo de História das Populações, se debruça sobre registos paroquiais açorianos, começando pela ilha do Pico, para passar à Terceira, a S. Jorge, ao Faial e a S. Miguel.

As paróquias do Sul do Pico foram o primeiro campo de ensaio da metodologia de reconstituição de paróquias. Logo em 1986, em colaboração com o informático Luís Lima, apresentámos em Braga, no *13º Congresso de Sociologia Rural*, “Estratégias de sobrevivência numa paróquia rural açoriana. Perspectiva Demográfica (1711-1980)”, referindo-nos à paróquia de S. João. Em 1987, como “anexo a Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico”, um trabalho académico irrepetível de fim de etapa (assentou na reconstituição manual de cerca de 100000 actos de baptizados, casamentos e óbitos), apresentámos uma primeira aplicação informática, tendente à passagem da reconstituição de famílias à reconstituição de comunidades. Como introdução à mesma, escrevia:

A enorme massa documental constituída pelos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos que se conserva nos nossos arquivos exerce sobre o investigador uma grande atracção. O fascínio vem, em parte, da sensação de que democratizamos a história, recolhendo informações sistemáticas sobre a vida e a morte de todos os homens, homens comuns ou notáveis, proprietários ou pedintes, sem que, para a nossa investigação, cada um deles tenha mais importância do que o outro.

Inserir cada homem no seu ambiente familiar, enquadrá-lo depois socialmente e determinar as linhas de força da reprodução social nos últimos séculos, parece estar ao alcance do investigador que dispõe de todo o tempo do mundo para recolher os dados dos registos paroquiais e fazer com os mesmos adequados cruzamentos.

Se é certo que não dispomos de todo o tempo do mundo, vivemos na era da Informática e podemos aproveitar essa força do século.



Figura 1. Ilhas dos Açores



Figura 2. Ilha do Pico

Como se depreende, em 1986-87, a ferramenta informática usada nesses primeiros ensaios foi o DbaseIII-Plus, a base de dados então disponível, procurando-se em 1991, ainda com a mesma ferramenta, uma nova sistematização e um novo público com a divulgação da metodologia a que chamei Reconstituição de Paróquias¹. Uma aplicação informática mais consequente e amigável, o SRPP (Sistema de Reconstituição de Paróquias) é hoje usada pelo Grupo de História das Populações².

De uma forma simplificada, poderemos dizer que reconstituir uma paróquia significa formar uma base de dados com o percurso de vida de cada indivíduo residente, em cadeia genealógica, com possibilidade de sucessivos alargamentos inter-paroquiais e de cruzamento com outras fontes nominativas.

Neste quarto de século de investigação sobre populações açorianas, usando a metodologia de reconstituição de paróquias, o projecto em que levamos mais longe o cruzamento de fontes sobre bases de dados demográficas no sentido da História das Populações é aquele que desenvolvemos sobre *As Famílias* de cada freguesia da ilha do Pico *nos finais do século XIX*. Estando as 17 freguesias da ilha já reconstituídas, nesse projecto trabalhámos, até ao momento, sete delas, S. João³, Santo Amaro⁴, S. Caetano⁵, Lajes I⁶, S. Mateus⁷, Lajes II⁸ Prainha⁹ e Candelária¹⁰. No entanto, investigadores do nosso grupo já aprofundaram comportamentos demográficos em mais quatro freguesias, além das sete referidas¹¹ e desenvolveram trabalhos de síntese¹², além de algumas dezenas de comunicações versando temas específicos apresentadas em encontros nacionais e internacionais. Sobre as 13 freguesias do Faial, também já reconstituídas, temos neste momento condições para desenvolver trabalho semelhante ao do Pico. Sobre as cinco freguesias da cidade de Angra, ilha Terceira, Hermínia Mesquita¹³ aprofundou os comportamentos demográficos de um longo século XVII, levantando toda a informação paroquial desde os finais do século XVI, com entrada pelo século XVIII. Um projecto em curso subsidiado pela Direcção Regional da Cultura prolonga a investigação da cidade de Angra

¹ AMORIM, 1991.

² FARIA & HENRIQUES, 2004.

³ AMORIM, 2004b.

⁴ AMORIM, 2005.

⁵ AMORIM, 2006.

⁶ AMORIM, 2007.

⁷ AMORIM, 2008.

⁸ AMORIM, 2009a.

⁹ AMORIM, 2009b.

¹⁰ AMORIM, 2011 (no prelo em 2010).

¹¹ Refiro-me a MESQUITA, 1998; MATOS, 2007 e SANTOS, 2008.

¹² AMORIM, 2004b; SANTOS, 2008.

¹³ MESQUITA, 2000.

para o século XIX. Sobre a freguesia da Ribeira Seca, da ilha de S. Jorge, Paulo Matos aprofundou o fenómeno dos nascimentos fora do casamento em período oitocentista, com recuo ao século anterior¹⁴. Agora, num projecto subsidiado pela FCT, o Grupo abalança-se ao estudo da zona urbana de Vila Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, em período trissecular.

Neste sempre momento especial de encontro de colegas, que é o *Congresso da ADEH*, gostaria de chamar particularmente a atenção para o fascínio do projecto de micro-história a usar as metodologias da nossa disciplina, que desenvolvo sobre o Pico.

As sete monografias de *As famílias do Pico nos finais do século XIX* têm sido para mim uma contínua lição de humildade científica. Quando pensei que os comportamentos demográficos das populações da ilha, entre os finais do século XVII e os finais do século XX, seguiam, grosso modo, uma mesma evolução, eis que surge um comportamento claramente dissonante, relativo à maior paróquia rural do Norte da Ilha, a Prainha. No entanto, quando consideramos o espaço físico dessa paróquia e acompanhamos a dinâmica sócio-cultural da mesma, tais dissonâncias começam a fazer algum sentido.

O projecto de *As Famílias* foi despoletado precisamente pelo interesse que me despertaram as *matrizes prediais* das freguesias da ilha, encerradas entre os anos de 1883 e 1885, onde se identifica, sítio a sítio, todas as parcelas de propriedade rústica ou urbana, a área respectiva, o tipo de cultura, o rendimento colectável, e o nome do proprietário, com local de residência. Entendi que poderia cruzar toda essa informação com as bases de dados demográficas e conhecer muito proximamente as vivências de toda a gente que residia na ilha num mesmo dia, que situei a 1 de Janeiro de 1883. Assim, é acompanhado o percurso de vida de cada chefe de família residente e seus dependentes, relacionando-o com as três gerações anteriores, e colocando-o na ordem geográfica de residência, conhecendo-se a casa em que vivia e os recursos da terra que lhe foram atribuídos.

Esse aprofundamento conseguido para os finais do século XIX sobre espaço e sociedade, permite-nos um mais esclarecido olhar sobre as dinâmicas demográficas plurisseculares.

Para facilitar a apresentação desse olhar irei incidir no contraste entre a Prainha, e outra freguesia rural do Sul da ilha, S. Mateus, cujo crescimento conduziu em 1886 ao desdobramento em S. Mateus e S. Caetano.

¹⁴ MATOS, 2004.

2. PRAINHA E S. MATEUS – UNIDADE E DIVERSIDADE NO ESPAÇO

A orografia da ilha condicionava produções diferenciadas desde o nível do mar até à serra, enquanto a pressão de uma população saudável impunha o aproveitamento de toda a terra, por mais difícil que fosse o seu acesso e por mais baixa que fosse a sua rentabilidade.

Identificamos entre quatro a cinco níveis de terreno produtivo, paralelos à costa, partindo da mesma. No primeiro nível dominavam, em regra, as vinhas, as figueiras e o arvoredado, sendo escassa a terra de sementeira. No segundo nível a dominância ia para as terras de sementeira. No terceiro nível encontramos terra de sementeira dispersa e pobre, árvores de fruto, lenhas, ramas e inhames, podendo estes últimos se desenhar num quarto nível. No último nível estendiam-se as pastagens.

Como o maior número de famílias residentes vivia numa economia de subsistência, os cereais dominavam espaços pouco propícios à sua produção. Em alguns sítios das Lajes ou da Prainha, por exemplo, encontravam-se boas terras de sementeira, com rendimento médio por alqueire a aproximar-se dos 2\$000 réis, enquanto em outros sítios, das mesmas freguesias, o rendimento descia para \$200 réis, evidenciando a luta das famílias para extrair das suas próprias terras o sustento diário.

Apesar da crise das vinhas que afectara a produção em meados do século, não era depreciável o rendimento desses terrenos, particularmente nas zonas tradicionalmente vitivinícolas do concelho da Madalena, onde a figueira substituíra parte das cepas de vinha, no sentido de produção de aguardentes e vinagres.

Os maiores e melhores espaços cerealíferos encontravam-se na metade leste da ilha, de formação mais antiga (parte do concelho das Lajes e parte do de S. Roque), em que se inscreve a Prainha, e os maiores vinhedos, na metade oeste, de formação mais recente (concelho da Madalena e parte do de S. Roque)¹⁵, em que integramos S. Mateus.

Assim, uma primeira distinção entre Prainha e S. Mateus diz respeito ao acesso ao alimento básico, o pão. Em 1867, o Governador do Distrito Autónomo da Horta, no seu Relatório, indica para S. Mateus a produção 5364 litros de trigo e 208.302 litros de milho, numa população de 3223 habitantes, o que daria por habitante 66 litros de cereal. Na Prainha, a produção de trigo atingia os 71.687 litros e a de milho 89.425 litros, com uma média de cereal por habitante de 92 litros.

¹⁵ Hoje os currais de vinha dessa área são património da Humanidade.

Considerando depois o ano de 1884, quando a freguesia de S. Mateus teria um total de 3119 habitantes, sendo o terreno dedicado à cultura dos cereais de 2858 alqueires¹⁶, encontramos uma relação de 0,9 alqueires por habitante. No caso da Prainha, com 1570 habitantes e 1871 alqueires dedicados ao cereal, a relação seria de 1,2 alqueires por habitante. Considerando ainda que os terrenos da Prainha eram bem mais férteis do que os de S. Mateus e que para a alimentação quotidiana por habitante seriam necessárias entre alqueire e meio e dois alqueires de terreno de sementeira¹⁷, poderá depreender-se que, em bons anos, a Prainha tenderia para o auto-abastecimento, enquanto as produções cerealíferas de S. Mateus poderiam alimentar pouco mais de metade da população.

Em relação à outra maior riqueza, a vinha, O Governador Civil, em 1867, conta apenas 900 litros em S. Mateus e 3.444 litros na Prainha, o que se poderá justificar pela decadência que se seguiu, na zona tradicionalmente vitivinícola, à doença que se havia abatido sobre os vinhedos em meados do século. Considerando o ano de 1884, encontramos 446 alqueires de vinha em S. Mateus, contra 331 na Prainha. Devemos notar que 30% do rendimento colectável de S. Mateus, em que sobressaem as vinhas, pertencia a não residentes, principalmente a proprietários da ilha do Faial. Em contrapartida, apenas 3% do rendimento colectável da Prainha estava na posse de não residentes.

Uma distinção explícita entre Prainha e S. Mateus no que diz respeito ao património dos residentes, pode ainda encontrar-se na valorização média das casas de habitação. Enquanto na Prainha o valor médio se colocava nos 2\$000 réis, em S. Mateus não atingia os 1\$500 réis, com um número apreciável de casas térreas e palhoças.

3. PRAINHA E S. MATEUS – UNIDADE E DIVERSIDADE SOCIAL

Nem sempre os registos paroquiais nos informam sobre a situação sócio-profissional dos intervenientes nos actos. No entanto, para 1838, antes da grande vaga emigratória, dispomos de listas de residentes para todas as paróquias da ilha em que são indicadas as profissões de todos os activos.

Nessas listas são identificados lavradores, com o sentido de proprietários que não necessitavam de trabalhar à jorna, trabalhadores, aqueles que *davam dias para fora*, artífices e outros, ligados aos serviços.

¹⁶ Medida agrária da região equivalente a 968 m².

¹⁷ AMORIM, 2008: 30.

Tabela 1. Actividades laborais dos homens activos em 1838 (Comparação entre Prainha e S. Mateus)

Actividades laborais	Prainha		S. Mateus	
	Nº	%	Nº	%
Lavrador	146	28	171	18
Trabalhador	270	52	585	64
Marítimo	46	9	75	8
Artífices	45	9	71	8
Outros	14	2	17	2
Total	521	100	919	100

Em 1838, a maior diferença entre as duas freguesias marca-se em relação à posse da terra. Enquanto na Prainha 28% dos homens a quem foi indicada actividade foram classificados de lavradores, em S. Mateus foram apenas 18% que mereceram essa qualificação, sendo classificados como trabalhadores, 52% na Prainha e 64% em S. Mateus.

Para 1883, identificando depois na Prainha todos os casos com distinção social, concluímos que os maiores proprietários tinham, na sua generalidade, ascendência nos capitães de milícias dos séculos anteriores, os pais ou sogros haviam sido identificados em 1838 como lavradores, mas parte da afirmação pessoal naquela data, nos finais de um século de grandes mudanças, resultaria de uma emigração bem sucedida ou de um negócio.

Em S. Mateus, partindo-se de uma situação em que as terras mais valorizadas pertenciam a proprietários do Faial ou da vila das Lajes, as movimentações sociais no próprio meio foram mais complexas. Além da procura de uma aliança matrimonial vantajosa, outros factores se mostraram determinantes para a concentração de propriedade: a *lotaria demográfica*, actuando a favor ou contra essa concentração, a emigração bem sucedida e a procura criativa de novas soluções económicas.

A análise da dinâmica demográfica de uma e outra paróquia poderá reflectir essas estratégias diferenciadas.

4 . PRAINHA E S. MATEUS – UNIDADE E DIVERSIDADE NAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

Começarei por usar um indicador sintético, a que chamei *índice de fixação*, que se poderá mostrar de alguma eficácia comparativa nestas comunidades ilhoas de história recente em que as migrações têm predominantemente o sentido negativo de expulsão de excedentes populacionais.

4.1. Índice de fixação comparado entre Prainha e a grande S. Mateus

O *índice de fixação* expressará, de forma sintética, o efeito da articulação das diferentes variáveis demográficas na sedimentação a um espaço de sucessivas gerações. O acesso limitado ou mais generalizado ao casamento, o nível de fecundidade, a mortalidade gravosa ou suave e principalmente a mobilidade, irão ter consequências no número de descendentes de casais que identificamos num período recuado da observação¹⁸.

Em cada uma das freguesias, S. Mateus e Prainha, escolhemos os casais que tiveram o seu primeiro filho entre 1 de Janeiro de 1700 e 31 de Dezembro de 1705, seis anos de observação, e fomos contabilizando todos os descendentes nascidos em cada freguesia desses casais nos primeiros 50 anos, nos primeiros 100 anos, nos primeiros 150 anos, terminando nos 200 anos, a cobrir sensivelmente os séculos XVIII e XIX.

Na Prainha, observámos 61 casais a procriar entre 1700 e 1705, enquanto em S. Mateus apenas 36 casais tiveram o primeiro filho no mesmo espaço de tempo, a expressar bem uma situação diferenciada de partida.

Tabela 2. Índice de fixação comparado (1700-1900)

	Número médio de descendentes			
	1700-1749	1700-1799	1700-1849	1700-1899
S. Mateus	12,2	55,8	212,5	418,1
Prainha	8,2	24,2	62,0	125,9

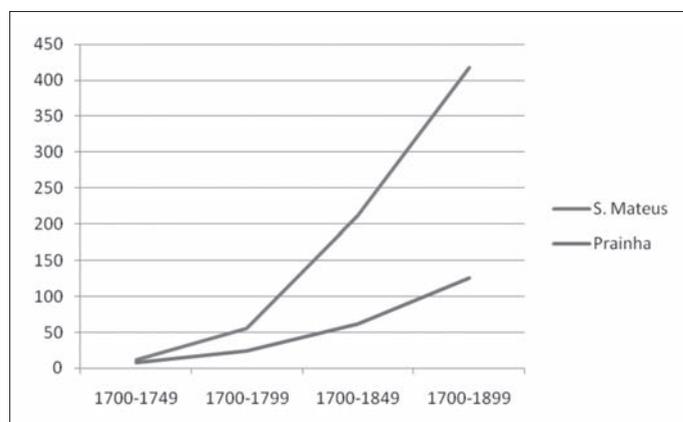


Gráfico 1.
Índice de fixação comparado (1700-1900)

¹⁸ Este índice só é naturalmente aplicável nos casos em que se dispõe de registos sistemáticos e perfeita identificação dos nascidos na comunidade, em cadeia genealógica.

Como se verifica na tabela e gráfico respectivo, o índice de fixação da população de S. Mateus ao seu espaço foi ao longo dos séculos XVIII e XIX muito mais forte do que na Prainha do Norte. Enquanto nesta última paróquia a média de descendentes até finais do século XIX dos casais que tiverem o seu primeiro filho entre 1700 e 1705, se posicionou à volta dos 126 nascidos, em S. Mateus atingiu os 418.

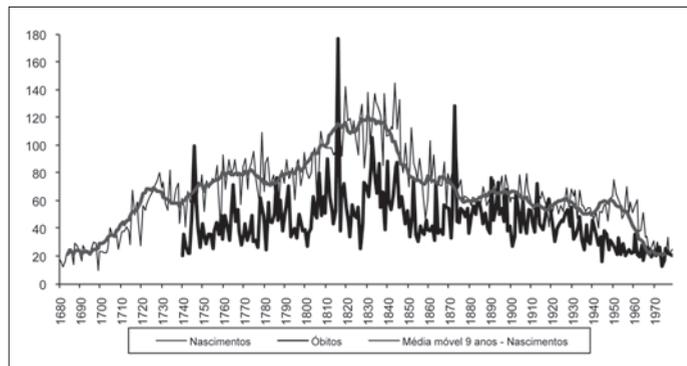
O crescimento relativo das respectivas populações evidencia esse comportamento diferencial. Na primeira década do século XVIII nasceram na Prainha 565 crianças contra 328 em S. Mateus, uma relação de 100 para 58, favorecendo a primeira daquelas paróquias. Dois séculos depois, em 1900, a população da Prainha contava 1400 habitantes, enquanto a população do antigo espaço de S. Mateus chegava aos 2514 habitantes.

A análise da dinâmica demográfica numa e noutra freguesia poderá ajudar-nos a compreender a dissonância expressa pelo índice escolhido.

4.2. Dados globais sobre população

Começamos por apresentar as séries de baptizados, casamentos e dos óbitos de todos os falecidos¹⁹ de que dispomos para as duas freguesias

Gráfico 2.
Movimento de baptizados
e óbitos
S. Mateus/S. Caetano
(1680-1980)



No quadro evolutivo do movimento dos baptizados, casamentos e óbitos de S. Mateus, partindo de uma posição muito modesta, notamos um crescimento continuado de baptizados até à década de 1840²⁰, depois um decréscimo muito acentuado nas décadas de 1850 e 1860, alguma recuperação na década de 1870,

¹⁹ Enquanto em S. Mateus o registo sistemático de mortalidade infantil se inicia na década de 1730, na Prainha só conhecemos todos os indivíduos falecidos na década de 1790.

²⁰ Note-se o crescimento mais acelerado nas décadas de 1720 e 1730, o que decorre na afluência de gente fugida da vizinha freguesia de S. João na sequência do vulcão que em 1718 arrasara as melhores terras da freguesia, queimando a própria Igreja.

com queda brusca na década de 1880, sustendo-se a queda nas décadas seguintes, particularmente na de 1950. No final desta última década a diminuição do número de nascimentos é muito brusca.

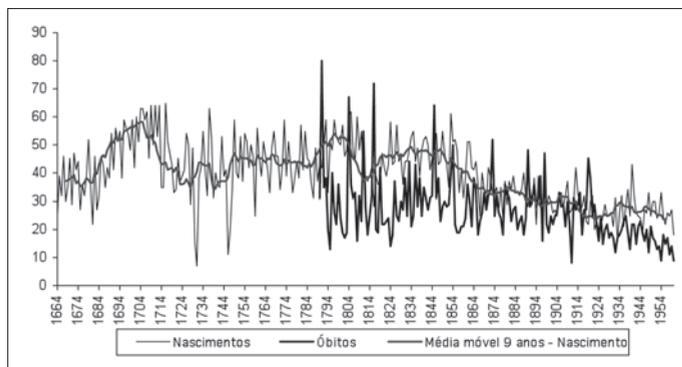


Gráfico 3.
Movimento de baptizados e óbitos Prainha (1664-1960)

No caso da Prainha, pela evolução dos baptizados, será de admitir que a população tenha atingido o seu máximo histórico não na década de 1840, como pensámos ter acontecido em toda a ilha do Pico, mas século e meio antes, nos finais do século XVII, inícios do seguinte. A primeira metade do século XVIII terá sido um período de regressão, contrastando com a segunda metade do mesmo século, na qual a um período de relativa estabilização se segue um crescimento acelerado. No início do século XIX dá-se nova regressão, seguida de crescimento e relativa estabilidade até meados de Oitocentos. A regressão seguinte acompanha a das outras comunidades estudadas na ilha.

Verificamos claramente que as razões para a queda de nascimentos no século XIX em S. Mateus não se encontram na penalização da morte. Em apenas dois momentos, 1816 e 1873, a curva de óbitos se sobrepõe claramente à dos nascimentos. Duas epidemias de varíola, em populações antes afastadas do contágio, foram responsáveis por essas graves crises de mortalidade, afectando particularmente as crianças. As razões da queda dos nascimentos antes se encontram numa emigração massiva de gente jovem, enfatizada pela alteração subsequente de comportamentos de nupcialidade e no envelhecimento da população.

Não resulta tão clara a secundarização do papel da morte na evolução da população no caso da Prainha ao longo do século XVIII. Não dispomos, como vimos, de registo sistemático de todos os falecidos desse período, mas desde 1664 temos registo de óbito dos maiores de 7 anos e podemos detectar algumas crises de mortalidade. Embora a sua dimensão real não seja conhecida, aconteceram crises nos anos de 1668, 1714, 1745-1746, 1779, 1782 e 1786 em que o número de mortes de adultos igualou ou ultrapassou o número de nascidos. O ano de 1791,

altura em que conhecemos já o número total de falecidos, foi o mais gravoso de toda a observação para a população adulta, em que morreram 79 pessoas, nascendo apenas 42. Esta crise foi classificada por Carlota Santos como uma pequena crise que atravessou a costa ocidental da ilha em 1791, não se reflectindo no mesmo ano nas paróquias do Sul do mesmo concelho²¹. No entanto, em S. João notamos, para esse ano, uma sobremortalidade de crianças e adolescentes²², o mesmo não acontecendo na freguesia contígua à Prainha, a de Santo Amaro²³.

Aliás, referindo-se ao concelho da Madalena, Carlota Santos nota que “até ao ano de 1811, nenhuma das crises detectadas na região chegou a assumir proporções dramáticas”²⁴, o que está de acordo com as observações sobre o concelho das Lajes²⁵.

As crises de 1811 e 1816 terão decorrido de epidemias de varíola a afectar predominantemente crianças e adultos jovens, mais gravosa na Prainha a segunda do que a primeira. Enquanto a crise de 1873 foi extensiva a todas as freguesias da ilha já estudadas, com efeitos mais devastadores no concelho das Lajes, particularmente na sede do concelho e nas Ribeiras, a crise de 1845 afectara particularmente a Prainha. Para o final de Oitocentos e até 1907 encontramos outros anos de saldos fisiológicos negativos, que apontam também para o envelhecimento da população sucessivamente afectada pela mobilidade de jovens.

As crises de mortalidade da primeira metade do século XVIII na Prainha poderão ter influenciado na recessão populacional do período assim como as crises da primeira metade do século seguinte, mas não é de descartar, desde cedo, nesta paróquia, a importante influência da mobilidade.

Temos possibilidade, para 1838, usando os mapas de população de comparar a estrutura da população da Prainha com a de S. Mateus.

Na Prainha, pelo perfil da pirâmide de 1838, parece-nos poder deduzir que dois grupos de gerações foram particularmente afectados pela emigração, sem esquecer que essas mesmas gerações foram sujeitas a fortes crises de mortalidade.

O primeiro grupo envolve os indivíduos do sexo masculino que em 1838 tinham entre os 55 e os 65 anos e os indivíduos do sexo feminino entre os 50 e os 55, o que remete para gerações nascidas, respectivamente, nas décadas de 1760 e 1770, e na década de 1780. Dado o casamento mais precoce das mulheres relativamente aos homens, poderá tratar-se de emigração de alguns casais, num quadro mais geral de incidência de emigração isolada masculina. Essa mobilidade terá tido

²¹ SANTOS, 2008: 131-138.

²² AMORIM, 1999: 191.

²³ AMORIM, 2005: 61

²⁴ SANTOS, 2008: 137.

²⁵ AMORIM; 1991 e 2001, entre outros.

efeito na quebra do volume de nascimentos que se verifica nas primeiras décadas do século XIX.

O outro grupo envolve as gerações, quer masculinas quer femininas, entre os 20 e os 30 anos, sobre as quais o efeito da crise de mortalidade de 1816 se terá abatido. No entanto, a desproporção entre os sexos, continua a apontar para o fenómeno da emigração que é de admitir se tenha desenrolado nos finais da década de 1820 e nessa mesma década de 1830.

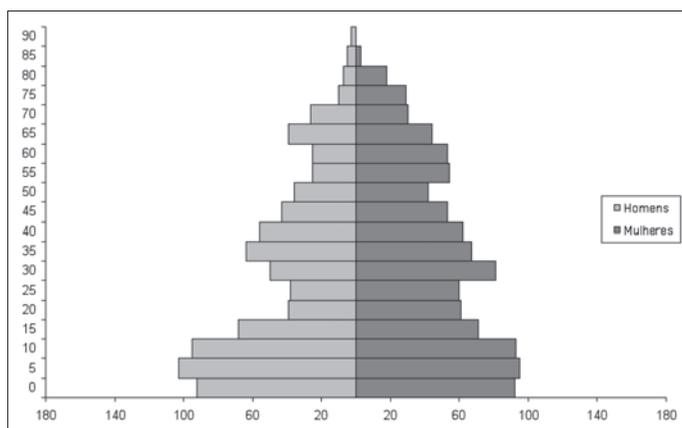


Gráfico 4.
Pirâmide de idades – 1838
Prainha

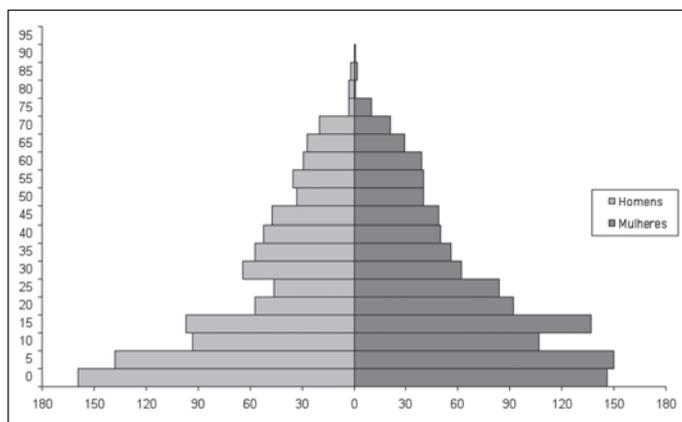


Gráfico 5.
Pirâmide de idades – 1838
S. Mateus

Não encontramos em S. Mateus a mesma configuração da pirâmide, que sugira o efeito de crises de mortalidade, evidenciando-se sim o efeito de alguma emigração diferencial a afectar o sexo masculino.

Em quadro comparativo apreciamos melhor as diferenças.

Verificamos primeiro o envelhecimento relativo da Prainha em relação a S. Mateus, tanto na base como no topo. Enquanto em S. Mateus eram apenas 6% a

percentagem de indivíduos maiores de 65 anos, na Prainha já se atingia os 12%. No caso dos menores de 15 anos, eram 38% em S. Mateus e apenas 31% na Prainha.

Note-se que Carlota Santos encontrou, para todo o concelho da Madalena, concelho em que S. Mateus se integra, para o mesmo ano, os mesmos 38 % de jovens e os mesmos 6% de velhos²⁶.

Tabela 3. Grupos Funcionais – Ano de 1838 (Comparação entre Prainha e S. Mateus)

Grupos funcionais (anos)	Homens		Mulheres		Sexos reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
	Números					
Menores de 15	290	390	280	403	570	793
15-64	444	517	604	648	1048	1165
65 e mais	90	55	124	65	214	120
total	824	962	1008	1116	1832	2078
	%					
Menores de 15	35	39	28	36	31	38
15-64	54	56	60	58	57	56
65 e mais	11	14	12	6	12	6
total	100	100	100	100	100	100

Se calcularmos depois a relação de masculinidade da Prainha e S. Mateus, primeiro para a globalidade da população e depois por grupos funcionais, continuamos a encontrar diferenças. Enquanto na primeira paróquia a relação de masculinidade da população se colocava nos 82 homens em 100 mulheres, em S. Mateus quedava-se nos 86 em 100. Os valores, para os menores, são de 104 e 97 em 100, numa e noutra paróquia; para os activos, são, respectivamente, de 74 e 80 em 100; para os idosos, são, respectivamente, de 73 e 85 em 100. Uma desproporção entre os sexos vincada na Prainha para os maiores de 15 anos, a sugerir mais uma vez a anterioridade do fenómeno emigratório nesta comunidade.

4.3. Dados sobre a Nupcialidade

É evidente a importância do fenómeno da Nupcialidade em período de fecundidade próxima da natural. Um casamento precoce entre as mulheres e um acesso ao casamento quase universal, aliados a uma mortalidade suave, poderiam

²⁶ SANTOS, 2008: 51.

condicionar um incremento da população muito para além do comportável pelos recursos disponíveis. Só práticas restritivas no campo da Nupcialidade permitiriam moderar esse crescimento.

4.3.1. Idade média ao primeiro casamento

Tabela 4. Idade média ao primeiro casamento (Comparação entre S. Mateus/S. Caetano e Prainha)

Períodos	Idade média ao primeiro casamento				Diferença de idades	
	HOMENS		MULHERES		Sexo masculino/feminino	
	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha
1720-1729	28,8	29,8	24,5	26,5	4,3	3,3
1730-1739	27,6	28,8	23,6	27,0	4,0	1,8
1740-1749	28,0	30,9	25,3	27,1	2,7	3,8
1750-1759	27,4	31,7	24,0	27,6	3,4	4,1
1760-1769	28,7	30,6	24,3	27,5	4,4	3,1
1770-1779	28,4	32,3	24,7	26,4	3,7	5,9
1780-1789	29,3	30,8	25,8	27,8	3,6	3,0
1790-1799	28,9	30,7	26,4	28,5	2,5	2,2
1800-1809	28,6	30,5	26,2	28,9	2,4	1,6
1810-1819	27,5	29,1	24,9	29,8	2,6	-0,7
1820-1829	26,7	29,5	23,9	29,0	2,9	0,5
1830-1839	27,7	31,5	24,8	28,9	2,9	2,6
1840-1849	28,4	31,6	25,3	28,2	3,1	3,4
1850-1859	30,2	29,8	27,0	28,7	3,3	1,1
1860-1869	31,0	32,8	29,2	28,9	1,8	3,9
1870-1879	30,9	32,3	29,0	30,0	1,9	2,3
1880-1889	31,0	30,9	28,3	27,5	2,7	3,4
1890-1899	29,0	29,9	26,9	27,5	2,1	2,4
1900-1909	27,9	28,3	25,0	24,9	2,9	3,4
1910-1919	30,0	28,6	24,1	23,7	5,9	4,9
1920-1929	25,9	26,4	23,7	23,5	2,3	2,9
1930-1939	27,0	26,8	24,3	23,0	2,6	3,8
1940-1949	28,0	28,9	23,4	24,8	4,6	4,1
1950-1959	27,7	27,3	23,8	24,0	3,9	3,3

Como se verifica, enquanto em S. Mateus, antes de meados do século XIX, a idade média ao primeiro casamento feminino se colocava à volta dos 25 anos, no caso da Prainha, oscilava entre os 26 e os 30 anos, numa primeira justificação para as dificuldades de crescimento do período. Interessante verificar depois, que, após 1840, as curvas quase se sobrepõem.

No sexo masculino, a dinâmica do fenómeno não é muito divergente, com idades médias menos elevadas em S. Mateus do que na Prainha e aproximação de comportamentos após 1840, embora com diferenças menos marcadas do que no sexo feminino.

A idade muito elevada ao casar num e noutro sexo terá contribuído para a maior contenção do crescimento da população da Prainha, mas o celibato definitivo não deixou de ter peso no resultado.

Gráfico 6.
Idade média ao primeiro casamento
Comparação entre S. Mateus/S. Caetano e Prainha. Mulheres

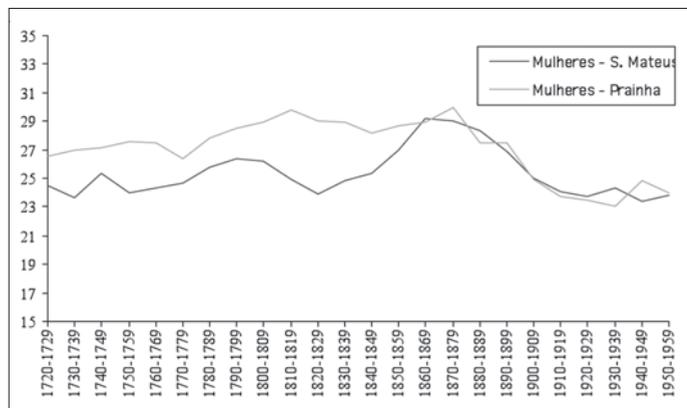
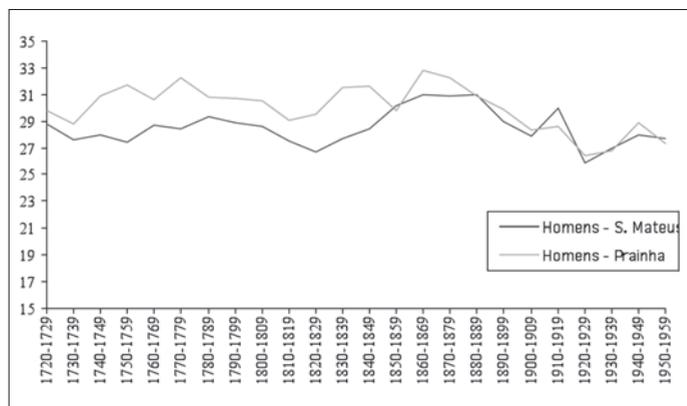


Gráfico 7.
Idade média ao primeiro casamento
Comparação entre S. Mateus/S. Caetano e Prainha. Homens



4.3.2. Celibato definitivo

O celibato definitivo, observado para os falecidos solteiros com 50 anos ou mais anos, em relação ao total de falecidos do mesmo grupo etário, evidencia uma

interessante evolução nas duas paróquias. Estranhamente, antes de 1820, a percentagem de celibato definitivo era ligeiramente mais contida na Prainha do que em S. Mateus, afirmando-se depois mais na Prainha, com percentagens a aproximar-se dos 30% na segunda metade do século XIX e 35% na primeira metade do seguinte.

Tabela 5. Celibato definitivo. %

	Homens		Mulheres	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
1780-1819	5	6	11	13
1820-1859	14	9	26	15
1860-1899	15	11	31	20
1900-1939	18	13	36	35

4.3.3. Dados sobre a Fecundidade dentro do casamento

Começando pela fecundidade dentro do casamento, analisámos as famílias com data de casamento anterior a 1930, dada a dificuldade em acompanhar na Prainha percursos de vida depois dos finais da década de 1950.

Na análise comparada das taxas de fecundidade legítima, ou seja o número médio de filhos nascidos em cada ano em 1000 mulheres, foram consideradas apenas as famílias estáveis, das quais sabemos a data de casamento, a data de nascimento da mulher e a data de fim da união, contada esta ao óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tabela 6. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher. 1000 mulheres

Períodos	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Obs	D.T*.a)	D.E.b)	D.E.c)
Prainha											
Antes de 1800	331	344	318	299	261	152	25	602	8,7	3,09	3,56
1800-1899	290	406	364	334	270	149	17	668	9,2	3,13	3,75
1900-1929	323	292	287	269	224	89	3	103	7,4	3,13	3,82
S. Mateus											
Antes de 1800	289	364	354	333	290	174	29	948	9,2	4,99	5,47
1800-1899	354	404	374	335	293	174	24	1289	9,8	4,92	5,52
1900-1929	452	393	341	284	195	88	12	291	8,8	4,63	5,31

a) Número de filhos que teriam os casais, nas condições encontradas de fecundidade, se a convivência conjugal se prolongasse dos 15 aos 49 anos.

b) Número de filhos em todas as famílias, incluindo as infecundas

c) Número de filhos nas famílias fecundas

Pela observação da tabela comparativa, verificamos que numa e noutra paróquia a limitação voluntária de nascimentos é já explícita nas primeiras décadas do século XX. Para períodos em que a contraceção terá sido incipiente, a fecundabilidade foi mais elevada no século XIX do que havia sido no século anterior.

As diferenças nas duas paróquias no que respeita à descendência teórica, embora favorecendo S. Mateus antes de 1900, coloca-se entre 0,5 e 0,6 filhos, só se vincando nas primeiras décadas do século XX com 1,4 filhos. No entanto, se repararmos na média de filhos que cada casal teve efectivamente, o efeito da mais elevada idade média ao primeiro casamento feminino na Prainha é muito notório, com diferenças que partem de 1,9 filhos no primeiro período, para terminar em 1,5 no último.

Os gráficos comparativos sobre taxas de fecundidade explicitam esses resultados.

Gráfico 8.
Taxas de fecundidade
legítima
(3 períodos)
Prainha

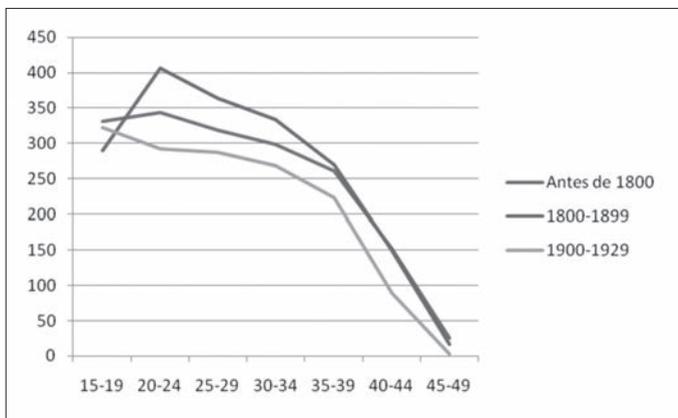
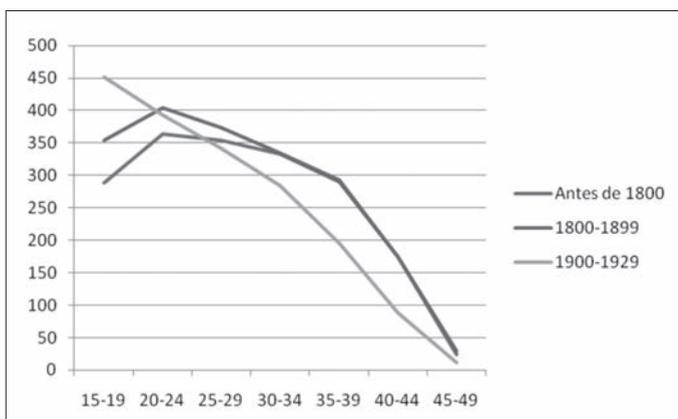


Gráfico 9.
Taxas de fecundidade
legítima
(3 períodos)
S. Mateus



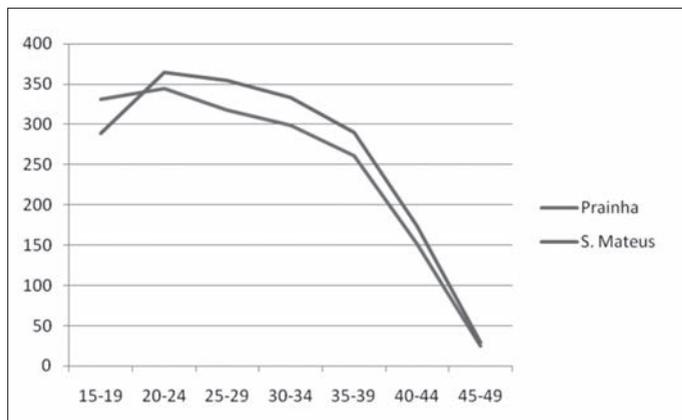


Gráfico 10.
Taxas de fecundidade legítima comparadas Antes de 1800

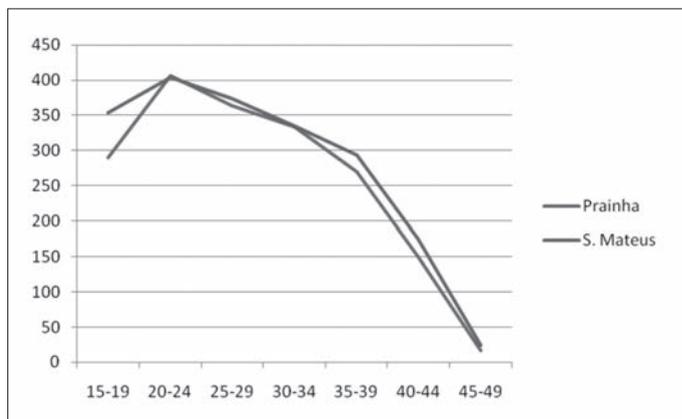


Gráfico 11.
Taxas de fecundidade legítima comparadas 1800-1899

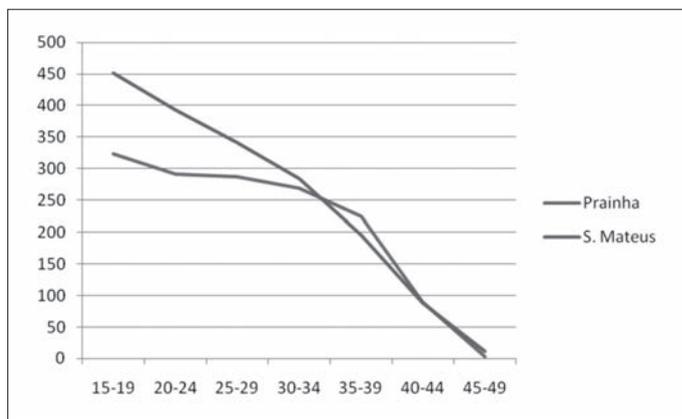


Gráfico 12.
Taxas de fecundidade legítima comparadas 1900-1929

Os resultados da Prainha no que respeita à idade média ao nascimento do último filho em famílias completas²⁷, 41 anos para o século XVIII, 40,4 anos para o século XIX e 36,4 anos para os primeiros trinta anos do século XX, não se diferenciam claramente dos resultados encontrados para S. Mateus²⁸.

Parece poder deduzir-se que, apesar da capacidade reprodutiva na Prainha não ser muito distinta da das outras freguesias do Pico, como se deduz pelas taxas de fecundidade legítima e idade da mãe ao nascimento do último filho, a contenção em termos de idade ao casamento e celibato femininos, ao longo dos séculos XVIII e XIX, constituíram um freio eficaz ao crescimento da população.

4.3.4. Dados sobre a Fecundidade fora do casamento

Os níveis das concepções pré-nupciais constituem um interessante indicador de práticas sociais com reflexo na descendência.

Quando calculamos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher, a fim de avaliar rigorosamente a capacidade reprodutiva em convivência conjugal, não consideramos os casais em que o primeiro filho nasceu menos de 8 meses após o casamento, teoricamente concepções pré-nupciais.

Tabela 7. Concepções pré-nupciais e fecundidade fora do casamento (Comparação entre Prainha e Santo Amaro)

Períodos	% de intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses		Filiação ilegítima + expostos % em relação ao total de nascidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
1664-1769	12,4	11,0	4,2	3,6
1770-1799	17,2	10,9	6,4	5,4
1800-1829	16,6	7,1	12,6	11,3
1830-1859	13,5	7,3	12,6	13,6
1860-1889	12,4	7,8	7,5	12,0
1890-1919	12,0	5,3	5,8	3,3
1920-1949	14,3	5,9	2,4	1,7

Sem grandes oscilações, as concepções pré-nupciais foram claramente mais frequentes na Prainha do que em S. Mateus, o que parece apontar para práticas sociais diferenciadas. É de admitir que a mulher da Prainha tenha sido mais protegida familiarmente, obrigando a nascimentos dentro do casamento que em S. Mateus poderiam resultar em nascimentos fora do mesmo.

²⁷ Famílias em que a mulher atingiu a menopausa em convivência conjugal, na circunstância famílias em que a mulher atingiu 48 ou mais anos.

²⁸ AMORIM, 1992: 132-133

No que respeita à percentagem de filhos ilegítimos e enjeitados (que supomos, na sua maioria, ilegítimos), o século XIX diferencia-se claramente dos períodos enquadrantes, com percentagens acima dos 10%, numa ou noutra paróquia, a apontar para o efeito de uma emigração diferencial e elevação de idade ao casamento feminino.

5. DADOS SOBRE A MOBILIDADE

Só se dispendo de registo sistemático de mortalidade infantil para a Prainha a partir da última década do século XVIII, não temos possibilidade de contabilizar os saídos da observação em período anterior. Depois, entre 1790 e 1870, estabelecemos a relação entre nascidos e saídos definitivamente da paróquia, comparativamente à situação encontrada para S. Mateus.

Tabela 8. Mobilidade. Volume de saídas (Gerações nascidas entre 1790 e 1870)

Períodos	Efectivos iniciais		Saídas definitivas			
	Prainha	S. Mateus	número		%	
			Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
Sexos reunidos						
1790-1809	1013	1684	301	511	29,7	30,3
1810-1829	850	2151	296	757	34,8	35,2
1830-1849	945	2291	370	895	39,2	39,1
1850-1870	873	1522	348	635	39,9	41,7
Sexo masculino						
1790-1809	524	912	187	299	35,7	32,8
1810-1829	448	1083	192	436	42,9	40,3
1830-1849	484	1135	232	510	47,9	44,9
1850-1870	420	747	187	343	44,5	45,9
Sexo feminino						
1790-1809	489	772	114	212	23,3	27,5
1810-1829	402	1068	104	321	25,9	30,1
1830-1849	461	1156	138	385	29,9	33,3
1850-1870	453	775	161	292	35,5	37,7

Os valores para as saídas definitivas na Prainha, para as gerações nascidas depois de 1790, apresentam-se globalmente mais modestos do que os de S. Mateus. No entanto, se considerarmos a distribuição por sexos verificamos que, à excepção do último período, foram os homens da Prainha que mais saíram, o que pode sugerir

à partida uma maior estabilidade familiar nesta paróquia, já intuída pelo maior volume de concepções pré-nupciais.

Em qualquer situação, se considerarmos, que 45% e 43% das gerações masculinas nascidas, respectivamente, na Prainha e em S. Mateus, entre 1810 e 1870 não faleceram na sua terra, e que 31% e 33% das gerações femininas nas duas paróquias também faleceram fora, sem haver contrapartidas nas entradas, apesar de todas as restrições no campo de nupcialidade, olhamos com maior curiosidade para o fenómeno da mortalidade.

6. DADOS SOBRE A MORTALIDADE

Não havendo registo sistemático de mortalidade infantil anterior a 1790 na Prainha, apenas podemos observar a esperança de vida à nascença de gerações nascidas depois daquela data. Assim, embora para S. Mateus possamos dispor de dados para o meio século anterior²⁹, iremos cingir-nos à comparação do comportamento das gerações nascidas entre 1790 e 1829 e depois entre 1830 e 1869.

Tabela 9. Esperança de vida à nascença. Gerações nascidas de 1790 a 1829

Idades	Homens.		Mulheres.		Sexos Reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
0	55,9	51,5	58,4	53,8	57,2	52,6
1	61,6	60,1	63,6	60,3	62,6	60,2
5	61,4	62,2	64,0	62,2	62,7	62,2
10	58,5	58,7	60,2	58,8	59,3	58,8
15	54,8	54,5	56,0	54,5	55,4	54,7
20	50,8	50,9	51,5	50,8	51,2	50,8
25	46,5	46,5	47,0	46,4	46,8	46,5
30	42,4	42,3	42,5	42,5	42,5	42,4
35	37,8	38,1	38,4	38,4	38,2	38,3
40	33,3	33,9	34,3	34,2	33,8	34,1
45	28,8	29,7	30,3	30,3	29,7	30,1
50	24,8	25,8	26,2	26,2	25,6	26,0
55	20,9	22,0	22,3	22,3	21,7	22,1
60	17,0	18,1	18,6	18,5	17,9	18,3
65	13,8	14,3	15,2	15,2	14,6	14,8
70	10,6	10,9	11,8	12,0	11,3	11,5
75	7,8	8,5	9,0	8,9	8,5	8,7
80	5,6	5,9	6,4	6,4	6,1	6,2
85	4,6	4,3	4,7	4,5	4,7	4,4

²⁹ AMORIM, 1992: 220-250

Tabela 10. Esperança de vida à nascença. Gerações nascidas de 1830 a 1869

Idades	Homens.		Mulheres.		Sexos Reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
0	58,3	51,4	58,2	54,9	58,3	53,4
1	64,1	60,2	63,5	61,9	63,8	61,3
5	62,9	61,7	63,5	62,9	63,3	62,5
10	59,1	57,7	59,9	59,7	59,5	58,9
15	55,1	53,6	55,3	55,6	55,5	54,9
20	50,3	49,0	50,9	51,4	50,7	50,5
25	46,0	44,9	46,7	47,2	46,4	46,3
30	42,3	40,9	42,6	43,1	42,5	42,2
35	38,7	37,0	39,1	39,5	39,0	38,5
40	34,4	32,9	34,5	35,7	34,5	34,6
45	30,1	29,1	30,6	31,8	30,4	30,7
50	25,5	24,9	26,9	27,4	26,3	26,4
55	21,3	20,8	23,1	23,5	22,3	22,5
60	17,2	16,9	19,2	19,4	18,3	18,4
65	13,3	13,4	15,4	15,2	14,5	14,5
70	10,3	10,0	12,1	11,6	11,3	11,0
75	8,0	7,4	9,2	8,7	8,7	8,2
80	6,1	5,0	6,4	6,2	6,3	5,8
85	4,0	3,9	4,9	4,3	4,6	4,2

Uma primeira constatação é a altíssima esperança de vida em todas as idades, num e noutro sexo, numa e noutra paróquia, num e noutro período, situação que vimos a verificar para esta ilha desde 1992 e que foi objecto de trabalho específico já publicado³⁰. A segunda constatação é que a esperança de vida à nascença foi bem mais favorável na Prainha do que em S. Mateus, para adquirir valores semelhantes numa e noutra paróquia quando se atinge os 20 anos de idade.

Depois verificamos que os padrões de comportamento, quando comparamos os sexos, são muito semelhantes nas duas paróquias, se considerarmos o primeiro grupo de gerações, com vantagem nítida para o sexo feminino. No segundo período, o padrão matem-se em S. Mateus, mas favorece os homens na Prainha.

³⁰ AMORIM, 2004: 53-84.

O resultado mais favorável na Prainha no que respeita à esperança de vida à nascença resulta de uma mortalidade infanto-juvenil muito suave, como se poderá ver na tabela comparativa.

Valores à volta de 100 óbitos no primeiro ano de vida por mil nascidos encontram-se na Prainha desde os finais do século XVIII, enquanto em S. Mateus os valores de aproximam dos 150 por mil, valores num e noutra caso extraordinariamente baixos³¹, mas com marcada diferença relativa.

Nessas gerações, aos 15 anos, de mil nascidos, sobreviviam na Prainha 785 indivíduos de ambos os sexos, enquanto em S. Mateus contamos 716.

Tabela 11. Mortalidade infanto-juvenil. Quocientes de mortalidade acumulados (Gerações nascidas entre 1790 e 1829)

Idades	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
0	106	158	97	124	102	142
1	128	201	123	168	125	185
2	148	230	143	192	144	211
5	184	259	169	224	177	242
10	209	287	191	247	198	268
15	230	305	205	261	215	284

Para o segundo grupo de gerações, não parece ter havido uma melhoria significativa numa e noutra paróquia no que respeita à mortalidade infantil. Nos grupos de idades seguintes a melhoria parece ter afectado mais a Prainha do que S. Mateus, com 810 sobreviventes em 1000 aos 15 anos, contra 733 em S. Mateus.

Tabela 12. Mortalidade infanto-juvenil. Quocientes de mortalidade acumulados (Gerações nascidas entre 1830 e 1869)

Idades	Sexo masculino		Sexo feminino		Sexos reunidos	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
0	105	161	98	129	101	145
1	122	198	135	168	129	183
2	128	223	147	185	137	204
5	153	251	166	216	160	233
10	170	271	183	240	177	256
15	186	284	184	252	190	267

³¹ LIVI-BACCI, 1987: 119.

Numa outra observação, o cálculo da longevidade dos indivíduos observados a partir da identificação de todos os residentes em 1883, pode dar-nos mais um motivo de reflexão.

Na nossa observação, considerámos todos os nascidos antes do dia 1 de Janeiro de 1850 e que faleceram em cada uma das freguesias após 1 de Janeiro de 1883, gerações nascidas, grosso modo, na primeira metade do século XIX. Não se trata de acompanhar os percursos de vida dos nascidos nesse período, mas tão só acompanhar aqueles que sobreviviam nas comunidades naquela data.

Procedemos depois a uma distribuição da idade à morte em grupos quinquenais, por sexos, iniciando com o grupo dos 33 aos 39 anos.

Tabela 13. Distribuição da idade à morte. Nascidos antes de 1850 e residentes em 1883

Grupos de idades	Sexo masculino				Sexo feminino			
	Nº		%		Nº		%	
	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus	Prainha	S. Mateus
33-39	1	1	0,0	0,0	0	1	0,0	0,0
40-44	1	2	0,0	1,0	4	4	1,0	1,0
45-49	2	4	1,0	2,0	11	1	3,0	0,0
50-54	6	4	2,0	2,0	2	8	1,0	2,0
55-59	9	7	3,0	2,0	12	8	3,0	2,0
60-64	18	15	6,0	5,0	14	13	3,0	3,0
65-69	26	14	9,0	5,0	27	36	7,0	9,0
70-74	41	43	14,0	15,0	57	50	14,0	13,0
75-79	63	49	21,0	17,0	60	62	15,0	16,0
80-84	60	59	20,0	21,0	84	101	21,0	26,0
85-89	52	56	17,0	20,0	74	72	19,0	18,0
90-94	15	23	5,0	8,0	43	25	11,0	6,0
95-99	7	5	2,0	2,0	13	10	3,0	3,0
100 e mais	0	0	0,0	0,0	1	1	0,0	0,0
TOTAIS	301	282	100,0	100,0	402	392	100,0	99,0

Verificamos que 65% dos homens residentes em 1883 na Prainha que tinham nascido antes de 1850 morreram depois dos 75 anos, elevando-se para 68% em S. Mateus. A percentagem das mulheres que morreram depois dos 75 anos foi de 69% nas duas paróquias. A falecer com mais de 90 anos encontramos na Prainha 7% dos homens e 14% das mulheres e em S. Mateus, 10% de homens e 9% de mulheres.

Para os homens, o grupo de idades com maior número de ocorrências na Prainha foi o dos 75 aos 79 anos, mas com ligeira diferença em relação ao grupo

de idades seguinte, grupo que em S. Mateus obtém a maior frequência. Para as mulheres o grupo de maior incidência de mortalidade foi o dos 80 aos 84 anos, numa e noutra paróquia.

Vamos, paróquia a paróquia, confirmando que o Pico, entre os séculos XVIII e XX, foi *a ilha açoriana mais poupada pela morte*³².

Nesse trabalho, para S. Mateus, explicámos o tardio surgimento de crises de mortalidade infantil e a quase ausência de crises entre os adultos pelo isolamento da ilha, exterior às dominantes rotas marítimas, mas também pelo próprio enclausuramento das comunidades, com contactos esporádicos entre si, o que evitaria os contágios. O clima favorável, os hábitos alimentares e outros hábitos culturais e ainda, eventualmente, heranças genéticas, seriam outras explicações para a suavidade da morte.

REFLEXÃO FINAL

O que mais nos impressiona nas análises sobre comportamentos demográficos na ilha do Pico, é a precocidade das soluções de protecção da vida. Resultados sobre mortalidade infanto-juvenil e longevidade, que só são expectáveis na Europa do século XX, encontramos-os claramente no Pico em períodos muito anteriores.

Num ambiente de Natureza afável, o estudo sobre a Prainha veio mostrar-nos mais claramente que essa cultura de protecção aos mais frágeis, as crianças e os velhos, se extensiva a grande parte da população, surte natural efeito seja no século XVIII ou o século XX.

As dificuldades depois de adequar os recursos à suavidade da morte implicam, necessariamente, estratégias muito restritivas no campo da nupcialidade e, principalmente, implicam a saída, sem retorno, de uma parte muito substantiva de população jovem.

Assim, ao escavar e sedimentar alicerces de conhecimento, no sentido de *contribuir para preservar memórias e o enraizamento, como factores de recreação cultural e equilíbrio emocional*³³, vou ficando afectada pelo fascínio de um estudo de comunidade, pelo estudo da adaptação humana ao espaço que a Natureza lhe oferece, pela complexidade e riqueza das soluções que encontra para sobreviver e se valorizar. O grande desafio para mim é o estudo de populações da ilha de S. Miguel, que Gilberta Rocha³⁴ achou, demograficamente, para o século XX, a mais díspare do Pico.

³² AMORIM, 2004: 53-84.

³³ AMORIM, 2004b: 11

³⁴ ROCHA, 1991.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta 2009, *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol.I – As Famílias. Tomo V* – “As famílias das Lajes (2ª parte) nos finais do século XIX” Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta M. N, 1999, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Guimarães, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS.
- AMORIM, Maria Norberta, 1991, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses*, “Boletín de la Asociación de Demografía Histórica”, IX, 1:7-25.
- AMORIM, Maria Norberta, 1992, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Universidade do Minho, I.C.S..
- AMORIM., Maria Norberta 2006, *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol.I – As Famílias. Tomo III* – “As famílias de S. Caetano entre os séculos XIX e XX”, Município da Madalena do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2004b, *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol.I – As Famílias. Tomo I* – “As famílias de S. João nos finais do século XIX”, Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2005, *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol.I – As Famílias. Tomo II* – “As famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX”, Município de S. Roque do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2007, *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol.I – As Famílias. Tomo IV* – “As famílias das Lajes (1ª parte) nos finais do século XIX”, Município das Lajes do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2008, *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol.I – As Famílias. Tomo VII* – “As famílias de S. Mateus nos finais do século XIX”, Município da Madalena do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2009, *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol.I – As Famílias. Tomo VI* – *As famílias da Prainha nos finais do século XIX*, Município de S. Roque do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta 2011, *O Pico. A abordagem de uma ilha. Vol.I – As Famílias. Tomo X* – “As famílias da Candelária nos finais do século XIX”, Município da Madalena do Pico/NEPS.
- AMORIM; Maria Norberta M. N., 2004a, *O Pico (séculos XVIII a XX). A ilha açoriana mais poupada pela morte*, “Boletín de la Asociación de Demografía Histórica”, XXII, II:53-84.
- AMORIM; Maria Norberta, 2001, *Ribeiras do Pico (finais do século XVII a finais do XX). Microanálise da evolução demográfica*, Guimarães, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS.
- FARIA, Fernanda, e HENRIQUES, Pedro, 2004, *Sistemas Informáticos para a análise de dados demográficos*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS.
- LIVI-BACCI, Massimo, 1987, *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europa*, Barcelona, Ariel.
- MATOS, Paulo Lopes, 2007, *O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de S. Jorge (Açores): 1800-1910*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais, 1998, *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, Açores, Direcção Regional da Cultura.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais, 2004, *As gentes de Angra do Heroísmo no século XVII*, dissertação de doutoramento, policopiada.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, 1991, *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX. Unidade, Permanência, Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- SANTOS, Carlota, 2008, *Biodemografia do concelho da Madalena. Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*, Município da Madalena do Pico.

A POPULAÇÃO DOS AÇORES EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

INTRODUÇÃO

Nos Açores, em meados do século XVIII, na avaliação do número dos homens, a coexistência de indícios de abundância e de sinais de escassez dificulta os preceitos do rigor. Este fenómeno decorre muito do equilíbrio extremamente precário das sociedades de Antigo Regime, que demanda a contínua harmonização do contingente humano com as disponibilidades alimentares, sob pena da irrupção de graves perturbações. De facto, em períodos de fartura, a garantia do provimento quotidiano dissipa o sentido da pressão demográfica. Porém, na ocorrência de crises cerealíferas, ressalta a síndrome da multiplicação dos povos, que deriva naturalmente da falta de subsistências. Nestas circunstâncias, impõe-se a criteriosa análise das fontes que, entretanto, escasseiam até à instituição da Capitania Geral dos Açores em 1766. Na verdade, se exceptuarmos o tratamento dos registos paroquiais, que não cabe no âmbito deste estudo, rareiam os mapas de população, com informações minuciosas sobre todas as ilhas. Não obstante, diversas questões demandam já uma resposta mais adequada, mormente a evolução dos ritmos de crescimento, a distribuição dos povos no arquipélago, sobretudo o cotejo da tradicional preponderância da Terceira e do grupo central com o acréscimo de S. Miguel, que até motiva a superação de Angra por Ponta Delgada. Além disso, a correlação destes factores com a problemática migratória, sobretudo com a participação açoriana na ocupação do Brasil meridional, no tempo da negociação e da assinatura do Tratado dos Limites.

Na elaboração deste estudo, privilegámos uma vez mais a análise das fontes manuscritas, depositadas nos ricos acervos documentais dos arquivos dos Açores e do Continente, particularmente nos de Lisboa. No propósito de quantificação dos povos, o processo de alistamento de voluntários para a ilha de Santa Catarina em 1747 move a organização de um mapa da população do arquipélago, que peca

pela demasiada condensação da informação e decerto pela falta das crianças com menos de 7 anos. No entanto, o reconhecimento da evolução demográfica impõe o estabelecimento de comparações. Por isso, em alusão ao passado, recorreremos aos dados de 1695, constantes das *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores* de Frei Agostinho de Monte Alverne, já sistematizados por Maria Olímpia da Rocha Gil, que entretanto excluem o cômputo dos menores. Ademais, em relação ao futuro, recorreremos à averiguação das listas preparadas pelo Governo Geral, cuja minúcia e regularidade facultam o meticoloso estudo das gentes no último quartel de setecentos. Neste caso, a concentração das referências já fora do âmbito cronológico deste estudo determina a selecção de apenas dois mapas de habitantes: o de 1776, que primeiro evidencia provas de maior rigor, e o de 1795, elaborado precisamente um século depois da publicação das notícias do franciscano micaelense.



Figura 1.
Arquipélago dos Açores

1. AS IMPRESSÕES

1.1. O excesso

Na Europa Ocidental, o crescimento demográfico caracteriza a era de setecentos e determina, porventura, a conflituosidade social e a transformação económica do dealbar do século XIX. Aliás, a persistente emigração para a América e a efectiva ocupação de terrenos incultos nas regiões do Leste testemunham a continuada multiplicação das gentes. Na génese do surto populacional, os historiadores apontam, por exemplo, o acréscimo das produções agrícola e industrial, a bonomia climática e até a diminuição das guerras e os progressos da medicina¹. Em Portugal, reconhe-

¹ DENIS e BLAYAU, 1970: 28-29; RÉMOND, 1974: 42-45; CIPOLLA, 1984: 76; MARQUES, 1978: 515.

cegos também a constância do ímpeto demográfico, que recrudescer principalmente no último quartel da centúria de setecentos, equiparando os padrões europeus². Nos Açores, entre os séculos XV e XVII, assinalamos um aumento demográfico constante, que beneficia dos esforços desenvolvimentistas dos poderes senhorial, concelhio e régio, firmados nas excelentes perspectivas de exploração económica e utilidade estratégica³. Durante o período setecentista, ainda acresce ligeiramente o antecedente ritmo populacional, sobretudo na 1ª metade da centúria, embora a comunidade açoriana manifeste taxas de crescimento semelhantes às das demais sociedades do Antigo Regime. Este fenómeno, aliado às oscilações económicas que abalam o arquipélago no ocaso de seiscentos, generaliza a noção de excedente demográfico, particularmente marcante na época que precede o surto migratório para terras do Brasil meridional, que decorre a partir de 1747⁴.

Nas ilhas, os poderes públicos invocam com frequência o surto demográfico, reclamando o competente zelo da coroa. Ainda na década de 1760, por exemplo, a câmara da Ribeira Grande comprova que o efectivo populacional do burgo equivale ao das mais povoadas vilas do Reino⁵. Do mesmo modo, por imperativos demográficos, o capitão-mor de Angra, Manuel Homem da Costa Noronha, demanda a elevação de muitos lugares à dignidade de vila e o município da Calheta procede à nomeação de oficiais pedâneos para novas circunscrições⁶. Na administração municipal, a permanente reivindicação de acréscimo dos partidos médicos também decorre do constante aumento de pacientes, desprovidos de elementares recursos económicos⁷. Na jurisdição religiosa, o eventual crescimento populacional integra

² FERRO, 1995: 31-36; GODINHO, 1955: 302.

³ MAURO, 1983: 585; GIL, 1979: 319.

⁴ AHU, *Açores*, caixa 7, nº 25, informação sobre a população e emigração insulares, s/l, 1770. Veja-se também: MENESES, 1998: 51-53; MENESES, 2011: 367-375 (o presente trabalho corresponde a um acréscimo substancial deste primeiro artigo, já publicado e republicado, mas apenas cingido à averiguação das impressões contraditórias de escassez e excesso de população); CUNHA, 1983: 408; ROCHA e RODRIGUES, 1987: 295.

⁵ AMRG, *Vereações (1767-71)*, fls. 118-118v, acórdão de 22 de Novembro de 1769. IAN/TT, *Desembargo do Paço, Ilhas*, maço 29, nº 19, informação sobre o requerimento da câmara da Ribeira Grande, que demanda o lançamento de imposto sobre a comercialização de aguardente, Lisboa, 1760; *Desembargo do Paço, Estremadura e Ilhas*, m. 1987, nº 26, ordem régia para o corregedor de S. Miguel se pronunciar sobre a pretensão ribeira-grandense de lançar imposição no comércio da aguardente, Lisboa, 21 de Abril de 1769.

⁶ BPARAH, *Câmara da Calheta, Vereações (1752-56)*, fls. 63-63v, acórdão de 5 de Abril de 1755. IAN/TT, *Papeis do Ministério do Reino*, m. 611, s/nº, extracto dos postos Militares que ha na ilha de S. Miguel e mais circunstancias da sua nobreza, 1766, Arquivo dos Açores, 1983, XII. Ponta Delgada: Universidade dos Açores: 96.

⁷ BPARPD, *Câmara de Ponta Delgada*, Livro de Registo (1719-95), fls. 365-365v, provisão de acréscimo do partido do médico da câmara de Ponta Delgada, Lisboa, 28 de Janeiro de 1764. BPARAH, *Câmara de Angra*, Livro de Tombo (1737-91), fls. 337-337v, provisão do partido do médico Luís Barcelos Machado, Lisboa, 14 de Dezembro de 1767. IAN/TT, *Desembargo do Paço, Ilhas*, m. 28, nº 25, ordem régia para o juiz

as justificações mais ponderosas, que fundamentam a ampliação dos templos, a elevação das cóngruas e o surgimento de muitos curatos, principalmente na ilha de S. Miguel⁸.

Na era de setecentos, o pretense excedente populacional integra também a lista das mais ponderáveis razões, que justificam distintas adversidades de semblante económico e social, concretamente a eclosão de frequentes crises cerealíferas e o permanente surto migratório. Na verdade, ainda no ano de 1773, a câmara de Ponta Delgada atribui a difusão da pobreza às imensas famílias, cuja excessiva multiplicação retira à natureza a capacidade de sustento dos homens⁹. Nas ilhas do grupo central, como é óbvio, estes clamores adquirem maior relevância, por via da menor fertilidade agrícola¹⁰. Em referência à problemática da emigração, na primeira metade do século XVIII, a eventual pressão demográfica fundamenta diversas sugestões de embarque de açorianos para o Brasil. Relembre-se, por exemplo, a proposta de António Cordeiro, claramente expressa na *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Ocidental*, e o parecer do Conselho Ultramarino que, por consulta de 8 de Agosto de 1746, propõe a subsequente partida

de fora de Ponta Delgada informar sobre o aumento do partido do médico camarário, Lisboa, 21 de Abril de 1762; *Desembargo do Paço, Estremadura e Ilhas*, m. 999, n.º 63, ordem régia para o corregedor averiguar as pretensões do cirurgião da Ribeira Grande Manuel Tavares Sampaio, Lisboa, 18 de Fevereiro de 1769.

⁸ AAPD, *Livro de Registo (1656-1801)*, fls. 269v-270v, alvará de acrescentamento de cóngrua da igreja da Candelária (S. Miguel), Lisboa, 29 de Junho de 1749; fls. 275v-276v, alvará de criação do curato de N^a S^a dos Remédios da Bretanha, Lisboa, 28 de Janeiro de 1750; fls. 279-279v, criação do curato da Ribeira Quente, Lisboa, 11 de Junho de 1750. APSA, *Visitas Pastorais (1674-1772)*, fls. 56-58, auto de visita de frei Valério do Sacramento à paróquia de Santo António, Capelas, 23 de Novembro de 1742. IAN/TT, *Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo*, Livro 244, fls. 203v-204, alvará de criação do curato de S. Vicente (S. Miguel), Lisboa, 23 de Fevereiro de 1745; Livro 264, fls. 181-181v, alvará de criação do curato de S. Lázaro, sufragâneo de S. Pedro de Vila Franca, Lisboa, 25 de Outubro de 1752; Livro 270, fls. 167v-168v, alvará de criação do curato de Sant'Ana de Ponta Delgada, Lisboa, 26 de Outubro de 1753; Livro 274, fls. 407-408, alvará de criação do curato de S. José da Salga (S. Miguel), Lisboa, 20 de Julho de 1755; *Desembargo do Paço, Estremadura e Ilhas*, m. 1987, n.º 2, ordem régia para o corregedor se pronunciar sobre o concerto da igreja de S. Roque (S. Miguel), Lisboa, 22 de Agosto de 1768; *Ministério do Reino*, m. 295, s/n.º, consulta da Mesa de Consciência e Ordens sobre o acréscimo da cóngrua do vigário de S. Mateus (Terceira), Lisboa, 31 de Agosto de 1758. BPARAH, *Visitas Pastorais da Praia – Terceira (1659-1757)*, fls. 176v-177v, auto de visita episcopal à matriz da Praia, Agualva, 16 de Agosto de 1746; *Almoxarifado do Pico*, m. 5 (1764-66), s/n.º, consulta ao provedor da fazenda sobre o concerto da igreja das Bandeiras, Lisboa, 16 de Outubro de 1766; *Capitania Geral*, Livro de registo geral da provedoria da fazenda de Angra (1700-74), fls. 253-253v, alvará de acrescentamento da cóngrua do vigário de S. Pedro de Angra, Lisboa, 4 de Maio de 1745. BPARPD, *Câmara de Ponta Delgada, Vereações (1760-85)*, fl. 119, acórdão de 29 de Outubro de 1768.

⁹ IAN/TT, *Ministério do Reino*, m. 613, n.º 42-a), representação da câmara de Ponta Delgada ao rei, Ponta Delgada, 23 de Janeiro de 1773.

¹⁰ BPARAH, *Capitania Geral*, Livro de registo de portarias e ordens do governo geral dos Açores (1766-73), fls. 25-26, carta do capitão general à câmara da Horta, Angra, 29 de Setembro de 1767. AHU, *Açores*, cx. 7, n.º 5, carta da câmara da Horta ao rei, Horta, 13 de Fevereiro de 1770.

de milhares de insulanos para Santa Catarina¹¹. Porém, mesmo após a marcante corrente migratória do termo do decénio de 1740, persistem indícios de excesso populacional, que demandam novas saídas. Na ilha de S. Miguel, que não contribui decisivamente para o êxodo do Brasil meridional, as autoridades militares, na década de 1760, recrutam contingentes de soldados para amparo das praças brasileiras, sempre firmadas na abundância de gente e na difusão da ociosidade, que o predomínio de voluntários naturalmente confirma¹². Contudo, nas demais ilhas, que muito concorrem para a ocupação de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, também individualizamos novas solicitações de emigração, porque ainda se considera assaz elevado o cômputo demográfico. Assim, em Fevereiro de 1770, os faialenses notificam o Conselho Ultramarino de que, não obstante o persistente êxodo das populações, a ilha não possui qualquer falta de gente, pois ainda lhe sobram muitíssimos habitantes, que por todos os meios intentam a transferência para o Ultramar, apesar das interdições régias¹³.

O acrescentamento da população resulta, por vezes, de fenómenos meramente ocasionais, que derivam, por exemplo, da inserção do arquipélago nas dinâmicas políticas e militares portuguesas e ultramarinas. Assim, na década de sessenta do século XVIII, ressalta a fixação nos Açores, concretamente na cidade de Angra, do 2º Regimento do Porto, comandado pelo tenente-coronel António Freire de Andrade. Este contingente de militares, destacado para defesa das ilhas e para organização de um regimento de insulanos, altera o quotidiano angrense. Na verdade, o aumento abrupto da população exige a arrecadação célere de meios suplementares de subsistência e provoca tensões sociais inevitáveis, decorrentes

¹¹ AHMF, cx. 407, s/nº, consulta do Conselho Ultramarino sobre requerimento açoriano de emigração para o Brasil, Lisboa, 8 de Agosto de 1746. Consulte-se igualmente: CORDEIRO, 1981: 523.

¹² Na verdade, logo em Maio de 1753, o sargento-mor Francisco Pereira de Barros atesta que a ilha de S. Miguel é a "...mais povoada de todas as dos Açores, foram muito poucos casais, e está tão cheia de gente inútil, e mal procedida, que por serviço de Deus, e sossego da Republica se podem dela extrair de pessoas graves, que não tem casa, nem rendas..." (AHU, *Açores*, cx. 3, nº 58, carta do sargento-mor de S. Miguel a secretário de estado, Ponta Delgada, 22 de Maio de 1753).

Acerca do problemático excesso populacional micaelense, veja-se também: AHU, *Açores*, cx. 5, nº 49, carta do sargento-mor António Borges Bettencourt a secretário de estado, Ponta Delgada, 5 de Agosto de 1766; cx. 6, nº 8, ordem do secretário de estado Francisco Xavier Furtado ao sargento-mor António Borges Bettencourt, Lisboa, 11 de Dezembro de 1765; nº 8; portaria do capitão general sobre envio de militares para o Brasil, Ponta Delgada, 10 de Junho de 1767; nº 8, carta de D. Antão de Almada a Francisco Xavier Furtado, Ponta Delgada, 25 de Agosto de 1767. BPARAH, *Capitania Geral*, Livro de registo de ordens reais (1766-78), fls. 15-15v, carta régia ao sargento-mor António Borges Bettencourt, Lisboa, 11 de Dezembro de 1765; fls. 16-16v, carta régia ao juiz de fora de Ponta Delgada, Lisboa, 11 de Dezembro de 1765.

¹³ AHU, *Açores*, cx. 7, nº 5, consulta sobre requerimento faialense de emigração para o Brasil, Horta, Fevereiro de 1770.

da conduta reprovável dos soldados¹⁴. No passado, as implicações da resistência terceirense ao domínio filipino e, no futuro, a intromissão insular nas convulsões liberais também motivam o estabelecimento de corpos militares nas cidades açorianas de Angra e Ponta Delgada, que geram acrescidas perturbações, em virtude da diversidade e da soma dos contingentes.

1.2. A escassez

Até à instituição da Capitania Geral dos Açores em 1766, a falta de informações precisas dificulta efectivamente o cálculo da população, porque a par dos indícios de abundância distinguimos também muitas provas que testemunham insuficiência. Com efeito, na era de setecentos, reconhece-se a atenuação do ímpeto populacional das centúrias precedentes. Aliás, no último quartel do século XVIII, a estagnação e até o declínio marcam o comportamento demográfico insular. Assim, a população dos Açores em 1776 e 1795 manifesta valores muito semelhantes, de respectivamente 156 433 e 156 296 habitantes. De permeio, prevalecem ainda cifras aproximadas, apenas interrompidas pelo acréscimo de 1780 (159 054) e pelas diminuições de 1791 (149 270) e de 1793 (151 796), muito determinadas pela demografia do grupo oriental¹⁵. Por isso, em 1766, as instruções particulares transmitidas ao 1º capitão general dos Açores manifestam o tradicional pressuposto mercantilista, que releva a necessidade da fixação e do acréscimo das populações, para cumprir o ambicioso programa de recobro económico e de revalorização geopolítica¹⁶.

Na origem do incerto decréscimo populacional, as fontes históricas setecentistas enumeram a emigração, a contextura económica, o envolvimento insular nas contendas euro-ultramarianas e as catástrofes naturais. Na óptica da demografia, as mais marcantes consequências destes factores decorrem da imprutelável ocupação do Brasil, da excessiva vinculação, dos constantes ataques de corsários e piratas, da difusão das epidemias e ainda das vulgares actividades sísmica e vulcânica. Neste diverso elenco de causas, apenas o fluxo migratório de açorianos para o sul do

¹⁴ BPARAH, *Capitania Geral*, Correspondência, m. 19 (1768-1814), representação da câmara de Angra sobre reserva de cereais, Angra, 9 de Novembro de 1769. Veja-se também: AHU, *Açores*, cx. 11, nº 49, mapa da população dos Açores de 1776; cx. 16, nº 21, mapa da população dos Açores de 1780; cx. 23, nº 10, mapa da população dos Açores de 1791; cx. 23, nº 44, mapa da população dos Açores de 1793; cx. 24, nº 17, mapa da população dos Açores de 1795. Consulte-se igualmente: MENESES, 1993: 384-388.

¹⁵ MAIA, 1988: 275-276; ROCHA e RODRIGUES, 1987: 295; ROCHA e RODRIGUES, 1991: 58,100 e 101.

¹⁶ Com efeito, o documento estabelece que “Deve ser um dos principais objectos de vosso cuidado, não só impedireis a extraordinária deserção, com que se tem despovoado as referidas Ilhas pelos motivos acima declarados; mas também promoveres o aumento da povoação pelos próprios, e adequados meios, com que ela se tem adiantado tanto nas colónias de França, Inglaterra e Holanda...” (LEITE, 1988: 43). Veja-se também: MENESES, 1998: 55; MENESES, 2011: 373.

Brasil provoca em meados do século XVIII um comedido decréscimo populacional, designadamente nas ilhas do grupo central. Em referência ao modelo económico, não reconhecemos evidentemente peculiaridade no arquipélago. Ademais, as reformas liberais de oitocentos, que modificam o regime da propriedade, não logram óbvias mutações no âmbito demográfico. Os restantes agentes operam em locais e datas muito precisos e, por conseguinte, não provocam alterações significantes¹⁷.

Nesta conjuntura, avulta o estabelecimento de naturais correlações entre o surto migratório brasileiro e o efectivo número de insulanos, concluindo-se pela insuficiência demográfica resultante do imoderado ritmo de saídas. Com efeito, no primeiro quartel do século XIX, o terceirense João da Rocha Ribeiro advoga o renovador ideário liberal de Adam Smith, que ainda correlata a abundância de população com a prosperidade económica. Na altura, o autor justifica a persistência da crise agro-industrial da ilha Terceira pela escassez de habitantes, cujo número nunca ultrapassara os 30 000 no último meio século, em virtude do efúgio do Brasil¹⁸. Já no século XX, ao reportar-se à partida de casais açorianos para Santa Catarina nas décadas de 1740 e 1750, Manuel de Sousa Menezes contraria peremptoriamente a tese tradicional que explica o fluxo migratório pela profusão das gentes. Paradoxalmente, este estudioso associa a emigração à falta de moradores, que nas ilhas não descobrem estímulos de produção e procuram na colónia sul-americana a conveniente recompensa pelo árduo esforço quotidiano¹⁹.

No século XVIII, os coevos também comprovam a carência de população, sobretudo no decénio de cinquenta, atribuindo responsabilidades óbvias à persistência da emigração. A partir do ano de 1753, mais precisamente, as autoridades insulares e os contratadores metropolitanos sublinham as dificuldades de recrutamento e transporte para o Brasil de novas levas de casais e de contingentes militares. Em Maio de 1753, por exemplo, a impossibilidade de constituição na Terceira de uma força de 100 soldados determina a extensão do campo de alistamento à ilha de S. Miguel²⁰. No ano seguinte, os problemas ressurgem quando o assentista Bento José Álvares não logra a reunião de um grupo de 450 pessoas, que se comprometera a

¹⁷ AHU, *Açores*, cx. 3, nº 67, declaração de Francisco Ribeiro Frances sobre transporte de emigrantes para o Brasil, Angra, 20 de Novembro de 1754. BPARAH, *Câmara de Angra, Vereações (1751-55)*, fl. 10v, acórdão de 24 de Julho de 1751. BPARPD, Francisco Borges da Silva, *Estatística geral e particular da ilha de S. Miguel, 1816*. Variedades Açorianas, vol. 10, fls. 14v-18. Veja-se também: DRUMMOND, 1990: 15-18; MAIA, 1988: 275-276; CUNHA, 1983: 408-409.

¹⁸ RIBEIRO, 1981: 321.

¹⁹ MENEZES, 1952: 54-58.

²⁰ Na vereação de 19 de Maio de 1753, a câmara de Angra estabelece que "... sendo mais bem informados da falta de operários do campo, oficiais mecânicos e moços de servir deviam reformar o acórdão da vereação próxima pelo que reduziam o numero de soldados que se hão de fazer em toda esta Ilha ao numero // de cinquenta compreendendo neste numero pessoas mais distintas e práticas na milícia para

remeter ao Pará²¹. Na altura, o corregedor sublinha o óbice de alistar emigrantes na Graciosa, donde se retiraram unicamente cinco casais, para além de alguns vadios, casados ou solteiros, dada a grande escassez de gente, a que ainda acresce o temor da partida, que motiva muitos homens ao abandono dos campos e ao refúgio nos matos, perante qualquer desconfiança de recrutamento²². Nestas circunstâncias, em 1758, a lei dos passaportes também denuncia a duvidosa insuficiência demográfica, pois restringe o precedente consentimento da emigração, considerando as iníquas consequências económicas e sociais²³.

2. AS REALIDADES

2.1. As dificuldades da quantificação

A diversidade dos testemunhos dificulta incontestavelmente a construção de um juízo verídico sobre o tecido demográfico açoriano de meados do século XVIII. Nestas circunstâncias, impõe-se a rigorosa análise de todas as resenhas de população, que também suscitam dúvidas pertinentes, por via da imoderada intermitência e da perspicua suspeição de muitos dados. Na verdade, até à instituição do Governo Geral dos Açores em 1766, os poderes públicos insulares não manifestam a preocupação do registo assíduo dos moradores. Nesta altura, as principais estatísticas, necessariamente inconstantes e incompletas, resultam de diligência eclesiástica e chegam à actualidade, por obra dos mais insignes cronistas. Ademais, as insuficiências do sistema administrativo açoriano de então dificultam o alistamento regular de todos os habitantes, gerando cifras que demandam uma reflexão bem ponderada. A comprová-lo, no primeiro quartel de setecentos, o padre António Cordeiro certifica o arrolamento de 19 714 fogos nos Açores, mas acredita na existência de um montante superior, pois muitos vizinhos habitam em lugares recônditos, que curiosamente denomina “sertão”²⁴. De igual forma, apesar dos métodos e das técnicas da demografia sugerirem já índices muito precisos,

cabos das companhias sendo sua Majestade servido” (BPARAH, *Câmara de Angra*, Vereações (1751-55), fls. 90v-91, acórdão de 19 de Maio de 1753).

Sobre o tema, consulte-se também: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 58, já cit.

²¹ AHU, *Açores*, cx. 3, nº 66, informação do Conselho Ultramarino sobre falta de colonos/emigrantes, Lisboa, 17 de Maio de 1754.

²² AHU, *Açores*, cx. 3, nº 67, carta do corregedor ao rei, Angra, 21 de Janeiro de 1755.

²³ LEITE, 1988: 89-92.

²⁴ CORDEIRO, 1981: 502.

ressaltam ainda as naturais dificuldades de cálculo dos menores, que vulgarmente não constam das listas, e de avaliação do número médio de habitantes por fogo.

No campo da demografia, as reformas pombalinas de 1766 também revelam os comprovados desígnios de uniformidade e superintendência, que presidem à requerida revalorização das ilhas. Deste modo, uma ordem de 2 de Agosto de 1766 incumbe aos párocos o preparo de relações anuais de população, que se remetem aos juizes de fora até ao termo de Janeiro, correspondendo, como é óbvio, ao ano precedente. Nestas listas, individualizamos três variáveis: as almas de confissão, os falecidos e os baptizados. Além disso, os óbitos apresentam-se em cinco escalões: até 10 anos, de 10 a 40, de 40 a 60, de 60 a 80 e, finalmente, com mais de 80²⁵. Todavia, a elaboração dos novos mapas de população não decorre com a pontualidade e o rigor necessários. Com efeito, diversos imponderáveis de natureza administrativa atrasam a notificação do bispo, que posteriormente comete aos párocos o regular cumprimento do novo encargo. Por isso, as primeiras relações de habitantes das ilhas Terceira, S. Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, respeitantes ao ano de 1766, dão entrada na sede do Governo Geral, na cidade de Angra, apenas em Outubro de 1767²⁶. Contudo, no mês de Maio do ano seguinte, remete-se outra via da ordem de 2 de Agosto de 1766 para o Faial e Pico, por descaminho da primeira informação. Assim, o capitão general, só em Julho de 1768, recebe os mapas de moradores destas duas ilhas²⁷. A par do problema da dilação dos prazos, as primitivas listas de população manifestam diversas imprecisões, que até molestem a indispensável inteligibilidade²⁸. Além disso, os novos mapas suscitam censuras muito concretas, nomeadamente a omissão de menores e a perversão das certidões dos párocos²⁹. Estas irregularidades determinam naturalmente a minuciosa inspecção de todas as relações, que muitas vezes revelam desacerto. Assim, na ilha de S. Miguel, o capitão de mar e guerra João Nicolau Schmerkell elabora um mapa da população

²⁵ AHU, *Açores*, cx. 6, nº 14, carta de D. Antão de Almada a Francisco Xavier Furtado, Angra, 30 de Outubro de 1767. IAN/TT, *Ministério do Reino*, m. 611, nº 38, carta de D. Antão de Almada a Francisco Xavier Furtado, Angra, 6 de Julho de 1769. Veja-se igualmente: LEITE, 1988: 43-44.

²⁶ AHU, *Açores*, cx. 6, nº 14, já cit.

²⁷ BPARAH, *Capitania Geral*, Livro de registo de portarias e ordens do governo geral dos Açores (1766-73), fls. 38-39v, carta do capitão general sobre cômputo da população, Angra, 14 de Maio de 1768; fls. 45v-46, carta do capitão general ao juiz de fora do Faial, Angra, 30 de Julho de 1768.

²⁸ Em carta de 30 de Outubro de 1767, endereçada ao secretário de estado Francisco Xavier Furtado, o capitão general reporta-se aos mapas de habitantes da Terceira, S. Jorge, Graciosa, Flores e Corvo, referindo que "... as ditas relações na separação em que se achavam, se não regulava método com que facilmente se percebesse o cálculo regular do numero dos seus habitantes, fiz reduzir todos aos Mapas que junto, aonde distintamente se vê nas suas somas..." (AHU, *Açores*, cx. 6, nº 14, já cit.).

²⁹ AHU, *Açores*, cx. 7, nº 25, consulta sobre população e emigração, s/l, 1770. BPARAH, *Capitania Geral*, Livro de registo de portarias e ordens do capitão general (1766-73), fls. 45v-46, já cits.

micaelense de 1770, firmado em certidões paroquiais, cujo montante ascende a 53 508 indivíduos, excluindo os menores de confissão. No entanto, na observância de idêntica metodologia, os registos de moradores do próprio ano de 1770 que os mesmos párocos de S. Miguel remetem a D. Antão de Almada perfazem apenas o total de 49 341 habitantes. Neste caso, registamos uma significativa diferença de 4 167 pessoas, que constitui motivo de expedita prevenção³⁰.

A diversidade insular dificulta igualmente o verídico cômputo da população. De facto, as precárias e inconstantes listas demográficas setecentistas, que antecedem a instituição da Capitania Geral dos Açores não contemplam uniformemente todas as ilhas. Neste particular, destacamos diversas informações sobre S. Miguel, que dispõe de um efectivo demográfico superior, naturalmente resultante da extensão territorial e da fertilidade agrícola. Todavia, no século XVIII, o predomínio populacional micaelense não atinge as dominantes proporções hodiernas. Com efeito, no dealbar da era de setecentos, comparativamente à totalidade de habitantes dos Açores, a ilha de S. Miguel representa cerca de 35%, subindo para aproximadamente 40% no termo do decénio de sessenta³¹. Ademais, a utilização dos índices actuais da distribuição demográfica insular, porventura imprópria e decerto discutível, demonstra os relevantes contingentes populacionais das ilhas mais pequenas e conseqüentemente periféricas. Com efeito, estas ínsulas crescem muito durante o século XVII, em contraste com o reduzido aumento de S. Miguel e sobretudo com a estagnação ou até o eventual decréscimo da Terceira³². Nestas circunstâncias, a irrupção de crises alimentícias nas parcelas insulares de menor produtividade, porventura em S. Jorge, sobretudo no Pico, e por arrastamento no Faial, gera grandes dificuldades e levanta legítimas dúvidas sobre as causas da penúria, variando as opiniões entre a prevalência da infertilidade agrícola e o excessivo número das gentes³³.

As listas demográficas setecentistas facultam ainda importantes informações sobre a evolução dos maiores agregados populacionais, concretamente as cidades de Angra e de Ponta Delgada. Neste capítulo, adquire particular significado o crescimento de Ponta Delgada, que no termo da década de sessenta já ultrapassa por

³⁰ AHU, *Açores*, cx. 7, nº 25, já cit.

³¹ GIL, 1979: 319; LEITE, 1971: 336-340.

³² MADEIRA, 1999: 24-25; GIL, 1979: 319.

³³ BPARH, *Câmara da Horta*, Livro de Registo (1751-70), fls. 129-132, carta da câmara ao rei, Horta, 31 de Março de 1759. AHU, *Açores*, cx. 7, nº 25, mapa da população de S. Miguel, Fragata S. João Baptista (à vela), 26 de Julho de 1771. IAN/TT, *Papeis do Ministério do Reino*, m. 611, s/nº, representação dos habitantes do Corvo, 1768. Veja-se também: *Carta a El Rey nosso Senhor em que lhe faz relação Antonio do Couto das seis ilhas baixas e da Terceira, anno de 1709*. Arquivo dos Açores, XII, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1983: 468; CUNHA, 1983: 409-411; RIBEIRO, 1981: 276; MATOS, 1982: 379; DUNCAN, 1972: 121 e 140; GIL, 1979: 319; LEITE, 1971: 336-343.

pouco o número de habitantes da capital terceirense. Este fenómeno decorre, como é óbvio, do decréscimo da tradicional relevância política e estratégica da ilha Terceira, que contrasta com o desenvolvimento económico de S. Miguel e a actividade comercial do porto da Horta. Com efeito, no ano de 1695, os testemunhos de Frei Agostinho de Montalverne, coligidos por Maria Olímpia da Rocha Gil, apontam os montantes de 7 393 e 6 040 almas nas cidades de Angra e Ponta Delgada respectivamente³⁴. Porém, no ano de 1769, os primeiros levantamentos demográficos implementados pelo Governo Geral dos Açores registam 7 972 angrenses com idade superior a 7 anos, quando a totalidade dos habitantes de Ponta Delgada em idênticas condições já ascende a 8 100³⁵. O crescimento demográfico absoluto de Angra e de Ponta Delgada nos três primeiros quartéis do século XVIII não significa, entretanto, o conseqüente aumento das populações citadinas. Ao invés, no decurso de setecentos, identificamos uma moderada tendência de ruralização. Na verdade, em 1695, os angrenses correspondem aproximadamente a 40% dos terceirenses, ao passo que os moradores de Ponta Delgada pouco excedem 20% dos micaelenses³⁶. Contudo, em 1769, os habitantes de Angra representam cerca de 37% dos terceirenses e os residentes de Ponta Delgada correspondem a quase 17% dos micaelenses³⁷. Estes números evidenciam, entretanto, a preponderância da cidade de Angra na ilha Terceira, que ainda decorre da persistente concentração administrativa e da proveitosa guarida marítima.

A par da generalizada escassez de relações de população rigorosas, encontramos, por vezes, inventários muito pormenorizados, normalmente correspondentes a conjuntos demográficos restritos. Registe-se, por exemplo, as informações do Pe. Manuel Azevedo da Cunha para a freguesia jorgense de Santa Catarina (Calheta) e do Pe. António José Lopes da Luz sobre as paróquias micaelenses de Feteiras e Candelária e ainda a *Rellaçam da Ilha Gracioza*, publicada mais recentemente por Artur Teodoro de Matos³⁸. Estes alistamentos não facultam, como é óbvio, conclusões firmes sobre a evolução demográfica do arquipélago, caracterizada por uma marcante diversidade. No entanto, evidenciam o real impacto de fenómenos muito

³⁴ GIL, 1979: 319.

A correlação entre o decréscimo de Angra e o aumento de Ponta Delgada já constitui uma característica da evolução demográfica dos Açores durante o século XVII. De facto, no termo da era de quinhentos, concretamente em 1587, verificamos uma diferença muito maior, em nítido benefício do burgo terceirense. Na altura, Angra possui cerca de 8 400 habitantes contra os 5 475 de Ponta Delgada, fenómeno que bem evidencia a projecção da capital da Terceira, resultante da concentração administrativa, do desenvolvimento económico e da participação na correspondência euro-ultramarina.

³⁵ LEITE, 1971: 336-340.

³⁶ GIL, 1979: 319.

³⁷ LEITE, 1971: 336-340.

³⁸ CUNHA, 1983: 223 e 409-411; LUZ, 1917-1919: 345-373 e 453-483; MATOS, 1982: 379.

distintos, susceptíveis de pontualmente inverter o movimento natural da população. Assim, os mapas dos Pes. Manuel Azevedo da Cunha e António José Lopes da Luz manifestam a redução do número de habitantes na década de 1750, quando se individualiza um forte surto migratório para o Brasil meridional³⁹. Porém, esta rápida inferência carece de uma prova inquestionável. De facto, a ilha de S. Miguel não contribui decisivamente para a colonização de Santa Catarina com casais açorianos, motivada por resolução da coroa. Além disso, na vila jorgense da Calheta o significativo decréscimo da população resulta principalmente do súbito aumento dos óbitos, que procede do violento terramoto de 9 de Julho de 1757.

Apesar da incerteza e da irregularidade das fontes, os propósitos de reconhecimento da evolução demográfica dos Açores no século XVIII sempre nos movem à realização de cálculos, que necessariamente primam por aproximação e até por alguma eventual imprecisão. Com efeito, individualizamos 4 listas da população açoriana, que abrangem a era de setecentos, pois respeitam aos anos de 1695, 1747, 1776 e 1795⁴⁰. No entanto, ressalta a diferenciação dos critérios de recenseamento dos indivíduos, que deriva da ordinária sucessão do tempo, da iniciativa de distintos agentes e da diversidade dos objectivos. Com efeito, a tabela de 1695, elaborada por Maria Olímpia da Rocha Gil, assenta nas informações de Frei Agostinho de Montalverne, constantes das *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*. O mapa de 1747 corresponde, por seu turno, ao rol dos insulanos, que suporta o alistamento de colonos para o Brasil meridional, consoante a decisão régia de Agosto de 1746. Por fim, os registos de 1776 e de 1795 espelham as preocupações de cômputo regular da população, evidenciadas pela administração pública, após a instituição da Capitania Geral em 1766.

A principal contrariedade resultante do incauto uso destas informações decorre da representação de conjuntos demográficos decerto dissemelhantes, cuja harmonização demanda o eventual emprego de índices também falíveis. De facto, a tabela de 1695, apesar da diversa classificação de Frei Agostinho de Montalverne, reproduz possivelmente as denominadas almas de confissão, excluindo o averbamento dos menores de 7 anos e ainda dos religiosos. As demais listas suscitam também dúvidas pertinentes. Na verdade, em 1746-47, o súbito assento de candidatos à partida para Santa Catarina defronta com certeza a ineficácia administrativa, que dificulta o exercício de um controlo rigoroso. Aliás, desconhecemos o método e os agentes do arrolamento e questionamos a representação dos menores, considerando a propriedade de um parecer de 1771, que apenas admite o assentamento dos confessados

³⁹ LUZ, 1917-1919: 345-373 e 453-483; CUNHA, 1983: 223 e 409-411.

⁴⁰ AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, mapa da população dos Açores e alistamento de candidatos à emigração para o Brasil meridional, s/l, 1747; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Consulte-se também: GIL, 1979: 319.

e consequentemente a omissão dos restantes. Todavia, este testemunho prima pela contradição, porque depois equipara os 18 605 menores do alistamento de 1747 ao quantitativo de criaturas com menos de 7 anos⁴¹. Com efeito, na perspectiva do transporte de colonos para o Brasil, a contagem dos petizes adquire relevância, em virtude do fornecimento de meias rações ou rações inteiras às crianças com mais de 3 anos, que não cabem na tradicional nomenclatura de menores de confissão ou de comunhão, embora demandem o conveniente armazenamento de víveres⁴². À luz destas interrogações, a análise do rol de 1747 reclama uma adequada reflexão, apesar da provável prevalência do respeito pela tradição sobre o exercício da inovação no processo de recolha dos dados. Do mesmo modo, a incerta avaliação das gentes, subsequente à institucionalização do Governo Geral, reclama a circunspecta averiguação dos censos posteriores, embora a individualização de uma crescente minúcia, particularmente perceptível a partir de 1776, constitua motivo de uma maior confiança⁴³. Nestas circunstâncias, a comparação dos quantitativos demográficos exige uma cautela muito especial, considerando a exclusão de menores nas referências das *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, que aludem indistintamente ao número de “pessoas” e de “pessoas de comunhão”, e porventura nas listas de 1747⁴⁴. Assim, o confronto das cifras populacionais de 1695 e eventualmente de 1747 com os valores da 2ª metade do século XVIII reclama decerto o acréscimo da correspondente taxa de menores, equivalente a cerca de 16% nos Açores do termo de setecentos⁴⁵.

A análise da composição dos fogos em S. Miguel nos anos de 1695, 1747 e 1795, que possibilita a ponderação mais segura do comportamento demográfico, levanta novos problemas. Com efeito, reconhecemos um crescimento percentual dos agregados populacionais de 8 (1695-1747) e de 7.7 (1747-95), cuja uniformidade não sustenta a inequívoca conclusão do regular cômputo de menores nas últimas tabelas setecentistas

⁴¹ AHU, *Açores*, cx. 7, doc. 25, já cit.

⁴² AHU, *Açores*, cx. 3, n° 33, officio do Conselho Ultramarino ao corregedor dos Açores, Lisboa, 5 de Julho de 1749. Veja-se também: PIAZZA, 1992: 221.

⁴³ No entanto, a imprecisão sempre persiste, como se depreende dos recenseamentos da população de S. Miguel referentes a 1793 e a 1795, executados pelas distintas iniciativas de João Leite de Chaves e Melo Borba Gato, sargento-mor do castelo de S. Brás, e do capitão general. Apesar do reconhecimento de particular esmero, os resultados ainda diferem, apresentando os mapas do militar micaelense um total de 57 283 e 56 879 habitantes respectivamente em 1793 e 1795, contra as correspondentes cifras de 54 806 e 56 744 das listas do Governo Geral (ROCHA e RODRIGUES, 1987: 328-329 e 332-333; ROCHA e RODRIGUES, 1991: 58 e 100-101).

⁴⁴ MONTE ALVERNE, 1960 (I): 86-87; 1961 (II): 9, 20, 21, 63, 239, 240, 297, 298, 353, 370 e 385; 1962 (III): 22, 25, 115, 126, 155, 187, 195, 203, 211, 225, 231, 237, 239, 249 e 252.

⁴⁵ AHU, *Açores*, cx. 24, n° 17, já cit.

em contraponto às relações anteriores⁴⁶. Ademais, na eventualidade da introdução de índices de correcção, que facultem o acrescentamento da presumível percentagem de menores, verificamos uma situação de algum paradoxo, concretamente a manutenção de um número muito semelhante de habitantes por fogo no longo espaço de um século, apesar do aumento substancial do quantitativo humano. Desta forma, persistimos no intuito de exame do movimento demográfico açoriano, embora alertemos, uma vez mais, para a imprecisão de certas fontes, que dificultam a individualização de uma contabilidade minuciosa, mas facultam a observação de projecções credíveis.

A via da averiguação de outras listas de população significa certamente um recomendável meio de aprofundamento da análise. Neste particular, relevam os levantamentos subsequentes à introdução das reformas pombalinas em 1766⁴⁷. Contudo, destacamos apenas os censos de 1776, por consideração à obtenção de maior rigor, comparativamente às primeiras estatísticas do Governo Geral, e de 1795, para compor o apropriado período de um século, em referência às notícias de Frei Agostinho de Montalverne do fim de seiscentos. Ademais, avulta o propósito de centralização do estudo em meados do século XVIII, para o estabelecimento de adequada correspondência com o surto migratório de açorianos para terras do Brasil meridional, que ocorre a partir de 1747. Com efeito, já investimos demasiado na pesquisa deste relevante giro de gentes, cujas causas aconselham o conveniente esclarecimento da problemática demográfica.

2.2. Os números e a distribuição

Nos Açores, o reconhecimento da evolução populacional na era de setecentos manifesta, na globalidade, uma tendência de aumento, ligeiramente superior à expansão da centúria precedente. De facto, no período de aproximadamente um século, que medeia entre 1587 e 1695, os dados disponíveis apontam para um crescimento demográfico de cerca de 50 a 60%, a uma taxa anual entre 0.40 e 0.43%⁴⁸. Nos 100 anos seguintes, o acréscimo atinge os 84%, equivalente a 0.61% ao ano. Contudo, estas percentagens carecem de um efectivo abatimento, na certificação do desigual confronto entre os valores de 1695, que excluem os menores, e de 1795, que comportam todos os escalões etários. Com efeito, na eventualidade da introdução de uma correcção de mais 15% no quantitativo da lista de 1695, correspondente ao acrescentamento das crianças em falta, a população insular do termo de seiscentos sobe logo para 97 941, mas em contrapartida diminui a média da multiplicação dos povos durante o século XVIII,

⁴⁶ AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit. Veja-se ainda: GIL, 1979: 319; ROCHA e RODRIGUES, 1987: 332-333.

⁴⁷ LEITE, 1971: 336-340; MADEIRA, 1999: 79-182; MATOS e SOUSA, 2008: 551-573.

⁴⁸ GIL, 1979: 319; MADEIRA, 1999: 23-26.

então respeitante a uma ordem global de 60% e a uma taxa anual de 0.46%⁴⁹. No entanto, em setecentos, a difusão das gentes ocorre apenas nos três primeiros quartéis. De facto, o referido crescimento de 84 ou 60% sucede de 1695 a 1776, correlativo a índices anuais de 0.61 ou 0.46%, consoante os universos de referência⁵⁰. Na verdade, em 1776, a população das ilhas estabiliza nos cerca de 156.000 habitantes, relativos a uma densidade de 67 pessoas por Km², seguindo-se até 1795, como já enunciámos, um tempo de marcante estagnação e casual quebra, particularmente perceptível na redução, em simultâneo, absoluta e insignificante, de 137 indivíduos⁵¹.

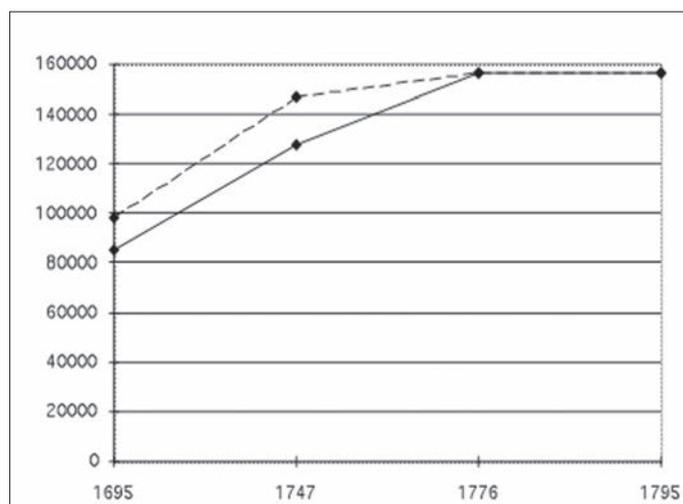


Gráfico 1.
População dos Açores
(1695-1795)

Observação: O tracejado entre 1695 e 1776 corresponde a uma estimativa de evolução da população total, resultante do acréscimo de uma percentagem de 15% nos valores de 1695 e de 1747, que decerto não contemplam os menores de 7 anos.

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, n.º 20, já cit.; cx. 11, n.º 49, já cit.; cx. 24, n.º 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

A distribuição das gentes nos Açores do século XVIII evidencia a preponderância de S. Miguel e da Terceira, compreensível por razões naturais, de extensão

⁴⁹ Cf. as tabelas 1 e 3 e o gráfico 1.

Apesar da variedade das situações, consoante o espaço, o tempo e até o acaso, optámos pela utilização de uma taxa de correcção de mais 15% sobre as cifras de 1695 e 1747, correspondente a uma possível contabilização dos menores de 7 anos. Todavia, esta solução apenas significa uma tentativa de aproximação a valores mais reais. Neste caso, seguimos as propostas de outros investigadores dos temas demográficos, designadamente Artur Boavida Madeira, que sugere um índice semelhante para 1695, e Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, que apresentam uma percentagem de 16% na ilha de S. Miguel em 1795 (MADEIRA, 1999: 24; ROCHA e RODRIGUES, 1987: 332-333).

Na realização dos cálculos, seguimos o procedimento da aplicação do factor de correcção sobre os totais constantes das fontes, em conformidade com outras propostas de análise da evolução demográfica dos séculos XVI e XVII (RODRIGUES, 1990: 55; DIAS, 1996: 51).

⁵⁰ Cf. as tabelas 1 e 7 e o gráfico 1.

Veja-se também: AMORIM, s/d: 251-254.

⁵¹ Cf. as tabelas 1, 5 e 7 e o gráfico 1.

Consulte-se ainda: AMORIM, s/d: 254; MATOS e SOUSA, 2008: 553.

territorial e de relevância política e económica. No confronto entre ambas as ilhas, ressalta entretanto a vantagem de S. Miguel, resultante da ínsita fertilidade agrícola e do conseqüente incremento comercial⁵². Com efeito, a proximidade dos valores populacionais micalenses e terceirenses constitui mera recordação de um passado muito longínquo, marcado pelo amparo das rotas transatlânticas na baía de Angra e pelo incipiente fomento económico de S. Miguel. A confirmar a precedente influência da Terceira, persiste apenas a primazia do burgo angrense, que também soçobra na centúria de setecentos face ao crescimento de Ponta Delgada⁵³. Contudo, à escala do arquipélago, o peso demográfico de S. Miguel e da Terceira, nomeadamente o micalense, não adquire ainda a marcante proeminência dos nossos dias. De facto, estas ilhas correspondem durante o século XVIII a cerca de 55% da população açoriana, avultando o contributo micalense que passa de 34 para 39% entre 1695 e 1776, contra a participação terceirenses que desce de 21 para 18% na mesma época⁵⁴. De seguida, releva o conjunto Faial-Pico, que representa aproximadamente 24% do efectivo populacional insular, embora o comportamento demográfico destas ilhas evidencie tendências contraditórias. De facto, em 1695, os faialenses equivalem a 13% dos açorianos, mas correspondem a menos de 9% em 1776, recuperando para cerca de 11% em 1795, por via de um excepcional acréscimo. Ao invés, os picoenses, que significam sensivelmente 10% em 1695, ascendem até acima dos 14% em 1795⁵⁵. Nestas circunstâncias, nos alvares do século XVIII, o Faial constitui o 3º aglomerado populacional insular, mas depressa cede o lugar ao Pico que, ainda antes, supera os contingentes demográficos de S. Jorge e da Graciosa. Neste particular, a dimensão territorial e o incremento agrícola picoenses imperam sobre a relevância geoeconómica do Faial, que acresce no decurso da era de setecentos. Depois, também no grupo central, destacamos a população de S. Jorge e da Graciosa, que igualmente denota propensão para um aumento comedido, mas contínuo⁵⁶. Por último, sobressai o inferior volume demográfico das ilhas mais periféricas dos grupos ocidental e oriental. Neste caso, ainda avulta o sucessivo acrescentamento dos florentinos, relevando no ocaso de setecentos a diminuição dos marienses e dos corvins, de maior consideração em Santa Maria⁵⁷.

⁵² Cf. as tabelas 1, 3 e 7 e o gráfico 2.

⁵³ GIL, 1979: 319; LEITE, 1971: 336-340.

⁵⁴ Cf. a tabela 3 e o gráfico 2.

⁵⁵ Cf. a tabela 3 e o gráfico 2.

⁵⁶ Cf. as tabelas 1, 3 e 7 e o gráfico 2.

⁵⁷ Cf. as tabelas 1, 3 e 7 e o gráfico 2.

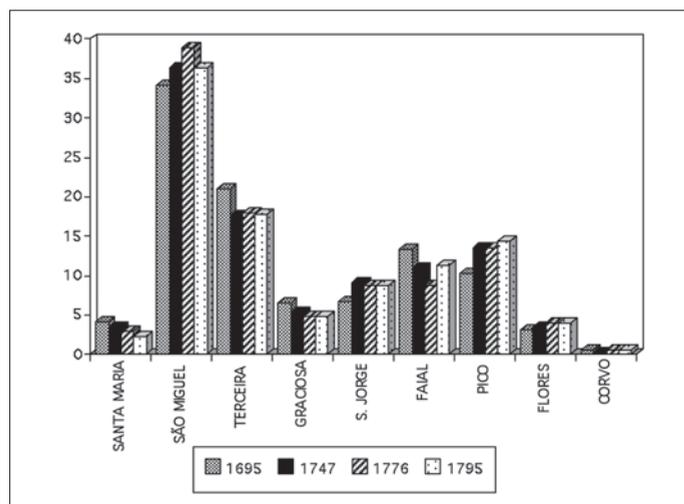


Gráfico 2.
População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (% por ilhas)

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

Na óptica da distribuição dos povos nos Açores do século XVIII, ainda merece especial ponderação o reconhecimento da superioridade demográfica das ilhas do centro, que representam as percentagens de 57.9, 56.4, 53.6 e 56.9 nos anos de 1695, 1747, 1776 e 1795 respectivamente, contra os correspondentes quantitativos de 38.4, 39.7, 41.5 e 38.6 do grupo oriental e a constante taxa de cerca de 4% das pequenas e isoladas parcelas do ocidente⁵⁸. A cuidada análise destes números sempre manifesta uma tendência de atenuação das diferenças entre as ilhas dos grupos central e oriental em meados de setecentos, de novo invertida no último quartel da centúria, por via da quebra populacional de S. Miguel e de Santa Maria, de particular consideração no começo do decénio de 1790⁵⁹.

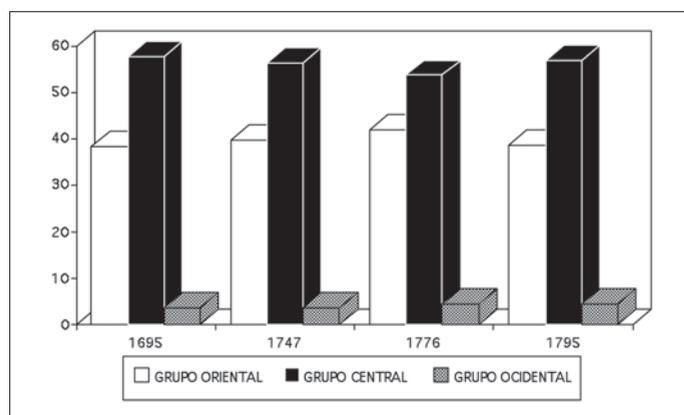


Gráfico 3.
População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (% por grupos de ilhas)

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

⁵⁸ Cf. a tabela 4 e o gráfico 3.

⁵⁹ Cf. a tabela 4 e o gráfico 3.

Na perspectiva da interpretação relativa, a evolução da demografia dos Açores entre 1695 e 1795 faculta leituras, que demandam particular ponderação. Assim, avulta sempre o superior acréscimo das gentes na 1ª metade do século XVIII, que atinge todas as ilhas e manifesta as taxas mais positivas⁶⁰. Porém, ressalta o crescimento das populações de S. Jorge e do Pico, que logra sensivelmente a duplicação, curiosamente nas ilhas mais sujeitas à irrupção de crises alimentícias de incidência cerealífera⁶¹. Depois, advém o aumento das Flores, na ordem dos 64%, e sobretudo o de S. Miguel que, embora à proporção de 60%, contribui decisivamente para o acrescentamento global⁶². Neste período, reclama ainda peculiar relevo o comportamento demográfico das ilhas Terceira, Faial e Graciosa, que evidenciam índices de crescença acima dos 20%, transparecendo apenas o menor desenvolvimento de Santa Maria e do Corvo, na correspondência de respectivamente 8 e 5%⁶³. No 3º quartel do século XVIII, reconhecemos a continuidade da multiplicação dos povos, embora com menor regularidade e ímpeto. Na verdade, o crescimento exclui inequivocamente o Faial, mas também a Graciosa e Santa Maria, se concluirmos pela falta de registo dos menores de 7 anos na lista de 1747 comparativamente à de 1776. Ao invés, o maior impulso sucede nas Flores e Corvo, entretanto portadoras de um quantitativo demográfico absoluto assaz reduzido⁶⁴. Nesta conjuntura, a constância do saldo global positivo resulta principalmente das contribuições de S. Miguel e da Terceira, acrescidas das quotas menos elevadas do Pico e da quase estagnação de S. Jorge⁶⁵. Neste período, o acréscimo dos povos, embora menos

⁶⁰ Cf. as tabelas 1, 3 e 7 e o gráfico 1.

⁶¹ Cf. as tabelas 1 e 7.

⁶² Cf. as tabelas 1 e 7.

⁶³ Cf. as tabelas 1 e 7.

⁶⁴ Cf. as tabelas 1 e 7 e os gráficos 1 e 2.

⁶⁵ Cf. as tabelas 1 e 7.

A forma de aplicação da discutível taxa de 15%, eventualmente correspondente às crianças com menos de 7 anos, constitui um factor de incerteza e de variação dos ritmos de crescimento, que adquire maior significado em períodos de aumento demográfico menos pronunciado, como sucede entre 1747 e 1776. Neste caso, em vez de um acréscimo sobre os quantitativos das fontes, a equivalência da percentagem de menores à rigorosa razão de 15% da população eleva o número das gentes em 1747, diminuindo a cadência da crescença dos indivíduos. A título de exemplo, a observância deste método fixa o efectivo populacional dos Açores em 1747 nas 150 118 criaturas (Santa Maria – 5 035; S. Miguel – 54 606; Terceira – 26 433; Graciosa – 7 999; S. Jorge – 13 666; Faial – 16 355; Pico – 20 202; Flores – 5 320; Corvo – 502), originando nos 29 anos seguintes uma variação absoluta de mais 6 315 habitantes, traduzida numa taxa de crescimento anual média de mais 0.14%, inferior à nossa proposta em 3 378 pessoas e 0.08%. Nesta hipótese, além das ilhas do Faial, de Santa Maria e da Graciosa, a contracção demográfica atinge também S. Jorge com – 0.03% de t.c.a.m.

Esta situação comprova a dificuldade do rigoroso cálculo da população durante o Antigo Regime, porque a falta e a omissão das fontes obrigam à constante realização de aproximações que nunca afastam por completo as ambiguidades.

acentuado, adquire grande relevo, pois ocorre após a partida para Santa Catarina de aproximadamente 6 000 pessoas, sobretudo casais em idade fértil. Assim, na eventualidade do impedimento do surto migratório de 1747, reconhecemos condições propícias à persistência do ritmo de crescimento da 1ª metade setecentista. No termo da centúria, individualizamos a inversão do precedente pendor altista. Este fenómeno deriva, antes de mais, do comportamento demográfico das ilhas do grupo oriental, pois S. Miguel perde mais de 4000 habitantes, apesar de Santa Maria registar o maior decréscimo proporcional⁶⁶. No entanto, a diminuição ocorre ainda na Terceira, com menos 609 pessoas, e até no Corvo, que manifesta a irrelevante falta de 5 criaturas⁶⁷. Nas restantes ilhas, o último quartel de setecentos marca o substancial crescimento dos faialenses, de quase 30%, resultando também aumentos comedidos no Pico e na Graciosa e muito exíguos em S. Jorge e nas Flores⁶⁸.

A averiguação da densidade populacional também contribui para o apropriado esclarecimento da evolução demográfica dos Açores durante o século XVIII. Com efeito, a concentração de 36.5 habitantes/Km² de 1695, ascende a 54.7 em 1747 e sobe para 67.1 em 1776, manifestando uma insignificante quebra para 67 em 1795. No entanto, a introdução da correcção de 15% nas cifras de 1695 e de 1747, correspondente à suposta taxa dos menores de 7 anos, altera os valores da aglomeração dos povos respectivamente para 41.9 e 62.9, atenuando as diferenças do ritmo de acréscimo dos indivíduos entre a 1ª metade de setecentos e o quartel consecutivo⁶⁹. Esta sequência corresponde, entretanto, ao reconhecimento do crescimento das gentes entre 1695 e 1776 e à individualização de uma preponderante estagnação no ocaso de setecentos. Todavia, a circunspecta análise desta variável faculta a obtenção de importantes ilações sobre a distribuição dos povos no arquipélago. Assim, no suceder da centúria, ressalta a suprema densidade de algumas ilhas do centro, embora no confronto entre grupos já prevaleça o ligeiro adiantamento das parcelas orientais e o inequívoco atraso das Flores e Corvo⁷⁰. Contudo, a averi-

⁶⁶ Cf. as tabelas 1 e 7 e o gráfico 2.

No 1º quartel de oitocentos, em referência à ilha de S. Miguel, as estatísticas de Francisco Borges da Silva também certificam a propensão do ligeiro decréscimo populacional do ocaso do século XVIII. De facto, o autor aponta os quantitativos de 57 297 e 57 161 micaelenses nos anos de 1796 e 1800 respectivamente (BPAPD, Francisco Borges da Silva, *Estatística geral* [...] já cit., in *Variedades Açorianas*, vol. 10, fls. 17-18).

⁶⁷ Cf. as tabelas 1 e 7 e o gráfico 2.

⁶⁸ Cf. as tabelas 1 e 7 e o gráfico 2.

⁶⁹ Cf. a tabela 5 e o gráfico 4.

Na hipótese de utilização da metodologia da estrita correspondência dos menores de 7 anos com 15% da população, acrescem ainda as densidades de 1695 e de 1747 para 43 e 64.4 respectivamente. Assim, este expediente aproxima um pouco mais os ritmos insulares de crescimento demográfico nos 1^{os} três quartéis do século XVIII.

⁷⁰ Cf. as tabelas 5 e 6 e o gráfico 5.

guação de maior instabilidade económica no conjunto central acentua decerto o inconveniente ocasional da pressão demográfica. Neste caso, a notável densidade populacional resulta dos significantes contributos da Graciosa e do Faial, da persistente influência da Terceira e do rápido acréscimo de jorgenses e picoenses⁷¹.

Gráfico 4.

População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (densidade)

Observação: O tracejado das colunas de 1695 e 1747 corresponde à introdução do índice de correcção de 15%, correlativo à suposta falta dos menores de 7 anos, que naturalmente acresce os valores da densidade.

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

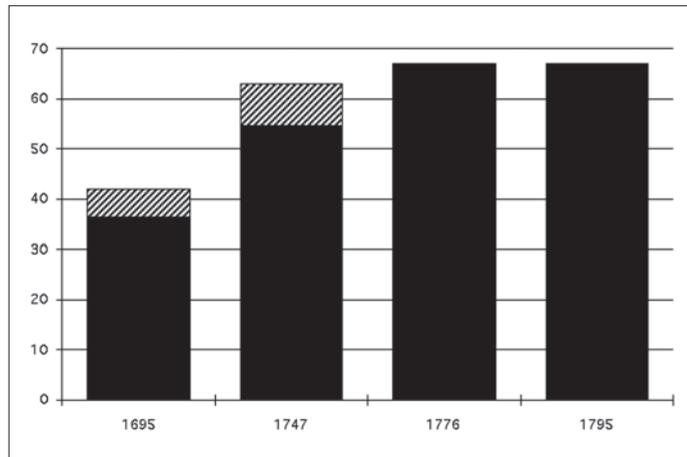
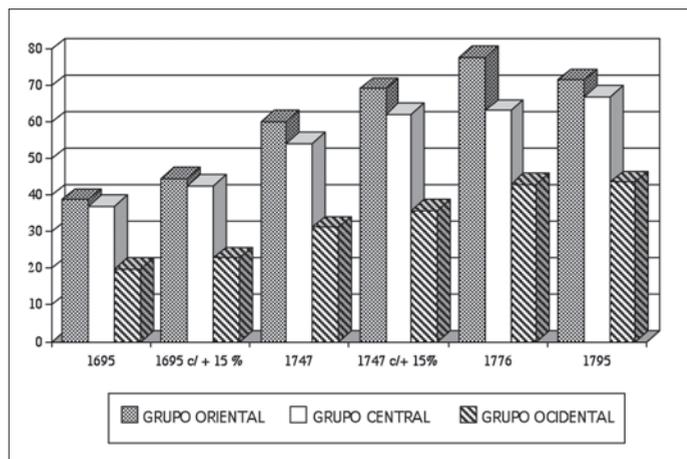


Gráfico 5.

População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (densidade por grupos de ilhas)

Observação: A repetição de colunas para 1695 e 1747 corresponde à introdução do índice de correcção de 15%, correlativo à suposta falta de menores de 7 anos, que naturalmente acresce os valores da densidade.

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.



A Graciosa manifesta a mais alta taxa de concentração de habitantes por Km², em acréscimo contínuo e regular, desde os 92.5 ou 106.4 de 1695, consoante o universo de cálculo, aos 125.6 de 1795⁷². Depois, releva a densidade do Faial, que só transito-

⁷¹ Cf. a tabela 5 e o gráfico 6.

⁷² Cf. a tabela 5 e o gráfico 6.

A utilização do cálculo alternativo da percentagem de menores acresce ligeiramente todas as densidades. No caso da Graciosa, verificamos, por exemplo, uma alteração significativa, porque o máximo da concentração das gentes ocorre então em 1747, na ordem dos 130.8 habitantes por Km².

riamente perde a 2ª posição a favor de S. Miguel em 1776, adquirindo, entretanto, o precedente lugar logo em 1795⁷³. Na Terceira, o permanente acrescentamento das taxas não obsta à comedia subalternização, que implica, na transição do século XVII para a era de setecentos, a perda do 3º posto em benefício do significativo ímpeto demográfico micaelense⁷⁴. Na verdade, no decorrer do século XVIII, o aumento absoluto dos habitantes de S. Miguel corresponde a uma densidade populacional crescente, que decerto prepara a hodierna preponderância micaelense no quadro demográfico dos Açores⁷⁵. Na individualização da considerável convergência das gentes, ressaltam também as contribuições de S. Jorge e do Pico no grupo central, que ganham particular projecção no século XVIII. De facto, S. Jorge, que ocupa o 7º lugar em 1695, ascende ao 5º posto nas estatísticas de setecentos. Do mesmo modo, o Pico regista a mais baixa concentração demográfica no ocaso do século XVII, mas conquista a 7ª posição em 1747, fixando-se depois no 6º lugar no ocaso da centúria⁷⁶. Nos grupos oriental e ocidental, a referida e peculiar evolução populacional de S. Miguel minimiza a inferior aglomeração dos povos em Santa Maria, Flores e Corvo, que possuem efectivos demográficos exíguos. Com efeito, estas ilhas evidenciam as densidades mais baixas em 1795, avultando principalmente o decréscimo dos marienses, que então ocupam o último lugar neste capítulo⁷⁷.

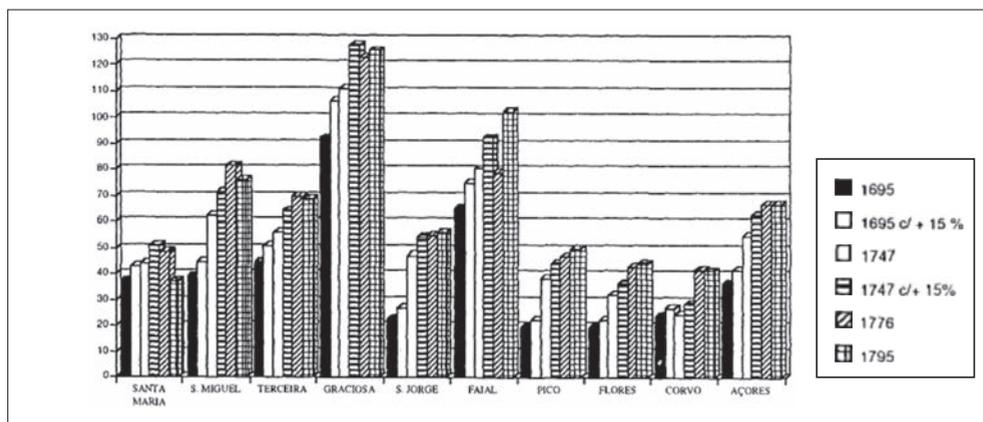


Gráfico 6. População dos açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (densidade por ilhas)

Observação: A repetição de colunas para 1695 e 1747 corresponde à introdução do índice de correcção de 15%, correlativo à suposta falta de menores de 7 anos, que naturalmente acresce os valores da densidade.

Fontes: AHU, Açores, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

⁷³ Cf. a tabela 5 e o gráfico 6.

⁷⁴ Cf. a tabela 5 e o gráfico 6.

⁷⁵ Cf. as tabelas 1 e 5 e o gráfico 6.

⁷⁶ Cf. a tabela 5 e o gráfico 6.

⁷⁷ Cf. a tabela 5 e o gráfico 6.

2.3. Uma tentativa de interpretação

Nos Açores, a ponderação dos quantitativos demográficos do século XVIII faculta o esboço de projecções credíveis, independentemente da eventual falibilidade de diversas referências. Com efeito, ressalta a predominante tendência do acréscimo das gentes, que determina a obtenção de densidades populacionais muito superiores às do Portugal metropolitano e também acima das taxas da Europa transpirenaica, tradicionalmente mais povoada⁷⁸. Contudo, esta ocorrência não implica o vulgar reconhecimento de um correlativo excedente demográfico. Porém, assinalamos a perspicua individualização de duas questões, que requerem adequada reflexão, nomeadamente o dominante efectivo populacional do grupo central e a interrupção do considerável incremento micaelense no ocaso de setecentos.

No centro do arquipélago, as assimetrias económicas e a menor fertilidade agrícola, sobretudo na perspectiva da produção cerealífera, contrastam com a aglomeração dos povos, atestada na dimensão absoluta e também apreciável na variante relativa⁷⁹. Nestas circunstâncias, a eclosão natural de crises de subsistência compromete o provimento público regular, motivando o efeito, pelo menos virtual, da profusão das gentes, que reclama o clemente valimento do poder. Assim, a intemperança climática da 1ª metade da década de 1740 talvez influa na outorga de incentivos régios à partida de casais açorianos para o Brasil meridional, principalmente determinada pela adversa conjuntura política e militar da preponderante colónia sul-americana⁸⁰. Neste caso, a averiguação do alistamento de candidatos adquire particular consideração, à luz da característica distribuição dos insulanos. De facto, avulta a máxima participação de moradores das ilhas mais pobres do grupo central, concretamente de S. Jorge, Graciosa, Pico e Faial, relevando ainda uma notável percentagem de terceirenses, em nítido contraste com uma insignificante proporção de pretendentes de S. Miguel. Assim, no 3º quartel de setecentos, sempre correlacionamos o comedido decréscimo do peso demográfico do centro do arquipélago, comparativamente ao correspondente aumento do grupo oriental, com o impacto social do êxodo brasileiro, que ocasiona a saída de aproximadamente 6.000 indivíduos, muitos deles casais em tempo de procriação⁸¹. No entanto, demandam também apropriada meditação as consequências do devastador ter-

⁷⁸ FERRO, 1995: 36-39.

⁷⁹ Cf. as tabelas 2 e 4 e o gráfico 3.

⁸⁰ AHME, cx.. 407, s/nº, consulta do Conselho Ultramarino sobre requerimento açoriano de emigração para o Brasil, Lisboa, 8 de Agosto de 1746. Veja-se também: MENESES, 1995: 333-342.

⁸¹ Cf. as tabelas 2 e 4. Consulte-se igualmente: PIAZZA, 1992: 354.

ramoto de 9 de Julho de 1757, que vitima mais de 1 000 pessoas nos municípios jorgenses da Calheta e do Topo⁸².

Em referência a S. Miguel, após um longo tempo de notável crescimento, que alicerça a hodierna proeminência, a concomitância de uma predominante estagnação com uma pontual recessão modela o figurino demográfico açoriano do último quartel do século XVIII⁸³. A suprema capacidade produtiva micaelense, que sustenta o desenvolvimento do comércio, dificulta naturalmente a compreensão da tendência alquebrada. Neste particular, o testemunho de José Medeiros da Costa Albuquerque, capitão do presidio do castelo de S. Brás, que destaca a decadência da economia micaelense no ocaso de setecentos, não constitui competente justificativo da contracção populacional. De facto, carece de conveniente prova o reconhecimento de uma eventual e inusitada crise económica em S. Miguel, numa conjuntura açoriana de maior abastança. Com efeito, na génese das observações de aparente clarividência do militar micaelense, imperam em demasia as motivações ideológicas. Na verdade, Costa Albuquerque manifesta princípios que prenunciam o advento de uma nova era. Por isso, contesta com veemência o desempenho do Governo Geral instituído em 1766 que, ainda na estrita óptica dos micaelenses, confere insuportável longevidade à tradicional primazia política da Terceira, por via da promoção de Angra à dignidade de capital⁸⁴. Assim, no desconhecimento da súbita irrupção de grandes calamidades, apesar da individualização de perturbações agrícolas, avulta uma vez mais a possível correspondência da recessão demográfica micaelense, bem perceptível no começo dos anos noventa, com a variável migratória. Nesta altura, releva decerto a sugestão brasileira, mas também exige conveniente exame o contributo açoriano para o projecto de colonização do Alentejo intentado por Pina Manique⁸⁵. Neste caso, o distanciamento da problemática em relação ao privilegiado âmbito cronológico da nossa investigação e o incipiente conhecimento dos surtos migratórios açorianos obrigam à mera apresentação de hipóteses, que reclamam óbvio esclarecimento e possível rectificação⁸⁶.

⁸² CUNHA, 1981: 695.

⁸³ Cf. as tabelas 1, 3 e 7 e os gráficos 2 e 6.

⁸⁴ *Relatório de José Medeiros da Costa Albuquerque, 1797*, 1983: 492-507; MENESES, 1993: 33-35.

Sobre o significado das propostas de José Medeiros da Costa Albuquerque nos Açores do fim do século XVIII, consulte-se: RILEY, 1995: 159-206.

⁸⁵ TAVARES & PINTO, 1990: 62-64; COSTA, 1998: 401-429; COSTA, 2004: 227-259; FERRO, 1995: 34.

Acerca do processo migratório entre as ilhas e o Reino a meio de setecentos, sugerimos a consulta de: MENESES, 1996: 69-81; MENESES, 2011: 377-389.

⁸⁶ De 1766 ao triunfo da revolução liberal, o estudo da questão migratória açoriana, traduzida no embarque para o Brasil de indivíduos, casais e militares, regista entretanto progresso. Consulte-se: MATOS & SOUSA, 2008: 542-551; MADEIRA, 1999: 183-248; RODRIGUES & MADEIRA, 2001: 109-130.

A análise da evolução demográfica dos Açores no século XVIII ainda questiona a eficácia governativa da Capitania Geral, que proclama em 1766 propósitos de decoro sócio-político e de revalorização geoeconómica. Para o cumprimento deste ambicioso programa, as novas autoridades sublinham o imprescindível contributo de muita gente, sugerindo o embaraço da emigração, numa clara estratégia de desejável acréscimo dos homens. Nesta perspectiva, a estagnação populacional do último quartel de setecentos significa um incómodo paradoxo, pois constitui um retrocesso face à precedente época de pretensa anarquia e decadência e ainda corresponde a uma indesejável demarcação do ímpeto demográfico expansionista, que individualiza o Reino e a Europa na mesma altura. Este distinto comportamento confere apropriada razão aos críticos, que apregoam o rápido colapso dos intentos pombalinos de racionalidade administrativa e desenvolvimento económico⁸⁷.

CONCLUSÃO

O equilíbrio frágil da sociedade do Antigo Regime – demasiado dependente da precária capacidade de reacção às mais ordinárias adversidades naturais – gera vulgarmente pareceres simultâneos e contraditórios de excesso e défice demográficos, de validade muito relativa. De facto, avulta a impossibilidade de cálculo do ajustado número de homens, porque a organização débil da produção converte a subsistência necessária em incerteza permanente. Ademais, a influência das doutrinas económicas, nomeadamente as teorias mercantilistas, origina juízos sobre o papel da população, que também distorcem a recta análise demográfica.

A escassez e a imprecisão das fontes, particularmente acentuadas pela ínsita diversidade insular, estorvam igualmente o criterioso cômputo das gentes. Com efeito, o reconhecimento de reais propósitos de quantificação decorre dos intentos políticos de uniformidade e centralização, que individualizam a instituição da Capitania Geral em 1766. Todavia, a incapacidade da malha administrativa civil aconselha a delegação dos encargos de recenseamento na hierarquia eclesiástica que, no vulgar incumprimento da rigorosa contagem, invoca a ineficácia do novo governo, a falta de meios e a dificuldade das comunicações. Nestas circunstâncias, ressalta a custosa caracterização da evolução demográfica do arquipélago no período

⁸⁷ A este propósito, a partir de 1799, data da assunção oficial, pelo príncipe D. João, da regência do Reino, Ricardo Manuel Madruga da Costa identifica uma espécie de refundação da Capitania Geral dos Açores, vertida em tentativa de regeneração administrativa, embora José Damião Rodrigues só reconheça um acréscimo de poder do capitão general após 1807, por via da fuga da corte para o Rio de Janeiro, que dificulta o estabelecimento de correspondência regular com as ilhas. Curioso é, entretanto, o facto de Paulo Lopes Matos individualizar a organização de registos da população açoriana com acrescido rigor, precisamente em 1799 e 1808. (COSTA, 2005: 47-57; RODRIGUES, 2003: 839; MATOS, 2007: 24-26).

em apreço, relevando a aconselhável opção pelo estudo de conjuntos populacionais restritos, que facultem a utilização de fontes muito diferenciadas, com destaque para a averiguação dos úteis registos paroquiais. Esta metodologia promove, embora por prudente aproximação, a avaliação credível do número dos homens.

A descontinuidade das referências ainda possibilita a apresentação de ilações verosímeis sobre o comportamento demográfico dos Açores na era de setecentos. Com efeito, após um longo tempo de nítido acréscimo das gentes, que decorre do ímpeto do povoamento quatrocentista e das oportunidades geoeconómicas dos séculos XVI e XVII, a centúria setecentista marca uma nova etapa. De facto, ainda reconhecemos globalmente taxas de crescimento da população semelhantes às das demais sociedades do Antigo Regime, mas releva uma intrigante diferença entre o aumento demográfico da 1ª metade ou dos 1^{os} três quartéis do século XVIII e a estagnação e inclusivamente o decréscimo pontual, que curiosamente sucedem no termo da centúria. Esta distinta evolução decorre certamente da dificuldade técnica e jurídica de alargamento do perímetro agrícola, da eventual perda de alguma relevância no trânsito euro-ultramarino, que ampara o comedido fenómeno da ruralização nas ilhas de maior dimensão, e da crescente miragem brasileira, estímulo de um regular fluxo migratório. No arquipélago, releva o superior efectivo demográfico das ilhas do grupo central, cuja inconstância económica diminui a capacidade de resistência face à inesperada manifestação de contrariedades naturais, justificação bastante da acrescida participação, entre 1747 e 1753, de açorianos da Terceira, Graciosa, S. Jorge, Faial e Pico na ocupação do Brasil meridional⁸⁸. No entanto, acresce também o peso populacional de S. Miguel, que confirma a prevalência absoluta, sustentáculo da completa hegemonia dos tempos mais próximos. Porém, na Terceira, ainda persiste a maior concentração urbana, apesar da conquista por Ponta Delgada do epíteto de primeira cidade dos Açores, por consideração ao maior número de moradores.

⁸⁸ Acerca da participação açoriana na ocupação do Brasil meridional em meados do século XVIII, desenvolvemos muita investigação nos arquivos das ilhas e de Lisboa, que propiciou a publicação dos estudos que agora enumeramos, alguns à margem dos propósitos da mera quantificação demográfica: MENESES, 1999: 251-264; MENESES, 2000: 115-140; MENESES, 2001a: 97-109; MENESES, 2001b: 233-243; MENESES, 2001-02: 43-59 (todos estes artigos foram agora republicados em MENESES, 2011: 391-488).

TABELAS

Tabela 1. População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (por ilhas)

ILHAS \ ANOS	1695	1747	1776	1795
Santa Maria	3 600 (4 140)	4 280 (4 922)	4 721	3 598
São Miguel	29 113 (33 480)	46 415 (53 377)	60 850	56 744
Terceira	17 916 (20 603)	22 468 (25 838)	28 199	27 590
Graciosa	5 658 (6 507)	6 799 (7 819)	7 545	7 685
São Jorge	5 709 (6 565)	11 616 (13 358)	13 551	13 732
Faial	11 294 (12 988)	13 902 (15 987)	13 664	17 689
Pico	8 720 (10 028)	17 172 (19 748)	21 061	22 310
Flores	2 750 (3 163)	4 522 (5 200)	6 125	6 236
Corvo	406 (467)	427 (491)	717	712
Total	85 166 (97 941)	127 601 (146 740)	156 433	156 296

Observação: Os valores inscritos entre parêntesis nas colunas de 1695 e 1747 respeitam a estimativas resultantes da aplicação de uma taxa de 15% sobre as quantidades constantes nos mapas originais, correspondente à percentagem aproximada dos menores de 7 anos.

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

Tabela 2. População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (por grupos de ilhas)

GRUPOS \ ANOS	1695	1747	1776	1795
Grupo Oriental (S ^a Maria e S. Miguel)	32 713 (37 620)	50 695 (58 299)	65 571	60 342
Grupo Central (Terceira, Graciosa, S. Jorge, Faial e Pico)	49 297 (56 691)	71 957 (82 750)	84 020	89 006
Grupo Ocidental (Flores e Corvo)	3 156 (3 630)	4 949 (5 691)	6 842	6 948
Total	85 166 (97 941)	127 601 (146 740)	156 433	156 296

Observação: Os valores inscritos entre parêntesis nas colunas de 1695 e 1747 respeitam a estimativas resultantes da aplicação de uma taxa de 15% sobre as quantidades constantes nos mapas originais, correspondente à percentagem aproximada dos menores de 7 anos.

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

Tabela 3. População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (% por ilhas)

ILHAS \ ANOS	1695	1747	1776	1795
Santa Maria	4.2	3.4	3.0	2.3
São Miguel	34.1	36.4	38.9	36.3
Terceira	21.0	17.6	18.0	17.7
Graciosa	6.6	5.3	4.8	4.9
São Jorge	6.7	9.1	8.7	8.8
Faial	13.3	10.9	8.7	11.3
Pico	10.2	13.5	13.5	14.3
Flores	3.2	3.5	3.9	4.0
Corvo	0.5	0.3	0.5	0.5

Fontes: AHU, Açores, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

Tabela 4. População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (% por grupos de ilhas)

GRUPOS \ ANOS	1695	1747	1776	1795
Grupo Oriental (S ^a Maria e S. Miguel)	38.3	39.8	41.9	38.6
Grupo Central (Terceira, Graciosa, S. Jorge, Faial e Pico)	57.8	56.4	53.7	57.0
Grupo Ocidental (Flores e Corvo)	3.7	3.8	4.4	4.5

Fontes: AHU, Açores, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

Tabela 5. População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (densidade por ilhas)

ILHAS \ ANOS	1695	1747	1776	1795
Santa Maria (97.18 km ²)	37.0 (42.6)	44.0 (50.6)	48.6	37.0
São Miguel (746.76 km ²)	38.8 (44.8)	62.2 (71.5)	81.5	76.0
Terceira (402.17 km ²)	44.5 (51.2)	55.8 (64.2)	70.1	68.6
Graciosa (61.17 km ²)	92.5 (106.4)	111.1 (127.8)	123.3	125.6

São Jorge (245.76 km ²)	23.2 (26.7)	47.3 (54.4)	55.1	55.9
Faial (173.11 km ²)	65.2 (75.0)	80.3 (92.4)	78.9	102.2
Pico (447.74 km ²)	19.5 (22.4)	38.4 (44.1)	47.0	49.8
Flores (141.70 km ²)	19.4 (22.3)	31.9 (36.7)	43.2	44.0
Corvo (17.12 km ²)	23.8 (27.2)	24.8 (28.7)	41.9	41.6
Açores (2332.71 km ²)	36.5 (41.9)	54.7 (62.9)	67.1	67.0

Observação: Os valores inscritos entre parêntesis nas colunas de 1695 e 1747 respeitam a estimativas resultantes da aplicação de uma taxa de 15% sobre as quantidades constantes nos mapas originais, correspondente à percentagem aproximada dos menores de 7 anos.

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

Tabela 6. População dos Açores em 1695, 1747, 1776 e 1795 (densidade por grupos de ilhas)

ANOS	1695	1747	1776	1795
GRUPOS				
Grupo Oriental (S ^a Maria e S. Miguel) 843.94 km ²	38.8 (44.6)	60.1 (69.1)	77.7	71.5
Grupo Central (Terceira, Graciosa, S. Jorge, Faial e Pico) 1329.95 km ²	37.1 (42.6)	54.1 (62.2)	63.2	66.9
Grupo Ocidental (Flores e Corvo) 158.82 km ²	19.9 (22.9)	31.2 (35.8)	43.1	43.7

Observação: Os valores inscritos entre parêntesis nas colunas de 1695 e 1747 respeitam a estimativas resultantes da aplicação de uma taxa de 15% sobre as quantidades constantes nos mapas originais, correspondente à percentagem aproximada dos menores de 7 anos.

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

Tabela 7. População dos Açores em 1695-1747, 1747-76 e 1776-95 (variação)

ILHAS	ANOS	1695 -	1747	1747-	1776	1776 -	1795
		Global	T.C.A.M (%)	Global	T.C.A.M (%)	Global	T.C.A.M (%)
Santa Maria		+680	+0.33	+441 (-201)	+0.34 (-0.14)	-1123	-1.42
São Miguel		+17302	+0.90	+14435 (+7473)	+0.94 (+0.45)	-4106	-0.36
Terceira		+4552	+0.44	+5731 (+2361)	+0.88 (+0.30)	-609	-0.11
Graciosa		+1141	+0.35	+746 (-274)	+0.36 (-0.12)	+140	+0.1
São Jorge		+5907	+1.38	+1935 (+193)	+0.53 (+0.05)	+181	+0.06
Faial		+2608	+0.40	-238 (-2323)	-0.06 (-0.53)	+4025	+1.37
Pico		+8452	+1.31	+3889 (+1313)	+0.70 (+0.22)	+1249	+0.30
Flores		+1772	+0.96	+1603 (+925)	+1.05 (+0.56)	+111	+0.09
Corvo		+21	+0.1	+290 (+226)	+1.80 (+1.31)	-5	-0.03
Total		+42435	+0.78	+28832 (+9693)	+0.70 (+0.22)	-137	-0.005

Observação: Os valores inscritos entre parêntesis na coluna de 1747-1776 respeitam a uma estimativa resultante da aplicação de uma taxa de 15%, equivalente por aproximação aos menores de 7 anos, que decerto não figuram no mapa de 1747.

Fontes: AHU, *Açores*, cx. 3, nº 20, já cit.; cx. 11, nº 49, já cit.; cx. 24, nº 17, já cit. Veja-se também: GIL, 1979: 319.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Arquivo da Alfândega de Ponta Delgada (AAPD)

Livro de Registo (1656-1801): fls. 269v-270v; 275v-276v.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Açores: cx. 3, nºs 20, 33, 58, 66 e 67; cx. 5, nº 49; cx. 6, nºs 8 e 14; cx. 7, nºs 5 e 25; cx. 11, nº 49; cx. 16, nº 21; cx. 23, nºs 10 e 44; cx. 24, nº 17.

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, integrado na Torre do Tombo (AHMF)

cx. 407, s/nº.

Arquivo Municipal da Ribeira Grande (AMRG)

Vereações (1767-71): fls. 118-118v.

Arquivo Paroquial de Santo António (APSA)

Visitas Pastorais (1674-1772): fls. 56-58.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH)

Almoxarifado do Pico: m. 5 (1764-66), s/nº.

Câmara de Angra: Livro de Tombo (1737-91), fls. 337-337v. Vereações (1751-55), fls. 10v e 90v-91.

Câmara da Calheta: Vereações (1752-56), fls. 63-63v.

Capitania Geral: Livro de registo geral da provedoria da fazenda de Angra (1700-74), fls. 253-253v.

Livro de registo de ordens reais (1766-78), fls. 15-15v e 16-16v. Livro de registo de portarias e ordens do governo geral dos Açores (1766-73), fls. 25-26, 38-39v e 45v-46.

Correspondência, m. 19 (1768-1814).

Visitas Pastorais da Praia – Terceira (1659-1757), fls. 176v-177v.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta (BPARH)

Câmara da Horta: Livro de Registo (1751-70), fls. 129-132.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD)

Câmara Municipal de Ponta Delgada: Livro de Registo (1719-95), fls. 365-365v. Vereações (1760-85), fl. 119.

Francisco Borges da Silva, *Estatística geral e particular da ilha de S. Miguel, 1816*. In *Varietades Açorianas*, vol 10.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo: Livro 244, fls. 203v-204. Livro 264, fls. 181-181v. Livro 270, fls. 167v-168. Livro 274, fls. 407-408.

Desembargo do Paço, Estremadura e Ilhas: m. 999, nº 63; m.1987, nºs 2 e 26.

Desembargo do Paço, Ilhas: m. 29, nº 19.

Ministério do Reino: m. 295, s/nº; m. 611, nº 38; m. 613, nº 42-a).

Papéis do Ministério do Reino: m. 611, s/nº.

(Observação: em referência aos manuscritos, e no intuito da boa interpretação das “Normas de edição” deste livro, optámos pela supressão das citações no corpo do texto e pela sua actualização nas notas de rodapé)

Impressos

AMORIM, Maria Norberta (s/d) – *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico*. s/l: Universidade do Minho/Instituto de Ciências Sociais.

Carta a El Rey nosso Senhor em que lhe faz relação Antonio Couto das seis ilhas baixas e da Terceira, anno de 1709 (1983). “Arquivo dos Açores”, reedição, XII. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, p. 460-472.

CIPOLLA, Carlo M. (1984) – *História Económica da Europa Pré-Industrial*. Lisboa: Edições 70.

CORDEIRO, Pe. António (1981) – *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*. Reimpressão da edição *princeps* de 1717. s/l: Secretaria Regional de Educação e Cultura.

COSTA, Elisa Maria Lopes da (1998) – *Novos destinos para as gentes açorianas em finais de Setecentos: terras de Além-Tejo um espaço a povoar?* In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*.

- Actas do Colóquio realizado nas ilhas de Faial e S. Jorge de 12 a 15 de Maio de 1997. Horta: Núcleo Cultural, p. 401-429.
- COSTA, Elisa Maria Lopes da (2004) – *Famílias açorianas povoadoras das margens do Tejo no último quartel de Setecentos*. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*. Actas do III Colóquio. Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo. Horta: Núcleo Cultural, p. 227-259.
- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da (2005) – *Os Açores em finais do regime de Capitania Geral. 1800-1820*. I, Horta: Núcleo Cultural.
- CUNHA, Pe. Manuel Azevedo da (1981) – *Notas Históricas II. Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*. Recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- CUNHA, Pe. Manuel Azevedo da (1983) – *Contribuição para a história da Freguesia da Calheta de S. Jorge*. “Arquivo dos Açores”, reedição, XIII. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 395-498.
- DENIS, Michel; BLAYAU Noel (1970) – *Le XVIIIe siècle*. Paris: A. Collin.
- DIAS, João José Alves (1996) – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- DRUMMOND, Francisco Ferreira (1990) – *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*. Estudo introdutório, leitura, fixação de texto e índices de José Guilherme Reis Leite. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- DUNCAN, T. Bentley (1972) – *Atlantic Islands: the Azores, Madeira and Cape Verdes in the seventeenth century: Commerce and Navigation*. Chicago: The University Chicago Press.
- FERRO, João Pedro (1995) – *A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Editorial Presença.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha (1979) – *O arquipélago dos Açores no século XVII (1575-1675). Aspectos sócio-económicos*. Castelo Branco: edição da autora.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1955) – *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*. Paris: A. Collin.
- LEITE, José Guilherme Reis (1971) – *Administração, Sociedade e Economia dos Açores (1766-1793)*. “Arquivo Açoriano” 16, 2ª parte, Lisboa: editor Victor Hugo Forjaz, p. 267-368.
- LEITE, José Guilherme Reis, introdução e fixação do texto, (1988) – *O Códice 529 – Açores do Arquivo Histórico Ultramarino. A Capitania Geral dos Açores sob o Consulado Pombalino*. s/l: Secretaria Regional de Educação e Cultura/Universidade dos Açores, Coleção de Fontes para a História dos Açores.
- LUZ, Pe. António José Lopes da (1917-1919) – *Monographia de Santa Luzia do Logar das Feteiras*. “Revista Micaelense”, anno 2º, nºs 4 e 5, Ponta Delgada: editor Ayres Jácome Corrêa, p. 345-373 e 453-483.
- MADEIRA, Artur Boavida (1999) – *População e emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimonia Historica.
- MAIA, Francisco Athayde Machado Faria e (1988) – *Capitães dos Donatários (1439-1766)*. 4ª ed. Ponta Delgada: Instituto Cultural.
- MARQUES, A.H. Oliveira (1978) – *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Palas Editores.
- MATOS, Artur Teodoro de (1982) – *Uma memória setecentista inédita da ilha Graciosa*. “Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, XL. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 375-396.
- MATOS, Paulo Lopes (2007) – *O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) – Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais.

- MATOS, Paulo Lopes; SOUSA, Paulo Silveira e (2008) – *População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil*. In MATOS, Artur Teodoro; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis, direcção científica – *História dos Açores*, vol. I. s/l: Instituto Açoriano de Cultura.
- MAURO, Frédéric (1983) – *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1993) – *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770) I. Poderes e Instituições*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1995) – *A insuficiência frumentária do Faial-Pico em meados do século XVIII*. In *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*. Horta: Núcleo Cultural, p. 333-342.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1996) – *O Giro das Gentes: migrações açorianas nos espaços insular e metropolitano em meados do século XVIII*. “Ler história”, 31, “Açores: peças para um mosaico”. Lisboa: ISCTE, p. 69-81.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1998) – *A Questão Demográfica nos Açores: as incógnitas de meados de setecentos*. “Arquipélago. Ciências Sociais”, nº 11-12. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 51-63.
- MENESES, Avelino de Freitas de (1999) – *Os Ilhéus na Colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720*. “Arquipélago-história”, 2ª série, III. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 251-264.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2000) – *Dos Açores aos Confins do Brasil: as motivações da colonização açoriana de Santa Catarina em meados de setecentos*. “Ler história”, 39, Lisboa: ISCTE, p. 115-140.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2001a) – *Em Torno da Condição Social da Colonização Setecentista Açoriana do Brasil Meridional*. In Maria Beatriz Nizza da Silva, organização, *De Cabral a Pedro I. Aspectos da Colonização Portuguesa no Brasil*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, p. 97-109.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2001b) – *Entre os Açores e o Brasil, em Meados do Século XVIII: as condições do transporte de casais açorianos para a ilha de Santa Catarina*. In Maria Beatriz Nizza da Silva, coordenação, *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 233-247.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2001-02) – *Os Açorianos na Colonização Setecentista do Brasil Meridional: destinos, acomodação e resultados*. “Studia”, 58-59. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 43-59.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2011) – *Antigamente, Era Assim! Ensaio de História dos Açores*. Ponta Delgada: Publiçor.
- MENEZES, Manuel Sousa (1952) – *Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina*. “Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, X. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 40-104.
- MONTE ALVERNE, Frei Agostinho de (1960-1962) – *Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 3 vols.
- PIAZZA, Walter F. (1992) – *A epopeia Açórico-Madeirense (1748-1756)*. Florianópolis: Editora da UFSC/ Editora Lunardelli.
- Relatório de José Medeiros da Costa Albuquerque, Governador Militar de S. Miguel. 1797* (1983) – “Arquivo dos Açores”, reedição, XII, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 492-507.
- RÉMOND, René (1974) – *Introduction à l'histoire de notre temps, I – L'Ancien Régime et la Révolution (1750-1815)*. Paris: Éditions du Seuil.

- RIBEIRO, João da Rocha (1981) – *Colecção de Avisos Regios, Officios e mais papeis relativos à Exportação do Grão das Ilhas dos Açores com humas observações sobre a necessidade que há de se declarar por huma vez livre de todo e qualquer embaraço aquella exportação, assim para os Portos Nacionaes, como para os Estrangeiros*. “Arquivo dos Açores”, reedição, V, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, p. 283-341.
- RILEY, Carlos Guilherme (1995) – *As luzes escondidas da modernidade em S. Miguel (uma proposta de itinerário retrospectivo)*. In *A Autonomia no Plano Histórico (Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores)*, vol. 1. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, p. 159-206.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar (1987) – *População, Economia e Sociedade Micaelense em finais do século XVIII. O mapa da população de João Leite de Chaves e Melo Borba Gato*. “Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, XLV, I. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 285-353.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar (1991) – *Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do século XVIII*. “Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, XLIX. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 53-101.
- RODRIGUES, José Damião (2003) – *São Miguel no Século XVIII: casa, elites e poder*, II. Ponta Delgada: Instituto Cultural.
- RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida (2001) – *A Emigração para o Brasil. As levas de soldados no século XVIII*. In MENESES, Avelino de Freitas de, coordenação – *Portos, Escalas e Ilheús no Relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*. Ilhas Terceira e S. Miguel (Açores), 11 a 18 de Abril de 1999, 2º volume. s/l: Universidade dos Açores/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 109-130.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (1990) – *Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Horizonte.
- TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos (1990) – *Pina Manique. Um Homem entre duas épocas*. Lisboa: Casa Pia.

ENDOGAMIA, CONSANGUINIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL: O MERCADO MATRIMONIAL DAS ELITES AÇORIANAS NO ANTIGO REGIME*

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES**

1. No decurso das últimas décadas, vários estudos demonstraram que a casa era o modelo dominante de estrutura organizadora do universo nobiliárquico europeu, estando, em diversos espaços, como no caso das monarquias ibéricas, em estreita relação com o sistema vincular. A conservação da casa significava, para além de preservar o património familiar, manter o estatuto social da família, garantir a transmissão do “capital simbólico” ou “herança imaterial”, que consistia, afinal, no prestígio e lustro familiares. Neste contexto, era em função da conservação da casa que se definiam e estabeleciam as negociações, os contratos e as alianças matrimoniais, quer as que tinham lugar entre diferentes famílias, não aparentadas entre si, quer as que ocorriam dentro do círculo estreito da parentela, entendida simultaneamente como “esquema operativo” e como “rede de parentesco”. O casamento surgia, assim, como o momento-chave na configuração de uma determinada lógica de reprodução social.

Partindo deste quadro, pretendemos nesta exposição apresentar as estratégias matrimoniais adoptadas pelas elites açorianas durante o Antigo Regime, com par-

* Este texto constitui uma versão revista de uma conferência originalmente apresentada no âmbito do ciclo *Império português de Antigo Regime: características estruturantes e papel da pequena nobreza. Conferências e Debates*, organizado no âmbito do Projecto “Pequena nobreza e ‘nobreza da terra’ na construção do império: os arquipélagos atlânticos”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, PTDC/HAH/66107/2006, Temática 1: Redes Clientelares e Política de Casamentos, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), 25 e 26 de Junho de 2009.

** CH-FLUL. josedamiaorodrigues@campus.ul.pt

ticular enfoque nos séculos XVII e XVIII e no caso de São Miguel, sublinhando dois aspectos que consideramos importantes para um entendimento dos comportamentos demográficos e das estratégias de alianças das elites em espaços insulares arquipelágicos, que variavam de acordo com o seu nível de *status* e honra: por um lado, a estreita articulação entre endogamia e consanguinidade, com matrimónios dentro dos graus proibidos mais reforçados do que em outras regiões; e, por outro lado, como que numa resposta quase paradoxal a esta situação, o facto de os horizontes de alianças dos estratos superiores dessas mesmas elites estarem situados para além dos limites de uma ilha.

2. Em obra colectiva sobre a Europa publicada há mais de uma década, um dos seus colaboradores, responsável pela análise dos modelos familiares e dos sistemas de transmissão de bens entre gerações, considerou que em Portugal coexistiam um *sistema de parentela*, caracterizado por uma sucessão fraccionada e pela herança igualitária, no interior do qual se podiam detectar redes de parentesco bilaterais, e um *sistema de casa*, definido por uma sucessão única e um modelo de herança preciputário, isto é, que favorecia um herdeiro¹. E, de facto, não obstante a grande complexidade que se podia observar empiricamente, marcada pela diversidade dos agregados domésticos e pelas adaptações do modelo “puro” às realidades locais e necessidades pontuais de famílias e indivíduos, aquela tipologia pode funcionar como o ponto de partida da nossa exposição.

A necessidade do estudo das casas e das famílias no âmbito do poder local tem sido colocada em destaque pela historiografia portuguesa mais recente². E se a família era a célula-base da sociedade, o modelo organizacional por excelência dos grupos familiares dominantes era, de acordo com as fontes da época, o da *casa*. Conceito fundamental, a sua importância resultava não apenas do facto da “economia doméstica”, o “governo da casa”, serem um modelo para a gestão do poder político³, mas ainda – ou sobretudo – do facto da casa não ser unicamente uma unidade residencial ou um conjunto de bens materiais, englobando também o “capital simbólico” que o nome e a história de uma determinada família transportavam⁴.

Com efeito, ao analisarmos a dimensão do parentesco e os conceitos de família que coexistiam na Europa do Antigo Regime, deparamos com a noção de “casa” em diversos espaços socioculturais, o que demonstra, afinal, que, em termos da organização social europeia, existia uma base comum. No entanto, como alertou

¹ AUGUSTINS, 1994.

² Cf., entre outros, MACEDO, 1992; MONTEIRO, 1997, 1998b; RODRIGUES, 2003 [2004].

³ FRIGO, 1985: 65-101; FRIGO, 1991.

⁴ IMÍZCOZ BEUNZA, 1996: 32-33; MARTÍNEZ RUEDA, 1996: 131-142.

Jean-Louis Flandrin, o conceito de “casa” não é fácil de apreender, de captar⁵. “Casa” não significava apenas – esse seria, aliás, o seu sentido menos importante – “local de residência”, “coabitação”; “casa” era um dos sinónimos de família e possuía um conteúdo que considerava não apenas aqueles que viviam numa mesma residência, mas todos quantos se encontravam ligados por laços de sangue (consanguinidade), pelo parentesco espiritual (compadrio) e por afinidade. Dito de outro modo, a casa era não apenas *domos* (casa-edifício), mas também *domus* (casa-família), estando este último sentido intimamente associado ao conceito de linhagem e ao nome (apelido) familiar⁶.

Em Portugal, este duplo sentido de “casa” está presente na respectiva entrada no dicionário do padre Rafael Bluteau, de começos do século XVIII. Segundo o autor, entre os múltiplos significados de “casa”, podíamos encontrar quer o de “Morada de casas, edificio, em que vive huma familia com seus moveis, & alfayas, amparada das injurias do tempo.”, quer o de “Casa. Geração. Família.”⁷ No entanto, convirá salientar que as mutações operadas ao nível do léxico sociopolítico nos séculos XVII e XVIII e a progressiva adopção da noção de “casa” pelos grupos nobiliárquicos não eliminaram outros conceitos igualmente importantes quando pensamos na nobreza, como as de “linhagem” e “família”⁸.

Conforme tivemos já oportunidade de demonstrar, no arquipélago dos Açores, quando analisamos algumas das obras mais marcantes da produção historiográfica local no período moderno, é perceptível uma evolução do vocabulário que termina com a afirmação da “casa” enquanto conceito e estrutura que organiza o espaço social das nobrezas insulanas. Se na crónica tardo-quincentista da autoria do sacerdote micaelense Gaspar Frutuoso (1522-1591), as *Saudades da Terra*, ainda encontramos a família ou o grupo familiar e as suas várias linhas como o elemento estruturante do corpo nobiliárquico, já nas obras de dois padres naturais da ilha Terceira, Manuel Luís Maldonado (1645-1711)⁹ e António Cordeiro (1640-1722)¹⁰, concluídas em inícios do século XVIII, é a casa que domina, o que é particularmente visível na narrativa de António Cordeiro, na qual a casa se configura como o modelo organizacional da nobreza, em geral, e da micaelense, em particular¹¹.

⁵ FLANDRIN, 1992 [1976; edição revista: 1984]: 19.

⁶ COLLOMP, 1983: 81-82.

⁷ BLUTEAU, 1712, II: 172-175.

⁸ MONTEIRO, 1993; 1998a: 79-97.

⁹ MALDONADO, 1997: 16-91. O autor apresenta as genealogias das famílias dos capitães de Angra e da Praia e as das “famílias nobres e honradas” que povoaram a ilha Terceira, organizadas segundo o modelo linhagístico.

¹⁰ CORDEIRO, 1981.

¹¹ Idem: 172, 175, 180 (“as mais das casas nobres destas duas Ilhas de Santa Maria, & Saõ Miguel”), 186, 195, 200 (“a grande casa do pay”), 201 (“casas titulares”) e 206-207 (“das principais, & ricas casas de

Esta evolução do léxico social, que acompanhou a consolidação de um “sistema de casa”, culminou em finais de Setecentos e inícios de Oitocentos com o esforço do morgado João de Arruda Botelho da Câmara, em cuja obra aquele conceito foi colocado no centro do discurso nobiliárquico local.

João de Arruda Botelho da Câmara (1774-1845), morgado, genealogista e membro ilustre da governança da cidade de Ponta Delgada¹², consciente da importância de deter um conhecimento seguro acerca das instituições vinculares, iniciou em fins do século XVIII a elaboração de um texto onde organizou os elementos que foi recolhendo sobre genealogias e administrações de vínculos, com base no estudo das linhagens e a apresentação das linhas masculinas – “a linha masculina é a principal, e única em cada morgado”, afirma¹³ – e femininas, em prol de um objectivo: produzir um objecto de consulta onde perdurasse a memória da instituição de morgadios e capelas e fossem registadas as casas vinculares de São Miguel, com as respectivas administrações¹⁴. É o conceito de “casa vincular” ou “casa vinculada”, associando casa, nome e vínculo, que preside à organização da obra de João de Arruda Botelho da Câmara¹⁵ e que foi preservada por Ernesto do Canto (1831-1900), que continuou e anotou os apontamentos do morgado João de Arruda¹⁶.

A casa, “entendida como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam”¹⁷, consubstanciava-se, pois, como a estrutura organizadora do universo nobiliárquico nos Açores no final do Antigo Regime, em estreita relação

Ponta Delgada.”).

¹² Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), *Cartório Notarial*, Ponta Delgada, Livros de Notas dos tabeliães João Francisco de Oliveira e Abreu e Jacinto Alberto Correia de Matos, Livro 378 (1811-1812 e 1813-1814), fls. 181-182. João de Arruda Botelho da Câmara é apresentado em escritura de distrato como “Cidadão desta Cidade da Principal Nobreza e Governança della que vive de Seus Morgados e no estado de Solteiro” e é por mais de uma vez referido como “Jllustricimo” (fl. 181).

¹³ CÂMARA, 1995 [1997]: 2. Esta valorização da linha masculina, que traduz a ideia de que é o filho varão que carrega em si a continuidade do pai, está de acordo com os valores dominantes no Antigo Regime, que atribuíam à mulher uma identidade negativa e um papel secundário no quadro da família.

¹⁴ Sobre a importância da memória genealógica e a construção de genealogias, ver KLAPISCH-ZUBER, 1990: 19-35 e 37-58, respectivamente. Acerca da centralidade dos laços verticais e do peso das linhagens na construção de histórias de famílias, concluiu a autora: “Prééminence qui modèlé les comportements quotidiens des Toscans, affecte la conscience de leur identité, et peuple d’ancêtres leur mémoire de la *casa*. Qu’il les ressuscite en guise de «passe-temps» ou sous l’urgence d’une nécessité plus grande, c’est en eux que l’individu voit les meilleurs garants de la place qui lui revient dans la société et ses intercesseurs privilégiés en ce bas monde.” (Ibidem: 58). São palavras que, em nosso entender, se aplicam sem dificuldade ao morgado João de Arruda Botelho da Câmara. Para uma análise mais detalhada da sua obra, ver RODRIGUES, 2007.

¹⁵ CÂMARA, 1995 [1997]: 3, 10, 14, 23 e 158.

¹⁶ Idem: 144 e 147.

¹⁷ MONTEIRO, 1998a: 91.

com o sistema vincular¹⁸, sendo de notar, a este respeito, que era precisamente nos documentos de instituição vincular que o ideal da casa estava patente com maior clareza. A íntima associação entre casa e morgadio foi definida de forma lapidar pelo morgado João de Arruda, que entendeu claramente que a preservação do *status* individual e familiar das nobrezas locais de São Miguel passava pela necessidade de conservarem o suporte material das casas, os vínculos, e pela definição de quais as estratégias reprodutivas mais adequadas em cada momento¹⁹, como meio de evitarem cair na pobreza, situação que diversas crónicas ilustram²⁰.

Ora, a conservação da casa significava, para além de preservar o património familiar, manter o estatuto social da família, garantir a transmissão do “capital simbólico” ou “herança imaterial”, que consistia, afinal, no prestígio familiar. Honra e prestígio estavam intimamente articulados nas sociedades tradicionais, sendo o prestígio um “elemento estructural, integrador y estabilizador del orden social del Antigo Régimen” que, em larga medida, decorria de uma qualidade e posição social que tinha as suas bases na origem familiar e nas alianças matrimoniais²¹. Era, pois, em função da conservação da casa que se estabeleciam as alianças matrimoniais, quer aquelas que tinham lugar entre diferentes famílias, não aparentadas entre si, quer as que ocorriam dentro do círculo estreito da parentela, entendida aqui simultaneamente como “esquema operativo” e como “rede de parentesco”²². As estratégias de reprodução social adoptadas pelas elites açorianas, como, de resto, por outras do reino e do império, foram praticadas com graus de sucesso variáveis, devido a condicionalismos de natureza diversa – a biodemografia familiar, o estatuto da casa, o capital patrimonial e social disponível, a ilha e o concelho de origem, entre outros factores –, mas não divergiram muito de uma matriz em que as relações de parentesco detinham uma função central e que englobava a articulação entre endogamia e consanguinidade, práticas de exclusão do mercado matrimonial,

¹⁸ A própria legislação régia estabelecia essa associação. Cf. *Ordenações Filipinas*, 1985, Livro IV, Título C, “Per que ordem se succederá nos Morgados e bens vinculados”, pp. 990-993, onde o texto do legislador menciona, mais de uma vez e sempre em articulação, casas e morgadios (“casas e Morgados”). Sobre esta questão e para Guimarães, nos finais do Antigo Regime, ver MARINHO, 2000: 238-243.

¹⁹ As condicionantes da política matrimonial de uma família estão bem patentes numa passagem de frei Diogo das Chagas. A necessidade das famílias adoptarem uma estratégia reprodutiva que jogasse com o equilíbrio entre o número e o sexo dos filhos e o seu património transparece na situação das filhas do capitão Rafael Cardoso de Novais, da governança de Ponta Delgada (foi vereador em 1637 e 1642). Delas diz o cronista que “ambas estão em casa de seus Pays, moças de pouca idade de boas partes e musicas excellentes pera freiras mas como os pays não tem outros filhos, nem esperança de os ter, por conseruar a caza as querem cazar.” Cf. CHAGAS, 1989: 209. Ou seja, o destino inicial das moças, o claustro, foi alterado, em função de um objectivo mais importante, a reprodução da casa, face à ausência de varões.

²⁰ CÂMARA, 1995 [1997]: 2, 9 e 14.

²¹ CHACÓN JIMÉNEZ e HERNÁNDEZ FRANCO, 1992: 8.

²² BESTARD CAMPS, 1986: 121-170.

vinculação de bens e integração em redes relacionais. As alianças matrimoniais e a prática da consanguinidade contribuíram para concentrar num círculo mais estreito a propriedade vinculada.

Tomando como exemplo a ilha de São Miguel, a consulta das crónicas, das genealogias locais, dos testamentos e de outra documentação permite-nos afirmar que a partir da elevação dos lugares mais importantes a vilas, momento que constituiu a etapa inicial da génese das nobrezas locais²³, através de laços de parentesco cognáticos e por via de matrimónios que funcionavam como veículo de comunicação entre diferentes conjuntos familiares, construiu-se durante largos anos uma malha complexa de relações que se traduziu, em última análise, numa monopolização do poder por parte daqueles que, no século XVI, Gaspar Frutuoso indicou serem os principais das terras.

Nesta primeira fase, da prática continuada de relações endogâmicas e consanguíneas e do reforço de alianças resultou a criação de redes que já na segunda metade de Quinhentos atravessavam a ilha e ligavam casas que tinham as suas raízes em lugares tão distintos como Lomba da Maia, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Ponta Delgada ou Santo António. A imagem gráfica que Gaspar Frutuoso nos transmitiu em relação ao denso emaranhado de relações entretidas até então – c. 1590 – não podia ser mais clara, quando escreveu:

Os parentescos nesta ilha (como as árvores dela estavam no princípio travadas com seus ramos) estão liados uns com outros que, se foram mais frescos e não foram discorrendo e saindo já do quarto grau por diante, escassamente se pudera contrair matrimónio entre pessoas nobres²⁴.

Esta dinâmica manteve-se nos séculos seguintes e, conseqüentemente, a rede foi-se densificando. A título de exemplo, refirmamos que no final do Antigo Regime, embora de forma desigual, os 522 vínculos apresentados pelo morgado João de Arruda e por Ernesto do Canto, que corresponderiam a cerca de quarenta por cento do total de institutos vinculares (42,1%)²⁵, concentravam-se em 57 casas, muitas delas aparentadas entre si²⁶. A vinculação, associada às práticas endogâmicas e consanguíneas e ao sistema de transmissão de bens por via das alianças matrimoniais, nas quais o dote desempenhava um papel central, constituiu um poderoso instrumento de reprodução social das nobrezas micalenses, impedindo

²³ RODRIGUES, 2004 [2005], vol. III: 435-449.

²⁴ FRUTUOSO, 1977, vol. I: 26.

²⁵ Estamos aqui a considerar como total o valor de 1.241 vínculos por nós inventariados. Cf. RODRIGUES, 2003 [2004], vol. II: 658, Quadro 77, e 658-669.

²⁶ Esta parecia ser uma situação comum num contexto de “sistema de casas”. Cf. AUGUSTINS, 1998: 39. Para uma comparação com o caso espanhol, caracterizado pela forte concentração de vínculos no século XVIII, veja-se BERNAL, 1994.

que o património concentrado nas casas vinculares se fragmentasse e reduzisse o suporte material do poder das governanças e, sobretudo, das casas dominantes à escala local, situação, de resto, comum a outros espaços do senhorio de Portugal, como o Minho²⁷.

3. Concentremos agora a nossa atenção nas estratégias matrimoniais. O casamento surgia como o momento-chave na configuração de uma dada lógica de reprodução social, na medida em que, além de visar a continuidade biológica da família, constituía uma aliança entre grupos familiares distintos ou entre ramos colaterais de uma parentela, que buscavam, por essa via, estreitar os laços que os uniam e consolidar a posição social que detinham, permitindo consolidar um dado poder sob a forma de uma estratificação²⁸. A preocupação em perpetuar o *status* social e reforçar a união do grupo dominante levava a que se observasse no seio das várias nobrezas municipais a prática de uma endogamia. À partida, o mercado matrimonial de cada grupo do poder local era o próprio grupo, verificando-se, de acordo com as racionalidades familiares e locais, a prática de um jogo social que podia decidir a ocorrência de matrimónios dentro ou fora do círculo dos parentes²⁹. A endogamia produzia um reforço da solidariedade das linhagens e, por essa via, a coesão do grupo e a sua identidade eram potenciadas³⁰.

No entanto, dentro do campo matrimonial constituído por cada uma das elites locais, era possível detectar uma regra homogâmica, que decorria do facto de existirem assimetrias de estatuto social, honra e riqueza entre as famílias, pelo que o resultado final se traduzia em alianças matrimoniais que ocorriam dentro de cada um dos diferentes patamares ou *clusters* de poder e de *status*. É que importa não esquecer que, apesar da existência de um “mundo comum”, de cultura política holista e de um modelo societal estruturante, as lógicas sociais locais impunham-se ao referente geral. Conforme foi observado recentemente, “la logique hiérarchique est locale par essence”, o que aconselha a que se tomem alguns cuidados com as comparações e generalizações e se considerem as categorias e o respectivo uso nos contextos em que se produzem práticas e valores e se negociem as classificações e as identidades³¹, ou seja, a realidade e o “saber local” (Clifford Geertz), fixados, por exemplo, na documentação municipal e notarial por meio da escrita, esse impor-

²⁷ MONTEIRO, 2001: 36-37.

²⁸ BESTARD CAMPS, 1986: 135-170; MARTÍNEZ LÓPEZ, 1996: 149-235; ARBELO GARCÍA, 1998: 23-70; SCOTT, 2007: 28-29.

²⁹ MARTÍNEZ RUEDA e URQUIJO GOITIA, 1994: 85; BENADUSI, 1996: 132.

³⁰ Esta prática encontra-se nas ilhas desde o início do seu povoamento. Para o caso da Madeira, ver RODRIGUES, 1996: 155-156 e 307-309.

³¹ COSANDEY, 2005: 9-43.

tante instrumento disciplinador e princípio de hierarquização social³². Assim, como o objectivo das famílias das elites locais era, no mínimo, manter o seu lugar na hierarquia vigente, os intercâmbios matrimoniais que se estabeleciam tinham em consideração uma “razão prática” e o conhecimento acerca das posições respectivas no contexto local e os casamentos tinham lugar preferencialmente entre cônjuges cujos estatuto e nível social eram semelhantes.

Neste particular, notemos que a homogamia não é senão uma norma social e um “ponto médio” na estratégia de alianças matrimoniais, constituindo uma prática das famílias que, não podendo assegurar uma reprodução entre *idênticos* (pelo sangue), o faziam entre *iguais* (pela condição social), na procura da compatibilidade matrimonial entre casas³³. Aliás, a cronística e a literatura “económica” do período moderno não deixaram de referir esta necessidade de harmonizar o nível social dos casados³⁴. Quando tal não sucedia, a condenação aparecia. Sirva aqui de caso exemplar a menção que faz o cronista seiscentista frei Diogo das Chagas de um episódio ocorrido na Terceira em meados do século XVI, envolvendo uma fidalga que se tomou de amores por um jovem da nobreza local. Frei Diogo das Chagas não calou o comentário revelador da diferença de estatuto existente entre ambos: o jovem era “mui nobre e principal (mas não seu *igual*)”³⁵. Com esta referência, o autor confirmava que, em meados de Seiscentos, permaneciam actantes valores sociais e identitários que demarcavam bem as fronteiras entre corpos distintos e no interior de um mesmo corpo.

A opção pela regra homogâmica não era tanto o resultado de uma escolha individual, configurando-se sobretudo como a consequência de uma imposição familiar. A vontade do *pater familias* ou de outra figura patriarcal da família definiriam o campo matrimonial possível e as “sanções” a que estariam sujeitos os candidatos a nubentes que não acatassem essa mesma vontade, por vezes expressa de forma inequívoca, como no testamento do padre Francisco Inácio Taveira, membro de uma importante família da Ribeira Grande e vigário da igreja do Bom Jesus, Rabo de Peixe, redigido em 1805³⁶. A exigência familiar e social de realizar uma aliança

³² Sobre o papel da escrita, ver CERTEAU, 1990: 195-224.

³³ BESTARD CAMPS, 1986: 136-140; BESTARD CAMPS, 1992: 119.

³⁴ António da Silva Pereira, em obra editada em 1737, considerando que “he o matrimonio Seminario das Republicas, e por direito das gentes, he tambem estabelecido”, defendeu que os futuros maridos deviam ponderar na sua escolha, entre outros aspectos, “a igualdade na limpeza de sangue, e qualidade na esposa”, pois só assim garantiriam a paz e sossego da casa. Cf. PEREIRA, 1737: 8 e 13.

³⁵ CHAGAS, 1989: 271 (itálicos nossos).

³⁶ No seu testamento, datado de 5 de Fevereiro de 1805, o padre Francisco Inácio Taveira nomeou o seu sobrinho, Daniel Tavares Brum do Canto Taveira, filho do irmão Luís Francisco Tavares Brum da Silveira Taveira e Neiva e de D. Ana Madalena do Canto Corte Real, como testamentário e herdeiro. No entanto, Daniel teria de casar-se com mulher da sua “qualidade”, condição *sine qua non* para poder suceder nos

matrimonial dentro do mesmo nível podia conduzir a que, numa nova fase das estratégias matrimoniais, se ultrapassassem os limites da respectiva “bacia demográfica”, isto é, que as famílias das diversas elites locais tentassem encontrar as alianças desejadas para além das fronteiras concelhias³⁷ ou mesmo das próprias ilhas, como sucedia no caso açoriano. De igual modo, o recurso a casamentos dentro do círculo da parentela deve ser entendido como uma prática que, além de evitar a dispersão do património e reforçar a coesão do grupo familiar, permitia a celebração de matrimónios entre pessoas da mesma qualidade³⁸.

Nos Açores, dentro dos campos matrimoniais configurados por cada uma das governanças concelhias, certas famílias, face à necessidade de garantir um prestígio adquirido, optaram por uma estratégia de consanguinidade (casamentos entre colaterais). Se a opção por um matrimónio consanguíneo reduzia, em termos políticos e sociais, o leque de aliados possíveis, a parentela configurava-se como um espaço preferencial de alianças matrimoniais quando se colocava a questão de reforçar a coesão familiar ou de impedir a fragmentação e dispersão do património³⁹. Tratava-se de escolher o cônjuge no interior do campo parental, demarcado de forma algo imprecisa nas margens e cujos limites Françoise Zonabend definiu, de forma lapidar, como estando situados entre “o muito próximo e o não demasiado longe”⁴⁰.

No entanto, esta política não foi adoptada de forma unânime por todas as famílias. Algumas de entre as mais importantes da ilha de São Miguel, como os Medeiros Dias e Sousa (ou Dias do Canto e Medeiros) – descendentes do mercador cristão-novo Gaspar Dias e que, no século XIX, viriam a ser os marqueses da Praia e Monforte –, impunham restrições a este tipo de matrimónios. O testamento de Miguel Lopes de Araújo, provedor dos resíduos e capelas de São Miguel, datado de 30 de Janeiro de 1662, fornece um exemplo modelar desta atitude. Tendo sido casado com D. Isabel do Canto e Frias, dela tivera duas filhas. No seu testamento, declarou que nomeava a terça do pai, Pedro Borges de Sousa, na filha D. Maria de São Miguel, para que esta a lograsse em sua vida, pedindo-lhe, porém, “que ella nam caze com primo com irmão porque do contrario bem se sabe o quoanto eu da criação de meos senhores pays hera couza que sempre repudiaram”. D. Maria de São Miguel foi igualmente nomeada em vida na terça da mãe, D. Isabel do Canto

bens do tio. Caso casasse com mulher descendente de avós ou bisavós mecânicos ou pretendesse depois vender os bens, a administração passaria para outro sobrinho, José Elias. Cf. BPARPD, *Tribunal da Relação dos Açores*, Testamentos, n.º 2248, fls. 1 v-2. Sobre o papel dos eclesiásticos na definição das políticas matrimoniais das famílias, ver, para Espanha, CABEZA RODRÍGUEZ, 2000: 41-46.

³⁷ RODRIGUES, 2008.

³⁸ MARTÍNEZ LÓPEZ, 1996: 168-169.

³⁹ Idem: 167-179; CASEY, 1990 [1989]: 105-112.

⁴⁰ ZONABEND, 1981; LÉVI-STRAUSS, 1986 [1983]; BONTE, 1994.

e Frias, com a mesma condição: “que ella nam caze com primo com jrmão que he couza que sua may que Deus tem sempre dizia e encontraua”⁴¹.

Esta exclusão dos parentes próximos do campo matrimonial familiar não foi, porém, a regra predominante entre as famílias das nobrezas municipais. Em São Miguel, já no século XVII a coesão dos grupos familiares no seio das oligarquias urbanas passava por um entrelaçar mais apertado dos seus laços por via dos matrimónios em segundo grau⁴². No século XVIII, as práticas de casamentos consanguíneos mantiveram-se e alguns indícios apontam para o que terá sido um reforço das teias de parentesco que uniam, no interior das nobrezas locais micaelenses, os diversos ramos de uma família. Tratava-se, em suma, de polarizar as respectivas parentelas e de as concentrar em torno de um núcleo, em vez de se permitir a sua dispersão. É por esse motivo que podemos detectar, numa mesma geração ou ao longo de várias, a existência de reencadeamentos de alianças mediante o casamento entre primos ou filhos de viúvos (*bouclages dans l'affinité*), práticas privilegiadas sobretudo quando estava em jogo a preservação do património familiar⁴³.

A prática dos casamentos consanguíneos estava bem implantada. Embora não seja possível estabelecer uma comparação pormenorizada com o que se passou nos séculos anteriores por ausência de fontes ou de estudos, o quadro com que nos deparamos, mormente se atentarmos na existência de casamentos em que os nubentes eram parentes em dois ou mais graus proibidos, por mais de uma linha, remete para uma complexificação do cenário que Gaspar Frutuoso descreveu para o ocaso de Quinhentos⁴⁴.

Para o Antigo Regime, André Burguière considerou que, em termos gerais, a consanguinidade em terceiro grau traduzia uma estratégia de encerramento dos grupos dominantes⁴⁵. O valor de tal afirmação parece irrecusável, mas no que respeita ao nosso objecto de análise devemos ter em consideração o contexto geográfico concreto e as dinâmicas próprias de espaços insulares, um “efeito de ilha”, conforme escrevemos em estudo anterior⁴⁶. Assim, no caso micaelense, verificamos que as alianças matrimoniais entre parentes em 4º grau detinham um peso relativo importante: num total de 94 casamentos consanguíneos, 21 (22,3%) foram entre parentes em 3º grau e 30 (31,9%) em 4º grau. No entanto, merecem ainda ser des-

⁴¹ Cf. BPARPD, *Provedoria dos Resíduos e Capelas de Ponta Delgada*, Legados Pios, maço 112, n.º 1074, fls. 5 v-6.

⁴² RODRIGUES, 1994: 132-134.

⁴³ ZONABEND, 1986: 44; COPET-ROUGIER, 1991: 13-15; LAMAISON, 1991: 236-238; BESTARD CAMPS, 1992: 126-133.

⁴⁴ FRUTUOSO, 1977: 26.

⁴⁵ BURGUIÈRE e LEBRUN, 1986: 81.

⁴⁶ RODRIGUES, 2003 [2004], vol. I: 439.

tacados, em nosso entender, dois outros aspectos, ambos interligados: por um lado, a maior frequência de trocas matrimoniais consanguíneas na cidade e nas vilas da Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, os três municípios mais importantes da ilha; e, por outro, a concentração dos casamentos envolvendo parentes em 1º e 2º graus de consanguinidade unicamente nestes três concelhos. Este cenário levou-nos a colocar a hipótese de, paralelamente a uma concentração do património familiar, estarmos perante uma política matrimonial que visava defender o maior *status* das famílias envolvidas nesse jogo de alianças, num contexto de disputa local pela proeminência social, mais agressivo nos municípios referidos após 1766, ano da instituição da capitania geral dos Açores e da introdução de um conjunto de reformas político-administrativas que, entre outros objectivos, pretendiam atingir um maior controlo por parte da monarquia sobre as elites locais⁴⁷.

Tabela 1⁴⁸. Número de casamentos das governanças micalenses com graus de consanguinidade e de afinidade (século XVIII)

Graus	AP	L	N	PD	RG	VFC
<i>Consanguinidade:</i>						
2º grau	—	—	—	4	1	2
3º grau	1	3	—	9	4	3
4º grau	4	7	3	2	8	6
“consanguinidade”	1	4	—	8	1	1
1º e 2º graus	—	—	—	1	1	—
2º e 3º graus	—	1	—	—	1	—
2º e 4º graus	—	—	—	1	1	—
3º e 4º graus	1	1	1	5	—	1
<i>Afinidade:</i>						
1º grau	—	—	—	—	1	1
2º grau	—	—	—	—	1	—
3º grau	—	—	—	—	1	—
4º grau	—	1	—	1	—	1
“afinidade”	—	—	—	1	1	—
1º e 2º graus	—	—	—	—	—	—
1º e 3º graus	—	—	—	—	1	—
2º e 3º graus	—	—	—	1	—	—

⁴⁷ RODRIGUES, 2006.

⁴⁸ Os dados relativos aos concelhos de Água de Pau e do Nordeste estão necessariamente incompletos, devido às lacunas documentais existentes: camarárias, no caso do Nordeste; paroquiais, no caso de Água de Pau. Consideramos, no entanto, que, apesar das insuficiências apontadas, os elementos expostos funcionam como um indicador seguro do que eram as práticas matrimoniais das oligarquias de São Miguel.

Tabela 1. Número de casamentos das governanças micalenses com graus de consanguinidade e de afinidade (século XVIII) (cont.)

Graus	AP	L	N	PD	RG	VFC
3º e 4º graus	—	1	—	1	—	—
<i>Múltiplos graus:</i>						
4º grau duplicado (consanguinidade)	—	—	1	—	—	—
2º grau de linha igual e 3º grau duplicado (consanguinidade)	—	—	—	1	—	—
2º grau duplicado e 4º grau	—	—	1	—	—	
2º grau de afinidade e 3º e 4º graus de consanguinidade	—	—	1	—	—	—
3º grau por uma linha, 3º e 4º graus por outra (consanguinidade)	—	1	—	—	—	—
3º e 4º graus por uma linha, 4º grau por outra (consanguinidade)	—	—	—	—	—	1
2º grau por uma linha, 2º e 3º graus por outra, 3º e 4º graus por outra (consanguinidade)	—	1	—	—	—	—

Legenda: AP – Água de Pau; L – Lagoa; N – Nordeste; PD – Ponta Delgada; RG – Ribeira Grande; VFC – Vila Franca do Campo

Num quadro em que era necessário defender a solidez do grupo familiar, a prática de um casamento entre idênticos (pelo sangue) assegurava também a igualdade da condição social⁴⁹. Um eventual paradigma deste tipo de aliança matrimonial terá sido o casamento, em 1782, do Doutor Francisco Inácio Jácome Correia com D. Maria Josefa Gabriela Jácome Correia de Atouguia, filha de João José Jácome Correia. O enlace teve lugar a 5 de Dezembro no oratório das próprias casas de Francisco Inácio Jácome Correia e os noivos eram parentes em 1º e 2º graus⁵⁰. De facto, Francisco Inácio era tio de D. Maria Josefa Gabriela, filha de seu irmão. Foram testemunhas o pai da noiva, João José Jácome Correia, e José Joaquim Jácome Correia, numa demonstração da importância que este matrimónio tinha para a família. Com efeito, o noivo e o irmão, pai da noiva, eram filhos de Pedro Jácome Correia Raposo, cidadão e da governança de Ponta Delgada – foi vereador

⁴⁹ Maria de Lurdes Rosa, estudando 676 dispensas matrimoniais concedidas a Portugueses pelo tribunal romano da *Sacra Penitenzieria Apostolica*, entre 1455 e 1520, pôde concluir que o uso social dos impedimentos canónicos de parentesco era “um assunto de poder social e político – existe uma nítida diferença entre o alcance da manipulação por parte dos não-nobres e dos nobres; dentro destes, um conjunto bem preciso de linhagens conhece de forma quase matemática como beneficiar do sistema de dispensas, e não hesita em tirar dividendos deste facto.” Cf. ROSA, 1998: 231.

⁵⁰ Cf. BPARPD, *Registo Paroquial* (RP), Ponta Delgada (PD), São Pedro (SP), Casamentos, Livro 5 (1778-1801), fls. 31-31 v.

em 1742 e 1761 –, mas que, natural da Povoação, não pertencia ao círculo das famílias tradicionais da cidade, que exerciam um monopólio quase total do poder político. A entrada recente da família na arena política urbana e a forte competição pela distinção social num contexto de aristocratização do senado municipal poderá explicar a opção por esta aliança entre consanguíneos, que solidificava a unidade familiar e criava as condições para a permanência dos seus membros entre os principais da oligarquia urbana.

Relativamente à cronologia dos casamentos entre parentes consanguíneos e por afinidade, sublinhemos a sua continuidade desde finais do século XVII até inícios do XIX. Os casamentos que envolveram parentes em 1º e 2º graus foram registados em Ponta Delgada nos anos de 1733, 1736, 1782, 1785, 1792 e 1811; na Ribeira Grande, em 1695, 1743 e 1810 (este último em 2º grau de consanguinidade e afinidade); em Vila Franca do Campo, em 1754 e 1783; e na Lagoa, em 1754 e 1797 (em 2º grau por uma linha, 2º e 3º graus por outra e em 3º e 4º graus por outra). Os matrimónios celebrados no último quartel de Setecentos e primeira década de Oitocentos confirmam a permanência deste tipo de aliança entre primos e colaterais em São Miguel ao longo de todo o Antigo Regime, o que constitui uma diferença relativamente a outras regiões europeias, como a Península Itálica, onde os dois primeiros terços do século XVIII foram marcados por uma redução do número de casamentos consanguíneos, nomeadamente entre primos⁵¹.

Não deixa de ser interessante notar que a percepção dos actores em relação a este tipo de casamentos, que, lembremos, careciam de dispensa emitida pela Santa Sé ou pela diocese, os remetia para uma situação de aparente normalidade, na medida em que os párocos, quando indicavam os graus de parentesco, escreviam que os noivos eram parentes “tão somente” em tal grau de consanguinidade. Mesmo que se tratasse de um enunciado formal, a minimização do interdito, para mais reforçada com a dispensa, não pode passar em claro.

E quais eram as consequências mais visíveis das estratégias endogâmicas e consanguíneas das nobrezas micalenses? No plano político, a preferência pelo mercado matrimonial constituído pelos próprios grupos do poder conduziu ao progressivo fechamento dos mesmos, face a uma renovação quase inexistente do pessoal político. Os dados que comentámos quanto à acumulação de mandatos e circulação dos oficiais pelas vereações vão nesse sentido. Perante a necessidade de assegurar o governo quotidiano dos povos e a colaboração das oligarquias locais, a coroa produziu legislação adaptada às circunstâncias insulanas. A provisão de D.

⁵¹ DELILLE, 1985: 356-360; DELILLE, 1994. Gérard Delille associou este fenómeno (a queda no número de casamentos consanguíneos) à generalização do sistema de primogenitura, o que não parece aplicar-se ao caso de São Miguel.

Afonso VI de 12 de Setembro de 1661 para que os corregedores dispensassem os graus de parentesco, podendo servir nos officios concelhios e de justiça os parentes de segundo grau em diante, foi registada em Ponta Delgada, a 4 de Abril de 1762, e, a pedido dos officiais da câmara de Ponta Delgada, na Ribeira Grande, a 21 de Julho de 1803 – a partir dos traslados de Vila Franca do Campo, de 17 de Novembro de 1661, e da Ribeira Grande, de 22 de Junho de 1682 –, e novamente em Ponta Delgada, a 15 de Outubro de 1803⁵². A provisão de D. Afonso VI applicava-se a todo o arquipélago e, por isso, foi também registada na câmara de Angra⁵³. Mas, apesar desta legislação, implementada desde o século XVII em São Miguel⁵⁴, na centúria de Setecentos continuaram a ocorrer problemas decorrentes da presença nas vereações de parentes próximos e o entrelaçamento endogâmico e consanguíneo dos membros das governanças micaelenses, que parece ter sido mais forte em Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, revela-se de forma nítida nos róis de elegíveis a apresentar ao Desembargo do Paço⁵⁵.

Os casamentos consanguíneos reforçavam a solidariedade da parentela e as alianças matrimoniais endogâmicas com outros grupos familiares produziam sogros, cunhados e parentes por afinidade, contribuindo para que, no final do Antigo Regime, o governo dos concelhos micaelenses estivesse nas mãos de um leque bem definido de famílias, situação que era mais vincada na cidade e nas vilas da Ribeira Grande e de Vila Franca do Campo. Esta generalização da endogamia entre o corpo nobiliárquico de São Miguel não passou despercebida ao morgado João de Arruda, que afirmou que toda a nobreza da ilha descendia por casamento dos Botelhos e dos Arrudas⁵⁶.

Mas, aqui chegados, convirá acrescentar que a pressão endogâmica e o cumprimento da regra homogâmica impeliam as famílias nobres das governanças a procurar no exterior dos limites dos respectivos concelhos de origem ou residência ou ainda fora da ilha uma aliança social horizontal. Este imperativo fazia-se sentir com mais intensidade entre as famílias de maior importância e projecção social, em particular as de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, em São Miguel; de Angra, na Terceira; da Horta, no Faial; mas também por parte de famílias que integravam os senados de ilhas mais pequenas. As alianças entre a

⁵² Cf. BPARPD, *Arquivo da Câmara de Ponta Delgada* (ACPD), Livro 116, fls. 334-335, e 121, fls. 75-77 v.

⁵³ Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), *Arquivo da Câmara de Angra do Heroísmo* (ACAH), Livro 4, fls. 121-121 v.

⁵⁴ RODRIGUES, 1994: 140.

⁵⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Desembargo do Paço*, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, maço 1661, n.º 16, Ribeira Grande, pautas dos elegíveis para os anos de 1784, 1785 e 1786; idem, maço 1661, n.º 29; Ponta Delgada, pautas dos elegíveis para os anos de 1793, 1794 e 1795.

⁵⁶ CÂMARA, 1995 [1997]: 2.

principal nobreza dos concelhos referidos e, sobretudo, com famílias de outras ilhas, além de contribuírem para o aumento do seu prestígio e área de influência, funcionavam igualmente como prática geradora de uma demarcação entre famílias cuja importância e poder se confinavam ao interior das fronteiras concelhias e famílias cuja projecção se fazia sentir para além das barreiras físicas impostas pelo espaço insular.

Em matéria de horizontes insulares matrimoniais, diversos exemplos ilustram a prática de uma estratégia por parte de algumas famílias nobres açorianas que, ao procurarem uma aliança horizontal, não hesitavam em penetrar nos mercados matrimoniais representados pelas nobrezas de outros concelhos e mesmo de outras ilhas. Sublinhe-se que o estabelecimento de alianças matrimoniais entre as elites de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra e Horta, com grupos familiares exteriores à parentela ou com ramos familiares colaterais e, por vezes, muito próximos (2º e 3º graus de consanguinidade)⁵⁷, pode ter constituído uma estratégia para a concretização de um casamento homogâmico, que, dentro da lógica de reprodução social da família, aliava o reforço da coesão familiar à consolidação do *status*⁵⁸. Mas as alianças matrimoniais também incluíram outras ilhas, o que é confirmado pela documentação paroquial e pelas genealogias: por exemplo, alianças entre famílias de São Miguel e de Santa Maria ou da Terceira e da Graciosa, dentro do quadro açoriano, ou com famílias da Madeira⁵⁹. Ultrapassando identidades particulares, algumas das famílias dominantes do “sistema patrício” açoriano transformaram as ilhas dos actuais grupos oriental e central numa “bacia matrimonial” ou “região de parentesco”⁶⁰, forjando vínculos de parentesco que contribuíram para a produção de uma identidade social de base territorial mais ampla.

Convirá sublinhar que as alianças que se forjaram entre famílias nobres de diferentes ilhas ou arquipélagos ocorreram no interior de um mesmo escalão de qualidade e honra, o das casas dominantes. Neste contexto, a mobilização de todo um conjunto de recursos⁶¹ e valores nobiliárquicos está bem patente na escritura

⁵⁷ RODRIGUES, 2003 [2004], vol. II: 618-621.

⁵⁸ “Los matrimonios entre parientes cercanos, precisamente por su capacidad de disminuir antepasados y colaterales, son un nudo de protección en los circuitos largos de la alianza matrimonial de las casas. Son circuitos cortos de reciprocidad inmediata que consolidan lo que ya se ha adquirido o redefinen las nuevas unidades sociales que emprenden estrategias matrimoniales abiertas.” Cf. BESTARD CAMPS, 1986: 151.

⁵⁹ RODRIGUES, 2003 [2004], vol. II: 621-623.

⁶⁰ Sobre a noção de “região de parentesco”, ver WOLF, 1973: 5-7.

⁶¹ Entre os recursos ao dispor das famílias, as redes de parentesco, no interior das quais circulava informação, eram, sem dúvida, dos mais importantes quando se tratava de escolher um cônjuge em outra ilha. Assim, importa ter em linha de conta o papel que poderiam desempenhar na identificação de iguais quer os ramos colaterais de uma dada família, quer os parentes que por via da carreira eclesiástica viviam em mais de uma ilha. Seriam estes informantes que poderiam garantir o necessário “saber local”

de esponsais, dote e arras que fez o morgado André da Ponte Quental da Câmara e Sousa Bettencourt, da nobreza e governança de Ponta Delgada, com D. Carlota Joaquina de Freitas, natural da Madeira, datada de 6 de Março de 1811. O noivo, conforme foi declarado, era “das Famílias mais Jllustres, e antigas e da primeira qualidade destas Jlhas dos Açores” e a noiva era filha de Pedro Nicolau Bettencourt de Freitas e Meneses, fidalgo escudeiro da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e provedor proprietário dos resíduos, capelas e confrarias da Madeira e Porto Santo, e de D. Vicência Juliana de Freitas⁶².

4. O momento do casamento constituía, pois, um marco na política de alianças das elites locais e no quadro de reprodução social das famílias que as integravam. Era através do enlace matrimonial entre duas pessoas de famílias distintas ou de linhas paralelas de uma família que se desenhava o futuro possível dos grupos dominantes e foi em estreita articulação com estratégias de exclusão, dotação e vinculação que se perpetuou secularmente o domínio político e social das elites locais nas ilhas. A dimensão do mercado matrimonial local e a exigência de cumprir com as regras sociais da homogamia condicionaram as opções das nobrezas locais e ditaram que as negociações e as alianças matrimoniais fossem procuradas para além das fronteiras concelhias, sendo possível estabelecer zonamentos de alianças, nos quais as casas de maior poder e projecção social são as que participam nas trocas matrimoniais que unem famílias ou ramos colaterais que residem em ilhas distintas. E foi o estabelecimento de alianças matrimoniais endogâmicas ou consanguíneas para além dos estreitos limites concelhios por parte das principais famílias das ilhas que contribuiu para produzir uma identidade social cujos efeitos se prolongaram até quase à nossa contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

- ARBELO GARCÍA, Adolfo (1998) – *Las mentalidades en Canarias en la crisis del Antiguo Régimen. Élités agrarias y comportamiento social en Tenerife (1750-1823)*. La Laguna: Ayuntamiento de Icod de los Vinos-Ayuntamiento de La Laguna-Centro de la Cultura Popular Canaria.
- AUGUSTINS, Georges (1994) – *Familles et parentés*. In LAMAISSON, Pierre, dir. – *Généalogie de l'Europe de la Préhistoire au XX^e siècle*. Paris: Hachette, p. 22-27.
- AUGUSTINS, Georges (1998) – *La perpétuation des groupes domestiques. Un essai de formalisation*. «L'Homme. Revue française d'anthropologie», 148. Paris, p. 15-45.

em matéria de estatuto, honra, limpeza de sangue e riqueza dos eventuais candidatos e candidatas a uma aliança matrimonial.

⁶² Cf. BPARPD, *Cartório Notarial*, Ponta Delgada, Livros de Notas do tabelião João Francisco de Oliveira e Abreu, Livro 377 (1809-1811), fls. 185 v-189 v, *maxime* fl. 186 para a citação. Sobre a família e a linhagem de André da Ponte Quental da Câmara e Sousa Bettencourt, ver RODRIGUES, s. d. [2008], 3^o vol.: 1747-1765.

- BENADUSI, Giovanna (1996) – *A Provincial Elite in Early Modern Tuscany: Family and Power in the Creation of the State*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- BERNAL, Antonio-Miguel (1994) – *Antiguo Régimen y transformación social*. In AAVV – *Antiguo Régimen y liberalismo. Homenaje a Miguel Artola*, Tomo 1: *Visiones generales*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid-Alianza Editorial, p. 69-86.
- BESTARD CAMPS, Joan (1986) – *Casa y familia. Parentesco y reproducción doméstica en Formentera*. Palma de Mallorca: Institut d'Estudis Baleàris.
- BESTARD CAMPS, Joan (1992) – *La estrechez del lugar. Reflexiones en torno a las estrategias matrimoniales cercanas*. In CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, eds. – *Poder, familia y consanguinidad en la España del Antiguo Régimen*. Barcelona: Anthropos, p. 107-156.
- BLUTEAU, Rafael (1712) – *Bluteau, Vocabulario Portuguez e Latino, [...]*. Coimbra: no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, vol. II.
- BONTE, Pierre, dir. (1994) – *Épouser au plus proche. Inceste, prohibitions et stratégies matrimoniales autour de la Méditerranée*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- BURGUIÈRE, André; LEBRUN, François (1986) – *Les cent et une familles de l'Europe*. In AAVV – *Histoire de la Famille*, vol. 2: *Le Choc des Modernités*. Paris: Armand Colin.
- CABEZA RODRÍGUEZ, Antonio (2000) – *Entre mayorazgos y capillas. La oligarquía eclesiástica de Palencia en el siglo XVI*. In ARANDA PÉREZ, Francisco José, coord. – *Sociedad y élites eclesiásticas en la España Moderna*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, p. 35-46.
- CÂMARA, João de Arruda Botelho da (1995 [1997]) – *Instituições Vinculares e Notas Genealógicas*. Lei-tura diplomática e tratamento de texto de Nuno Álvares Pereira. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- CASEY, James (1990 [1989]) – *História da Família*. Lisboa: Teorema.
- CERTEAU, Michel de (1990) – *L'invention du quotidien*, 1. *Arts de faire*. Nouvelle édition, établie et présentée par Luce Giard. Paris: Gallimard.
- CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, eds. (1992) – *Poder, familia y consanguinidad en la España del Antiguo Régimen*. Barcelona: Anthropos.
- CHAGAS, Diogo das (frei) (1989) – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*. Direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas de Meneses e Vítor Luís Gaspar Rodrigues. Angra do Heroísmo-Ponta Delgada: Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais-Universidade dos Açores/Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso.
- COLLOMP, Alain (1983) – *La Maison du Père. Famille et village en Haute-Provence aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris: PUF.
- COPET-ROUGIER, Elisabeth (1991) – *Introduction*. In HÉRITIER-AUGÉ, Françoise; COPET-ROUGIER, Elisabeth, eds. – *Les complexités de l'alliance*, vol. II: *Les systèmes complexes d'alliance matrimoniale*. Montreux-Paris: Gordon and Breach Science Publishers-Éditions des Archives Contemporaines, p. 1-27.
- CORDEIRO, António (padre) (1981) – *Historia Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*. Edição fac-similada da edição *princeps* de 1717. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- COSANDEY, Fanny, org. (2005) – *Dire et vivre l'ordre social en France sous l'Ancien Régime*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- DELILLE, Gérard (1985) – *Famille et propriété dans le royaume de Naples (XV^e-XIX^e siècle)*. Roma-Paris: École Française de Rome-École des Hautes Études en Sciences Sociales.

- DELILLE, Gérard (1994) – *Consanguinité proche en Italie du XVI^e au XIX^e siècle*. In BONTE, Pierre, dir. – *Épouser au plus proche. Inceste, prohibitions et stratégies matrimoniales autour de la Méditerranée*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 323-340.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1992 [1976; edição revista: 1984]) – *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FRIGO, Daniela (1985) – *Il padre di famiglia. Governo della casa e governo civile nella tradizione dell'«economica» tra Cinque e Seicento*. Roma: Bulzoni Editore.
- FRIGO, Daniela (1991) – «*Disciplina Rei Familiariae*»: a Economia como Modelo Administrativo de Ancien Régime. «Penélope. Fazer e Desfazer a História», n.º 6. Lisboa, p. 47-62.
- FRUTUOSO, Gaspar (1977) – *Livro Quarto das Saudades da Terra*. 2ª ed., Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. I.
- IMÍZCOZ BEUNZA, José María (1996) – *Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen*. In IMÍZCOZ BEUNZA, José María (dir.) – *Elites, poder y red social: las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Servicio Editorial, Universidad del País Vasco/EHU, p. 13-50.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane (1990) – *La maison et le nom. Stratégies et rituels dans l'Italie de la Renaissance*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- LAMAISON, Pierre (1991) – *Les structures complexes ont-elles une unité?*. In HÉRITIER-AUGÉ, Françoise; COPET-ROUGIER, Elisabeth, eds. – *Les complexités de l'alliance*, vol. II: *Les systèmes complexes d'alliance matrimoniale*. Montreux-Paris: Gordon and Breach Science Publishers-Éditions des Archives Contemporaines, p. 227-269.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1986 [1983]) – *Do casamento num grau aproximado*. In LÉVI-STRAUSS, Claude – *O Olhar Distanciado*. Lisboa: Edições 70, p. 133-146.
- MACEDO, Ana Maria da Costa (1992) – *Família, Sociedade e Estratégias de Poder (1750-1830). A Família Jácome de Vasconcelos da Freguesia de S. Tiago da Cidade – Braga*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado em História das Populações.
- MALDONADO, Manuel Luís (padre) (1997) – *Fenix Angrence*. Transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 3º vol.
- MARINHO, José da Silva (2000) – *Construction d'un gouvernement municipal. Élités, élections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et Libéralisme (1753-1834)*. Braga: Projecto Praxis XXI – As elites do Norte de Portugal na Administração Municipal (1750-1834), Universidade do Minho.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, David (1996) – *Tierra, herencia y matrimonio. Un modelo sobre la formación de la burguesía agraria andaluza (Siglos XVIII-XIX)*. Jaén: Universidad de Jaén.
- MARTÍNEZ RUEDA, Fernando (1996) – *Poder local y oligarquías en el País Vasco: las estrategias del grupo dominante en la comunidad tradicional*. In IMÍZCOZ BEUNZA, José María (dir.) – *Elites, poder y red social: las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao: Servicio Editorial, Universidad del País Vasco/EHU, p. 119-146.
- MARTÍNEZ RUEDA, Fernando; URQUIJO GOITIA, Mikel (1994) – *Estrategias familiares y poder*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», XII – 2/3, p. 81-92.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1993) – *Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. «Penélope. Fazer e Desfazer a História», n.º 12. Lisboa, p. 43-63.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1997) – *Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime*. «Análise Social», vol. XXXII (141), 1997 (2º). Lisboa: p. 335-368.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1998a) – *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1998b) – *Poderes Municipais e Elites Locais (Séculos XVII-XIX): Estado de uma Questão*. In AAVV – *O Município no Mundo Português*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, p. 79-89.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2001) – *Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular*. In CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan, eds. – *Familia, poderosos y oligarquías*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, p. 17-37.
- Ordenações Filipinas* (1985). Edição fac-similada da edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Livro IV.
- PEREIRA, António da Silva (1737) – *Conselho de hum pay A hum filho, que pertendia cazar, Dado a luz, e oferecido ao Sr. Joze Rodrigues de Azevedo*. Lisboa Ocidental: na Oficina de Pedro Ferreira.
- RODRIGUES, José Damião (1994) – *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- RODRIGUES, José Damião (2003 [2004]) – *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2 vols.
- RODRIGUES, José Damião (2004 [2005]) – *Nobrezas locais e apropriação do espaço: a vinculação em São Miguel no reinado de D. Manuel*. In *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. III, p. 435-449.
- RODRIGUES, José Damião (2006) – “para o socego e tranquilidade publica das Ilhas”: *fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores*. «Tempo», vol. 11, n.º 21: Dossiê Ensino de História. Niterói, p. 157-183.
- RODRIGUES, José Damião (2007) – *Vínculos, cultura genealógica e identidade entre as elites micaelenses em finais do Antigo Regime*. In MENESES, Avelino de Freitas de; COSTA, João Paulo Oliveira e, coord. – *O reino, as ilhas e o mar-oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Ponta Delgada-Lisboa: Universidade dos Açores-CHAM, vol. 2, p. 477-493.
- RODRIGUES, José Damião (2008) – *Elites locais e redes de poder em São Miguel no século XVI: o testemunho de Gaspar Frutuoso*. In *Poder Local, Cidadania e Globalização. Actas do Congresso Comemorativo dos 500 anos de Elevação da Ribeira Grande a Vila (1507-2007)*. Ribeira Grande: Câmara Municipal da Ribeira Grande, p. 79-91.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins (1996) – *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Madeira: 1460-1521*. Cascais: Patrimonia.
- RODRIGUES, Rodrigo (s. d. [2008]) – *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*. Lisboa: DisLivro Histórica, 3º vol.
- ROSA, Maria de Lurdes (1998) – *Cultura jurídica e poder social: a estruturação linhagística da nobreza portuguesa pela manipulação dos impedimentos canónicos de parentesco (1455-1520)*. «Revista de História das Ideias», vol. 19: *A Cultura da Nobreza*. Coimbra, p. 229-308.
- SCOTT, John (2007) – *Power, domination and stratification. Towards a conceptual analysis*. «Sociologia, Problemas e Práticas», n.º 55. Lisboa, p. 25-39.
- WOLF, Eric R. (1973) – *Kinship, Friendship, and Patron-Client Relations in Complex Societies*. In KNOKE, David; KUKLINSKI, James H. Kuklinski, eds. – *Network Analysis*, Beverly Hills-Londres-Nova Deli: Sage Publications, 1973, p. 1-22.
- ZONABEND, Françoise (1981) – *Le très proche et le pas trop loin. Réflexions sur l'organisation du champ matrimonial des sociétés à structures de parenté complexe*. «Ethnologie française», vol. XI, n.º 4, p. 311-318.
- ZONABEND, Françoise (1986) – *De la famille. Regard ethnologique sur la parenté et la famille*. In AAVV – *Histoire de la Famille*, vol. 1: *Mondes lointains, mondes anciens*. Paris: Armand Colin, p. 15-77.

CRISES DE MORTALIDADE EM QUATRO PARÓQUIAS DA CIDADE DE ANGRA NO SÉCULO XVIII (UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS REGISTOS DE ÓBITO)

JOSÉ GUILHERME REIS LEITE*
MARIA HERMÍNIA M. MESQUITA**

1. ANGRA NO SÉCULO XVIII

A cidade de Angra tem a particularidade de ser formada por uma malha urbana rodeada por uma vasta área que poderemos chamar suburbana e nalguns casos tipicamente rural, sendo por isso o seu termo alargado. O núcleo urbano é delimitado a sul pela baía, a poente pelos portões de S. Pedro ou porta de Santa Catarina, a nascente pelos portões de S. Bento e a norte pelos solares da Madre de Deus e da Santa Luzia (hoje desaparecido) com os seus terrenos agrícolas adjacentes.

Assim, a freguesia da Sé, ao centro, é a única verdadeiramente urbana, sendo ladeada a nascente pela freguesia de Nossa Senhora da Conceição (1553), a primeira a desanexar-se da Sé, também ela urbana, se bem que se estenda por um arrabalde de quintas ao norte, o Lameirinho e a Vinha Brava. A poente a freguesia de São Pedro (1572), formada por um pequeno núcleo urbano, o bairro de S. Pedro e por uma extensa área suburbana. São as quintas do Caminho de Baixo, entestando com a freguesia de S. Mateus da Calheta e ainda São Carlos e Pico da Urze. Por fim, uma outra área rural, a Boa Hora e a Terra-Chã, que dista cerca de 4 km da igreja paroquial e por isso foi desde cedo um curato. Ao norte, a freguesia de Santa Luzia (1595) formada também por uma malha urbana, que fechava a cidade, e uma extensa área rural que atingia as terras altas do Posto Santo. Por

* Universidade do Minho/CITCEM. guilhermereisleite@gmail.com

** Universidade do Minho/CITCEM. hermimesquita@sapo.pt

fim, a nascente, já fora da porta da cidade, a freguesia de São Bento (1572) muito ruralizada, estendendo-se para norte até ao Reguinho, onde fica a delimitação com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição e para nascente, delimitando o arrabalde citadino, com a freguesia de S. Pedro da Ribeirinha.

Desta forma, é difícil, com semelhante área, demarcar uma população de facto urbana de uma outra já rural nos hábitos de vida, mesmo sendo todos os arrabaldes pouco povoados. Em boa verdade, só a freguesia da Sé era uma área exclusivamente urbana, de serviços e de comércio, porque as outras, mesmo a Conceição, eram semi-rurais e com importantes bairros de marítimos e pescadores, como o bairro do Corpo Santo, na Conceição, vizinho do cais secundário de Angra, o Porto de Pipas e o bairro de S. Pedro, piscatório, servido pelo pequeno porto da Silveira, já fora das portas da cidade. Tudo isto tornava a população citadina bastante variada, diversificada nas ocupações e acantonada em bairros, o que se reflecte, sem dúvida, nos registos paroquiais.

O seu porto, que havia feito a glória de Angra, perdera importância e deixara mesmo de ser o mais eminente do arquipélago. Fora de longe ultrapassado pelo de Ponta Delgada e até pelo da Horta, por onde agora se fazia a maior parte do comércio, ainda que a legislação continuasse a privilegiar o porto de Angra.

Os novos produtos de exportação, o vinho e a laranja e até os cereais saíam sobretudo de São Miguel e do binómio Pico-Faial. Angra perdera o domínio e as frotas coloniais raramente paravam na sua baía. Continuava a haver um Provedor das Armadas, é certo, mas o velho esplendor desaparecera inevitavelmente.

Contudo, a cidade era o centro de uma burocracia da coroa pois nela tinham assento os detentores das jurisdições régias delegadas. O Corregedor da Comarca das Ilhas e o Provedor da Fazenda eram a face mais visível do poder régio nos Açores. Além deles, o Bispo, o Cabido da Sé, os beneficiados e as colegiadas engrandeciam a cidade e formavam uma importante e rica comunidade eclesial, a que também pertenciam os Conventos, o de S. Francisco e o da Graça e ainda o dos Capuchos, este extra muros, a que se juntava o Colégio da Companhia de Jesus e os mosteiros, o de São Gonçalo, o da Esperança, o da Conceição das freiras e o de São Sebastião, com centenas de professos que todos juntos, avaliou Drumond no século XVIII, consumiam mais de 1 800 moios de trigo anualmente.

A cidade era, ainda, a sede do mais destacado presídio militar, instalado no castelo de São João Baptista e formado por três companhias, artilharia e serviços, incluindo uma igreja e um hospital, com seus quadros de pessoal, que formavam como que uma freguesia. O governador do Castelo era uma das eminências da cidade.

As elites fidalgas, os homens da governança, como se intitulavam, morgados quase todos, governavam a câmara, ciosas dos seus pergaminhos, liberdades e

privilégios que defendiam denotadamente. Os mesteres detinham, com a Casa dos Vinte e Quatro, um papel que procuravam valorizar através do Juiz do Povo, mas que este exagerando a sua acção contra as decisões camarárias de exportação de trigo em tempo de crise alimentar, das muitas que afligiram os mais pobres no século XVIII, liderando ele próprio um motim urbano em 1757, acabou sentenciado nas prisões de Lisboa e o cargo foi extinto por decisão régia, tornando-se Angra num concelho, como muitos outros, estritamente fidalgo.

Estas elites viviam de preferência no perímetro urbano, em destacados solares que ainda hoje marcam a cidade. Os Bettencourt e os Paim da Câmara, em Santa Luzia; os Sá Coutinho, em São Pedro; os Pereira Lacerda, os Pacheco de Melo, os Merens e os Carvalhais, na Sé; os Canto e Castro, os Carvão Paim da Câmara e os Moniz, na Conceição. Todos eles morgados, terra-tenentes, oficiais das milícias e detentores de cargos da confiança do rei eram os verdadeiros senhores da Angra, os orgulhosos “cidadãos da República Angrence”.

O comércio, por sua vez, a arrematação dos dízimos e outras rendas régias ou senhoriais alimentavam uma classe de comerciantes de grosso trato que vivia principalmente na rua Direita, vizinhos da Alfândega, onde o Provedor da Fazenda tinha assento.

Todo este mundo variado de interesses, que ora se harmonizavam, ora eclodiam em conflitos de competências, animava uma cidade cheia de vida requerendo abastecimento contínuo e muitas vezes difícil, que em anos de más colheitas, chegava a fazer perigar a sobrevivência. As crises alimentícias, as doenças, os cataclismos naturais e a precariedade das trocas comerciais assustavam periodicamente a pacata vida da urbe, aumentando as tensões e os conflitos, afligindo as autoridades e o sempre difícil equilíbrio social. Angra no século XVIII não foi uma cidade pacífica e por várias vezes viu desembarcarem no seu cais os inefáveis desembargadores que traziam por missão restaurar a ordem e os poderes instituídos. Estes eram temidos e considerados indesejados, despertando ódios e vinganças que agitavam os grandes e atormentavam as consciências.

Em 1766, a cidade foi escolhida para sede do novo governo dos Açores, transformados em Capitania-Geral. Passava Angra a capital dos Açores, capital legal, porque de facto, já o era. Viu chegar um Capitão-General investido em jurisdição que abrangia a Justiça, as Armas e a Fazenda e num poder simbólico de representação da pessoa do Rei, que o punha acima de qualquer autoridade até então conhecida. Pela primeira vez a cidade viu e experimentou uma corte, a que se adaptou com reservas, é verdade, mas à qual acabou rendida.

A malha urbana foi valorizada e a cidade reconstruída das mazelas que um *tsunami* provocado pelo terramoto de 1755, que destruiu Lisboa, lhe infligira.

Melhorou as condições de vida mas não afastou as crises de abastecimento, as cíclicas fomes e a precariedade da sobrevivência.

A Angra dos capitães-generais transformou-se no mais proeminente dos centros urbanos do arquipélago, mas nunca conseguiu de novo suplantar em riqueza a cidade de Ponta Delgada. Era a primeira na hierarquia, talvez até na prosápia, mas no comércio, na riqueza dos cidadãos e na auto-suficiência ocupava um lugar secundário.

2. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Dando continuidade à base de dados construída para o século XVII¹, segundo o método da reconstituição de paróquias², prosseguimos com o levantamento e cruzamento dos registos paroquiais, baptismo, casamento e óbito, visando a reconstituição das cinco paróquias da cidade de Angra para o século XVIII. O trabalho de reconstituição destas paróquias para este século encontra-se, porém, em diferentes fases, pelo que a abordagem apresentada se baseia apenas na série de óbitos, com os totais anuais, que se construiu para cada uma das quatro paróquias, para as quais dispomos de registo sistemático.

Para o período analisado, 1700-1799, dispõe-se de um total de 13540 óbitos de maiores de sete anos registados no conjunto das quatro paróquias – Sé, Conceição, Santa Luzia e S. Bento – em média mais de 135 óbitos anuais. À excepção da paróquia da Conceição, onde se encontra, a partir de 1710, mas de forma pouco sistemática, o registo de óbito de menores, em todas as paróquias o registo respeita aos maiores de sete anos. Em qualquer das freguesias, a referência à idade não é sistemática e as causas de morte também não são mencionadas.

Trata-se de paróquias que se distinguem umas das outras desde logo pelo volume da sua população. O número de óbitos registado em cada uma dá-nos disso uma imagem.

Tabela 1. Totais de óbitos dos maiores de sete anos (1700-1799) (Total e % relativa, por paróquia)

Paróquias	Sé		Conceição		S. Bento		Santa Luzia		TOTAL das 4 Paróquias	
	Nº óbitos	%	Nº óbitos	%	Nº óbitos	%	Nº óbitos	%	Nº óbitos	%
1700-1799	5711	42,2	4294	31,7	1108	8,2	2427	17,9	13540	100

Fonte: BPAAH – *Registo Paroquial da Sé, Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia, S. Bento*, Livros de óbitos.

¹ MESQUITA, 2004.

² AMORIM, 1991.

Como se pode verificar na tabela 1, das quatro paróquias consideradas, a da Sé, a freguesia urbana, apresenta-se, como a maior, com mais de 42% do total dos óbitos registados. Segue-se a da Conceição, a segunda mais urbanizada, com cerca de 32% dos óbitos. Registando-se na de Santa Luzia, freguesia da cidade que já incorpora uma vasta área rural, cerca de 18% e na de S. Bento, a menor de todas e a mais ruralizada, pouco mais de 8% dos óbitos totais.

O movimento secular, representado no gráfico 1, dá-nos uma ideia, ainda que impressionista, da evolução dos óbitos nestas freguesias³.

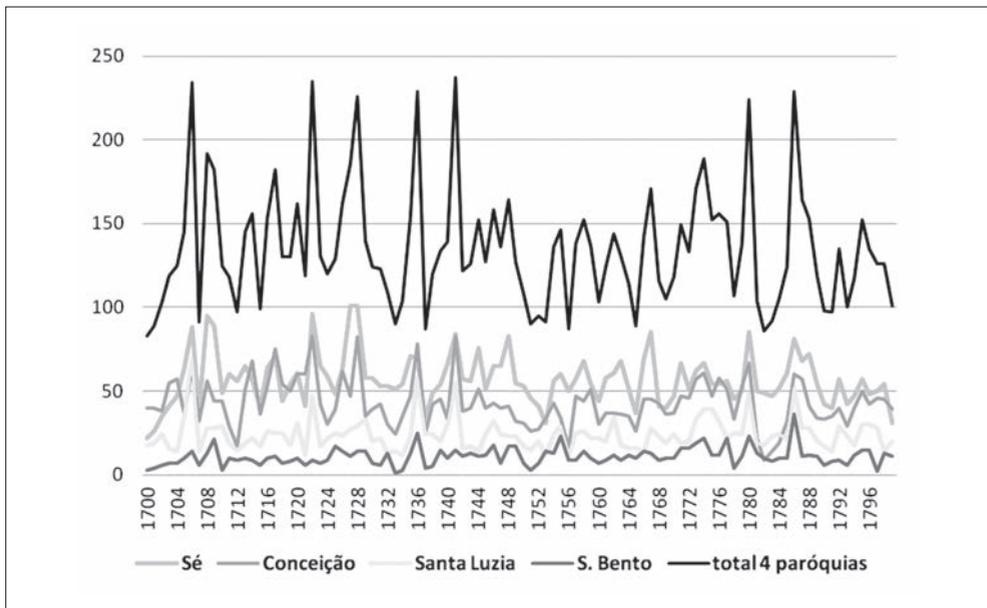


Gráfico 1. Movimento anual dos óbitos (1700-1799)

Fonte: BPAAH – Registo Paroquial da Sé, Nossa Senhora da Conceição, Santa Luzia, S. Bento, Livros de óbitos.

Os picos, que pontuam ao longo de todo o século, remetem-nos para a ocorrência de crises cuja gravidade importa medir. Os estudiosos das crises de mortalidade, coincidindo na importância que lhes atribuem quando se trata de populações pretéritas como estas do século XVIII, divergem, no entanto, nas metodologias usadas para o seu cálculo e classificação⁴. Assim, com o propósito de identificar

³ O volume anual de óbitos em cada freguesia incluiu-se em anexo neste capítulo.

⁴ Procurámos em trabalho anterior (MESQUITA, 2009: 389-406), usando apenas os assentos da Sé, traçar o movimento secular dos óbitos e determinar a existência de anos de mortalidade excepcional ao longo dos séculos XVII e XVIII, por aplicação do método LIVI-BACCI, 1988.

anos de sobremortalidades que terão afectado esta cidade ao longo da centúria de setecentos, optámos pela metodologia de Dupâquier⁵. Tal opção deve-se, além de esta metodologia já estar a ser usada no estudo deste fenómeno, o que possibilita uma análise comparativa⁶, ao facto de se dispor de séries de óbitos para cada uma destas paróquias. Dispor de séries de óbitos é, efectivamente, condição para calcular os índices que nos permitem identificar a existência de crises de mortalidade. Esta metodologia, além de identificar anos de crise, permite ainda conhecer a sua magnitude.

Para identificar e definir crises de mortalidade Dupâquier apresenta uma escala com diferentes níveis, tendo em conta a sua magnitude e gravidade – o nível um, Crise Menor, correspondendo-lhe os índices de 1 a 2; o nível dois, Crise Média, com índices de 2 a 4; o nível três, Crise Forte, com índices de 4 a 8; o nível quatro, Crise Maior, correspondendo aos índices 8 a 16; o nível cinco, Crise Superior, com índices 16 a 32 e o nível seis, Crise Catastrófica, com índices superiores a 32.

Identificar e medir crises de mortalidade que tenham atingido a evolução demográfica de Angra tem toda a pertinência tanto mais que os estudos feitos sobre esta temática, para Portugal, basicamente não têm contemplado a situação dos arquipélagos⁷.

3. MORTALIDADE EXCEPCIONAL NAS QUATRO PARÓQUIAS

Dada a limitação das fontes usadas, os registos de óbitos, só nos é possível identificar crises de mortalidade para os maiores de sete anos.

Na tabela 2 fizemos constar apenas os anos em que ocorreram crises de mortalidade em pelo menos uma das quatro paróquias a que se reporta este estudo.

⁵ DUPÂQUIER, 1979.

- O grupo de investigação da História das Populações, Universidade do Minho, aplicando este método, tem automatizado o cálculo das crises de mortalidade, precisando apenas que o investigador forneça a série dos óbitos.

⁶ Defendendo a necessidade de uma análise comparativa consistente, foi esta a metodologia usada por Hermínia BARBOSA, na elaboração do relatório *Mortalidade extraordinária em Portugal (da 2ª metade do século XVI- 1ª metade do século XX)* no âmbito do Projecto “Portugal, país de mortalidade excepcionalmente favorável? Aprofundamento micro-analítico (séculos XVII a XX)”, POCI/HAR/60940/2004.

⁷ BARBOSA e GODINHO, 2001. Neste trabalho é apresentado um levantamento dos estudos feitos sobre esta temática, não havendo referência à situação dos arquipélagos. Um estudo sobre as crises de mortalidade na cidade do Funchal, Madeira (1750-1830) inclui-se no presente volume.

Tabela 2. Crises de mortalidade dos maiores de sete anos em quatro paróquias da cidade de Angra (1700-1799) – Quadro comparativo

ANO	Paróquias											
	Sé			Conceição			Santa Luzia			S. Bento		
	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo
1706	1,561	1		2,090	2		6,751	3		1,079	1	
1708	2,122	2	2,75284	0,967			0,138			0,701		
1709	1,630	1	C	-0,090			0,102			3,936	2	
1714	-0,441			1,833	1		-0,320			-0,275		
1717	0,548			2,262	2		0,611			0,339		
1720	0,546			0,751			2,188	2		0,701		
1722	4,030	3		1,974	1		4,716	3		0,157		
1725	-0,726			-0,985			0,107			5,060	3	5,59537
1726	0,180			0,487			-0,200			1,535	1	C
1727	2,720	2	3,68336	-0,554			0,277			0,358		
1728	1,963	1	C	2,087	2		0,475			1,293	1	1,34541
1729	-0,517			-1,237			0,865			1,053	1	C
1736	0,148			2,101	2		5,310	3		3,280	2	
1740	1,162	1	2,92126	-0,528			0,584			0,116		
1741	2,759	2	C	2,905	2		2,530	2		0,800		
1744	1,272	1		0,245			-0,927			-0,065		
1746	0,393			-0,253			0,266			1,065	1	
1748	1,949	1		-0,339			-0,231			1,447	1	1,72544
1749	-0,952			-1,008			-0,222			1,278	1	C

ANO	Paróquias											
	Sé			Conceição			Santa Luzia			S. Bento		
	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo	Índices	Magni- tude	Crises a Cavalo
1755	0,396			-0,276			1,415	1		2,326	2	
1757	0,225			1,900	1	3,13863	0,942			-0,463		
1758	1,147	1		1,266	1	C	1,092	1		0,368		
1759	0,233			1,972	1	C	0,297			-0,291		
1762	0,896			0,071			2,421	2		0,110		
1763	1,443	1		-0,138			-0,708			-0,696		
1766	1,519	1	3,32675	0,934			-1,195			2,030	2	2,12117
1767	2,807	2	C	0,835			1,184	1		1,091	1	C
1771	0,774			1,739	1	5,08169	-0,375			3,022	2	7,70443
1772	-0,374			1,213	1	C	-0,187			2,043	2	C
1773	0,427			2,736	2	C	3,303	2	6,57103	2,745	2	C
1774	0,822			2,394	2	C	3,179	2	C	2,894	2	C
1775	-0,174			0,283			2,089	2	C	-0,460		
1776	-0,318			1,581	1		0,751			-0,527		
1777	-0,061			0,408			-0,756			2,007	2	
1780	4,026	3		2,113	2		3,000	2		1,590	1	
1786	2,386	2		1,261	1	1,34222	3,065	2		4,229	3	
1787	0,774			1,081	1	C	0,026			-0,409		
1795	0,045			0,998	1		0,490			0,352		
1798	0,340			0,997	1		-1,688			0,854		

Fonte: Estatística calculada, aplicando o método de Dupâquier às séries de óbito.

Verifica-se, na tabela 2, que ocorreram crises em 39 dos 100 anos em análise. Dezanove na primeira metade do século e vinte na segunda metade. Tanto na primeira como na segunda parte da centúria, as crises cingem-se em muitos anos a uma paróquia. Acontece por doze vezes até 1750 e, por dez vezes, depois, até ao final do século. Com diferentes graus de gravidade, atingindo simultaneamente duas paróquias registaram-se duas e quatro crises na primeira e segunda metade do século, respectivamente. Crises simultâneas em três destas paróquias detectaram-se em oito anos, quatro em cada meio século. Efectivamente, das 39 ocorrências, apenas três são comuns às quatro paróquias e também com diferentes magnitudes – são as crises registadas nos anos de 1706, 1780 e 1786. A crise de 1706, configurando uma Crise Menor nas paróquias da Sé e de S. Bento foi, porém, uma Crise Média na paróquia da Conceição e uma Crise Forte em Santa Luzia. Em 1780 a crise foi Forte na Sé, tornando-se Média na Conceição e Santa Luzia e apresentou-se como Crise Menor em S. Bento. No entanto, no ano de 1786, a paróquia de S. Bento foi a mais fustigada, sofrendo uma Crise Forte, ao contrário da Sé e de Santa Luzia que foram afectadas por Crises Médias e a da Conceição por uma Crise Menor.

Tabela 3. Crises de mortalidade dos maiores de sete anos em quatro paróquias da cidade de Angra (1700-1799) – Quadro resumo do tipo de crises

Crises/ Nível (Magnitude)	Paróquias								
	Índices	Sé		Conceição		Santa Luzia		S. Bento	
		Nº de crises	Crises a Cavalo						
1-Menor	1 a 2	9		12		3		9	
2 -Média	2 a 4	5		8		8		9	
3 -Forte	4 a 8	2		0		3		2	
Total		16	4	20	3	14	1	20	5

Fonte: Cálculos elaborados a partir da tabela 2.

Seguindo a tabela 3 e considerando cada uma das paróquias, verificamos que ao longo da centúria as paróquias da Conceição e de S. Bento foram atingidas por crises por vinte vezes, embora em anos nem sempre coincidentes. A paróquia da Sé foi-o por dezasseis vezes e a de Santa Luzia por catorze.

Numa observação mais pormenorizada, seguindo a tabela 3, verifica-se que na paróquia da Sé das dezasseis crises registadas duas foram de magnitude 3 (Crises

Fortes), cinco de magnitude 2 (Crises Médias) e nove de magnitude 1 (Crises Menores); na Conceição não encontramos, entre as vinte ocorrências, Crises Fortes (de magnitude 3), sendo oito Crises Médias (de magnitude 2) e doze Crises Menores (de magnitude 1). Em Santa Luzia, entre os catorze anos de crises, encontramos três Crises Fortes (de magnitude 3), oito Crises Médias (de magnitude 2), sendo as três restantes Crises Menores. Por último na paróquia de S. Bento, registaram-se, entre as vinte ocorrências, duas Crises Fortes (de magnitude 3), nove Crises Médias (de magnitude 2) e nove Crises Menores.

Constata-se também que em alguns anos a crise se prolongava para o ano ou anos seguintes. São as crises a cavalo. Na Sé registaram-se quatro crises deste tipo, estendendo-se todas por dois anos consecutivos, a saber 1708/1709; 1727/1728; 1740/1741 e 1766/1767. Todas ficaram entre o índice 2 e 4, reportando crises médias.

Na Conceição são três as crises a cavalo, mas prolongando-se, duas delas, por mais de dois anos, cada uma – a de 1757/1758/1759 que se estendeu por três anos; a de 1771/1772/1773/1774 que atingiu quatro anos e a mais curta, a de 1786/1787. Assim, das características Crises Menores e Crises Médias também, nesta paróquia da Conceição, se chega a uma Crise Forte, quando consideradas as crises a cavalo, pois verifica-se um índice superior a 5 para o conjunto dos anos de 1771 a 1774. Em Santa Luzia, prolongando-se por 3 anos, 1773/1774/1775, as crises a cavalo, resultaram numa crise forte que ultrapassou o índice 6. Finalmente, em S. Bento, a mais rural das freguesias, ocorreram 5 crises a cavalo – duas com índices de crises fortes, em 1725/1726, com índice superior a 5 e em 1771/1772/1773/1774, com índice superior a 7; as outras três, em 1728/1729, 1748/1749 e 1766/1767, configuram crises menores, as duas primeiras e uma crise média, a última referida.

Se compararmos a primeira com a segunda metade do século verificamos que as paróquias também não foram igualmente fustigadas. A primeira metade do século parece ter sido mais penosa para a paróquia da Sé, que sofreu dez das suas dezasseis crises, enquanto nas restantes paróquias a segunda metade se mostrou mais adversa – na da Conceição ocorreram treze das suas vinte crises, na de Santa Luzia foram nove das catorze totais e na de S. Bento, embora se registem dez crises em cada metade da centúria, o certo é que também foi na segunda metade que o número de crises de magnitude 2 se superiorizou às de magnitude 1.

Na globalidade, na primeira metade da centúria registou-se uma crise, a de 1706, que atingiu em simultâneo as quatro paróquias e na segunda metade de setecentos o mesmo aconteceu por duas vezes, nos anos de 1780 e 1786.

Identificados os anos de crise e a respectiva magnitude seria importante, para interpretar estes resultados estatísticos, procurar as suas causas, atendendo às características das paróquias. Dado que o nosso esforço ainda está muito concentrado na construção da base de dados, a partir da informação paroquial, para a

reconstituição destas paróquias, recorreremos às informações que nos são veiculadas pelos Anais da Ilha Terceira⁸. O autor desta obra, consultando diversas fontes, nomeadamente as vereações entre outra documentação camarária, dá-nos conta, ano a ano, de alguns aspectos úteis para um melhor conhecimento dos problemas que mais afectaram a cidade no século XVIII.

De entre o que acontecia nesta Ilha, merecedor de registo na perspectiva do autor, encontramos referenciados vários anos do século XVIII como tendo sido de escassez e ou anos de febres e moléstias. Os anos de escassez são anotados, geralmente, com grande dramatismo. São exemplo “O ano da fome”, ano de produção insuficiente de cereal a que se juntaram as dificuldades em encontrar de onde o importar, como aconteceu em 1785. O ano de 1757 é apontado como o infausto ano, marcado por tumultos para evitar a embarcação do trigo para o Reino. E 1793 foi o ano em que a escassez da colheita de trigo obrigou o Presidente do Governo interino, em Janeiro de 1794, a officiar à Câmara sobre “não haver trigo algum à venda, andando os povos de porta em porta sem terem quem lhe vendesse um só alqueire, havendo-os nos graneis, que por monopólio se lhes não vendia”⁹.

Não menos dramática é a referência às febres e moléstias que foram grassando ao longo do século – “ano de grande mortandade”, “epidemia febril”, “contágio de febres violentas e defluxões tão pestilentas, que delas faleceram muitas pessoas” e “contágio de graves moléstias” ou “gravíssima moléstia contagiosa de febres escarlatinas” são algumas das expressões usadas, reportando-se à ilha em geral ou a Angra em particular.

Na tabela 4, fazemos constar, para a primeira metade do século, os anos referenciados como de escassez, febres e moléstias e os anos em que ocorreram as crises calculadas e supra identificadas.

Tabela 4. Crises Frumentárias e epidémicas na Ilha Terceira e crises de mortalidade em quatro paróquias de Angra no século XVIII (1ª metade do século)

Anos	Escassez	Febres e moléstias	Crises de mortalidade			
			Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1705						
1706			X	X	X	X
1707						
1708			X			
1709			X			X

⁸ DRUMOND, 1981, Vol. II e III.

⁹ DRUMOND, 1981, Vol. II: 270-271; Vol. III: 58-59 e 62.

Tabela 4. Crises Frumentárias e epidémicas na Ilha Terceira e crises de mortalidade em quatro paróquias de Angra no século XVIII (1ª metade do século) (cont.)

Anos	Escassez	Febres e moléstias	Crises de mortalidade			
			Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1710	X					
1711 - 1713						
1714				X		
1715						
1716						
1717				X		
1718 - 1719						
1720					X	
1721						
1722			X	X	X	
1723-1724						
1725						X
1726						X
1727			X			
1728			X	X		X
1729						X
1730 - 1735						
1736		X		X	X	X
1737	X					
1738- 1739						
1740			X			
1741		X	X	X	X	
1742- 1743						
1744			X			
1745						
1746						X
1747						
1748			X			X
1749						X
1750						

Fonte: DRUMOND, 1981, ob. cit., Vol. II e III; Quadro 2: Crises de mortalidade dos maiores de sete anos em quatro paróquias da cidade de Angra (1700-1799) – Quadro comparativo

Na tabela 5 apresentamos, para a segunda metade da centúria, o mesmo tipo de informação – os anos referenciados como de escassez, febres e moléstias e os anos em que ocorreram as crises por nós identificadas.

Tabela 5. Crises Frumentárias e epidémicas na Ilha Terceira e crises de mortalidade em quatro paróquias de Angra no século XVIII (2ª metade do século)

Anos	Escassez	Febres e moléstias	Crises de mortalidade			
			Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1751	X					
1752	X					
1753						
1754	X	X				
1755					X	X
1756	X	X				
1757	X			X		
1758	X		X	X	X	
1759	X			X		
1760 – 1761						
1762					X	
1763			X			
1764						
1765						
1766			X			X
1767			X		X	X
1768						
1769						
1770						
1771		X		X		X
1772				X		X
1773				X	X	X
1774				X	X	X
1775					X	
1776				X		
1777						X
1778 -1779						
1780			X	X	X	X
1781- 1784						
1785	X					
1786			X	X	X	X
1787				X		

Tabela 5. Crises Frumentárias e epidémicas na Ilha Terceira e crises de mortalidade em quatro paróquias de Angra no século XVIII (2ª metade do século) (cont.)

Anos	Escassez	Febres e moléstias	Crises de mortalidade			
			Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1788 – 1792						
1793	X					
1794	X	X				
1795		X		X		
1796						
1797						
1798	X			X		
1799						

Fonte: DRUMOND, 1981, ob. cit., Vol. II e III; Quadro 2: Crises de mortalidade dos maiores de sete anos em quatro paróquias da cidade de Angra (1700-1799) – Quadro comparativo

Coincidindo com anos identificados como de crises de mortalidade ou antecedendo-os, ao longo de Setecentos, são treze os anos mencionados como de escassez e sete anos como de febres e moléstias (tabelas 4 e 5). Confirma-se que a fome e a doença, por si ou associadas, continuavam a ser factores de grande mortandade. Ficam, porém, anos, atingidos por crises de mortalidade, sem que a fonte consultada nos permita associá-los a crise de alimentos ou a qualquer moléstia.

Sabemos que este quadro de escassez e de epidemias é comum a outros contextos geográficos, como o Funchal, na ilha da Madeira, por exemplo. Neste caso, temos algumas informações, para a segunda metade do século XVIII, que nos dão conta de cinco anos de escassez (1754; 1755; 1778; 1779; 1799) e de dois anos de epidemias (1768; 1770)¹⁰. Comparando com as informações de que dispomos para Angra constata-se que só há coincidência em um ano de escassez, o ano de 1754. Quanto às restantes datas encontramos alguma aproximação nas febres e moléstias do ano de 1771, que afectaram Angra, com a epidemia reportada ao Funchal em 1770.

Conhecer o meio e as condições que a cidade oferecia às suas gentes¹¹ é importante para se chegar a uma explicação da ocorrência das crises de mortalidade,

¹⁰ Dados cedidos por Carlota Santos, Maria de Fátima Barros e Paulo Teodoro de Matos. Será interessante, podendo dispor de séries de óbitos e calcular crises para este espaço, verificar se a estes anos de escassez e epidemias corresponderam anos de crise de mortalidade. A este respeito consulte-se o capítulo “Dinâmicas demográficas e crises de mortalidade na cidade do Funchal, 1750-1830”, incluído nesta obra.

¹¹ Uma outra fonte que nos ajuda a conhecer a cidade são as Posturas de 1788, uma actualização das de 1655, que visavam não só melhor responder à vida social da cidade que naturalmente se havia modificado, mas acomodar-se às novas circunstâncias criadas pelo Decreto de 2 de Agosto de 1766 que instituiu o Governo-Geral do Arquipélago com sede em Angra. Deste Decreto resulta que parte das atribuições legislativas dos municípios passou para a competência dos Capitães-Generais. RIBEIRO, 1983: 413 e ss.

pois o número de óbitos de uma dada população pode variar ao longo de anos ditos normais, dependendo não só das suas características, por sexo ou idade, mas também dos meios de que essa população dispõe para retardar a morte, como são as condições de alimentação¹², de salubridade e higiene ou de cuidados de saúde.

O comportamento encontrado no século XVIII pode bem ser o reflexo de um agravamento conjuntural das condições gerais de vida repetido a intervalos irregularmente espaçados – a escassez das colheitas, sobretudo do trigo cuja falta se devia à fraca produção e às dificuldades em importar, pois nem sempre era fácil encontrar de onde o fazer; os contágios, não raramente, importados que obrigavam à actuação vigilante das autoridades da saúde (nos finais do século XVIII, as preocupações com eventuais contágios continuavam a merecer atenção e a ser da competência do Senado da cidade); a manutenção de comportamentos indesejados no campo da higiene pública; a inegável perda de importância de Angra como principal porto do arquipélago.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises identificadas, estando em muitos dos anos associadas à escassez de alimentos e a enfermidades contagiosas, são ainda, quanto à sua origem, tipicamente crises de Antigo Regime, apresentando-se por vezes como crises de tipo misto que associam a fome e a doença.

Atendendo à gravidade e à frequência com que ocorreram as crises de mortalidade nestas freguesias, ao longo do século XVIII, pode concluir-se que na cidade, apesar de periodicamente a mortalidade ter encontrado um campo favorável, não se registaram anos que pudessemos classificar como de crise muito grave.

Considerando a sua magnitude, constata-se que em nenhuma das paróquias se registaram crises maiores (índices 8 a 16), crises superiores (índices 16 a 32) ou crises catastróficas (índices de 32 e mais). As mais frequentes eram crises menores (33 ocorrências); seguiam-se as crises médias (30 ocorrências) e mais raramente crises fortes (7 ocorrências). Assim, há a ressaltar a importância das crises menores e médias na evolução da mortalidade excepcional.

É de destacar, além da sua variedade e das suas diferentes durações e magnitudes, o facto de as crises de mortalidade nem sempre terem atingido em simultâneo todas as paróquias da cidade de Angra.

Posturas camarárias da Cidade de Angra, tomo II. Disponíveis em <http://www.ihit.pt/new/posturas/2008/Angra.pdf>. [consulta realizada em 5/11/2011].

¹²Veja-se LIVI-BACCI, 1984 – Neste ensaio o autor procura analisar os mecanismos de natureza biológica, social e cultural que relacionam alimentação, mortalidade e população determinando as suas variações a curto e a longo prazo, no período que medeia entre a peste negra do século XIV e a Revolução Industrial.

Contata-se, pois, que as crises associadas a anos de escassez ou de moléstias incidiram indiscriminadamente em uma ou outra freguesia, independentemente do estatuto de freguesia mais urbana ou mais rural. Se o ano de 1736, um ano de moléstias, por exemplo, se pode associar à crise que afectou as freguesias da Conceição, Santa Luzia e São Bento, não afectando a freguesia urbana da Sé, o ano de 1741, também ano de moléstias, foi igualmente de crise de mortalidade, mas nas freguesias da Sé, Conceição e Santa Luzia, poupando desta vez a freguesia de S. Bento, a mais rural das freguesias da cidade. O mesmo se observa quando consideramos o ano de 1758 cuja crise de mortalidade, sendo antecedida de dois anos de escassez, se registou só nas freguesias da Sé, da Conceição e de Santa Luzia.

Este comportamento descarta a hipótese de se considerar a Sé, a mais urbana, menos exposta à escassez porque teria meios mais eficazes para se poder abastecer em anos de penúria.

ANEXOS

Tabela 1. Série de óbitos dos maiores de sete anos nas 4 paróquias (1700-1799)

Ano	Paróquias			
	Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1700	22	40	18	3
1701	26	40	19	4
1702	35	38	24	6
1703	41	55	16	7
1704	47	57	14	7
1705	63	37	35	10
1706	88	63	69	14
1707	39	32	14	6
1708	95	56	28	13
1709	89	44	28	21
1710	49	44	29	3
1711	60	29	19	10
1712	56	17	15	9
1713	65	51	19	10
1714	57	68	22	9
1715	40	36	17	6
1716	64	53	26	10
1717	71	75	25	11
1718	44	54	25	7
1719	54	50	18	8
1720	61	60	31	10

CRISES DE MORTALIDADE EM QUATRO PARÓQUIAS DA CIDADE DE ANGRA NO SÉCULO XVIII
(UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS REGISTOS DE ÓBITO)

Ano	Paróquias			
	Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1721	41	60	12	6
1722	96	83	47	9
1723	65	42	17	7
1724	59	30	22	9
1725	48	39	25	17
1726	63	62	23	14
1727	101	47	27	11
1728	101	82	29	14
1729	58	35	33	14
1730	58	39	20	7
1731	53	42	22	6
1732	53	30	13	13
1733	51	24	14	1
1734	54	35	12	3
1735	71	47	23	13
1736	69	78	57	25
1737	34	25	24	4
1738	49	42	24	5
1739	54	45	20	15
1740	66	33	30	10
1741	84	83	55	15
1742	57	38	16	11
1743	56	40	17	13
1744	76	51	14	11
1745	51	40	24	12
1746	65	43	32	18
1747	65	40	24	7
1748	83	41	23	17
1749	55	32	23	17
1750	53	31	17	7
1751	46	26	15	3
1752	41	27	20	7
1753	31	34	12	14
1754	56	43	24	13
1755	60	34	29	23
1756	50	16	12	9
1757	57	47	25	9
1758	68	44	26	14
1759	54	51	22	10
1760	44	30	22	7

Ano	Paróquias			
	Sé	Conceição	Santa Luzia	S. Bento
1761	58	37	20	9
1762	61	37	34	12
1763	68	36	18	9
1764	51	35	16	12
1765	37	26	16	10
1766	69	45	14	14
1767	85	45	28	13
1768	41	43	23	9
1769	40	36	19	10
1770	47	37	24	10
1771	67	47	19	16
1772	51	46	20	16
1773	62	57	33	19
1774	67	61	39	22
1775	54	47	39	12
1776	54	58	32	12
1777	56	51	22	22
1778	45	33	25	4
1779	50	53	24	11
1780	85	67	49	23
1781	50	22	19	13
1782	49	9	18	10
1783	47	14	23	8
1784	52	19	24	10
1785	61	32	21	10
1786	81	60	52	36
1787	68	57	28	11
1788	72	41	28	12
1789	54	34	20	11
1790	42	33	17	6
1791	40	35	14	8
1792	57	40	29	9
1793	42	29	23	6
1794	47	40	18	12
1795	57	50	30	15
1796	48	42	30	15
1797	50	46	28	2
1798	54	45	14	13
1799	31	39	20	11

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, M. Norberta B. (1991) – *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira; GODINHO, Anabela de Deus (2001) – *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: NEPS/ICS – Universidade do Minho.
- CORDEYRO, António, Pde. (1981), *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, fac-símile da edição *princeps* de 1717. Angra do Heroísmo: SREC.
- DRUMOND, Francisco Ferreira (1981) – *Anais da ilha Terceira*, Vols. I a IV, Fac-símile da edição de 1850. Angra do Heroísmo: SREC.
- (1990) – *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, com estudo introdutório, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite. Angra do Heroísmo: IHIT.
- DUPAQUIER, Jacques (1979) – L'Analyse statistique des crises de mortalité, *The great mortalities: methodological Studies of demografic crises in the past*, p. 83 – 112.
- LIVI-BACCI, Massimo (1988) – *Ensayo sobre la historia demográfica europea Población y alimentación en Europa*. Ariel Historia.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984) – *Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências*. In MARCILIO, Maria Luiza, org. – *População e Sociedade Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 69-109.
- MALDONADO, Pe. Manuel Luís (1997) – *Fénix Angrence*. Angra do Heroísmo: I.H.I.T., vol. 1.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais (2004) – *As Gentes de Angra no século XVII*. Braga: ICS da UM. Tese de doutoramento.
- MESQUITA, Maria Hermínia Morais (2009) – *Crises de Mortalidade em Angra nos séculos XVII e XVIII: sua identificação a partir dos registos de óbito*, Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães “Do Absolutismo ao Liberalismo”, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 389 – 406.
- RIBEIRO, Luís da Silva, (1983) – *Obras II História*, IHIT, SREC: Angra do Heroísmo, pp. 413 e ss.

FONTES

Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo (BPAAH) – Registo Paroquial, Angra

Freguesia da Sé:

Óbitos – Livro 7 (6-Jan-1678 a 11-Jul-1702); Livro 8 (11-Jul-1702 a 15-Abr-1731); Livro 9 (23-Abr-1731 a 10-Jan-1750); Livro 10 (20-Jan-1750 a 21-Nov-1777); Livro 11 (30-Nov-1777 a 16-Dez-1788); Livro 12 (23-Nov-1788 a 31-Mai-1799); Livro 13 (1-Jun-1799 a 2-Jan-1819)

Freguesia da Conceição:

Óbitos – Livro 3 (22-Jul-1678 a 21-Fev-1712); Livro 4 (24-Jun -1712 a 25-Dez-1733); Livro 5 (3-jan-1734 a 20-Set-1754); Livro 6 (10-Nov-1754 a 16-Set-1776); Livro 7 (17-Set-1776 a 17-Nov-1797); Livro 8 (20-Nov-1797 a 12-Nov-1805).

Freguesia de Santa Luzia:

Óbitos – Livro 1 (25-Jun-1694 a 24-Nov-1721); Livro 2 (17-Dez-1721 a 20-Abr-1755); Livro 3 (29-Out-1760 a 14-Ago-1786); Livro 4 (16-Ago-1786 a 7-Mai-1799); Livro 5 (15-Mai-1799 a 30-Mai-1816)

Freguesia de S. Bento:

Óbitos – Livro 1 (8-Mar-1708 a 31-Dez-1801).

EMIGRAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL NOS AÇORES DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: O CASO DA ILHA DE SÃO JORGE

PAULO SILVEIRA E SOUSA*

1. INTRODUÇÃO

Os Açores não se configuram apenas como um espaço ultraperiférico. Desde cedo foram também um importante elo nas comunicações e nas redes de troca que se estruturavam no Atlântico. Com fortes incidências sazonais, as ligações ao exterior foram regulares ao longo da história do arquipélago. Os grupos de ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores¹ são o resultado das primeiras expansões para fora do espaço europeu da civilização continental e as suas gentes converteram-se, logo desde os primeiros séculos, em povoadores doutros espaços do império². A emigração, orientada ou não por políticas da Coroa, surgiu nos arquipélagos, tão estrutural e constante como no Portugal continental.

As ilhas não estavam isoladas, mas os Açores eram, na segunda metade do século XIX, uma sociedade de contornos tradicionais, localizada num contexto ultraperiférico. Os capitais e a terra estavam relativamente concentrados nas mãos de uma pequena elite de grandes proprietários, morgados e negociantes, o mercado interno era pouco desenvolvido, diversificado e fragmentado, a industrialização inexpressiva e a agricultura dominada pela produção camponesa e por

* CHAM. paulo.sousa@eui.eu

¹ Aos quais poderíamos acrescentar as Canárias.

² Basta recordar a larga utilização de populações açorianas na colonização do extremo sul do Brasil – Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, durante o século XVIII, sendo autorizada pela Coroa a partida massiva de famílias inteiras. Para os Açores ver um resumo em MATOS e SOUSA, 2008: 535-577; caso específico da Ilha de São Jorge, cf. AVELAR, 1902: 92-95.

algumas culturas de exportação³. Neste cenário, não era estranho que a emigração aparecesse como um dos factores mais decisivos do processo de mudança social e de aquisição de recursos, tendo desencadeado transformações irreversíveis nas estruturas sociais do arquipélago⁴.

Embora endémica a territórios onde os recursos são escassos e controlados por uma pequena fracção da população, a emigração não é um fenómeno que nasça por geração espontânea, nem que dependa apenas de decisões individuais. Contudo, indirectamente, há factores que podem propiciar a repulsão demográfica: o extraordinário aumento populacional, numa terra de recursos exíguos; a divisão desigual da propriedade e a sua elevada concentração; os baixos salários e o desemprego sazonal que afectava os trabalhadores rurais; as crises económicas despoletadas pelo fim de grandes produtos de exportação, como o vinho e a laranja, em torno dos quais se estruturava parte da economia das ilhas; as fomes e crises de subsistência regulares e a fuga ao serviço militar, unanimemente detestado pelos jovens camponeses e entendido como uma intromissão exterior nas suas famílias, ciclos e comunidades. No entanto, é preciso perceber também que a partida, a instalação e o trabalho em novas terras era uma das poucas possibilidades que se abriam a quem pretendia obter recursos dificilmente atingíveis no local de origem. Constituía uma das mais poderosas oportunidades para criar e consolidar os pequenos patrimónios e as casas camponesas. As necessidades de reprodução económica destas últimas, e a das famílias e parentelas a elas associadas, podiam estabelecer uma relação estrutural profunda e recorrente com a emigração, activada por sucessivas gerações. A emigração tornava-se, assim, decisiva para garantir a reprodução das famílias e das explorações camponesas, acabando por ter um forte efeito na transformação da sociedade rural.

Do lado de lá do Atlântico, o desenvolvimento económico, a expansão para novas áreas, o fim do tráfico negreiro e as enormes diferenças salariais funcionavam como principais factores de atracção dos emigrantes. Afluía às Américas uma enorme massa de mão-de-obra maioritariamente vinda dos campos da Europa, à qual se juntava já uma parcela menor, oriunda do crescente proletariado industrial em expansão, sobretudo, nos países do Norte do continente europeu. No meio desta multidão em busca de fortuna e melhores condições de vida integrava-se o contingente português, onde o peso dos três distritos açorianos não era de todo desprezível.

Utilizando apenas os dados da emigração legal, claramente subavaliados em todo o país, Maria Isabel João, chega a números bem elucidativos. Entre 1866 e

³ JOÃO 1991: 41-153, MIRANDA 1999.

⁴ SOUSA 2007-2008: 73-122.

1900 saem dos Açores 16,2% do total dos emigrantes portugueses, sabendo-se que, por exemplo, no censo de 1878, este arquipélago apenas tinha uma quota de 5,7% da população nacional. Nesse mesmo ano, a média nacional de emigrantes por mil habitantes é de 2,18, mas, nos Açores, ela atinge os 6,12, sendo a média mais elevada a do distrito de Angra com 8,19 emigrantes por mil habitantes⁵. Fica assim claro que as migrações são normalmente selectivas, apanhando franjas específicas da população, geralmente mais jovem, tendendo a acentuar-se na periferia das próprias periferias, isto é, nas áreas mais desfavorecidas dos países já marcados pela emigração⁶.

Neste estudo pretendemos analisar o modo como a emigração se relacionava com a sociedade local e quais os efeitos que produziu no tecido social açoriano, num processo em permanente interacção com as práticas e as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos e grupos domésticos. A pequena ilha de São Jorge servirá como uma espécie de estudo de caso para podermos descrever e explicar fenómenos mais globais e aplicáveis ao conjunto do arquipélago⁷.

O período temporal que vamos analisar corresponderá, *grosso modo*, aos 100 anos que medeiam entre 1820 e 1920, destacando a segunda metade do século XIX. Entre essas duas datas, a população açoriana aumentou até ao fim da década de 70, atingindo então um pico demográfico, descendo depois regularmente até à década de 1920. Esta trajectória deveu-se sobretudo à emigração e não a outros factores, como um eventual aumento da mortalidade, ou um declínio das condições de vida. No final da década de 1920, foram introduzidas enormes restrições legais à emigração para os EUA. A população do arquipélago irá novamente crescer, mas só até à nova abertura das fronteiras americanas nos finais dos anos 1950, após a crise sísmica dos Capelinhos. De 1820 a 1920 estamos perante um ciclo em que as ilhas se encheram de gente e seguidamente se esvaziaram.

2. DEMOGRAFIA E POPULAÇÃO: ALGUNS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO

Uma característica bem vincada nas ilhas do arquipélago, durante todo o século XIX, foi uma forte e constante pressão demográfica sobre os recursos e, principalmente, sobre a terra que estava bastante concentrada nas mãos de um pequeno grupo de morgados e proprietários. Este facto, associado ao declínio de grandes exportações locais e a crises de subsistência, ajudou a aumentar a emigração a partir

⁵ JOÃO, 1991: 183.

⁶ JACKSON, 1991: 37.

⁷ Nas últimas décadas foram publicados estudos de caso sobre várias ilhas do arquipélago. Por exemplo, MATOS, 2007; MADEIRA, 2004: 295-322; SACUNTALA, 1999; ROCHA, 1995: 407-422.

dos últimos anos de 1850. O crescimento das saídas foi mais elevado e precoce nas ilhas do grupo central. A destruição das vinhas pelo *oidium* a partir de 1852-1853, as sucessivas pragas que atacaram os laranjais e as plantações de batata do eixo Pico-Faial e os maus anos agrícolas de 1857-1859 provocaram uma grave crise de subsistência nas ilhas do triângulo Pico-São Jorge-Faial⁸. A emigração tornou-se assim uma das poucas soluções possíveis. Décadas mais tarde registou-se novo apogeu, afectando a generalidade do arquipélago. Desta vez após a crise da laranja, durante a segunda metade da década de 1870 e o início da década seguinte. A partir dos finais de 1880, mesmo com todas as tentativas de renovação da agricultura açoriana, a emigração não irá parar e as ilhas não cessarão de perder população.

Nos Açores, tal como no Noroeste de Portugal continental, a expansão do milho e da cultura da batata ampliou o espectro da subsistência camponesa. Pensamos que estas culturas poderão ter sido um factor importante na origem do crescimento demográfico a que assistimos nos três primeiros quartéis do século XIX⁹. Contudo, os os Açores vão divergir, crescer mais devagar e perder parte do seu peso populacional no conjunto nacional a partir da segunda metade do século XIX¹⁰. Nesse processo, as ilhas de menor dimensão, como é o caso de São Jorge, mas também do Pico, do Faial, da Graciosa ou das Flores e da pequeníssima ilha do Corvo, também se vão ver diminuídas face aos centros regionais, localizados em São Miguel e na Terceira.

Tabela 1. Aspectos Globais da População de São Jorge (1820-1920)

Anos	São Jorge	Açores	Importância Relativa %
1820	15 600	185 230	8,4
1849	17 808	223 409	8,0
1864	17 998	249 136	7,2
1878	18 272	263 305	6,9
1890	17 065	255 487	6,7
1900	16 177	256 673	6,3
1911	14 277	243 002	5,9
1920	13 464	231 543	5,8

Fontes: DREPA, 1985: 45, RODRIGUES, 1987: 137, JOÃO, 1991: p. 35.

A importância relativa de São Jorge, que em 1820 era de 8,4%, atingia em 1920 5,9%, tendo vindo sempre a descer, mesmo quando as contas do arquipélago

⁸ Sobre a crise vinícola ver SOUSA, 2004: 126-168, sobre os cereais ver SOUSA: 2008, 175-192.

⁹ Esta afirmação merecia estudos mais completos. Infelizmente, a História agrícola dos Açores não tem despertado grandes cultores. Ver MATOS e SOUSA, 2008: 554.

¹⁰ JOÃO, 1991: 28-29, 37-39.

manifestavam um razoável crescimento demográfico. Logicamente, as taxas de crescimento eram diferentes entre os diversos territórios açorianos, mais altas nas ilhas de maior dimensão (como a Terceira e São Miguel) e mais baixas nas mais pequenas que, apesar de um saldo globalmente positivo até 1878, não conseguiam acompanhar a dinâmica regional, ela própria desfasada da dinâmica nacional. São Miguel e a Terceira, que em 1820 possuíam uma importância relativa de 37,25% e de 17,6%, contam já, em 1920, com um peso de 48,3% e de 20%, respectivamente¹¹. Por exemplo, o Pico que em 1820 possuía uma importância relativa de 13,46 %, em 1920 já se ficava pelos 8,7%, o Faial descia de 11,5 para 8,2%. Se prolongássemos as contas nas outras ilhas de menor dimensão os números confirmariam esta tendência¹².

A verdade é que São Jorge chega a 1920 com menos população do que aquela que possuía em 1820, enquanto o arquipélago globalmente não atingiu tais extremos. São Jorge tinha em 1878, altura do maior pico demográfico da sua história, uma população de 18 272 habitantes, caindo em 1890 para 17 065 indivíduos, em 1900 para 16 177, em 1911, já estava em 14 277, para atingir os 13 464 habitantes em 1920, perdendo neste período cerca de um terço da sua população. Esta diminuição demográfica era o resultado da forte emigração, primeiro para o Brasil e depois, sobretudo, para os EUA (tendência que se manifesta globalmente em todo o arquipélago durante este período).

Tabela 2. Evolução do Crescimento Populacional dos Açores nos anos de 1864 a 1920

	1864/1878	1878/1890	1890/1900	1900/1911	1911/1920
S. Maria	0,83	-0,44	0,18	-0,17	0,34
S. Miguel	1,00	-0,18	0,29	-0,39	-0,44
Terceira	-0,09	0,23	0,42	-0,15	-0,40
Graciosa	-0,23	0,00	-0,01	-0,86	-0,26
São Jorge	0,12	-0,58	-0,60	-1,15	-0,70
Pico	0,03	-0,75	-0,50	-0,91	-0,82
Faial	-0,33	-0,55	-0,62	-0,83	-0,74
Flores	-0,57	-0,66	-0,83	-1,08	-0,90
Corvo	-0,02	-0,73	-0,02	-0,73	-1,31
Açores	0,40	-0,25	0,05	-0,50	-0,53

Fonte: ROCHA, 1990: 851.

¹¹ Contas feitas a partir de JOÃO, 1991: 37-39; ROCHA, 1990: 849-863; ROCHA, 1991: 40-49.

¹² Curiosamente só a pequena ilha de Santa Maria manifesta um comportamento demográfico dissonante, registando-se inclusive um ligeiro aumento da população.

Pelos números da tabela 2 podemos ver como as ilhas mais pequenas tiveram, ao longo deste período de cerca de 60 anos, um crescimento populacional mais baixo, destacando-se entre elas as Flores, o Pico e São Jorge. Dados para a taxa bruta de natalidade por mil habitantes entre 1890 e 1930 indicam que, novamente, as últimas duas ilhas atingiram os quantitativos regionais mais baixos, destacando-se São Jorge com números que a colocam quase sempre no fim da tabela. Enquanto São Miguel tem uma taxa bruta de natalidade de 37,6 para 1890 e o conjunto do arquipélago chega aos 33,7, São Jorge não passa dos 21,8¹³. Neste panorama, a perda de população, de peso regional e algum envelhecimento são já inquestionáveis.

A repartição da população segundo grupos etários demonstra claramente este aumento da população mais idosa e a diminuição continuada dos mais jovens. Se esta tabela tivesse sido prolongado até 1920, a situação estaria provavelmente ainda mais agravada.

Tabela 3. Repartição da população segundo grupos etários (1864-1890)

Grupos etários	0-20			20-60			+60		
	1864	1878	1890	1864	1878	1890	1864	1878	1890
São Jorge	43,5%	40,7%	38,9%	45,3%	46%	45,6%	11,2%	13,1%	15,5%
Total Açores	44,9%	42,5%	40,5%	45,8%	47,6%	46,2%	9,3%	9,9%	13,4%

Fonte: RODRIGUES, 1987: 139.

Reportando-nos aos dados de Gilberta Rocha (1990) quanto à importância relativa dos jovens e dos velhos no arquipélago durante os anos de 1890 a 1930, vemos que era em São Jorge e no Pico que a importância dos jovens era menos elevada, nunca atingindo os 40%, faixa onde se situavam normalmente as outras ilhas. Quanto aos velhos a situação era inversa. Por exemplo, em 1911, data em que se alcançaram os quantitativos mais altos, a sua importância era nestas duas ilhas de 21,7 e 20,7, respectivamente, enquanto em São Miguel e na Terceira ela andava pelos 11,2 e pelos 13,7. A evolução da relação de masculinidade dos activos para os mesmos anos mostra-nos que, mais uma vez, São Jorge ocupava um lugar no fundo da tabela, juntamente com as Flores e a pequena ilha do Corvo e que as taxas de celibato definitivo por sexos atingiam os seus números mais altos, de novo, em São Jorge e no Pico¹⁴. Durante este período a população jorgense encontrava-se, sem qualquer dúvida, entre as mais envelhecidas do arquipélago e esvaziadas pela emigração.

¹³ ROCHA, 1990: 857-858.

¹⁴ ROCHA, 1990: 853-854 e 859. A elevada taxa de celibato pode ainda estar relacionada com diferentes tipos de estratégias de herança, mas para avaliar esse impacto faltam, de todo, estudos para qualquer contexto do arquipélago. Ver MATOS, 2007.

Tabela 4. Evolução da densidade populacional de São Jorge (1820-1920)

	Área/km ²	1820	1849	1864	1878	1890	1900	1911	1920
São Jorge	246,25	63,4	72,3	73,1	74,3	69,3	65,7	57,8	54,3
Total Açores	2326,54	79,6	100,3	106,6	111,7	109,9	110,2	104,4	99,5

Fontes: Fontes: DREPA, 1985: 45; Rodrigues, 1987: 137, JOÃO, 1991: 35.

O relevo particularmente acidentado da ilha inviabilizou o povoamento de uma parte significativa do território. Por isso, não espanta que mesmo em 1820 a densidade populacional fosse inferior à regional. Ao longo de todo o período, ela acompanhou de perto as variações registadas no arquipélago, embora de uma forma bastante mais contida.

Até 1878, correspondendo aos anos de aumento populacional, a densidade cresceu ligeiramente, atingindo um pico de 74,3 hab./km². A partir daqui o recuo foi mais pronunciado, com a densidade populacional da ilha a atingir em 1920 quase metade da registada no arquipélago (54,3 hab./km²). Ao nível das diferentes ilhas dos Açores, apenas São Miguel, Terceira e Santa Maria têm uma taxa de variação positiva na densidade populacional entre 1849 e 1920. O Pico com uma diferença de -35,4%, São Jorge com -24,9%, e o Faial com -23,3% foram as ilhas mais atingidas¹⁵.

Tabela 5. Evolução da Densidade Populacional nos Concelhos da Calheta e das Velas (1864-1920)

Concelho da Calheta	Área (km ²)	1864	1920	Concelho das Velas	Área (Km ²)	1864	1920
Calheta	18,98	91,4	72,9	Manadas	12,50	82,8	56
Norte Pequeno	11,59	46,8	34,4	Norte Grande	32,06	65,2	41,0
Ribeira Seca	53,18	61,5	44,4	Rosais	24,44	72,2	44,6
-	-	-	-	Santo Amaro	21,23	49,2	46,5
Santo Antão	33,41	-	49,4	Urzelina	13,67	102,2	64,6
Topo	9,35	65,9*	79,5	Velas	15,18	80,9	57,3
Concelho (total)	126,68	66,0	51,6	Concelho (total)	119,08	151,18	121,9
São Jorge	245,76	73,2	54,3	São Jorge	245,76	73,2	54,3
Açores	2 332,71	106,8	99,3	Açores	2332,71	106,8	99,3

Fonte: DREPA, 1985: 45-50.

* A freguesia do Topo até 1889 englobava também toda a área de Santo Antão

Apesar de ter uma área ligeiramente superior, o concelho da Calheta era mais escassamente povoado que o seu vizinho das Velas. Dentro da ilha de São Jorge, entre o primeiro censo de 1864 e o de 1920, a densidade populacional diminuiu em qualquer um deles, tendo a taxa de variação atingido -21,8% na Calheta e -19,3%

¹⁵ Usámos dados retirados das obras já citadas de JOÃO, 1991: 37-39 e ROCHA, 1990: 849-863.

nas Velas. Em todas as freguesias das Velas, esta descida foi igualmente pronunciada, mas dentro delas salientam-se Rosais, Norte Grande e Urzelina. Do lado da Calheta, as descidas na densidade populacional não foram tão elevadas, destacando-se nas diminuições a freguesia da Ribeira Seca (a maior de toda a ilha, que incluía várias fajãs pobres da costa norte e lugares altos e desabrigados como os Lourais).

O desenho geral que podemos fazer da evolução da densidade populacional, entre 1864 e 1920, é o de uma desertificação a esboçar-se, em todo o território da ilha. Ela terá traços mais carregados nas freguesias que sofreram com maior intensidade a destruição das vinhas e o fim da exportação da laranja (a Urzelina), naquelas de maior altitude ou com povoações com recursos naturais mais limitados e onde a compatibilização entre a população e estes últimos se revelava difícil (Norte Grande e parte das povoações da Ribeira Seca), e nas freguesias onde a distribuição da terra não beneficiava os exploradores directos, sujeitos a diferentes tipos de rendas para poderem cultivar qualquer pedaço de terra e mesmo para habitar uma pequena casa *palhaça*, e onde a emigração, tendo começado cedo, deve ter criado redes de acolhimento nos países de destino (como é o caso de Rosais).

Tabela 6. Variação Intercensos da população residente no concelho das Velas (1864-1911)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920
Concelho das Velas (total).	9 635	9 753	8 951	8 045	7 390	6 826
%		+1,3	-8,2	-6,1	-12,1	-7,6
Manadas	1 035	1 145	1 037	931	931	700
%		+10,6	-9,6	-10,2	-16,5	-9,9
Norte Grande	2 090	2 167	1 935	1 808	1 507	1 315
%		+3,7	-10,7	-6,6	-16,6	-12,7
Rosais	1 765	1 808	1 605	1 441	1 186	1 090
%		+2,4	-11,2	-10,2	-17,7	-8,1
Sto. Amaro	1 044	1 025	1 065	1 123	1 039	987
%		-1,8	+3,9	+5,4	-7,9	-4,5
Urzelina	1 395	1 456	1 293	1 158	1 001	883
%		+4,4	-11,2	-10,4	-13,6	-11,8
Velas	2 306	2 152	2 016	1 944	1 885	1 851
%		-6,7	-6,3	-5,9	-11,2	-1,8
Ilha de São Jorge (total).	17 998	18 307	17 035	16 074	14 227	13 464
%		+1,7	-6,7	-5,9	-11,2	-5,7
Açores	249 136	263 305	255 487	256 673	243 002	231 543
%		+5,7	-3,0	+0,5	-5,3	-4,7

Fonte: DREPA, 1985: 45-50.

Entre o censo de 1864 e o de 1878, a maioria das freguesias do município das Velas tiveram um saldo positivo, à exceção da freguesia Matriz e de Santo Amaro, tendo a situação provocado, ao nível do concelho, um pequeno aumento. Após 1878 a diminuição populacional foi constante, atingindo números mais expressivos entre 1900 e 1911.

No concelho da Calheta depara-se-nos uma realidade semelhante à das Velas. A tendência foi mais uma vez para um ligeiro crescimento até 1878 e, a partir daí, para um continuado decréscimo. No entanto, as diminuições não foram aqui tão fortes percentualmente, nunca atingindo valores tão altos como os registados nalgumas freguesias das Velas.

Tabela 7. Variação Intercensos da população residente no concelho da Calheta (1864-1920)

	1864	1878	1890	1900	1911	1920
Concelho da Calheta (total).	8 368	8 544	8 125	7 669	6 887	6 536
%		+2,2	-4,9	-5,6	-10,2	- 5,1
Calheta (freg.)	1 735	1 880	1 695	1 524	1 474	1 383
%		+8,4	-9,8	-10,1	-3,3	- 6,2
Norte Pequeno	542	539	503	504	427	399
%		-0,5	-6,7	+0,2	-15,3	- 6,6
Ribeira Seca	3 269	3 223	3 087	2 835	2 499	2 360
%		-1,4	-8,2	-11,8	-5,6	- 1,4
Santo Antão*	-	-	-	1 923	1 710	1 651
%					-11,1	- 3,4
Topo*	2 817	2 902	2 840	883	777	743
%		+3,0	-2,1	-68,9	-12,4	- 4,4
Ilha de São Jorge (total).	17 998	18 307	17 035	16 074	14 227	13 464
%		+1,7	-6,7	-5,9	-11,2	-5,7
Açores	249 136	263 305	255 487	256 673	243 002	231 543
%		+5,7	-3,0	+0,5	-5,3	-4,7

Fonte: DREPA, 1985: 45-50.

*A freguesia de Santo Antão é fundada em 1889, sendo desanexada do Topo.

A população da ilha teve variações sempre mais negativas que o total regional e, se este diminuiu, em São Jorge assistiu-se a uma diminuição ainda mais forte. O decréscimo geral verificado a partir de 1878 é em grande parte consequência do aumento da emigração legal e clandestina para os EUA que se tornou um traço estrutural na vida do arquipélago, e estruturante na construção das imagens do exterior e de si próprio que o açoriano foi formulando ao longo do século seguinte.

Testemunho último e eloquente do que temos vindo a escrever é a tabela 8. A ilha de São Jorge perdeu neste período de 1864 a 1920 25% da sua população, enquanto os Açores perderam somente 7,1%. O concelho das Velas tem mesmo uma descida maior do que aquela que afectou a ilha: 28,2%, superior aos 21% do município da Calheta. Ao nível das freguesias do concelho das Velas, todas registaram saldos negativos, sendo Rosais, Norte Grande e Urzelina as mais atingidas por esta diminuição da população enquanto, surpreendentemente, por motivos que desconhecemos, a freguesia de Santo Amaro apenas deu conta de uma ligeira quebra.

Tabela 8. Evolução da População Residente nos Concelhos das Velas e da Calheta (1864-1920)

	1864	1920		1864	1920
Conc. Calheta (total)	8.363	6.536	Conc. Velas (total)	9.635	6.826
%		- 21,8	%		-28,2
Calheta (freg.)	1.735	1.383	Manadas	1.035	700
%		- 20,3	%		- 32,4
Norte Pequeno	542	399	Norte Grande	2.090	1.315
%		- 26,4	%		-37,1
Ribeira Seca	3.269	2.360	Rosais	1.765	1.090
%		27,8	%		-38,2
Santo Antão*	-	1.651	Sto. Amaro	1.044	987
%			%		- 5,5
Topo*	2.817	743	Urzelina	1.395	883
%		- 73,6	%		-36,7
			Velas	2.306	1851
			%		19,7
Ilha de São Jorge	17.998	13.463	Ilha de São Jorge	17.998	13.464
%		25,0	%		25,0
Açores	249.136	231.543	Açores	249.136	231.543
%		7,1	%		7,1

Fonte: DREPA, 1985: 45-50.

* A freguesia de Santo Antão é fundada em 1889, sendo desanexada do Topo.

Através destas análises quantitativas de alguns aspectos da estrutura demográfica podemos, portanto, concluir que a ilha de São Jorge parece condenada a ser um espaço de forte emigração, alimentando de mão-de-obra com as suas gentes vários espaços exteriores (sejam eles o Brasil, na primeira metade do século ou os EUA a partir, sensivelmente, de 1850-1860). Com um crescimento populacional mais fraco que as outras ilhas, maiores desequilíbrios etários, uma menor taxa de

natalidade, não nos parece demasiado arriscado dizermos que São Jorge deve ter sido das ilhas que contribuiu com um maior peso relativo para os contingentes emigratórios.

Uma das transformações mais visíveis que a emigração provocou em São Jorge foi, portanto, a descida abrupta da população, fazendo com que a ilha perdesse continuamente o seu contingente populacional desde 1878 até aos finais de 1920, quando os EUA fecharam as portas à emigração portuguesa¹⁶. Contudo, a quantificação da emigração jorgense no século XIX é um trabalho arriscado, pois sabemos que grande parte dela, aliás como em toda a região, era ilegal¹⁷. Vamo-nos ficar pelas descrições contidas em várias fontes e por alguns esboços de quantificação utilizando fontes oficiais relativamente fiáveis. No entanto, ela terá apenas, pela sua fraca representatividade, uma utilidade sobretudo indicativa das tendências. De qualquer modo, e sabendo como a diminuição da população açoriana e jorgense se deveu, em grande parte, a este fenómeno, já pudemos constatar que os enormes fluxos migratórios deixaram atrás de si uma região relativamente desertificada e com estruturas demográficas distorcidas¹⁸.

Todos os autores são unânimes em reconhecer que a emigração na região aumentou durante a segunda metade do século XIX. As crises produtivas e de subsistência afectaram com uma violência especial todo o grupo central. Na década de 1850, o *oidium* destruiu vinhedos na Terceira, Graciosa, tendo tido efeitos devastadores no Pico e em São Jorge¹⁹. Pragmas várias haviam já actuado sobre os pomares de laranja do Faial, na década anterior. De 1857 a 1859 as três ilhas do triângulo atravessaram uma das piores crises de subsistência de todo o século. A emigração arrancou, portanto, em grande força, em São Jorge, no Pico e no Faial, a partir da crise provocada pelo *oidium*, acentuando-se no final da década de 1850, quando as carências extremas de cereais e de batata atingem duramente estas três ilhas. Também nos parece que o salto para a América teve consequências muito mais gravosas nas ilhas mais pequenas do arquipélago e que, provavelmente, o seu peso relativo foi muito mais intenso que nos dois principais centros regionais de

¹⁶ É de registar a enorme dependência da emigração açoriana face aos dispositivos legais accionados no principal e quase exclusivo país de acolhimento, os EUA, desde os finais da segunda metade do século XIX, repetindo-se o mesmo fenómeno no século XX.

¹⁷ Segundo CHAPIN, 1981 a emigração clandestina dos Açores para os EUA nos finais do século XIX e princípios do XX era da ordem dos 20%. Todavia, muitos jornais e monografias e relatórios oficiais referem que ela seria mais forte em ilhas como São Jorge, o Pico ou as Flores.

¹⁸ Para São Jorge ver MATOS, 2007. Para um outro contexto da região, a freguesia de São João do Pico, vejam-se os trabalhos de AMORIM, 1986 e 1987.

¹⁹ No caso do Pico, apesar do desenvolvimento da batata-doce a partir de 1861 e da extensão do cultivo dos inhames, o cereal continuou a escassear e a emigração permaneceu forte. Ver MACEDO, 1871 e SOUSA, 2008: 175-192.

São Miguel e da Terceira²⁰. Na realidade, as ilhas de menor dimensão perderam continuamente população, chegando ao século XX com menos habitantes do que no início do século XIX²¹. Neste movimento de contracção vimos já no subcapítulo anterior como São Jorge, o Pico e as Flores foram as ilhas mais afectadas.

3. OS DOIS GRANDES DESTINOS DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA: O BRASIL E OS EUA

A emigração jorgense começou primeiro a ter o seu desenvolvimento para o Brasil, seguindo um movimento que já vinha dos séculos anteriores. A partida em direcção aos Estados Unidos é mais tardia, e só aparece em força na segunda metade do século XIX, coincidindo com a descoberta das minas de ouro na Califórnia e com a exploração económica mais intensiva deste novo estado da União, e com a promulgação da lei do recenseamento militar em 1855²². Lentamente, correspondendo ao desenvolvimento das comunidades no país de acolhimento, vão-se formando redes de inserção e de recrutamento dos novos emigrantes.

Nos países de acolhimento – com destaque para os EUA onde os fluxos emigratórios cedo se revelaram mais fortes e persistentes –, iam sendo criadas extensas redes sociais que uniam as duas comunidades e que as mantinham em contacto uma com a outra até anos mais recentes. Como refere em 1867 o Governador Civil da Horta, João Vieira Santa Rita: «A consequência natural é que nem o recrutamento, nem a pobreza são as únicas causas da emigração. Não pode negar-se que elas de alguma sorte contribuem para este facto, coadjuvada pela facilidade de transporte e pelos diversos indivíduos que já residentes no solo estrangeiro e com boa fortuna chamam para a sua companhia parentes e vizinhos»²³.

A distância a que se encontram os espaços de acolhimento deve, igualmente, ser pensada em termos das redes sociais de acolhimento e de recrutamento que o emigrante era capaz de activar e das oportunidades existentes em termos de transportes. Ora o Brasil fora durante séculos colónia portuguesa e área de destino

²⁰ Embora os dados sejam escassos e esta uma hipótese a carecer de mais estudos, parece-nos que a emigração começa em força mais cedo nas ilhas de menor dimensão do grupo central e ocidental, atingindo um peso relativo superior, do que em São Miguel. Aqui, ela cresce aceleradamente a partir dos finais da década de 1870, com o fim da exportação de laranja e com os desenvolvimentos de uma crise cerealífera forte em 1876-1877, que se repetirá em 1881, ano ainda de uma violenta actividade sísmica nos concelhos da costa sudoeste desta ilha. A emigração atingirá, pois, um pico em 1883, que aliás, é comum à totalidade nacional. Ver JOÃO, 1991: 183-195 (especialmente o quadro 4.2), MIRANDA, 1989: 74-75 e ROCHA, 1990: 849-863.

²¹ MATOS e SOUSA, 2008:535-577, JOÃO, 1991: 37-39.

²² AVELAR, 1902: 95.

²³ SANTA RITA, 1867: 20.

de muitas populações de origem açoriana em migrações frequentemente apoiadas pela própria Coroa portuguesa; por outro lado, a posição geográfica do arquipélago, a meio do Atlântico, entre dois continentes, e o seu papel na navegação atlântica, com as suas águas permanentemente sulcadas por navios americanos, foram sempre uma ajuda nos movimentos populacionais que se deslocavam para o exterior²⁴.

Durante a primeira metade de Oitocentos, a emigração para o Brasil dominou esmagadoramente os destinos de partida dos açorianos. Todavia, os emigrantes das ilhas não iam encontrar um paraíso no Brasil. Enviados como colonos para as fazendas, a fim de substituir a mão-de-obra escrava nos trabalhos agrícolas, sem contratos, nem condições, face ao trabalho pesadíssimo e aos maus tratos, muitos fugiam das fazendas, tentando a sua sorte noutros lugares.

A situação dos emigrantes era de tal modo difícil que a imprensa de Angra é pródiga em descrições realistas das condições miseráveis em que se encontravam muitos dos emigrantes recém-chegados, longe do *el dourado* prometido por empregadores e capitães de navios. Segundo *O Angrense*, apareciam mesmo anúncios em tudo semelhantes aos dos escravos em que se davam alvissaras a quem soubesse do paradeiro de F. ou B. naturais das ilhas ou do Porto, vestidos de tal maneira, levando camisa, jaqueta, e calça de tais cores²⁵. Mas, apesar de todas as notícias muito negativas publicadas na imprensa de Angra, a emigração continuava a esvaziar os territórios do distrito em direcção ao Brasil. Era comum os navios, já superlotados, saírem de Angra e fazerem um circuito entre as várias ilhas para recrutar mais emigrantes (a esmagadora maioria ilegais), duplicando a sua capacidade de transporte. Não espanta, portanto, que a viagem fosse feita nas piores condições perante o total alheamento das autoridades. Os angariadores locais publicavam mesmo contratos enganosos e anúncios na imprensa, sem que as autoridades demonstrassem interesse em intervir.

A partir de finais da década de 50, é já visível, nalgumas ilhas do grupo central, uma reorientação da emigração em direcção aos EUA. E ao contrário da emigração para o Brasil, pensamos que, neste caso, os números do retorno são, apesar de tudo, consideravelmente mais elevados, provocando a médio prazo um terramoto nas estruturas sociais de ilhas como as Flores, o Pico, o Faial e São Jorge²⁶.

²⁴ Veja-se, por exemplo, BAGANHA, 1990.

²⁵ Ver *O Angrense* de 26.5.1853 e números seguintes, Biblioteca Nacional, secção de Periódicos.

²⁶ Infelizmente, as várias investigações sobre a emigração portuguesa para os EUA (por exemplo, BAGANHA, 1990) e para o Brasil não têm desenvolvido, em grande detalhe, quer o estudo das diferentes origens geográficas da população, quer a questão do retorno. Por outro lado, faltam estudos intensivos sobre os reflexos da emigração nas comunidades de origem. Em todo o caso, refira-se a título meramente exemplificativo, que em 1884, funcionava já com alguma dinâmica no Rio de Janeiro uma *Sociedade Beneficente Instructiva e Humanitária*, denominada *Fraternidade Açoriana*, (da qual possuímos um relatório

A presença de elevadas saídas ilegais torna difícil estabelecer a data a partir da qual os EUA se tornaram o principal destino da emigração açoriana. Os números oficiais dão-nos uma dominância do Brasil como principal país de destino dos emigrantes do distrito de Angra e Ponta Delgada ao longo de todo o século XIX – ao contrário do que sucedia já no distrito da Horta onde a viragem em direção aos EUA se fez mais cedo. Contudo, a impossibilidade de contabilizar a elevada emigração ilegal provocou uma sobrerrepresentação do destino brasileiro nas estatísticas oficiais.

José Acúrcio Garcia Ramos, escrevendo no final da década de 1860, referia já que a emigração ilegal para a América tem colocado a ilha de São Jorge em difíceis condições, que se poderiam agravar caso não se tomassem enérgicas medidas para reprimi-la²⁷. Entre 1870 e 1874 o número de indivíduos saídos com passaporte pelo porto de Angra, para os EUA e o Brasil, atingiu os 3 683. A emigração legal, tanto masculina como feminina cresceu nesses 4 anos. De 512 indivíduos expatriados em 1870 a cifra atingiria os 1 029 em 1874²⁸. Destes, a maior parte dirigiu-se para o Brasil. Dos 1 029 emigrantes legais apenas 30 se encaminharam para os EUA.

São Jorge era a grande exceção. Os navios americanos aportavam a costa da ilha com o intuito de recolher emigrantes e tripulantes para os baleeiros. De acordo com o governador civil a maior parte da emigração clandestina de todo o distrito procedia desta ilha e tinha como destino os EUA, sendo principalmente constituída por indivíduos do sexo masculino, maiores de 14 anos²⁹. A mesma autoridade referia que o aumento da emigração não podia atribuir-se à fome, à falta de trabalho ou subida dos preços das subsistências em desproporção com os salários: o trabalho não tinha faltado, os preços dos géneros quase não tinham subido, as contribuições, pela revisão das matrizes de 1871, haviam baixado bastante, e a população no distrito não tinha aumentado significativamente. Este era um distrito pobre, mas sem miséria. Os seus emigrantes abandonavam as ilhas atraídos pelos melhores salários e pelas hipóteses de amealhar e enriquecer.

A emigração não tocava apenas a saída de indivíduos isolados. Uma nota interessante é que das 1 029 pessoas saídas em 1874, 274 estavam integradas num grupo composto por 53 famílias. Do mesmo modo, o regresso também podia ser feito em agregados. O número de pessoas de ambos os sexos que entre 1870 e 1874 regressaram do Brasil atingia os 1 114, compreendendo 97 famílias inteiras. O

de actividades para o dito ano), assim como sabemos que são vários os emigrantes que regressaram ricos aos Açores (com destaque para a Terceira) vindos do Brasil. Contudo, esta emigração não teve o mesmo impacto nem se prolongou durante o século XX como a emigração para os EUA.

²⁷ RAMOS, 1869: 56.

²⁸ VALADARES, 1875: 31-32.

²⁹ VALADARES, 1875: 34.

valor de moeda importada manifestado, durante estes anos de 1870 a 1874, pelos passageiros do Brasil foi de 636:414\$000. O valor declarado pelos passageiros vindos da América foi de apenas 948\$000 réis. Contudo Gualdino Lobo de Gouveia Valadares acrescentava que estas cifras não representavam a expressão exacta do valor da moeda entrada na ilha Terceira, naquele período, o qual devia ter sido muito superior, pois nem todos os passageiros declaram com verdade o dinheiro que traziam³⁰.

No interior do arquipélago, as ilhas dos grupos centrais e ocidentais eram mais permeáveis à emigração clandestina e, dentro destas, aquelas como São Jorge, o Pico, ou as Flores, mais afastadas dos principais centros urbanos, onde se concentravam os aparelhos políticos e administrativos. Gabriel de Almeida corroborava esta descrição, em 1889, escrevendo que «nas ilhas é facilima a emigração clandestina e alimenta um certo movimento marítimo. Especialmente nas ilhas que compõem os distritos de Angra e da Horta, o número é elevado»³¹. Fora do Faial e da Terceira, esta emigração seria ainda mais forte, dada a dificuldade dos candidatos a emigrantes em conseguir reunir toda a documentação legal necessária nas suas ilhas e concelhos de residência, obrigando-os a tramitações burocráticas lentas que implicavam um dispêndio adicional de dinheiro. Por isso, não é de estranhar que o *Almanaque Insulano* para 1875 refira que do distrito de Ponta Delgada «ainda se faz emigração clandestina, saindo os emigrantes para outras ilhas do arquipélago sem passaporte, emigrando de lá»³².

Se a actividade das autoridades locais expressava uma certa tradição repressiva da emigração que era genérica na política nacional³³, esta ficava-se pelo discurso oficial, dado que a tolerância e o fechar de olhos face à emigração clandestina ou ao engajamento eram permanentes, e a emigração sentida como uma válvula de escape, incómoda mas necessária, do sistema social local e da economia do arquipélago desde cedo beneficiada com as remessas dos emigrantes.

A emigração estabelecia localmente um conjunto alargado de relações económicas com outros sectores que começava ainda antes da partida, durante as operações exigidas para o financiamento da deslocação, prolongando-se, muitas vezes, no tempo através das remessas de dinheiro e do pagamento de dívidas³⁴. Em ilhas onde a emigração foi um traço que não só permaneceu mas se acentuou à medida que se caminhava para o século XX e onde a navegação assumia um papel central nos negócios dos protagonistas locais, os dinheiros que se emprestavam,

³⁰ VALADARES, 1875: 34.

³¹ ALMEIDA, 1889: 60.

³² GIL e RIBEIRO, 1874: 21.

³³ A este propósito cf. PEREIRA, 1981.

³⁴ LEITE, 1996: 381-396.

o movimento dos que partiam, as quantias remetidas para os familiares na terra de origem comportavam um grupo de actividades que normalmente tem estado arredado das investigações.

Tal como sugere Joaquim Costa Leite, os engajadores não eram propriamente um conjunto de usurários marginais no seio das suas comunidades. Pelo contrário, eles formavam um grupo onde se concentravam comerciantes e proprietários abastados, funcionários públicos e mesmo sacerdotes. Directamente associados a esta actividade estavam os agentes locais das principais companhias de navegação, numa teia de interesses que também abrangeria os representantes em Angra e mesmo as próprias companhias³⁵. Em 1895 um administrador do concelho da Figueira da Foz escreveria num relatório oficial que era escandaloso o tráfico clandestino que os engajadores faziam na sua área. Passavam impunemente crianças e adultos para o Brasil de quem recebiam, termo médio, de 18 a 21 libras por cada, fora os juros exorbitantes de 25,50 e até 70% sobre quantias que lhes adiantavam com garantias de hipotecas ou de letras bem caucionadas. Na sua maior parte os candidatos a emigrantes eram mancebos sujeitos ao recrutamento militar. Perante um administrador do concelho mais zeloso os engajadores tentaram tudo para «o fazer desanimar: empenhos, ofertas de dinheiro e até repetidas ameaças anónimas»³⁶.

Em ilhas periféricas como São Jorge a emigração clandestina e semi-clandestina permaneceu muito forte, assim como os negócios relacionados com os empréstimos para a partida, ou com o enquadramento formal da emigração. Supomos que na Terceira estes negócios também fossem importantes apesar de mais discretos, dado o maior controle das autoridades e o facto da maior parte da emigração se fazer de forma legal. Por exemplo, em 1900, um destacado negociante da Calheta, e agente local da Empresa Insulana de Navegação, era detido em Angra e recambiado para São Jorge sob prisão por promover a emigração ilegal de mancebos. Nesse ano, tal como em outros anteriores Manuel Augusto da Cunha tinha ido acompanhar os rapazes que pretendiam embarcar para a América, ajudando-os a obter os necessários passaportes. Mas o laxismo anterior tinha agora terminado. As autoridades, em vez de negarem os papéis e remeterem os mancebos para suas casas, resolveram enviar directamente para o Castelo de São João Baptista aqueles considerados hábeis para o serviço militar, devolvendo somente os menores às respectivas famílias. Se novos ventos pareciam correr no recenseamento militar, que agora se tornava cada vez mais apertado, também é certo que a emigração continuava a alimentar todo um conjunto de actividades paralelas em seu redor que davam rendimento aos agentes das companhias de navegação, aos pequenos prestamistas, aos funcionários mais

³⁵ LEITE, 1996: 383 e 389-391.

³⁶ PIMENTEL, 1895: 6-7.

dados à venalidade, e em grande escala às próprias companhias de navegação que lucravam com a emigração e o transporte de passageiros³⁷. De acordo com Júlio Máximo Pereira, no início da década de 1890 mesmo a navegação tinha mudado. A partida do Porto da Horta era feita em grandes vapores alemães, que se bem que não garantissem comodidade, higiene e um bom tratamento, encurtavam significativamente o martírio da travessia. Era um quadro muito diferente do que se registava cerca de 30 ou 40 anos atrás, nas décadas de 1850 e 1860 nos antigos navios à vela, onde a lotação era sempre excedida várias vezes, com os múltiplos embarques clandestinos, e a viagem, feita nas mais cruéis condições, lembrava a dos navios negreiros³⁸.

Ao mesmo tempo que as autoridades aumentaram o controlo sobre os movimentos de população, os destinos da emigração também sofreram alterações. Em 1900, 77,7% do total da emigração oficial do distrito de Angra dirigia-se já para os EUA, ficando o Brasil com apenas 20,6%. Estas percentagens eram ainda mais elevadas nos distritos da Horta e Ponta Delgada. No primeiro os EUA absorviam 89,6% dos emigrantes e o Brasil apenas 9,2%; no segundo 89,7% dos emigrantes dirigiam-se para a América e só 8,4% para o Brasil³⁹. A emigração ilegal tornou-se mais reduzida sem nunca desaparecer totalmente em ilhas como São Jorge ou o Pico.

Eduardo Mayone Dias, referindo-se à Califórnia, escreve que o afluxo de portugueses a esta região começou por alturas da Corrida ao Ouro em 1849, intensificando-se no início da década de 1850 por alturas da crise do *oidium*. Atingiria ainda maior expressão, a partir da década de 1880, com a progressiva fixação de portugueses no Vale de São Joaquim, em actividades agrícolas e pecuárias. Aqui, até 1900, a grande maioria dos portugueses era constituída por gentes do Pico, Faial, São Jorge, Flores e Corvo, tendo os terceirenses chegado mais tarde, já nas primeiras décadas do século XX, ao mesmo tempo que os emigrantes de São Miguel se concentravam na Costa Leste⁴⁰.

Em 1873 foi publicado no «Primeiro Inquérito sobre Emigração Portuguesa» o relatório do vice-cônsul português em Boston, Jesuíno E. Martins. Segundo ele

³⁷ Este Manuel Augusto da Cunha havia sido na década de 1882 a 1888 secretário da Câmara Municipal e mais tarde escriturário da Fazenda, foi agente da Insulana de Navegação de 1892, data em que o paquete começou a escalar a Calheta, até 1909, ano do seu falecimento. Era um influente de algum peso sempre ligado às comissões de iniciativa locais e às direcções das sociedades recreativas e musicais. Veja-se CUNHA, 1981: vol. II, 999 e LACERDA, 1988: 32.

³⁸ PEREIRA, 1893: 360.

³⁹ Cf. *Anuário Estatístico de Portugal de 1900*, Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 30-31. Convém acrescentar que nos anos subsequentes, mesmo com algumas oscilações, os EUA tomavam já a dianteira como principal país de acolhimento da emigração açoriana, mesmo das ilhas de maior dimensão, como São Miguel e a Terceira.

⁴⁰ DIAS, 1982.

a esmagadora maioria dos emigrantes portugueses era oriunda dos Açores. Cerca de dois terços eram homens e o contingente feminino restringia-se a um terço. Eram maioritariamente solteiros de origem camponesa, ou trabalhadores e, normalmente, com fracas qualificações. Na verdade, eram poucos os emigrantes que tinham exercido antes de chegar aos EUA um ofício especializado. A maior parte deles não sabia ler nem escrever, embora o número de alfabetizados estivesse a aumentar. A associação portuguesa de beneficência do Massachusetts fora instituída em 1866. Em 1873 tinha já 423 membros. A Sociedade de beneficência, instrução e recreio «União Lusitana» foi criada mais tarde, em 1871. Em 1873 ela contava 122 membros, incluindo uma banda⁴¹.

A escolha do lugar de destino entre o Brasil e os EUA dependeria segundo Maria Ioannis Baganha⁴² de características pessoais dos indivíduos tais como qualificações, idade, estado civil, duma provável experiência emigrante anterior, pessoal ou familiar, da maior adequação ou não destas aos mercados de trabalho já dominados por membros da comunidade ou do país de origem já instalados no lugar de destino, e pela existência de redes capazes de criar canais de informação e de suporte ao fluxo migratório. Os mais jovens e menos qualificados dirigir-se-iam para os EUA, enquanto os mais velhos e qualificados procurariam instalar-se no Brasil, onde a facilidade de arranjar um emprego no sector do pequeno comércio era maior e a língua ajudava a uma maior integração. Ainda segundo Baganha as redes eram tanto mais importantes, quanto mais jovens e menores eram as qualificações dos indivíduos. As redes funcionavam como mecanismos de selecção, adequação e maximização das características dos emigrantes à oferta do mercado de trabalho da área de destino. Não era portanto estranha a forte concentração geográfica dos emigrantes açorianos e as diferentes opções dos locais de destinos, separadas de acordo com as ilhas de origem.

4. PARTIR PARA REGRESSAR OU PARTIR DE UMA VEZ POR TODAS? A EMIGRAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA CASA CAMPONESA EM SÃO JORGE

O controlo dos movimentos populacionais tem sido o complemento natural do desenvolvimento do Estado-Nação e da definição de uma população com base na cidadania, cujos membros procuram a protecção do Estado e estão disponíveis para serem por este utilizados com objectivos económicos e militares⁴³. Mas em

⁴¹ MARTINS, 1873: 158-163.

⁴² BAGANHA 1991 e 1995.

⁴³ JACKSON, 1991 (1986): 85.

territórios onde a penetração do Estado era mais fraca e mediada, revestindo-se de um carácter impositivo sobre a vida local, surgiam formas de resistência: a fuga ao serviço militar não foi, de todo, uma das menores. O serviço militar era encarado como um acto de violência por parte das autoridades administrativas, entendidas como um poder coercivo vindo do exterior da comunidade, impondo-se sobre as relações locais que reproduziam as relações tradicionais clientelares. «O Estado impunha um serviço cujo sentido não residia nas relações de dominação-submissão do espaço comunitário tradicional, mas sim e pelo contrário, num princípio abstracto de autoridade e de soberania»⁴⁴, que os camponeses não entendiam nem aceitavam.

Em Portugal os mais abastados podiam recorrer livremente ao pagamento da remissão, ao crédito ou a influências suficientes para se livrarem do serviço militar, pedindo a intervenção de um patrono local, que alteraria as listas do recrutamento, ou dentro da lei, procedendo à troca de números de recrutamento, à apresentação de um substituto, à remissão directa ou a emigração sob fiança⁴⁵. Contudo, os mais pobres estavam de todo fora destas hipóteses, e emigravam clandestinamente, logo que chegavam os anos do serviço militar.

Mas a emigração transatlântica era um empreendimento caro. Por isso, ou se ia com um contrato, mesmo que informal, com o patrão no país de acolhimento ou através da ajuda de algum familiar, ou se recorria ao crédito a um juro normalmente elevado. O que nos faz pensar se, realmente, muitos dos emigrantes fariam parte das camadas mais pobres do campesinato. A verdade é que, com os preços praticados nas viagens, jornaleiros e camponeses pobres dificilmente poderiam ter acesso fácil⁴⁶.

Embora este seja um lugar-comum, que não podemos desmontar aqui, as fontes dizem-nos que emigravam principalmente os indivíduos dos grupos sociais mais pobres, aqueles que tinham uma situação no mercado de trabalho mais difícil: assalariados rurais, pequenos camponeses, alguns pequenos proprietários, filhos segundos de famílias camponesas⁴⁷. Mas também emigravam os filhos segundos de lavradores abastados e proprietários que sabiam que viriam a ter no futuro uma problemática reprodução social⁴⁸.

⁴⁴ MARQUES, 1981: 42.

⁴⁵ LEITE, 1987: 467.

⁴⁶ LEITE, 1987: 467-468.

⁴⁷ Para tal seria preciso um trabalho aturado nos *Róis de Confessados*, localizando os que partiam e as suas famílias na estrutura dos grupos sociais locais, dando igualmente ênfase às idades dos emigrantes e a possíveis regressos à comunidade de origem. Contudo, é óbvio que uma investigação dessas está fora do âmbito deste trabalho, mas só ela permitiria averiguar se a emigração era realmente transversal a todos os grupos sociais da ilha.

⁴⁸ Para dados profissionais agregados por distritos e que parecem ir ao encontro desta afirmação veja-se JOÃO, 1991: 191.

Se se partia fundamentalmente por razões económicas – um autor da época escrevia que «a pobreza e a miséria foram as causas principais da nossa emigração agravadas com os vexames das leis e das autoridades»⁴⁹ –, para muitos filhos de pequenos proprietários e lavradores médios ou até abastados, se se abandonava as ilhas era, também, para fugir ao controle social da comunidade local ou para se alcançarem os meios capazes para regressar e ingressar no mercado matrimonial.

No primeiro caso, para se libertarem do peso da família e da parentela, presente em todas as situações, de relações de poder e de autoridade paterna violentas, dos olhares permanentes e indiscretos da vizinhança que rondavam todos os gestos de cada um dos membros da comunidade, de todo um sistema de controlo social local que, ao mesmo tempo que permitia o desvio, reprimia e ostracizava tudo o que ultrapassasse os limites da invisibilidade pública e se pudesse tornar ameaçador à reprodução dos valores e dos patrimónios da comunidade. Aqui, a vontade de partir já não era só uma rejeição do lugar ocupado pelo indivíduo na comunidade, mas representava, igualmente, uma rejeição da própria comunidade e das suas estruturas.

No segundo caso, a emigração relacionava-se, directamente, com as estruturas familiares e as estratégias de casamento e de herança da sociedade local. Ora, nestas últimas assistia-se, normalmente, ao privilegiar de um dos sucessores, que não era necessariamente o mais velho, mas aquele que cuidara dos pais durante a velhice, sendo-lhe, com frequência, atribuída a terça dos bens do casal⁵⁰. Aos filhos segundos não sucessores da *casa*, a sua inserção nas redes de emigração colocava-se como uma das hipóteses mais frequentes, quer para o abandono definitivo da comunidade, quer para o seu regresso e instalação. As suas pequenas heranças podiam servir de capital de partida para o exterior, dado que era o próprio destino matrimonial e as possibilidades de instalação dos não-sucessores que estavam em causa. Só o seu enriquecimento na emigração lhes permitiria alimentar esperanças de entrar no mercado matrimonial da comunidade. É claro que esta não é a expli-

⁴⁹ SOUSA, 1897: 81.

⁵⁰ Ver MATOS, 2007. Esta explicação ressentia-se da escassez de trabalhos sobre os sistemas de herança e sucessão no arquipélago açoriano. Estamos, mais uma vez, a trabalhar com hipóteses baseadas no costume e na leitura que fizemos, muito informalmente, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo (BPADAH) de vários *livros de notas dos tabeliães* para as décadas de 1840, 1860 e 1880. Nesta consulta procurávamos elementos sobre as escrituras notariais de terras localizadas no «Arrendamento do Pinto», mas as fracas descobertas chamaram-nos a atenção para os testamentos, dotes e doações existentes. No entanto, este assunto merecia um trabalho mais aprofundado. O material está todo no arquivo de Angra à espera que alguém olhe para ele. Este sistema sucessoral de herdeiro privilegiado, proveniente do direito consuetudinário, tem-se revelado muito mais comum do que à partida supunham as muitas interpretações baseadas em Oliveira Martins e na sua leitura literal das consequências do Código Civil de 1867. Cf. por exemplo, o interessante artigo de MEDEIROS, 1987: 97-116.

cação única para a emigração e reflectia-se, sobretudo, onde existiam estratégias de retorno, contudo ela pode ser muito heurística em certos contextos e em certos grupos sociais e de idade⁵¹.

Ao nível dos actores sociais, a emigração surgia como um fenómeno contínuo de saída através de uma fronteira administrativa marcada, envolvendo uma transição social bem definida, o que implicava uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico, quer social⁵². Primeiro, saiu somente a população masculina mais jovem, depois passou a emigrar, também, um razoável contingente feminino, e por fim abandonavam a ilha famílias inteiras⁵³. Mas vamos por partes.

Desde cedo conjugaram-se dois modelos na emigração⁵⁴, um primeiro que apontava para um retorno à comunidade de origem, e um segundo em que se fazia a instalação definitiva na terra de destino⁵⁵, mantendo, muitas vezes, é certo, laços fortes com a comunidade de proveniência, através de redes de acolhimento e recrutamento de mão-de-obra muito intensas.

No primeiro caso, emigrava-se jovem e antes de qualquer casamento (e isto quer se fosse o sucessor ou não da *casa*), servindo a emigração, articulada com uma ideia de retorno, como uma extensão das possibilidades estratégicas de sobrevivência da casa camponesa. Estamos perante uma emigração temporária com o sonho do retorno bem vivo, deslocando-se para os EUA, sobretudo, uma população jovem e masculina que para lá se dirigia a fim de auferir salários mais elevados. Estes indivíduos sujeitavam-se a longos períodos de trabalho, quase sempre desqualificado e localizado no sector agrícola, restringindo-se os consumos no país de acolhimento para permitir enviar remessas e acumular economias a fim de regressar, casar e reproduzir a exploração e a casa camponesa.

Numa agricultura que conciliava tão abertamente a pequena produção para exportação, a venda sazonal e ocasional de mão-de-obra a outras explorações (por vezes, mesmo, o trabalho era utilizado como pagamento de rendas aos proprietários da terra), com uma fortíssima presença do autoconsumo, as capacidades

⁵¹ MEDEIROS, 1987: 115.

⁵² JACKSON, 1991 (1986): 6.

⁵³ MATOS, 2007.

⁵⁴ Talvez por isso, num trabalho mais ambicioso sobre este fenómeno, interessasse saber as etapas específicas do ciclo de vida em que se emigra ou se regressa (quando se regressa...).

⁵⁵ Embora não existam dados certos para São Jorge, sabemos que no caso da freguesia de São João do Pico as análises demográficas de AMORIM, 1987 feitas com base nos *Róis de Confessados*, demonstraram a existência de uma grande emigração sem retorno para o Brasil e os EUA, o que contraria a caracterização da emigração açoriana como tendo uma componente muito acentuada de retorno. Mas o que existe, sem dúvida, e está pouco estudado, são redes de acolhimento e de recrutamento muito fortes, que mantêm o arquipélago numa interacção permanente com o outro lado do Atlântico.

de poupança e de angariar recursos monetários dos camponeses eram escassas. A compra de terra ou a ampliação da exploração que o grupo doméstico tinha à sua conta, ou até as hipóteses de instalação para um jovem casal, só se tornavam possíveis através do recurso a rendimentos obtidos no exterior, onde a emigração ocupava um lugar central e o assalariamento temporário na grande exploração era marginal. Os recursos que garantiam os rendimentos para a compra de terra não se encontravam nos circuitos económicos do sistema social local. Era preciso sair e passar vários anos no exterior para consegui-los e então voltar e instalar-se definitivamente.

Em 1873, o engenheiro militar e deputado micalense, João Cândido de Moraes, escrevia no primeiro inquérito parlamentar à imigração portuguesa que os emigrantes açorianos partiam em número assinalável para os EUA e sempre sem contrato. Quando voltavam traziam pequenas fortunas e estabeleciam-se nos seus lugares de origem. Edificavam então casas simples e asseadas e algumas vezes tornavam a partir depois de empregado o pecúlio da primeira expedição. Ainda segundo ele: «Uma das feições morais mais essencialmente característica dos povos açorianos é sem dúvida a espécie de idolatria que professam pelo solo, e que faz ambicionar mais que tudo a cada homem o poder tornar-se proprietário»⁵⁶.

Referindo-se a 1860, José Cândido da Silveira Avelar diz-nos que «a repatriação pode firmar-se sem erro, entre 15 e 20% dos emigrados, trazendo em geral meios mais que suficientes para estabelecer família»⁵⁷. Afinal de contas, 80 a 85% ficavam-se já nesta altura pela Califórnia, pela Costa Leste ou pelo Brasil. Temos, pois, duas realidades coexistentes: aqueles que continuam a reproduzir o modelo do retorno e os outros sempre numerosos que partem sem pensar em regresso algum. Uma tendência que parece acentuar-se à medida que caminhamos para o final do século⁵⁸.

Em 1879, n' *O Velense*, escrevia-se que «a emigração açoriana para os Estados Unidos, não tem a feição de que em tão grande escala se faz em certos países da Europa, sobretudo da Alemanha e da Irlanda, com tenções de permanência na pátria adoptiva; o açoriano vai ali por poucos anos, levando já a ideia de regresso

⁵⁶ MORAIS, 1873: 75.

⁵⁷ AVELAR, 1902: 95.

⁵⁸ De novo, só um trabalho aturado com os *Róis de Confessados* existentes ainda em muitas paróquias da ilha, nos permitiria tirar conclusões definitivas sobre o peso real do retorno. Não sabemos se esse retorno afectava somente os emigrantes que tinham terra no lugar de origem e que pretendiam efectuar uma reprodução do modelo camponês ou se ele era transversal aos diferentes grupos sociais que partiam, sendo igualmente visível entre os assalariados rurais. Só reconstruindo as trajectórias de alguns emigrantes é que poderíamos identificar e explorar as diferentes estratégias activadas em relação ao retorno.

para o centro da família, e não poucas vezes para cumprir a promessa contraída com a escolhida do seu coração (...)»⁵⁹.

Mas, em 1897, João Duarte de Sousa era claro ao referir que, se a fuga ao serviço militar foi um factor importante num primeiro tempo para a emigração de muitos jovens das ilhas, mais tarde partia-se mesmo depois de realizadas as obrigações militares, alguns até depois de terem constituído família⁶⁰. José Cândido da Silveira Avelar é mais explícito ainda e diz-nos que primeiro saíram os rapazes, mais tarde as raparigas e depois famílias inteiras⁶¹. De tal maneira que, em 1902, já muitos dos emigrantes açorianos se naturalizavam americanos.

Nesse mesmo ano, escrevia no seu discurso de estreia nas Cortes José de Lacerda⁶², deputado regenerador pela ilha: «A maior parte deles não regressa, adapta-se depressa e bem à nova pátria (...). Dantes voltavam muitos aos Açores, depois de 5 ou 6 anos de labuta brava, cada qual com 3 ou 4 mil dólares de economias ávidas, dispostos a trabalhar e a casar nas suas terras. Hoje (...), o emigrado açoriano não se repatria; vaqueiro, ovelheiro, pequeno agricultor ou pequeno negociante, em várias regiões da Califórnia; operário fabril, baleeiro, pescador ou carregão de Fall River, New Bedford, ou Boston; raramente aventureiro no Arizona ou no México, o ilhéu que está na América não quer saber mais das ilhas. Americaniza-se o melhor que pode, e em vez de visitar os seus pais ou de lhes mandar dinheiro como outrora fazia, arrasta-os agora, para a América também. Expatriam-se famílias inteiras (...), de ânimo feito a não voltar mais à pátria. As mulheres (...) deram também em emigrar aos centos. É o êxodo natural e lógico de futuras mães, determinado pelo êxodo crescente e exagerado dos seus noivos naturais. Assim enquanto as colónias açorianas em alguns estados da União repululam; a população e a vida, a mocidade e a infância, em muitas terras dos Açores, afrouxa»⁶³.

Mas, com isto não queremos dizer que os números do retorno não fossem ainda e não continuassem significativos. Em termos locais, talvez o retorno⁶⁴ seja a face mais visível da emigração, aquela que permite uma melhoria e uma transformação duradoura do sistema social local, além de o facto de estarmos perante

⁵⁹ *O Velense* de 8.12.1879.

⁶⁰ SOUSA, 1897: 81.

⁶¹ AVELAR, 1902: 95.

⁶² Filho de João Caetano de Sousa e Lacerda, e irmão do maestro Francisco de Lacerda. Licenciado em medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, embora não haja notícia de haver exercido a profissão por muito tempo, foi casado sucessivamente com as duas irmãs Maria Doroteia e Estefânia Beatriz Pereira da Silveira e Sousa, herdeiras dos drs. Joaquim José e António José P. da S. e Sousa, património que formava a terceira maior casa vincular de São Jorge. Foi deputado, autor de um livro de poesias e de alguns trabalhos médicos.

⁶³ LACERDA, 1902: XXIX.

⁶⁴ Para uma abordagem mais ampla desta problemática veja-se MONTEIRO, 1994.

uma população maioritariamente camponesa, ajude a desenvolver estratégias de reprodução social articuladas com a emigração. Todavia, a partir do momento em que aparece um sector de emigração familiar, estas duas estratégias diferentes na emigração jorgense tornam-se bem claras. Elas manter-se-ão durante as primeiras décadas do século XX quando a uma sólida partida sem retorno, se junta já um sector numericamente inferior que regressa, mas que em termos da ilha tem uma visibilidade e um papel importantíssimo a desempenhar.

No final do século XIX a maior parte dos emigrantes portugueses desembarcava em Nova Iorque, mas poucos escolhiam esta cidade para viver e trabalhar. Na sua maior parte açorianos, logo que saíam do depósito de emigrantes tomavam o comboio para os Estados da Califórnia ou do Massachusetts⁶⁵. Ali se tinham formado com o tempo densas redes de acolhimento que passavam por um recrutamento, através de redes de interconhecimento que iam até ao país de origem, e pela inserção da mão-de-obra assim alcançada num sector informal e invisível, dominado por membros da comunidade estabelecidos há mais tempo no local de chegada e com uma importância já razoável no controlo das actividades económicas. Esta inserção no mercado de trabalho se, por um lado, garantia segurança aos emigrantes recém-chegados, também assentava numa forte exploração da mão-de-obra.

Em 1898 o cônsul português em Boston escrevia que a colónia portuguesa na área podia calcular-se em 30.000 indivíduos, dos quais dois terços tinham residência permanente. O terço restante ficava nos EUA por meia dúzia de anos, regressando depois à pátria com o pecúlio adquirido, sendo substituídos por novos efectivos. Porém, mesmo os que tinham residência permanente mandavam por vezes dinheiro e barris de farinha às suas famílias ou parentes. Os membros da comunidade não eram em geral instruídos, apresentando esta a maior percentagem de analfabetos de entre todas as colónias estrangeiras residentes neste país, cerca de 75%. Nesta zona dos EUA os portugueses empregavam-se, na sua grande maioria, em fábricas de fição e de tecelagem estabelecidas no Estado do Massachusetts, área da União onde esta indústria se achava mais desenvolvida. Uns poucos trabalhavam também na pesca em navios costeiros ou como criados de lavoura. Em menor número tinham-se instalado como caixeiros de comércio e barbeiros por conta própria. Um grupo ainda mais restrito eram negociantes.

Esta comunidade sustentava 18 sociedades de beneficência, duas das quais de senhoras. Três destas sociedades, o Montepio Luso-Americano, de New Bedford, a Sociedade Fraternidade Portuguesa, de Cambridge, e a Sociedade São Miguel Arcanjo de Fall River tinham edifícios próprios, onde celebravam as suas sessões e davam os seus bailes anuais. A sociedade mais antiga e mais rica era, contudo, a

⁶⁵ Relatório do cônsul português em Nova Iorque, ver TAVEIRA, 1898: 375-376.

«Sociedade de Beneficência Portuguesa» de Massachusetts, com sede em Boston, mas que não possuía edifício próprio⁶⁶. No relatório de 1899 o mesmo cônsul português em Boston estimava que a «emigração clandestina» ultrapassasse o quádruplo das entradas legais, mantendo as palavras já escritas em 1897 e 1898 a propósito das áreas de emprego e posição social da comunidade portuguesa⁶⁷.

O desdobramento das comunidades insulares através da emigração formou redes que mantiveram em contacto a parte residente e a parte não residente destas comunidades. Mesmo que não existissem projectos de retorno, o que se vai tornando óbvio para um número significativo dos que partem, as redes de acolhimento e de recrutamento dos novos emigrantes vão sendo permanentemente activadas pelos indivíduos e famílias que já se encontram instalados e, à medida que a comunidade aumenta, sendo sempre alimentada por novos membros, o contacto com a comunidade de origem não se perde. Na verdade, «o acesso às redes de emigração, constituídas de longa data ou mais recentes, hierarquizadas e moduladas pelas redes de solidariedade e aliança no interior de vastas parentelas e clientelas, determinava as probabilidades de sucesso do projecto de emigração de cada um e por efeitos retroactivos, de cada grupo doméstico originário»⁶⁸.

Como escreveu Hermínio Martins num artigo já clássico sobre a organização do Portugal Contemporâneo «tanto a emigração elevada e contínua como a possibilidade permanente de emigração, implicando uma socialização antecipada para uma solução de emigração aos problemas vivenciais, deram origem a um tipo de consciência que não é utópica do ponto de vista político nem de ideologia religiosa (por oposição a mundano), mas heterotópica, orientada para algures, uma estrutura de oportunidades substituta. Na topologia singular do espaço emigratório, Caracas ou Paris podem estar mais perto da aldeia – a sua estrutura de oportunidades mais visível e atraente – do que Lisboa ou o Porto»⁶⁹.

Durante muitas décadas o resultado da difícil luta pela sobrevivência do campesinato insular, incluindo as suas estratégias migratórias e de herança, assim como a sobre-exploração da mão-de-obra doméstica, mais não permitiram que um nível de vida modesto e a necessidade de refazer, constantemente, o património familiar. Foi esta necessidade de reconstituir em cada geração a base patrimonial da reprodução familiar que explica o facto de uma fracção cada vez maior da população rural ter tido, a partir de certa altura (segunda metade do século XIX), que procurar nos caminhos da emigração uma saída para a sua sobrevivência e reprodução⁷⁰.

⁶⁶ COSTA, 1898: 287-288.

⁶⁷ COSTA, 1899: 475.

⁶⁸ MEDEIROS, 1987: 103.

⁶⁹ MARTINS, 1998: 127.

⁷⁰ HESPANHA, 1990: 124-126.

Uma geração emigrava e constituía ou ampliava a sua *casa*, mas, na geração seguinte, os seus filhos eram obrigados a recorrer ao mesmo esquema para se reproduzirem, ganhando a emigração e o contacto com a experiência emigratória uma enorme centralidade na reprodução dos sistemas sociais e da casa camponesa, em particular. Ao mesmo tempo, entre estes que partiam, uma parte significativa não voltava, mantendo, contudo, relações com a família, a parentela e outros membros da comunidade de origem, tecendo e aprofundando desta forma, os laços que uniam as duas comunidades.

5. A RECOMPOSIÇÃO DO VELHO MUNDO CAMPONÊS

Os emigrantes regressados provocaram um razoável desenvolvimento comercial em São Jorge, investindo em bens fundiários e trazendo novos hábitos de consumo⁷¹. Eles retornavam após uma meia dúzia de anos de ausência, com capitais suficientes para se estabelecerem no local de origem como pequenos e médios proprietários, o que lhes garantia uma mobilidade ascendente na hierarquia de *status* da comunidade a que pertenciam. Freguesias como Rosais e, mesmo, lugares mais pequenos e pobres como as Fajãs dos Vimes, dos Bodes, Caldeira ou Sanguinhal, por exemplo, encheram-se de novas casas, caiadas e telhadas. Casas gradas que à partida seriam difíceis de imaginar em fajãs onde os recursos eram escassos e a população abundante.

Curiosamente, na ilha de São Jorge encontramos poucas grandes fortunas geradas na emigração. Os pecúlios dos «calafonas», que voltavam para junto das suas famílias, eram mais reduzidos que os alcançados por alguns antigos negociantes brasileiros retornados à cidade de Angra. Camponeses, com cintos cheios de águias de ouro e mãos calejadas pelo trabalho agrícola, eles não traziam o verniz que os ex-negociantes brasileiros gostavam de exibir. Os efeitos do seu regresso fizeram-se sentir, sobretudo, ao nível da modernização e do conforto das pequenas e médias explorações camponesas.

A única excepção vem de Gaspar Silva, que comprou prédios por todo o concelho da Calheta e aqui se instalou em 1897 como proprietário. Regressado do Havai com a sua família e uma fortuna que alguns avaliavam em bem mais de 100 contos construiu uma vasta casa em estilo colonial na Ribeira Seca, cuja enorme chaminé cónica podia ser vista quilómetros em redor, e instalou-se como um perfeito rentista. Num concelho tão periférico e onde as antigas elites já tinham decaído ou abandonado este território, Gaspar Silva apareceu como um substituto, como o

⁷¹ SOUSA, 1897: 101-102.

grande benemérito do concelho, cuja bolsa se abria a quase todos os pedidos de melhoramentos⁷².

Em 1887 a situação de prosperidade relativa induzida por estes emigrantes regressados era notória: «O pequeno proprietário, saído do emigrante que lutou tenazmente pelo ouro nos Estados Unidos da América, é o que mais abunda nas freguesias rurais onde retomou o lar e a lavoura. Talvez num só ponto do país – o Minho – se encontre uma população tão densa, dispondo ao mesmo tempo do pequeno capital, do capital que bem movimentado produz realmente mais riquezas»⁷³.

Contudo, havia outras interpretações. Em 1879 um jornal local referia que com o dinheiro trazido pelos emigrantes «não se tem beneficiado os nossos campos, não se empreendeu indústria alguma, apenas se vê como melhoria o aumento nas casas de habitação dos expatriados ou de suas famílias»⁷⁴. Esta parece uma apreciação relativamente injusta e irreflectida, sendo pouco partilhada pela maioria dos comentadores. Ela esquece que a maioria dos emigrantes regressados dispunham de fortunas importantes na pequena comunidade onde se instalavam, recuperavam a casa de seus pais ou construíam uma nova e compravam terras, mas pequenas demais para grandes investimentos ou para apostar em inovações com um difícil retorno do capital investido, deslocado para o médio ou para o longo prazo. A ausência de instituições de crédito modernas impossibilitava também a formação de uma carteira de pequenos aforros capaz de pôr a circular o dinheiro existente. Na realidade, o crédito local restringia-se aos pequenos agiotas (às vezes ex-emigrantes) e a instituições como a Misericórdia e as Confrarias religiosas. Por outro lado, não podemos esquecer como a casa era um dos espaços privilegiados de investimento material e simbólico por parte dos emigrantes. Ela demonstrava perante a comunidade e o exterior o novo lugar do proprietário e da sua família na estrutura dos grupos sociais, atestando a riqueza adquirida e o novo estatuto.

João Duarte de Sousa, em 1898, dá-nos uma imagem oposta, a do repatriado activo e dinâmico, a nosso ver também um tanto exagerada. Ele «empregava o seu capital em terrenos lavrados que agricultava com aproveitamento, segundo a experiência adquirida lá fora (...); dava dinheiro a juro de 5%, enquanto esperava ensejo de boas compras; preleccionava na aldeia sobre os sistemas de serviços agrícolas adoptados com reconhecida vantagem; condenava implacavelmente a rotina estúpida dos lavradores e fustigava com gorgolões de americano trágico os prejuízos supersticiosos em que um dia também acreditou, causa evidente de ruína

⁷² AVELAR, 1902: 97; CUNHA, 1981: vols. I e II, pp. 231, 825, 829; SILVA, 2001.

⁷³ SOUSA, 1887.

⁷⁴ *O Velense* de 8.12.1879.

para a economia agrícola e incitava os vizinhos a tudo quanto podia concorrer para o bem particular de cada um e geral da freguesia»⁷⁵.

Ao nível das pequenas comunidades estes indivíduos traziam uma verdadeira abertura a novos espaços e a novas ideias, sendo, com frequência, os introdutores de técnicas agrícolas ou de novos instrumentos, como a charrua de ferro, ou os *engenhos* de debulhar o milho, que começaram a chegar em grande força nos finais do século XIX, princípios do século XX⁷⁶. Mas não convém exagerar muito este importante contributo que, se teve um valor inestimável em São Jorge, nunca lhe retirou o carácter estruturalmente camponês. Pelo contrário, acentuou-o. De qualquer maneira, estes americanizados eram «nas classes populares o oráculo da respectiva família (...). E é natural. O homem viajou ... viu... fala da Califórnia onde viveu cinco ou seis anos, e de Boston ou de New York, onde desembarcou na ida para a América, e por onde passou na volta para os Açores (...). Mas a verdade, a verdade demonstrativa é que ele foi descalço, mal vestido, sem um vintém, sem uma ideia, e voltou copiosamente enfarpelado, com as suas cem ou duzentas águias no cinto (...)»⁷⁷. Alguns objectos como o guarda-chuva, o enorme relógio de ouro, os candeeiros a petróleo, ou as camisas de flanela e roupas de *angrim* (ganga), eram outras marcas dos emigrantes desejadas pelos membros da comunidade como símbolos de uma riqueza adquirida no exterior. A chegada do ouro americano e o desenvolvimento e reforço das relações de mercado deram origem a uma alteração dos padrões de consumo, incentivando o abandono das indústrias domésticas de vestuário e de tecidos. Começavam a desenvolver-se maiores necessidades monetárias nas famílias que viram aumentar o peso dos recursos monetários na sua reprodução social, sem que, todavia, o grosso da cobertura das necessidades alimentares deixasse de ser feito através do recurso, mesmo que parcial, ao trabalho agrícola e a uma ética da auto-subsistência.

A grande reviravolta causada pela emigração em São Jorge foi, sem dúvida, a transformação duma parte significativa da sua população em pequenos proprietários autónomos. Com os recursos alcançados, elevou-se o valor venal da propriedade, pagaram-se hipotecas, remiram-se foros; compraram-se prédios nos arrendamentos dos senhorios de fora da ilha, isentaram-se recrutas de cumprir o serviço militar, elevou-se o salário do jornaleiro⁷⁸. E na ilha assistiu-se a uma redistribuição e a um maior acesso das suas gentes à propriedade. Pode mesmo dizer-se que a emigração acentuou o carácter camponês da ilha, tornou o pequeno produtor autónomo e o

⁷⁵ SOUSA, 1898-1899: 67-68.

⁷⁶ MACIEL, 2001: 83.

⁷⁷ LACERDA, 1902: 114.

⁷⁸ AVELAR, 1902: 96.

pequeno proprietário os grupos sociais com maior visibilidade, fazendo-os o ponto de chegada desejável nas estratégias de mobilidade social dos meios populares. Ela não provocou mudanças de monta no tecido produtivo, não alterou o esquema de distribuição das culturas agrícolas, não introduziu novas plantas ou novas indústrias, mas fez com que o comércio aumentasse e ganhasse alguma dinâmica, aumentou e melhorou a habitação rural, modificando a paisagem e o *habitat*, deu às populações um nível de vida superior ao que tinham anteriormente, abriu parcialmente as portas a um novo mundo de consumos e permitiu a sobrevivência até bem tarde da pequena e da média exploração camponesa.

Em 1902, havia quem pensasse diferente, como o grande proprietário José Caetano de Sousa e Lacerda, casado com uma das maiores fortunas da ilha. José de Lacerda acusava a emigração de destruir as indústrias locais e de despovoar perigosamente as ilhas⁷⁹. Manifestava, neste caso, a voz das elites locais, sobretudo preocupadas com a escassez e a carestia dos assalariados agrícolas. As críticas à emigração vêm todas deste sector da população e demonstram preocupações já antigas. Em 1872 e 1873 a imprensa local clamava contra a falta de braços para os trabalhos agrícolas, referindo que o preço do jornal estava demasiado elevado, acrescentando-se ao pagamento monetário «(...) comida com adminículo de vinho e tabaco a título de brindes, que os jornaleiros tomam já como obrigação dos proprietários!»⁸⁰. Esta escassez relativa de trabalhadores foi mitigada com a emigração de muitos indivíduos e famílias de São Miguel. Em 1873 *O Jorgense* referia mesmo a chegada de 200 operários desta ilha no próximo pacote vindos para trabalhar nas Obras Públicas, assim como a presença de criados originários de São Miguel nas casas mais abastadas⁸¹.

Estas queixas, que partiam dos proprietários que tinham a sua situação garantida e que dominavam a ilha, surgiam recorrentemente, com especial vigor em alturas como as sachas do milho ou como a ceifa dos trigos, e continuarão ao longo de todas estas décadas. Em 1891, encontramos de novo queixas num outro órgão da imprensa local acerca da «escassez de trabalho braçal que nos tem criado a excessiva emigração»⁸². Contudo, embora o jornal pudesse ser elevado, os assalariados rurais não conseguiam em três ou quatro meses de trabalho obter fundos que lhes garantissem a subsistência durante todo o ano, em especial no Inverno⁸³. E tentavam emigrar sempre que podiam. Como nos diz José Cândido da Silveira Avelar, mau grado todas as queixas dos proprietários, não ficou um bocado de terra que fosse

⁷⁹ LACERDA, 1902: XXIX.

⁸⁰ *O Jorgense* de 15.6.1872 e de 1.8.1873.

⁸¹ *O Jorgense* n.º 42 de 11.10.1873.

⁸² *A Justiça* n.º 1 de 26.11.1891.

⁸³ SOUSA, 1897: 77-78.

por cultivar, o valor da propriedade aumentou, as rendas subiram, assim como os valores transaccionados no mercado fundiário local⁸⁴.

As enormes consequências da emigração fizeram com que não seja possível encontrar um único fragmento da vida quotidiana da ilha que não tivesse sido influenciado por ela, isto quer ao nível da vida dos indivíduos, das suas rotinas, dos seus consumos, quer ao nível das técnicas agrícolas e do aproveitamento dos campos. No que diz respeito à estrutura dos grupos sociais locais e à acentuação da vertente camponesa recordemos o que escreveu um grande proprietário jorgense já na década de 1920: «a afluência de dinheiro estrangeiro, principalmente do dólar-ouro, contemplando a um tempo o emigrante que regressa à pátria e o próprio indígena serventuário que lá fora tem parentes, fez com que crescesse o êxodo de população e quase desaparecesse o jornaleiro assalariado para ficar unicamente o pequeno proprietário ou o rendeiro, ou só esta entidade acumulando as duas funções»⁸⁵.

Embora, como referimos atrás, seja difícil fazer uma apreciação correcta e falte um trabalho quantitativo que aborde o peso relativo da emigração e do retorno em cada uma das ilhas dos Açores, podemos supor, baseando-nos nos dados demográficos, que os efeitos da emigração foram muito mais profundos e estruturantes nas ilhas mais pequenas. Aqui reduziram as desigualdades, elevaram o nível de vida e redistribuíram a riqueza e a terra, deram origem a uma maior «camponização» destes espaços, face a ilhas como São Miguel, onde permaneceram até mais tarde grandes desequilíbrios sociais e maiores dificuldades no acesso à propriedade.

Em São Jorge, os retornados da viagem americana tornaram-se, de forma crescente, os intermediários das pequenas comunidades com o exterior, tendo um papel essencial quer na construção das imagens simbólicas e das trajectórias e projectos de vida desejáveis dos seus membros, quer nas relações com o sistema político local, fazendo perder terreno aos lavradores ricos e proprietários das freguesias que constituíam anteriormente, e com grande exclusividade, os pequenos notáveis. A emigração alterou assim as relações de poder ao nível das pequenas comunidades, sem que tivesse provocado uma grande recomposição das elites locais que, nas fracções superiores, foram pouco afectadas directamente, para além do problema da diminuição da mão-de-obra e do aumento dos salários agrícolas. As mudanças ao nível das instituições de poder dos concelhos ou da ilha foram mais lentas e as chefias permaneceram na posse das elites locais tradicionais ou de extracção burguesa, das classes médias ou de funcionários vindos de fora da ilha.

Durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a emigração introduziu alterações de monta nas pequenas comunidades e na

⁸⁴ AVELAR, 1902: 97.

⁸⁵ SILVEIRA, 1927: 23.

ilha como um todo, permitindo, igualmente, manter activas muitas explorações e um modo de vida camponês. Mudança e permanência cruzam-se novamente. Dentro do sistema social local a emigração teve, pois, enormes efeitos estruturantes. Ela sustentou a comunidade, introduzindo-lhe elementos de mudança, sem que ocasionasse alguma viragem de fundo no sistema produtivo local. Pela primeira vez na história das pequenas ilhas, o peso do campesinato, do pequeno produtor autónomo e do pequeno ou médio proprietário era esmagador, sem que a base estrutural rural se tivesse alterado. Mas para que tal pudesse acontecer, teria sido necessário muito mais que a emigração.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Gabriel de (1889) – *As Ilhas dos Açores*. Lisboa: Viúva Bertrand e C^a.
- AMORIM, Norberta (1986) – *Estratégias de Sobrevivência numa paróquia rural açoriana, perspectiva demográfica (1711-1980)*. BIHIT, vol. XLIV. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- AMORIM, Norberta (1987) – *Mortalidade e emigração irreversível das gerações nascidas numa paróquia açoriana entre 1845 e 1884*. BIHIT, vol. XLV. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 887-914.
- AVELAR, José Cândido da Silveira (1902) – *Ilha de São Jorge. Apontamentos para a sua Historia*. Horta: Tipografia Minerva Insulana.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1990) – *Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*. Nova Iorque e Londres: Garland Publishing Inc.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1991) – *Social Mobility in the Receiving Society: Portuguese Immigrants in the United States*. «International Migration Review», vol. XXV, n.º 2. Nova Iorque, p. 277-302.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1995) – *Unbroken Links: Portuguese Emigration to the USA*. In Robert Cohen, org. – *World Survey of Migration*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 91-96.
- CHAPIN, Frances White (1981) – *The tides of emigration: a study of migration decision making and social process in São Miguel, Açores*. Michigan: University Microfilms International.
- COSTA, Visconde de Vale da (1898) – *Boston – Relatório Consular*. «Boletim Comercial», vol. I, n.º 4-5 de Julho de 1898. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 287-290.
- COSTA, visconde de Vale da (1899) – *Boston – Comércio, Indústria e Navegação em 1897*. «Boletim Comercial», vol. II, n.º 4 de Abril de 1899. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 472-475.
- CUNHA, Padre Manuel Azevedo da (1981) – *Notas Históricas*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 2 vols.
- DIAS, Eduardo Mayone, org. e introd. (1982) – *Açorianos na Califórnia*. Angra do Heroísmo: DRAC-DSE.
- AÇORES. Departamento Regional de Estudos e Planeamento (1985) – *São Jorge: Caracterização*. Angra do Heroísmo: DREPA
- GIL, A., RIBEIRO, Augusto (1874) – *Almanaque Insulano para Açores e Madeira, estatístico, histórico, literário para o ano de 1875*. 2.º ano. Angra do Heroísmo: Tipografia da Terceira.
- HESAPANHA, Pedro (1990) – *A Propriedade Multifforme. Um estudo sociológico sobre a evolução recente dos sistemas fundiários em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

- JACKSON, John A. 1991 (1986) – *Migrações*. Lisboa: Escher.
- JOÃO, Maria Isabel (1991) – *Os Açores no Século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LACERDA, João Caetano de Sousa e (1988) – *Cartas a Francisco de Lacerda*. Introdução Fixação do Texto e Notas por Teresa e J.M. Bettencourt da Câmara. Angra do Heroísmo: DRAC.
- LACERDA, José Caetano Pereira de (1902) – *Algumas palavras sobre interesses açorianos*. Lisboa: Rodrigues e C^a Imp. Libânio da Silva.
- LEITE, Joaquim Costa (1987) – *Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*. «Análise Social» vol. XXIII, n.º 97. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 463-480.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981) – *A Política portuguesa de emigração 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- MADEIRA, Artur Boavida (2004), *A emigração a partir da ilha Terceira nos finais do século XIX*. In Núcleo Cultural da Horta, org. – *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do II Colóquio*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 295-322.
- MARQUES, Fernando Pereira (1981) – *Exército e sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*. Lisboa: Regra do Jogo.
- MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARTINS, Jesuíno E. (1873) – *Informação do vice-cônsul em Boston*. In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 158-163.
- MATOS, Paulo Lopes de (2007) – *O Nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da Ilha de S. Jorge (Açores) 1800-1910*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho – Núcleo de Estudos de População e Sociedade.
- MATOS, Paulo Lopes de, SOUSA, Paulo Silveira e (2008) – *População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil (1766-1836)*. In MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de, LEITE, José Guilherme Reis, coords. – *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, p. 535-577.
- MEDEIROS, Fernando (1987) – *Grupos domésticos e habitat rural no norte de Portugal (1908-1934)*. «Análise Social», vol. XXIII, n.º 95. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 97-116.
- MEDEIROS, Fernando (1988) – *Um sistema social de espaços múltiplos. A autonomia do local na sociedade portuguesa*. «Revista Crítica de Ciências Sociais» n.º 25/26. Coimbra, p. 143-162.
- MIRANDA, Sacuntala de (1989) – *O Ciclo da Laranja e os “Gentlemen Farmers” da Ilha de São Miguel*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- MIRANDA, Sacuntala (1999) – *A Emigração portuguesa e o atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Salamandra.
- MONTEIRO, Paulo Filipe (1994) – *Emigração: O eterno mito do retorno*. Lisboa: Edições Celta.
- MORAIS, João Cândido de (1873) – *Apêndice A: Informação do Sr. Deputado Cândido de Moraes sobre as Ilhas dos Açores*. In *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 73-85.
- PEREIRA, Júlio Máximo (1893) – *Recordações dos Açores*. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 12.ª série, Lisboa: Imprensa Nacional.
- PIMENTEL, Augusto Eugénio Pereira Forjaz de Sampaio (1895) – *Relatório da minha gerência como administrador do concelho da Figueira da Foz desde 14 de Setembro de 1894 a 12 de Setembro de 1895, apresentado a sua excia o senhor governador civil do distrito de Coimbra António das Neves Oliveira e Sousa*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.

- RAMOS, José Acúrcio Garcia (1869) – *Notícia do arquipélago dos Açores e do que de mais importante existe na sua História Natural*. Angra do Heroísmo: Tip. Terceirense.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1990) – *Os Açores na viragem do século (1860-1930), características da sua evolução demográfica*. In *Actas do Colóquio Internacional de História da Madeira*, Lisboa: Edição da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, p. 849-863.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1991) – *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidades*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1995) – *A emigração na Ilha do Faial nos finais do Séc. XIX*. In Núcleo Cultural da Horta, org. – *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX. Actas do I Colóquio*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 407-422.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (1987) – *A Geografia eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SANTA RITA, António José Vieira (1867) – *Relatório apresentado pelo governador civil do districto administrativo da Horta à Junta Geral do mesmo Distrito na sessão ordinária de 1867*. Horta: Tip. Hortense.
- SILVA, Fernando Gaspar da (2001) – *Os Gaspar Silva: memórias de raízes e percursos familiares*. Angra: Instituto Açoriano de Cultura.
- SILVEIRA, Henrique de Sampaio e Castro P. da Cunha da (1927) – *Subsídios para o estudo das pastagens açorianas, Ilha de São Jorge*, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, (relatório de final de curso policopiado).
- SOUSA, José Duarte de (1898-1899) – *Reminiscências velenses. (Na vila das Velas no séc. XIX)*. Ponta Delgada: C.M. das Velas e edições Signo.
- SOUSA, José Pereira da Cunha da Silveira (1887) – *Os lactícínios na região açoreana ocidental*. Lisboa: Typ. Mattos Moreira.
- SOUSA, Paulo Silveira (2000) – *As actividades industriais no distrito de Angra do Heroísmo, 1852-1910: Um mundo de possibilidades escassas*. «Arquipélago – História», vol. IV, 1. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, p. 113-172.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2002) – *Gerir o dinheiro e a distinção: as caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos dirigentes (1845-1915)*. «Arquipélago – História», vol. VI, 1. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, p. 293-346.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2004) – *Para uma História da vinha e do vinho nos Açores (1750-1950)*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. LXII. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 57-159.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2005) – *Campesinato e pequena actividade artesanal: a produção de lã e de linho nas ilhas do distrito de Angra do Heroísmo (1850-1930)*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. LXIII. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, p. 45-70.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2007-2008) – *A gestão social da propriedade na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX*. «Arquipélago – História», II série, vols. XI-XII. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, p. 73-122.
- SOUSA, Paulo Silveira e (2008) – *Produção e consumo de cereais na ilha de São Jorge durante a segunda metade do século XIX*. «Atlântida», vol. LIII. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, p. 175-192.
- TAVEIRA, Luís Pinto de Azevedo Taveira (1898) – *New York – emigração*. «Boletim Comercial», vol. I, nº 4-5 de Julho de 1898. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 375-376.
- VALADARES, Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia (1875) – *Relatório apresentado à junta geral do distrito de Angra do Heroísmo na sua sessão ordinária de 1875, pelo secretário-geral servindo de governador civil Gualdino Alfredo Lobo de Gouveia Valadares*. Angra do Heroísmo: Tip. do Governo Civil, 1875.

COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS E POLÍTICAS SOCIAIS EM CONTEXTOS GEOGRÁFICOS DIFERENCIADOS.

O PROBLEMA DA EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS NOS DISTRITOS DA HORTA E DE VIANA NO SÉCULO XIX*

TEODORO AFONSO DA FONTE**

INTRODUÇÃO

O estudo da exposição de crianças passou a ocupar um espaço de maior centralidade no âmbito da produção historiográfica, a partir do momento em que se começou a reconhecer a importância e o significado das repercussões deste fenómeno demográfico. Inicialmente muito confinado a aspectos jurídico-institucionais, a sua integração no âmbito dos estudos da demografia histórica, da história social e da história das mentalidades conferiu-lhe um carácter multidisciplinar, o que muito contribuiu para uma progressiva compreensão e desmistificação.

Para se conhecer globalmente o problema do abandono de crianças, as abordagens não se poderão confinar ao quadro legal, regulamentar e institucional, sob pena de não ser possível compreender o lado mais obscuro da história da infância abandonada, um comportamento que tem sido frequentemente associado a fenómenos de marginalidade. Para o efeito, é fundamental passar a desenvolver estudos que ajudem a descobrir e a tornar mais transparente um dos aspectos mais

* Investigação desenvolvida no âmbito do projecto "Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)", com referência FCT PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sua componente OE.

** CITCEM – Grupo História das Populações. teofonte@sapo.pt

enigmáticos da assistência, possibilitando uma melhor percepção e conhecimento de alguns dos comportamentos das populações do passado.

Tendo por base a legislação e os quadros regulamentares onde se estruturava toda a assistência à infância desvalida e abandonada em Portugal, a análise comparada das práticas institucionais e das tomadas de posição públicas das autoridades administrativas sobre as causas do abandono de crianças, bem como a apresentação de medidas para solucionar ou minimizar o problema, poderão confrontar-nos com diferentes perspectivas e políticas sociais.

Com este estudo, e perante a persistência de problemas recorrentes que afectaram as sociedades oitocentistas, pretendemos fazer uma breve análise comparada do distrito de Viana do Castelo, localizado no noroeste de Portugal continental, com o distrito da Horta, localizado no arquipélago dos Açores, com o propósito de procurar saber se o carácter periférico e a própria insularidade se terão repercutido na adopção de comportamentos demográficos diferenciados.

Entre as diversas variáveis demográficas, passaremos a centralizar a nossa análise no problema da exposição de crianças, nomeadamente na forma como as autoridades administrativas dos distritos de Viana e da Horta perceberam o problema, como o enfrentaram e que medidas tomaram para o tentar solucionar ou minimizar.

Em função da documentação disponível, vamos privilegiar a documentação distrital, sobretudo os relatórios anuais que foram elaborados pelos Governos Cívicos, em meados do século XIX, numa altura em que a exposição de crianças havia atingido a sua máxima expressão, antecedendo uma progressiva diminuição ao longo da segunda metade do mesmo século.

OS DISTRITOS DA HORTA E DE VIANA: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

A criação dos distritos integra-se no âmbito das reformas liberais e da tão desejada modernização administrativa do país. Depois de algumas experiências temporárias, em 1835, foi alterada a estrutura administrativa que havia sido proposta por Mouzinho da Silveira, levando à criação de províncias, subdivididas em distritos administrativos que, por seu lado, foram subdivididos em concelhos e estes em freguesias¹.

O distrito de Viana era constituído inicialmente por treze concelhos, ficando reduzido a dez, a partir de 1855, com a extinção dos concelhos do Soajo, Castro Laboreiro e Valadares. Por seu lado, o distrito da Horta foi criado em 1836, a partir

¹ A Carta de Lei de 25 de Abril de 1835 e o Decreto de 18 de Julho de 1835 são os documentos reformuladores de toda esta nova estrutura administrativa liberal.

da divisão da Província Ocidental dos Açores nos distritos de Angra do Heroísmo e da Horta. Este último passou a ser integrado pelas ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo, ficando estabelecido na cidade da Horta².

Na primeira metade do século XIX, os indicadores demográficos do distrito de Viana apontam para uma tendência ascendente da sua população, a partir da década de quarenta. Por exemplo, o mapa do movimento da população do distrito de Viana, relativo ao ano de 1864, enviado pelo governador civil ao Ministério do Reino, em 1866, mostra-nos que este distrito ultrapassava ligeiramente as duas centenas de milhar de habitantes³.

A população do distrito da Horta era de 65 324 habitantes, com prevalência do sexo feminino, de acordo os dados estatísticos do recenseamento de 1857. A ilha do Faial era composta por 13 freguesias e tinha uma população de 25 222 habitantes. A ilha do Pico integrava três concelhos, com um total de quinze freguesias, tendo uma população de 28 666 habitantes. A ilha das Flores, subdividida em dois concelhos, era constituída por nove freguesias, com uma população de 10 529 habitantes. Finalmente, a ilha do Corvo (a mais pequena) tinha apenas 907 habitantes⁴.

Segundo Norberta Amorim (2002), os indicadores estatísticos dos recenseamentos, que se realizaram de 1864 até 1900, apontam para um progressivo decréscimo da população nos concelhos do distrito da Horta⁵. No entanto, esse decréscimo não foi idêntico nas suas quatro ilhas. Por exemplo, apesar da crise vinícola de meados de oitocentos ter atingido mais a ilha do Pico, a redução populacional afectou particularmente a ilha das Flores (23%), enquanto as restantes ilhas registaram uma diminuição menos acentuada, ou seja, Faial 15%, Pico 13% e Corvo 9%. Este decréscimo demográfico teria resultado das sucessivas crises agrícolas, bem como da falta de indústrias capazes de fixarem a população jovem, tendo originado sucessivas vagas migratórias.

No período estatístico, os vários recenseamentos da população, realizados a partir de 1864, mostram-nos que o distrito de Viana continuou a registar um crescimento da sua população, até ao início da segunda década do século XX, não obstante a existência de uma forte corrente migratória na região do Minho. Por

² A divisão administrativa dos Açores em distritos (Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo) foi definitivamente abolida após a sua autonomia constitucional, em 1975, de que resultou a criação da Junta Regional dos Açores. Segundo a Constituição da República Portuguesa de 1976, os Açores, tal como a Madeira, são Regiões Autónomas com estatuto político-administrativo próprio.

³ Por ordem decrescente, os concelhos mais populosos eram os de Viana, Ponte de Lima, Arcos e Monção, enquanto os menos povoados eram os de Vila Nova de Cerveira, Ponte da Barca, Coura e Caminha. (A. G.C.V.C., Estatística da População (1864), Pasta 1.16.5.5-4). A razão de sexos média de 85,2 evidencia bem a forte corrente migratória masculina, se o compararmos com o valor de referência à nascença (105,0).

⁴ A.G.C.H., Relatório do Governo Civil do Distrito da Horta, de 13 de Setembro de 1858, pp. 1 e 2.

⁵ O censo de 1884 apresenta a seguinte distribuição da população nas quatro ilhas do distrito da Horta: Faial – 24 484 habitantes; Pico – 25 818 habitantes; Flores – 10 002 habitantes e Corvo – 849 habitantes.

exemplo, comparando os censos de 1864 e de 1878, a população total passou de 203 721 habitantes para 211 519 habitantes.

Este crescimento populacional coincidiu com a inversão da tendência da exposição de crianças, sobretudo após a abolição das Rodas no distrito de Viana, em 1866, um fenómeno demográfico que passou a registar um comportamento inversamente proporcional ao do aumento da sua população, anulando uma eventual correlação entre a pressão demográfica e a exposição de crianças.

A maioria da população dos distritos de Viana e da Horta vivia no campo e praticava uma agricultura de subsistência. Os núcleos urbanos correspondiam às sedes dos concelhos, com destaque, em meados do século XIX, para as cidades de Viana e da Horta, capitais dos respectivos distritos.

No distrito de Viana, a prevalência de uma policultura, praticada em pequenas propriedades, demasiado fragmentadas pela configuração do relevo e pelo regime de partilha, bem como a sua complementaridade com a criação de gado, revelaram-se fundamentais na economia doméstica. Por outro lado, a introdução do milho mais na região e a progressiva aceitação da batata na dieta alimentar originaram uma verdadeira “revolução agrícola”, com repercussões na melhoria das condições de sobrevivência, sobretudo a partir do século XVIII. As maiores ou menores dificuldades das populações dependiam dos anos agrícolas e das respectivas colheitas, em particular a dos cereais, base da alimentação, e a do vinho.

Na ilha do Pico, a maior do distrito da Horta em extensão e população, as vinhas representavam a sua principal riqueza, até ao momento em que surgiu o oídio, uma doença que prejudicou esta cultura vinícola, em várias ilhas dos Açores, tal como a filoxera, na região do Minho. Arruinada a produção vinícola, eram os cereais e a produção de fruta e da batata que mais contribuía para a sobrevivência das populações. Perante “calamidades agrícolas”, provocadas por intempéries ou moléstias⁶, deixavam de estar asseguradas as necessidades básicas, originando situações de extrema miséria e desencadeando mecanismos auto reguladores, que poderiam passar por estratégias individuais ou colectivas e pela alteração de determinados

⁶ No relatório de 1843, a Junta Geral do Distrito já havia alertado para a situação calamitosa que se estaria a viver na ilha do Faial, como resultado da destruição da cultura dos citrinos por um “insecto aniquilador”, originando a perda de uma das principais riquezas de exportação, sobretudo a da laranja.

Esta tendência vem reforçada no relatório do ano seguinte, sendo uma consequência do facto das vinhas do Pico terem sido atacadas pelo oídio-tuckeri, uma terrível doença que havia “afectado e reduzido quase todas as famílias das ilhas do faial e do Pico a uma grande penúria, agravada pela produção reduzida e consequente subida dos preços dos cereais, do vinho e das batatas”. Para agravar ainda mais a situação, um vendaval que ocorreu no mês de Agosto de 1857 havia destruído quase completamente as searas e reduzido a menos de um terço a colheita do milho, o que obrigou alguma população a “fazer e comer pão de tremozos, do sabugo do milho e até da soca do jarro” (A.G.C.H., Consulta da Junta Geral do Distrito da Horta, de 2 de Dezembro de 1857, p. 97).

comportamentos demográficos. É aqui que se poderão inscrever os fenómenos da emigração e da exposição de crianças.

A situação melhorou no ano de 1860, de acordo com o relatório do governador civil, em resultado de melhores colheitas, quando comparadas com as dos anos anteriores. Alguns anos mais tarde, no relatório elaborado no dia 22 de Dezembro de 1867, considerou que, no distrito da Horta, já não se verificavam situações de extrema miséria, embora tivessem sido identificadas algumas pessoas indigentes que viviam da caridade pública ou da mendicidade. No seu entender, a explicação para a ausência de situações de miséria extrema nestas ilhas devia-se à imensa divisão da propriedade e à emigração de centenas de indivíduos «que vão procurar a sua fortuna em países estrangeiros»⁷.

Tanto no Minho como nos Açores, a emigração, maioritariamente masculina, além de restabelecer um certo equilíbrio entre a população e as subsistências, também terá condicionado e restringido o “mercado matrimonial”, contribuindo para o aumento da ilegitimidade que, por seu lado, poderia levar ao abandono de crianças.

Os indicadores estatísticos disponíveis permitiram realizar um estudo comparado do comportamento da ilegitimidade no nosso país. As conclusões apontam para a existência de um quadro demográfico com uma grande diversidade regional⁸, sendo possível identificar três regimes de ilegitimidade distintos (baixa, média e elevada frequência). Os Açores foram integrados no regime de média frequência (cerca de 5% de ilegítimos) e o Minho no regime de alta frequência (acima de 10% de ilegítimos).

A mobilidade das populações representou um comportamento demográfico comum às populações dos dois distritos, independentemente das razões que lhe poderão estar subjacentes. Na verdade, se o Minho foi considerado um “viveiro de homens”, muitos deles forçados a emigrar, como forma de “aliviar” uma certa pressão demográfica na região, face aos recursos disponíveis, muitos dos habitantes do distrito da Horta também tiveram de emigrar, sobretudo em períodos de maiores crises na produção agrícola e vinícola.

⁷ A.G.C.H., Relatório do Governo Civil do Distrito da Horta, de 23 de Dezembro de 1867, p. 58. O problema da emigração estava bem patente no relatório da Junta Geral, elaborado em 1855. Esse problema estaria a provocar uma verdadeira calamidade na ilha do Pico “pelos contínuos movimentos migratórios para os Estados Unidos e para o Brasil, como resultado da miséria causada pelas moléstias das vinhas, com tendência a aumentar, se não forem proporcionados os recursos necessários que impeçam ou reduzam esse fenómeno migratório”.

⁸ O estudo deste “enigma demográfico” inclui um quadro comparativo com os indicadores estatísticos da ilegitimidade de diferentes paróquias de Portugal para o período compreendido entre 1560 e 1790 (Neves, 1998: 137-173).

Paradoxalmente, apesar dos excedentes populacionais poderem ser aliviados pela emigração, um factor favorável, em função das circunstâncias⁹, este fenómeno demográfico também constituiu uma preocupação, perante o progressivo esvaziamento populacional, que contrariava os objectivos do Estado. Esta mentalidade populacionista ficou associada à necessidade de se preservar a vida de tantas crianças que, por aborto, infanticídio ou abandono, estariam a perder-se, quando tão úteis poderiam ser à pátria. Foi com esse propósito que a Intendência Geral da Polícia enviou aos procuradores dos concelhos, em 10 de Maio de 1783, uma ordem-circular que esteve na origem da criação de uma rede alargada de Casas da Roda em todo o território nacional.

QUANTIFICAÇÃO DOS EXPOSTOS EM MEADOS DO SÉCULO XIX

De acordo com a estatística apresentada no relatório do Governo Civil de 1857, no ano económico de 1856-1857, o distrito da Horta tinha um total de 654 expostos. Nesse ano, entraram 237 expostos (118 meninos e 119 meninas) e saíram 233 (119 meninos e 114 meninas)¹⁰. Das 237 crianças que foram expostas nesse ano, 200 foram apresentadas na ilha do Faial (entrando na roda da Horta), 16 na ilha do Pico (6 na Madalena, 6 em S. Roque e 4 nas Lages) e 21 na ilha das Flores (16 em Santa Cruz e 5 nas Lages), não se registando nenhuma exposição na ilha do Corvo.

Neste mesmo ano económico, o cofre do distrito subsidiou 26 mães solteiras para a criação dos seus filhos, tendo dois destes completado o período de criação (dois anos), enquanto outros quatro faleceram em poder das respectivas mães¹¹. Os administradores dos diferentes concelhos também realizaram intimações a

⁹ Com colheitas insuficientes e com os preços a aumentar, sem serem acompanhados pela subida dos salários, a única saída para muitos seria a emigração. No distrito da Horta, a emigração é apontada como a causa principal da diminuição da população, tendo o governador civil alertado para o facto de que «se porventura os meios de subsistencia não aumentarem, a saída de gente torna-se até um triste e irremediável expediente, a fim de afastar dos nossos olhos o hediondo espectáculo da miséria, da fome e da morte» (A.G.C.H., Consulta da Junta Geral do Distrito da Horta, de 24 de Outubro de 1958, p. 13).

¹⁰ Estes saíram pelas seguintes razões: 189 por óbito (112 na Casa da Roda e 77 em poder das amas), 14 por acabarem o tempo da criação, 13 por terem sido reclamados pelas mães e 17 por terem sido entregues a seus pais, em resultado da fiscalização. No final de Junho de 1857, continuavam a existir 421 expostos (189 meninos e 232 meninas), apenas mais quatro do que em igual período do ano anterior, um aumento justificado pelo governador civil pelo facto da idade de criação no distrito da Horta ter passado de 4 para 7 anos de idade (A.G.C.H., Relatório do Governo Civil do Distrito da Horta, de 13 de Setembro de 1858, p. 10).

¹¹ A.G.C.H., Relatório do Governo Civil da Horta, de de 13 de Setembro de 1858, p. 10). No ano económico de 1857-1858, o número de mulheres solteiras subsidiadas foi de 37, tendo 3 perdido os filhos, por falecerem durante o período de atribuição do subsídio. No ano económico de 1859-1860, foram concedidos 13 subsídios a mães solteiras, originando uma despesa de 178\$940 réis.

vinte e três mulheres solteiras, “para darem conta do ventre”. Destas, doze estavam a tratar dos seus filhos (sete delas a beneficiar de subsídio de criação), enquanto seis “deitaram” os filhos na roda, duas foram remetidas ao poder judicial (por não darem conta dos filhos) e três conseguiram escapar à vigilância da polícia, por se terem ausentado para parte incerta¹².

Estas estatísticas colocam-nos perante valores globais de exposição muito abaixo dos existentes na maioria dos distritos do reino, nomeadamente o de Viana, mas também perante uma “bem triste cifra da mortalidade n’estes desgraçados entes”, como afirmou o governador civil da Horta, parafraseando o que muitos outros diziam nos respectivos relatórios. Segundo a sua análise, os dados estatísticos dos últimos três anos haviam mostrado que a mortalidade se dava, em regra, nos infantes que ainda não haviam completado um ano de vida, levando-o a presumir que «estes infelizes são victimas prematuras do abandono que os acompanhou desde o seu nascimento»¹³. Os números eram bem elucidativos desta triste realidade. Assim, no ano de 1857-1858, entraram 231 expostos, tendo falecido 146 crianças, antes de completarem um ano de idade. No ano anterior, entraram 237 expostos e faleceram 133, todos com menos de um ano.

Numa estatística que foi publicada em anexo ao Regulamento para Serviço dos Expostos¹⁴, por decreto de 21 de Novembro de 1867, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino apresentou os dados relativos ao movimento dos expostos nos diferentes distritos de Portugal, fornecendo dados importantes para uma análise comparada dos indicadores disponibilizados¹⁵. Assim, pese embora a reserva que esta estatística representa, no ano económico de 1863-1864, existiam no nosso país 52 171 expostos, o correspondente aos 36 754 expostos matriculados em Junho de 1863, acrescidos dos 15 417 expostos que entraram ao longo do ano económico.

O distrito da Horta tinha 319 expostos, a soma dos 216 que existiam em Junho de 1863 com os 103 que foram expostos ao longo do ano. Em Junho de 1864, após falecerem 81 e terem sido entregues 58, o distrito da Horta contabilizava 180 expostos, o valor mais baixo de todos os distritos do reino. O distrito que tinha um valor

¹² Neste ano, 10 amas que criavam expostos, cujo tempo de criação findara, continuaram a receber uma gratificação, conforme se achava estabelecido pela Junta Geral, por terem enfermidades e não poderem ser assoldados pelos juizes dos órfãos. Em 30 de Junho de 1856, existiam 8 destas amas, tendo-se concedido, ao longo do ano, mais duas gratificações, uma delas interrompida, “por ter havido quem caridosamente tomasse à sua conta o desgraçado exposto”.

¹³ A.G.C.H, Consulta da Junta Geral do Distrito da Horta, Relatório de 1859, p. 15.

¹⁴ Mapa anexo ao Relatório da Comissão, de 16 de Julho de 1867, in *Estatística da existência e movimento dos expostos (...)*, em anexo ao regulamento dos expostos, por decreto de 21 de Novembro de 1867.

¹⁵ Estes dados terão de ser apresentados sob reserva, por ser provável que, num número indeterminado de distritos, o total de expostos incluía também os subsidiados, como pudemos comprovar no distrito de Viana.

aproximado, mas ligeiramente superior, era o de Angra, também nos Açores, com 298 expostos. O distrito de Ponta Delgada já apresentava um valor bem superior, totalizando 843 expostos.

Numa comparação com a ilha da Madeira, podemos verificar que, em Junho de 1864, existiam 547 expostos no distrito do Funchal, mas haviam falecido 86 e entregues 61, um valor inferior ao de Ponta Delgada, mas bastante superior aos dos outros distritos açorianos.

Na maioria dos distritos do continente, o número de expostos excedia o registado nos distritos dos Açores, sobretudo na Horta e Angra. Por exemplo, no distrito de Viana, havia 1 645 expostos, em Junho de 1863 (entraram 519 ao longo do ano), dos quais continuavam a existir 1 025, em Junho de 1864, tendo falecido 280 e sido entregues 340. Os valores mais elevados surgem nos distritos de Lisboa e do Porto, com 17 115 e 4 648 expostos, respectivamente. Seguem-se os distritos de Braga e de Viseu com 3 417 e 3 249 expostos.

Para o distrito da Horta, os indicadores estatísticos mostram-nos que, ao longo de doze anos (1856-1868), o número de expostos foi sendo gradual e progressivamente reduzido, passando para metade e, depois, para cerca de uma terça parte, no ano económico de 1867-1868 (Gráfico 1). Paralelamente, também se registou uma descida da mortalidade, um “indício de mais cuidado e zelo” e da redução das exposições, bem como da diminuição das despesas com a criação dos expostos¹⁶.

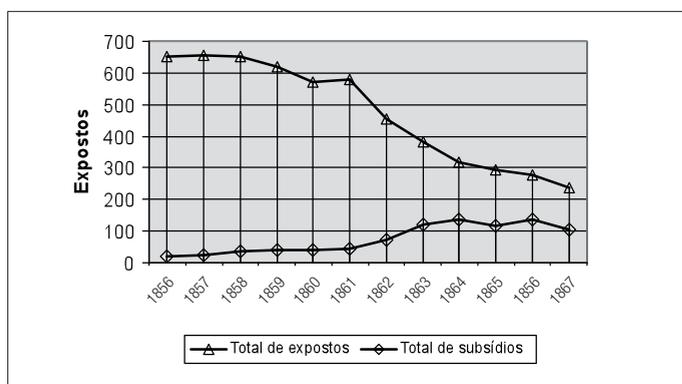


Gráfico 1.
Expostos e subsidiados no Distrito da Horta (1856-1867)

Fonte: Relatório do Governador Civil da Horta (1868)

¹⁶ Estas despesas desceram de 3 745\$615 réis, no ano económico de 1855-1856, para 2 410\$060, no ano económico de 1862-1863. Nos primeiros anos, esse dinheiro era, com insignificantes excepções, consumido nos pagamentos às amas dos expostos, sendo raras as quantias empregues para melhorar a triste condição destas crianças, bem como os subsídios às mães solteiras, que no ano económico de 1862-1863 já representavam uma quantia quase igual à das gratificações que recebiam as amas dos expostos.

O aumento do número de mães solteiras subsidiadas resultou da política adotada pela administração distrital, que procurava reduzir o número de exposições de crianças originárias de famílias muito carenciadas, as quais já não se viam constrangidas a expor os filhos, como estratégia de sobrevivência. O governador civil argumentava que eram os próprios dados estatísticos a encarregar-se de provar o quanto mais conveniente se tornava, tanto para a humanidade como para a economia dos municípios, o sistema de subsidiar as mães solteiras. Para além dos filhos das mães subsidiadas morrerem em menor proporção do que os expostos em poder das amas, as despesas com os primeiros eram muito inferiores às gratificações pagas às amas dos expostos.

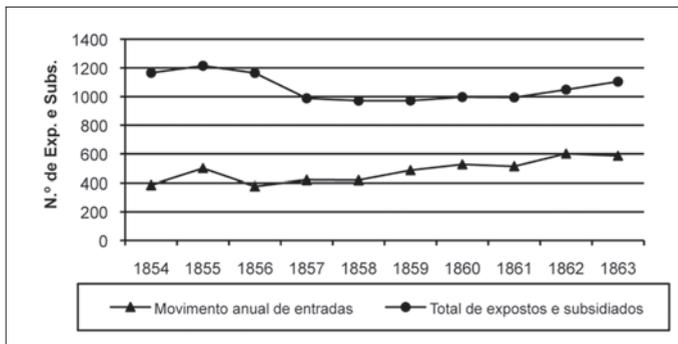
Acompanhando o decréscimo das exposições no nosso país, que se acentuara após a abolição das rodas em muitos concelhos, a redução manteve-se no último quartel do século XIX. No relatório que foi apresentado em 15 de Novembro de 1877, o governador civil do distrito da Horta, Visconde de Castilho, informou que existiam no distrito, em 30 de Junho de 1876, 48 expostos, tendo entrado, no ano económico seguinte, mais 47 crianças, atingindo um total de 95 expostos. No final desse ano, apenas ficaram a existir 41 expostos, dado que faleceram 43, enquanto 11 terminaram o período de criação ou foram reclamados pelos pais.

No distrito de Viana, as exposições mantiveram-se elevadas até 1866, ano da abolição das rodas, enquanto os subsídios concedidos a mães pobres permaneceram relativamente reduzidos. Neste contexto, não sabemos se foi o elevado número de exposições que dificultou ou impediu o aumento dos subsídios de aleitação, por falta de verbas, ou se terá sido o número reduzido destes que contribuiu para o aumento das exposições.

De acordo com a regulamentação vigente, as crianças subsidiadas apenas permaneciam alguns meses a cargo dos municípios (até ao máximo de dois anos), enquanto a criação dos expostos sobreviventes se poderia prolongar por sete anos, caso não fossem entregues ou reclamados pelos seus familiares. Pela observação do gráfico 2, podemos verificar que o total de beneficiários (expostos e subsidiados) oscilou entre o dobro e o triplo das entradas anuais, o que demonstra bem o forte impacto da mortalidade, um diferencial que também foi atenuado pela entrega (voluntária ou compulsiva) de algumas dessas crianças aos seus familiares ou a pessoas que se disponibilizaram para as criar gratuitamente.

Gráfico 2.
Expostos e Subsidiados das Rodas do Distrito de Viana (1854-1863)

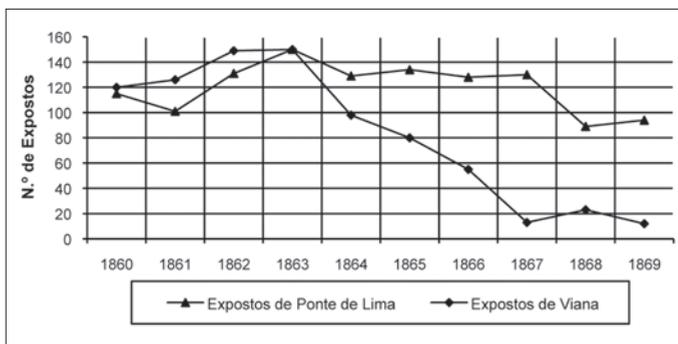
Fonte: A.G.C.V.C., Mapa dos expostos do distrito de Viana



Após um longo debate em torno da legitimidade das Rodas, apontadas como a salvaguarda da harmonia e da honra das famílias, por uns, ou como um chamariz à libertinagem e à desmoralização, por outros, a substituição das Casas da Roda pelos Hospícios, em meados de 1866, representou a grande inversão da tendência ascendente, como se pode observar no gráfico relativo ao movimento dos expostos dos concelhos de Ponte de Lima e de Viana (Gráfico 3). Com esta alteração da oferta institucional, a admissão condicionada de expostos acabou por originar uma queda acentuada no número de exposições, simultaneamente com o aumento da concessão de subsídios de aleitação.

Gráfico 3.
Evolução das exposições anuais em Ponte de Lima e Viana (1860-1869)

Fonte: A.M.P.L. e A.M.V.C., Livro de registo dos expostos de Ponte de Lima e Viana



A ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS NOS DISTRITOS DA HORTA E DE VIANA

Para poder fazer face aos problemas que afectavam as populações, sobretudo os grupos mais carenciados, os distritos da Horta e de Viana dispunham de algumas instituições de assistência aos mais desprotegidos e carenciados.

No século XIX, para além das Santas Casas, cuja finalidade principal era procurar dar cumprimento às obras de misericórdia (tanto corporais como espirituais), o distrito

de Viana possuía várias Casas da Roda, destinadas ao acolhimento de crianças expostas, espalhadas pelos principais concelhos do distrito, tendo acompanhado também o movimento de criação de Asilos da Infância Desvalida, embora em datas diferenciadas¹⁷.

Por seu lado, o distrito da Horta dispunha de uma menor oferta institucional. Assim, de acordo com o relatório do Governo Civil de 1857, existiam três Misericórdias, uma na cidade da Horta e as outras nos concelhos das Lajes e de S. Roque, na ilha do Pico. No entanto, apenas a primeira era detentora de rendimentos suficientes para acudir às necessidades¹⁸. Procurando dar assistência à infância desvalida e abandonada, o governador civil, no seu relatório de 1843, já havia referido todo o seu empenho, “para melhorar a situação decadente do país”, nomeadamente no serviço dos expostos e na criação do Asilo de Desvalidos, “que a humanidade e a política com desdouro da civilização reclamavam”. A falta de recursos e meios foram adiando a sua fundação, mas não a persistência e empenhamento das autoridades distritais, de que resultou a criação do Asilo da Infância Desvalida, a funcionar no extinto Convento de Santo António, no ano de 1858, depois de ter sido provisoriamente cedido, para esse efeito, por portaria do Ministério do Reino de 28 de Julho de 1857. Esta nova instituição começou por admitir apenas seis meninas, “perfeitamente desamparadas” (em 1867 já eram dezassete), cuja sobrevivência ficou muito dependente do contributo da caridade pública¹⁹.

A nível nacional, o problema do abandono de crianças centralizou muita da atenção do governo central, tendo merecido, também, uma preocupação especial das autoridades regionais e locais, tanto no continente como nas ilhas. De origem medieval, as Casas da Roda apenas se expandiram por todo o território nacional, na sequência da ordem-circular de 10 de Maio de 1783, tendo-se mantido em funcionamento até à segunda metade de oitocentos, altura em que foram substituídas pelos Hospícios, as novas instituições de admissão condicionada, que substituíram as “rodas francas”.

¹⁷ Entre outras instituições, Viana possuía também o Recolhimento de Santiago, o Asilo da Caridade, o Asilo das Meninas Órfãs e Desamparadas, mantendo em funcionamento a Roda dos Expostos, até ser substituída pelo Hospício, em 1866.

Para um melhor conhecimento das instituições do distrito de Viana, ver o nosso trabalho *Instituições de assistência e redes de solidariedade em Viana no século XIX* (FONTE, 2000).

¹⁸ A Misericórdia da Horta era a única que tinha importância e que possuía um rendimento avultado, enquanto as duas outras Misericórdias dispunham de rendimentos baixos. No caso da Misericórdia do concelho de S. Roque, estes poucos rendimentos seriam aplicados em objectos de culto, reservando também, anualmente, a quantia de 40\$000 réis para a sustentação dos expostos, verba que representava um contributo de valor para a Câmara Municipal do concelho, cujos meios seriam muito insignificantes.

¹⁹ No ano de 1867, o Distrito da Horta, para além das referidas Misericórdias, das Casas da Roda dos Expostos e do Asilo da Infância Desvalida, apenas tinha o Asilo da Mendicidade, estabelecido no Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Num ofício enviado ao Ministério do Reino, em 1863, o governador civil da Horta relatava os notáveis melhoramentos que se estavam a registar na administração do seu distrito, nomeadamente uma “espantosa” redução de exposições e uma significativa diminuição da mortalidade destes “entes infelizes” e das respectivas despesas administrativas²⁰.

O custo médio por exposto nos distritos de Viana e da Horta foi dos mais baixos do país, idêntico aos registados nos distritos de Bragança e Coimbra, embora ligeiramente superior ao dos distritos da Guarda, Vila Real e Viseu (Tabela 1). No entanto, é muito inferior ao de outros distritos, como os de Angra, Beja, Funchal, Ponta Delgada, Portalegre e Santarém. O distrito da Horta foi também o que menos gastou com a criação dos expostos.

Tabela 1. Somas votadas para a sustentação dos expostos nos distritos do país (em réis)
(Ano económico de 1863-1864)²¹

Distritos	Somas votadas	Custo médio por exposto	Distritos	Somas votadas	Custo médio por exposto
Angra	6 265\$000	12\$890	Horta	2 180\$000	6\$834
Aveiro	4 300\$000	7\$992	Leiria	10 093\$288	9\$431
Beja	12 582\$645	10\$800	Lisboa ²³	121 690\$872	7\$110
Braga	25 986\$540	7\$603	P. Delgada	12 375\$002	9\$092
Bragança	12 203\$213	6\$488	Portalegre	11 526\$800	15\$307
C. Branco	12 514\$180	7\$120	Porto	34 658\$201	7\$456
Coimbra	10 582\$650	6\$889	Santarém	17 000\$000	9\$798
Évora	11 643\$676	8\$176	Viana	10 600\$000	6\$443
Faro	17 000\$000	8\$252	Vila Real	16 889\$600	5\$683
Funchal	6 850\$000	9\$870	Viseu	17 757\$200	5\$459
Guarda	13 594\$840	5\$809			

Fonte: “Mapa Estatístico n.º 2”, anexo ao *Regulamento para o Serviço dos Expostos*, 1867

²⁰ Em 1865, o governador civil informou que continuava a ser importante a administração dos expostos, “um ramo do serviço público a que se presta especial atenção”. Os resultados animadores incentivavam a prosseguir no mesmo caminho, visto que tão proveitosos têm sido, “tanto para os pobres expostos como para as finanças das municipalidades”, registando-se uma menor exposição, despesa e mortalidade.

No ano económico de 1859-1860, a despesa (em reis) dos concelhos do distrito da Hora foi a seguinte: Horta – 1578\$910, Madalena – 218\$525, S. Roque – 77\$015, Santa Cruz – 79\$745 e Lages – 26\$880.

A ilha do Corvo não apresentou quaisquer despesas com os expostos, presumindo-se que não haviam sido expostas crianças nessa pequena ilha, com pouca população e, por conseguinte, muito mais sujeita a um apertado controlo social.

²¹ O valor apresentado resulta da soma da verba de 12 844\$328 réis com que algumas câmaras e misericórdias do distrito de Lisboa contribuíram para a sustentação dos expostos neste distrito.

As medidas que explicariam estes resultados estavam relacionadas com uma nova organização e administração distrital e municipal da assistência, bem como com uma constante fiscalização das mulheres solteiras grávidas, além das indagações que se estariam a realizar *a posteriori* para descobrir os pais e mães dos expostos. O problema maior continuava a ser o da mortalidade, apesar de inferior à registada noutras regiões e outros países.

Esta elevada mortalidade dos expostos, quando comparada com a das crianças subsidiadas, mereceu uma reflexão profunda por parte do governador civil da Horta. Segundo ele, a humanidade estaria a revoltar-se contra a “carnificina” em que se haviam transformado as Casas da Roda, instituições fundadas com o intuito de «arrancar à morte as crianças abandonadas nas ruas públicas». Todavia, por se achar completamente degenerada, a roda havia sido convertida «de asilo de salvação em jazigo da criança, de misterioso refúgio à modéstia e moral pública em incentivo à relaxação escandalosa dos costumes e concorrendo perniciosamente para desnaturar os sentimentos da maternidade», pelo que estaria «condenada pela humanidade, pela moral e pela natureza», prevendo o seu fim próximo.

A acompanhar o longo debate nacional em torno da legitimidade das rodas, no qual participaram os governadores civis, nomeadamente os de Viana e da Horta, este último apontou dois caminhos possíveis para encerrar as rodas: ou a sua extinção por decreto ou «minando-lhe a sua existência, patenteando os seus horrores e substituindo-as pouco a pouco pelo sistema das mães subsidiadas». Todavia, enquanto o primeiro método acabaria por «levantar clamores e encontrar relutâncias arregaçadas nos preconceitos e acalentadas pela libertinagem», podendo até originar infanticídios²², o segundo, provavelmente mais demorado, acabaria por levar à sua extinção, sem grandes resistências²³.

Em face das posições públicas e das medidas anunciadas, as autoridades do distrito de Viana defenderam mais a extinção definitiva das rodas e a sua substituição pela admissão controlada, enquanto o governador civil da Horta se mostrou mais favorável à concessão de subsídios de criação às mães necessitadas. Na sua perspectiva, eram bem evidentes as funestas consequências que resultavam da exposição, a qual ameaçava crescer em proporções tais que deveria preocupar particularmente os poderes públicos.

²² Segundo o governador civil da Horta, durante um largo período de anos, a estatística oficial apenas assinalou um infanticídio na freguesia da Ribeirinha, do concelho da Horta, registado no ano de 1867 (A.G.C.H., Relatório do Governo Civil do Distrito da Horta, de 23 de Dezembro de 1867, p. 63).

²³ Assim, quando este novo sistema tivesse efectivamente reduzido a exposição a pequeníssimas proporções e quando se demonstrasse que as taxas de mortalidade dos filhos subsidiados eram bem inferiores às dos expostos, a roda acabaria por cair naturalmente, «sem abalo e a contentamento de todos os que estudam os melhoramentos da sociedade e abrigam no peito um coração sensível e humanitário».

Como principal remédio para desviar este mal, defendia o incremento do sistema de auxílio às mães pobres para a criação dos filhos. Depois de demonstrar a diferença de mortalidade entre as crianças expostas e subsidiadas, o governador civil justificou-a com o facto dos expostos, privados do carinhos maternos e entregues, desde o começo da sua existência, a cuidados mercenários, estarem praticamente condenados a morrer e os que conseguiam sobreviver acabariam por ficar «mal desenvolvidos, raquíticos e infesados». Pelo contrário, a criança subsidiada não passava pelo abandono a que estavam sujeitos os expostos, podendo beneficiar dos cuidados da mãe, «que a desvelará com muito mais amor do que uma ama paga». Além desta consideração especial à criança, e de outras de moralidade pública, acrescerá o facto, devidamente comprovado, de que a criança subsidiada custava menos que a criança exposta²⁴.

Era necessário agir, a começar pela fiscalização mais severa das mães solteiras, mas também pela concessão de subsídios às mães indigentes e pela melhoria organizacional da administração dos expostos, preparada para proporcionar melhores serviços de assistência, acabando por defender a sua centralização nas Casas da Roda da Horta e de Santa Cruz. Assegurada por estas duas instituições, a assistência aos expostos no distrito passaria a ser mais simples, mais regular e mais económica²⁵.

Os expostos, oriundos das ilhas do Faial e do Pico, seriam conservados na Casa da Roda da Horta, até serem entregues às amas, devendo receber os devidos tratamentos, quando se achassem doentes. Esta roda deveria ser diariamente visitada por um vereador e por um facultativo da câmara. Por seu lado, o serviço dos expostos nas ilhas das Flores e Corvo passaria a estar concentrado na roda de Santa Cruz, mas a falta de facultativo nesta instituição impedia que fossem prestados os cuidados que eram assegurados aos expostos da Horta.

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS EXPOSTOS NOS DISTRITOS DE VIANA E DA HORTA

Após as reformas do período liberal, a gestão e administração dos expostos passou a ser distrital, da responsabilidade das Juntas Gerais e dos Governos Cívicos, cujas despesas seriam asseguradas pelas contribuições municipais. Os novos

²⁴ A.G.C.H., Relatório do Governo Civil do Distrito da Horta, de 23 de Dezembro de 1867, p. 63.

²⁵ A análise estatística da evolução das despesas, ao longo de oito anos (desde o ano económico de 1855-1856 até ao ano económico de 1862-1863), mostrava que cada criança subsidiada custava 8\$320 réis, enquanto cada exposto representava uma despesa de 8\$687 réis. Trata-se de uma diferença aparentemente reduzida, mas que poderia ser significativa em caso de sobrevivência dos expostos. De facto, enquanto os subsídios de criação que eram concedidos a mães indigentes tinham a duração de dois anos, a criação dos expostos poderia prolongar-se por sete anos.

regulamentos e as alterações institucionais eram uma incumbência das primeiras, devendo os governadores civis elaborar relatórios anuais, dando conta do estado da gestão e administração da assistência pública, em particular da assistência à infância desvalida e abandonada.

Enquanto uns relatórios evidenciam a preocupação e os esforços de todos os que se encontravam envolvidos na administração e criação dos expostos, outros são muito críticos em relação a essa administração e à negligência que caracterizava este importante ramo da administração pública. A sorte destas crianças estaria muito dependente dessa administração e fiscalização, embora seja comum encontrar expressões que mostram que os “desgraçados expostos” estariam a ser vítimas de negligência grosseira, de que as elevadas taxas de mortalidade eram apenas um dos indicadores.

Tal como havia acontecido no distrito de Viana, o relatório do governador civil da Horta, relativo ao ano de 1857²⁶, refere a má administração e a falta de fiscalização do ramo dos expostos, demonstrada pela «imprevidência e negligência do escrivão da câmara»²⁷. Além de não saberem identificar as amas a quem foram entregues alguns expostos, estes também não possuíam quaisquer sinais particulares que facilitassem o seu reconhecimento. Pelo contrário, apenas se ouviriam os brados e lamentos das municipalidades por causa do aumento da despesa, que lhes estaria a absorver os fundos disponíveis, impossibilitando a satisfação de outras necessidades.

Depois de manifestar a sua concordância com o aumento das despesas, o Governo Civil criticou abertamente o facto de pouco se estar a fazer para diminuir a exposição, com a correspondente diminuição da despesa, assim como a falta de vigilância e de protecção da vida destes desgraçados, «como a humanidade e a religião clamam e exigem».

Registou, contudo, uma certa melhoria no sistema assistencial²⁸, após a aprovação de um novo Regulamento dos Expostos, em 19 de Maio de 1855. Este passou a adoptar algumas práticas que iam ao encontro das orientações e determinações legais,

²⁶ A.G.G.H., Relatório do Governo Civil da Horta, de 3 de Abril de 1857, pp. 393 e 394.

²⁷ FONTE, 2005.

²⁸ Além de assinalar a diminuição do número de entradas de expostos e a despesa correlativa, a qual representaria uma considerável redução nas despesas municipais, passou a exigir que jamais se entregassem crianças expostas a amas desconhecidas, sem previamente serem obtidas informações sobre o seu procedimento e estado de saúde.

Paralelamente, o Governo Civil, preocupado com a sorte dos expostos que completavam os sete anos de criação, acabou por sugerir que o cofre dos expostos contribuisse com 150\$000 réis para a integração destas crianças no Asilo da Infância Desvalida. Depois de afirmar que toda a gente sabia em Portugal que o exposto, chegando à idade de sete anos, é entregue ao Juiz dos Órfãos para o assoldadar, o facto de não haver quem queira receber muitos desses “desgraçados” leva a que fiquem ao desamparo ou em poder das mesmas “amas criadeiras”. Ora, como estas recebiam uma gratificação da câmara, paga pelo cofre

nomeadamente o alargamento do período de criação dos expostos, agora elevado de quatro para sete anos, como acontecia na generalidade dos restantes distritos do país.

Procurando justificar a inoperância e as lacunas que a administração dos expostos ainda registava no distrito da Horta, o governador civil, depois de considerar que os expostos são «uma classe desgraçada de indivíduos que apenas vem ao mundo são abandonados pelos seus paes e ficam desde logo a cargo da caridade pública», acabou por considerar que terá sido a «moralidade, a segurança do estado e a philantropia» que levaram as sociedades a criar uma administração própria para os expostos, a qual «desgraçadamente ainda nos paizes mais adiantados se acha muito longe de satisfazer os seus fins»²⁹. Lamentava, particularmente, o facto de alguns concelhos não estarem a pagar atempadamente as gratificações às amas dos expostos, pela falta de rendimento do imposto sobre os vinhos, assim como a elevada mortalidade para a qual muito concorria o seu abandono à nascença, bem como outras causas inerentes à sua condição.

Apesar destes obstáculos e constrangimentos, passou a destacar os bons resultados que o regulamento de 19 de Maio de 1855 estaria a produzir no seu distrito, esperando que, quando fosse possível cumprir com todas as disposições regulamentares, muitas seriam as vantagens que daí adviriam, “*em benefício da humanidade e proveito dos cofres das câmaras*”. Desejava, também, que a experiência fosse ensinando à administração os melhoramentos a introduzir no sistema em vigor, a fim de se alcançar o aperfeiçoamento compatível com a natureza da sua instituição.

Ao pretender melhorar a assistência à infância desvalida e abandonada, a Junta Geral do Distrito da Horta procedeu a significativas reformas na administração dos expostos. Uma das medidas passou pela extinção da roda que existia no concelho da Madalena, por proposta do governador civil, porque nela «caíam muito poucos expostos e os que entravam eram além disso removidos para a da Horta». Extinta a roda da Madalena, continuavam a subsistir as rodas da ilha do Pico e dos concelhos de S. Roque e Lages.

Para dar continuidade às reformas que conduzissem à melhoria da administração dos expostos, em particular a redução da mortalidade, o governador civil nomeou uma comissão que se encarregou de apresentar as bases dessa reforma, mandadas executar, por alvará de 14 de Maio de 1861. Passamos a transcrever as propostas apresentadas por essa comissão, que constituíram a base do seu novo regulamento interno e que tinham por principal finalidade a melhoria da administração dos expostos³⁰.

dos expostos, sugeria que essa despesa fosse aplicada no Asilo de Infância para pagar o acolhimento dos expostos que não encontrassem outro abrigo.

²⁹ A.G.C.H., Breves Reflexões sobre a Administração do Distrito da Horta, em 30 de Maio de 1863, p. 3.

³⁰ A.G.C.H., Bases propostas pela comissão para a reforma da administração dos expostos, in Relatório do Governo Civil, de 31 de Dezembro de 1861, p. 14.

Na Casa da Roda da Horta, deveria haver um quarto especial para os expostos que “caírem na roda”, uma enfermaria para o tratamento dos doentes e um quarto para a colocação da prensa que põe os selos nos colares dos expostos e para os trabalhos de secretaria. Desconhecemos se a colocação do selo dos expostos foi uma prática corrente ou se não passou de uma mera intenção. No distrito de Viana, a colocação dos selos identificadores foi esporádica, de que resultou a prática contínua e persistente de irregularidades, beneficiando da cumplicidade das autoridades locais e regionais.

A administração da Casa da Roda ficaria a cargo de um vereador da câmara da Horta, sendo o estabelecimento regido internamente por uma directora (rodeira) que, debaixo das ordens do vereador, providenciaria sobre a regularidade do serviço, requisitando-lhe, para esse efeito, o dinheiro preciso para as despesas diárias, bem como as amas-de-leite indispensáveis para a sustentação dos expostos.

A câmara municipal deveria nomear um ou dois facultativos de partido para visitar diariamente a roda, tratar dos expostos doentes e activar, por todos os meios possíveis, o arrolamento das amas, descrevendo nas guias os sinais de identidade. Por seu lado, no distrito de Viana, os regulamentos distritais passaram a tornar obrigatório o registo das amas, em livros próprios, com a indicação de todos os elementos identificadores, incluindo as características físicas e sinais particulares, com o objectivo de combater as muitas irregularidades.

Seria concedida uma gratificação às amas que levassem “expostos enfezados” da Casa da Roda, para que lhes pudessem assegurar um melhor tratamento, ao mesmo tempo que se estabeleciam gratificações às amas que apresentassem os expostos melhor nutridos. Por seu lado, as amas eram obrigadas a levar os expostos doentes à Casa da Roda para tratamento, sujeitando-as a multas, caso não trouxessem os expostos à vacina. Para assegurar a melhor vigilância, deveriam fazer-se regularmente visitas domiciliárias, recomendadas no quadro regulamentar.

Especificamente para o concelho do Pico, o regulamento determinava que, por ter sido extinta a roda da Madalena, as amas que pertenciam à administração daquele concelho deveriam passar a receber pela câmara da Horta. Na vila da Madalena, deveria haver uma ama que tivesse a seu cargo o transporte das crianças daquele concelho para a roda da Horta, a qual passaria a estar sob as ordens imediatas da directora do estabelecimento.

Os expostos que adoecessem em cada um dos concelhos do Pico deveriam ser tratados na enfermaria da Casa dos Expostos da Horta, sendo feitas todas as despesas de transporte à custa da administração. No final de cada ano, deveriam fazer-se entrar no cofre da Junta Geral as quotas a que estavam obrigadas as câmaras do Faial e Pico, para dar resposta às despesas administrativas.

Toda a administração dos expostos foi objecto de nova reformulação, por alvará de 14 de Maio de 1861. Dado que a Junta Geral havia incumbido o governador

civil de tentar melhorar o serviço dos expostos, este, considerando que nas rodas dos concelhos das Lages e S. Roque eram expostas poucas crianças e que nelas não havia os recursos indispensáveis, incluindo os cuidados médicos, determinou que as rodas dos concelhos de S. Roque e Lages da ilha do Pico passassem a servir unicamente como rodas de recepção e transição. Nestas continuaria a existir uma ama, nomeada pela câmara municipal, a qual teria a seu cargo tratar dos expostos que fossem “deitados na roda” e conduzi-los para a Casa da Roda da Horta, recebendo o vencimento anual de 9\$600 réis, acrescido das despesas com o transporte.

Com estas alterações, a roda da Horta passou a receber todos os expostos das ilhas do Faial e do Pico. Inicialmente situada na paróquia das Angústias, e dado que casa onde estava instalada se encontrava em más condições, sem tecto e com a sua roda arruinada, passou a funcionar numa casa particular da paróquia da Matriz³¹.

No relatório relativo a 1867, o governador civil do Distrito da Horta, ao dar resposta à portaria de 21 de Agosto de 1866, informou que, no seu distrito, apenas havia Casas da Roda, mas nenhum Hospício. Neste caso, as rodas continuaram a existir nos Açores, mesmo após a sua extinção em 1867, uma medida que não foi seguida em todo o território nacional, mantendo-se algumas em funcionamento por mais tempo, como a de Lisboa. Como já referimos, o distrito de Viana havia-se antecipado a esta alteração institucional, tendo procedido à substituição das Rodas pelos Hospícios, em meados de 1866.

Pelo relatório do governador civil de 1867, ficou novamente comprovado que o distrito da Horta havia optado pela centralização da assistência aos expostos nas Casas da Roda da Horta e de Santa Cruz, apesar de se tratar de ilhas diferentes. A roda da Horta recebia as crianças que nela eram expostas durante a noite ou que vinham das rodas da Madalena, S. Roque e Lages. Por seu lado, a roda de Santa Cruz recebia também os expostos das ilhas das Flores e Corvo³². Não foi esta a opção das autoridades do distrito de Viana, apesar de uma tentativa tardia, mas condenada ao fracasso, de reduzir os hospícios, que haviam substituído as rodas, a três circunscrições de recepção dos expostos, localizadas em Viana, Valença e Ponte de Lima, como constava de um projecto distrital, elaborado em 1879.

³¹ Segundo o relatório do governador civil da Horta, a casa onde estava colocada a roda da Horta encontrava-se em estado de ruína, a qual, para servir, teria novamente de ser reedificada. Sem condições para acolher os expostos, estava a servir de roda uma casa de renda que tinha capacidade suficiente para os poucos expostos que na mesma permaneciam. As outras rodas estão postas em casas que não tinham as condições recomendadas. No entanto, como eram casas de transição, as crianças poucos dias ou horas nelas permaneciam, razão pela qual não se estariam a fazer sentir muito aquelas más circunstâncias.

³² Em relação ao Corvo, o facto de não constarem das estatísticas distritais, nem estarem a contribuir para as despesas de criação, tudo indica que não eram expostas crianças nesta pequena ilha açoriana, pelo menos no período em análise.

CONCLUSÃO

Entre os anos económicos de 1855-1856 e 1862-1863, registou-se uma significativa melhoria na qualidade do serviço dos expostos no distrito da Horta, como o havia demonstrado a diminuição do número de exposições (262 para 131), da despesa (3 745\$515 para 2 410\$060 réis) e da própria mortalidade das crianças expostas (191 para 83). Paralelamente, essa melhoria coincidiu com o aumento dos subsídios de criação de crianças pobres, eventualmente uma consequência directa da entrada em vigor do novo Regulamento dos Expostos, em 19 de Maio de 1855. Com mais vigilância e fiscalização, nomeadamente com as intimações às mulheres solteiras e as indagações *a posteriori* dos pais dos expostos (foram entregues duas centenas aos respectivos pais, entre 1856 e 1862), os resultados positivos tornaram-se uma realidade.

No mesmo período, o distrito de Viana não registou idêntica evolução positiva, mesmo depois de entrarem em vigor os regulamentos distritais de 1839 e 1857. Pelo contrário, apesar de se registar um aumento dos subsídios às mães solteiras pobres, o volume dos expostos continuou a aumentar, com algumas oscilações anuais, até 1866, ano em que foi aprovado o novo regulamento distrital. Este representou uma profunda alteração estrutural na assistência à infância desvalida e abandonada no distrito, simbolizada pelo encerramento das rodas francas e sua substituição pelos hospícios de admissão condicionada. A partir daí, e após algumas resistências iniciais e adaptação às novas instituições e normas regulamentares, o número de expostos decaiu acentuadamente, uma prova inequívoca de que a qualidade da oferta institucional também influenciou a procura, aumentando, quando era assegurado o carácter legal e secreto das exposições, mas diminuindo, quando a admissão passou a ser vigiada e condicionada.

É neste contexto que se deve enquadrar a problemática que procura saber se a exposição de crianças poderia estar mais relacionada com problemas de extrema pobreza ou com a preservação da honra familiar. Enquanto, no distrito da Horta, a preocupação das autoridades foi mais direccionada para o aumento dos subsídios às mães pobres (para as ajudar a criar os filhos e não terem de recorrer à sua exposição e entrega à caridade pública), no distrito de Viana, apesar dos subsídios de aleitação também terem aumentado, as administrações distritais mostraram-se mais complacentes para com as crianças cuja origem ilegítima poderia colocar em causa a honra familiar.

A questão da honra estava contemplada na hierarquização das condições de admissão nos hospícios, a ser avaliada por uma “comissão dos expostos”, o que não impediu que muitas crianças tivessem sido entregues compulsivamente aos seus familiares, caso não integrassem o grupo das “famílias honestas”. Aliás, foi na sequência de processos de indagação da sua origem que muitas crianças “expostas” foram entregues às próprias amas, por se descobrir serem as mães das crianças que estavam a criar no próprio ambiente familiar. No entanto, como muitas dessas mães eram solteiras e conseguiram comprovar o seu estado de pobreza, acabaram por não ter de restituir

os encargos de criação. Isto mostra uma grande tolerância e permissividade do sistema assistencial nesta região do norte do país, em que a exposição de um número indeterminado de crianças resultou da associação da ilegitimidade com a pobreza³³.

Neste contexto, se a redução do número de expostos no distrito da Horta foi justificada com a entrada em vigor do novo regulamento de 1855 e, sobretudo, com o aumento dos subsídios de criação, concedidos às mães pobres, no distrito de Viana não poderemos estabelecer a mesma correlação, dada a prática generalizada de abusos e irregularidades. De facto, desde cedo as populações se aperceberam de que a concessão de subsídios de aleitação, por alguns meses (no máximo dois anos), não seria equivalente à possibilidade de receber um subsídio de criação por sete anos. Os benefícios sobrepunham-se claramente aos riscos de uma eventual descoberta da estratégia adoptada, suportada por uma certa tolerância institucional.

A grande inversão da tendência ascendente das exposições, que atingiu o seu pico em meados do século XIX, coincidiu com o encerramento das rodas francas e sua substituição pelos hospícios, alteração institucional que as autoridades procuraram compensar com o aumento dos subsídios de aleitação.

Também o fenómeno da emigração foi uma característica comum das populações do Minho e dos Açores. O facto de ser maioritariamente masculina, leva-nos a concluir que a emigração não contribuiu apenas para a busca de um equilíbrio, mesmo que precário, da população com as subsistências, tendo também restringido o “mercado matrimonial” que, por seu lado, terá contribuído para o aumento da ilegitimidade e esta para o abandono de crianças. No entanto, se a ilegitimidade resultou de uma conjugação de factores, como o desequilíbrio entre mulheres e homens em idade de casar, bem como de uma maior vulnerabilidade às “fragilidades humanas” de certos grupos de mulheres (incluindo viúvas e casadas com marido ausente), a exposição de crianças terá sido uma consequência de situações de extrema pobreza ou da necessidade de preservar a honra das “famílias honestas”. Nestas circunstâncias, e perante um filho não desejado ou socialmente não aceite, um número indeterminado de mulheres terá aproveitado um recurso institucional disponível e legal – a roda dos expostos – para procurar amenizar a miséria ou para preservar a honra familiar.

Em função destes dados, poderemos concluir que, apesar de se tratar de espaços geográficos bem diferenciados, as estratégias utilizadas pelas populações dos distritos da Horta e Viana foram determinadas pelas circunstâncias económicas, sociais, demográficas e institucionais. Em situações idênticas, terão sido desencadeadas respostas similares, mais ou menos condicionadas pelas respectivas comunidades e pela maior ou menor tolerância das autoridades, face a problemas de miséria ou de preservação da honra familiar.

³³ FONTE, 2005.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1984) – *Comportamentos demográficos do Norte de Portugal durante o Antigo Regime*. «Boletim de la Asociacion de Demografia Historica» (Julho).
- AMORIM, Maria Norberta (2002) – *A População e os recursos básicos. As quatro ilhas do ex-distrito da Horta em finais do século XIX*. Faial. «Actas do Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- AMORIM, Maria Norberta (2005) – *O Pico, A abordagem de uma ilha*, vol. I (As Famílias), Tomo II (As famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX). S. Roque do Pico.
- FONTE, Teodoro Afonso (1996) – *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima e Centro de Estudos Regionais (CER).
- FONTE, Teodoro Afonso (2000) – *Instituições de assistência e redes de solidariedade em Viana no século XIX*. Viana do Castelo: Estudos Regionais, vol. 21, CER, pp. 67-93.
- FONTE, Teodoro Afonso (2005) – *No Limiar da Honra e da Pobreza. A Infância Desvalida e Abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. Vila Praia de Âncora: Ancorensis e Neps. Tese de Doutoramento.
- NEVES, António Amaro. (1998) – *Um enigma demográfico: a ilegitimidade no Minho do Antigo Regime*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», Vol.XVI-I, pp. 137-173.
- MATOS, Paulo Lopes (2007) – *O Nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*. Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS). Guimarães: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.
- MATOS, Paulo Lopes (2007) – *Os expostos no concelho de Velas da Ilha de São Jorge. Contributo para o seu estudo (1806-1874)*. Separata do IV Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (7 a 12 de Maio de 2006). Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- MESQUITA, Maria Hermínia (1997) – *Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII*. «Actas do Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta.
- MESQUITA, Maria Hermínia (2004) – *As gentes de Angra no século XVII*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.
- RIBEIRO, João Adriano (1997) – *Os expostos no Faial durante o século XIX*. «Actas do Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta.

FONTES

- COELHO, Eusébio (1861) – *Estatística do Districto de Vianna do Castello*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- REGULAMENTO para a Administração dos Expostos no Districto de Vianna. Typographia Bracharensis, 1839.
- REGULAMENTO para a Administração dos expostos no Districto de Vianna do Castello. Viana: Typographia de Manoel Fernandes Pereira da Silva, 1857.
- REGULAMENTO para a Administração dos Expostos no Districto de Vianna do Castello. Viana: Typ. da Aurora do Lima, 1866.
- RELATÓRIOS do Governo Civil do Distrito da Horta e da Junta Geral do Distrito da Horta (1857-1877), fotocópias de originais impressos. Horta: Arquivo do Governo Civil da Horta (A.G.C.H.).
- RELATÓRIOS do Governo Civil do Distrito de Viana (1857-1877). Viana do Castelo: Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (A.G.C.V.C.).

CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA EM ESPAÇO INSULAR: OS AÇORES, 1864-2011

GILBERTA PAVÃO NUNES ROCHA

Uma das características do arquipélago dos Açores é a sua desigualdade demográfica, associada, em primeiro lugar, à dimensão geográfica das várias ilhas, mas que a ela não se confina, sendo também de enorme importância a respectiva localização no interior do arquipélago, aspecto que não pode ser desenhado das ligações económicas, sociais e políticas que estabelecem nos diferentes períodos históricos.

Mas a singularidade, essencial para um conhecimento mais efectivo do todo decorrente do estudo de cada uma das partes, não deve ignorar igualmente a perspectiva regional, isto é, o papel que o arquipélago teve e tem nos cenários nacionais e internacionais, o seu estatuto de maior ou menor centralidade ou periféricidade.¹

Frequentemente situados nas periferias ou ultra-periferias geográficas dos principais centros de poder político e económico, as ilhas são, em muitos casos, lugares de encontro e transição, pontos de apoio nas rotas internacionais de comércio e circulação de pessoas. Circunscritas a um território limitado e a um quadro de relações sociais mais ou menos fechado, estes espaços foram gerando, ao longo do tempo, processos importantes de relações com o exterior que, inevitavelmente, se ampliaram no presente contexto de reforço das interações globais, no quadro de um mundo globalizado.²

Se este é um aspecto relativamente conhecido para um passado mais recuado para o qual os historiadores – muitos de origem açoriana ou residentes na região – têm dado um contributo inestimável, a actualidade, bem como o futuro, inserida num mundo globalizado e em profunda transformação, obrigam a um aprofundamento analítico com base em configurações múltiplas. Ou seja, é importante perspectivar

¹ ROCHA, RODRIGUES, MADEIRA, MONTEIRO, 2005-2006.

² FONSECA, 2010: 7.

os arquipélagos e/ou as ilhas, as suas semelhanças e diferenças em termos mundiais, mas, e principalmente, em contextos de maior similitude, em passados e presentes comuns, como os arquipélagos da Macaronésia ou as regiões insulares da União Europeia, ou até a eles não se limitando como as Regiões Ultraperiféricas (RUP).

Neste artigo, reafirmámos a tese da diversidade da dinâmica populacional dos Açores, cujas ilhas se identificam pela sua especificidade e a permanência de algumas desigualdades relativamente marcantes, o que não impede que, tal como temos vindo a salientar, se verifique igualmente uma uniformidade nas grandes tendências de longo prazo, que enquadram uma evolução comum.³

Assim, e numa perspectiva demográfica, retomaremos e actualizaremos alguma da análise já trabalhada em outras ocasiões, que referenciamos, centrando-nos de modo particular na informação censitária tendo, conseqüentemente, em vista uma caracterização dos aspectos globais da população – e não das variáveis que justificam a sua dinâmica –, dividindo esta apresentação em dois pontos: um primeiro respeitante aos Açores e um segundo relativamente às suas ilhas. Na análise do volume e da estrutura, e tendo como objectivo central a análise da concentração populacional, ou seja, a maior ou menor atractividade de gentes, atenderemos de forma mais pormenorizada à população em idade adulta, pois dela se depreende, ainda que de modo indirecto, a interferência da mobilidade, que aqui estará subjacente, por ser um fenómeno determinante nos ritmos de crescimento da população açoriana.

...não há dúvida que a história das ilhas esteve desde sempre ligada às migrações...As taxas e os saldos migratórios são, no caso das ilhas – e especialmente no que diz respeito aos fluxos de saída e à emigração –, em geral mais elevados do que sucede nos países ou regiões “continentais”⁴

Com efeito, de modo distinto da mobilidade, e se exceptuarmos períodos curtos de aumentos da mortalidade, decorrente de algumas epidemias, esta última variável, tal como a natalidade, evoluem em tendências pesadas, de longo prazo, mais dificilmente alteráveis, que registam um declínio persistente, ainda que de ritmos distintos, que configuram entradas na modernidade mais ou menos tardias.⁵

Situamo-nos num período longo, de cerca de 150 anos, que se inicia com a publicação do 1º recenseamento português, respeitante ao ano de 1864. Para trás ficam outras informações estatísticas, dispersas ou ocasionais, que nem sempre obedeciam a regras claramente definidas e continuadas sobre as características da população e das variáveis demográficas, mas que nos permitem ver fundamentadas,

³ ROCHA, 1990, 1991, 1995, 1997; 2008; 2010; ROCHA e FERREIRA, 2008.

⁴ KING, 2010: 42.

⁵ ROCHA, 1990, 1991, 2008, 2010; ROCHA, RODRIGUES, MADEIRA e MONTEIRO, 2005-2006; RODRIGUES e ROCHA, 2008; ROCHA, MEDEIROS e FERREIRA, 2010; ROCHA e FERREIRA, 2010; ROCHA, FERREIRA e MENDES, 2011.

para períodos anteriores, muitas das características diferenciadoras que observamos no período censitário. Encontramo-las, por exemplo, em estudos realizados por Reis Leite, Maria Isabel João, José Damião Rodrigues ou Artur Boavida Madeira, centrados especificamente sobre o arquipélago, ou em contextos mais vastos, de enquadramento nacional, em Sacuntala de Miranda, Joaquim Manuel Nazareth, Mário Ferreira Lages ou Mário Leston Bandeira, alguns com enfoque distrital, mas nos quais a diversidade demográfica surge já bem demarcada⁶.

Esperamos, assim, poder contribuir para a inserção dos Açores nos estudos mais vastos sobre as regiões insulares. Ainda que de um modo preliminar, insuficiente mesmo, dada a limitação a informações unicamente respeitantes ao volume e à estrutura demográfica, teremos como pano de fundo a tipologia proposta por Russel King relativamente à diferenciação entre ilhas *nodais* e *marginais*, não obstante as reservas colocadas pelo próprio autor⁷. Sendo um exercício já elaborado para anos mais recentes⁸, tentaremos a sua aplicabilidade a este período longo, de grandes transformações políticas, económicas e sociais, tanto a nível nacional como internacional.

1. A POPULAÇÃO DOS AÇORES

Tendo em conta a evolução da população residente, identificamos 4 grandes períodos que apresentam tendências bem distintas: um primeiro que vai até 1920, no qual podemos observar uma relativa estabilização, apesar das oscilações inter-censitárias e, principalmente, um declínio mais acentuado entre 1900 e 1920; um segundo período de forte crescimento populacional entre 1920 e 1960; um terceiro de acentuado declínio, desta última data até 1981 e um quarto período, novamente de relativa estabilização, de 1981 a 2011. De qualquer modo, e apesar do ligeiro acréscimo verificado nas duas últimas décadas, os Açores registam em 2011 um volume demográfico inferior ao que detinha nos últimos decénios do século XIX. A diferença é bastante mais significativa se considerarmos o ano de 1960, quando a população atinge o seu valor mais elevado, da ordem de 320 000 habitantes, ou seja, nestes últimos 50 anos o arquipélago perde mais de 70 000 residentes.

Considerando os vários períodos inter-censitários, a periodicidade anterior surge bem mais evidenciada, sendo de realçar, por um lado, os quantitativos correspondentes às décadas de vinte, trinta e quarenta do século passado, com variações percentuais

⁶ Muitos outros autores têm dado contributos igualmente importantes para o conhecimento da população açoriana, mas que não englobam a totalidade do arquipélago, mas sim algumas das suas ilhas ou concelhos. Deles destacamos Norberta Amorim e Paulo Teodoro de Matos, na *Demografia Histórica*, ou Artur Teodoro de Matos na *História*.

⁷ KING, 2010.

⁸ ROCHA e FERREIRA, 2010.

positivas entre os 10% e os 12% e, por outro, as de sessenta e setenta, com variações negativas, que no primeiro caso atingem quase 12% e no segundo cerca de 16%.

Gráfico 1.

Evolução da população residente nos Açores 1864-2011

Fonte: INE, Recenseamentos da População; resultados preliminares do Censo de 2011

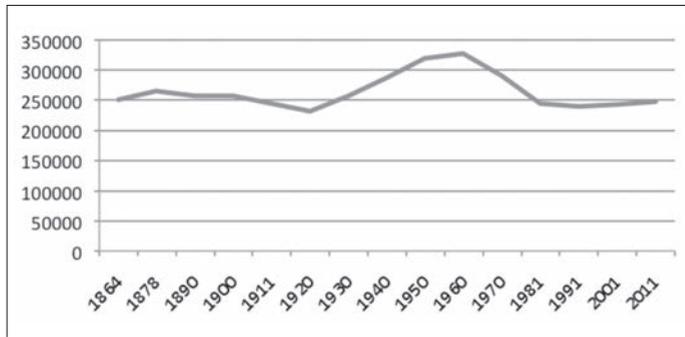
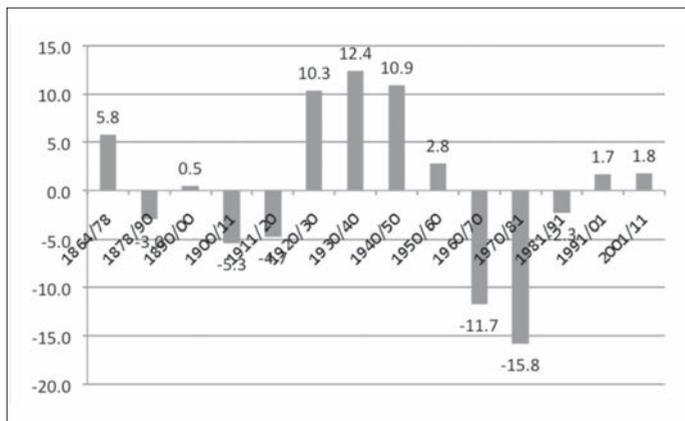


Gráfico 2.

Variação percentual da população residente nos Açores por períodos intercensitários 1864-2011

Fonte: INE, Recenseamentos da População; resultados preliminares do Censo de 2011



As mudanças nos contextos políticos e económicos de âmbito internacional existentes no primeiro período (1864-1920), de que se releva, no primeiro caso, a primeira guerra mundial e a consequente redistribuição do poder global, com a perda da preponderância geo-política europeia, designadamente da Inglaterra, a favor dos Estados Unidos da América, com a expansão e consolidação económica deste país, pode ter contribuído para uma diminuição da população dos Açores, por via de um acréscimo da emigração que, de resto, já era intensa e vinha, paulatinamente, a privilegiar este destino⁹. Cremos que o mesmo não se poderá dizer das mudanças a nível nacional, com a queda da monarquia e a consequente instauração do regime republicano¹⁰.

⁹ ROCHA, 2008.

¹⁰ De realçar a importância dada pelo regime republicano no que respeita ao Registo Civil dos acontecimentos demográficos. Todavia, cremos que esta não se estendeu aos Censos, já da responsabilidade do poder político, cuja existência, relevância e preocupação de melhoria, bem como de inserção nas

É novamente o contexto internacional, de recessão ou de expansão económica, a que não são igualmente alheias opções político-ideológicas, que justifica as alterações dos períodos seguintes, quer no crescimento da população observado entre 1920 e 1960, quer na forte diminuição que se lhe segue entre esta última data e 1981. Novamente, é a impossibilidade de sair e depois a abertura à emigração para o continente norte-americano, os Estados Unidos, e posteriormente o Canadá, que jogam o papel fundamental nas estreitas opções de sobrevivência económica dos açorianos. As condicionantes nacionais são de pouca monta, mesmo quando as saídas para o estrangeiro e os países de destino da emigração portuguesa são politicamente defendidos ou criticados.¹¹

No último período em análise, 1981-2011, verifica-se que as mudanças, em primeiro lugar políticas, mas com fortes repercussões económicas e sociais, permitem a afirmação do contexto nacional. Num mundo ocidental que começa a dar os primeiros passos para as dificuldades económicas, com a crise do petróleo, para uma futura estagnação e por fim para uma perda de importância na cena económica internacional já neste século, Portugal entra, com um atraso considerável, na modernidade. Fá-lo de modo incipiente e tardiamente, mas os efeitos foram e são visíveis. Desde logo a instauração dos regimes autonómicos que propiciam aos Açores estancar as saídas de população e até uma certa captação de estrangeiros e emigrantes regressados e, assim, inverter o declínio demográfico das décadas anteriores.¹²

As alterações observadas nos aspectos globais da população não respeitam unicamente às tendências e ritmos de evolução do volume, mas também às da estrutura etária, sendo o envelhecimento a tendência demográfica dominante, principalmente visível nas últimas décadas, em especial desde 1981. Desconhecendo-se, por enquanto, a população por idades em 2011 utilizaremos os dados relativos às estimativas para 2009 no que respeita aos grandes grupos de idade: Jovens, Adultos e Idosos, sublinhando que para esta última data o valor global é ligeiramente inferior ao observado nos dados preliminares do Censo de 2011, uma diferença de menos 728 habitantes¹³.

Atendendo à evolução da importância relativa dos Jovens (0-14 anos) e dos Idosos (65 e mais anos) constata-se que as enormes desigualdades inicialmente existentes entre estes dois grupos, da ordem dos 30 pontos percentuais em 1864, quantitativo que se mantém, com ligeiras alterações, até 1970, quando a diferença é da ordem dos 24

directivas internacionais são bem evidentes desde o início das suas publicações. (ROCHA, 1991; ROCHA e MADEIRA, 2003)

¹¹ ROCHA e FERREIRA, 2009.

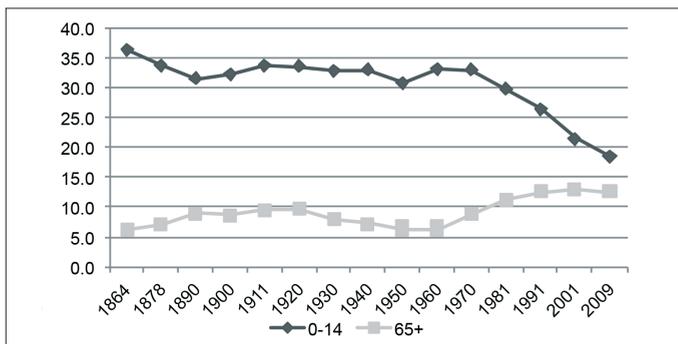
¹² ROCHA, MEDEIROS e FERREIRA, 2010; ROCHA, FERREIRA e MENDES, 2011.

¹³ Sublinha-se que a repartição por grupos de idade considera a população presente (1864-1950) e a população residente (1960-2009), situação decorrente da informação estatística disponível, diferentemente do que acontece com a população global relativamente à qual utilizamos em todos os anos censitários a população residente.

pontos percentuais, registam a partir desta data mudanças muito significativas, com um declínio muito acentuado dos Jovens e um acréscimo nos Idosos, o que justifica que em 2011 a diferença seja apenas de 6 pontos percentuais. Assim, se na primeira década do século XXI os Açores apresentam uma percentagem de população mais nova ainda superior à dos mais idosos, as diferenças são cada vez mais atenuadas e, a manter-se a tendência, os quantitativos poderão ser idênticos num futuro relativamente próximo.

Gráfico 3.
Evolução da importância relativa dos jovens e dos idosos nos Açores 1864-2009

Fonte: INE, Recenseamentos da População; Estimativas da população 2009



Sendo os valores percentuais acima apresentados influenciados pela evolução da população adulta, estes não deixam por si só de ser elucidativos das enormes transformações sociais verificadas nas últimas décadas do século XX, com uma entrada dos Açores nas características da modernidade contemporânea, que é tardia mas rápida, aspecto de enorme importância para a compreensão da sociedade açoriana e de cada uma das suas ilhas na actualidade, mas que não cabe no âmbito e objectivos deste artigo.

Com efeito, e tendo em conta os valores absolutos dos dois grupos etários anteriormente referidos nos anos de 1864 e 2009, verifica-se que no primeiro o número de indivíduos passa para metade e que no segundo duplica, ou seja, a população com menos de 15 anos que era na primeira data de cerca de 90 000 passa para valores da ordem dos 45 000, enquanto a que tem 65 e mais anos aumenta, respectivamente, de 15 000 para 30 000. Assim, ainda que de forma indirecta, evidencia-se o acentuado declínio da natalidade e da mortalidade, sendo que nos anos mais recentes a região ainda tem um saldo natural positivo, contrariamente ao que acontece a outras regiões portuguesas, mas já bastante diminuto, de apenas 444 pessoas entre 2001 e 2011.¹⁴

Se considerarmos agora o conjunto da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, a diferença entre as duas datas vai no sentido de aumento, ou seja, enquanto que em 1864 o valor em pouco ultrapassa os 140 000, em 2009 situa-se quase nos 170 000. Ainda assim é um quantitativo inferior ao dos anos de 1950 e 1960, que é da ordem dos 200 000 indivíduos.

¹⁴ ROCHA, 2011.

Tabela 1. Evolução dos indicadores de envelhecimento demográfico nos Açores – 1864 a 2009

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2009
IDJ	63,4	57,0	52,6	54,4	59,3	59,0	55,3	54,8	49,3	55,0	56,4	50,3	43,3	32,7	26,8
IDI	11,0	11,9	14,8	14,6	16,8	16,9	13,4	11,9	10,8	11,1	15,0	19,1	20,4	19,9	18,1
IDT	74,4	68,9	67,4	69,0	76,1	76,0	68,7	66,7	60,1	66,0	71,5	69,4	63,7	52,7	45,0
IJ	575,6	477,4	356,4	371,9	352,7	348,6	412,8	460,7	456,7	496,1	375,1	263,0	211,8	164,3	148,0
IV	17,4	20,9	28,1	26,9	28,4	28,7	24,2	21,7	21,9	20,2	26,7	38,0	47,2	60,9	67,6

Fonte: INE, Recenseamentos da População; Estimativas da população 2009

Atendendo agora ao conjunto de índices que tipificam os níveis de envelhecimento, de acordo com a repartição dos grupos funcionais anteriormente referidos, facilmente se constata a enorme juventude da população açoriana, facto especialmente relevante até ao ano de 1981, mas cujas alterações mais intensas se fazem a partir da década de oitenta. Dependentes do aumento ou diminuição da população adulta os valores resultam também, e em grande parte, das alterações nos grupos dos Jovens e dos Idosos. De sublinhar que o número de jovens por cada 100 idosos que é da ordem dos 575 em 1864 passa para cerca de 150 em 2009 ou, em sentido inverso, que a percentagem de idosos face aos jovens passa nas mesmas datas de 17% para cerca de 68%. Apesar das enormes transformações sociais que aqui são evidenciadas, é de referir que estes últimos quantitativos identificam ainda hoje uma população relativamente jovem, tanto no contexto nacional, como mundial, considerando aqui os países com maiores índices de desenvolvimento económico e social.

Como inicialmente foi dito a evolução da população apresenta uma tendência inversa à da mobilidade, especialmente no que respeita à emigração, razão pela qual iremos em seguida especificar algumas das características estruturais do grupo etário onde habitualmente esta mais se faz sentir, isto é, aquele que tem idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos¹⁵.

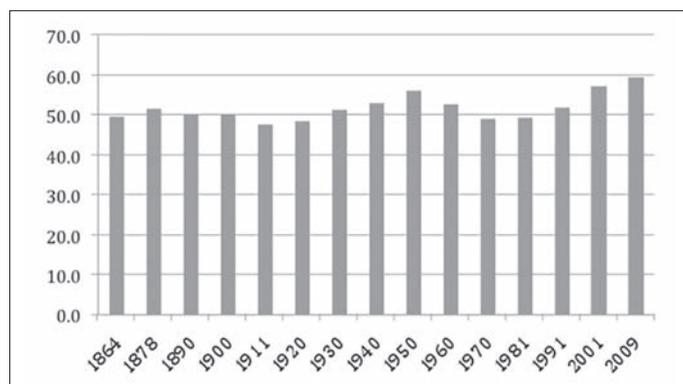


Gráfico 4. Evolução da população dos Açores entre os 15 e os 54 anos 1864 A 2009 (%)

Fonte: INE, Recenseamentos da População; Estimativas da população 2009

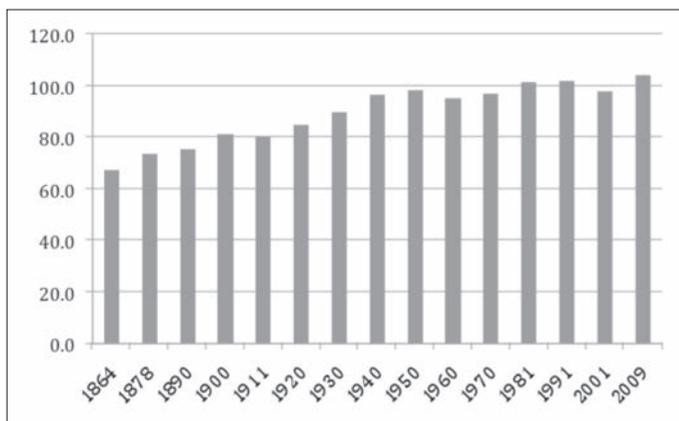
¹⁵ Esta opção prende-se também com o facto de em alguns estudos que fizemos no âmbito das migrações ter sido considerada esta repartição etária.

No que respeita à importância relativa deste grupo etário no conjunto da população é bem visível a periodicidade anteriormente referida, pois nos anos censitários do século XIX os valores são da ordem dos 50%, quantitativo que diminui nas primeiras duas décadas do século XX. Com efeito, só a partir de 1930 passam a constituir mais de metade da população açoriana, situação que volta a alterar-se nos anos de 1960, 1970 e 1981, sendo que estes dois últimos anos registam valores semelhantes aos observados em 1911 e 1920. É em 2001 e 2009 que o peso relativo da população adulta é mais elevado, aproximando-se dos 60% em 2009, uma percentagem que não encontra similitude em qualquer ano anteriormente analisado. Não encontramos diferenças muito significativas entre os vários anos censitários no que respeita à importância relativa de cada grupo etário quinquenal no conjunto da população entre os 15 e os 54 anos, sempre com um valor mais elevado nos mais novos.

Contrariamente ao que acontece com a evolução da percentagem da população adulta, a diferenciação por sexo regista uma periodicidade algo distinta. Considerando os dois grandes períodos de emigração: 1864-1920 e 1950-1981¹⁶ constata-se que só no primeiro o desequilíbrio entre o número de homens e mulheres é significativo, com valores para a Relação de Masculinidade inferiores a 80%, que em 1864 é da ordem dos 65%.

Gráfico 5.
Evolução das relações de masculinidade da população dos Açores entre os 15 e os 54 anos, 1864 a 2009 (%)

Fonte: INE, Recenseamentos da População; Estimativas da população 2009



As Relações de Masculinidade são mais desequilibradas no século XIX que no século XX, muito particularmente no ano de 1864, situação muito visível naqueles que têm idades inferiores a 30 anos. Nestes anos, a população adulta jovem diminui o seu peso relativo, verificando-se ainda alguma desigualdade entre o número de homens e mulheres adultos com menos de 30 anos, facto que sendo muito notório

¹⁶ ROCHA, 1991, 2008, 2010; ROCHA, FERREIRA e MENDES, 2011.

no ano inicial se altera já nos dados respeitantes ao 2º recenseamento português, em 1878.

Apesar de não podermos ignorar a possibilidade de uma deficiente qualidade dos dados, designadamente nos anos mais recuados¹⁷, e muito especialmente no recenseamento de 1864 – o que tem especial importância quando analisamos territórios de pequena dimensão, como é o caso dos Açores – não devemos descartar a possibilidade de haver uma correspondência entre estes desequilíbrios e a emigração que indicia ser preponderantemente masculina destes anos.

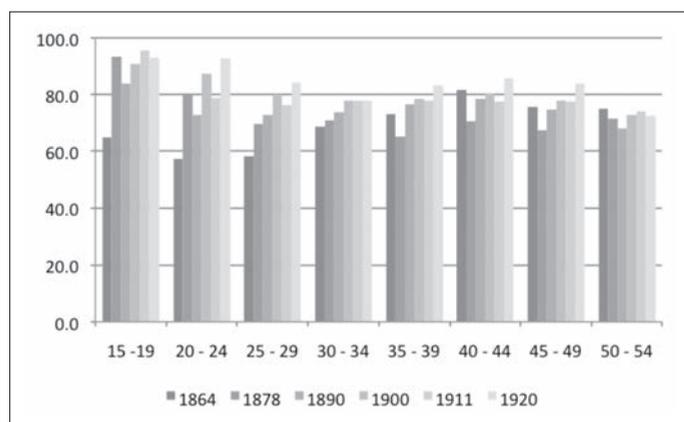


Gráfico 6.
Evolução das relações de masculinidade da população dos Açores entre os 15 e os 55 anos, por grupos de idade, 1864 a 1920 (%)

Fonte: INE, Recenseamentos da População

No período seguinte, que apresenta um movimento natural positivo, a diminuição da emigração conduziu não só a um significativo aumento da população, como também a um reequilíbrio da estrutura etária e de sexo¹⁸. Entre 1920 e 1950 as Relações de Masculinidade aproximam-se dos 100%, facto bem visível em 1940 e 1950 principalmente nas idades jovens, uma vez que nos adultos menos jovens ainda são perceptíveis algumas diferenças, muito provavelmente decorrentes das saídas dos anos anteriores.

Já no período de 1950 a 1981, passa-se o inverso na tendência do volume, que diminui a um ritmo elevado, e na estrutura etária, com um significativo decréscimo relativo da população adulta, mas sem interferência na Relação de Masculinidade, indiciando a consolidação de uma emigração de ambos os sexos, de tipo familiar. Comparando com o outro período de forte emigração, o de 1864 a 1920, as semelhanças anteriormente encontradas na diminuição do valor percentual dos adultos, não se verifica no que respeita à estrutura por sexo, que é neste período bem distinta daquela que observámos nos finais do século XIX e princípios do século XX.

¹⁷ ROCHA, 1991.

¹⁸ ROCHA, 1991, 2008.

Gráfico 7.
Evolução das relações de masculinidade da população dos Açores entre os 15 e os 55 anos, por grupos de idade, 1920 a 1950 (%)

Fonte: INE, Recenseamentos da População

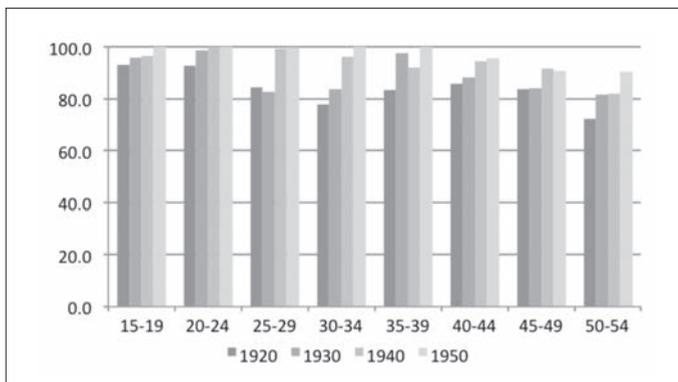
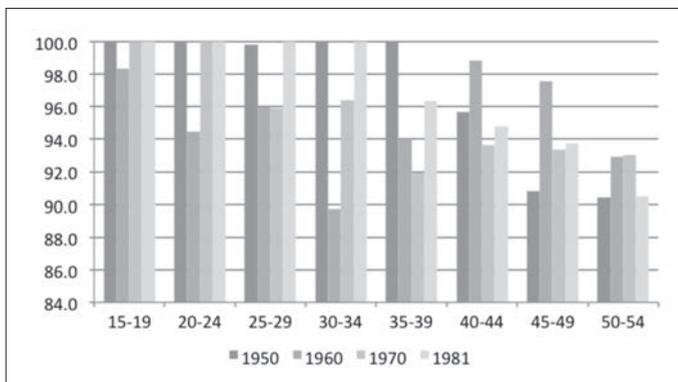


Gráfico 8.
Evolução das relações de masculinidade da população dos Açores entre os 15 e os 55 anos, por grupos de idade, 1950 a 1981 (%)

Fonte: INE, Recenseamentos da População



No último período em análise, de alguma estabilização na tendência do volume populacional, como anteriormente verificámos, e com um aumento relativo da população entre os 15 e os 54 anos, resultante em grande parte da diminuição da emigração, do aumento da imigração e do regresso de emigrantes¹⁹ – mas também do declínio dos jovens, consequente à quebra da natalidade²⁰ – mantém-se o equilíbrio entre o número de homens e mulheres.

Não está ainda disponível a informação para 2011 no que respeita às variáveis idade e sexo, como já referimos, mas sim as estimativas para o ano de 2009. Apesar do volume global da população nesta última data ser inferior ao efectivamente registado em 2011, cremos que os dados que iremos utilizar são ainda assim fiáveis. A população com idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos passa de um valor absoluto de 123 514 em 1991 para 138 674 em 2001 e um valor estimado para 2009 de 145 926. Ou seja, acréscimos de 12,3% no primeiro caso e de 5,2%

¹⁹ ROCHA, MEDEIROS e FERREIRA, 2010; ROCHA, FERREIRA e MENDES, 2011.

²⁰ ROCHA e FERREIRA, 2008.

no segundo. A sua importância relativa aumenta, como vimos anteriormente, para valores próximos dos 60%.

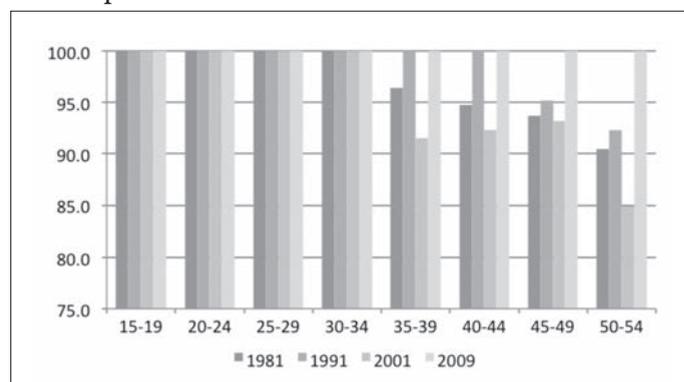


Gráfico 9.
Evolução das relações de masculinidade da população dos Açores entre os 15 e os 55 anos, por grupos de idade, 1981 a 2009 (%)

Fonte: INE, Recenseamentos da População

No que respeita às Relações de Masculinidade, prepondera o equilíbrio com valores da ordem dos 100% em praticamente todos os grupos de idade quinquenais, principalmente nos mais jovens, que em 2009 se estende igualmente aos adultos menos jovens.

A análise anterior relativa à repartição por idade e, fundamentalmente, por sexo, parece indicar que a emigração, designadamente a do período pré-censitário, deve ter contribuído para um desequilíbrio entre os sexos, sentindo-se mais fortemente na falta de população masculina adulta, o que já não acontece durante os intensos fluxos de saída dos anos compreendidos entre 1950 e 1981. Em sentido inverso, as entradas parecem propiciar um aumento mais significativo dos homens, que actualmente surgem em número idêntico ao das mulheres em praticamente todos os grupos de idade quinquenal da população adulta. Apesar da influência que o regresso de emigrantes possa ter no envelhecimento²¹, este é de algum modo compensado pela entrada de imigrantes jovens²² e pela não saída de emigrantes, igualmente jovens, não obstante os efeitos das diferenças temporais da mobilidade que se possam fazer sentir neste grupo dos adultos.

2. A POPULAÇÃO DAS ILHAS

A desigualdade demográfica entre as ilhas é, antes de mais, uma diferenciação decorrente da dimensão territorial: São Miguel distingue-se das demais ilhas pela sua maior área, mais de 30% de todo o território regional; seguem-se-lhe o Pico e a Terceira, com valores de 19% e 17%, respectivamente; São Jorge, apresenta uma maior diferença, com apenas 10%, enquanto que as restantes registam valores

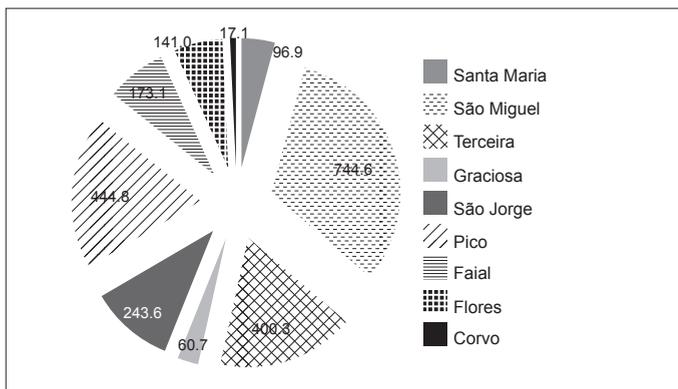
²¹ ROCHA, FERREIRA e MENDES, 2011.

²² ROCHA, MEDEIROS e FERREIRA, 2010.

bastante mais baixos, principalmente o Corvo com apenas 0,7% e a Graciosa com 2,6%. Todavia, a extensão do território não é o único aspecto de ordem geográfica a tomar em consideração numa análise demográfica. Além de outras características, releva-se a maior ou menor centralidade face ao exterior, nos vários períodos históricos, a proximidade entre as ilhas e as respectivas orografias.

Gráfico 10.
Área das ilhas dos Açores (KM²)

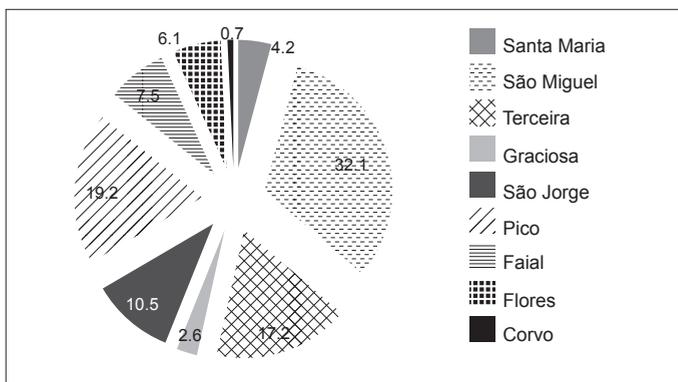
Fonte: SRAM, PROTA



Com efeito, o arquipélago apresenta uma maior concentração de ilhas no grupo central, havendo uma grande proximidade entre as do Faial e Pico, que não distam muito de São Jorge, sendo que esta última está igualmente próxima da Terceira e Graciosa. Situação bem distinta encontramos nos grupos ocidental e oriental, principalmente neste último onde é maior a distância entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel do que aquela que existe entre as Flores e o Corvo.

Gráfico 11.
Área das ilhas dos Açores (%)

Fonte: SRAM, PROTA



Não admira, assim, que ao longo dos séculos a história das ilhas, de cada uma das ilhas, se sustentasse em parcerias de proximidade interna e de relações privilegiadas em termos externos. A própria organização político-administrativa não foi,

ao longo dos séculos, imune à localização e dispersão geográfica, existindo, ainda hoje, num contexto global da Região Autónoma dos Açores, visibilidade económica e social dos antigos distritos (1836-1976) de Angra do Heroísmo (ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge); Horta (Pico, Faial, Flores e Corvo) e de Ponta Delgada (Santa Maria e São Miguel) e as respectivas capitais que os identificavam: as cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada²³.

O povoamento e a conseqüente concentração demográfica resultaram também da orografia, facto especialmente visível na ilha do Pico com a sua magnífica montanha de mais de 2 000 metros de altitude. Comparando a área bruta e área corrigida abaixo dos 300 metros a desigualdade é ainda considerável, com limites máximos e mínimos de 745 km² e 17 km², no primeiro caso, e de 393 km² e 8 km² no segundo, com coeficientes de variação de 2,5 e 0,9, respectivamente.

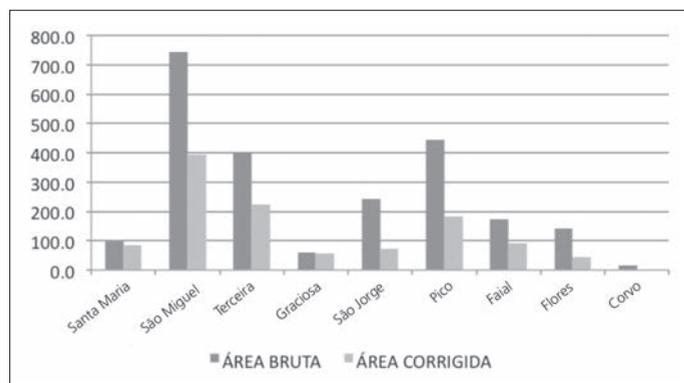


Gráfico 12.
Áreas bruta e corrigida das ilhas dos Açores (Km²)

Fonte: SRAM, PROTA

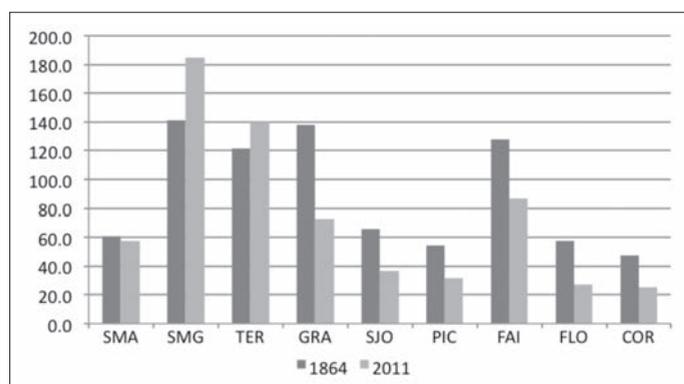


Gráfico 13.
Densidade populacional bruta das ilhas dos Açores em 1864 e 2011 (Km²)

Fonte: INE, recenseamentos da População; SRAM, PROTA

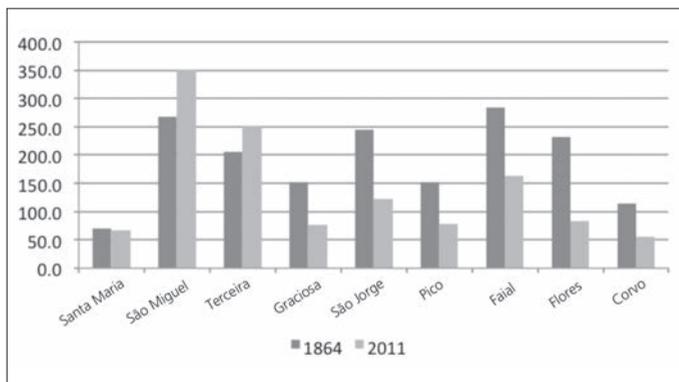
²³ Encontramos ainda hoje associações profissionais que agregam os seus membros nesta perspectiva, como são exemplo as Câmaras de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta ou o Centro de Formação da Associação de Escolas da Terceira, São Jorge e Graciosa (ex-distrito de Angra do Heroísmo)

Tendo em conta o ano de 1864 podemos desde logo identificar dois grupos de ilhas: um primeiro com densidades brutas mais elevadas, superiores a 120 habitantes por km², formado pelas ilhas de São Miguel, Terceira, Graciosa e Faial e um segundo grupo, que engloba as restantes ilhas com densidades que oscilam entre, sensivelmente, 40 a 60 habitantes por km². Em 2011, a situação é mais diversificada, com apenas duas ilhas a registarem densidades superiores a 100 – São Miguel e Terceira, mas ainda assim com diferenças significativas entre si. Seguem-se-lhes o Faial, a Graciosa e, até mesmo, Santa Maria, com quantitativos entre os cerca de 70 a 85 habitantes por km² e, por fim, as restantes ilhas com valores mais baixos, entre os 25 e os 37 habitantes por km².

Tomando em consideração as densidades populacionais corrigidas, a situação é bem distinta e a diversidade menos acentuada. Em 1864, podemos observar que o valor mais elevado respeita à ilha do Faial, com cerca de 284 habitantes por km² enquanto que o menor respeita à ilha de Santa Maria, com apenas 66 habitantes por km². Neste caso, verifica-se que em 1864 existem cinco ilhas com valores superiores a 200 habitantes por km²: São Miguel, Terceira, São Jorge, Faial e Flores; a Graciosa e o Pico, com um quantitativo da ordem dos 150 e, por último, o Corvo e Santa Maria com 115 e 70 habitantes por km², respectivamente. Embora a diversidade entre as ilhas seja inferior à verificada na densidade bruta não deixa, ainda assim, de ser relevante.

Gráfico 14.
Densidade populacional corrigida das ilhas dos Açores em 1864 e 2011 (KM²)

Fonte: INE, recenseamentos da População; SRAM, PROTA



A evolução demográfica verificada ao longo dos últimos 150 anos conduziu, assim, a uma desigualdade ainda mais acentuada, com as densidades corrigidas a poderem ser identificadas, ainda que de forma um pouco arbitrariamente, em três grupos de ilhas: um primeiro formado por São Miguel e Terceira, com quantitativos de 351 e 252 habitantes por km²; um segundo que engloba as ilhas São Jorge e Faial, com valores de 123 e 152, respectivamente, mas no qual poderia ser igualmente colocada a ilha Terceira, o que levaria a que a de São Miguel surgisse isoladamente

e, por fim as outras ilhas – Santa Maria, Graciosa, Pico, Flores e Corvo – com quantitativos entre os 55 e os 77 habitantes por km², sensivelmente.

Neste sentido, e sendo discutível o pressuposto adoptado para a densidade corrigida²⁴, pensamos que se a dimensão territorial, e em especial o espaço habitável e habitado, são aspectos determinantes na compreensão da pluralidade das dinâmicas demográficas dos Açores, dando um papel de relevo às condicionantes geográficas, estas não justificam por si só, pelo menos de forma directa, todas as diferenças encontradas.

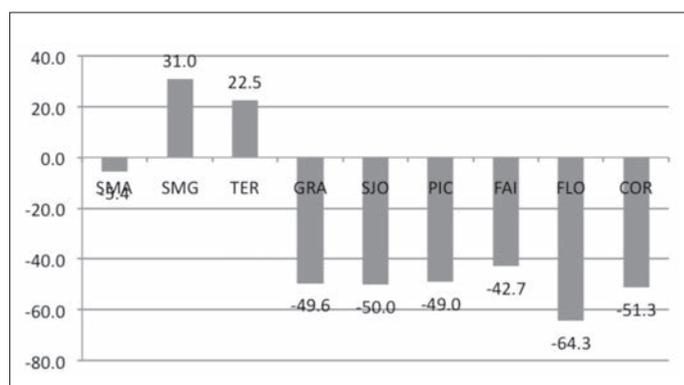


Gráfico 15.
Variação percentual da população residente dos Açores, por ilha, 1864-2011

Fonte: INE, recenseamentos da População

Na evolução da população de cada uma das ilhas neste longo período censitário, ressalta, desde logo, a visibilidade de São Miguel e da Terceira. Com efeito, tomando o conjunto do período, ou seja, os anos iniciais e finais, de 1864 e 2011, respectivamente, somente aquelas ilhas registam um acréscimo de população, da ordem dos 31% na primeira e de 22,5% na segunda. Se exceptuarmos Santa Maria, com um decréscimo de cerca de 5%, as restantes perdem cerca de metade da sua população, em especial as Flores, com uma diminuição da ordem dos 64%.

Não se encontra, contudo, sempre uma ligação directa entre a dimensão territorial e a variação populacional. Se ela é um facto nas ilhas de São Miguel e Terceira, o mesmo não se pode dizer de Santa Maria, que com a sua pequena área e densidade demográfica se distingue da evolução verificada em outras ilhas maiores e mais densamente povoadas.

A tendência de evolução nos vários períodos inter-censitários, que apresentamos na tabela 2, mostra-nos que após o aumento populacional dos anos trinta e quarenta, que é geral a todas ilhas, o que confirma o que anteriormente vimos para o arquipélago no seu conjunto, nem todas voltam a atingir os volumes populacionais de épocas

²⁴ Não nos foi possível obter informação actualizada sobre as áreas habitáveis e habitadas.

anteriores, designadamente os que detinham durante o século XIX. Considerando a periodização apresentada a nível do arquipélago, verifica-se que entre 1864 e 1920 somente Santa Maria, com o maior acréscimo, São Miguel e Terceira registam valores positivos. Todas as outras ilhas apresentam em 1920 um volume populacional inferior ao que tinham em 1864, com uma variação de -20% e mais, com excepção da Graciosa que regista uma variação percentual de -14,2%, que nas Flores quase atinge os -40%. A diversidade regional é, assim, já neste período uma realidade.

Tabela 2. Variação percentual da população dos Açores, por ilha, 1864-1920; 1920-1950; 1950-1981; 1981-2011

	AÇO	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR
1864-1920	-7,0	10,1	6,3	1,1	-14,2	-25,8	-28,1	-28,0	-36,7	-25,1
1920-1950	37,6	83,4	47,8	30,5	27,3	23,5	13,2	26,5	16,8	10,1
1950-1981	-23,6	-45,1	-20,1	-11,3	-43,5	-37,2	-31,4	-35,3	-44,6	-49,2
1981-2011	1,1	-14,7	4,4	4,7	-18,3	-13,2	-8,6	-2,9	-12,9	16,2

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Entre 1920 e 1950, o crescimento é um facto que se generaliza a todas as ilhas, mas mesmo assim, também com diferenças muito elevadas, cujas variações são superiores a 40% no caso de Santa Maria e São Miguel; entre 20% e 40% na Terceira, Graciosa, São Jorge e Faial e inferior a 20% no Pico, Flores e Corvo.

Nos anos cinquenta, sessenta e setenta, que correspondem ao período de maior declínio populacional e de maior intensidade dos fluxos emigratórios, a diminuição em algumas ilhas faz-se sentir de modo especialmente elevado, com decréscimos superiores a 40% em Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo, sendo em São Miguel e na Terceira que se registam os valores mais baixos, inferiores a 20%. São estas duas ilhas, conjuntamente com o Corvo, as únicas que apresentam aumentos no período mais recente, 1981-2011, enquanto a Graciosa, Flores, São Jorge e Santa Maria apresentam os maiores declínios, superiores a 10%.

Assim, a variação total verificada na ilha de Santa Maria, com um fraco declínio global resulta, por um lado, de uma diminuição pouco acentuada no primeiro período (1864-1920), a que se junta um elevadíssimo crescimento no segundo período (1920-1950), pois a partir daí é uma das ilhas dos Açores que mais habitantes perdeu, com variações percentuais negativas similares às que encontramos na Graciosa, Flores e Corvo. Nestas, todavia, temos de associar as tendências populacionais registadas nos períodos mais recuados. Com efeito, estas ilhas apresentam alterações muito significativas logo no século XIX e princípios de XX, época que é, igualmente, de acentuado declínio demográfico nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial, ou seja, nos grupos central e ocidental do arquipélago, se exceptuarmos a ilha Terceira.

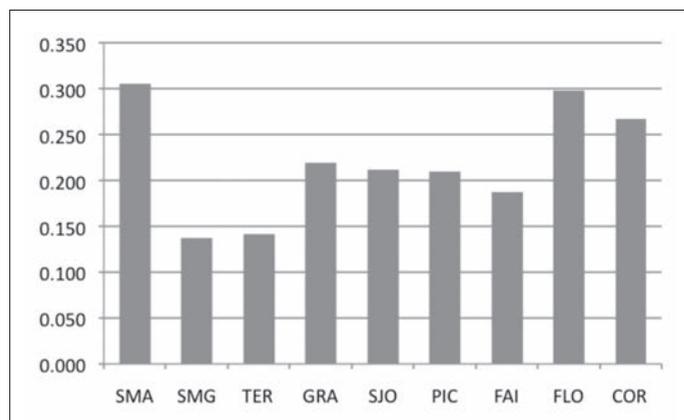


Gráfico 16.
Coeficiente de variação da população residente dos Açores, por ilha - 1864 a 2011

Fonte: INE, recenseamentos da População

O coeficiente de variação dos volumes populacionais nos diversos anos censitários identifica bem três grandes grupos: São Miguel e Terceira com a menor variabilidade; Santa Maria, Flores e Corvo com a maior; Graciosa, São Jorge, Pico e Faial com uma variabilidade semelhante entre si e intermédia face aos outros dois grupos.

As diferenças na evolução demográfica são, pois, distintas, quer nos períodos de crescimento, como de diminuição populacional. De um modo geral, são as ilhas que aumentam de volume de população, no primeiro caso, as que menos perdem no segundo ou, em sentido inverso, as que mais perdem no segundo são as que menos aumentam no primeiro, constituindo-se, assim, num prazo longo, níveis de atractividade populacional bem demarcadas no interior do arquipélago dos Açores. Se em algumas ilhas o posicionamento varia nos vários períodos, de que Santa Maria é um bom exemplo, noutras, como a ilha das Flores, o declínio demográfico ou a fraca recuperação é uma constante, enquanto que em São Miguel e na Terceira o aumento é relativamente permanente.

Mas as diferenças entre as ilhas não respeitam unicamente aos ritmos de crescimento populacional. Com efeito, se atendermos à estrutura etária encontramos ao longo de todo este período situações bastante distintas, podendo dizer-se que, de um modo geral, São Miguel se distingue das demais ilhas por ser muito mais jovem, quer na base, quer no topo, enquanto que Pico ou São Jorge se apresentam logo em 1864 como das mais envelhecidas²⁵.

Com vista a um melhor conhecimento da população entre os 15 e os 54 anos e a sua responsabilidade na tendência de concentração demográfica anteriormente descrita para a globalidade da população, iremos em seguida analisar a sua evolução, à semelhança do que foi feito a nível regional, tomando agora como indicador as

²⁵ ROCHA, 1991, 2008, 2010.

Taxas de Crescimento Anual Médio. Relativamente aos anos de 1864 a 1920, dados os desequilíbrios encontrados na diferenciação por sexo usaremos também as Relações de Masculinidade naquele nível etário, por grupos de idade quinquenais²⁶.

Tabela 3. Taxas de crescimento anual médio nos Açores, por ilhas, nas idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos entre 1864/1878; 1878/1890; 1890/ 1900; 1900/1911 e 1911/1920

%	Açores	Sma	Smg	Ter	Gra	Sjo	Pic	Fai	Flo	Cor
1864-1878	0,64	0,94	1,49	0,21	-0,38	0,51	-0,09	-0,45	-1,16	-0,02
1878-1890	-0,62	0,10	-0,90	0,06	-0,53	-0,70	-0,31	-0,83	-1,40	-1,08
1890-1900	0,39	-0,21	1,11	0,32	-0,06	-0,89	-1,13	-0,02	-0,67	0,11
1900-1911	-1,07	-0,79	-0,82	-0,74	-1,07	-2,18	-1,65	-1,69	-1,92	-1,41
1911-1920	-0,25	0,43	-0,43	-0,02	0,89	-0,13	-0,21	-0,50	-0,05	-0,28

Fonte: INE, recenseamentos da População

Nestes anos, encontramos declínios muito significativos e persistentes nas ilhas do grupo central e ocidental, com excepção da Terceira. Entre 1864 e 1878, os valores positivos registados a nível regional não são acompanhados nas ilhas Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo, tendência que se mantém entre 1890 e 1900, a que se associa igualmente a ilha de São Jorge. Nos anos em que no arquipélago se registam diminuições, estas ilhas apresentam taxas negativas normalmente mais elevadas, indiciando, assim, saídas muito mais intensas de população adulta.

Observando as Relações de Masculinidade nos vários anos censitários deste período encontramos algumas situações que requerem alguma reflexão. Não ignoramos a deficiente qualidade dos dados censitários, nem a pequenez de efectivos, como já sublinhámos. Ainda assim, entendemos que vale a pena ter em conta a informação, que, em nosso entender, indicia igualmente saídas mais preponderantes nos indivíduos do sexo masculino, particularmente elevadas em algumas ilhas.

As várias ilhas registam situações distintas, sendo nas da Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo que são mais notórias as faltas de elementos do sexo masculino. Com efeito, em 1864, as diferenças são menores em São Miguel, com valores sempre acima dos 60%, e até mesmo na Terceira e em Santa Maria, onde não se regista a continuidade verificada nas outras ilhas. Passados 14 anos, em 1878, encontramos semelhanças mas também diferenças face ao observado em 1864. Mantém-se a situação singular de São Miguel, agora com quantitativos ainda mais próximos de 100%, verificando-se que a situação de equilíbrio entre o número de homens e mulheres se estende igualmente à ilha Terceira, sendo que

²⁶ Entendendo ser vantajoso o seu cálculo para cada um dos anos censitários, apresentamos os respectivos quadros em anexo.

em Santa Maria os valores não são muito distintos dos observados anteriormente. De realçar a situação na Graciosa que indicia alterações na saída de elementos do sexo masculino em período próximo deste ano censitário, uma vez que não se mantêm os desequilíbrios tão acentuados nas gerações mais novas como acontecia em 1864, mas que estão ainda bem presentes nas mais velhas. Em 1890, os efeitos temporais são ainda visíveis num contexto de reequilíbrio entre o número de homens e mulheres que, todavia, ainda se expressa de forma evidente nas gerações mais novas de São Jorge, Faial, Flores e Corvo, situação que na década seguinte se concentra fundamentalmente nestas duas últimas ilhas.

Tivemos a oportunidade de observar que, tanto a nível do conjunto do arquipélago, como das várias ilhas, há uma diminuição generalizada da população entre 1900 e 1911. Todavia, as Relações de Masculinidade não parecem ser tão afectadas, se exceptuarmos as ilhas das Flores e Corvo, as únicas ilhas que em 1920 ainda registam os valores mais baixos deste indicador nas idades compreendidas entre os 20 e 30 anos.

Assim, ao longo de quase 60 anos que medeiam o período de 1864 a 1920, no qual as ilhas açorianas perdem população adulta, verificamos que as perdas não são só de diferente intensidade, como parecem atingir de forma distinta homens e mulheres. Mesmo considerando uma deficiente qualidade dos dados, cremos que poderemos igualmente responsabilizar os movimentos de saída pela diversidade anteriormente encontrada, quer esta se faça sentir de forma directa e de curto prazo, como indirecta, num período mais longo, através da interferência na nupcialidade e natalidade (Rocha, 1991; 2008).

Como já tínhamos anteriormente observado a nível da totalidade da população das várias ilhas, o aumento da população adulta entre 1920 e 1950 regista ritmos de crescimento diferenciados, normalmente mais baixos nas ilhas que mais perderam população no período anterior e que, conseqüentemente, apresentam uma fraca recuperação, que não permitem que estas voltem a ter os volumes populacionais de anos anteriores.

Tabela 4. Taxas de crescimento anual médio da população nas ilhas dos Açores com idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1920-1930; 1930-1940 e 1940-1950

	Açores	Sma	Smg	Ter	Gra	Sjo	Pic	Fai	Flo	Cor
1920/30	1,49	1,06	1,64	1,26	1,81	1,06	0,83	2,17	1,47	0,25
1930/40	1,52	1,85	1,91	1,17	0,60	1,10	0,58	1,53	0,99	1,13
1940/50	1,56	4,85	1,48	1,80	1,51	1,54	1,43	0,33	1,46	1,79

Fonte: INE, Recenseamentos da População

No que respeita à população adulta, destacam-se as situações excepcionais do Faial nos anos vinte e, principalmente, de Santa Maria nos anos quarenta, com Taxas de Crescimento Anual Médio mais elevadas do que o conjunto da Região, que neste último caso atinge valores cerca de 4 vezes superior. Ambas as situações decorrem de uma mobilidade de entrada, que no caso do Faial pode associar-se à construção dos cabos submarinos que, iniciada em 1893, tem nos anos vinte uma grande preponderância. Como refere Ricardo Madruga da Costa: “Até 1928 “amarram” na Horta 15 cabos submarinos, transformando a pequena cidade num dos maiores centros de comunicações do mundo”²⁷. Em Santa Maria, releva-se a construção do aeroporto durante a 2ª guerra mundial. É também a construção do aeroporto e a instalação da Base Militar norte-americana das Lajes que justificam os valores positivos encontrados na ilha Terceira nos anos cinquenta²⁸.

Tabela 5. Taxas de crescimento anual médio da população nas ilhas dos Açores com idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1950-1960; 1960-1970 e 1970-1981

	Açores	Sma	Smg	Ter	Gra	Sjo	Pic	Fai	Flo
1950/60	-0,31	0,20	-0,49	1,12	-1,60	-0,41	-0,33	-2,31	-1,71
1960/70	-2,07	-3,01	-1,99	-1,42	-2,12	-2,45	-2,94	-3,08	-2,58
1970/81	-1,49	-4,03	-0,97	-1,84	-3,69	-2,55	-1,72	-0,67	-3,52

Fonte: INE, Recenseamentos da População

O período de maior declínio populacional do século XX, nas décadas de sessenta e setenta, apresenta como novidade a ilha de Santa Maria que, após o elevado crescimento do período anterior, regista os declínios mais intensos do arquipélago, com perdas de população adulta superiores às ilhas que ao longo do tempo vinham a perder população. Esta é uma situação que mantém ainda nos anos oitenta, embora seja neste caso ultrapassada pela Graciosa.

Chegando ao último período, não podemos, tal como a nível da globalidade do arquipélago, ter atenção à última década, isto é, 2001-2011 (2009), uma vez que os dados conhecidos, tanto os preliminares de 2011, como as estimativas de 2009, não contemplam as ilhas, mas sim a totalidade regional, pelo que a nossa análise da população termina em 2001. Contrariamente ao que observamos para globalidade da população, que durante a década de noventa do século passado apresenta declínios na maioria das ilhas, com excepção para São Miguel, Terceira e Corvo, a população adulta aumenta em todas as ilhas.

²⁷ COSTA, 2003.

²⁸ ROCHA, 1991, 2008.

Tabela 6. Taxas de crescimento anual médio da população nas ilhas dos Açores com idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1981-1991 e 1991-2001

	Açores	Sma	Smg	Ter	Gra	Sjo	Pic	Fai	Flo	Cor
1991/81	0,25	-0,53	0,22	0,57	-0,62	0,01	-0,08	0,33	0,39	0,64
2001/91	1,16	0,52	1,50	0,77	0,12	0,33	0,78	1,38	0,20	3,54

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Sendo territórios com áreas e densidades populacionais distintas, de dispersão e proximidades geográficas diferenciadas, as ilhas dos Açores, inserem-se, com alguma individualidade, nas relações económicas e políticas nacionais e internacionais, enquadradas, assim, por uma história local que determina ou influencia o aumento ou a diminuição das suas gentes.

As repercussões ultrapassam o curto ou o médio prazo, como sempre acontece com os fenómenos demográficos. Se em algumas ilhas as várias tendências observadas nos diversos períodos atenuam a existência de estruturas populacionais desequilibradas, noutras acentua-as, mas não alteram substancialmente a tendência pesada de concentração populacional nas ilhas de maior dimensão e mais densamente povoadas, situação que, como vimos, não é recente, pois fez-se pelo menos ao longo do último século e meio, tanto nos períodos de crescimento, como de declínio demográfico.

Tendo como referência alguns dos pressupostos teóricos defendidos por Russel King na dicotomia de espaços *marginais* e *nodais* (2010) – na qual o autor coloca hoje reservas pelo seu carácter demasiado simplista para a compreensão das regiões insulares na actualidade, isto é, num mundo cada vez mais globalizado e especializado – podemos, encontrar algumas possibilidades de tipologia que nos ajude a melhor compreender a diversidade demográfica dos Açores e o posicionamento relativo das várias ilhas açorianas, bem como a sua inserção no contexto mais vasto a nível internacional. Apesar da limitação resultante de uma análise centrada numa única perspectiva, a concentração populacional *versus* despovoamento e um indicador, a Taxa de Crescimento Anual Médio, consideramos que pode ser um contributo para uma posterior integração de outros elementos explicativos, quer de âmbito demográfico, como económico e social.

As ilhas nodais tendem a atrair e enviar população.... Já as ilhas marginais exibem habitualmente uma tendência para a emigração e o despovoamento²⁹

Num contexto amplo, os Açores podem ser classificados como *marginais*, apesar das mudanças verificadas desde a década de oitenta do século passado, que indi-

²⁹ KING, 2010: 42.

ciam uma alteração que vai no sentido de uma maior centralidade: “... processo de “recentramento” de algumas periferias insulares, evidente no crescimento económico de regiões como a Irlanda, os Açores e a Madeira”³⁰

Quando aplicados às várias ilhas, e numa escala obviamente distinta, julgamos poder afirmar que: São Miguel e Terceira apresentam-se ao longo de todo este período com uma natureza essencialmente *nodal*, pois têm sido globalmente mais atractivas; Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo, ainda que de forma distinta, surgem, com alguma permanência, com um carácter *marginal*; as ilhas do Faial e de Santa Maria, apresentam um carácter de algum modo intermédio, sendo das que registam ao longo de todo o período uma maior variabilidade, pelo que poderão integrar-se hoje, respectivamente, no primeiro e no segundo grupos.

FONTES

- INE (Instituto Nacional de Estatística), Recenseamentos da População (1864 a 2001; Resultados Preliminares do Censo de 2011; Estimativas da população residente 2009).
- SRAM (Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – Governo Regional dos Açores), PROTA (Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores) 2010.

BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRA, M. L. (1996), *Demografia e Modernidade – Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- COSTA, R. M. “Breve Esboço Histórico do Faial” in *Horta Faial Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores: 21-34: 27.
- FONSECA, M.L. (2010), “Introdução” in Lucinda Fonseca (org) Conferência Internacional *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD): 7-18.
- JOÃO, M. I. (1991), *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- KING, R. (2010), “A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global”, in Lucinda Fonseca (org) Conferência Internacional *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD): 27-62.
- LAGES, M. F. (1979), *A Natalidade Portuguesa*, Pontificia Universitas Gregoriana.
- LEITE, J. G. (1968), *Administração, Sociedade e Economia dos Açores, 1766-1793*, Lisboa, Faculdade de Letras (edição policopiada).
- NAZARETH, J. M. (1979), *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- NAZARETH, J. M. (2009), *Crescer e Envelhecer – constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*, Lisboa, Editorial Presença.

³⁰ FONSECA, 2010: 8.

- MADEIRA, A. B. (1999), *População e emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia.
- MIRANDA, S. (1999), *A Emigração Portuguesa e o Atlântico – 1870-1930*, Lisboa, Edições Salamandra.
- ROCHA, G. P. N. (1990), “Os Açores na viragem do século, 1860-1930 – características da sua evolução demográfica”, in *II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses:849-863.
- ROCHA, G. P. N. (1991), *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX – Unidade. Permanência. Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- ROCHA, G. P. N., RODRIGUES, V. L. G. (1995) “Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do séc. XVIII” in *III Colóquio Internacional – Os Açores e o Atlântico*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira: 53-101.
- ROCHA, G. P. N. (1997) “O impacto das migrações na população dos Açores na segunda metade do séc. XX”, in *História das Ilhas Atlânticas – Actas do IV Colóquio Internacional de História do Atlântico*, Vol. II, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico: 449-467.
- ROCHA, G. P. N., RODRIGUES, J. D., MADEIRA, A. B., MONTEIRO, A. (2005-2006), “Os Açores como região de fronteira”, *Arquipélago – História*, 2ª série, vol. IX, Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 105-140.
- ROCHA, G. P. N., MADEIRA, A. B (2003), “Informação demográfica nos Açores oitocentistas” in *Ernesto do Canto – o Homem e o Tempo*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada:403-424.
- ROCHA, G. P. N. (2008), “Crescimento da população e os novos destinos da emigração”, in Matos, A. T., Meneses, A. de F. de e Leite, J. G. R. (Dirs.), *História dos Açores*, Vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 265-305.
- ROCHA, G. P. N. e FERREIRA, E. (2008), “População e circulação de pessoas”, in Matos, A. T., Meneses, A. de F. de e Leite, J. G. R. (Dirs.), *História dos Açores*, Vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 581-610.
- ROCHA, G. P. N. e FERREIRA, E. (2009), “Azorean Emigration in the context of social change: some notes from the press in São Miguel -1920-1950” in *E-Journal of Portuguese History*, vol 7, nº 2, [http:// www.brown.edu](http://www.brown.edu)
- ROCHA, G. P. N. (2010), “Migrações, Crescimento e Envelhecimento Demográfico nos Açores” in Lucinda Fonseca (org) *Conferência Internacional – Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD): 139-154.
- ROCHA, G. P. N. e FERREIRA, E. (2010), “Territórios e dinâmicas migratórias nos Açores” in *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais (CET)/ISCTE-IUL: 97-110.
- ROCHA, G. P. N., MEDEIROS, O. H. R., FERREIRA, E. (2010), *Perfis e trajetórias dos imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada, Governo Regional dos Açores/Direcção Regional das Comunidades.
- ROCHA, G. P. N., FERREIRA, E. e MENDES, D. (2011) *Entre dois mundos – emigração e regresso aos Açores*, Ponta Delgada, Governo dos Açores – Direcção Regional das Comunidades/ Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- ROCHA, G. P. N. (2011), “As Regiões Insulares – Açores e Madeira” (power point) in *Portugal – (des) continuidades DEMOGRÁFICAS – uma análise a partir dos resultados preliminares do censo de 2011*, INE, www.ine.pt (eventos realizados)
- RODRIGUES, J.D. e ROCHA, G.P.N. (2008) “A emigração açoriana para o Brasil: ritmos e destinos” in, Maria Izilda Matos, Fernando de Sousa, Alexandre Hecker (Org.), *Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses*, Bauru, SP, EDUSC: 245-258.

ANEXO

Tabela I. Relações de masculinidade na ilhas dos Açores nas idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1864

RM	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR
15-19	64,2	70,3	61,9	53,6	59,0	49,7	64,8	80,6	61,4
20-24	55,4	65,3	63,2	36,8	35,9	47,9	52,2	47,4	25
25-29	59,3	69,9	58,7	46,6	40,6	42,0	55,7	43,3	48,6
30-34	76,6	83,3	67,8	55,4	56,2	41,2	55,3	48,0	43,8
35-39	75,8	85,2	69,5	63,0	67,3	63,9	63,2	62,0	37,0
40-44	95,4	90,5	79,4	75,0	78,9	76,2	63,7	71,5	100
45-49	103,0	81,5	74,9	55,9	75,6	74,1	61,0	78,5	59,1
50-54	74,2	80,6	67,2	69,2	80,7	75,7	65,2	85,5	73,3

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Tabela II. Relações de masculinidade na ilhas dos Açores nas idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1878

RM	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR
15-19	75,3	119,1	77,7	83,9	73,6	65,4	89,2	69,4	32,8
20-24	51,5	94,4	81,6	62,5	46,9	56,8	78,0	32,4	17,4
25-29	57,0	83,2	72,7	73,9	42,8	49,6	56,8	29,8	32,6
30-34	61,3	83,2	74,3	66,2	49,2	56,2	61,9	43,6	70,0
35-39	68,2	74,3	64,4	52,8	48,7	51,1	65,0	49,1	74,3
40-44	74,2	82,7	68,2	59,3	57,7	56,4	60,7	65,0	121,4
45-49	73,6	74,4	62,3	55,3	68,0	62,8	58,3	58,9	46,2
50-54	95,1	71,6	74,2	74,5	71,6	67,2	62,2	74,7	81,0

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Tabela III. Relações de masculinidade na ilhas dos Açores nas idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1890

RM	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR
15-19	64,4	84,0	94,3	88,6	71,3	84,7	86,4	66,4	42,6
20-24	45,9	80,5	90,5	55,2	49,4	72,2	51,1	21,9	11,6
25-29	62,6	79,7	83,1	66,5	56,2	66,7	57,0	36,2	35,7
30-34	51,1	79,8	76,3	81,3	55,5	69,7	69,7	50,0	32,4
35-39	51,9	88,7	74,9	79,4	52,5	71,4	71,1	46,6	80,0
40-44	63,1	88,0	79,7	70,5	62,2	68,4	75,2	60,1	65,4
45-49	74,7	81,8	77,7	69,6	62,2	63,9	68,3	68,0	88,9
50-54	76,2	72,0	62,7	57,1	66,4	65,7	69,4	65,2	91,7

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Tabela IV. Relações de masculinidade na ilhas dos Açores nas idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1900

RM	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR
15-19	80,3	85,7	102,6	107,9	92,3	101,2	86,9	76,9	90,5
20-24	71,5	96,9	87,6	99,3	58,9	80,4	75,7	53,7	38,2
25-29	71,5	85,4	80,6	88,1	62,3	78,5	82,4	39,1	51,7
30-34	64,4	83,5	84,1	79,8	67,0	64,0	72,9	46,4	48,4
35-39	60,4	83,3	80,0	87,6	66,9	65,9	92,8	45,5	40,0
40-44	60,0	83,7	83,4	101,1	70,4	67,6	80,3	78,5	51,9
45-49	59,5	80,2	78,7	84,2	65,3	70,8	90,6	59,8	83,3
50-54	73,0	79,2	78,8	78,3	60,5	62,6	60,9	62,7	60,7

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Tabela V. Relações de masculinidade na ilhas dos Açores nas idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1911

RM	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR
15-19	97,6	100,8	88,5	122,3	88,4	95,7	81,0	86,1	81,8
20-24	71,4	86,0	75,4	117,4	56,9	71,0	73,3	37,9	21,9
25-29	65,0	79,7	76,2	87,4	65,2	74,4	74,5	46,9	67,9
30-34	68,2	80,6	76,3	89,0	67,1	79,2	77,2	58,1	85,0
35-39	62,0	80,2	78,4	97,1	63,2	81,4	75,4	54,8	72,2
40-44	69,3	81,7	77,5	81,4	77,8	75,5	68,5	50,0	50,0
45-49	64,9	80,2	92,7	67,7	61,8	74,5	66,7	55,7	78,9
50-54	65,8	76,0	72,9	95,6	70,9	71,4	71,8	69,0	52,0

Fonte: INE, Recenseamentos da População

Tabela VI. Relações de masculinidade na ilhas dos Açores nas idades compreendidas entre os 15 e os 54 anos em 1920

RM	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR
15-19	106,6	94,7	87,2	98,4	86,9	100,7	89,8	85,5	126,9
20-24	77,1	103,0	89,4	117,3	72,2	85,9	78,1	48,5	44,8
25-29	84,3	96,2	81,5	90,3	63,9	77,2	63,0	33,6	53,8
30-34	79,0	82,4	75,6	90,1	66,1	82,4	70,9	43,1	69,6
35-39	77,8	83,6	86,3	82,7	73,9	86,7	83,1	66,5	85,0
40-44	88,0	86,8	81,5	100,0	88,2	91,6	79,4	75,0	94,1
45-49	77,5	84,1	82,0	89,0	80,6	93,8	83,6	67,6	88,9
50-54	71,0	74,2	80,8	65,9	68,8	68,9	63,5	44,7	59,1

Fonte: INE, Recenseamentos da População

SOBRE OS AUTORES

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

É Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade dos Açores (1992) e Catedrático da mesma Universidade. Foi Reitor da Universidade dos Açores (2003-11), e exerceu funções de Presidente da Assembleia Geral do Centro de História de Além-Mar (CHAM) das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores (2008-14).

É autor de cerca de uma centena de títulos, que individualiza a contribuição dos Açores na projecção de Portugal no Mundo, desde os descobrimentos. Entre os livros, destacam-se: *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, 2 vols., 1987; *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, 2 vols., 1993-95; *Estudos de História dos Açores*, 2 vols., 1994-95; *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, vol. VII da *Nova História de Portugal* (dir. de Oliveira Marques e Joel Serrão), 2001; *História dos Açores* (dir. com Artur Teodoro de Matos e José Guilherme Reis Leite), 2 vols., 2008; *Antigamente Era Assim! Ensaios de História dos Açores*, 2011.

CARLOTA SANTOS

Professora no Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Doutorada em História, especialidade em Demografia Histórica, pela mesma Universidade.

É coordenadora e investigadora do Grupo de História das Populações do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), onde actualmente é responsável por um projecto colectivo sobre a demografia urbana portuguesa entre os séculos XVII e XX (PTDC/HIS-HIS/099228/2008).

Participa em vários projectos e redes de investigação nacionais e internacionais centrados na Demografia Histórica, Biodemografia e História da Família. Entre as publicações mais recentes, destaca-se a sua tese de doutoramento *Biodemografia do concelho da Madalena - Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*, Madalena, Município da Madalena, 2008 e a coordenação da obra colectiva *Família, Espaço e Património*, Porto, Ed. CITCEM, 2011.

GILBERTA MARGARIDA DE MEDEIROS PAVÃO NUNES ROCHA

Professora Catedrática da Universidade dos Açores, é doutorada em Ciências Sociais, especialidade de Demografia. Foi Diretora do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais de 1988 a 1992 e de 2005 a 2009; Pró-Reitora entre 1995 e 1997 e membro do Conselho Geral de 2009 a 2013. Desde 1992, é Directora do Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA), membro da Comissão Coordenadora do Observatório da Juventude. Entre 2000 e 2006 foi representante do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Sociologia e entre 2006 e 2010 Presidente do Conselho de Deontologia da mesma Associação, sendo a partir da última data membro do seu Conselho Consultivo. Desde 2001 que é Presidente do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa de Demografia e entre 2010 e 2013 coordenadora da Rede Inter-Universitária em Demografia (RID), sendo actualmente membro desta Rede. Desde 2002 que integra os Conselhos Consultivos das revistas *Sociologia*, *Problemas e Práticas* do CIES/ ISCTE-IUL, *Estudos Demográficos*, do Instituto

Nacional de Estatística (INE) e *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, com sede nos EUA. No início de 2013 foi eleita pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores representante da Região Autónoma para integrar a Comissão de Política Económica e Social do Conselho Económico e Social, órgão constitucional da república portuguesa de consulta e concertação no domínio económico e social, sendo por inerência membro do Conselho Regional de Concertação Estratégica dos Açores. Tem trabalhos publicados a nível nacional e internacional nas áreas da Dinâmica Demográfica, Migrações, Envelhecimento Populacional, Família e Género com destaque para (2014) “Dynamique démographique et éducative des régions ultrapériphériques portugaises, 2001-2011”, em ASÍN Cabrera, M.A. y GODENAU, D. (dirs.), *Movilidad y Gran Vecindad en las Regiones Ultraperiféricas de la Unión Europea*, Área de Empleo, Desarrollo Económico, Comercio y Acción Exterior del Cabildo de Tenerife, Santa Cruz de Tenerife, Edición Primera; “Experiências da Emigração Açoriana” in *Portuguese Studies Review*, Vol. 20, n.º 2; (2011), *Entre Dois Mundos. Emigração e Regresso aos Açores*, Ponta Delgada: Governo dos Açores; (2010). *A Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores – Estudo sócio-criminal*, Cadernos de Administração Interna, Coleção Direitos Humanos, Lisboa: DGAI; (2008) “População e circulação de pessoas” in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, Vol. II, Terceira: Instituto Açoriano de Cultura.

HERMÍNIA MESQUITA

Investigadora do Grupo de História das Populações do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), Universidade do Porto - Universidade do Minho. Professora do Ensino Secundário, coordenadora do departamento de Ciências Sociais e Humanas na Escola Básica e Secundária do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros. Doutorada em História, na área científica de conhecimento da Demografia Histórica, pela Universidade do Minho. Integra a equipa de diversos projectos de investigação, designadamente “Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)”, com referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, coordenado por Carlota Santos.

ISABEL TIAGO DE OLIVEIRA

Professora no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e investigadora do Centro de Investigações e Estudos de Sociologia (CIES) deste instituto. É doutorada em Sociologia na especialidade de Demografia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A sua investigação sobre demografia portuguesa centra-se particularmente sobre o processo de transição demográfica e sobre a fecundidade no período actual.

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é Doutor em História, especialidade em História Moderna, pela Universidade dos Açores (2001), onde foi o Coordenador do Núcleo do CHAM. Coordena ou participa em diversos projectos de investigação nacionais e internacionais e foi membro do *Editorial Board* da Série “European Expansion and Indigenous Response”, da editora Brill. De entre as suas publicações destacam-se os livros *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003 [2004], 2 vols., e *Histórias Atlânticas: os Açores na primeira modernidade*, Ponta Delgada, CHAM, 2012; como coordenador, *O Atlântico Revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*, Ponta Delgada, CHAM, 2012; e, como co-editor, com Francisco José Aranda Pérez, *De Re Publica Hispaniae: Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*, Madrid, Sílex, 2008.

JOSÉ GUILHERME REIS LEITE

Investigador do Grupo de História das Populações do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), Universidade do Porto - Universidade do Minho. É doutor em História pela Universidade dos Açores. Integra a equipa de investigadores do projecto “Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)”, coordenado por Carlota Santos. Tem colaborado com várias Universidades portuguesas leccionando em cursos de pós-graduação e integrado júris de mestrado e de doutoramento.

Como historiador tem-se ocupado de inúmeros aspectos da cultura açoriana, nomeadamente históricos, literários e políticos, em diversas épocas, sendo de destacar aqueles que interessam ao conhecimento do processo autonómico açoriano. É autor de intensa produção científica publicada no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nas revistas *Atlântida* e *Arquipélago* e em outras. Sócio do Instituto Histórico da Ilha Terceira e do Instituto Açoriano de Cultura, foi presidente da direcção e director da *Revista Atlântida*, órgão do Instituto (1985-1990). É também membro do Núcleo Cultural da Horta, do Instituto Cultural de Ponta Delgada, da Sociedade de Estudos Açorianos Afonso Chaves, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Academia Portuguesa da História, da Academia de Marinha e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Em 1989, foi condecorado pelo Presidente da República com a Grã Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

É um dos mais destacados colaboradores da *Enciclopédia Açoriana* e um dos que mais têm contribuído para a produção científica desta obra monumental da cultura açoriana.

MARIA LUÍS ROCHA PINTO

Professora no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro. Doutorada em Sociologia, especialidade Demografia. Dedicou-se durante alguns anos à investigação em Demografia Histórica. Neste contexto, a tese de doutoramento versou sobre *Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco (1994)*. Entre vários estudos mais recentes no âmbito da Demografia Histórica assinala-se “A base demográfica” (2001) cap. XII, parte III “A Sociedade”, vol. VII – *Portugal. Da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, coord. Avelino de Freitas de Meneses, da *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques. Actualmente os seus interesses e investigação centram-se nas relações da população com as políticas públicas, integrando, no entanto, a equipa do projecto “População e Império. A demografia e os processos estatísticos no ultramar português, 1776-1875”.

MARIA NORBERTA AMORIM

Desde 1969 que se vem dedicando à Demografia Histórica. Em 1971 desenvolveu um trabalho pioneiro em Portugal de análise demográfica de Antigo Regime, utilizando um método próprio de reconstituição de famílias. O desafio seguinte (1985) foi a reconstituição de famílias de uma zona urbana com cruzamentos interparoquiais. As tecnologias de informação permitiram o passo que se seguiu – a passagem da reconstituição de famílias à reconstituição de paróquias, desagregando o indivíduo e acompanhando-o no seu percurso de vida (1991). Dinamiza hoje, na Universidade do Minho, o Repositório Genealógico Nacional (www.genealog.uminho.pt) com a ambição de enriquecer uma base de dados central com a informação organizada e cruzada dos registos paroquiais portugueses.

NELLY DE FREITAS

Formada em História e Geografia pela Université Paris-Sorbonne e Doutora em História pela mesma instituição (Departamento de História moderna e contemporânea) com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal. Atualmente é Pós-Doutoranda em História na Universidade Pontifícia de São Paulo com uma bolsa PNPB-CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil). Sob coordenação geral de José Eduardo Franco e do Centro de Estudos de História do Atlântico participa no projeto “Aprender Madeira”, de elaboração do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Autora de: “Partir sem ser visto: a emigração clandestina no arquipélago da Madeira no final do século XIX”. In: *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, v. 5, p. 1-11, 2013, “Immigration subventionnée au Pará en 1886 : le cas des Madériens oubliés”. In: Revista franco-brasileira *Confins* (no prelo) e de “Retrato de mulheres migrantes: o perfil socioeconômico e as trajetórias das imigrantes madeirenses no Estado de São Paulo, 1886-1899”. In: Revista *História* (São Paulo. Online) (no prelo).

PAULO SILVEIRA E SOUSA

Historiador e investigador do CHAM e do CESNOVA. Colaborou em diversas obras colectivas e publicou vários artigos em revistas nacionais e estrangeiras sobre História dos Açores, História da Saúde Pública e História Social das Elites. Publicou *Os Dabney: Uma Família Americana nos Açores 1806-1871* (2009) (dir. Maria Filomena Mónica) e *A Epidemia Esquecida: olhares comparados sobre a Pneumónica 1918-1919* (2009) (com José Manuel Sobral, Maria Luísa Pedroso de Lima, Paula Castro). Trabalha actualmente sobre História das Instituições, do Estado e do poder local durante a Monarquia Constitucional e a I República.

PAULO TEODORO DE MATOS

Doutorado em Demografia Histórica pela Universidade do Minho (2004), é investigador FCT do CHAM. Tem desenvolvido investigação nas áreas de demografia histórica, história social e da família e mais recentemente no domínio da Expansão ultramarina portuguesa nos séculos XVIII e XIX. No domínio da demografia açoriana assinalam-se os seguintes trabalhos: *O nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge (Açores), 1800-1910*, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, 2007; “População e movimentos migratórios (1766-1820): A atracção pelo Brasil”, e “Oscilações populacionais, grupos e comportamentos sociais”, ambos publicados na *História dos Açores*, 2 vols., Instituto Açoriano de Cultura, 2008. Coordena o projecto de investigação “População e Império. A demografia e os processos estatísticos no ultramar português, 1776-1875”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2013-2015)

TEODORO AFONSO DA FONTE

Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), integrando o Grupo de História das Populações da Universidade do Minho. É licenciado em História pela Universidade do Porto, mestre em História das Populações e doutorado em História pela Universidade do Minho.

Tem participado em vários congressos nacionais e internacionais, apresentando comunicações que se inscrevem no âmbito da demografia histórica, da história social e da história da assistência, privilegiando o estudo do fenómeno do abandono de crianças em Portugal, entre os séculos XVII e XX. Entre os vários trabalhos de investigação publicados, poderão destacar-se a dissertação de mestrado sobre *O abandono de crianças em Ponte de Lima* e a tese de doutoramento, *No limiar da honra e*

da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho, galardoada com o Prémio Literário A. Lopes de Oliveira, como melhor obra de estudos histórico-sociais, de âmbito local ou regional, publicada nos anos de 2005 e 2006.

TERESA FERREIRA RODRIGUES

Professora Associada de Relações Internacionais no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Professora Convidada da NOVA- Information Management School da Universidade Nova de Lisboa. É membro do Conselho Diretivo do IPRI-NOVA, onde coordena a área dos Foresight Studies and Public Policies. É Coordenadora do Doutoramento de Relações Internacionais (NOVA) e das Pós-graduações em Estudos Estratégicos e de Segurança (parceria entre a FCSH/NOVA e o IDN) e Globalização, Diplomacia e Segurança (parceria entre a FCSH/NOVA, o IESM e o Instituto Diplomático).

Tem obra publicada na área dos Estudos de Globalização, Segurança, Demografia, Migrações, Políticas Públicas, Análise Prospectiva e Planeamento.

No domínio da Demografia histórica destaque-se a sua tese de doutoramento de *Viver e morrer na Lisboa Oitocentista (Migrações, Mortalidade e Desenvolvimento)*, col. História, n.º10, Lisboa, ed. Cosmos, 1995 e a coordenação do volume *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto. Ed. Afrontamento, 2008.

